JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Carlinda 5
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 9
Camara Municipal de Poconé 10
Camara municipal de Denise 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 11
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 11
Prefeitura Municipal de Acorizal 24
Prefeitura Municipal de Água Boa 27
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 32
Prefeitura Municipal de Alto Garças 32
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 32
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 44
Prefeitura Municipal de Apiacás 49
Prefeitura Municipal de Araguaiana 57
Prefeitura Municipal de Araguainha 75
Prefeitura Municipal de Araputanga 146
Prefeitura Municipal de Arenápolis 147
Prefeitura Municipal de Aripuanã 148
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 152
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 153
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 153
Prefeitura Municipal de Cáceres 153
Prefeitura Municipal de Campinápolis 156
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 157
Prefeitura Municipal de Campo Verde 162
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 164
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 164
Prefeitura Municipal de Canarana 168
Prefeitura Municipal de Carlinda 169
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 169
Prefeitura Municipal de Cláudia 170
Prefeitura Municipal de Colíder 176
Prefeitura Municipal de Colniza 177
Prefeitura Municipal de Confresa 180
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 183
Prefeitura Municipal de Cuiabá 184
Prefeitura Municipal de Curvelândia 184
Prefeitura Municipal de Denise 184
Prefeitura Municipal de Diamantino 215
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 216
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 216
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 219
Prefeitura Municipal de General Carneiro 233
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 240
Prefeitura Municipal de Indiavaí 241
Prefeitura Municipal de Itanhangá 241
Prefeitura Municipal de Jaciara 256
Prefeitura Municipal de Jangada 257
Prefeitura Municipal de Jauru 258
Prefeitura Municipal de Juara 258

Prefeitura Municipal de Juruena 267
Prefeitura Municipal de Juscimeira 268
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 268
Prefeitura Municipal de Luciara 274
Prefeitura Municipal de Marcelândia 298
Prefeitura Municipal de Matupá 298
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 300
Prefeitura Municipal de Nobres 301
Prefeitura Municipal de Nortelândia 301
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 302
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 307
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 308
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 309
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 310
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 310
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 328
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 328
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 329
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 341
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 362
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 364
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 365
Prefeitura Municipal de Paranatinga 366
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 369
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 369
Prefeitura Municipal de Poconé 374
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 376
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 376
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 376
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 377
Prefeitura Municipal de Poxoréu 379
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 382
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 383
Prefeitura Municipal de Rio Branco 398
Prefeitura Municipal de Rondolândia 398
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 409
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 410
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 411
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 413
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 413
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 415
Prefeitura Municipal de São José do Povo 418
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 422
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 435
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 445
Prefeitura Municipal de Tabaporã 445
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 445
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 448
Prefeitura Municipal de Torixoréu 450
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 450
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 454

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2017 SRP 11/2017 MENOR PREÇO POR ITEM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2017 SRP 11/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT, pelo seu pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor preço por Item, para "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**. Hora: às 09:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso), do dia **17 de OUTUBRO de 2017**, na sala de Licitações da Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM). A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1200 ou através do site: www.amm.org.br/portaltransparencia

Cuiabá, 02 de Outubro de 2017.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 156/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

1. – NOMEAR, com data retroativa a partir de 22/09/2017, o Senhor **LUCIANO FRANCISCO SEBALHO DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade, RG nº 735295/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 649.989.671-34 para o cargo de Assessor de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 02 de Outubro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO N° 17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

*"Dispõe sobre a concessão de Título de **"Cidadão Cacerense"** ao ilustre Senhor **DAMEÃO ALMEIDA DO NASCIMENTO**, e dá outras providências."*

PODER LEGISLATIVO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO CACERENSE ao ilustre senhor DAMEÃO ALMEIDA DO NASCIMENTO, pelos seus relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade Cacerense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 02 de outubro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 155/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Engenheiro Eletricista **LUIZ FELIX CONCEIÇÃO ALVARES,** CREA-MT nº 0757/D, RG nº 03559947 SSP/MT e CPF nº 383.407.391-15, para atuar como Fiscal de Obra do Contrato abaixo indicado, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização de referido instrumento.

Tomada de Preço:	001/2016.
Objeto:	Contratação de empresa especializada, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, compreendendo, material, mão-de-obra e equipamentos, para execução de serviços de instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas-SPDA, Reformulação das Instalações Elétricas no Edifício-Sede da Câmara Municipal de Cáceres-MT, de acordo com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT.**
Contratada:	***B.N PASQUALOTTO ENGENHARIA ME - CNPJ nº 26.238.103/0001-88.***
Vigência:	3 (TRÊS) MESES

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 28 de setembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 157/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

Art. 1º – DECLARAR em efetivo exercício no cargo de Auxiliar Administrativo da Câmara Municipal de Cáceres, a partir de 03 de outubro de 2017, o senhor JOEL CORDEIRO DE SOUZA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 02 de Outubro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 016/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Campeão, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Campeão.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 018/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Maria das Dores do Nascimento da Silva, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Maria das Dores do Nascimento da Silva.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 025/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Cleverson Coelho, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Cleverson Coelho, Professor treinador e Diretor de Esportes do município de Carlinda/MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 015/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Enoque Quintino de Almeida, Pastor da Igreja Batista Nacional de Carlinda, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Enoque Quintino de Almeida, Pastor da Igreja Batista Nacional de Carlinda.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 019/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Ana Leal, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Ana Leal, professora aposentada de nosso município.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 020/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Edson Vander dos Santos, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Edson Vander dos Santos, coordenador da comunidade Santa Luzia, Bairro Boa Vista.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 026/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Marcelo Borges, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Marcelo Borges, Professor treinador de esportes do município de Carlinda/MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 014/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Fermino Lires de Macedo, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Fermino Lires de Macedo.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 027/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Emerson Coelho, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Emerson Coelho, Professor treinador de esportes do município de Carlinda/MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 024/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Senhor Henrique Lopes do Nascimento, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Senhor Henrique Lopes do Nascimento, Presidente do SINTEP – MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 013/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Sueli Ferreira Dutra, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Sueli Ferreira Dutra.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 012/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Roberto Teixeira – Instrutor regente da fanfarra e banda marcial de Carlinda, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense Senhor José Roberto Teixeira – Instrutor regente da fanfarra e banda marcial de Carlinda.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 011/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Faustino José Pereira, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense Senhor Faustino José Pereira.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 010/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Paulo Sérgio Lupo, Vice-Prefeito e empresário em nosso município, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Paulo Sérgio Lupo, Vice-Prefeito e empresário em nosso município.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 009/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Benedito Costa Araújo, Presidente da COOPERLINDA, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Benedito Costa Araújo, Presidente da COOPERLINDA.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 008/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Marques Mendonça, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Marques Mendonça.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 007/2017

SÚMULA: "Concede Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Liliane Aparecida Zorzo Torres- Gerente da Cooperativa Sicredi Norte - Carlinda MT, e dá outras providências".

"A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO":

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadã Benemérita Carlindense a Senhora Liliane Aparecida Zorzo Torres- Gerente da Cooperativa Sicredi Norte- Carlinda MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 006/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Senhor Paulo Roberto da Silva Marquezini, Defensor Público da Comarca de Alta Floresta-MT.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto da Silva Marquezini, Defensor Público da Comarca de Alta Floresta.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Senhor Cícero Tavares da Silva e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Ilustríssimo Senhor

Cícero Tavares da Silva, comunicador da Rádio Progresso de Alta Floresta/MT.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Ilmo. Senhor Suelme Evangelista Fernandes – Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Estado de Mato Grosso”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Honorário Carlindense ao Ilustríssimo Senhor Suelme Evangelista Fernandes – Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 003/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Ilmo. Senhor Juvenal Tenório Cardoso, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito ao Ilustríssimo Senhor Juvenal Tenório Cardoso.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 004/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Ririvaldo Pereira de Souza, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito ao Ilustríssimo Senhor Ririvaldo

Pereira de Souza.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 023/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Francisco Severino de Oliveira, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Francisco Severino de Oliveira, Presidente da COMPASC (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores do Setor Caná).

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 017/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Romildo Miguel, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Romildo Miguel.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 022/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Jair Micias da Costa, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor Jair Micias da Costa.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 021/2017

SÚMULA: “Concede Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Pinheiro de Araújo, e dá outras providências”.

“A CÂMARA DE CARLINDA, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E EU DAMIÃO DE SOUZA SANTOS EM NOME DO POVO CARLINDENSE, PROMULGO A SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO”:

Artigo 1º- Fica Concedido Título de Cidadão Benemérito Carlindense ao Senhor José Pinheiro de Araújo.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda - MT, 29 de setembro de 2017.

Damião de Souza Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 967, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 754, DE 20 DE ABRIL DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 754, de 20 de Abril de 2010 que dispõe sobre a autorização de concessão de diárias na administração pública municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Servidor do Poder Executivo Municipal', que se deslocar eventualmente e em caráter de serviço, da localidade onde tem exercício, fará jus à percepção de diárias e, quando for o caso, a respectiva passagem.

Art. 3º - O pagamento de diárias e as requisições de passagens aos funcionários da Administração Pública Municipal só poderão ser concedidas mediante prévia autorização da autoridade competente.

Art. 4 º - As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço destinando-se a indenizar o servidor, das despesas de alimentação, hospedagem e transporte no local da viagem.

§ 1º - Quando o servidor não pernoitar no destino, retornando no mesmo dia, o valor da diária será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º - Independente do cargo que ocupa, será pago ao servidor, por dia de deslocamento diária especial no valor único de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) quando o destino for para o Distrito União do Norte, Matupá, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Nova Guarita, Terra Nova do Norte e Colíder para participação de cursos, reuniões, fiscalização, diligência, prestação de serviço emergencial, cadastro e levantamento de dados.

§ 3º - Não fará jus a diária estabelecida no parágrafo anterior o Servidor que utilizar dos serviços do alojamento localizado no Distrito União do Norte.

Art. 5º - O pagamento de diárias será efetuado através de cheque nominal ao Servidor ou depósito em conta bancária, obedecendo Tabela de diárias que constituem os Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 6º - O ato de concessão de diárias constante da ordem de serviço ou solicitação especificará claramente o objetivo do serviço a ser executado em duas vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª via anexo de pagamento;

II - 2ª via ao Servidor.

Parágrafo Único: Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, o servidor fará jus às diárias correspondentes ao período em excesso, sendo formalizado novo processo para concessão e pagamento de diárias, ao qual será juntado uma cópia do relatório a que se refere o artigo 7º.

Art. 7º - O Servidor fica obrigado a apresentar à autoridade concedente, dentro do prazo máximo de cinco dias úteis, contados à partir do regresso à sede de serviço, comprovante de passagem e relatório de viagem em três vias com a seguinte destinação:

I - 1ª via à autoridade concedente;

II - 2ª via ao setor financeiro competente para ser anexado ao processo de concessão;

III - 3ª via ao servidor.

Art. 8º -Para atendimento de pagamento de diárias, deverão ser emitidos empenhos ordinários, permitindo-se, porém em caráter excepcional, a emissão de empenhos estimativos destinados ao ressarcimento das diárias que não puderem sujeitar ao processo normal de pagamento.

Art. 9º - Comprovação da despesa a que se refere o artigo 7º, será submetida ao setor financeiro competente onde ficará à disposição dos órgãos de controle externo e interno.

Art. 10 -O processo contábil de concessão e pagamento, deverá conter os seguintes documentos:

I - Ordem de serviço e concessão de diárias;

II - Nota de empenho ordinária ou cópia do estimativo quando for o caso;

III - Liquidação;

IV - Comprovante de pagamento através de cópia de cheque ou de depósito bancário;

V - Relatório de viagem;

VI - Passagem terrestre ou aérea.

§ 1º -Todo processo de comprovação da viagem deverá conter relatório e comprovante de passagem, quando o meio de transporte utilizado for ônibus ou avião.

§ 2º -Quando o meio de transporte utilizado for veículo de propriedade do Município ou particular, deverá constar no processo de comprovação o número da placa, quilometragem inicial e final, anexando-se comprovante de despesa com o combustível (nota fiscal ou requisição) compatível com a viagem.

Art. 11 - O Servidor restituirá ao órgão de origem juntamente com a prestação de contas ou apresentação do relatório, a devolução da diária não utilizada, revertendo o respectivo crédito a dotação orçamentária própria.

Parágrafo Único: A devolução será considerada como Receita do Município, quando se efetivar após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

Art. 12 - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta do orçamento vigente, na dotação própria, suplementada se necessário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

A N E X O I

Com Pernoite

(Art. 4º Caput)

CLASSIFICAÇÃO		DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
a)	Suprimido		
b)	Suprimido		
c)	Secretários Municipais, Contador, Controlador e Assessoria Jurídica.	R$ 450,00	R$ 650,00
d)	Chefes de Departamentos, Diretores, Coordenador de Setor, Servidores com Nível Superior atuando nas respectivas funções.	R$ 300,00	R$ 500,00
e)	Demais servidores do Poder Executivo.	R$ 200,00	R$ 300,00

A N E X O II

Sem Pernoite

(Art. 4º, § 1º)

CLASSIFICAÇÃO		DENTRO DO ESTADO
a)	Suprimido	
b)	Suprimido	
c)	Secretários Municipais, Contador, Controlador, Assessoria Jurídica.	R$ 200,00
d)	Chefes de Departamentos, Diretores, Coordenador de Setor, Servidores com Nível Superior atuando nas respectivas funções.	R$ 150, 00
e)	Demais servidores do Poder Executivo, Membros de Conselhos Municipais.	R$ 100,00

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA

P O R T A R I A No 040/2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ADEMIR APARECIDO ZULLI**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **CLAUDIVAN DUARTE SILVA**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2016/2017, com gozo de 15 dias nos períodos de 01 a 15 de outubro/2017 e 15 dias de 01 a 15 de janeiro/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 29 de setembro de 2017.

Vereador Ademir Aparecido Zulli

Presidente

Vereador Raonny Arruda Falcão

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE DENISE

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO PROCESSANTE

ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO PROCESSANTE

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2017, às 09h:00min, na Sala de Reunião da Câmara Municipal de Denise/MT, situada na Avenida Júlio Jose de Campos, nº. 111, Bairro Centro, na Cidade de Denise/MT, reuniram-se os vereadores **AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO, ANDERSON MENDES DE CAMPOS**, respectivamente, Presidente, Relator, ausente o vereador **ELÇO FLÁVIO DA SILVA**, membro da Comissão Especial dos Autos do Processo nº. 02/2017, instaurado pela Portaria nº 023/2017, de 06 de setembro de 2017, da Exma. Senhora Prefeita **ELIANE LINS DA SILVA**, que apura os fatos referidos no processo acima mencionado. Iniciados os trabalhos, foi feita a leitura do Relatório Inicial ao Processo 02/2017 da Comissão Especial de Inquérito apresentado pelo Ilustre Senhor Vereador Relator. Diante da circunstância, que foi constatada a ausência do Membro o Senhor Vereador Elço Flávio da Silva, de maneira injustificada, apesar da tempestiva intimação, tornando assim esse Ato prejudicado. O senhor Presidente suspendeu a presente Audiência, marcando uma Sessão Extraordinária desse Parlamento para deliberar sobre a substituição do Membro da CEI, sendo designada a Sessão para o dia 30 de setembro de 2017, às 15,00 horas.

Denise/MT, 28 de setembro de 2017.

AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO

PRESIDENTE

ANDERSON MENDES DE CAMPOS

RELATOR

ELÇO FLÁVIO DA SILVA

MEMBRO

REINALDO LORENÇONI FILHO

ADVOGADO DENUNCIADA

OAB/MT Nº. 6459-0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL NO 002/2017 - CISVAG

AVISO DE RESULTADO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL No 002/2017 - CISVAG

(PROCESSO No 008/2017-CISVAG)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, **OBJETIVANDO REPRESENTAR JUDICIAL E ADMINISTRATIVAMENTE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG NA ELABORAÇÃO DE PARECERES, RESOLUÇÕES**, **CONTRATOS, TERMOS ADITIVOS**, **PATROCÍNIO EM AÇÕES JUICIAIS QUE EM QUE CISVAG SEJA PARTE**, **ALÉM DO ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. O** Pregoeiro Oficial, regido pelo Decreto nº. 003/2017 e Decreto nº 094/2017 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017**, cujo certame se deu às 09h do dia 02/10/2017; **VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA**: **M. A. S. E SILVA**, inscrita no CNPJ: 09.126.100/0001-33,vencedora Item 01(um), no valor mensal de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), totalizando o valor de: R$ 34. 800,00,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais), Maiores informações fone 65 3266-2534, **Lucelia Martos Alves** ou site www.cisvag.com.br, Pontes e Lacerda/MT, 02 de outubro de 2017.

Lucelia Martos Alves

Pregoeiroa

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 004/2017 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFINITIVO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 004/2017

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFINITIVO

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado edital 001/2017, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental “Norte Araguaia”, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que foram homologadas as inscrições, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal, na pagina e assepublica.listaesditais.com.br para as devidas conferências.

Porto Alegre do Norte, em 02 de Outubro de 2017.

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente do CIDESA

AGENTE DE SERVIÇOS

Nº INSC	CANDIDATO
687284	Adileuza Pantaliao Fagundes
684298	Agta Fonseca Gunther
685451	Antonio Cabral Pinto Filho
683083	Bruna Oliveira Silva
684727	Cheyenne Santana Jacomo
684017	Dalmir Alves De Brito
686581	Danilo Moreira Parente
682702	Dario Douglas Da Silva
686216	Dayane Cristina F Silva
685127	Debora Narrary Mendonca De Oliveira
681735	Debora Rejane
686558	Diego Moreira Parente
687509	Dinamir Ferreira Santos
687820	Domingos Cunha Da Silva
687188	Edineide Da Silva Santos
684102	Elissandra Rosa De Oliveira
686858	Evanilson Da Silva Vitalino
688006	Fernando Divino Ribeiro Da Silvia
687440	Gerson De Andrade Toledo
687413	Igo Sousa Silva
682337	Ilma Gomes Dos Santos
688072	Islla Beatriz Ferretto
686368	Izaque Santana De Sousa
687885	Jailton Araujo Gomes
685280	Janaina Morais Fernandes
687732	Jean Carlos Farias De Araujo
682800	Jefferson Torres
681704	Jeisa Carla Pedrosa De Moraes
686297	Joilton Nunes Da Silva
686945	Junior Ferreira Noleto
681499	Keila Batista Teixeira
687128	Lourivan Ramalho Silva
686296	Lucas Juliao De Oliveira
681744	Lucimar Antonia Caixeta
687711	Lucivania Cruz Da Slva
685736	Macie Da Silva Guerra
681678	Maiara Batista De Lima Moraes
684629	Marcieldo Rodrigues Da Cunha
688040	Maria Marta Alves Piagem
688089	Mario Marcio Taques Costa
687542	Maykon Douglas Alves Alvarenga Da Silva
685126	Neuza Pereira De Oliveira
687992	Paulo Henrique Lima Dos Santos
686713	Rafael Da Costa Queiroz
686134	Rafael Yuri Almeida Silveira
681778	Rafaela De Almeida
685072	Raimunda Neta Barbosa Gil
686432	Raquel Cristina Dos Santos
682796	Raylanna Da Silva Santos
685176	Ronilton Barbosa Da Silva
688026	Sandi Evangelista Correa
683382	Sandra Dos Santos Pimenta
682275	Silmara Caroline Oliveira
686334	Silvano Jose
681872	Silvio Da Silva Santiago
682482	Taimara Campos Alvez
685903	Thalisson Thiago Dos Santos
682036	Thays Ferreira De Queiroz
686930	Ueslei Vieira Cabral
683244	Vitor Vinicius Da Silva Mendonca
687063	Wagner Oliveira Da Silva
683524	Wdjamillys Rodrigues Miranda
682161	Weliton De Souza
686032	Wellington Vincios Batista De Lima
686723	Willia Cruz Santana
685721	Wusley Barros Marinho
686393	Zelina Alves Moraes
685403	Zildemara Nunes Queiroz

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO
686359	Alan Daelson Herminio Dos Santos
685062	Alessandro Marcos Da Cruz Leite
687832	Alfredo Henrique De Souza Barros
686616	Aline De Camargo Oliveira
685831	Aline Muriel Da Silva Soares
685775	Allanwyktor Antunes Lopes E Souza
686591	Allyson Gabriel Veloso De Franca
684655	Amador Nunes De Sousa Neto
687960	Amanda Gabriela Alves Rodrigues
687816	Amanda Raiely Santos De Abreu
687300	Ana Flavia Goncalves Marinho
687904	Andrieli Pereira Matos
685030	Aparecida Prado

687915	Arieli Pereira Matos
684854	Aurileia Da Silva Ribeiro
681801	Berenice Amorin De Sousa
682246	Bruna Rafaela Luz Correia
685180	Carla Camila Martins Arruda Luz
687234	Carlos Alberto Rodrigues Lopes Lopes
683126	Carlos Antonio Poucas
684699	Carlos Eduardo Dos Santos Ferraz
683487	Carlos Michel Marques Da Silva
681491	Carlos Pedroso Da Silva Junior
687553	Cerisvaldo@mvdcasa.com
686918	Christopher Gomes Cardoso
688005	Cineia Nicolau De Souza
686277	Claudonei Pereira Mendes
683029	Clayton Silveira Fernandes
685247	Cristian E Maria Moreira Da Silva De Oliveira
684275	Dalila Helena Silva
684648	Dalith Monteiro Faria
686226	Daniel Ferreira De Araujo
685177	Daniela Heberle Silveira
685930	Daniela Moreira Parente
687638	Dannyellen Brizola Brito
685585	Debora Cantuario Menez
684214	Demercio Taveira
686394	Deysyene Maia Do Rosario
685421	Diana Alves Ribeiro
685059	Diogo Fernando Dias Santiago
682980	Eder Rodrigues Boa Sorte
687015	Eduardo Thierry Galvao De Souza
682157	Elenair Gomes De Pinho
682060	Eliane De Oliveira Santos
687945	Eliane Maria Melo Souza
682392	Ellen Aparecida
686110	Ellen Lorena Bonatto Ramos
683142	Ellida Alves Garcia
687588	Eva De Sousa Parente
687429	Fabiana Peres De Almeida
683748	Fabiano Barrim Da Silva
687064	Fabricio Alves Pimenta E Silva
685945	Fernanda Andressa De Souza Cruz
687011	Flaviana Ferreira Lustosa
683414	Florisbela Borges
684123	Francieli Fontenele Moraes Costa
685791	Gelcimara Malaquiad Babugem
688107	Geronima Monteiro Sales
681592	Glaucia Cristina Oliveira Bicalho
687094	Hayla Ludmila Bonatto Ramos
687695	Hermes Fernandes Rodrigues
688021	Ianka Fernanda Santos De Sa
687792	Igor Mateus Walker Do Amaral
684422	Ingrad Kaliny Marinho De Melo
686864	Inngridy Alves De Sousa Nakata
687811	Ismailson Andrade Amorim
686338	Iuli Cramolich
688141	Ivaneide Fonseca
681654	Jairo Santos De Melo
688101	Janaina Monteiro Sales
682113	Jarlene Lira Reis Piagem
681577	Jefferson Ravelly Gomes Alves
685002	Jessica Carla Rodrigues Soares
684304	Jhonattan Torres De Macena
687726	Jhony Neves De Souza
687720	Jocimauro Sebastiao Da Cruz
683108	Joelison Nacimento Da Silva
683593	Jose Francinaldo Dos Santos
686195	Jose Joao Da Silva
684636	Jose Vitor Gama Vieira
684066	Josias De Moraes Campos
687544	Jucineyde Dos Anjos Sonaque
685658	Juliana Rodrigues Noleto
687903	Juliene Pereira Da Silva
687419	Juscelmo Guimaraes Da Silva
685537	Kamila Cristina Souza De Oliveira
687871	Karina Goncalves Luz Silva
681790	Karoline Cecilia Sodre Alves
684758	Katia Regina Nishida
688078	Kelitta Alves Vilela
688071	Kelly Bernardino De Andrade
684441	Kemilly Cristina Granja Da Costa
682239	Kesia Mendes Da Silva
687770	Khetlyn Daiane De Almeida Ortiz
686386	Klaire Ingrid Ferraz Gasparoto
688119	Laiany Lima Bailao
684922	Laine Ryusse Souza Silva
687684	Lavinia Tavares Figueiredo Sales
683629	Leiliane Pereira De Abreu
684388	Leticia Alves Santos
684213	Leticia Uapodonepa Boroponepa
687676	Lidia Pereira Tavares
686559	Lilian Conceicao Vieira
687629	Lindomara Alves De Souza Dias
685393	Lucas Brito Guimaraes
688033	Lucas De Freitas
687681	Luciana Silva De Souza
687696	Lucilda Pereira Tavares
684918	Lucimar Pereira Do Amaral
681737	Lucimara Isotton
686230	Lucivania Alves Dos Santos
682395	Lucy Kelly Afonso
687648	Marcia Maria Brito Ferreira
687150	Marcos Felipe Proenca De Araujo
682359	Marcos Junior Lesiuk Silva
682930	Maria De Jesus Barbosa Setuba
686511	Maria Marcela Marcal Da Silva
683107	Mariel Rocha Machado
686646	Marina De Matos Maciel
685740	Mario Lucas Silva Camargo
687707	Marione Do Carmo Guimaraes Sousa
687191	Mateus Da Costa Santos
686494	Matheus Araujo Da Silva Badaro
688045	Mayara Sena Matos
682989	Miriam Christina Camara Nunes
687920	Moiseis Rodrigues Da Silva
687479	Nadia Elaine Magalhaes Azevedo
686608	Nayane Lopes
685690	Neidiane Guimaraes Luz
686076	Noelle Dalmagro Da Silva
686621	Noeme Silva Pinheiro Alencar
683698	Patrick Aparecido Veiga Gambarra
682443	Patrick Gobbi Da Silva
687966	Poliana Pereria Basilio Cassiano
685726	Polyana Afonso Lima
686847	Rafael Yuri Costa Silva
685799	Ramon Lima Moreira
684700	Raquel Cordeiro De Souza
686348	Raquel Maria De Araujo
686291	Rayane Souza Oliveira
684339	Renieldo Sousa Santos
684355	Rodrigo Lima De Oliveira
687537	Rogerio Honorio De Moraes
687759	Rosilei Carvalho Almeida Ardengui
686670	Sandra Pires Luz
685590	Sany Yoshiko Matubara De Jesus
684312	Sebastiao Ferreira De Melo
687715	Selma Ramos De Sousa Tavares
686819	Shirla Vanessa Da Silva Soares
685789	Sidimar Lisboa Dos Santos
687873	Simone Vieira Diniz
687601	Solange Silva Maciel
682744	Tacisio Bruno Carvalho Goncalves
682716	Tatijane Ribeiro Araujo
688066	Taynara Fonseca Fontela
683613	Thais Rodriguis
687216	Thiago Lima Arruda
682733	Uendel Tosta Dos Santos
686050	Valeria Barros Rodrigues
684260	Vanderlene De Lourdes Lopes
687427	Verediana De Souza Mota
684358	Veronice Dos Santos Fernnades
686507	Victor Hugo Marchesan Manini
686392	Vinicius Lima Ordonio
687084	Vinicius Souza Costa
681711	Viviane Junglaus
687981	Wilkendi Costa Da Silva
687889	Willian Martins De Barros

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC	CANDIDATO
688019	Adreia Costa Dos Santos
687560	Adrina Ferreira Cardozo Da Silva
684393	Alberto Santos Neto
688129	Alesandra Souza De Paula
687635	Alice Montel Valadares
687455	Ana Paula Dos Santos Cruz
687493	Antonio Francisco Pereira Dos Santos
684649	Arthur Santos Pimenta Souza
688003	Claudenir Alves Costa
687797	Cleiciane Brito Da Silva
687623	Cleivan Oliveira Ribeiro
687906	Cleonice Pereira Ribeiro
686197	Daniela De Souza Brito
687504	Edime Aguiar Alves Da Silva
688047	Edvaldo Prado De Andrade
688115	Eliana Alves Da Costa Maltez
687464	Eliquenia De Aguiar Costa
687752	Gleiciene Sena Dorta
687824	Helio Conceicao Da Silva
687893	Horieine Garlhems Alves De Souza
686549	Ingridy Da Silva Costa
687199	Ivaneis Dias Da Paz
688029	Ivonice Coelho Soares
686809	Jacimeire Guimaraes Silva
687655	Joao Juliano Da Silva Filho
687862	Jose Carlos Moreira Dos Santos
687120	Maria Aparecida De Souza
687575	Maria Elenice Pires De Sousa
687769	Maria Freitas De Oliveira
685922	Marilda Feitos De Matos Silva
684702	Miguelina Francisca Moreira Bezerra,
688126	Naire Rodrigues Gomes
688081	Nandialla De Souza Cruz
686587	Noely Alves Moreira
686770	Olivamar Dos Santos Silva
682119	Rainan Pinto E Silva
687791	Rita De Cassia Pereira Campos
688135	Sandra Rodrigues Gomes Da Silva
688056	Thaysa Criisthina Da Rocha Noleto
687501	Tiago Dias Araujo
687967	Viviane Marinho Guimaraes Silva
687666	Wucleude Ana Silva Dos Santos
687198	Yara Fernanda Coelho Borges

COZINHEIRO

Nº INSC	CANDIDATO
687420	Adriana Costa Da Silva
681892	Aellen Rodrigues
686797	Ageo Valzido Alves Luz
684085	Celia Regina Costa De Sousa
687984	Claudete Pereira Da Silva
687609	Daiany Farias Gomes
683784	Delmaci Souza Da Silva
687973	Deusanildes Pereira Da Silva
685568	Domingas Pereira De Oliveira
687491	Eleni Dos Santos Silva
688092	Eliana David Lopes
685647	Elisangela Ferreira Da Silva
687996	Fabiana Brito Dos Santos
687729	Fabiula Pereira Araujo
684105	Givaldo Junio Viana Mariano
684785	Isabel Alcantara Guerra De Oliveira
687798	Janaina Rodrigues Araujo Cunha Ribeiro
683174	Jefferson Rodrigues Soares De Souza
685806	Joseli Teixeira Pinto
687656	Jucerlei Bonatto
686350	Kathariny Tenorio Dos Santos Lopes
685010	Kleber Moniz Nascimento
685091	Lorena Camila Pereira Camargo
687127	Luciana Maria De Jesus
682117	Lucilene Da Silva Oliveira
687111	Luzmari Neres Da Silva Cardoso
687187	Maria Da Cruz Marinho Guimaraes
687866	Maria Do Santo Honorato Campos Moreira
687804	Maria Elza Cunha Da Silva
684737	Maria Madalena Delfino De Souza Santos
686763	Maria Marques Duque
682052	Naipi Sales Andrade
687307	Odete Pereira Lima
683754	Osiel Martins Azevedo
681805	Roberto Lopes
685619	Ronise Cristina Rocha Bosaipo
688109	Rosa Alves Biserra
687746	Rosangela De Souza Cunha
687748	Tania Morais Farias
687087	Vanderlei Meira Da Silva
684556	Wender Rogerio De Lima

MECÂNICO CNH C

Nº INSC	CANDIDATO
682268	Clarindo Braz De Figueiredo
688052	Edmilson Barbosa Da Silva Junior
684895	Gilberto Pereira Dos Santos
681519	Luciano Vianei Ribeiro Silva
687685	Renato Honorio De Moraes
687172	Valdemir Figueira De Jesus

MOTORISTA CNH D

Nº INSC	CANDIDATO
687550	Adelino Virgulino De Sousa
687341	Ademilson Barbosa
684652	Alair Pereira Da Silva
684883	Altair Nunes Da Cruz
685999	Americo Benedito Dos Santos
686712	Anderson Bayer Mauricio
687573	Andre Farias Da Mota
686674	Circiomar De Brito Ferreira
682917	Cleidivan Coelho Carneiro
688102	Cleiton Peres De Araujo
686756	Clever Alex Araujo De Medeiros
684900	Cristiano Araujo Lopes
681554	Daniel Araujo Costa
684665	Daniel Messias De Oliveira
687290	Demilson Ribeiro Dias
685083	Deusimar De Oliveira
686305	Dinalmir Da Silva Santos
681864	Divino Eduardo Duarte Rodrigues
682713	Donizette Coelho Lima
688122	Doreis Pereira Cardoso
687691	Edmar Reis Da Rocha
687751	Eliezer Ramos Do Espirito Santo
682224	Elio Cesar De Oliveira
682355	Everaldo Da Silva Machado
685952	Francisco Carneiro Ramos Neto
687594	Genilson Silva Monteiro
686815	Genivaldo De Sousa Parente
685991	Gilberto Rodrigues Da Silva
687891	Halex Borges De Aragao
682608	Inimar Miranda Cunha
687008	Jhon Lenno Caldas Dos Santos
684088	Joao Roberto Costa Menezes
687535	Joao Valdevino De Freitas
686648	Joelton Nogueira Dos Santos
686421	Jose Pablo Diego De Carvalho Campos
687304	Jose Wilson Aires Da Silva
686508	Julhano Oliveira De Souza
684351	Julio Vitoria Macedo
686779	Junior Gomes Dos Santos
683400	Lenilson Marques Da Silva
686395	Leoncio Pereira Do Rosario Junior
686724	Lucas Rafael Pereira
686981	Luciano Dias Zago
687576	Luiz Gonzaga Dias Guimaraes
684091	Maikon Antonio Dantas
683911	Marcello Arthur Barbosa
684428	Marcelo Da Cruz Rodrigues
687037	Marcione Coelho De Matos
681538	Marcos Gouveia Vieira Costa
685983	Mario Aparecido Camargo
687478	Markus Vinicios Luz Bubans

682234	Mayquel Prichua Da Silva
686403	Moises Soares Da Costa
687154	Nelson Ricardo Alves De Souza
684112	Paulo Andre Da Silva
682659	Paulo Paciente Gunther
683752	Reinaldo Monthay Gomes
687652	Renato Silva Do Nascimento
687939	Rodrigo Costa Silva
685796	Roney Diniz De Souza
685943	Rony Eduardo Pratto
684975	Sebastiao Siqueira Da Cruz
687305	Sergio Silva Rocha
688125	Uanderson Diavani Becker
682918	Uilton Assis Da Silva
682896	Victor Bonfim
687193	Vinicius Aurelio Da Silva Gavenda
684808	Viuto Inacio Cardoso
687525	Wagner Crispim Mendes
685251	Wagner Oliveira De Aguiar
687894	Wemerson Martins De Oliveira
685735	Wilson Da Silva Dias

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Nº INSC	CANDIDATO
686869	Ailton Ferreira Da Costa
683642	Anderson Douglas Da Silva
686530	Arlison Jose Melo Viana
684372	Arnalio Santos Rodrigues
687908	Cleber Ibraim De Oliveira
684956	Clenisvaldo Siqueira Da Cruz
688010	Divino Teonis Gloria Da Silva
685503	Ednor Franck Araujo Fernandes
685853	Evandro Laranjeira Dos Santos
687437	Flavio Alves Vasconcelos
684534	Gilvan Lima Ramos
683779	Guilherme Menez Dos Santos
684210	Henrique Pereira Rossini
685026	Ismael Do Carmo Brito
686578	Izaque Bispo De Oliveira
685290	Jairo Primo De Resende
687561	Jamisfran Da Silva Barros
685886	Jefferson Pereira Camargo
687670	Joao Mariano Batista Da Silva
687555	Jose Divino Dias Vieira
688090	Jose Vitor Gomes De Souza
684297	Juliano Fernandes De Freitas
688088	Leandro Rui Ferreira De Andrade
686543	Luiz Carlos Da Silva
687899	Nelson Martins Queiroz
687982	Rogerio Pereira Rocha
686702	Uires Maciel Pereira
688034	Vando Costa Alcantara
685218	Wanderson Marques Carvalho
687285	Weldas Coelho Alencar

EDITAL 001/2017 DIVULGAÇÃO DO LOCAL DE PROVAS PERIODO VESPERTINO

AGENTE DE SERVIÇOS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
687284	AdileuzaPantaliao Fagundes	642.611.902-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684298	Agta Fonseca Gunther	035.249.151-59	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
685451	Antonio Cabral Pinto Filho	008.869.211-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
683083	Bruna Oliveira Silva	052.846.231-85	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684727	Cheyenne Santana Jacomo	030.623.021-60	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684017	Dalmir Alves De Brito	513.946.421-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686581	Danilo Moreira Parente	044.914.881-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
682702	Dario Douglas Da Silva	013.130.391-01	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686216	Dayane Cristina F Silva	965.756.461-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
685127	Debora Narrary Mendonca De Oliveira	014.498.242-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
681735	Debora Rejane	039.749.221-99	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686558	Diego Moreira Parente	044.914.871-89	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687509	Dinamir Ferreira Santos	010.666.511-16	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687820	Domingos Cunha Da Silva	023.116.361-46	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687188	Edineide Da Silva Santos	009.015.061-92	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
684102	Elissandra Rosa De Oliveira	979.317.131-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686858	Evanilson Da Silva Vitalino	006.605.382-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
688006	Fernando Divino Ribeiro Da Silvia	047.630.541-12	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687440	Gerson De Andrade Toledo	039.797.439-69	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687413	Igo Sousa Silva	027.257.421-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
682337	Ilma Gomes Dos Santos	047.363.441-48	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
688072	Islla Beatriz Ferretto	752.230.821-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686368	Izaque Santana De Sousa	025.091.221-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687885	JailtonAraujo Gomes	893.842.101-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6

685280	Janaina Morais Fernandes	006.763.071-59	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687732	Jean Carlos Farias De Araujo	028.726.441-64	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
682800	Jefferson Torres	028.815.721-46	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
681704	Jeisa Carla Pedrosa De Moraes	005.769.441-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686297	Joilton Nunes Da Silva	707.228.381-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686945	Junior Ferreira Noleto	046.378.391-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
681499	Keila Batista Teixeira	998.594.081-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687128	Lourivan Ramalho Silva	704.218.011-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
686296	Lucas Juliao De Oliveira	065.598.851-35	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
681744	Lucimar Antonia Caixeta	817.737.651-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687711	Lucivania Cruz Da Slva	878.171.281-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
685736	Macie Da Silva Guerra	277.689.218-79	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
681678	Maiara Batista De Lima Moraes	809.112.931-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
684629	Marcieldo Rodrigues Da Cunha	010.254.882-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
688040	Maria Marta Alves Piagem	555.192.291-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
688089	Mario Marcio Taques Costa	026.843.371-28	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687542	Maykon Douglas Alves Alvarenga Da Silva	065.714.601-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
685126	Neuza Pereira De Oliveira	979.103.682-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 6
687992	Paulo Henrique Lima Dos Santos	041.080.481-99	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686713	Rafael Da Costa Queiroz	045.233.353-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686134	Rafael Yuri Almeida Silveira	023.665.991-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
681778	Rafaela De Almeida	043.586.181-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
685072	Raimunda Neta Barbosa Gil	720.824.962-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686432	Raquel Cristina Dos Santos	061.122.111-06	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
682796	Raylanna Da Silva Santos	022.175.911-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
685176	Ronilton Barbosa Da Silva	020.920.202-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
688026	Sandi Evangelista Correa	045.424.621-88	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
683382	Sandra Dos Santos Pimenta	558.652.241-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
682275	Silmara Caroline Oliveira	015.284.491-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686334	Silvano Jose	826.153.141-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
681872	Silvio Da Silva Santiago	998.433.402-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
682482	Taimara Campos Alvez	046.952.841-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
685903	Thalisson Thiago Dos Santos	063.929.131-73	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
682036	Thays Ferreira De Queiroz	704.377.131-56	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686930	Ueslei Vieira Cabral	011.774.902-85	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
683244	Vitor Vinicius Da Silva Mendonca	041.699.821-69	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
687063	Wagner Oliveira Da Silva	043.525.261-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
683524	Wdjamillys Rodrigues Miranda	606.281.313-21	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
682161	Weliton De Souza	802.098.401-10	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686032	Wellington Vincios Batista De Lima	053.964.031-01	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686723	Willia Cruz Santana	021.092.741-07	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
685721	Wusley Barros Marinho	059.298.001-46	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7
686393	Zelina Alves Moraes	487.706.631-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7

685403	Zildemara Nunes Queiroz	015.687.291-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 7

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
686359	Alan DaelsonHerminio Dos Santos	097.498.874-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685062	Alessandro Marcos Da Cruz Leite	621.813.351-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687832	Alfredo Henrique De Souza Barros	973.165.201-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
686616	Aline De Camargo Oliveira	915.151.731-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685831	Aline Muriel Da Silva Soares	754.219.091-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685775	Allanwyktor Antunes Lopes E Souza	011.081.531-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
686591	Allyson Gabriel Veloso De Franca	058.380.891-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684655	Amador Nunes De Sousa Neto	690.776.571-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687960	Amanda Gabriela Alves Rodrigues	047.410.471-05	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687816	Amanda Raiely Santos De Abreu	047.364.951-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687300	Ana Flavia Goncalves Marinho	006.799.551-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687904	Andrieli Pereira Matos	040.763.741-93	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685030	Aparecida Prado	022.247.359-28	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687915	Arieli Pereira Matos	031.303.621-77	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684854	Aurileia Da Silva Ribeiro	788.507.972-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
681801	Berenice Amorin De Sousa	050.786.341-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
682246	Bruna Rafaela Luz Correia	053.051.771-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685180	Carla Camila Martins Arruda Luz	006.553.101-93	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687234	Carlos Alberto Rodrigues Lopes Lopes	980.608.801-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
683126	Carlos Antonio Poucas	514.418.966-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684699	Carlos Eduardo Dos Santos Ferraz	996.390.171-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
683487	Carlos Michel Marques Da Silva	654.276.291-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
681491	Carlos Pedroso Da Silva Junior	043.763.886-37	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687553	Cerisvaldo@mvdcasa.com	951.788.561-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
686918	Christopher Gomes Cardoso	060.753.851-18	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
688005	Cineia Nicolau De Souza	029.212.481-31	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686277	Claudonei Pereira Mendes	025.750.891-07	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
683029	Clayton Silveira Fernandes	462.641.830-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685247	Cristian E Maria Moreira Da Silva De Oliveira	689.046.901-10	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684275	Dalila Helena Silva	018.716.451-74	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684648	Dalith Monteiro Faria	695.238.191-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
686226	Daniel Ferreira De Araujo	032.987.422-52	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685177	Daniela Heberle Silveira	025.820.030-85	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685930	Daniela Moreira Parente	041.217.001-98	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
687638	Dannyellen Brizola Brito	040.763.721-40	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
685585	Debora CantuarioMenez	028.056.981-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 1
684214	Demercio Taveira	953.502.501-59	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
686394	Deysyene Maia Do Rosario	018.756.101-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
685421	Diana Alves Ribeiro	740.210.441-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
685059	Diogo Fernando Dias Santiago	622.175.001-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2

682980	Eder Rodrigues Boa Sorte	699.601.351-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687015	Eduardo Thierry Galvao De Souza	047.481.241-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
682157	Elenair Gomes De Pinho	568.027.061-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
682060	Eliane De Oliveira Santos	015.331.831-71	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687945	Eliane Maria Melo Souza	046.042.081-07	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
682392	Ellen Aparecida	012.719.331-60	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
686110	Ellen Lorena Bonatto Ramos	054.497.521-99	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
683142	Ellida Alves Garcia	022.928.831-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687588	Eva De Sousa Parente	015.287.131-41	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687429	Fabiana Peres De Almeida	039.876.171-01	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
683748	Fabiano Barrim Da Silva	061.822.499-86	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687064	Fabricio Alves Pimenta E Silva	906.803.751-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
685945	Fernanda Andressa De Souza Cruz	033.666.831-71	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687011	Flaviana Ferreira Lustosa	007.184.571-29	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
683414	Florisbela Borges	354.362.711-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
684123	Francieli Fontenele Moraes Costa	056.666.521-25	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
685791	GelcimaraMalaquiad Babugem	067.101.931-79	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
688107	Geronima Monteiro Sales	024.669.971-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
681592	Glaucia Cristina Oliveira Bicalho	069.941.666-35	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687094	Hayla Ludmila Bonatto Ramos	054.741.541-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687695	Hermes Fernandes Rodrigues	329.262.781-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
688021	Ianka Fernanda Santos De Sa	008.227.302-27	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687792	Igor Mateus Walker Do Amaral	056.442.761-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
684422	IngradKaliny Marinho De Melo	038.526.211-60	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
686864	Inngridy Alves De Sousa Nakata	052.116.911-99	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
687811	Ismailson Andrade Amorim	039.278.661-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
686338	IuliCramolich	029.175.851-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
688141	Ivaneide Fonseca	016.249.251-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
681654	Jairo Santos De Melo	895.734.041-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
688101	Janaina Monteiro Sales	040.229.221-92	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
682113	Jarlene Lira Reis Piagem	082.138.537-25	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 2
681577	Jefferson Ravelly Gomes Alves	057.554.771-59	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
685002	Jessica Carla Rodrigues Soares	041.296.371-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684304	Jhonattan Torres De Macena	023.932.331-99	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687726	Jhony Neves De Souza	046.661.031-98	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687720	Jocimauro Sebastiao Da Cruz	020.247.161-64	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
683108	JoelisonNacimento Da Silva	028.361.382-38	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
683593	Jose Francinaldo Dos Santos	060.981.291-26	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
686195	Jose Joao Da Silva	046.051.404-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684636	Jose Vitor Gama Vieira	053.420.341-83	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684066	Josias De Moraes Campos	314.434.001-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687544	Jucineyde Dos Anjos Sonaque	458.410.041-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
685658	Juliana Rodrigues Noleto	059.368.871-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3

687903	Juliene Pereira Da Silva	028.039.561-28	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687419	Juscelmo Guimaraes Da Silva	931.839.681-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
685537	Kamila Cristina Souza De Oliveira	058.457.061-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687871	Karina Goncalves Luz Silva	039.020.171-55	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
681790	Karoline Cecilia Sodre Alves	032.101.121-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684758	Katia Regina Nishida	925.829.821-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
688078	Kelitta Alves Vilela	701.334.321-81	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
688071	Kelly Bernardino De Andrade	343.890.928-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684441	Kemilly Cristina Granja Da Costa	052.149.761-27	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
682239	Kesia Mendes Da Silva	061.232.961-59	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687770	Khetlyn Daiane De Almeida Ortiz	062.402.131-95	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
686386	Klaire Ingrid Ferraz Gasparoto	721.585.491-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
688119	Laiany Lima Bailao	043.473.891-32	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684922	LaineRyusse Souza Silva	703.381.891-22	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687684	Lavinia Tavares Figueiredo Sales	062.803.171-88	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
683629	Leiliane Pereira De Abreu	035.332.811-16	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684388	Leticia Alves Santos	025.091.631-24	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
684213	Leticia UapodonepaBoroponepa	060.307.721-80	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687676	Lidia Pereira Tavares	026.017.951-58	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
686559	Lilian Conceicao Vieira	047.364.881-40	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687629	Lindomara Alves De Souza Dias	824.905.461-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
685393	Lucas Brito Guimaraes	032.238.911-96	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
688033	Lucas De Freitas	066.084.381-17	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 3
687681	Luciana Silva De Souza	954.863.641-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687696	Lucilda Pereira Tavares	983.417.821-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
684918	Lucimar Pereira Do Amaral	057.107.491-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
681737	Lucimara Isotton	880.984.941-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686230	Lucivania Alves Dos Santos	014.556.811-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
682395	Lucy Kelly Afonso	000.641.951-80	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687648	Marcia Maria Brito Ferreira	008.859.881-08	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687150	Marcos Felipe Proenca De Araujo	704.376.931-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
682359	Marcos Junior Lesiuk Silva	001.810.952-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
682930	Maria De Jesus Barbosa Setuba	555.289.101-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686511	Maria Marcela Marcal Da Silva	061.462.311-18	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
683107	Mariel Rocha Machado	053.128.721-13	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686646	Marina De Matos Maciel	047.410.621-71	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
685740	Mario Lucas Silva Camargo	053.116.261-35	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687707	Marione Do Carmo Guimaraes Sousa	032.420.841-36	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687191	Mateus Da Costa Santos	051.015.261-93	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686494	Matheus Araujo Da Silva Badaro	047.363.331-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
688045	Mayara Sena Matos	040.409.401-56	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
682989	Miriam Christina Camara Nunes	035.040.546-89	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687920	Moiseis Rodrigues Da Silva	555.236.171-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4

687479	Nadia Elaine Magalhaes Azevedo	617.004.521-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686608	Nayane Lopes	044.745.281-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
685690	Neidiane Guimaraes Luz	035.727.121-14	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686076	NoelleDalmagro Da Silva	051.587.281-43	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686621	Noeme Silva Pinheiro Alencar	674.602.162-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
683698	Patrick Aparecido Veiga Gambarra	701.213.634-06	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
682443	Patrick Gobbi Da Silva	015.009.492-21	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
687966	Poliana PereriaBasilio Cassiano	035.191.991-06	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
685726	Polyana Afonso Lima	034.032.851-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686847	Rafael Yuri Costa Silva	034.129.191-95	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
685799	Ramon Lima Moreira	478.902.928-05	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
684700	Raquel Cordeiro De Souza	052.966.571-95	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686348	Raquel Maria De Araujo	017.406.661-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
686291	Rayane Souza Oliveira	054.314.591-39	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
684339	Renieldo Sousa Santos	054.950.601-21	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 4
684355	Rodrigo Lima De Oliveira	056.290.811-01	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687537	Rogerio Honorio De Moraes	948.895.201-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687759	Rosilei Carvalho Almeida Ardengui	513.635.261-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686670	Sandra Pires Luz	925.067.121-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
685590	SanyYoshikoMatubara De Jesus	013.180.322-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684312	Sebastiao Ferreira De Melo	001.057.881-12	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687715	Selma Ramos De Sousa Tavares	982.485.451-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686819	Shirla Vanessa Da Silva Soares	073.426.141-14	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
685789	Sidimar Lisboa Dos Santos	059.139.079-57	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687873	Simone Vieira Diniz	000.917.891-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687601	Solange Silva Maciel	048.197.371-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
682744	Tacisio Bruno Carvalho Goncalves	040.019.063-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
682716	Tatijane Ribeiro Araujo	039.999.881-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
688066	Taynara Fonseca Fontela	046.902.941-27	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
683613	Thais Rodriguis	059.398.551-64	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687216	Thiago Lima Arruda	062.209.471-85	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
682733	Uendel Tosta Dos Santos	017.840.155-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686050	Valeria Barros Rodrigues	045.031.451-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684260	Vanderlene De Lourdes Lopes	496.004.351-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687427	Verediana De Souza Mota	003.353.931-60	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
684358	Veronice Dos Santos Fernnades	073.300.661-25	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686507	Victor Hugo MarchesanManini	059.389.751-07	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
686392	Vinicius Lima Ordonio	046.372.961-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687084	Vinicius Souza Costa	028.129.411-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
681711	Viviane Junglaus	010.748.821-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687981	Wilkendi Costa Da Silva	061.225.131-48	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5
687889	Willian Martins De Barros	010.878.331-67	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	VESPERTINO	08/10/2017 13:00	Sala 5

EDITAL 001/2017 DIVULGAÇÃO DO LOCAL DE PROVAS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
688019	Adreia Costa Dos Santos	046.492.611-47	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687560	Adrina Ferreira Cardozo Da Silva	992.880.011-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
684393	Alberto Santos Neto	018.375.358-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688129	Alesandra Souza De Paula	788.041.751-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687635	Alice Montel Valadares	062.576.811-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687455	Ana Paula Dos Santos Cruz	749.120.701-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687493	Antonio Francisco Pereira Dos Santos	010.215.573-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
684649	Arthur Santos Pimenta Souza	069.200.056-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688003	Claudenir Alves Costa	017.606.071-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687797	Cleiciane Brito Da Silva	065.549.841-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687623	Cleivan Oliveira Ribeiro	027.395.211-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687906	Cleonice Pereira Ribeiro	869.916.041-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
686197	Daniela De Souza Brito	040.702.821-81	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687504	Edime Aguiar Alves Da Silva	010.835.271-42	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688047	Edvaldo Prado De Andrade	349.892.261-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688115	Eliana Alves Da Costa Maltez	234.479.071-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687464	Eliquenia De Aguiar Costa	704.377.191-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687752	Gleiciene Sena Dorta	046.384.631-18	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687824	HelioConceicao Da Silva	046.817.021-96	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687893	HorieineGarlhems Alves De Souza	011.425.921-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
686549	Ingridy Da Silva Costa	061.666.761-23	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687199	Ivaneis Dias Da Paz	006.190.181-43	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688029	Ivonice Coelho Soares	977.485.521-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
686809	Jacimeire Guimaraes Silva	044.413.641-05	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687655	Joao Juliano Da Silva Filho	502.494.791-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687862	Jose CarlosMoreira Dos Santos	156.939.168-80	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687120	Maria Aparecida De Souza	446.197.151-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687575	Maria Elenice Pires De Sousa	460.107.501-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
687769	Maria Freitas De Oliveira	545.813.541-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
685922	Marilda FeitosDe Matos Silva	002.730.121-42	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
684702	Miguelina Francisca Moreira Bezerra,	802.010.081-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688126	Naire Rodrigues Gomes	545.903.611-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
688081	Nandialla De Souza Cruz	033.666.781-78	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
686587	Noely Alves Moreira	039.127.621-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
686770	Olivamar Dos Santos Silva	012.442.701-48	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 1
682119	Rainan Pinto E Silva	053.088.911-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687791	Rita De Cassia Pereira Campos	036.141.761-69	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
688135	Sandra Rodrigues Gomes Da Silva	555.255.801-44	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
688056	ThaysaCriisthina Da Rocha Noleto	047.827.881-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687501	Tiago Dias Araujo	039.999.871-38	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2

687967	Viviane Marinho Guimaraes Silva	035.932.991-86	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687666	Wucleude Ana Silva Dos Santos	005.877.181-61	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687198	Yara Fernanda Coelho Borges	059.373.331-28	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2

COZINHEIRO

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
687420	Adriana Costa Da Silva	045.078.301-41	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
681892	Aellen Rodrigues	739.928.281-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
686797	AgeoValzido Alves Luz	545.815.241-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
684085	Celia Regina Costa De Sousa	931.978.371-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687984	Claudete Pereira Da Silva	020.960.231-73	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687609	Daiany Farias Gomes	041.224.081-56	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
683784	Delmaci Souza Da Silva	643.646.821-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687973	Deusanildes Pereira Da Silva	484.633.531-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
685568	Domingas Pereira De Oliveira	545.819.821-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687491	Eleni Dos Santos Silva	946.140.912-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
688092	Eliana David Lopes	009.301.352-37	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
685647	Elisangela Ferreira Da Silva	701.294.151-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687996	Fabiana Brito Dos Santos	060.472.421-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687729	Fabiula Pereira Araujo	028.126.011-75	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
684105	GivaldoJunio Viana Mariano	036.180.011-85	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
684785	Isabel Alcantara Guerra De Oliveira	965.979.506-82	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687798	Janaina Rodrigues Araujo Cunha Ribeiro	020.090.151-69	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
683174	Jefferson Rodrigues Soares De Souza	027.699.322-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
685806	Joseli Teixeira Pinto	144.189.388-18	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687656	Jucerlei Bonatto	770.870.891-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
686350	KatharinyTenorio Dos Santos Lopes	379.457.448-69	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
685010	Kleber Moniz Nascimento	047.004.355-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
685091	Lorena Camila Pereira Camargo	022.258.521-89	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687127	Luciana Maria De Jesus	978.570.171-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
682117	Lucilene Da Silva Oliveira	033.945.431-84	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687111	LuzmariNeres Da Silva Cardoso	021.588.221-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687187	Maria Da Cruz Marinho Guimaraes	013.833.651-21	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 2
687866	Maria Do Santo Honorato Campos Moreira	020.443.941-89	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687804	Maria Elza Cunha Da Silva	873.879.801-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
684737	Maria Madalena Delfino De Souza Santos	989.028.901-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
686763	Maria Marques Duque	628.096.951-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
682052	Naipi Sales Andrade	316.827.151-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687307	Odete Pereira Lima	913.172.231-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
683754	Osiel Martins Azevedo	943.237.121-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
681805	Roberto Lopes	058.265.097-67	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
685619	Ronise Cristina Rocha Bosaipo	593.672.611-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
688109	Rosa Alves Biserra	709.120.251-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687746	Rosangela De Souza Cunha	005.047.981-46	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3

687748	Tania Morais Farias	555.224.161-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687087	Vanderlei Meira Da Silva	828.024.321-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
684556	Wender Rogerio De Lima	019.658.461-22	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3

MECÂNICO CNH C

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
682268	Clarindo Braz De Figueiredo	314.238.501-06	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
688052	Edmilson BarbosaDa Silva Junior	071.631.884-98	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684895	Gilberto Pereira Dos Santos	545.650.901-63	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
681519	Luciano Vianei Ribeiro Silva	064.753.338-32	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687685	Renato Honorio De Moraes	568.379.091-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687172	Valdemir Figueira De Jesus	344.441.301-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5

MOTORISTA CNH D

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
687550	Adelino Virgulino De Sousa	005.461.571-22	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687341	Ademilson Barbosa	002.078.038-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
684652	Alair Pereira Da Silva	017.736.651-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
684883	Altair Nunes Da Cruz	626.983.891-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
685999	Americo Benedito Dos Santos	276.348.411-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
686712	Anderson Bayer Mauricio	035.217.761-66	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687573	Andre Farias Da Mota	008.882.321-01	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
686674	Circiomar De Brito Ferreira	031.903.781-93	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
682917	Cleidivan Coelho Carneiro	996.236.761-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
688102	Cleiton Peres De Araujo	935.339.001-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
686756	Clever Alex Araujo De Medeiros	555.258.731-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684900	Cristiano Araujo Lopes	004.890.461-93	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
681554	Daniel Araujo Costa	020.078.321-19	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
684665	Daniel Messias De Oliveira	917.238.251-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687290	Demilson Ribeiro Dias	555.218.191-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
685083	Deusimar De Oliveira	654.436.591-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
686305	Dinalmir Da Silva Santos	025.000.171-33	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/ 201708:00	Sala 3
681864	Divino Eduardo Duarte Rodrigues	555.228.151-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
682713	Donizette Coelho Lima	025.693.811-36	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
688122	Doreis Pereira Cardoso	006.190.241-19	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687691	Edmar Reis Da Rocha	707.991.131-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
687751	Eliezer Ramos Do Espirito Santo	023.552.521-90	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 3
682224	Elio Cesar De Oliveira	645.117.071-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
682355	Everaldo Da Silva Machado	919.922.901-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
685952	Francisco Carneiro Ramos Neto	604.593.871-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687594	Genilson Silva Monteiro	001.547.581-67	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686815	Genivaldo De Sousa Parente	959.546.941-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
685991	Gilberto Rodrigues Da Silva	709.181.631-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687891	Halex Borges De Aragao	011.333.891-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4

682608	Inimar Miranda Cunha	478.371.361-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687008	JhonLenno Caldas Dos Santos	919.407.961-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
684088	Joao Roberto Costa Menezes	770.527.571-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687535	Joao Valdevino De Freitas	019.745.034-29	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686648	Joelton Nogueira Dos Santos	030.956.911-73	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686421	Jose Pablo Diego De Carvalho Campos	014.846.031-33	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687304	Jose Wilson Aires Da Silva	014.678.221-67	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686508	Julhano Oliveira De Souza	037.277.911-52	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
684351	Julio Vitoria Macedo	006.905.491-64	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686779	Junior Gomes Dos Santos	912.788.721-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
683400	Lenilson Marques Da Silva	005.289.211-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686395	Leoncio Pereira Do Rosario Junior	036.500.531-28	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686724	Lucas Rafael Pereira	032.338.971-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686981	Luciano Dias Zago	624.084.701-10	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687576	Luiz Gonzaga Dias Guimaraes	495.922.461-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
684091	MaikonAntonio Dantas	006.170.232-39	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
683911	Marcello Arthur Barbosa	074.896.497-57	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
684428	Marcelo Da Cruz Rodrigues	984.664.701-82	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687037	Marcione Coelho De Matos	016.487.431-37	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
681538	Marcos Gouveia Vieira Costa	003.135.941-80	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
685983	Mario Aparecido Camargo	366.541.409-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687478	MarkusVinicios Luz Bubans	027.633.851-09	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
682234	MayquelPrichua Da Silva	005.792.591-70	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
686403	Moises Soares Da Costa	005.082.861-40	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687154	Nelson Ricardo Alves De Souza	014.385.531-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
684112	Paulo Andre Da Silva	248.101.558-46	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
682659	Paulo Paciente Gunther	406.355.461-91	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
683752	Reinaldo Monthay Gomes	008.382.552-56	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 4
687652	Renato Silva Do Nascimento	051.183.481-02	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687939	Rodrigo Costa Silva	034.074.921-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685796	Roney Diniz De Souza	981.914.381-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685943	Rony Eduardo Pratto	329.562.661-87	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684975	Sebastiao Siqueira Da Cruz	882.424.711-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687305	Sergio Silva Rocha	981.953.011-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
688125	UandersonDiavani Becker	041.720.791-30	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
682918	Uilton Assis Da Silva	535.894.591-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
682896	Victor Bonfim	617.272.961-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687193	Vinicius Aurelio Da Silva Gavenda	031.584.731-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684808	ViutoInacio Cardoso	263.475.711-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687525	Wagner Crispim Mendes	009.360.631-14	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685251	Wagner Oliveira De Aguiar	047.677.041-62	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687894	Wemerson Martins De Oliveira	899.960.971-53	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685735	Wilson Da Silva Dias	043.253.051-73	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Endereço	Período	Início	Sala
686869	Ailton Ferreira Da Costa	845.986.111-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
683642	Anderson Douglas Da Silva	102.276.694-52	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
686530	Arlison Jose Melo Viana	924.127.932-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684372	Arnalio Santos Rodrigues	853.716.531-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687908	Cleber Ibraim De Oliveira	005.782.531-94	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684956	Clenisvaldo Siqueira Da Cruz	967.655.771-49	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
688010	Divino Teonis Gloria Da Silva	353.079.271-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685503	EdnorFranckAraujo Fernandes	039.593.971-27	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685853	Evandro Laranjeira Dos Santos	023.278.272-56	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
687437	Flavio Alves Vasconcelos	056.046.031-71	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684534	Gilvan Lima Ramos	453.476.701-34	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
683779	Guilherme Menez Dos Santos	749.104.851-04	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
684210	Henrique Pereira Rossini	015.683.212-79	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 5
685026	Ismael Do Carmo Brito	232.177.402-97	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
686578	Izaque Bispo De Oliveira	047.387.271-41	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
685290	Jairo Primo De Resende	924.417.501-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687561	Jamisfran Da Silva Barros	606.809.583-55	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
685886	Jefferson Pereira Camargo	706.197.941-00	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687670	Joao Mariano Batista Da Silva	009.527.241-03	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687555	Jose Divino Dias Vieira	002.006.811-50	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
688090	Jose Vitor Gomes De Souza	773.131.431-68	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
684297	Juliano Fernandes De Freitas	029.607.761-51	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
688088	Leandro Rui Ferreira De Andrade	035.084.152-79	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
686543	Luiz Carlos Da Silva	871.920.041-20	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687899	Nelson Martins Queiroz	034.849.811-05	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687982	Rogerio Pereira Rocha	848.137.681-72	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
686702	Uires Maciel Pereira	021.506.941-23	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
688034	Vando Costa Alcantara	022.029.191-80	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
685218	Wanderson Marques Carvalho	027.428.341-76	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6
687285	Weldas Coelho Alencar	634.582.091-15	ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA	MATUTINO	08/10/2017 08:00	Sala 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

LEI Nº 850, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI Nº 850, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO ART. 44 DA LEI MUNICIPAL N. 617, DE 01 DE JUNHO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. 44 da Lei Municipal nº 617, de 01 de junho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 44. .....

IV - De uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 15,67% (quinze inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) relativo ao custo normal e 7,87% (sete inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em abril/2017.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 44 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito Municipal em 27, de setembro de 2017.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2017	7,87%
2018	8,32%
2019	8,77%
2020	9,21%
2021	9,66%
2022	10,11%
2023	10,56%
2024	11,01%
2025	11,45%
2026	11,90%
2027	12,35%
2028	12,80%
2029	13,25%
2030	13,69%
2031	14,14%
2032	14,59%
2033	15,04%
2034	15,49%
2035	15,93%
2036	16,38%
2037	16,83%
2038	17,28%
2039	17,73%
2040	18,17%
2041	18,62%
2042	19,07%
2043	19,52%
2044	19,97%
2045	20,42%
2046	20,86%

LEI Nº 849, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI Nº 849, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Acorizal/MT, para o período de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no Art. 11, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, através do qual são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos de I a III.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual:

I – Mensagem do governo contendo:

a) Processo de Elaboração do PPA - metodologia de elaboração do Plano;

b) Situação Sócio-Econômico e Ambiental – uma visão sobre os principais problemas da realidade de Acorizal;

c) Cenário Fiscal – situação fiscal do Município e a limitação dos recursos para atendimento das Políticas Públicas;

d) Diretrizes de Governo – decisões estratégicas de atuação do Governo Municipal, sobre as quais se fundamentam as ações para o período do PPA

II – Anexos demonstrativos contendo:

a) Anexo I – Programas Temáticos (Finalísticos);

b) Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado (Apoio Administrativo), no qual serão incluídas as Operações Especiais e a Reserva de Contingência;

c) Anexo III – Descrição dos Programas por Macro Objetivos;

d) Anexo IV – Metas e Prioridades para o Ano de 2018.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2018 a 2021 será norteado pelos seguintes Eixos Estratégicos:

I – Gestão Pública Municipal;

II - Inclusão Social e Cidadania;

III – Infraestrutura Urbana e Rural;

IV – Desenvolvimento Econômico e Ambiental.

Parágrafo Único. Nos 4 (quatro) Eixos Estratégicos, estarão dispostas a diretrizes estratégicas, a seguir discriminadas.

I. Administrar os recursos públicos com respeito e responsabilidade, de modo transparente, de modo a assegurar a gestão orçamentária participativa.

II. Promover a Inclusão Social e Cidadania da população do Município, através das ações da educação, cultura, esporte e lazer, de serviços públicos de saúde, bem como, de assistência social, habitação e apoio as ações de segurança pública.

III. Melhorar a infraestrutura urbana e rural através da realização de obras públicas, inclusive saneamento básico, na sede e nos distritos, bem como, na zona rural, sem descuidar da manutenção das estradas vicinais, de modo a contribuir para a segurança no transporte das pessoas e dos produtos.

IV. Estimular a geração de Trabalho, Emprego e Renda, através do fomento e incentivo aos pequenos produtores rurais, bem como, melhorar a infraestrutura nas áreas de interesse turístico de modo a estimular o turismo rural, mediante aproveitamento dos recursos naturais existentes no Município.

V. Assegurar medidas de preservação e conservação ambiental, em sintonia com os organismos fiscalizadores do meio ambiente.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º. O PPA 2018 a 2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático e/ou Finalístico: expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;

II - Programa de Gestão, Manutenção do Estado, também denominado de Programa de Apoio Administrativo: expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. O Programa Temático é composto por Objetivos, Metas, Indicadores e Valor Global.

§ 1º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de ações orçamentárias e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

§ 2º. O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados ao programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º. O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS ANUAIS

Art. 6º. Os Programas constantes do PPA 2018 a 2021 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

Parágrafo Único. As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 7º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Parágrafo único. Os valores constantes do Plano Plurianual 2018 a 2021 são referenciais estimados com base nos preços de 2018 e não se constituirão em limites para a programação das despesas anuais expressas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 8º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão elaborados em compatibilidade com os objetivos, diretrizes e metas dos programas constantes do presente plano, e observará as normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 9°. A gestão do PPA 2018 a 2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - Dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2018 a 2021.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Finanças definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2018 a 2021.

Art. 10. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

I - Avaliação da execução orçamentária e financeira das ações integrantes dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado, explicitando se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos, de modo a evidenciar o índice de realização dos Objetivos e Metas do PPA.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2018 a 2021, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o *caput*, para o ano de sua vigência.

Art. 12. A revisão do PPA será realizada:

I – Pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças a qualquer tempo, para a atualização das informações relativas:

a) aos Indicadores dos Programas;

b) aos Órgãos Responsáveis pelos Objetivos;

c) às Metas, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária.

II - Pela Administração, Planejamento e Finanças, ao menos uma vez por ano, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de abertura de créditos adicionais, mediante:

a) alteração do Valor Global dos Programas;

b) inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias;

c) inclusão, exclusão ou alteração de Metas;

III - por meio de projeto de lei de revisão nos casos em que seja necessário:

a) criar ou excluir Programa ou alterar a sua redação;

b) criar ou excluir Metas e ações orçamentárias, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos I e II do *caput.*

§ 1º As atualizações de que tratam os incisos I e II do *caput* serão informadas ao Poder Legislativo Municipal.

§ 2º O projeto de lei de revisão que inclua ou modifique Programa Temático deverá conter os respectivos atributos e observar a não superposição com a programação já existente no PPA 2018 a 2021.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Acorizal-MT, 27 de setembro de 2017.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 848, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI Nº 848, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 192.064,00 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL E SESSENTA E QUATRO REAIS), NO ORÇAMENTO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto nos artigos 166, § 4º e Art. 167, inciso VI da Constituição Federal, combinado com os artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a Câmara Municipal de Acorizal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Autoriza a Abertura de Crédito Especial no Valor de R$ 192. 064,00 (Cento Noventa e Dois Mil e Sessenta e Quatro Reais), no Orçamento vigente do Município de Acorizal - MT, reforçando as seguintes dotações orçamentárias e respectivas natureza de despesa e fontes de destinação de recursos, conforme Anexo I:

PODER:	02 – PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	02 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0011.000.02084.0000 – Ações em saúde de média e alta complexidade
NATUREZA DE DESPESA:	3.1.90.04. Contrato por tempo determinado R$ 27. 600,00 3.1.90.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 20.000,00 3.1.90.13. Obrigações Patronais – INSS R$ 10. 000,00 3.1.91.13. Obrigações Patronais – RPPS R$ 6. 000,00 3.3.90.30. Material de Consumo R$ 13.600,00 3.3.90.36. Outros Serviços de terceiros – P. Física R$ 5.000,00

	3.3.90.39. Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica R$ 45.000,00
FONTE:	**0.1.14.000000 – R$ 127.200,00**
NATUREZA DE DESPESA:	3.1.90.04. Contrato por tempo determinado R$ 1. 000,00 3.1.90.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 1.000,00 3.1.90.13. Obrigações Patronais – INSS R$ 1.000,00 3.1.91.13. Obrigações Patronais – RPPS R$ 1. 000,00 3.3.90.30. Material de Consumo R$ 2.000,00 3.3.90.36. Outros Serviços de terceiros – P. Física R$ 2.000,00 3.3.90.39. Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica R$ 2.000,00
FONTE:	**0.1.02.000000 – R$ 10.000,00**
PODER:	02 – PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER
UNIDADE:	04– Coordenadoria de Cultura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	13.392.0005.000.02085.0000 – Ações de manutenção e incentivo à cultura
NATUREZA DE DESPESA:	3.1.90.04. Contrato por tempo determinado R$ 500,00 3.1.90.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 8.000,00 3.1.90.13. Obrigações Patronais – INSS R$ 1.764,00 3.1.91.13. Obrigações Patronais – RPPS R$ 100,00 3.3.90.30. Material de Consumo R$ 15.000,00 3.3.90.36. Outros Serviços de terceiros – P. Física R$ 5.000,00 3.3.90.39. Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica R$ 25.000,00
FONTE:	**0.1.00.000000 – R$ 54.864,00**

Totalizando R$ R$ 192.064,00 (Cento Noventa e Dois Mil e Sessenta e Quatro Reais)

Artigo 2º - Os créditos adicionais especiais abertos no artigo anterior serão amparados pelo artigo 43, inciso III, da Lei 4.320/64 e serão cobertos com recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações com disponibilidades abaixo transcritas:

PODER:	02 – PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	02– Fundo Municipal de Saúde
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0011.000.01023.0000 – Construção, ampliação e reforma de unidades de Saúde
NATUREZA DE DESPESA:	4.4.90.51. Obras e Instalações R$ 50.000,00
FONTE:	**R$ 50.000,00**

PODER:	02 – PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	02– Fundo Municipal de Saúde
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0011.000.01024.0000 – Aquisição de veículo para Manutenção do PSF
NATUREZA DE DESPESA:	4.4.90.52. Equipamento e Material permanente R$87.200,00
FONTE:	**R$ 87.200,00**

PODER:	02 – PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO:	07- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS
UNIDADE:	02– Coordenadoria de Serviços Urbanos
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	17.452.0013.000.01024.0000 – Construção do Aterro Sanitário
NATUREZA DE DESPESA:	4.4.90.51. Obras e Instalações R$54.864,00
FONTE:	**R$ 54.864,00**

Totalizando R$ R$ 192.064,00 (Cento Noventa e Dois Mil e Sessenta e Quatro Reais).

Artigo 3º - Autoriza a alteração na Lei Municipal nº 835/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, incluindo no anexo de metas e prioridades para o exercício de 2017 as ações com dotação orçamentária com classificação funcional programática criada no artigo 1º desta Lei, inserindo a ação nº 2.084- Ações em saúde de média e alta complexidade e a 2. 085- Ações de manutenção e incentivo à cultura.

Artigo 4º - Autoriza a alteração do Plano Plurianual 2013/2017, incluindo nos programas: 0011 – Gestão de políticas de saúde pública a ação 2084- Ações em saúde de média e alta complexidade e no; 0005 – Gestão de políticas públicas a ação 2085 - Ações de manutenção e incentivo à cultura.

Artigo 5º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Acorizal-MT, em 27 de setembro de 2017.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 851, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI Nº 851, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART. 4º, DA LEI MUNICIPAL Nº 819 DE 25 DE JUNHO DE 2015 – PME PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O DECÊNIO DE 2015/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei altera a redação do Caput do Art. 4º da Lei Municipal nº 819 de 25 de junho de 2015.

Art. 2º - Fica alterado o Caput do Art. 4º da Lei nº 819/2015, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º A execução do Plano Municipal de Educação – PME, e o cumprimento de suas metas, serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, que deverão ser realizadas trienalmente pelas seguintes instâncias: "

Art. 3º - Os demais dispositivos constantes na *Lei Municipal de nº 819 de 25/06/2015 - PME*, permanecem inalterados.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Acorizal-MT, em 27 de setembro de 2017.

_____

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO 002/2017

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 051/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E A EMPRESA AUTO POSTO MARTINI LTDA.

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, **AUTO POSTO MARTINI LTDA.**, inscrita no CNPJ nº. 10.590.296/0001-00, estabelecida Rua 01, 131, centro, Água Boa – MT, doravante denominada **CONTRATADA** e neste ato representada por **Roseli Martini Fernandes Machado,** RG nº. 0640156-2 SSP/MT, CPF nº. 441.688.961-53.

CONSIDERANDO:

O Reajuste de 3,3% sobre os combustíveis, pela PETROBRAS.

Registra o Presente Termo de Apostilamento ao Contrato 051/2017, que será regido pela Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência do Reajuste de 3,3% dos combustíveis, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – Dos Preços e das Condições de Pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do litro de Combustível reajustado passa a ser:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
ÓLEO DIESEL S 10	3,65	**3,79**
GASOLINA COMUM	4,23	**4,31**
ÓLEO DIESEL BS 500	3,54	**3,69**

CLAUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Apostilamento está ampara no Art. 65, Inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93 e na Cláusula Nona – Dos Direitos e Responsabilidade das Partes, Inciso II, alínea “d”.

CLAUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO INTEGRANTE DO TERMO DE APOSTILAMENTO

Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

CLAUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Água Boa, 21 de Setembro de 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001

De 02 de outubro de 2017

“Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Classificados no Concurso Publico Nº. 001/2016, Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000, “*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências”;*

CONSIDERANDO a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto nº 410, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo I e Anexo II do Decreto Municipal nº 3099, de 11 de agosto de 2017, parte integrante da presente convocação.

2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II (Dec. Mun. nº 3099, de 11 de agosto de 2017), acarretará o não cumprimento do mesmo.

3. O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II (Dec. Mun. nº 3099/2017)

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO.

Parágrafo Único Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000.

Art. 4º - O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Diário Oficial de Contas – TCE, no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial www.aguaboa.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Água Boa, atendendo a necessidade e conveniência de cada entre administrativo da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – ANEXO I do Decreto Municipal nº 3099/2017;

ANEXO III – ANEXO II do Decreto Municipal nº 3099/2017.

Água Boa- MT, 02 de outubro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Prefeito Secretário Municipal de Saúde

GERMANO LUIZ ZANDONÁ FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Desenvolvimento Secretário Municipal de Planejamentos e Finanças

CAETANO FERREIRA DE REZENDE HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretário Municipal de Infraestrutura Secretária Municipal de Assistência Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001

De 02 de outubro de 2017

ANEXO I

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MÉDICO CLÍNICO GERAL (ESF)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
236645	WALTER DE FREITAS JUNIOR	10/09/1986	82,5	1º

TERAPEUTA OCUPACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
238445	CAROLINA SILVA HAMÚ	28/02/1983	60,0	1º

TÉCNICO EM PATOLOGIA CLINICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
237436	NOELIA PONCE DE ABREU	28/09/1984	52,5	1º

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASC.)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
240554	EDIMAR CABRAL DE SOUZA	10/09/1981	90,0	1º

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
234115	IVO ADRIANO DE SOUZA	16/11/1980	80,0	100,0	90,0	1º

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
235205	JOSIEL RODRIGUES ALVES	03/12/1985	65,0	86,0	75,5	1º

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

AGENTE FISCAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
235037	BRUNO MOREIRA ALVES	05/11/1987	67,5	1º
234588	FELIPE SILVA COSTA	22/11/1994	67,5	2º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ADM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
238882	CARLOS ALBERTO SANT'ANNA DE MENEZES JUNIOR	02/03/1963	72,5	1º

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ATENDENTE (DEMAE)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
233301	MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS	11/02/1993	50,0	1º

LEITURISTA (DEMAE)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
240999	MARCOS AGUIAR PALINSKI	06/05/1975	65,0	1º

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASC.)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
238619	THALLYS VINICIUS RIBEIRO ALVES	22/11/1998	85,0	2º

ELETRICISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
240643	DIVANY SOUSA FERREIRA	21/07/1973	80,0	1º

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
238903	PAULO RENATO COUTO RODRIGUES	18/09/1979	80,0	88,0	84,0	1º

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

EDUCADOR FÍSICO - AÇÃO SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
239288	CARLOS APARECIDO COLMAN BATISTA	17/07/1973	52,5	1º

PSICÓLOGO - AÇÃO SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
235786	NUBIA SILVA DE ALENCAR	10/12/1986	72,5	1º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ADM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
239167	LAURA SIRQUEIRA DA SILVA GARDINAL	14/11/1985	67,5	2º

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ADM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
236990	RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA	17/09/1983	57,5	1º

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

GERMANO LUIZ ZANDONÁ

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

CAETANO FERREIRA DE REZENDE

Secretário Municipal de Infraestrutura

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretária Municipal de Assistência Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001

De 02 de outubro de 2017

ANEXO II

(ANEXO I – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXAMES
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L.); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L., Colesterol H.D.L. e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação do médico cardiologista; 7. Raio RX do tórax P.A. e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra-sonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Audiometria Total com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 9. Atestado de acuidade visual, fundo do olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S.); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 13. Eletroencefalograma (E.E.G.) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 14. Colpocitologia Oncontica – Papannicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 15. Antígeno Prostático Estático Especifico – P.S. A. para homens com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 16. Toxicológico (cabelo).
02	Docência.	Exigidos para o exercício da função de Professor de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Tecnológico.	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista.
03	Nutrição.	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas – Nutricionista.	1. Parasitológico de fezes; 2. Bacteriológico e secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
04	Saúde.	Exigidos para o exercício da função de Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Bioquímico / Farmacêutico, Educador em Saúde, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta ocupacional, Agente de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Prótese Dentária, técnico em Saúde Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária, Técnico Laboratorista, Técnico Radiologia, Vigilante Sanitário.	1. Exame Anti-HCV; 2. Exame (HBsAg); 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT).

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001

De 02 de outubro de 2017

ANEXO III

(ANEXO II – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DOCUMENTOS
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória todos os Cargos Públicos de Nível Superior, Médio e Fundamental e (fundamental e médio incompleto).	1. Certificado de Sanidade e Capacidade Física APTO expedido pela Perícia Médica do Município e/ou indicada ou contratada pelo Município; 2. RG; 3. CPF; 4. PIS/PASEP; 5. Título de Eleitor; 6. Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; 7. Certidão de Casamento, Sentença Declaratória de União Estável e/ou Escritura Pública de União Estável; 8. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 9. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 10. Documentos de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 (quarenta e cinco) anos; 11. Comprovante de endereço atual; 12. Conta Corrente no Banco do Brasil ou Conta Registro no Banco do Brasil caso opte por receber proventos em outra instituição bancária; 13. Certidão Negativa Criminal Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 14. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 15. Comprovante de escolaridade de acordo com requisito do cargo; 16. Diploma de Graduação na área de atuação, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; 17. Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 18. Carteira Nacional de Habilitação – CNH (de acordo com a exigência do cargo); 19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional; 20. Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal de 1988; 21. Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo e/ou criminal; 22. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente de exercer a profissão (suspensão, etc...); 23. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes; 24. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 25. 01 (uma) foto recente 3x4.

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RESULTADO E REABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO E REABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 057/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 196/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 02/10/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 057/2017, foi DESERTO, ficando a licitação reaberta conforme segue:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de preço nº. 057/2017

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: O Registro de Preço para Futuras e Eventuais contratação de empresa para locação de ônibus e micro-ônibus para rodar em estradas não pavimentadas.

REALIZAÇÃO: 18/10/2017

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min (horário local)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h às 13h (horário local) e das e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 02 de outubro de 2017.

***Marcos da Silva* Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 006/2017

O Município de Alto Boa Vista-MT torna público a todos os interessados, que realizará Licitação, no dia 18 de Outubro de 2017, às 13:00 horas (horário de Brasília), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital de TOMADA DE PREÇO n° 006/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a **"Contratação de empresa especializada no fornecimento de manilhas em concreto com malha (10x15), para atender o município de Alto Boa Vista-MT pelo período de 12 (doze) meses"**. Os proponentes interessados poderão obter o edital completo na sede da Prefeitura de Alto Boa Vista-MT, à Av. Moises D, Montiel, n.º 975, centro. Mais Informações, no fone: (66) 3539-1113 no horário de 13:00 ás 17:00 horas.

Alto Boa Vista – MT, 02 de Outubro de 2017.

EDGAR FREDERICO DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 091/2017

CARTA CONVITE Nº. 001/2017

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 268/2017, de 30 de junho de 2017, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, SOLUÇÕES TÉCNICAS CONSTRUTIVAS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, URBANIZAÇÃO E SEGURANÇA NAS DIVERSAS SITUAÇÕES QUE SE APRESENTAREM NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT,** na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de MENOR PREÇO GLOBAL."Temos a informar que após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra-se vencedora a empresa A. EDSON PEREIRA ENG EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o n°. 18.953. 241/0001-10, estabelecida à Rua Pedro Celestino, 1192 Bairro Santa Maria Bertila, Guiratinga/MT, com o valor total de R$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais). Fica aberto o prazo de dois dias úteis para recursos, de acordo com o Artigo 109 da Lei Federal Nº 8.666/93 e previsão editalícia item XI e seus sub-itens, ficando os autos do certame à disposição de qualquer interessado que queira examiná-los. Alto Garças – MT, 29 de setembro de 2017. **Najela Dayane Viana da Silva Barros -** Presidente da CPL.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 325 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia MYRLAINE CUSTODIO VALDEZ, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico II, lotada no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **MYRLAINE CUSTODIO VALDEZ**, portadora do Registro Geral n° 2078307-8 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 041.311.701-40, para o exercício do cargo em comissão de **Assessor Técnico II**, lotada no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de Outubro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 29 de Setembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
RGF 2 QUADRIMESTRE DE 2017- PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ: 03.648.532/0001-28, TORNA PUBLICO O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART 52, DA LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 (LRF- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), O **RELATORIO DE GESTAO FISCAL - RGF 2º** QUADRIMESTRE DE 2017.

Alto Paraguai, 30 de setembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro /2016 a Agosto/2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.341.507,64	
Pessoal Ativo	5.341.507,64	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.341.507,64	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		5.341.507,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	9.719.848,11
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	54,95
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00 %	5.248.717,98
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 51,30 %	4.986.282,08

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
2º Quadrimestre de 2017		
Limite Máximo (a)	**% DTP (b)**	**% Excedente (c) = (b - a)**
54,00 %	54,95 %	0,95 %

Emissão: 30/09/2017 08:52:50 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI** Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
CNPJ: 03648532000128
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone 06533961468
rhalto@hotmail.com

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2017 à 08/2017

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.132.213,07	1.132.213,07	1.132.213,07	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	54.314,27	54.314,27	54.314,27	0,00
Demais Dívidas	1.077.898,80	1.077.898,80	1.077.898,80	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.214.780,40	3.366.401,72	3.017.698,53	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.557.753,69	3.525.274,91	3.176.571,72	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	372,84	372,84	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	342.973,29	159.246,03	159.246,03	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.082.567,33	-2.234.188,65	-1.885.485,46	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	5.468.491,01	9.719.848,11	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	20,70	11,65	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	-40,86	-19,40	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	897.642,48	898.252,20	1.242.021,67	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	198.413,24	58.036,44	58.036,44	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 30/09/2017 08:53:55 Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro à Agosto / 2017

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "b" - Anexo VI — R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
GABINETE DO PREFEITO	4.596,58	22.848,78	167.564,42	135.491,99	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI	0,00	0,00	0,00	937,00	0,00
SECRETARI A MUNI CI PAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGI COS	0,00	2.137,00	0,00	9.730,92	0,00
SECRETARI A MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI A SOCIAL - SMA	676,01	12.310,35	164.554,99	184.170,74	0,00
SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	22.207,46	0,00	655.725,95	0,00
SECRETARI A MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO - S	19.167,72	8.602,97	719.723,11	405.089,16	0,00
SECRETARI A MUNICIPAL DE SAUDE - SMS	9.170,73	103.292,41	496.105,24	985.588,25	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SME	64.234,86	64.896,14	914.109,69	1.080.563,85	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMEN	34.585,87	117.936,72	768.091,63	2.210.633,39	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE - SMRC	26.814,26	1.244,33	333.689,74	170.120,90	0,00
TOTAL	159.246,03	355.476,16	3.563.838,82	5.838.052,15	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	663.904,22

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Ilumin	0,00	0,00	0,00	44.744,58	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Imposto	0,00	116.542,55	0,00	842.148,72	0,00
000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETH	0,00	160,00	0,00	343.427,73	0,00
000-Recursos Ordinarios	159.246,03	113.236,95	3.563.838,82	1.318.293,61	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Ass	0,00	4.880,08	0,00	69.385,06	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	6.694,92	0,00	8.838,21	0,00
000-Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saud	0,00	12.781,76	0,00	457.881,53	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	0,00	25.846,48	0,00	266.141,05	0,00
000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacion	0,00	70.724,87	0,00	2.086.266,70	0,00
000-Transferências do FUNDEB 40%	0,00	2.210,14	0,00	144.993,12	0,00
000-Transferências do FUNDEB 60%	0,00	2.398,41	0,00	255.931,84	0,00
TOTAL	159.246,03	355.476,16	3.563.838,82	5.838.052,15	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	663.904,22

Emissão: 30/09/2017 08:55:17

Page 1 de 1
Homologado

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
RREO 4º BIMESTRE DE 2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ: 03.648.532/0001-28, TORNA PUBLICO O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART 52, DA LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 (LRF- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), **O RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 4º** BIMESTRE DE 2017.

ALTO PARAGUAI, 30 DE SETEMBRO DE 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.921.460,27	6.565.094,96	25.486.555,23	3.088.643,55	15.889.439,27	927.311,17	10.051.388,12	39,43	15.435.167,11
DESPESAS CORRENTES	16.063.329,67	3.754.536,95	19.817.866,62	2.670.497,89	12.469.383,91	927.311,17	9.230.060,81	46,57	10.587.805,81
Pessoal e Encargos Sociais	7.882.703,36	2.223.463,91	10.106.167,27	1.449.941,86	6.377.982,98	647.156,98	5.341.507,64	52,85	4.764.659,63
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	8.180.626,31	1.531.073,04	9.711.699,35	1.220.556,03	6.091.400,93	280.154,19	3.888.553,17	40,03	5.823.146,18
DESPESAS DE CAPITAL	2.723.130,60	2.810.558,01	5.533.688,61	418.145,66	3.420.055,36		821.327,31	14,84	4.712.361,30
Investimentos	2.601.855,60	2.797.558,01	5.399.413,61	418.145,66	3.286.557,38		780.149,16	14,44	4.619.264,45
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	121.275,00	13.000,00	134.275,00		133.497,98		41.178,15	30,66	93.096,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00		135.000,00						135.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	18.921.460,27	6.565.094,96	25.486.555,23	3.088.643,55	15.889.439,27	927.311,17	10.051.388,12	39,43	15.435.167,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.921.460,27	6.565.094,96	25.486.555,23	3.088.643,55	15.889.439,27	927.311,17	10.051.388,12	39,43	15.435.167,11
SUPERÁVIT (XIII)						654.013,94			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.921.460,27	6.565.094,96	25.486.555,23	3.088.643,55	15.889.439,27	1.581.325,11	10.051.388,12	39,43	15.435.167,11

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 30/09/2017 08:41:20 — Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.921.460,27	25.486.555,23	3.088.643,55	15.889.439,27	927.311,17	10.051.388,12	100,00	39,43	15.435.167,11
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	856.300,00	851.300,00							851.300,00
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	108.205,00	107.905,00	11.797,16	66.272,70	37,70	53.264,40	0,52	49,36	54.640,60
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	426.805,05	413.735,05	24.397,31	302.286,92	10.817,70	166.605,13	1,65	40,26	247.129,92
ADMINISTRACAO GERAL	3.017.787,57	3.615.704,21	361.743,61	2.377.329,31	104.450,48	1.761.997,78	17,52	48,73	1.853.706,43
CONTROLE INTERNO	60.094,00	61.144,00	2.848,62	48.211,31		40.184,23	0,39	65,72	20.959,77
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	14.331,50	14.331,50							14.331,50
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	143.708,58	168.808,58	26.852,24	130.739,50	11.181,15	105.541,80	1,05	62,52	63.266,78
ASSISTENCIA AO IDOSO	77.125,00	43.775,00	937,00	16.273,27		14.104,27	0,14	32,21	29.670,73
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	30.190,00	18.940,00		6.597,46		5.787,01	0,05	30,55	13.152,99
ASSISTENCIA COMUNITARIA	707.587,25	916.961,15	148.423,06	702.133,37	70.198,86	545.203,78	5,42	59,45	371.757,37
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	813.500,00	1.019.170,00	93.825,55	881.389,53	49.456,66	733.632,10	7,29	71,98	285.537,90
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	917.873,00	1.775.433,00	369.444,70	1.373.750,58	170.399,73	1.089.480,47	10,83	61,36	685.952,53
ATENCAO BASICA	1.674.202,28	2.126.225,55	265.990,61	1.067.862,57	92.361,57	630.054,77	6,26	29,63	1.496.170,78
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	399.949,76	345.049,76	49.468,45	268.529,61	10.692,78	186.965,80	1,86	54,18	158.083,96
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	171.439,25	174.009,25	17.988,61	44.508,85	3.005,96	25.091,70	0,24	14,41	148.917,55
VIGILANCIA SANITARIA	174.430,51	153.230,51	5.141,94	38.843,23	3.322,16	24.071,28	0,23	15,70	129.159,23
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ALIMENTACAO E NUTRICAO	191.200,00	235.750,00	31.794,26	125.612,35		39.978,21	0,39	16,95	195.771,79
EDUCACAO INFANTIL	809.809,45	1.293.359,42	303.629,08	826.659,48	84.110,36	580.881,91	5,77	44,91	712.477,51
ENSINO FUNDAMENTAL	4.023.101,67	4.801.852,20	515.935,76	2.617.747,04	162.037,13	1.976.069,18	19,65	41,15	2.825.783,02
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	165.375,00	168.075,00	29.496,00	58.997,48		27.131,48	0,26	16,14	140.943,52
PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEO	44.100,50	44.100,50							44.100,50
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
EXTENSAO RURAL	20.000,00	16.000,00							16.000,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.661.602,66	3.152.485,66	542.109,16	2.395.129,97	92.714,31	984.015,71	9,78	31,21	2.168.469,95
SERVICOS URBANOS	219.837,50	257.428,59	11.704,35	125.683,77	565,40	95.867,56	0,95	37,24	161.561,03
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	12.000,00	12.000,00							12.000,00
SANEAMENTO									

Emissão: 30/09/2017 08:42:50

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

SANEAMENTO BASICO URBANO	401.389,38	1.079.394,54	59.172,64	853.407,02	23.890,39	395.845,04	3,93	36,67	683.549,50
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	88.854,97	88.854,97	6.456,22	35.468,87	2.520,00	29.829,98	0,29	33,57	59.024,99
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	67.562,50	73.462,50	6.674,00	18.282,09		11.164,54	0,11	15,19	62.297,96
DEFESA SANITARIA ANIMAL	110.250,00	251.950,00	26.042,00	246.422,00		16.400,00	0,16	6,50	235.550,00
EXTENSAO RURAL	44.100,00	44.100,00		12.304,21		12.304,21	0,12	27,90	31.795,79
PROMOCAO INDUSTRIAL	236.363,50	697.434,90		505.838,71		102.110,97	1,01	14,64	595.323,93
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
ORDENAMENTO TERRITORIAL	36.382,50	36.382,50							36.382,50
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
SERVICOS URBANOS	261.375,00	308.975,00	3.534,05	171.768,45	700,00	99.189,82	0,98	32,10	209.785,18
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	463.971,89	562.691,89	110.357,85	410.256,36	18.680,76	196.156,81	1,95	34,86	366.535,08
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	279.655,00	321.385,00	51.994,32	119.152,10	16.168,07	71.362,02	0,70	22,20	250.022,98
LAZER	56.000,00	100.150,00	10.885,00	41.981,16		31.096,16	0,30	31,04	69.053,84
ENCARGOS ESPECIAIS									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00	135.000,00							135.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 18.921.460,27	R$ 25.486.555,23	R$ 3.088.643,55	R$ 15.889.439,27	R$ 927.311,17	R$ 10.051.388,12	100,00	39,43	R$ 15.435.167,11

Emissão: 30/09/2017 08:42:50 Page 2 de 2

Homologado

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A SETEMBRO 2017/BIMESTRE AGOSTO-SETEMBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	159.246,03	183.727,26		183.727,26	159.246,03		198.413,24		140.376,80	58.036,44
TOTAL (III) = (I + II)	159.246,03	183.727,26	0,00	183.727,26	159.246,03	0,00	198.413,24	0,00	140.376,80	58.036,44

Emissão: 30/09/2017 08:44:09 Agili Softwares Para Area Publica Fone:3619-3700 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	780.513,74	780.513,74	439,85	121.184,43	15,53%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	123.423,74	123.423,74	0,00	21.344,07	17,29%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	62.234,99	62.234,99	0,00	825,24	1,33%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	48,72	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	61.188,75	61.188,75	0,00	15.607,24	25,51%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	4.862,87	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	303.187,50	303.187,50	0,00	21.845,88	7,21%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	303.187,50	303.187,50	0,00	21.845,88	7,21%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	353.902,50	353.902,50	439,85	77.994,48	22,04%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	352.800,00	352.800,00	439,85	77.994,48	22,11%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.719.009,14	10.719.009,14	1.194.367,86	7.235.735,94	67,50%
2.1- Cota-Parte FPM	7.320.254,12	7.320.254,12	923.238,13	5.280.164,03	72,13%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.320.254,12	7.320.254,12	923.238,13	5.280.164,03	72,13%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.033.418,50	3.033.418,50	244.383,79	1.817.063,30	59,90%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	82.651,80	82.651,80	1.226,83	8.587,81	10,39%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.495,97	1.495,97	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	61.188,75	61.188,75	16,05	3.779,83	6,18%
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	25.503,06	126.140,97	57,34%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.499.522,88	11.499.522,88	1.194.807,71	7.356.920,37	63,98%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	244.363,31	244.363,31	12.720,13	105.127,09	43,02%
5.1- Transferências do Salário-Educação	104.627,25	104.627,25	12.720,13	98.187,89	93,85%
5.2- Outras Transferências do FNDE	139.736,06	139.736,06		6.939,20	4,97%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	608.398,16	608.398,16	124.785,72	311.829,08	51,25%
6.1- Transferência de Convênios	608.398,16	608.398,16	124.785,72	311.829,08	51,25%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	852.761,47	852.761,47	137.505,85	416.956,17	48,89%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.143.502,64	2.143.502,64	164.675,83	1.372.948,93	64,05%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.464.050,83	1.464.050,83	110.449,93	981.834,93	67,06%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	606.683,70	606.683,70	48.876,74	363.412,52	59,90%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.530,36	16.530,36	245,36	1.717,52	10,39%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	12.237,75	12.237,75	3,21	755,94	6,18%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	5.100,59	25.228,02	57,34%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.143.502,61	2.143.502,61	173.360,87	1.299.156,64	60,61%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.143.502,61	2.143.502,61	173.360,87	1.299.156,64	60,61%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-0,03	-0,03	8.685,04	-73.792,29	245.974.300,00 %

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.958.259,10	2.899.309,10	140.597,79	1.741.705,90	60,07%
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental	1.958.259,10	2.899.309,10	140.597,79	1.741.705,90	60,07%
14- OUTRAS DESPESAS	4.500,00	4.500,00		420,00	9,33%
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental	4.500,00	4.500,00		420,00	9,33%
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.962.759,10	2.903.809,10	140.597,79	1.742.125,90	59,99%

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 30/09/2017 08:44:42 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	134,06

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	27.635,80
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017²	27.635,80

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.874.880,72	2.874.880,72	298.701,93	1.839.230,09	63,98%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Até o Bimestre (e)**	**% (f) = (e/d)x100**
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	155.002,50	148.752,50	5.030,00	21.234,96	14,28%
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	155.002,50	148.752,50	5.030,00	21.234,96	14,28%
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.310.406,12	5.653.656,62	237.766,03	2.533.827,68	44,82%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.962.759,10	2.903.809,10	140.597,79	1.742.125,90	59,99%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.347.647,02	2.749.847,52	97.168,24	791.701,78	28,79%
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS	487.163,00	578.193,00	19.519,53	136.218,27	23,56%
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.952.571,62	6.380.602,12	262.315,56	2.691.280,91	42,18%

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-73.792,29
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)		0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)		0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)		-73.792,29
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))		2.628.854,93
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %		35,73

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.952.571,62	6.380.602,12	262.315,56	2.691.280,91	42,18%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	27.635,80	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.299.156,64	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.742.125,90	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-415.333,46	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A AGOSTO de 2017

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		18.921.460,27
Previsão Atualizada da Receita		18.921.460,27
Receitas Atualizadas	1.581.325,11	9.842.256,55
Déficit Orçamentário		209.131,57
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		18.921.460,27
Créditos Adicionais		6.565.094,96
Dotação Atualizada		25.486.555,23
Despesas Empenhadas	3.088.643,55	15.889.439,27
Despesas Liquidadas	927.311,17	10.051.388,12
Superávit Orçamentário		

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.088.643,55	15.889.439,27
Despesas Liquidadas	927.311,17	10.051.388,12

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	9.719.848,11

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-13.904.714,51	0,00%
Resultado Primário		-6.029.663,62	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	342.973,29		183.727,26	159.246,03
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	198.413,24		140.376,80	58.036,44
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**541.386,53**		**324.104,06**	**217.282,47**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	2.628.854,93	25,00	35,67
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.	1.741.705,90	60,00	134,06
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	25.000,00
Despesa de Capital Líquida	821.327,31	4.712.361,30

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		16.537,50
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos	2.754.026,67	15,00	52,16

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Emissão: 30/09/2017 08:46:15 — Page 1 de 1

Homologado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 305/2017

PORTARIA 305/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de

19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraguai – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar, a servidora municipal NELCY MAY DE SOUZ, Matricula 83, que adquiriu o direito à elevação de CLASSE **167 D-06** PARA CLASSE **167 B-07;**

Art. 2º - **Reenquadrar,** a servidora municipal NILDES RODRIGUES DE OLIVEIRA, Matricula 85, que adquiriu o direito à elevação de CLASSE **171 B-06** PARA CLASSE **171 B-07**;

Art. 3º - **Reenquadrar,** a servidora municipal EDIANE SANTOS DE OLIVEIRA, Matricula 647, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-03** PARA NIVEL **167 – D-04**;

Art. 4º - **Reenquadrar,** A servidora municipal LEONICE FERREIRA DA SILVA, Matricula 648, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-03** PARA NIVEL **171 – B-04**;

Art. 5º - **Reenquadrar,** a servidora municipal EVA LUCIANA DE OLIVEIRA, Matricula 649, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-03** PARA NIVEL **171 – B-04**;

Art. 6º - **Reenquadrar,** o servidor municipal ALEXIVALDO LEITE ARAUJO, Matricula 75, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **198 C-06** PARA NIVEL **198 – C-07**;

Art. 7º - **Reenquadrar,** a servidora municipal NILDA DE FATIMA SOARES, Matricula 1065, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **251 B-02** PARA NIVEL **251 – B-03**;

Art. 8º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ALDENORA ARAUJO DA SILVA, Matricula 47, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **198 C-08** PARA NIVEL **171 – C-09**;

Art. 9º - **Reenquadrar,** o servidor municipal FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA, Matricula 70, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **176 A-06** PARA NIVEL **176 – A-07**;

Art. 10º - **Reenquadrar,** o servidor municipal JOSIMAR LUCAS MAGALHAES, Matricula 95, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **208 A-06** PARA NIVEL **208 – A-07**;

Art. 11º - **Reenquadrar,** o servidor municipal DORANDIR RODRIGUES DA SILVA, Matricula 1094, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **210 B-02** PARA NIVEL **210 – B-03**;

Art. 12º - **Reenquadrar,** a servidora municipal VALERINA ELIZIARIA DE BARROS, Matricula 74, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **198 C-06** PARA NIVEL **198 – C-07**;

Art. 13º - **Reenquadrar,** a servidora municipal SIRLEIDE RODRIGUES DE ARAUJO, Matricula 80, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-06** PARA NIVEL **171 – B-07**;

Art. 14º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ISAURA ROSENDO DE ARRUDA E SILVA, Matricula 48, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-08** PARA NIVEL **167 – D-09**;

Art. 15º - **Reenquadrar,** a servidora municipal HELENA RODRIGUES DA SILVA, Matricula 68, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-06** PARA NIVEL **167 – D-07**;

Art. 16º - **Reenquadrar,** a servidora municipal EVA LUCIANA DE OLIVEIRA, Matricula 649, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-03** PARA NIVEL **171 – B-04**;

Art. 17º - **Reenquadrar,** a servidora municipal GIRLENE DA SILVA SANTOS, Matricula 87, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-06** PARA NIVEL **171 – B-07**;

Art. 18º - **Reenquadrar,** o servidor municipal LAELSON AGRIPINO DA SILVA, Matricula 646, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-03** PARA NIVEL **167 – D-04**;

Art. 19º - **Reenquadrar,** a servidora municipal CAROLINA MAY DE OLIVEIRA, Matricula 653, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-03** PARA NIVEL **167 – D-04**;

Art. 20º - **Reenquadrar,** a servidora municipal LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA, Matricula 1080, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **245 B-02** PARA NIVEL **245 – B-03**;

Art. 21º - **Reenquadrar,** a servidora municipal VANIA AMARAL DE LARA BASILIO, Matricula 652, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **198 C-03** PARA NIVEL **198 – C-04**;

Art. 22º - **Reenquadrar, o** servidor municipal ABEL DE OLIVEIRA PINTO, Matricula 575, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **262 B-03** PARA NIVEL **262 – B-04**;

Art. 23º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ROSIANE SOUZA CAMARÇO, Matricula 1077, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **250 B-02** PARA NIVEL **250 – B-03**;

Art. 24º - **Reenquadrar,** a servidora municipal KAPLICE DE ARAUJO MACHADO, Matricula 651, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **205 C-03** PARA NIVEL **205 – C-04**;

Art. 25º - **Reenquadrar,** o servidor municipal GILBERTO DA SILVA CHAGAS, Matricula 1089, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **72 B-02** PARA NIVEL **72 – B-03**;

Art. 26º - **Reenquadrar, o** servidor municipal MAURICIO BATISTA DA SILVA, Matricula 1084, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **181 B-02** PARA NIVEL **181 – B-03**;

Art. 27º - **Reenquadrar,** a servidora municipal CLARICE PITAO DA SILVA, Matricula 1085, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **179 A-02** PARA NIVEL **179 – A-03**;

Art. 28º - **Reenquadrar,** a servidora municipal NEUZA GRAVE MAY, Matricula 94, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-06** PARA NIVEL **171 – B-07**;

Art. 29º - **Reenquadrar,** a servidora municipal MARIA APARECIDA DO BONFIM, Matricula 97, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-06** PARA NIVEL **167 – D-07**;

Art. 30º - **Reenquadrar,** a servidora municipal VALDELI DE ALMEIDA CHAGAS BRITO, Matricula 1088, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 A-02** PARA NIVEL **171 – A-03**;

Art. 31º - **Reenquadrar,** a servidora municipal MARILUCE ALVES OLIVEIRA, Matricula 1105, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 B-02** PARA NIVEL **196 – B-03**;

Art. 32º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ELIZABETE MENDES BORGES PEDROSO, Matricula 1109, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **265 A-02** PARA NIVEL **265 – A-03**;

Art. 33º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ESTELA MARIA ALVES MOREIRA, Matricula 103, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **198 C-06** PARA NIVEL **198 – C-07**;

Art. 34º - **Reenquadrar,** a servidora municipal MARISELMA SANTIAGO DE OLIVEIRA, Matricula 649, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **170 A-02** PARA NIVEL **170 – A-03**;

Art. 35º - **Reenquadrar,** a servidora municipal THAUANY CORREA DE OLIVEIRA, Matricula 1101, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 B-02** PARA NIVEL **196 – B-03**;

Art. 36º - **Reenquadrar,** o servidor municipal ADRIANO JOSE MOREIRA BRITO, Matricula 1103, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 B-02** PARA NIVEL **196 – B-03**;

Art. 37º - **Reenquadrar, o** servidor municipal SILVIO LEITE DA SILVA ARAUJO, Matricula 1106, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 B-02** PARA NIVEL **196 – B-03**;

Art. 38º - **Reenquadrar,** a servidora municipal ELIZABETH XAVIER MAGALHAES, Matricula 67, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 C-06** PARA NIVEL **196 – C-07**;

Art. 39º - **Reenquadrar,** o servidor municipal LENILSON BATISTA BARROS, Matricula 1533, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **267 A-01** PARA NIVEL **267 – A-02**;

Art. 40º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 25 de Maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 484/2017

PORTARIA 484/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a Servidora efetiva **LUANA PATRICIA OLIVEIRA SANTOS,** portadora do **RG N° 1546306-0 SSP/MT** e do **CPF N° 998.824. 341-34**, para exercer o cargo em comissão- Função gratificada de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, junto a Secretaria de Receita e Controle.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 02 de Outubro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 485/2017

PORTARIA 485/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar o Servidor efetivo **SILVIO LEITE DA SILVA JUNIOR,** portador do **RG N° 2286960-3 SSP/MT** e do **CPF N° 032.696.321.27**, do cargo em comissão- Função gratificada de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, junto a Secretaria de Receita e Controle.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 02 de Outubro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA RETIFICADORA

PORTARIA 191/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraguai – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar, a servidora municipal ALZIRA DEALMEIDA SANTANA SOUZA, Matricula 871, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 A-01** PARA O NIVEL **171 A-02**;

Art. 2º - **Reenquadrar,** a servidora municipal EDILEUSA GOMES DA COSTA, Matricula 1519, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 A-01** PARA CLASSE **171 A-02**;

Art. 3º - **Reenquadrar,** o servidor municipal ADONEL FERRER DE FIGUEIREDO, Matricula 1520, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **205 A-01** PARA NIVEL **205 – A-02**;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 24 de Fevereiro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI INEXIGIBILIDADE 009/ 2017 – AVISO DE REVOGAÇÃO

A Presidente e membros da CPL, nomeada pela Portaria nº 309/2017, de 23 de agosto de 2017, comunica a todos os interessados, que com base no com base no art. 49 da Lei de Licitação, o Sr. Prefeito **Fabio Mauri Garbugio**, promoveu a **REVOGAÇÃO** do certame cujo objeto trata-se deLOCAÇÃO DE IMOVEL PARA ATENDER A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA ARMAZENAR MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS PERTINENTES A SECRETÁRIA,Tendo em vista que após a Ratificação e Homologação, constatou que não haveria a necessidade desta locação. Dessa forma e conforme justificativa do Secretário de Infraestrutura, Srº Lairto João Sperandio, resolveu **REVOGAR o certame supracitado.** Informação mais detalhada, parecer jurídico e despacho da autoridade competente poderão ser solicitadas no endereço supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 6:30 às 10:30 e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), com a Comissão Permanente de

Licitação, pelo tel. (66) 3496-1471, e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br - Alto Taquari – MT, 02 de outubro de 2017. **Cacilda Ferreira dos Santos -** Presidente da CPL

ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI/MATO GROSSO

DECRETO nº 381/2017 SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEB - ERRATA

No decreto de nomeação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso de 22 de Agosto de 2017, por equivoco de digitação onde se lê Amanda Souza de Freitas, leia-se Amanda Sousa de Freitas; onde se lê Schirley Carnielo Lousada, leia-se Shirley Carnielo Louzada. Ratificando-se as demais informações nela contidas. PUBLIQUE-SE. Alto Taquari/MT, 02 de outubro de 2017.

PORTARIA 340/2017 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA 340/2017 de 28 de setembro de 2017.

O EXCELENTISSIMO SENHOR PREFEITO

MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS, NA FORMA DA LEI ORGANICA

MUNICIPAL

CONSIDERANDO o disposto no artigo 148 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão de Investigação Disciplinar, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão de Investigação Preliminar com os seguintes membros:

I- Suele Ferreira de Rezende Miranda - Presidente

II- Deise Juliana Coelho de Oliveira- Secretária

III- Silvania Lucília Monteiro Sampaio – Membro

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 60(sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo.

3. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº015/2017

O Prefeito Municipal, Senhor Fabio Mauri Garbugio, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § X, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 46.127,40 (Quarenta e seis mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), tendo como objeto contratação de empresa para aquisição de materiais hospitalares em caráter emergencial, visando a manutenção de serviços essenciais de saúde. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de PRO ANALISE COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA - ME e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. Art. 26, do supracitado diploma legal. Alto Taquari – MT, 02 de outubro de 2017. **Fabio Mauri Garbugio - Prefeito Municipal.**

DECRETO Nº 404/2017.

"Nomeia Fiscal de Tributo responsável pelo Imposto Territorial Rural no município e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbúgio, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia como Fiscal de Tributos responsável pelo Imposto Territorial Rural (ITR), o servidor Danilo Lopes Borges.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Alto Taquari-MT, 26 de setembro de 2017.

FÁBIO MAURI GARBÚGIO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N° 406/ 2017.

"Cria a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbugio, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no Art. 197 da CF/88 que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando que Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 7.º, inciso II estabelece o princípio da integralidade de assistência; e no seu artigo 6.º, alínea d do inciso I, prevê que a execução de ações de assistência terapêutica integral está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde; e, complementa no artigo 19-M, inciso I, que essa assistência consiste na dispensação de produtos de interesse para a saúde;

Considerando o Decreto n. 7.508 de 28 de junho de 2011, que Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Considerando a Portaria GM/MS 2.928, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os §§ 1º e 2º do art. 28 do Decreto 7.508, de 28-06-2011.

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.554 de 30 de julho de 2013 que dispõe sobre as regras de financiamento e de execução do Componente

Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.555 de 30 de julho de 2013 que Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco estadual de referência de medicamentos e insumos complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

Considerando a Portaria GM/MS 533, de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria MS/GM Nº 1.897, DE 26 DE JULHO DE 2017 que Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014.

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, definindo como um de seus eixos estratégicos, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica.

Considerando a Portaria GM/MS nº 199, de 30 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014 Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o Art. 4 da Lei Complementar n. 141/2012, que regulamenta o § 3 do Artigo 198 da CF/88, em que não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, das ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com suas diretrizes;

Considerando a Resolução MS/CIT 1, de 17 de janeiro de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde e que em seu art. 6º define critérios para adoção de lista complementar à RENAME pelos Estados e Municípios.

Considerando a Resolução do CFF n. 449 de 24 de outubro de 2006, que dispõe das atribuições do Farmacêutico nas Comissões de Farmácia e Terapêutica.

Considerando a Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino.

Considerando a necessidade de qualificação da Assistência Farmacêutica, ampliação do acesso da população aos medicamentos e fórmulas lácteas industrializadas, a promoção do uso racional e a inegável necessidade de se considerar a racionalidade cientifica na incorporação de novas tecnologias.

Considerando a necessidade de instituir a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT, a fim de promover a Política Municipal de Medicamentos em consonância com a Política Nacional e Estadual de Medicamentos.

Considerando que para a efetiva implementação de uma política municipal de medicamentos, a seleção tem caráter imperativo e deve estar em harmonia com as especificidades locais e seu perfil epidemiológico.

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade, a equidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde,

Considerando a necessidade de Pareceres Técnicos da Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT como justificativa da aquisição de medicamentos e insumos que não fazem parte da Lista de medicamentos da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos Essenciais nem da Lista dos Medicamentos Especializados e de Insumos para Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari - MT.

Art. 2º A CFT - Comissão de Farmácia e Terapia será regida nos termos deste Decreto.

Art. 3º A CFT da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari - MT é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e insumos, e assessorar a gestão do SUS Municipal.

Art. 4º A CFT da Secretaria de Saúde do Município de Alto Taquari - MT tem o objetivo de assessorar o Titular da Pasta na formulação de diretrizes para seleção, padronização, prescrição, aquisição, distribuição, dispensação racional de medicamentos, insumos e alimentos especiais, bem como insumos da saúde para assegurar a terapêutica eficaz e segura, para a melhoria da qualidade da assistência prestada à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Alto Taquari - MT, em conformidade com a Política Nacional e Estadual de Medicamentos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde.

Art.5º A CFT tem caráter consultivo e deliberativo com a atribuição de:

I. assessorar o Titular da Pasta na formulação da Política Municipal de Medicamentos e insumos;

II. elaborar e manter atualizada a Relação de Medicamentos, Insumos e Leites especiais do Município de Alto Taquari/MT;

III. analisar e emitir parecer com referência a medicamentos, insumos, e Leites especiais, no que diz respeito à proposta de:

a. novas incorporações de Tecnologias Farmacêuticas;

b. substituição ou exclusão na Relação de Medicamentos, Insumos e Leites especiais do Município de Alto Taquari/MT.

IV. formular diretrizes para o uso racional de medicamentos;

V. estimular a promoção do uso racional de medicamentos através de boletins, cursos, fóruns de debates etc.;

VI. elaborar notas técnicas e resoluções necessárias ao cumprimento dos objetivos da CFT;

VII. implementar, em parceria com a Vigilância em Saúde da SMS/Alto Taquari/MT, ações referentes aos processos de farmacovigilância;

VIII. implementar, em parceria com a Coordenadoria da Assistência Farmacêutica de Alto Taquari/MT, ações referentes a estudos de fármaco-economia;

IX. construir e monitorar os indicadores necessários à análise do consumo e da demanda de medicamentos e Leites especiais no âmbito da Secretaria de Saúde de Alto Taquari/MT.

Art. 6º A CFT terá composição multidisciplinar e multiprofissional.

Parágrafo Único - A CFT poderá contar com consultores "ad hoc", pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos, convocados pela Secretaria de Saúde como Membro Consultivo.

Art. 7º O critério para seleção dos membros da CFT deve ser o de competência técnica, sendo que desta forma, o membro deve ter aptidão e conhecimento para selecionar e utilizar-se criticamente da literatura sobre medicamentos; deve ter habilidade para colher o máximo de informações relevantes com documentação de suporte mínima; conhecimento das bases de literatura disponível, ser imparcial e isento de conflito de interesses.

Art. 8º A CFT será composta por um Comitê Executivo com:

a. Presidente.

b. Vice-Presidente.

c. Secretário Executivo.

d. Membros Efetivos (quantos forem necessários).

Art. 9º Ficará designados os servidores de nível Superior da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapia na qualidade de membros efetivos e consultivos, sendo que o Farmacêutico exercerá a função de Presidente da Comissão.

Parágrafo único: A nomeação dos Servidores para comporem a CFT será efetuada através de Portaria publicada pelo Secretário de Saúde e alterada quando necessário.

Art. 10 Terá dedicação afim os membros do Comitê Executivo – Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo da CFT devendo os demais membros serem liberados pelas chefias imediatas quando convocados pelo comitê executivo.

Art. 11 A CFT terá prazo de 15 dias para elaboração e publicação do seu Regimento Interno.

Art. 12 A CFT fica vinculada ao Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT.

Art. 13 – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Alto Taquari-MT, 29 de setembro de 2017.

FABIO MAURI GARBUGIO (Prefeito Municipal)DECRETO MUNICIPAL N° 406/ 2017.

"Cria a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbugio, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no Art. 197 da CF/88 que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando que Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 7.º, inciso II estabelece o princípio da integralidade de assistência; e no seu artigo 6.º, alínea d do inciso I, prevê que a execução de ações de assistência terapêutica integral está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde; e, complementa no artigo 19-M, inciso I, que essa assistência consiste na dispensação de produtos de interesse para a saúde;

Considerando o Decreto n. 7.508 de 28 de junho de 2011, que Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Considerando a Portaria GM/MS 2.928, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os §§ 1º e 2º do art. 28 do Decreto 7.508, de 28-06-2011.

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.554 de 30 de julho de 2013 que dispõe sobre as regras de financiamento e de execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.555 de 30 de julho de 2013 que Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco estadual de referência de medicamentos e insumos complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

Considerando a Portaria GM/MS 533, de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria MS/GM Nº 1.897, DE 26 DE JULHO DE 2017 que Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014.

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, definindo como um de seus eixos estratégicos, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica.

Considerando a Portaria GM/MS nº 199, de 30 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014 Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o Art. 4 da Lei Complementar n. 141/2012, que regulamenta o § 3 do Artigo 198 da CF/88, em que não constituirão despesas com

ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, das ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com suas diretrizes;

Considerando a Resolução MS/CIT 1, de 17 de janeiro de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde e que em seu art. 6º define critérios para adoção de lista complementar à RENAME pelos Estados e Municípios.

Considerando a Resolução do CFF n. 449 de 24 de outubro de 2006, que dispõe das atribuições do Farmacêutico nas Comissões de Farmácia e Terapêutica.

Considerando a Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino.

Considerando a necessidade de qualificação da Assistência Farmacêutica, ampliação do acesso da população aos medicamentos e fórmulas lácteas industrializadas, a promoção do uso racional e a inegável necessidade de se considerar a racionalidade cientifica na incorporação de novas tecnologias.

Considerando a necessidade de instituir a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT, a fim de promover a Política Municipal de Medicamentos em consonância com a Política Nacional e Estadual de Medicamentos.

Considerando que para a efetiva implementação de uma política municipal de medicamentos, a seleção tem caráter imperativo e deve estar em harmonia com as especificidades locais e seu perfil epidemiológico.

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade, a equidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde,

Considerando a necessidade de Pareceres Técnicos da Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT como justificativa da aquisição de medicamentos e insumos que não fazem parte da Lista de medicamentos da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos Essenciais nem da Lista dos Medicamentos Especializados e de Insumos para Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari - MT.

Art. 2º A CFT - Comissão de Farmácia e Terapia será regida nos termos deste Decreto.

Art. 3º A CFT da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari - MT é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e insumos, e assessorar a gestão do SUS Municipal.

Art. 4º A CFT da Secretaria de Saúde do Município de Alto Taquari - MT tem o objetivo de assessorar o Titular da Pasta na formulação de diretrizes para seleção, padronização, prescrição, aquisição, distribuição, dispensação racional de medicamentos, insumos e alimentos especiais, bem como insumos da saúde para assegurar a terapêutica eficaz e segura, para a melhoria da qualidade da assistência prestada à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Alto Taquari - MT, em conformidade com a Política Nacional e Estadual de Medicamentos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde.

Art.5º A CFT tem caráter consultivo e deliberativo com a atribuição de:

I. assessorar o Titular da Pasta na formulação da Política Municipal de Medicamentos e insumos;

II. elaborar e manter atualizada a Relação de Medicamentos, Insumos e Leites especiais do Município de Alto Taquari/MT;

III. analisar e emitir parecer com referência a medicamentos, insumos, e Leites especiais, no que diz respeito à proposta de:

a. novas incorporações de Tecnologias Farmacêuticas;

b. substituição ou exclusão na Relação de Medicamentos, Insumos e Leites especiais do Município de Alto Taquari/MT.

IV. formular diretrizes para o uso racional de medicamentos;

V. estimular a promoção do uso racional de medicamentos através de boletins, cursos, fóruns de debates etc.;

VI. elaborar notas técnicas e resoluções necessárias ao cumprimento dos objetivos da CFT;

VII. implementar, em parceria com a Vigilância em Saúde da SMS/Alto Taquari/MT, ações referentes aos processos de farmacovigilância;

VIII. implementar, em parceria com a Coordenadoria da Assistência Farmacêutica de Alto Taquari/MT, ações referentes a estudos de fármaco-economia;

IX. construir e monitorar os indicadores necessários à análise do consumo e da demanda de medicamentos e Leites especiais no âmbito da Secretaria de Saúde de Alto Taquari/MT.

Art. 6º A CFT terá composição multidisciplinar e multiprofissional.

Parágrafo Único - A CFT poderá contar com consultores “ad hoc”, pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos, convocados pela Secretaria de Saúde como Membro Consultivo.

Art. 7º O critério para seleção dos membros da CFT deve ser o de competência técnica, sendo que desta forma, o membro deve ter aptidão e conhecimento para selecionar e utilizar-se criticamente da literatura sobre medicamentos; deve ter habilidade para colher o máximo de informações relevantes com documentação de suporte mínima; conhecimento das bases de literatura disponível, ser imparcial e isento de conflito de interesses.

Art. 8º A CFT será composta por um Comitê Executivo com:

a. Presidente.

b. Vice-Presidente.

c. Secretário Executivo.

d. Membros Efetivos (quantos forem necessários).

Art. 9º Ficará designados os servidores de nível Superior da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapia na qualidade de membros efetivos e consultivos, sendo que o Farmacêutico exercerá a função de Presidente da Comissão.

Parágrafo único: A nomeação dos Servidores para comporem a CFT será efetuada através de Portaria publicada pelo Secretário de Saúde e alterada quando necessário.

Art. 10 Terá dedicação afim os membros do Comitê Executivo – Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo da CFT devendo os demais membros serem liberados pelas chefias imediatas quando convocados pelo comitê executivo.

Art. 11 A CFT terá prazo de 15 dias para elaboração e publicação do seu Regimento Interno.

Art. 12 A CFT fica vinculada ao Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT.

Art. 13 – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Alto Taquari-MT, 29 de setembro de 2017.

FABIO MAURI GARBUGIO (Prefeito Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2017

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) N. C. FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS - EPP, CNPJ 26.773.493/0001-96, situado na Av. Brasil esquina com Rua Maranhão, s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás, MT., cep 78.595-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Norimar Cesar César Floss, portador do RG n° 12R-2.432.044 SSP/SC, CPF n° 845.924.359-15, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 028/2017 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 028/2017.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: N. C. FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS – EPP

CNPJ 26.773.493/0001-96

ITENS E VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO DA CESTA BÁSICA	UNIDADE	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	CESTA BASICA CONTENDO OS SEGUINTES ITENS: 2- PACOTES DE ARROZ DE 5KG, tipo I;TIO LINDO 2- PACOTES DE AÇUCAR DE 2KG,Açucar Cristal Primeira Qualidade ; TUIUIU 1- BISCOITO DOCE DE 400GR; LIANE 1- PACOTE DE BISCOITO SALGADO 400GR;LIANE 1-PACOTE DE CAFÉ EM PO DE 500GR;PURÃOI 1-PACOTE DE COLORAU DE 500GR;MIKA. 1-PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA DE 1KG;PINDUCA 1-PACOTE DE TRIGO DE 1KG; CAMPESINA 1-PACOTE DE FUBA DE 500GR;MIKA 1-PACOTE DE FEIJAO DE 1KG;QUENTINHO 1-PACOTE DE LEITE EM PO DE 400GR;MERILU 1-PACOTE DE MACARRAO ESPAGUETE DE 500-GR;LIANE 2-GARRAFA DE OLEO COMESTIVEL DE 900ML;CONCORDIA 1-PACOTE DE POLVILHO DOCE DE 500GR;MIKA 1-PACOTE DE SAL DE 1KG;MASTER 1-LATA DE SARDINHA DE 125GR;NAUTIQUE 1-CREME DENTAL BISNAGA 90GR;SORRISO 1-BARRA DE SABAO 200GR;YPE 1-SABONETE 90GR; YPE	CESTAS BÁSICAS	300	110,90	33.270,00

Valor total do fornecedor R$ 33.270,00 **(trinta e três mil duzentos e setenta reais).**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço da Secretaria conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será **de até 05 (cinco)** dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15.– **A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

5.16– Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17– A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. GERAL SEC. MUN. ASSITENCIA SOCIAL

2018- MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS

339030.00000-1000-0388- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 028/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 02 de outubro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

N.C.FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS-EPP

CNPJ – 26.773.493/0001-96

CONTRATA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 248/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença ao Servidor **GILBERTO PEREIRA SANTOS DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 0443560-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 330.268.901-20 ocupante do Cargo Efetivo de **Operador de Maquinas Rodoviárias**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no período de 01/10/2017 à 15/12/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação e ou publicação revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2017

EDITAL Nº. 001/2017.

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES PARA AS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL – APIACÁS – GESTÃO: 2018 A 2019.

A Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura de Apiacás – Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei Complementar nº 014/2008 e Lei Complementar nº 011/2008, torna pública a realização do processo seletivo e eleitoral para a escolha de Diretores para as Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal – Gestão: 2018/2019, nos termos a seguir:

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Haverá processo seletivo e eleitoral para diretor e em todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino enumerado neste edital.

Art. 2º - A escolha dos diretores para as unidades escolares dar-se-á por critérios técnicos e ele

ição direta com a participação da comunidade escolar.

Art. 3º - O interessado em se candidatar ao cargo de diretor escolar deverá preencher os critérios exigidos nos termos deste edital.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura designará uma **Comissão Eleitoral** para a execução do processo seletivo e organização do processo eleitoral, ressalvadas as competências específicas do Conselho Escolar de cada unidade escolar.

ART.4 1º- Para ocupar o cargo de coordenador escolar da rede municipal de ensino, será necessário ter 02 anos na escola que atua e ser habilitado em pedagogia.

.

ART.4 2º-O Coordenador pedagógico será escolhido através do voto pelo professores efetivos e estabilizados após a realização de atribuição de aulas.

ART.4.3º-Não havendo candidato a coordenador será indicado pela Secretaria de Educação.

II – DOS OBJETIVOS DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL

Art. 5º - Assegurar o caráter educativo da gestão democrática, o sentido e o significado de suas instâncias democratizantes e a relação com sua função central que é o trabalho pedagógico.

III – QUEM PODE SE CANDITAR

Art. 6º - O cargo de diretor de unidade escolar na Rede Pública Municipal é privativo de profissionais do magistério público municipal.

Art. 7º - Para se candidatar, o profissional do magistério público municipal terá que:

I. Ter curso de especialização em educação;

II. Ser efetivo e estável na Rede Pública Municipal, como profissional do magistério;

III. Estar lotado na unidade escolar para a qual queira se candidatar e em efetivo exercício, no mínimo, há dois anos.

IV. Não estar cumprindo, consecutivamente, segundo mandato eletivo de diretor na Rede Pública Municipal, exceto quando não houver candidato inscrito;

V. Não ter sido punido em processo administrativo nos últimos quatro anos, contados até a data final para registro da candidatura.

§ 1º. O candidato à reeleição fica condicionado, ainda, a apresentar certidão de regularidade escolar da unidade dirigida, a ser expedida pelo Conselho Deliberativo da Unidade Escolar.

§ 2º. Não poderão ser considerados como de efetivo exercício para o cômputo do tempo mínimo de dois anos, as faltas ao trabalho, e os períodos de licenças de qualquer natureza, ficando ressalvados os períodos relativos a férias trabalhistas e recessos escolares.

IV – DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - Para concorrer ao cargo de diretor de unidade escolar na Rede Pública Municipal o candidato deverá apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos devidamente autenticados:

I. Documentação pessoal: CPF, Cédula de Identidade, Título de Eleitor e Comprovante de Endereço;

II. Diploma de Licenciatura Plena, e Título de (especialista em educação, mestre em educação, ou doutor em educação), acompanhado do respectivo histórico escolar;

III. Certidão do Departamento de Recursos Humanos que comprove a situação funcional do profissional do magistério público – data de concurso, término do estágio probatório, unidade escolar de lotação e tempo de efetivo exercício exigido na mesma;

IV. Certidão negativa criminal;

V. Certidão de regularidade eleitoral;

VI. Certidão quanto à regularidade de prestação de contas do Conselho Escolar, se for o caso.

Parágrafo Único – O candidato preencherá ficha de inscrição na qual declarará estar ciente das condições exigidas para participação do processo eleitoral e das normas expressas neste Edital.

V – DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL PARA AS QUAIS HAVERÁ PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL, NOS TERMOS DESTE EDITAL.

Art. 9º - Haverá processo seletivo e eleitoral para escolha de diretor nas seguintes unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:

Nome da Escola	Número de Vagas
Escola Municipal de Educação Infantil “Construindo o Saber”.	01
Escola Municipal de Ensino Básico Paulo Freire	01
Escola Municipal Centro de Promoção Educacional	01

VI – DA COMPETÊNCIA TÉCNICA E DO PROJETO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 10 – O candidato com inscrição deferida elaborará Projeto de Gestão para ser desenvolvido na unidade escolar, o qual não poderá conter metas e ações que afrontem as diretrizes gerais para a educação básica da Rede Pública Municipal, quanto ao cumprimento de dias letivos, carga horária, freqüência mínima para promoção, matriz curricular e processo de inclusão e zelo do patrimônio público.

Parágrafo Único – O Projeto de Gestão terá que ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, junto à Comissão nos dias de 16e 17 de novembro de 2017.

Art. 11 – O Projeto de Gestão a ser elaborado pelo candidato deverá conter no mínimo:

I. Os princípios da gestão democrática:

a) a educação como direito de todos;

b) aprendizagem de todos;

c) equidade;

d) transparência;

e) participação;

f) integração.

II. E as seguintes dimensões:

a) dimensão pedagógica ou gestão do processo ensino-aprendizagem;

b) dimensão política ou gestão das relações com as esferas econômicas, políticas, culturais e sociais, em relação ao município e a escola;

c) dimensão administrativa ou gestão da estrutura e funcionamento da escola;

d) dimensão orçamentária e financeira;

e) dimensão da informação.

Art. 12 – O Projeto de Gestão que estiver em de acordo com os artigos 10º e 11º ensejará eliminação do candidato do processo seletivo.

Art. 13 – A avaliação do Projeto de Gestão será realizada por banca examinadora a ser designada pela Comissão do Processo Seletivo e Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.

§ 1º. Constará na avaliação do Projeto de Gestão a apresentação pelo candidato do trabalho realizado.

§ 2º. A apresentação oral do Projeto de Gestão será realizada no dia 21de novembro 2017, nos horários e locais a serem divulgados, mediante portaria, pela Comissão do Processo Seletivo e Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.

Art. 14 – Os resultados quanto aos candidatos aptos à fase eleitoral serão divulgados no dia 24 de novembro de 2017 pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em cada unidade escolar.

VII – DA FASE ELEITORAL

Art. 15 – A fase eleitoral será conduzida pelo Conselho Escolar de cada unidade, mediante designação de Comissão Local, com o mínimo de cinco e com o máximo de sete membros.

Art. 16 – Não poderão fazer parte da Comissão os candidatos, cônjuges destes e parentes.

Art. 17 – Será facultada, em iguais condições, aos candidatos classificados para o pleito eleitoral, campanha para fins de divulgação do trabalho proposto junto à comunidade escolar, no período compreendido entre 27 a 30 de novembro de 2017, conforme organização da Comissão Local.

Parágrafo Único – A Comissão Local assegurará ampla divulgação do processo eleitoral à comunidade escolar.

Art. 18 – A eleição direta para o cargo de diretor em cada uma das unidades escolares, para as quais tenham candidatos classificados, ocorrerá no dia 04 de dezembro de 2017, no horário das 7 às 17 horas.

Art. 19 – A apuração e a divulgação de resultados serão no mesmo dia do pleito.

Art. 20 – A campanha e propaganda, na unidade escolar, só serão permitidas após a divulgação da habilitação do candidato para a fase eleitoral.

Art. 21 – É proibida a propaganda, durante todo o processo seletivo e eleitoral, para escolha de diretor, que:

I. Implicar em promessa ou vantagem de qualquer natureza;

II. Perturbar o sossego da unidade escolar;

III. Caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no processo seletivo e eleitoral.

Parágrafo Único – A propaganda irreal, insidiosa ou manifestamente pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão da unidade escolar ou pela Comissão Especial, mediante delegação de competência da primeira que, se inclusa nessas características, será determinada sua imediata suspensão, e o candidato alertado com a devida comunicação quanto às penalidades cabíveis.

Art. 24 – Durante e todo o processo seletivo e eleitoral fica vedado:

I. A utilização gratuita ou não de bens, valores e serviços para propiciar vantagens ao eleitor;

II. A utilização de recursos do Conselho Escolar para as atividades promocionais de campanha de qualquer dos candidatos;

III. A utilização de material de consumo da unidade escolar para fins de promoção de campanha de qualquer dos candidatos.

Art. 25 – Fica proibido no dia da eleição:

I. Aglomeração de pessoas dentro da unidade escolar e em suas imediações, de modo a caracterizar manifestação coletiva;

II. Uso de alto-falantes e amplificadores de som com a finalidade de promover candidato;

III. Qualquer distribuição de material de propaganda;

IV. Prática de aliciamento (inclusive corpo a corpo), coação ou manifestações tendentes a influir na vontade de eleitor;

V. Oferecer, promover ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza.

IX – DO DIREITO AO VOTO

Art. 26 – Terão direito de votar nas eleições para diretor nas unidades escolares da Rede Pública Municipal apenas os membros da comunidade escolar vinculados à educação municipal.

I. Todos os profissionais do magistério público municipal e demais servidores administrativos e de apoio, lotados na unidade escolar e em efetivo exercício;

II. Os pais ou responsáveis pelos alunos matriculados e com frequência regular na unidade escolar no ano letivo eleitoral.

III. Alunos regulamente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12(doze)anos de idade ou estejam cursando o 6ºano.

§ 1°. No caso de pais que tenham dois ou mais filhos na unidade escolar, tanto o pai como a mãe têm direito de votar.

§ 2°. Os profissionais do magistério municipal e demais servidores administrativos e de apoio à educação que forem lotados em mais de uma unidade escolar terão direito ao voto em cada uma delas.

§ 3°. Cada eleitor terá direito apenas a um voto em cada unidade escolar.

Art. 27 – Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos válidos.

Art. 28 – Em caso de empate na apuração dos votos, será considerado eleito, por ordem de preferência, o candidato a diretor que:

I. Tenha maior tempo de serviço na unidade escolar que pretenda dirigir;

II. Tenha maior tempo de serviço no magistério público na Rede Pública Municipal de Apiacás/MT;

III. Tenha maior titulação na área educacional, considerados, pela ordem, doutorado, mestrado.

Art. 29 – O candidato a diretor que se sentir prejudicado com o resultado da eleição poderá interpor recurso administrativo, no prazo de dois dias contados a partir da divulgação do resultado, perante a comissão eleitoral da unidade escolar, a qual poderá delegar competência à Comissão Especial do Processo Seletivo e Eleitoral da Secretaria Municipal da Educação, Esportes e Cultura, para o devido processamento recursal.

Art. 30 – A Comissão local, também poderá interpor recursos administrativos, junto à Comissão Especial da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, mediante a constatação de eventuais irregularidades no processo eleitoral, no prazo de dois dias da divulgação dos resultados.

Art. 31 – Em caso de renúncia, impedimento legal ou morte do candidato eleito, no curso de seis meses a contar do início do mandato, tomará posse o candidato classificado em segundo lugar e assim sucessivamente, se este não assumir o cargo.

Art. 32 – Havendo ou não candidato, em caso de renúncia, impedimentos legais ou morte do eleito, o diretor será indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 33 – O diretor eleito na forma regulada neste instrumento normativo e na forma do disposto em edital será nomeado pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – O diretor eleito, para ser empossado, fica condicionado a firmar termo de compromisso de disponibilidade para o exercício das funções do cargo.

Art. 34 – Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Cultura de Apiacás/MT, organizadora do Teste Seletivo.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, em 02 outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA			
ANEXO I			
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL PARA DIRETORES (AS) DE UNIDADE ESCOLAR - GESTÃO 2018/2019.			
1. UNIDADE ESCOLAR/APRESENTAÇÃO:			
Nome:			
Endereço:		Telefone:	
Filiação: Pai	Mãe:		
Data de Nasc:_____/_____/_____	Naturalidade:	Estado Civil:	
Cédula de Identidade n°:	Órg. Exp:	Data Exp.:	
CPF:	Título Eleitoral:	Zona:	Secão:
Função que exerce na unidade escolar:			
Data de posse no Magistério Público:			
Data de conclusão do estágio probatório:			
Nome da unidade para qual se inscreve:			
Data de início de exercício na unidade escolar para qual se inscreve:_____/_____/_____			

2. ESCOLARIDADE/TITULAÇÃO ACADÊMICA
Graduação em:
Universidade:
Pós-Graduação:
Lato Senso (especialização):
Universidade:
3. DOCUMENTOS APRESENTADOS:
( ) CPF, RG E TÍTULO ELEITORAL
( ) TÍTULO ACADÊMICO
( ) DECLARAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
( ) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PRESTAÇÃO DE CONTAS, SE FOR O CASO
( ) CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL
( ) CERTIDÃO DE REGULARIDADE ELEITORAL
( ) DIPLOMA DE LICENCIATURA PLENA HISTÓRICO
( ) TÍTULO DE PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO)
4. TERMO DE CIÊNCIA E DISPONIBILIDADE
Declaro estar ciente e de acordo com as normas do edital do processo seletivo e eleitoral para diretor na Rede Pública Municipal para o qual me inscrevo. Declaro, ainda estar incurso em nenhum impedimento eleitoral e que tenho disponibilidade de tempo para o exercício do cargo nos horários de funcionamento da unidade escolar, sendo regime de dedicação exclusiva.

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 250/2017

PORTARIA Nº.250/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei, torna pública a Comissão Eleitoral para a escolha de diretores para as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino – Gestão: 2018/2019, nos termos a seguir:

RESOLVE:

Artigo 1° - Para dirigir o processo eleitoral para a escolha de diretores para as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino será constituída a Comissão Eleitoral composta pelos membros abaixo relacionados:

I. – Representante da Secretaria Municipal. II. – Representante do Conselho Deliberativo da Escola Municipal Paulo Freire. III. – Representante do Conselho Deliberativo da Escola Municipal Centro de Promoção Educacional. IV. – Representante do Conselho Deliberativo da Escola Municipal de Educação Infantil Construindo o Saber. V. – Representante do Conselho Municipal de Educação. VI. – Representante do FUNDEB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Estado de Mato Grosso

Avenida Brasil, Bairro Bom Jesus, 78595-000.

Apiacás-MT

_____

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Artigo 2° - A Comissão Eleitoral elegerá um presidente dentre os membros que a compões, que deverá ser registrada em ata, bem como os demais trabalhos pertinentes ao processo eleitoral.

Artigo 3° - São atribuições da Comissão Eleitoral:

I. Organizar e coordenar o processo eleitoral para escolha de diretores escolares da Rede Municipal de Ensino; II. Receber, analisar, deferir ou indeferir as inscrições; III. Receber, analisar e julgar os recursos e as impugnações impetradas; IV. Homologar os resultados finais do processo eleitoral;

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Apiacás/MT. 02 de outubro de 2017.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 249/2017

PORTARIA Nº. 249/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei. Considerando o disposto na Lei n° 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Complementar n° 011/2008, torna público o período de inscrições para processo seletivo e eleitoral para a escolha de diretores para as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino – Gestão: 2018/2019, nos termos a seguir:

RESOLVE:

Art. 1° - O período de inscrição para concorrer ao cargo de diretor escolar da Rede Pública Municipal de Ensino ocorrerá do dia 06 a 10 de novembro de 2017, na Secretaria Municipal de Educação no horário das 7:00 as 13:00 horas.

Art. 2° - O candidato deverá apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos devidamente autenticados:

I. Documentação pessoal: CPF, Cédula de Identidade, Título de Eleitor e Comprovante de endereço;

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Estado de Mato Grosso

Avenida Brasil, Bairro Bom Jesus, 78595-000.

Apiacás-MT

_____

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

II. Diploma de Licenciatura Plena, e Título de (especialista em educação, mestre em educação, ou doutor em educação), acompanhado do respectivo histórico escolar;

III. Certidão do Departamento de Recursos Humanos que comprove a situação funcional do profissional do magistério público – data de concurso, término do estágio probatório, unidade escolar de lotação e tempo de efetivo exercício exigido na mesma;

IV. Certidão negativa criminal;

V. Certidão de regularidade eleitoral;

VI. Certidão quanto à regularidade de prestação de contas do Conselho Escolar, se for o caso.

Artigo 3° - O candidato deve retirar na unidade escolar a ficha de inscrição e preencher a mesma na qual declarará estar ciente das condições exigidas para participar do processo eleitoral.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

APIACÁS MT 02/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 028/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 038/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

EMPRESA VENCEDORA:

N.C.FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS

AV. BRASIL, S/N°- CENTRO - APIACÁS-MT

ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO DA CESTA BÁSICA	UNIDADE	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	CESTA BASICA CONTENDO OS SEGUINTES ITENS: 2- PACOTES DE ARROZ DE 5KG, tipo I;TIO LINDO 2- PACOTES DE AÇUCAR DE 2KG,Açucar Cristal Primeira Qualidade ; TUIUIU 1- BISCOITO DOCE DE 400GR; LIANE 1- PACOTE DE BISCOITO SALGADO 400GR;LIANE 1-PACOTE DE CAFÉ EM PO DE 500GR;PURÃOI 1-PACOTE DE COLORAU DE 500GR;MIKA. 1-PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA DE 1KG;PINDUCA 1-PACOTE DE TRIGO DE 1KG; CAMPESINA 1-PACOTE DE FUBA DE 500GR;MIKA 1-PACOTE DE FEIJAO DE 1KG;QUENTINHO 1-PACOTE DE LEITE EM PO DE 400GR;MERILU 1-PACOTE DE MACARRAO ESPAGUETE DE 500-GR;LIANE 2-GARRAFA DE OLEO COMESTIVEL DE 900ML;CONCORDIA 1-PACOTE DE POLVILHO DOCE DE 500GR;MIKA 1-PACOTE DE SAL DE 1KG;MASTER 1-LATA DE SARDINHA DE 125GR;NAUTIQUE 1-CREME DENTAL BISNAGA 90GR;SORRISO 1-BARRA DE SABAO 200GR;YPE 1-SABONETE 90GR; YPE	CESTAS BÁSICAS	300	110,90	33.270,00

Valor total do fornecedor R$ 33.270,00 (trinta e três mil duzentos e setenta reais).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 142/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **LUCAS RODRIGUES,** portador da cédula de identidade 2991415-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 061.671.631-11 do cargo de **CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 02 de Outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 235/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora:

Nome: (706) CLEI PEIXOTO DA SILVA DE SOUZA

Cargo Efetivo: (261) Técnica em Enfermagem

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 21/08/2002 à 20/08/2007

Período de Concessão: 01/09/2017 à 29/11/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT, 01 de Setembro de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 236/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor:

Nome: (1139) WILLIAN PETER PELUSO DE CARVALHO

Cargo Efetivo: (260) Psicólogo

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 01/07/2010 à 30/06/2015

Período de Concessão: 01/09/2017 à 29/11/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT, 01 de Setembro de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 143/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Sra. **ADRIANA APARECIDA RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade 24.302.004-1 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n. 173.646.258-01 do cargo de **SUPERVISORA ADMINISTRATIVA** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 02 de Outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 143/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Sra. **ADRIANA APARECIDA RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade 24.302.004-1 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n. 173.646.258-01 do cargo de **SUPERVISORA ADMINISTRATIVA** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 02 de Outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 251/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares ao Servidor Sr. **AILTON JOSÉ GODRIM,** portador da cédula de identidade 391.838 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 328.068.761-68, ocupante do cargo Efetivo de Motorista, no período de 02/10/2017 à 01/10/2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT., 02 de Outubro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CONVITE Nº 07/2017

Aviso de Resultado de Licitação

Convite nº 007/2017 de 21/07/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no convite n° 007/2017 do tipo **Menor Preço Global**, cujo objetivo foi: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS DE ARAGUAIANA - MT",** sagrou-se vencedora a empresa: **ANTÔNIO BATISTA PORFIRO39143856187 CNPJ nº 28.147.722/0001-92.** Alberto Ribeiro da Costa Presidente da CPL, Araguaiana – MT, 03/08/2017.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CONVITE Nº 09/2017

Aviso de Resultado de Licitação

Convite nº 009/2017 de 22/08/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no convite n° 009/2017 do tipo **Menor Preço Unitário**, cujo objetivo foi: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES DE MADEIRAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - MT.",** sagrou-se vencedora a empresa: **L. A. CONSTRUTORA LTDA – ME CNPJ nº 15.615.002/0001-62.** Alberto Ribeiro da Costa Presidente da Comissão permanente de Licitação, Araguaiana – MT, 11/09/2017.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CONVITE Nº 08/2017

Aviso de Resultado de Licitação

Convite nº 008/2017 de 26/06/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no convite n° 008/2017 do tipo **Menor Preço Global**, cujo objetivo foi: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS PARA I AVENTURA TOUR DE MONTAIN - BIKE DO VALE DO ARAGUAIA EM ARAGUAIANA - MT",** sagrou-se vencedora a empresa: **ELCIO MENDES DA SILVA – ME CNPJ nº 08.618.802/0001-71** Alberto Ribeiro da Costa Presidente da Comissão permanente de Licitação, Araguaiana – MT, 07/07/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 02/2017/MT.

EDITAL Nº 02/2017/MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº. 7.040/1998 torna público

o processo de seleção para composição do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE, nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

DO CDCE

1.O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, instância de práticas coletivas e compartilhadas, é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais de educação básica, pais e alunos.

1.1. Cada unidade escolar da rede municipal de ensino terá seu Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar estruturado nos termos da Lei

Estadual nº. 7.040/1998.

DA COMPOSIÇÃO E DA ELEIÇÃO

2. O CDCE será composto por: 50% (cinqüenta por cento) de profissionais da educação básica e 50%(cinqüenta por cento) de pais e alunos, para o mandato de 02 (dois) anos, constituído em Assembléia de cada segmento da comunidade escolar, vencendo por maioria simples, tendo na sua formação um mínimo de 08 (oito) e no máximo 16 (dezesseis) membros.

2.1. O diretor é membro nato do CDCE, sendo-lhe vedado ocupar o cargo de Presidente.

2.2. Os membros do CDCE terão mandato de 02 (dois) anos, sendo que a eleição acontecerá nos dias 23 e 24 de outubro de 2017 e a recondução por mais um mandato eletivo com fulcro na Lei nº 7.982/2003.

2.3. O período de mandato do CDCE corresponde ao período de administração do diretor. Portanto, todas as escolas deverão constituir os seus respectivos Conselhos para o biênio de 2018/2019.

2.4. É assegurada a eleição de 01 (um) suplente para cada segmento que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento que representa.

2.5. Para fazer parte do CDCE, o candidato do segmento aluno deverá ter no mínimo 14 (quatorze) anos de idade ou estar cursando o 6º ano do ensino fundamental.

2.6. O presidente, o secretário e o tesoureiro do CDCE deverão ser escolhidos entre seus membros titulares eleitos.

2.7. O representante do segmento pais não poderá ser profissional da educação básica da escola.

3. É vedada a participação de membro do CDCE, nas funções de presidente e tesoureiro, que nos últimos 05 (cinco) anos:

a. tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício do cargo e/ou função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

b. esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

c. esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

d. não esteja apto para a movimentação de conta bancária;

e. não está com agendamento para o processo de aposentadoria.

4. A divulgação e a convocação para composição do CDCE dar-se-á nos dias 16 e 20/10/2017.

4.1. A eleição dos representantes de cada segmento para o CDCE realizar-se-á no período de 23 e 25/9/2015, em Assembléia de cada segmento da comunidade escolar, vencendo por maioria simples, na unidade municipal de ensino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5. Os membros do CDCE, gestão 2018/2019, responderão pela execução financeira e prestação de contas dos recursos recebidos pela escola até 31/12/2019, sendo que o registro da ata de posse dos novos membros ocorrerá posterior a essa data.

5.1. No prazo de até 90 (noventa) dias do início do ano letivo de 2018 o CDCE deverá discutir e elaborar seu Plano de Ação, biênio 2018/2019, consoante com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

5.2. O CDCE em exercício até 31/12/2017 dará posse aos Conselheiros eleitos para o biênio 2018/2019 em 02/01/2016.

5.3. O CDCE eleito para o biênio 2018/2019 acompanhará o processo de escolha do diretor, nos termos do Art. 15 do Edital 03/2017/PMA-MT.

5.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação em consonância com a Lei 7.040/1998.

5.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguiana-MT, 26 de setembro de 2017.

MARIA APARECIDA FERRAZ DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Educação

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO comunica que estão abertas as inscrições para o processo de seleção de profissionais da educação a serem designados para a função de Diretor das escolas públicas estaduais, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de1988, da Lei nº 9.394/1996 - LDB, da Lei Complementar nº 49/1998, da Lei Complementar nº 50/1998, da Lei nº 7.040/1998 e Lei de Gestão Democrática do ensino Público Municipal nº 322/2000.

DAS PRÉ-INSCRIÇÕES E CONFIRMAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

1. As pré-inscrições e a confirmação das inscrições estarão abertas na Secretaria municipal de Educação, no Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE das unidades escolares, nos dias 01 a 8/11/2015, conforme calendário anexo ao **Edital nº 03/2017,** das

8h às 11h30 e das 14h às 17h.

2. No ato da pré-inscrição o candidato deverá apresentar e assinar os documentos:

a) ficha padrão identificando a escola para a qual está se candidatando;

b) declaração emitida pelo proponente de que está de pleno acordo com as condições deste Edital e **do Edital nº 03/2017;**

c) declaração do proponente afirmando ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica, mesmo em estágio probatório, de acordo com o art. 2º, da LC 50/98;

d) declaração afirmando ter no mínimo 2(dois) anos de efetivo exercício ininterruptos imediatamente anterior à data da pré-inscrição, prestados na unidade escolar que pretende dirigir, independente da lotação e/ou carga horária atribuída;

e) curriculum vitae, comprovando habilitação em Licenciatura Plena (documentado), cópia da carteira de identidade - RG e CPF, apresentando os originais para conferência.

3. Para se inscrever na etapa seguinte a pré-inscrição, o candidato deve participar dos ciclos de estudos organizados pela Secretaria de Educação.

4. Superando os Ciclos de Estudos, o candidato aprovado, confirmará a sua inscrição no dia 27/11/2017, conforme item 1, apresentando os documentos:

a) Proposta de Trabalho, consoante ao PPP/PDE, apresentada em Assembléia Geral, com anuência do CDCE de acordo com as orientações e diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

b) Certidão de Adimplência do candidato, emitida pela Unidade de Prestação do CDCE da escola, quando for candidato a reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CDCE;

c) Declaração emitida pela Secretaria municipal de Educação comprovando que não está respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa.

d) Declaração expedida pelo Departamento de Gestão de Pessoas de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas;

e) Declaração redigida pelo candidato afirmando estar apto a movimentar conta bancária.

.

f) Termo de compromisso redigido pelo candidato para exercer a direção da escola em Dedicação Exclusiva (DE).

5. É vedada a reeleição do candidato que estiver sem os Atos de Autorização de cursos e/ou Credenciamento da unidade escolar regularizados ou na situação "cadastrando" no sistema *on line* do CEE/MT.

6. Não constituirá impedimento da candidatura à reeleição se o processo de Autorização de cursos e/ou Credenciamento da unidade escolar estiverem em análise pela Gerencia de Educação Básica - GEEB no sistema *on line* do CEE/MT.

DAS ETAPAS

6.A seleção do profissional para o exercício da função de Diretor da escola pública municipal, biênio 2018/2019 será efetivada em duas etapas:

a) 1ª etapa: ciclo de estudos no período de 20 e 24/11/2017 oferecida pela Secretaria Municipal de Educação sendo 4 horas computadas como estudo dirigido e 16 horas formação presencial.

b) 2ª etapa: seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, no dia 15/12/2017, das 8h às 18h.

DA PROPOSTA DE TRABALHO

7. A apresentação da proposta de trabalho pelos candidatos à comunidade escolar no período de 28 a 30/11/2017, no horário estabelecido pelas unidades escolares.

7.1. A apresentação das propostas de trabalho de cada candidato deverá ser realizada em Assembléia Geral e registrada em ata pela Comissão

Eleitoral Escolar.

7.2. O candidato que não apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar local, estará automaticamente desclassificado.

7.3. O candidato eleito encaminhará Plano de Trabalho à Secretaria Municipal de Educação, no período de 02 a 30/01/2017.

DOS CRITÉRIOS

8. Os critérios e demais normas inerentes ao processo de seleção para diretores de escola pública municipal estão contidas no Título V da Lei nº7. 040/1998 e no **Edital nº03/2017/MT.**

DA COMISSÃO ELEITORAL

9. Em cada unidade escolar haverá uma comissão eleitoral para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembléia Geral da comunidade escolar, convocada pelo dirigente da escola, conforme artigo 60 da Lei 7.040/1998 e artigo 15 do **Edital nº 03/2017/MT.**

9.1. As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar serão nos termos do artigo 61 da Lei 7.040/1998 e **artigo 15 do Edital nº03/2017 /MT**.

9.2. A Comissão Eleitoral Escolar será formada no dia 24/10/2017, sob a coordenação do CDCE e Assessor Pedagógico.

DA POSSE

10. O candidato eleito tomará posse no dia 02/01/2018, apresentando:

a) Termo de desistência do Convênio Regime de Colaboração, para os candidatos com vínculo com Estado bem como de outros vínculos;

b) Termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao CEE/MT, com firma reconhecida;

c) Carta Compromisso de participar em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, CEFAPRO/SEDUC e/ou instituições parceiras.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência.

b) As inscrições que não atenderem os requisitos para a função de diretor serão indeferidas.

c) Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições.

d) encerrado o prazo de confirmação das inscrições, a Secretaria Municipal de Educação comunicará a lista com as inscrições deferidas e indeferidas.

e) A confirmação da inscrição do candidato implicará no conhecimento deste edital e compromisso tácito as condições do processo de seleção, tais como se acham na Lei nº 7.040/98 e **Edital nº03/2017.**

f) casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Assessor Pedagógico no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

g) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaiana-MT, 26 de setembro de 2017.

<END

MARIA APARECIDA FERRAZ DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Educação

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2017 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 042/2017

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Pneus para atender a Frota das Secretarias Municipais de Araguaiana – MT.**

Pelo presente instrumento, a **O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Presidente Vargas, nº 643, cidade de Araguaiana – MT, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 03.239.035/0001-76, representado neste ato pelo seu

Prefeito Municipal Sr. **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**, brasileiro, divorciado, portador do RG: nº 949.747-SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 567.276. 401-06, residente e domiciliado na Av. Inocêncio Dias S/n, Jardim Urânia II, pela Pregoeira Srª. Márcia Cristina Fernandes Correa e a equipe de apoio composta pelo Sr. Irisvan Dutra Vieira e Fagner Ricardo Pereira Gouveia e Alaor Neto Gomes Reis nomeada pela Portaria n° 039/2017 de 17 de Janeiro de 2017, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** – com sede na cidade de Várzea Grande – MT à Avenida Pompeu de Campos nº 132 Bairro Centro – CEP 78.110-600, inscrita no CNPJ sob o nº 03.532.991/0001-41, representada neste ato pelo Marcos Roberto Margreiter, brasileiro, solteiro, gerente, residente e domiciliado à , Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1919 – CEP 78.050-000 - Cuiabá – MT , portador da Carteira de Identidade n.º 3159921 UF/SC e inscrito no CPF/MF sob n.º 010.008.979-82, doravante denominado FORNECEDOR, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** do Processo de Pregão Presencial nº 019/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nºs. 074/2009 e 075/2009, e no que couber, a Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir e itens em anexo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. Detalhamento do Objeto:

Item	4887 Código	PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	002.068.844	PNEU 11.00-22 Marca: GOODYEAR / PL G8	UND	20	1.308,00	26.160,00
4	002.064.920	PNEU 14 X 4 - 30 Marca: TITAN / ROAD GRADER	UN	15	2.440,00	36.600,00
7	002.068.425	PNEU 175.5X 25-12 LONAS Marca: TITAN / EARTH TRACT	UN	20	2.980,00	59.600,00
11	002.068.812	PNEU 18.4 X 30 Marca: TITAN / DYNA TORQUE II	UND	20	2.569,00	51.380,00
15	002.068.431	PNEU 19.52.24 RETRO ESCAVADEIRA Marca: TITAN/ IT 525	UN	10	2.259,00	22.590,00
16	002.068.450	PNEU 195/55 R 16 Marca: BRIGESTONE /AT 693	UN	25	420,00	10.500,00
20	002.068.809	PNEU 215/75 17,5 - BORRACHUDO Marca: GENERAL/ HDR1	UND	20	849,00	16.980,00
21	002.068.809	PNEU 215/75 17,5 - BORRACHUDO Marca: GENERAL/ LDR1	UND	20	849,00	16.980,00
31	002.060.202	PNEU 275 X 80 R 22 LISO Marca: CONTINENTAL/ HSR2	UN	40	1.459,00	58.360,00
32	002.068.811	PNEU 275/80 R 22,5 - BORRACHUDO Marca: CONTINENTAL / HDR2	UND	20	1.594,00	31.880,00
33	002.068.810	PNEU 275/80 R 22,5 - LISO Marca: CONTINENTAL/ HSR2	UND	20	1.459,00	29.180,00
34	002.068.810	PNEU 275/80 R 22,5 - LISO Marca: CONTINENTAL/ HSR2	UND	20	1.459,00	29.180,00
35	002.064.917	PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO Marca: CONTINENTAL/ HDR2	UN	40	1.594,00	63.760,00
		Total do Proponente				453.150,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Araguaiana /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega são diárias, tendo em vista que a prefeitura não possui almoxarifado para armazenamento, razão pela qual os órgãos necessitam de uma entrega diária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Araguaiana, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Araguaiana, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, através de crédito em conta corrente mantida pelo FORNECEDOR, preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura**.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Araguaiana, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 019/2017 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Barra do Garças/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em quantas vias necessário for de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Araguaiana – MT, 28 de Agosto de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

Pneuar Comércio de Pneus Ltda.

Fornecedor

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 03/2017

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 03/2017

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A Secretária de Educação do Município de Araguaiana – MT, no uso de suas competências e com base na Lei de Gestão Democrática do ensino Público Municipal nº 322/00 de 21 de dezembro de 2.000, na Lei Estadual nº 7.040/1998, que estabelece o sistema seletivo para a escolha do dirigente do estabelecimento e cria os Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar na Unidade de Ensino.

Resolve:

Art. 1º- O critério para a escolha de diretor tem como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 2º- A escolha de profissional para provimento do cargo em comissão de diretor das escolas públicas municipais, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será conduzida pela comissão de Eleição formada pelos membros do Conselho Deliberativo Escolar.

Art.3º - O processo de escolha do profissional da educação básica a ser designado para função exclusiva do diretor escolar será realizado em duas etapas:

I – etapa constará de ciclos de estudos de no mínimo 20 (vinte) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de freqüência. Nessa Etapa, o candidato realizará estudo voltado às dimensões pedagógica, administrativa, financeira e de gestão de pessoas.

II - outra etapa constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na própria unidade escolar e salas anexas, levando – se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a) objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a política Educacional do município de Araguaiana, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar onde pretende atuar;

b) Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à elevação dos índices oficiais IDEB, Prova Brasil,ENEM entre outros, e da melhoria da qualidade do ensino.

c) estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos financeiros, bem como, construção do currículo escolar, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d) plano estratégico para a preservação do patrimônio público.

e) estratégias para manter atualizados os atos autorizativos para o funcionamento da unidade escolar e cursos, junto à secretaria de Educação.

§ 1º - Na definição das metas de curto e longo prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão a Proposta de Trabalho, o candidato deverá apoiar-se no PPP em execução na unidade escolar onde pretende atuar.

I – A proposta de trabalho do Candidato deverá ser de sua autoria embasada no PPP/PDE, de forma inovadora, com o memorial das ações da Gestão anterior, analisada e validada pela Assessora Pedagógica.

II - No caso da opção por continuidade da proposta da Gestão anterior, o candidato deverá fazer uma justificativa fundamentada da escolha, desde que a proposta anterior esteja embasada no PPP/PDE e apresente adequações consistentes para a efetivação da mesma, sendo a justificativa e as adequações analisadas e validadas pela Assessora Pedagógica.

§ 2º - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º - No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a proposta de trabalho aprovada e validada em Assembléias da comunidade escolar.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no artigo 15 deste edital, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da mesma.

§ 1º - A Assembléia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º - Na Assembléia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não se submeter à apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado, cabendo a Comissão Eleitoral local registrar o evento em ATA.

Art. 6º - Para candidatar-se à função de diretor escolar de que trata a Lei Estadual nº 7.040/1998, o integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica, mesmo em estágio probatório, de acordo com o art. 2º, LC 50/98;

II - ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício prestados na unidade escolar que pretende dirigir, independente da lotação e/ou carga horária atribuída;

III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação, sob orientação da Assessora Pedagógica..

V - apresentar a Proposta de Trabalho, consoante ao PPP, em Assembléia Geral, de acordo com as orientações e diretrizes expedidas pela Secretaria de Educação;

VI - apresentar Certidão de Adimplência do CDCE da escola, quando for candidato a reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CDCE, emitida pela Secretaria de Educação;

VII - apresentar declaração emitida pela Secretaria de Educação comprovando que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

VIII - apresentar declaração expedida pelo Departamento de Gestão de Pessoas, de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas.

IX - estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato;

X - assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva (DE);

XI - assinar termo de desistência do Convênio Regime de Colaboração, para os candidatos com vínculo com Estado, bem como de outros vínculos;

XII - assinar termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto a Secretaria de Educação e ao CEE/MT;

XIII - assinar Carta Compromisso de participar em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria de Educação e/ou instituições parceiras.

§ 1º - O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

§ 2º - É vedada a reeleição do candidato que estiver até 02 (dois) anos.

Art. 7º - Caso não haja profissionais da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional efetivo que tenha 01 (um) ano de exercício na mesma unidade.

Parágrafo único – Desde que atenda aos demais incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VII, IX, X, XI, XII e XIII estabelecidos no Art.6º, deste Edital.

Art. 8º - Na unidade escolar onde inexistir profissional da educação com habilitação de nível superior, poderá inscrever-se o profissional com habilidade em nível de Ensino Médio, com Magistério, ou profissionalização específica (Pro funcionário);

Parágrafo único– Se houver renúncia do Candidato único a eleição, a Secretária Municipal de Educação nomeará um profissional habilitado do quadro efetivo para exercer a função de Diretor Escolar na unidade de ensino.

Art. 10 – É vedada a participação como candidato no processo de escolha de diretor, o profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I – tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV – esteja sob licenças contínuas;

V – esteja inadimplente junto a Unidade de Prestação de contas (FNDE) e Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - Considerar-se-á inadimplente:

I – O candidato que não prestou contas dos recursos financeiros recebidos de órgãos públicos, eventos com fins lucrativos até o primeiro semestre de 2017;

II – O candidato a reeleição cuja escola não esteja com prestação de contas protocoladas na Secretaria de Educação pela Equipe Gestora até 20/09/2017.

§ 2º - Caberá à Secretaria de Educação enviar relação com os nomes dos candidatos, número do CPF e número da matrícula funcional;

§ 3º - Definem-se licenças contínuas as referentes à licença médica que ultrapassar nos últimos 05 (cinco) anos um somatório de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º - Poderá se inscrever para o processo de escolha de diretor, regulamentado por este edital, o profissional da educação que esteja usufruindo de licença-prêmio, desde que a interrompa no ato da posse.

Art. 11 – Os atuais diretores, eleitos e/ou designados, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar.

Parágrafo único – O servidor que possuir dois cargos sendo um municipal e outro de outro ente federado, deverá afastar-se obrigatoriamente do cargo estadual e receberá a gratificação da Dedicação Exclusiva.

Art. 12 – O diretor escolhido atenderá em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de acordo com seu regime de trabalho semanal, especificando horários e períodos de atendimento, devendo o cronograma ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 13 – Na escola onde não houver candidato, caberá à Secretária de Educação designar um profissional do quadro efetivo da educação para exercer a função de Diretor.

Art. 14 – Haverá na escola uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembléia Geral da comunidade escolar, convocada pelo gestor da escola

§ 1º - Devem compor a Comissão Eleitoral um membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I – representante dos profissionais da Educação Básica;

II – representante dos pais;

III – representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º - O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembléia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º - A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º - O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria de Educação ou do CDCE, onde não houver a mesma.

§ 5º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – o servidor em exercício na função de diretor.

§ 6º - O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 15 – A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II – divulgar amplamente as normas e os critérios específicos da unidade escolar, relativos ao processo eleitoral;

III – analisar em reunião conjunta com a Secretaria de Educação as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

a) as inscrições dos candidatos deverão ser realizadas dia 16 a 20 de outubro 2017 e analisadas pela a Secretaria de Educação;

IV – convocar a Assembléia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V – providenciar material de votação, tais como:

a) urnas, cédulas e lista de presença dos pais ou responsáveis;

b) lista de votação dos alunos e profissionais da educação devidamente atualizada na data da eleição;

VI – credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato, até 72 (setenta e duas) horas antes do dia da eleição, para análise junto com a Secretaria de Educação que emitirá parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do pedido;

IX – designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, em até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, publicizando na escola;

X – acondicionar as cédulas de votação e/ou zerésima inicial e final, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder à incineração;

XI – convocar o CDCE em exercício e o eleito para o biênio 2018/2019 para se fazerem presentes na unidade escolar durante o processo de escrutinação para apreciar eventual ocorrência prevista no § 1º do artigo 32;

XII – divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação ao CDCE, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o término do processo eleitoral.

Parágrafo Único – Poderá haver recurso da impugnação do inciso VIII, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o conhecimento da decisão, pelo interessado, à Comissão Eleitoral Local.

Art. 16 – É vedado ao candidato e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III – realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – após o deferimento da inscrição, fica vedada a aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de entrevista;

VI – utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos públicos;

VII – macular a imagem do outro candidato.

Art. 17 – O candidato que se sentir ofendido, poderá apresentar representação, escrita e fundamentada, contra o candidato que praticar

qualquer dos atos previstos no art. 17 desta portaria à Comissão Eleitoral Escolar, até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, que decidirá sobre o afastamento do candidato infrator do processo eleitoral, em 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único – Da decisão da Comissão Eleitoral Escolar, cabe ao interessado recorrer à Secretaria de Educação, que decidirá o caso em parecer fundamentado, em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 18 – É vedada aos profissionais da educação qualquer manifestação que possa macular a imagem ou praticar atos que firam a integridade física e moral do candidato, junto à comunidade escolar, sob pena de responder processo administrativo e judicial.

Art. 19 – O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 20 – Podem votar:

I – profissionais da educação em exercício na unidade escolar, observados os §§ 3º e 4º deste artigo;

II – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6º ano em diante;

III – pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha 75% de freqüência comprovada.

§ 1º - O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento de profissional de educação.

§ 2º - O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.

§ 3º - Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Eleitoral Escolar, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

§ 4º - Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, votará o seu substituto.

Art. 21 – No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia).

Art. 22 – O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo Único – Não é permitido o voto por procuração.

Art. 23 – O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar, dia 05 de dezembro 2013, das 8h às 18 h.

Art. 24 – Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 25 – A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito ao voto secreto.

Art. 26 – Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art. 27 – Cada mesa será composta por no mínimo 03 (três) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único – Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 28 – Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único – O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de agir, sobre este fundamento, a nulidade do processo

Art. 29 – O processo de seleção ocorrerá através de votação manual em cédulas próprias e/ou urna eletrônica, observada a programação anexa a este edital.

§ 1º - O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário, exceto os de urna eletrônica.

§ 2º - A Comissão Eleitoral Escolar deverá informar por escrito à Secretaria de Educação, com 15 (quinze) dias de antecedência do pleito, a utilização da urna eletrônica.

Art. 30 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Art. 31 – Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 32 – As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º - Até 24(vinte e quatro) horas úteis antes da eleição a Comissão Eleitoral Escolar deverá definir e informar à Secretaria de Educação se a escola dará inicio ao processo de escrutinação apenas no dia posterior ao processo eleitoral.

§ 2º - Antes da abertura da urna instalada na unidade escolar e salas anexas, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com o relatório descritivo ao CDCE, para a decisão cabível.

§ 3º - Caso o CDCE se julgue impossibilitado de atender ao que consta no § 1º deste artigo, encaminhará, com justificativa, à Secretaria de Educação que decidirá em parecer fundamentado.

§ 4º - Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo no caso de utilização de urna convencional.

Art. 33 – Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 32, somente no caso de urna convencional.

Art. 34 – Os pedidos de impugnação fundados em violação de urna somente poderão ser apresentados, à Comissão Eleitoral da escola, até o momento que antecede a abertura da mesma, pela mesa escrutinadora.

Art. 35 – Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art. 36- Serão nulos os votos quando da utilização das urnas convencionais:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um candidato;

III – que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

Art. 37 – Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I – maior tempo de serviço na unidade escolar na qual concorre;

II – maior tempo de serviço na rede municipal de educação;

III – maior idade.

Art. 38 – O candidato único só será considerado eleito se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo Único – Caso o candidato não obtenha o percentual mínimo dos votos válidos, caberá à Secretária de Educação, indicar o diretor de acordo com o art. 14 e seu parágrafo único, deste edital.

Art. 39 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar que se reunirá com os demais membros para:

I – verificar toda a documentação;

II – decidir sobre eventuais irregularidades;

III – divulgar o resultado final da votação.

Art. 40 – O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no decorrer do processo de votação, poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o término da eleição, e esta terá o mesmo prazo para análise e parecer.

§ 1º - Das decisões fundamentadas da Comissão Eleitoral Escolar cabem recursos dirigidos à Secretaria de Educação, protocolados na Comissão Eleitoral Escolar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, que terá o mesmo prazo para remeter à Secretaria de Educação.

§ 2º - A Secretaria de Educação emitirá parecer em 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da representação.

Art. 41 – Decorridos os prazos previstos no artigo 41 e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função de diretor.

Parágrafo Único – Todos os recursos destinados à Comissão Eleitoral , protocolados na Secretaria de Educação.

Art. 42 – A posse deverá ocorrer em Assembléia Geral da comunidade escolar, conforme a programação anexa.

Art. 43 – Até o último dia do ano letivo, o diretor em exercício deverá apresentar à comunidade escolar e entregar ao diretor eleito, por escrito, os seguintes documentos:

I – avaliação de sua gestão, nos termos das diretrizes expedidas pela Secretaria de Educação;

II – balanço do acervo documental;

III – credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

IV - inventário do patrimônio existente na unidade escolar, registrado em livro tombo, validado pelo CDCE;

V - apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º - Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do diretor em exercício, competirá ao novo diretor, juntamente com o CDCE, relatar os fatos e representar contra o mesmo à Secretaria de Educação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse, sob pena de responsabilidade, nos termos do Art. 148 da Lei Complementar 04/1990.

§ 2º - O CDCE só poderá dar posse ao diretor reeleito se cumprido o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - Havendo a posse em descumprimento dos dispositivos deste artigo, anula-se o ato, vaga-se a função e realiza-se nova eleição.

Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral , em única instância, que atenderá na Secretaria de municipal..

Art. 45 – Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Edital 01/2013 de 02 de outubro de 2013.

Araguaiana MT, 26 de Setembro de 2017.

MARIA APARECIDA FERRAZ DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMAÇÃO DA FORMAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E ELEIÇÃO DE DIRETORES – BIÊNIO 2018/2019		
DATA	**AÇÕES**	**LOCAL**
02/10/2017	Publicação do Edital que regulamenta a Abertura do Processo eleitoral de Diretor Escolar e composição CDCE	Diário Oficial
16 a 20/10/2017	Divulgação e convocação para composição do CDCE	Escolas
23 a 25/10/2017	Eleição do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE	Escolas
24/10/2017	Assembléia Geral para Formação na escola da Comissão Eleitoral para Diretor	Escolas
01 a 08/10/2017	Inscrição dos candidatos à direção da escola	Secretaria Municipal de Educação
13/10/2017	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos inscritos	Secretaria Municipal de Educação
20 a 24/11/2017	Ciclos de estudos dos candidatos com inscrições deferidas	Secretaria Municipal de Educação
27/11/2017	Requerimento de documento de conclusão de curso e aprovação.	Secretaria Municipal de Educação
27/11/2017	Confirmação da inscrição deferida e candidatos capacitados, junto à comunidade escolar.	Escolas
28 a 30/11/2017	Apresentação da proposta de trabalho do candidato a direção da escola à comunidade escolar.	Escola
15/12/2017	Eleição na escola para a escolha do diretor e resultado do certame.	Escola
18/12/2017 19/12/2017 20/12/2017 02/01/2018	Interposição de recursos à Comissão Eleitoral da Escola; Análise e deliberação dos recursos interpostos à Comissão Eleitoral Escolar; Devolução da Secretaria de Educação ao candidato interposto; Posse do Diretor Eleito e Membros do CDCE.	(24h) Escola (24h) Escola Secretaria Municipal de Educação Escola

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a INEXIGIBILIDADE em conformidade ao disposto no art. 25, § 1º da Lei Federal 8. 666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa de Produção de Eventos para Show Artístico Gospel com DANIEL E SAMUEL no dia 15 de agosto para o dia do EVANGÉLICO em Araguaiana – MT.

Favorecido: GOIÁS EVENTOS E PRODUÇÕES EIRELI – ME CNPJ nº 20.691.800/0001-03.

Prazo de Execução e Vigência: 01 DIA

15/08/2017.

Valor Total R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

Fundamento Legal Artigo. 25, inciso III da Lei Federal 8.666/93

Justificativa Anexa nos autos do processo de inexigibilidade de licitação nº 07/2017.

Dotação Orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

01 – Gabinete do Secretário

13 – Cultura

392 – Difusão Cultural

0048 – Cultura

2024 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura

3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 11 de agosto de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017**.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de uma empresa para elaboração de projeto de engenharia sanitarista para o DAE.

Favorecido: EAB ENGENHARIA LTDA - ME CNPJ nº 27.416.891/0001-18.

Prazo de Execução e Vigência: 04 (quatro) meses

Valor Total R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais)

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso I da Lei Federal 8.666/93 e, artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015.

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de Licitação nº 03/2017.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transportes e Agricultura

Unidade: 02 – Departamento de Água e Esgoto

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Públicas de Infra Estrutura Urbana e Rural

Projeto Atividade: 2.058 – Manutenção e encargos com o DAE

Elemento Despesa: 3.3.90.39.51.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 25 de agosto de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 031/2017

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araguaiana – MT.**

Pelo presente instrumento, a **O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Presidente Vargas, nº 643, cidade de Araguaiana – MT, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 03.239.035/0001-76, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Av. Inocêncio Dias S/n, Jardim Urânia II, portador da Cédula de Identidade n.º 949.747-SSP/MT e inscrito no CPF n.º 567.276.401-06, pela Pregoeira Srª. Márcia Cristina Fernandes Correa e a equipe de apoio composta pelo Sr. Irisvan Dutra Vieira e Fagner Ricardo Pereira Gouveia e Alaor Neto Gomes Reis nomeada pela Portaria n° 039/2017 de 17 de Janeiro de 2017, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa com sede na cidade de CUIABÁ – MT à Empresa FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.250.803/0001-92, representada neste ato pelo GEAN CARLO DE MOURA SANTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Cuiabá – MT, portador da Carteira de Identidade n.º 1520683-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 002.426.811-90, doravante denominado FORNECEDOR, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** do Processo de Pregão Presencial nº 014/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nºs. 074/2009 e 075/2009, e no que couber, a Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir e itens em anexo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. Detalhamento do Objeto:

Item	4841 Código	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	003.001.828	ACEBROFILINA 10MG/ML ADULTO Marca: PRATI	FR	2000	8,50	17.000,00
11	003.006.019	ALBENDAZOL COMPRIMIDO MASTIGÁVEL 400 MG Marca: PRATI	COMP.	9000	0,68	6.120,00
12	003.001.196	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG Marca: ELOFAR	COMP.	5000	0,64	3.200,00
14	003.001.023	AMBROXOL XAROPE ADULTO 30ML/MG Marca: FARMACE	FRASC	4000	2,94	11.760,00
16	003.001.658	AMINOFILINA 100 MG COMP Marca: HIPOLABOR	COMP.	15000	0,09	1.350,00
20	002.052.784	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG Marca: TEUTO	COMP.	40000	0,08	3.200,00
25	003.006.016	AMOXICILINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG Marca: PRATI	FRASC	4000	5,80	23.200,00
27	003.006.004	AMPICILINA 250 MG SUSPENSÃO Marca: PRATI	FRASC	200	4,50	900,00
33	003.006.007	AZITROMICINA PÓ SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML Marca: PRATI	FRASC	6000	7,00	42.000,00
38	002.061.333	BLOQUEADOR SOLAR F 50 Marca: FARMAX	UN	160	27,00	4.320,00
40	002.060.084	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML GOTAS Marca: PRATI	FRASC	200	3,98	796,00
43	003.001.172	BROMOPRIDA GOTAS 4 MG/ML Marca: PRATI	FRASC	300	1,95	585,00
47	003.001.195	CARBAMAZEPINA 200 MG - CPR Marca: TEUTO	COMP.	45000	0,15	6.750,00
50	002.055.734	CARVEDILOL 25 MG C/30 COMP Marca: BIOLAB	CX	67	8,39	562,13
52	003.001.214	CARVEDILOL COMP. 12, 5 mg Marca: BIOLAB	COMP.	30000	0,30	9.000,00
53	003.001.969	CATETER JELCO INTRAVENOSO PERIFERICO 14G Marca: POLYMED C/50	CX	10	50,00	500,00
55	003.001.971	CATETER JELCO INTRAVENOSO PERIFERICO 18 G Marca: POLYMED C/50	CX	10	46,00	460,00
58	003.001.737	CEFALOTINA 1 g - E. V. Marca: AGILA	AMPOL	2000	2,20	4.400,00
59	003.001.738	CEFTRIAXONA 1 G - E. V/ IM Marca: AGILA	AMPOL	3000	2,25	6.750,00
61	002.063.774	CETOCONAZOL SHAMPO 2% Marca: PRATI	FRASC	200	7,80	1.560,00
63	002.057.474	CIMETIDINA 150 MG/ ML INJETÁVEL Marca: TEUTO	AMPOL	800	0,98	784,00
65	003.001.767	CINARIZINA 25 mg Marca: NEOQUIMICA	COMP.	2000	0,21	420,00
66	002.057.231	CINARIZINA CP 75 MG Marca: NEOQUIMICA	COMP.	30000	0,27	8.100,00
67	002.068.164	CIPROFLOXACINO 500 MG INJETÁVEL Marca: ISOFARMA	AMPOL	300	42,00	12.600,00
69	003.001.768	CLONAZEPAM 2 mg Marca: GEOLAB	COMP.	25000	0,13	3.250,00
70	003.001.787	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GOTAS Marca: PRATI	FRASC	120	3,20	384,00
72	003.001.225	CLORETO DE POTÁSSIO 10% Marca: SAMTEC	AMPOL	200	0,32	64,00
73	003.001.636	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10ML AMPOLA Marca: SAMTEC	AMPOL	1500	0,23	345,00
77	003.001.217	CLORPROMAZINA 100 MG COMP. Marca: U.QUIMICA	COMP.	5000	0,31	1.550,00
78	003.001.216	CLORPROMAZINA 25 mg/ml Marca: U.QUIMICA	AMPOL	300	1,50	450,00
80	002.057.562	COMPLEXO B INJETÁVEL Marca: HYPOFARMA	AMPOL	6000	1,20	7.200,00
81	002.068.163	DESLANOSIDEO (CEDILANIDE) 2ML INJETAVEL Marca: U.QUIMICA	AMPOL	100	1,98	198,00
84	003.001.171	DEXAMETASONA CREME 0,1% Marca: SOBRAL	TB	4000	1,40	5.600,00
85	002.068.180	DEXAMETASONA XAROPE 120 ML Marca: SOBRAL	FRASC	1000	1,97	1.970,00
87	003.001.840	DEXCLORFENIRAMINA SOLUÇÃO ORAL XAROPE 0,4 MG/ML Marca: PRATI	FR	3000	1,45	4.350,00
88	002.065.184	DIAZEPAM 10 MG/ML INJETAVEL Marca: SANTISA	AMPOL	1000	0,90	900,00
89	002.064.316	DIAZEPAM 5 MG Marca: SANTISA	COMP.	10000	0,08	800,00
90	003.001.379	DIAZEPAM COMP 10MG Marca: SANTISA	COMP.	25000	0,09	2.250,00
92	003.001.744	DICLOFENACO POTASSIO 75 mg/3 ml INJETAVEL Marca: TEUTO	AMPOL	1000	1,01	1.010,00
95	002.057.182	DIGOXINA 0,25 MG - COMP Marca: PHARLAB	COMP.	12000	0,07	840,00

99	003.001.839	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML GOTAS Marca: FARMACE	FR	3000	1,00	3.000,00
102	003.001.966	DOBUTAMINA Marca: TEUTO	AMPOL	20	9,00	180,00
105	003.001.638	ENALAPRIL 5 MG Marca: BELFAR	COMP.	12000	0,13	1.560,00
106	002.055.422	ENALAPRIL 10 MG Marca: MEDQUIMICA	COMP.	15000	0,08	1.200,00
108	003.001.382	EPINEFRINA 1MG/ML (ADRENALINA) INJETÁVEL Marca: HIPOLABOR	AMPOL	200	4,70	940,00
111	002.068.177	ESCAPOLAMINA, BUTIBROMETO 10MG + DIPIRONA SÓDICO INJETAVEL 250MG (BUSCOPAM COMPRIMIDO) Marca: PHARLAB	COMP.	80000	0,55	44.000,00
112	002.057.261	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG/5ML + DIPIRONA SÓDICA INJETAVEL 2,5G 5ML (BUSCOPAM INJETAVEL) Marca: HIPOLABOR	AMPOL	1000	1,95	1.950,00
116	002.068.167	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10 MG/ML INJETAVEL (EFORTIL) Marca: U.QUIMICA	AMPOL	200	1,60	320,00
117	002.057.612	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL COMP. 0,03 MG + 0,15 MG (CICLO 21) COMP. Marca: MABRA	COMP.	13000	2,70	35.100,00
118	002.057.204	FENITOÍNA 100 MG Marca: TEUTO	COMP.	6000	0,37	2.220,00
119	003.001.749	FENITOINA SODICA 50 mg/ml - INJETAVEL Marca: CRISTALIA	AMPOL	200	3,40	680,00
120	002.055.105	FENOBARBITAL 100 MG Marca: TEUTO	COMP.	10000	0,16	1.600,00
121	003.001.176	FENOBARBITAL 40 MG/ML - GOTAS FRASCO Marca: U.QUIMICA	FRASC	200	4,20	840,00
125	002.057.655	FLUCONAZOL 150 MG Marca: MEDQUIMICA	COMP.	8000	0,36	2.880,00
126	003.001.231	FLUOXETINA 20 MG Marca: TEUTO	COMP.	60000	0,09	5.400,00
128	003.001.199	FUROSEMIDA 40 MG Marca: PRATI	COMP.	60000	0,06	3.600,00
131	002.052.829	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP Marca: MEDQUIMICA	COMP.	130000	0,04	5.200,00
135	007.044.016	GLICOSE 50% 10 ML AMPOLA Marca: SAMTEC	AMPOL	7000	0,39	2.730,00
137	002.065.188	HALOPERIDOL 5 MG Marca: U.QUIMICA	COMP.	6000	0,19	1.140,00
138	002.065.479	HALOPERIDOL 5 MG/ML INJETAVEL Marca: U.QUIMICA	AMPOL	300	1,88	564,00
139	002.057.558	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML (DECAN HALOPER) INJETAVEL Marca: U.QUIMICA	AMPOL	50	12,00	600,00
143	003.001.201	HIDROCLOROTIAZIDA 25 mg Marca: MEDQUIMICA	COMP.	80000	0,05	4.000,00
144	002.056.261	HIDROCORTIZONA 100 MG INJETÁVEL Marca: U.QUIMICA	FRASC	1500	4,90	7.350,00
145	002.056.260	HIDROCORTIZONA 500 MG INJETÁVEL Marca: U.QUIMICA	FRASC	2500	8,98	22.450,00
146	003.001.240	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO ORAL. Marca: SOBRAL	FR	900	3,98	3.582,00
151	003.001.841	ITRACONAZOL 10MG CÁPSULA Marca: GEOLAB 100MG	COMP.	2000	1,28	2.560,00
152	003.001.220	IVERMECTINA 6 MG COMP. Marca: VITAMEDIC	COMP.	3000	0,31	930,00
153	003.006.014	LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRUTOR 20 ML Marca: HIPOLABOR	FR	1500	3,50	5.250,00
157	002.057.254	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG Marca: PRATI	COMP.	200000	0,06	12.000,00
158	003.001.186	MEBENDAZOL 100 MG - COMP Marca: SOBRAL	COMP.	6000	0,07	420,00
159	003.001.173	MEBENDAZOL 20MG/ML - SUSPENSÃO Marca: SOBRAL	FRASC	3000	1,95	5.850,00
163	002.068.169	METHERGIN- METILERGOMETRINA INJETAVEL Marca: U.QUIMICA	AMPOL	150	2,00	300,00
168	003.001.930	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS Marca: MARIOL	FRASC	500	0,89	445,00
170	003.001.174	METRONIDAZOL 40 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL Marca: PRATI	FRASC	2000	3,98	7.960,00
172	002.036.182	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 5% Marca: PRATI	TB	1000	5,90	5.900,00
178	003.001.964	MIDAZOLAN Marca: HIPOLABOR	AMPOL	50	4,00	200,00
181	002.057.292	NIFEDIPINO 20 MG Marca: NEQOUIMICA	COMP.	80000	0,08	6.400,00
183	003.001.761	NIMESULIDA 50 MG - ML Marca: VITAMEDIC	FR	100	1,98	198,00
184	003.001.668	NISTATINA CREME VAGINAL COM APLICADOR Marca: PRATI	TB	1000	6,80	6.800,00
190	003.001.762	NORIPURUM 100 MG - I.V. Marca: U.QUIMICA	AMPOL	300	8,00	2.400,00
193	002.056.206	OLEO MINERAL 100 ml Marca: MARIOL	FRASC	600	3,20	1.920,00
194	003.001.230	OMEPRAZOL 20 MG - CPS Marca: PRATI	COMP.	90000	0,09	8.100,00
196	003.001.848	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS Marca: SOBRAL	FR	5000	1,00	5.000,00

197	003.001.193	PARACETAMOL 500 MG Marca: PRATI	COMP.	70000	0,06	4.200,00
202	003.001.434	POLIVITAMÍNICO COMPRIMIDOS (BENORMAL) Marca: VITAMED (COMPLEXO B)	COMP.	60000	0,08	4.800,00
207	003.001.190	PROMETAZINA 25 MG COMP Marca: CRISTALIA	COMP.	8000	0,16	1.280,00
211	003.001.435	RANITIDINA 25 MG/ML - INJETÁVEL Marca: FARMACE	AMPOL	2000	0,70	1.400,00
215	002.056.343	SALBUTAMOL XAROPE 100 ML Marca: SOBRAL	FRASC	500	1,84	920,00
218	003.001.967	SUCCINILCOLINA 100 MG Marca: U.QUIMICA	FR	20	13,00	260,00
219	003.001.968	SUCCINILCOLINA 500 MG Marca: U.QUIMICA	FR	20	15,00	300,00
220	002.068.173	SULFADIAZIDA DE PRATA PASTA 1% Marca: PRATI 30GR	TB	400	7,00	2.800,00
221	002.059.591	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40/8 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL Marca: SOBRAL 50ML	FR	1000	2,00	2.000,00
224	003.006.032	SULFATO DE MORFINA 10 MG Marca: CRISTALIA	COMP.	100	1,00	100,00
225	003.006.031	SULFATO DE MORFINA 10 MG/ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	500	3,00	1.500,00
226	003.006.027	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5 MG/ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	200	3,70	740,00
227	003.006.030	SULFATO DE TRAMADOL 100 MG/ML Marca: U.QUIICA	AMPOL	800	1,88	1.504,00
229	003.006.029	SULFATO DE TRAMADOL 50 MG - INJETAVEL Marca: HIPOLABOR	AMPOL	300	1,19	357,00
230	002.057.304	SULFATO FERROSO 40 MG Marca: PRATI	COMP.	70000	0,07	4.900,00
231	003.001.851	SULFATO FERROSO 125 MG/ML GOTAS Marca: HIPOLABOR	FR	1000	1,30	1.300,00
232	003.001.835	TENOXICAM 20 MG/ML - E.V. Marca: U.QUIMICA	AMPOL	4000	6,30	25.200,00
233	003.006.033	TENOXICAM 40 MG/ML - E.V. Marca: U.QUIMICA	AMPOL	1000	8,20	8.200,00
234	003.001.853	TIAMINA 300 MG Marca: PRATI	COMP.	5000	0,43	2.150,00
236	002.068.175	TRANSAMIM 250 MG/5ML INJETAVEL Marca: HIPOLABOR (ACIDO TRANEXAMICO)	AMPOL	300	3,70	1.110,00
245	002.052.713	VITAMINA C INJETAVEL Marca: FARMACE	AMPOL	5000	0,81	4.050,00
						492.268,13

Total do Proponente: (quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e sessenta e oito reais e treze centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Araguaiana /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega são diárias, tendo em vista que a prefeitura não possui almoxarifado para armazenamento, razão pela qual os órgãos necessitam de uma entrega diária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Araguaiana, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Araguaiana, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, através de crédito em conta corrente mantida pelo FORNECEDOR, preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura**.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Araguaiana, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 014/2017 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Barra do Garças/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em quantas vias necessário for de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Araguaiana – MT, 20 de julho de 2017.

_____

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

_____

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

Fornecedor

DEPERTAMENTO PESSOAL
ATO GOVERNAMENTAL Nº 02/2017

ATO GOVERNAMENTAL Nº 02/2017 "Dispõe sobre revogação de publicação indevida de Decreto 42/2017".

Justificativa do Ato:

CONSIDERANDO que a Administração Pública realiza seus atos pautados pelos princípios Constitucionais esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever seus atos, por conveniência ou oportunidade, nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a publicação do DECRETO que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Curador e Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores, no JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO e;

CONSIDERANDO finalmente que o princípio da verdade e transparência com que a administração municipal de Araguaiana tem pautado ao longo de suas atividades inerentes à legislação, o Poder Executivo:

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação INDEVIDA efetivada no dia 31/08/2017 no JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO sob a Edição 2.805 pag. 51.

§ 1º. Tornar sem efeito todos os atos oriundos da referida Decreto de 42/2017, devido ao erro de publicação.

Araguaiana, 02 de outubro de 2017.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

LEI MUNICIPAL Nº 824 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

EMENTA: "Dispõe sobre a concessão de folga ao servidor público municipal no dia de seu aniversario no município de Araguainha-MT, e dá outras providências."

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.**

Art. 1º. – O Servidor Publico Municipal da esfera do Poder Executivo e Legislativo de Araguainha-MT, terá folga no dia do seu aniversário.

Art. 2º. – Caso o aniversario do servidor recair em dias de sábado, domingo ou feriados, o mesmo não será transferido para o próximo dia útil.

Art. 3º. – O Servidor para ter direito a folga, comunicará seu chefe imediato da data de seu aniversario com intervalo mínimo de uma semana da data do aniversario.

Art. 4º. – Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 825 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI COMPLEMENTAR Nº 825 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a reformulação e atualização do Código Tributário do Município de Araguainha e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei compreende o "Código Tributário do Município de Araguainha - CTM", obedecidos aos mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, e das demais leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

LIVRO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Esta Lei denominada "Código Tributário do Município de Araguainha - CTM" - regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

TÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. A legislação tributária do Município de Araguainha – MT, compreende as Leis, os Decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:

I. os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Finanças e Diretores dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da Lei;

II. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III. os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 4º. Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas neste Código Tributário.

CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 5º. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 6º. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

Art. 7º. Quando ocorrer dúvida ao contribuinte, quanto à aplicação de dispositivo da lei, este poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

CAPÍTULO III DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 8º. Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.

§1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

I. a analogia;

II. os princípios gerais de direito tributário;

III. os princípios gerais de direito público;

IV. a eqüidade.

§ 2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 3º. O emprego da eqüidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 9º. Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:

I. suspensão ou exclusão de crédito tributário;

II. outorga de isenção;

III. dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 10. Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

I. à capitulação legal do fato;

II. à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III. à autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV. à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Art. 12. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 13. Os sujeitos passivos, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I. apresentar declaração de movimento econômico, guias de recolhimento de impostos e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas desta Lei e dos regulamentos fiscais, incluindo-se os contribuintes optantes pelo regime tributário instituído pela Lei Complementar nº 123/2006;

II. comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da data da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III. conservar e apresentar à Fazenda Pública, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira às operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV. o documentário fiscal é de exibição obrigatória ao agente do fisco, devendo ser conservado pelo prazo de 05 (cinco) anos, por quem dele tiver feito uso contados do encerramento da atividade;

V. prestar, sempre que solicitados, pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo da Fazenda Pública, se refiram ao fato gerador de obrigação tributária, por escrito ou verbalmente.

§ 1º. No caso de isenção, imunidade ou não tributação, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo, incluindo-se as sociedades empresárias prestadoras de serviços optantes pelo regime tributário instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, doravante conhecido como Simples Nacional;

§ 2º. Nos termos das normas editadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - **CGSN**, além do já disposto no "*caput*", deste artigo, ficam as sociedades empresárias obrigadas a:

I. sujeitar-se a exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como fornecer informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar;

II. sujeitar-se à fiscalização, permitindo o acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

Art. 14. A Fazenda Pública poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer, todas as informações e dados que possam vir a ser considerados como geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído, ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º. As informações obtidas por força desse artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e do Município.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, salvo as exceções previstas no art. 198, §1º, do Código Tributário Nacional.

Art. 15. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

Art. 16. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código Tributário como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

Art. 17. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 18. O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:

I. a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II. os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 19. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I. tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II. tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

CAPÍTULO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 20. Sujeito ativo da obrigação é o Município de Araguainha - MT.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 21. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I. contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II. responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 22. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 23. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código Tributário.

§ 2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

I. da data da ciência aposta no auto;

II. da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

III. da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPÍTULO V DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 24. A capacidade tributária passiva independe:

I. da capacidade civil das pessoas naturais;

II. de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;

III. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

IV. de estar enquadrada no regime tributário privilegiado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

CAPÍTULO VI DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 25. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins deste Código Tributário, considera-se como tal:

I. quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;

II. quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;

III. quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

CAPÍTULO VII DA SOLIDARIEDADE

Art. 26. São solidariamente obrigadas:

I. as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;

II. as pessoas expressamente designadas por lei;

III. todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§ 1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

Art. 27. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I. o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II. a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III. a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Município poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:

I. o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II. a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 16.01, 17.05 e 17.09 da lista de serviços.

SEÇÃO II DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 29. O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 30. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 31. São pessoalmente responsáveis:

I. o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II. o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III. o espólio, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão.

Art. 32. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 33. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 34. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II. os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;

III. os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII. os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 35. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I. as pessoas referidas no artigo anterior;

II. os mandatários, prepostos e empregados;

III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 36. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações deste Código Tributário independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 37. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

TÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 39. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 40. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 41. Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DO LANÇAMENTO

Art. 42. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 43. O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 44. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

I. impugnação do sujeito passivo;

II. recurso de ofício;

III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 52 deste Código Tributário.

Art. 45. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

I. da notificação direta;

II. da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;

III. da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;

IV. da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;

V. da remessa do aviso por via postal.

§ 1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§ 4º. A notificação de lançamento conterá:

I. o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;

II. a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

III. o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;

IV. o prazo para recebimento ou impugnação;

V. o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;

VI. demais elementos estipulados em regulamento.

§ 5º. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

§ 6º. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I. impugnação procedente do sujeito passivo;

II. recurso de ofício;

III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no parágrafo anterior.

Art. 46. Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente neste Código Tributário.

Art. 47. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 48. É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 49. A modificação introduzida, de ofício ou em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 50. O lançamento é efetuado:

I. com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;

II. de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 51. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 52. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

I. quando a lei assim o determine;

II. quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma deste Código Tributário;

III. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V. quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;

VI. quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII. quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X. quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 53. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 54. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 55. Nos termos do inciso VI do art. 136 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas no art. 217 deste Código Tributário, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I. a moratória;

II. o depósito do seu montante integral;

III. as reclamações e os recursos nos termos deste Código Tributário;

IV. a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.

SEÇÃO II DA MORATÓRIA

Art. 57. Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 58. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 59. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I. o prazo de duração do favor;

II. as condições da concessão;

III. os tributos alcançados pela moratória;

IV. o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;

V. garantias.

Art. 60. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Art. 61. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfez ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

I. com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

II. sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III DO DEPÓSITO

Art. 62. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I. quando preferir o depósito à consignação judicial;

II. para atribuir efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma deste Código Tributário;

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 63. A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I. para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código Tributário;

II. como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III. como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV. em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 64. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I. pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;

d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II. pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III. na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV. mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 65. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 66. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I. em moeda corrente do país;

II. por cheque;

III. em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 67. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I. quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO IV DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 68. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I. pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

II. pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

III. pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;

IV. pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. Extinguem o crédito tributário:

I. o pagamento;

II. a compensação;

III. a transação;

IV. a remissão;

V. a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;

VI. a conversão do depósito em renda;

VII. o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 53 deste Código Tributário;

VIII. a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;

IX. a decisão judicial transitada em julgado;

X. a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei.

SEÇÃO II DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

Art. 70. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§ 1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

Art. 71. O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.

Art. 72. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º. Para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, a guia de recolhimento competente é a instituída pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

§ 2º. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 73. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 74. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I. atualização monetária;

II. multa de mora;

III. juros de mora;

IV. multa de infração.

§ 1º. A atualização monetária será calculada mensalmente, em função da variação do poder aquisitivo da moeda, de acordo com os índices oficiais da variação nominal das Unidades Fiscais de Referência (UFM), fixadas pelo Poder Executivo.

§ 2º. O principal será atualizado monetariamente mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado da UFM do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Unidade vigente no mês fixado para pagamento.

§ 3º. A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração não podendo o seu percentual acumulado ultrapassar 10% (dez por cento) do valor do débito.

§ 4º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.

§ 5º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 6º. Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§ 7º. No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, ou ainda quando tenham sua base de cálculo fixada em Unidades Fiscais de Referência (UFM), será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.

§ 8º. No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 9º. As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

Art. 75. Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.

Parágrafo único. Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 76. O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 77. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 72 deste Código Tributário.

Art. 78. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I. quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 79. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 80. A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 81. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I. cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II. erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III. reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º. O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§ 2º. Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 82. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 83. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 84. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I. nas hipóteses dos incisos I e II do art. 81 deste Código Tributário, da data da extinção do crédito tributário;

II. na hipótese do inciso III do art. 81 deste Código Tributário, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 85. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 86. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 87. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

Art. 88. Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

SEÇÃO III DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 89. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.

§ 1º. É competente para autorizar a transação o Secretário Municipal de Fazenda, mediante fundamentado despacho em processo regular.

§ 2º. Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º. Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§ 4º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 5º. O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e em regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:

I. empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;

II. estabelecimento de ensino;

III. empresa de rádio, jornal e televisão;

IV. estabelecimento de saúde.

§ 6º. As compensações de crédito a que se referem os incisos II e IV do parágrafo anterior somente efetuar-se-ão para benefício dos servidores municipais, ativos e inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.

Art. 90. Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

§ 1º. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Secretário Municipal de Fazenda, ou pelo Procurador ou Assessor Jurídico do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

I. o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

II. a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;

III. ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;

IV. ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;

V. a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

§ 2º. Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão da dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.

Art. 91. Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

SEÇÃO IV DA REMISSÃO

Art. 92. Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:

I. à situação econômica do sujeito passivo;

II. ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III. à diminuta importância do crédito tributário;

IV. a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;

V. a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SEÇÃO V DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Art. 93. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 94. A prescrição se interrompe:

I. pela citação pessoal feita ao devedor;

II. pelo protesto feito ao devedor;

III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V. durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 95. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

I. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II. da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 96. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 97. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

I. declare a irregularidade de sua constituição;

II. reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III. exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV. declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º. Extinguem crédito tributário:

a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

b) a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 56 deste Código Tributário.

Art. 98. Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I. para garantia de instância;

II. em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I. a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II. o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

CAPÍTULO V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Excluem o crédito tributário:

I. a isenção;

II. a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 100. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 101. Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 102. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 103. A isenção pode ser concedida:

I. em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II. em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§ 1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III DA ANISTIA

Art. 104. A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I. aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II. aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;

III. às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 105. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I. em caráter geral;

II. limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

TÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES

Art. 106. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, deste Código Tributário.

Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 107. Constituem agravantes de infração:

I. a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;

II. a reincidência;

III. a sonegação.

Art. 108. Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública.

Art. 109. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 110. A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

I. prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II. inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III. alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV. fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

V.para os sujeitos passivos enquadrados no regime especial instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, constatada qualquer das infrações descritas neste capitulo, será expedido pela autoridade competente, depois de garantida a ampla defesa, o Termo Circunstanciado de Exclusão do Simples Nacional.

Art. 111. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 112. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Art. 113. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

I. a multa;

II. a perda de desconto, abatimento ou deduções;

III. a cassação do benefício da isenção;

IV. a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;

V. a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;

VI. a sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 114. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

I. as circunstâncias atenuantes;

II. as circunstâncias agravantes.

§ 1º. Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º. Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 115. Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas:

I. com multa de 50 (cinqüenta) UFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II. com multa de 20 (vinte) UFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta lei.

Art. 116. Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TÍTULO V DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 117. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Art. 118. O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:

I. do Cadastro Imobiliário Fiscal;

II. do Cadastro de Atividades Econômico-sociais, abrangendo:

a) atividades de produção;

b) atividades de indústria;

c) atividades de comércio;

d) atividades de prestação de serviços;

III. de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

§ 1º. O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais, fixando as penalidades aplicáveis a cada caso, limitadas estas, quando de cunho pecuniário, a 255 (duzentas e cinqüenta e cinco) UFM ou valor equivalente, observadas as demais disposições deste Código Tributário.

§ 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de classe, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

LIVRO II DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E OUTRAS RECEITAS

TÍTULO I DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 120. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I. a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II. a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 121. Os tributos são: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

§ 1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§ 2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 122. O Município de Araguainha, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, da lei complementar e deste Código Tributário, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 123. A competência tributária é indelegável.

§ 1º. Poderá ser delegada, através desta ou de lei específica, a capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§ 2º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º. Compreendem as atribuições referidas nos §§1º e 2o as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

§ 4º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

CAPÍTULO III DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 124. É vedado ao Município:

I. exigir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;

II. instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

III. cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV. utilizar tributo com efeito de confisco;

V. estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;

VI. cobrar imposto sobre:

a) o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;

b) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

c) templos de qualquer culto;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII. estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.

§ 1º.A vedação do inciso VI, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º. As vedações do inciso VI, “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º.O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º. O disposto na alínea “b” do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

b) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 6º. Considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§ 8º. No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais previstas em lei.

§ 9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 125. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes à entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 126. A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 127. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV DOS IMPOSTOS

Art. 128. Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

I. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

II. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

III. Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis.

TÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 129. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista referida neste artigo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro**e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas neste Código Tributário, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto de que trata este Código Tributário incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 130. A incidência do imposto independe:

I. da existência de estabelecimento fixo;

II. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas a atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III. do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;

IV. da destinação dos serviços.

V. da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 131. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art. 1o desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços

descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista

anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos

no subitem 11.02 da lista anexa;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1o No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2o No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3o Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4o § 4o Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1o, ambos do art. 8o-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 132. Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

I. manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;

II. estrutura organizacional ou administrativa;

III. inscrição nos órgãos previdenciários;

IV. indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V. permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:

a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;

b) locação de imóvel;

c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;

d) fornecimento de energia elétrica em nome do prestador ou seu representante.

Art. 133. O Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 134. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços:

I. quando a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação;

II. quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, no primeiro dia seguinte ao de início da atividade, e nos exercícios subseqüentes, no primeiro dia de cada ano.

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 135. O imposto não incide sobre:

I. as exportações de serviços para o exterior do País;

II. a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III. o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III DA BASE DE CÁLCULO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 136. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços é o preço do serviço.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existente em cada Município.

§ 2º. Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta lei complementar.

Art. 137. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada, frete, despesa ou imposto.

§ 1º. Incluem-se na base de cálculo de quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço, bem assim o valor do imposto incidente.

§ 2º. Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§ 3º. Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

§ 4º. Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.

§ 5º. Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.

§ 6º. A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção de financiamento, ainda que cobrados em separado.

§ 7º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§ 8º. Na falta de preços, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

Art. 138. No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não ilide a tributação pelo exercício de atividade de prestação de serviços no território do Município, segundo as regras gerais.

Art. 139. O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.

Parágrafo único. O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 140. Está sujeito ainda ao ISS, o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as exceções previstas nela própria.

Art. 141. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Art. 142. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

SEÇÃO II DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 143. Na prestação dos serviços referentes aos subitens 7.02 e 7.05 da lista constante deste Código Tributário, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:

I. ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador;

II. ao fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS.

Art. 144. Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o objetivo de promover e realizar a construção para alienação total ou parcial de edificações ou conjunto de edificações de unidades autônomas.

§ 1º. Considera-se incorporador qualquer pessoa física ou jurídica que, embora não efetuando a construção, compromisse ou realize a venda de frações ideais de terreno, efetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, às edificações em construção ou a serem construídas sob regime de condomínio ou, ainda, a pessoa que meramente aceite proposta para efetivação dessas transações, coordenando ou levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega das obras concluídas, pelo seu preço e demais condições estipuladas.

I. entende-se também como incorporador o proprietário ou titular de direitos aquisitivos que contrate a construção de edifícios destinados à constituição de condomínios, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

II. nos casos de obras executadas dentro do Plano Nacional de Habitação, caracteriza-se a ocorrência do fato gerador do imposto pelo compromisso de venda de cada unidade antes do \"habite-se\", sendo o momento da incidência determinado pelo comprovante do sinal de aquisição da unidade, correspondente ou não a parcela das cotas de construção e do terreno.

§ 2º. São compreendidos como parte integrante das obras a que se refere o artigo 144 deste Código Tributário, apenas quando realizados pela própria empresa construtora ou pelos respectivos subempreiteiros, os seguintes serviços:

a) escavação, movimento de terra, desmonte de rocha manual ou mecânico, rebaixamento de lençol freático, submuração e ensecadeiras que integram a obra;

b) serviços de fundação, estacas, tubulações e carpintaria de formas;

c) serviços de mistura de concreto ou asfalto;

d) serviços de ladrilheiro, azulejista, pastilheiro e estucador, compreendendo revestimento em todas as modalidades;

e) serviços de colocação de esquadrias, armações, vidros e telhados;

f) serviços de serralheria;

g) pavimentação de prédios com tacos, frisos, lajes e outros materiais não especificados;

h) impermeabilização e pintura em geral;

i) instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias;

j) demolição, quando for prevista no contrato para execução de obra, no lugar do prédio a ser demolido.

§ 3º. As construções civis que envolvam atividades de incorporação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1994.

§ 4º. A tributação a que se sujeitam as atividades de incorporação, a que se refere o parágrafo antecedente, obedecerá ao regime de dedução estabelecida no artigo 143 deste Código Tributário Municipal.

§ 5º. Ficam sujeitas à incidência do ISS as incorporações imobiliárias em que o incorporador assuma as funções de construtor, seja sob a modalidade de empreitada ou administração.

Art. 145. O Poder Executivo disciplinará em regulamento o controle, a operacionalidade e a forma de usufruir as disposições desta seção.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO FIXA

Art. 146. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

Art. 147. Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública, na modalidade de jogos em aparelhos, máquinas ou equipamentos, mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser pago a critério da autoridade administrativa, através de valor fixo, em razão do número de aparelhos utilizados no estabelecimento.

CAPÍTULO IV DAS ALÍQUOTAS

Art. 148. As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes:

I – A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).

§ 1o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2o É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3o A nulidade a que se refere o § 2o deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

§ 4o A empresa optante pelo Simples Nacional prevalece às alíquotas constantes da Lei Federal n° 123/2006.

CAPÍTULO V DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 149. Contribuinte é o prestador do serviço.

§ 1º. Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades referidas na lista de serviços deste Código Tributário.

§ 2º. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se por:

I. profissional autônomo:

a) o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual, científica, técnica ou artística, de nível universitário ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;

b) profissionais de níveis médio e elementar, compreendendo todo aquele que, não sendo portador de diploma de curso universitário ou a este equiparado, e que desenvolver atividade lucrativa de forma autônoma.

II. empresa:

a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;

b) toda pessoa física ou jurídica não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;

c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 150. São solidariamente obrigados, perante a Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesses comuns na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.

§ 1º. A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

§ 2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

Art. 151. Art. 6o Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1o Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2o Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1o deste artigo, são responsáveis: (Vide Lei Complementar nº 123,de 2006).

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art. 3o desta Lei Complementar.

§ 3o No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4o No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 5º. A responsabilidade prevista no caput deste artigo é afastada quando se tratar de serviço diverso daqueles elencados nos artigos 150 e 151 e o prestador, estabelecido no Município de Araguainha, comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.

SEÇÃO III DA RETENÇÃO DO ISS

Art. 152. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

I. os órgãos da Administração Direta da União, Estado e do Município, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Araguainha;

II. estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

III. empresas de rádio, televisão e jornal;

IV. incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

V. todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;

VI. todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.

VII. as companhias de aviação em relação às comissões pagas pelas vendas de passagens aéreas e de transporte de cargas;

VIII. as incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pelas corretagens do imóvel;

IX. as empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de consertos de bens sinistrados;

X. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou concessionários;

XI. as instituições financeiras, em relação ao pagamento dos serviços de guarda, vigilância, conservação, e limpeza de imóveis, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra.

§ 1º. Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo que comprovar a inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.

§ 2º. No caso deste artigo, se o contribuinte prestador do serviço comprovar ter sido pago o imposto neste Município, cessará a responsabilidade da fonte pela retenção do tributo.

§ 3º. Além das prestações de serviço catalogadas nos respectivos incisos deste artigo, o alcance da norma estender-se-á a outras atividades prestadas ao contribuinte.

§ 4º. O poder Executivo fica autorizado a acrescentar ou excluir qualquer contribuinte do regime de substituição, na forma que dispuser o regulamento.

§ 5º. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação de serviço.

§ 6º. Não será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços das empresas sob regime de estimativa ou quando o prestador de serviço apresentar nota fiscal avulsa, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 7º. As empresas sob regime de estimativa deverão comprovar seu enquadramento com a apresentação da Portaria de Estimativa expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 8º. A responsabilidade prevista no caput é afastada quando o prestador comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.

Art. 153. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 154. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

CAPÍTULO VI DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 155. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

Art. 156. As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excetuam outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.

Art. 157. O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 158. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista neste Código Tributário, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.

Parágrafo único. A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

I. até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;

II. antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

Art. 159. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

Art. 160. A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 161. O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação temporária da atividade, arquivada no órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias e na forma do regulamento.

§ 1º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.

§ 2º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 162. É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

CAPÍTULO VIII DAS DECLARAÇÕES FISCAIS

Art. 163. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.

Art. 164. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços ficam obrigados a apresentar declaração de dados, de acordo com o que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IX DO LANÇAMENTO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 165. O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

Art. 166. O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito:

I. mediante declaração do próprio contribuinte, devidamente protocolada;

II. de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa;

III. de ofício, quando em conseqüência do levantamento fiscal ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de notificação ou por auto de infração.

Parágrafo único. Quando constatado qualquer infração tributária previstas neste Código Tributário, o lançamento da multa pecuniária se dará por auto de Infração.

Art. 167. O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:

I. em pauta que reflita o corrente na praça;

II. mediante estimativa;

III. por arbitramento nos casos especificamente previstos.

SEÇÃO II DA ESTIMATIVA

Art. 168. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II. quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III. quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;

IV. quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente. Sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

Art. 169. Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:

I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;

II. o preço corrente dos serviços;

III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;

IV. a localização do estabelecimento;

V. as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade.

§ 1º. A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:

a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;

d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§ 2º. O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§ 3º. Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§ 4º. A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

§ 5º. Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

Art. 170. O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.

Art. 171. Independente de qualquer procedimento fiscal, sempre que o preço total dos serviços exceder o valor fixado pela estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher o imposto pelo movimento econômico real apurado.

Art. 172. O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

Art. 173. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórios, conforme dispuser o regulamento.

Art. 174. Findo o exercício ou o período a que se refere a estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte. Verificada qualquer diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

SEÇÃO III DO ARBITRAMENTO

Art. 175. A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

I. o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;

II. o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;

III. serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;

IV. existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;

V. não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;

VI. exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VII. prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado; VIII. flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

IX. serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 176. Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:

I. os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;

II. as peculiaridades inerentes à atividade exercida;

III. os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;

IV. o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.

§1º. A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:

a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;

d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§2º. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

CAPÍTULO X DO PAGAMENTO

Art. 177. O Imposto Sobre Serviços será recolhido:

I. por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, no caso de auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos pelo Fisco;

II. por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação;

§ 1º. No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.

§ 2º. É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

§ 3º. Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, através da DMS - Declaração Mensal de Serviços de sem movimento, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.

Art. 178. No ato da inscrição e encerramento, o recolhimento do tributo será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.

Art. 179. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

Parágrafo único. A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas neste Código Tributário.

Art. 180. Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO XI DA ESCRITURAÇÃO FISCAL

Art. 181. Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

I. manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;

II. emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.

§ 1º. O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.

§ 2º. Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

Art. 182. Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XII DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 183. O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços, terá início com:

I. a lavratura do termo de início de fiscalização;

II. a notificação e/ou intimação de apresentação de documento;

III. a lavratura do auto de infração;

IV. a lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;

V. a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.

§ 1º. O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2º. A lavratura do termo de início de fiscalização valerá por 30 (trinta) dias.

§ 3º. A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados neste Código Tributário.

CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 184. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas por este Código Tributário ou em regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 185. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I. multa de importância 02 (duas) UFM, no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo;

II. multa de importância 06 (seis) UFM, nos casos de:

a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;

a) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento;

III. multa de importância de 15 (quinze) UFM, nos casos de:

a) falta de livros e documentos fiscais;

b) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previsto em regulamento;

c) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária;

d) quebra da sequência das notas fiscais;

e) atraso na entrega da DMS.

IV. multa de importância igual 20% (vinte por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 10 (dez) UFM e máxima de R$ 200 (duzentas) UFM, sem prejuízo das demais cominações legais:

a) falta de emissão de nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais;

c) uso indevido de livros e documentos fiscais;

d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;

f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento;

g) falta, erro ou omissão de declaração de dados.

V. multa de importância igual a 30% (trinta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 50 (cinquenta) UFM e máxima de 300 (trezentas) UFM, sem prejuízo das demais cominações legais:

a) impressão sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário;

b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário;

c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário;

d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 05 (cinco) anos, não comunicada na forma da lei;

e) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração.

VI. multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, observada a imposição mínima de 60 (sessenta) UFM e máxima de 500 (quinhentas), sem prejuízo das demais cominações legais:

a) emissão e expedição de nota fiscal ou outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso;

b) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal de mesma numeração e série;

c) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação;

d) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente;

e) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido;

f) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos;

VII. multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção devida, sem prejuízo das demais cominações legais;

VIII. multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido, sem prejuízo das demais cominações legais;

IX. multa equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de comunicação falsa em documento de arrecadação da inexistência de movimento tributável, sem prejuízo das demais cominações legais;

X. multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido, apurado em auto de infração sem prejuízo das demais cominações legais;

XI. aquele que embaraçar ou causar impedimento de qualquer forma à fiscalização, será punido com as seguintes multas:

a) de 15 (quinze) UFM pelo não atendimento ao primeiro pedido de intimação no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) de 25 (vinte e cinco) UFM pelo não atendimento ao segundo pedido de intimação no prazo máximo de 03 (três) dias;

c) de 50 (cinquenta) UFM pelo não atendimento ao terceiro pedido de intimação no prazo máximo de 02 (dois) dias.

XII. aquele que apresentar mais de duas DMS Retificadora do mês de referência será punido com multa de 15 (quinze) por unidade apresentada.

XIII. multa de importância igual a 20 (vinte) UFM, por nota fiscal emitida, nos seguintes casos:

a) quando informado na Declaração Mensal de Serviços - DMS a emissão de nota fiscal de serviço sem incidência do Imposto sobre Serviço, e constatado pela Fiscalização a incidência do imposto;

b) quando utilizar nota fiscal de serviço em desacordo com atividade econômica cadastrada no Município;

c) quando utilizar nota fiscal de serviço para atividade não prevista na lista de serviço.

§ 1º. Verificado o não atendimento das 3 (três) intimações a que se refere o inciso XI deste artigo, proceder-se-á ao arbitramento, na conformidade do que dispõe o art. 175 desta Lei.

§ 2º. Os contribuintes infratores, enquadrados nos incisos V, VI, VII e VIII deste artigo, terão os documentos fiscais apreendidos para comprovação da aplicação das respectivas penalidades, nos termos do que dispõe o art. 281, desta Lei.

Art. 186. Os contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderão ser declarados devedores remissos e proibidos de transacionar a qualquer título com a Administração Pública Municipal, inclusive com suas Autarquias e Fundações.

§ 1º. A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

§ 2º. A declaração de devedor remisso será feita decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal-administrativo, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.

Art. 187. O contribuinte que, repetidamente, cometer infração às disposições deste Código Tributário poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal da Fazenda, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definido em regulamento.

Art. 188. Os débitos com a Fazenda Municipal serão atualizados nos mesmos moldes utilizados pela União para com os seus devedores, até a data do seu efetivo pagamento, mediante aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para com seus créditos.

Parágrafo único. Em havendo extinção ou substituição dos mecanismos utilizados pela União para com seus créditos, proceder-se-á de maneira idêntica com relação aos créditos do Município, no que se refere à atualização monetária.

Art. 189. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

§ 1º. Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.

§ 2º. O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 190. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Parágrafo único. No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

CAPÍTULO XIV DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 191. A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:

I. a expedição do visto de conclusão (habite-se) de obras de construção civil;

II. o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o município;

III. o arquivamento de quaisquer alterações contratuais de registro nos órgãos competentes.

§ 1º. Quando se tratar do inciso I deste artigo, deverá o processo ser acompanhado do certificado de visto fiscal a ser emitido pela autoridade competente, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º. Estão dispensados de prévia demonstração da situação fiscal:

I. as edificações novas, cuja área total não ultrapasse 40 (quarenta) metros quadrados;

II. as obras de acréscimos de construções cuja área total, incluída a edificação anterior, não ultrapasse o limite fixado no inciso anterior;

III. as construções novas em situação de mutirão, fato comprovado por documento hábil.

TÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 192. A hipótese de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel**,** pornatureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizavéis ou de expansão urbana do município

Art. 193 - A incidência do Imposto Independe:

I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel

Art.194 Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em lei municipal observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbanas e/ou em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do **caput** deste artigo e que enquadrarem aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelo órgão competentes, que sejam destinados à habitação, industria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a residêncial de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área.

Art. 195 - bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

a) - sem edificação;

b) - em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) - em que houver edificação interditada, condenada ou em demolição;

d) - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 196 - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 197 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "mortis-causa".

Parágrafo Único - Para a lavratura de escritura pública, relativa a bem imóvel, é obrigatório à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura e o não cumprimento, ficam solidariamente obrigados a este pagamento, todas as partes contratantes, bem como os tabeliães, escrivães e demais serventuários do ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão do seu ofício, ou pela omissões por que forem responsáveis e ficarão sujeito as penalidade neste Código.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 198 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel**.**

§ 1º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º - Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 3º - O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeito passivo da obrigação tributária.

SEÇÃO III

DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Art. 199 - A planta genérica de valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro fiscal imobiliário do Município de Araguainha - MT, através do loteamento dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana, em áreas urbanizáveis, de expansão urbana do Município.

§ 1º - A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais;

I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre Transmissão “inter-vivos “ de bens imóveis e direitos reais a eles relativos;

III - Contribuição de Melhoria.

Art. 200 - O valor unitário do metro quadrado de terreno e de construção, serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;

II - custos de produção;

III - locações correntes;

IV - características da região onde se situa o imóvel;

V - fator de obsolescência;

VI - padrão ou tipo de construção.

§ 1º - Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;

II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 201 - A planta genérica de valores será atualizada a cada 4 (Quatro) anos, antes da ocorrência do fato gerador e o valor venal dos imóveis serão conhecidos, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidas pela área onde se localizam, bem como, o preço corrente no mercado, por Lei especifica.

Parágrafo Único - Quando não forem objetos da atualização previstos neste artigo, os valores serão atualizados de acordo com o estabelecido no parágrafo único do artigo 449, neste Código.

Art. 202 - Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 203 – A base de cálculo do imposto na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana no município é o Valor Venal do imóvel e será conhecido, de acordo com a segunte forma:

Vvi = Vvt + Vve

onde:

Vvi = Valor venal do imóvel;

Vvt = Valor venal do terreno;

Vve = Valor venal da edificação.

§ 1º - Para efeito de determinação do valor venal do terreno, considera-se:

I - Valor venal do terreno, será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte formula:

Vvt = Vm2t x At x P x T x S

onde:

Vvt = Valor venal do terreno;

Vm2t = Valor do metro quadrado do terreno;

At = Área do terreno;

P = Coeficiente corretivo de pedologia;

T = Coeficiente corretivo de topografia;

S = Coeficiente corretivo de situação do terreno;

a. - O valor de metro quadrado do terreno, referida pela legenda **" Vm2t "** será obtido através da Tabela de valor de terreno, por nome de logradouro e por face de quadra, de conformidade com a Tabela-Anexo X, anexo a este Código:

b – A área do terreno, referida pela legenda "**At",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.

c - O coeficiente corretivo de situação, referido pela letra **" S "**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu coeficiente será obtido através da Tabela-Anexo X, anexo a este Código:

d - O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela letra **" T "** , consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu coeficiente será obtido através da Tabela-Anexo X, anexo a este Código:

e – O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela letra **" P ",** consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu coeficiente será obtido através da Tabela-Anexo X, anexo a este Código:

§ 2º - Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, será aplicado o arredondamento para a unidade imediatamente inferior, assim favorecendo ao contribuinte.

§ 3º - O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I - ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II - no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada a frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III - no caso de imóvel construído, conforme inciso I, do artigo 39, neste Código, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV - no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terão seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado, ao da face de quadra mais próximo existente na referida tabela.

§ 4º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

Fi = Ae x At

Ate

Onde:

Fi = Fração ideal.

Ae = Área edificada da unidade;(BCI)

At = Área do terreno; (BCI)

Ate = Área total construída no lote; (BCI)

§ 5º - Para efeito de determinação do valor venal da Edificação, considera-se:

I – O valor venal da edificação: será obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado pela área construída da unidade e em seguida pelo coeficiente do estado de conservação, de acordo com a fórmula abaixo:

Vve = Vm2e x Ae x EC

onde:

Vve = Valor venal da edificação;

Vm2e = Valor do metro quadrado de edificação é a soma dos coeficientes das características da edificação e enquadrado por faixa de valor;

Ae = Área da edificação;

Ec = Estado de conservação.

a – O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda **Vm2e**, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos da edificação, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados e que serão enquadrado por faixa de valores, conforme Tabela-Anexo XI, anexo a este Código;

b – A área da edificação, referida pela legenda "**Ae",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;

c - O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela legenda **"EC "**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu coeficiente será obtido através da Tabela-Anexo XI, anexo a este Código.

Art. 204 – Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 205 – O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas :

I - para imóvel construído:

a) – 0,3%(zero virgula três por cento).

II - para imóvel não construído(terreno):

a) - 4%(quatro por cento).

III – para gleba:

a) - 2%(dois por cento), tratando-se de imóvel não edificado;

b) – 0,3%(zero virgula três por cento), tratando-se de imóvel, com edificação;

§ 1º - Toda gleba terá seu valor venal reduzido em até 30%(trinta por cento).

§ 2º - Entende-se por gleba, porção de terra independentemente de sua localização, que tiver área de 10000m2(dez mil metros quadrados) acima, e não destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativo vegetal ou agro-industrial, somente ao imóvel que destinar a residência de recreio ou lazer, independente de sua dimensão ou localização.

Art. 206 - Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos Imóveis Urbano, áreas urbanizáveis e de expansão urbanas, de conformidade com o Art. 30, ou com o determinado em seu Parágrafo Único.

Art. 207 – O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a R$ 10,00(dez reais) reais.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 208 - O lançamento do Imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, sempre que pos- sível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo

discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Parágrafo Único - Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos do Imposto taxas e tarifas públicas em único documento de arrecadação municipal.

Art. 209 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º - Quando o imóvel pertencer a espólio, far-se-á o lançamento em nome deste e feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 5º - O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação será enviado aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, se em nome deste estiver inscrito no cartório de registro de imóveis.

Art. 210 - Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 211 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 212 - O Imposto será pago de uma vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da Administração Pública Municipal, definidos em regulamento.

§ 1º - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do pais.

§ 2º - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única beneficiara de desconto de 20% (vinte por cento).

§ 3º - O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

Art. 213 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprios, retificadas as folhas dos lançamentos existentes, bem como lançamento substitutivo.

Art. 214 - Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falta da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, isentos da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 215 - O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento.

SEÇÃO VI

DAS ISENÇÕES

Art. 216 - fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município o bem imóvel:

I - pertencente a particular, quando à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias, desde que homologado em cartório;

II - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

III - pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividade culturais, recreativas ou esportivas;

IV - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela corres- pondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

V - os estabelecimentos beneficentes e assistêncial sem fins lucrativos, de atendimento a indigentes, à infância e a velhice desamparada.

Parágrafo Único - A isenção será concedida a pedido do proprietário que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será anualmente reformulada, até a data do vencimento da Cota Única ou da primeira parcela, o não cumprimento do estabelecido, fica o Setor competente da administração municipal impedido de proceder à devida a concessão.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 217 - Serão punidas com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados dos corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades, as seguintes infrações:

I – multa de 20%(vinte por cento), quando do não comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 20(vinte) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações da já existente;

II – multa de 40%(quarenta por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.

III – multa de 100%(cem por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qual qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento “in loco”.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficarão sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I, II e alínea "b" do art. 74.

TÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 218. O imposto sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I - a transmissão a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil

de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos em Lei Civil,

II - a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis,

exceto de direitos reais por garantia;

III - a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 219 - Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e venda;

II - a doação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido

pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contínuos;

IV - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão

de imóveis e respectivos substabelecimentos ;

V - a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI - a cessão de direito do arrematante ou adjudicatório, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

VII - a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados neste Município;

VIII - a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo.

IX - todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, Inter-Vivos, por natureza ou acessão física e constitutiva de direitos reais sobre imóveis.

Art. 220 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o impostos não incide sobre transmissão dos bens ou direitos quando:

I - decorrente da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização

de capital nele subscrito;

II - decorrente da incorporação, fusão, cisão ou de extinção de pessoa jurídica;

III - ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para efeito de receber, o mandatário, a escritura definitiva do imóvel;

IV - decorrente de retrocesso, ao voltarem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado;

Parágrafo Único - O correndo a hipótese prevista no item IV, o imposto pago não será restituído.

Art. 221 - O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º - Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50%(cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica a adquirente, nos 2(dois) anos anteriores ou nos (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2(dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3(três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SEÇÃO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 222 - O imposto não incide sobre as transmissões de imóveis:

I - para a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, respectivas

autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quando destinados

aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II - para partidos políticos, inclusive suas entidades sindicais dos

trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos;

III - para servirem de templo de qualquer culto.

§ 1º - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

a) - não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º - A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário

SEÇÃO III

DOS CONTRIBUINTES

Art. 223 - São contribuintes do imposto:

I - o concessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II - na permuta, cada um dos permutantes;

III - os mandatários;

IV - o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 224 - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, dos bens ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, e considerando o de maior base de cálculo.

Parágrafo Único - Fica definido nos termos desta Lei Complementar, que a tabela para cobrança do I.T.B.I - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis "Inter-vivos", a qualquer titulo, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição, relacionado aos imóveis rurais deste Município a regulamentação por Decreto do Executivo atribuído os valores por tipo de solo e por hectare:

Art. 225 - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Art. 226 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, à parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 227 - Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

Art. 228 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se

refere a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação Complementar:

a)**-** sobre o valor efetivamente financiado: 0,5%(meio por cento);

b) - sobre o valor restante: 2%(dois por cento);

II - conjunto habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação:

0,5% (meio por cento);

III - demais transmissões a título oneroso: 2%(dois por cento);

IV - em quaisquer outras transmissões: 2%(dois por cento).

SEÇÃO V

DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 229 - Excetuados as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato.

Art. 230- Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias desses atos, sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Parágrafo Único - No caso de oferecimento de embargos o prazo se constará da sentença transitada em julgado

Art. 231 - O imposto será recolhido na data estipulada e na guia e documento de arrecadação estabelecida pela Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 232 - O pagamento do imposto far-se-á junto à repartição arrecadadora ou rede bancária credenciada.

Art. 233 - O comprovante do pagamento do imposto será sujeito à revalidação, quando a transmissão da propriedade ou direitos a eles relativos não efetivar, dentro data de sua emissão.

Art. 234 - Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 235 – Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o devido recolhimento.

§ 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

SEÇÃO VI

DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Art. 236 - O imposto só será restituído quando:

I - indevidamente recolhido ou nulidade do ato jurídico;

II – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária e em decisão

definitiva; ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no

art. 1.136 do Código Civil ;

SEÇÃO VII

DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 237 - O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30(trinta) dias.

Parágrafo Único - A impugnação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Art. 238 - Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 239 - Reduzido o valor venal proceder-se-a a restituição da diferença do imposto pago em excesso.

Art. 240 - As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria de Economia e Finanças observadas as normas pertinentes à matéria.

SEÇÃO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS

DA JUSTIÇA

Art. 241 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, sob pena de pagamento de multa de 100%(cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo solidariamente pelo imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 242 - Os serventuários da justiça são a facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Art. 243 - Os tabeliões, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis remeterão, mensalmente, à repartição fiscal do município, relação das averbações, anotações, registros e transações envolvendo bens imóveis ou distritos reais a eles relativos, efetuados no cartório.

Art. 244 - O Secretário de Administração Geral do Município comunicará à autoridade competente qualquer embaraço à ação fiscal criado pelos serventuários da Justiça.

TÍTULO V

DAS TAXAS

CAPÍTULO ÚNICO

DA TAXA DE SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA

SEÇÃO I

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO,

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 257 - A hipótese de incidência da Taxa de Fiscalização para Licença de Localização, Instalação e Funcionamento ou Taxa de Fiscalização dos cumprimentos das normas administrativas para exercer atividade é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 258 - A Taxa tem como fato gerador o Poder de Policia do Município para localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza e é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade públicas, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências de especifica sobre o assunto.

§ 1º - Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no **caput** deste artigo poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e funcionamento outorgado pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 2º - As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

Art. 259 - A licença para localização e/ou funcionamento será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição do Código de Postura e com a política urbanística do Município.

§ 1º - A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, a localização, instalação e funcionamento e nos exercícios posteriores, apenas a taxa de fiscalização do cumprimento das normas admi- nistrativa para exercer atividade no território do Município.

§ 2º - haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 3º - A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido a fiscalização quando solicitado.

§ 4º - O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, o não cumprimento sujeitará a penalidades cabíveis do presente Código.

§ 5º - A taxa de fiscalização para licença de localização e funcionamento ou taxa de fiscalização do cumprimento das normas administrativas, também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 260 – O Sujeito Passivo são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia Município, nos termos do artigo 129 e seus parágrafos, deste Código.

SUBSEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 261 - A base de cálculo da Taxa será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UFM (Unidade Fiscal Municipal), quantificado no art. 449, deste Código, por atividade, numero de quarto/apartamentos e outros, de acordo com a Tabela/anexo-II, em anexo.

TFLLF = QUFM x UFM

onde:

TFLLF = Taxa de Fiscalização para Licença de Localização, instalação e Funciona- mento;

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal

§ 1º - Relativamente à localização, instalação e funcionamento ou o cumprimento das normas administrativa para exercer atividade de estabelecimentos, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupadas pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a Taxa exploradas pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, acrescida de 10%(dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º - Quando for solicitada pelo contribuinte no decorrer do exercício financeiro, em razão de sua localização no Município, far-se-a a cobrança da taxa na proporcionalidade do exercício em vigor e a partir do inicio das atividades.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 262 - A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal socio-economico.

Parágrafo Único - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

Art. 263 - Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de industria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados de competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socio-economico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo Único - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 264 - A taxa será recolhida em única parcela.

Art. 265 - A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 266 - São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

I - os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

II - as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos sem fins lucrativos;

III - os espetáculos circenses e parques de diversões com entrada gratuita;

IV - as instituições de educação e assistência social, beneficiarão quando se trata

de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

V – as atividades exercidas por Orgão da União, Estado, Distrito Federal e dos

Municípios, sem fins lucrativos.

Art. 267 - As isenções previstas no artigo anterior estarão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 268 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

SUBSEÇÃO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 269 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;

I - multa de 30% (trinta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de

qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - multa de 20%(vinte por cento) do valor da Taxa, por não deixar o alvará

em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização.

III - multa de 50%(cinqüenta por cento) do valor da Taxa no caso da não

comunicação ao fisco, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência do evento, da

alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30(trinta) dias, nos casos de

reincidência;

V - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as

condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as

intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse

público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO II

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

EM HORÁRIO ESPECIAL

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 270 - A hipótese de incidência da Taxa é a existência do funcionamento da atividade no território do Município.

Art. 271 - O fato gerador é o quantificado no art. 129 e seus parágrafos, e poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

§ 1º – Para efeito desta Taxa, considera-se horário normal de abertura e fechamento:

I – de Segunda à Sexta-feira das 7:00(sete) horas até às 18(dezoito) horas;

II – aos sábados das 7:00(sete) horas até às 13:00(treze) horas.

§ 2º - O horário normal de abertura e fechamento em datas comemorativas especiais, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 272 - O sujeito passivo da Taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos do poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 deste Código.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 273 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante a aplicação em quantidade do UFM quantificada no art. 449, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-III, em anexo.

a. fórmula do cálculo da taxa:

TFLFHE = QUFM x UFM

onde:

TFLFHE = Taxa de Fiscalização de Licença para Funcionamento em Horário Especial;

PL = Período da Licença (dia, mês ou ano);

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 274 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado

no local e/ou existentes no cadastro fiscal socio-econômico.

Art. 275 - É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Art. 276 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art. 277 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial.

Art. 278 - A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, ao funcionamento em horário especial e nos exercícios posteriores, apenas a taxa de fiscalização do cumprimento das normas administrativa para exercer atividade no território do Município.

SUBSEÇÃO V

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 279 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de

quaisquer atividades sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30(trinta) dias, nos casos de

reincidência;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando de existir as condições

exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações

expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no

que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO III

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE

EM GERAL

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 300 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 301 - O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença pela Fazenda Municipal e ao pagamento devido.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e

mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes,

muros, veículos ou calçadas;

II - publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III - publicidade colocada em terrenos, campos de esporte, clubes,

associações, qualquer que seja o sistema de colocação;

IV - publicidade em jornais, revistas e rádios locais;

V - publicidade em televisão local.

§ 2º - Compreende-se neste artigo os lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis em via pública.

Art. 302 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 303 - O sujeito passivo pelo pagamento da taxa são todas pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo Único – Responderá solidariamente com o sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 304 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UFM (Unidade Fiscal Municipal) quantificado no art. 449, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com a Tabela/Anexo-IV, em anexo:

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLVPG = QUFM x UFM

ONDE:

TFLVPG = Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

Art. 305 - Ficam sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 306 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socio-econômico.

Art. 307 – O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de pro- priedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 308 - Fica os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Parágrafo Único – A transferência de veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 309 – A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretos, a não ser que sua incorreção, seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando entretanto, sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 310 - A arrecadação da Taxa será feita quando de sua concessão.

Art. 311 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 312 - Nas licenças sujeitas à Taxa de Fiscalização do Cumprimento das Normas Administrativas para o exercicimento da Atividade no Território do Município, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 313 - São isentos os dizeres indicativos relativos a:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais;

II - hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e

fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de

obras, quando nos locais destas.

III - os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais,

industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes e vitrinas internas.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 314 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa pelo exercício de

qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as

condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as

intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse

público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons constumes.

Parágrafo Único - As disposições do inciso I, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE COMÉRCIO EVENTUAL

E/OU AMBULANTE

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 315 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 316 - O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabe cimento, em instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º - Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo, que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 317 - O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 318 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade da UFM, quantificada no art. 449, neste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-V, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLCEA = QUFM x UFM

ONDE:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio Eventual e/ou Ambulante:

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

Parágrafo Único – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal e acrescida de 10%(dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 319 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local e/ou existentes no cadastro socio-econômico.

§ 1º - Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

§ 2º - O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º - A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 320 - Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 321 - É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômica-Social, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 322 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 323 - São isentos de Taxa de Licença, o comércio eventual ou ambulante, que enquadrarem nas seguintes condições:

I - os cegos, os mutilados e os portadores de outras deficiências físicas que

impossibi- litem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais

de uma cadeira;

IV - entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou

isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V - o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para

atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 2(dois) salário mínimo por mês.

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que

exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 2(dois) salário mínimo por mês.

VII – as pessoas com a idade superior a 60(sessenta) anos que comprovadamente não possuem condições físicas para o exercício de outra atividade e que não ultrapasse a 2(dois) salário mínimo por mês.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Finanças e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 324 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 50%(cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando estacionar

em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 70%(setenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou

dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III - multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de

qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições

exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações

expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público

no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI - o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que

esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE

OBRAS, INSTALAÇÕES, ARRUAMENTO E/OU LOTEAMENTO

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 325 - A incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 326 - A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 327 - Nenhuma atividade, conforme artigo anterior, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal e pagamento da taxa devida, e não havendo disposição contrária em legislação especifica:

I - a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II - a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 328 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 329 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UFM (Unidade Fiscal Municipal)

quantificado no art. 449, deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com a

Tabela/Anexo-VI, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLAEOIAL = QUFM x UFM

ONDE:

TFLAEOIAL= Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 330 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art. 331 - A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art. 332 - A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 333 - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único - Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50%(cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 334 - A arrecadação da Taxa, será feita quando da sua concessão.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 335 - São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidas licenciadas;

IV - a construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 336 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 80%%(oitenta por cento) do valor da Taxa, quando iniciar a

construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou

dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

III - multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando

alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

IV – multa de 100% (cem por cento) sobre a multa no caso de reincidência,

para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições

exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as

intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o

interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO SOLO

NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 337 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização para exercer a atividade dentro do território do Município.

Art. 338 - O fato gerador é a ocupação de solo nas vias e logradouros públicos Municipal , a título precário e oneroso ,de permissão de uso de espaços públicos municipais. são os seguintes:

I - para fins comerciais ou de prestação de serviços mediante depósito de

materiais, instalação provisória de barracas, mesas, tabuleiros, quiosque, aparelho e qualquer móvel

ou utensílios;

II - mediante estacionamento privativo ou habitual de veículos de aluguel e de

serviços de transporte coletivos;

III - mediante instalação de circos, parques de diversões, rodeios ou assemelhados;

IV - mediante estacionamento de veículo para exercício de comércio ou

prestação de serviços de qualquer natureza;

§ 1º - O local para ocupação de solo, será determinado em regulamento.

§ 2º - Serão definidas em regulamento as atividades que podem haver ocupação de solo.

Art. 339 - É obrigatória a inscrição na repartição competente da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de ficha de cadastro fiscal de atividades socio-econômico, conforme em regulamento.

§ 1º - Incluem-se na exigência deste artigo, os comerciante com estabelecimentos fixo, que por ocasião de festejos ou comemorações explore a ocupação do solo permitido pela Prefeitura Municipal.

Art. 340 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará de licença habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 341 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições prevista nos itens de I a V e de seu artigo 189.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUITA

Art. 342 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UFM quantificada no art. 449, deste Código, por dia, mês ou

ano, de acordo com a Tabela/Anexo-VII, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLOSVLP = QUFM x UFM

ONDE:

TFLOSVP = Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

Parágrafo Único - Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devido em dobro.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 343- O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socio-econômico.

Art. 344 - A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, sem prejuízo do tributo e multas devidas. O Órgão competente da administração municipal apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos.

Art. 345 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão,

Art. 346 – Quando da atividade for permanente,

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 347 - São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que enquadrarem em um dos incisos do Artigo 174.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 348 - As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, quantificado nos incisos e parágrafo único do artigo 175:

SEÇÃO VII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE ABATE DE ANIMAIS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 349 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização dentro do território do Município.

Art. 350 - O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 351 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se requerer os serviços.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 352 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade da UFM quantificada no art. 449, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com a Tabela/Anexo-VIII, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFIAA = U x QUFM x UFM

ONDE:

TFLAA = Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais:

U = Unidade abatida e inspecionada;

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 353 - A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art. 354 - O abate de animais destinados ao consumo público deverá ser feito no Matadouro Municipal, de conformidade regulamento e mediante pagamento de taxa devida.

Art. 355 - Enquanto não houver Matadouro Municipal o abate só será permitido mediante licença da Prefeitura e nas condições do previsto no art. 200, deste Código.

Art. 356 - A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quando ao animal cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 357 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença.

Art. 358 - Correrá por conta do interessado, o transporte do servidor encarregado pela inspeção sanitária.

SUBSEÇÃO VI

DA ISENÇÃO

Art. 359 - São isentos de pagamento da Taxa de Abate:

I - quando ocorrer à distribuição em caráter gratuito à comunidade, mesmo

assim a espécie abatida deverá passar pela inspeção sanitária.

SUBSEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 360 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa no caso da não inspeção

sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado para a devida incineração;

II – multa de 200%(duzentos por cento), nos casos de reincidência;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as

condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo,

as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o

interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

SEÇÃO VIII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE TRANSPORTE

DE PASSAGEIROS E CARGAS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 361 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art. 362 - O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e/ou cargas, prestados pelos promissionários e concessionários do Município, mediante vistoria nos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 363 – Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará cumprido as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis.

Art. 364 – Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis e/ou assemelhados, e respectiva vagas e prazos, não contrariando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, sempre que a esta medida se mostrar conveniente e necessária.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 365 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer à atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

SUBSEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 366 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizado pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UFM (Unidade Fiscal Municipal), quantificado no art. 449, deste Código, por: porte de espécie de veiculos e atividades de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLTPC = QUFM x UFM

ONDE:

TFLTPC = Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas:

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UFM = Unidade Fiscal Municipal.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 367 - A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas,

Art. 368 - O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando a verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 369 - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 370 - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 371 - O pedido de licença para exercimento da atividade, será acompanhado da com- petente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socio-economico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 372 - A taxa será recolhida em única parcela.

Art. 373 - A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

SUBSEÇÃO V

DA ISENÇÃO

Art. 374 – A isenção será concedida atraves de Lei Especifica.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 375 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 40%(quarenta por cento) do valor da Taxa no caso de fixar em

lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando o

condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) da Taxa, quando constatados

acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito

Nacional.

IV - multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste

artigo.

V - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos

de reincidência;

IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as

condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as

intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse

público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 74, deste Código.

TÍTULO VI DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 377. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipais.

Art. 378 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra benefício e valorização imobiliária tendo como limite total à despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único - Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra públi ca:

a) - abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos,

inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e

logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) - serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros,

construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) – instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água

potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e

de suprimento de gás;

e) – proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens,

saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;

f) – construção de funiculares ou ascensores;

g) – instalações de comodidades públicas**;**

h) – construção de aeródromos e aeroportos;

i) - quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização

imobiliária.

Art. 379 - As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser enquadras em dois programas distintos, que são:

I - prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - secundárias, quando de menor interesse gerais e solicitadas por pelo

menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente

beneficiado.

Art. 380 - As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º - O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º - A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50%(cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º - Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º - Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º - Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 381 - O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º - Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou lo- gradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 382 - Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil**.**

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 383 - A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

Parágrafo Único – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-à por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 384 - No custo final da obra serão computados as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 385 - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º - A redução de superfície ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º - Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem, por Lei isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 386 - Para lançamento da Contribuição de Melhoria à repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos moveis nela

compreendidos;

V - o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º - O proprietário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º - A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como quaisquer recursos administrativos não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 387 –Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único - A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 388 - A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º - O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1(um) ano.

§ 2º - O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 50%(cinqüenta por cento) do valor venal do imóvel à época do lançamento.

§ 3º - As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze meses), nos moldes do inciso I do art. 74.

§ 4º - O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando do desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 389 - Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade às áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 390 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 391 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros interno de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

SEÇÃO V

DA INFRAÇÃO E DA PENALIDADE

Art. 392 - O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 74, deste Código.

LIVRO III

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I

DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 393. Constitui Divida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

Parágrafo Único – A execução fiscal refere-se pela Lei n.º 6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art. 394 – Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 395 - A fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, ou seja, vencidos os 30(trinta) dias do vencimento para pagamento através da cobrança amigável, pela Divisão de Controle de Débitos Fiscais tributário, ou após decisão final da Primeira Instância proferida pela autoridade competente, ou ainda, após decisão da Segunda Instância pela autoridade competente, ou pela Procuradoria Fiscal Municipal, transitada em julgado em caráter irreformável, favorável à Fazenda Pública Municipal, ficando a Procuradoria Fiscal Municipal, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Procuradoria Fiscal Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 396 - O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previsto em lei;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV - a indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º - O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 397 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser saneada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versas sobre a parte modificada.

Art. 398 – A divida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este artigo é relativo e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, aguardando, no caso, a Procuradoria Fiscal, por mais 30(trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado e/ou em outro jornal de grande circulação no Município, e relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art. 399 – Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 400 – A Procuradoria Fiscal opinará sobre os processos que julgar e devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garatam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Procuradoria Geral Municipal para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.

§ 1º - O processo de cada contribuinte, cujos débitos somados não ultrapassam o valor de R$ 50,00(cinquenta reais), serão encaminhados ao Secretário de Finanças para arquivamento, após esgotado o prazo de liquidação amigável.

§ 2º - Compete a Secretaria Municipal de Finanças proceder à baixa dos processos arquivados nos termos deste artigo e parágrafo primeiro, através de seu Departamento Contábil.

Art. 401 – Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

Parágrafo Único – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas a redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandato Judicial.

Art. 402 - O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II e alínea "b" do artigo 74, poderá ser quitado em cota única ou em até 24(vinte e quatros) parcelas mensais e sucessivas e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – não podendo nenhuma parcela ser inferior a 10(dez) reais;

II – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

III - a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo do Parcelamento;

IV – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibido sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 1º - Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Procuradoria Fiscal para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º - Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará ao Procurador geral do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que o Procurador Fiscal peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

3º - Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra à hipótese do inciso IV do mesmo artigo, o Procurador Fiscal deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessárias.

Art. 403 – Mediante a liquidação total do débito, o Procurador Fiscal requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 404 – O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade da Divisão de Dívida Ativa, subordinado ao Procurador Fiscal, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 405 – A Procuradoria Fiscal Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 406 – Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Procuradoria Fiscal Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 407 – A Procuradoria Fiscal Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 408 – Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de

Justiça, mediante convênio.

Parágrafo Único – Dependendo do volume de processos a serem agilizados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 409 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DA IMPUGNAÇÃO

Art. 410 - A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo Único - A impugnação do lançamento mencionará:

a) - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) - a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) - o objetivo visado.

Art. 411 - O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 412 - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º - O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º - Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com as custas pro- cessuais que houver.

Art. 413 - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

SEÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO FISCAL-AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO

Art. 414 - As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

§ 1º - A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º - O termo de que trata o “caput “ deste artigo poderá ser:

a) - de fiscalização orientativa;

b) - de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.

I - O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 10(dez) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.

§ 3º - O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaço em branco.

§ 4º - Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 5º - A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 6º - Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 415 - Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º - Lavrado o auto, terá os autuantes o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (Quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º - A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades do inciso II do art. 341.

Art. 416 - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - o local, o dia e a hora da lavratura;

II - o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV - a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;

V - a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

Parágrafo Único - As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal - auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 417 – A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

Parágrafo Único – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "caput " deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 418 – Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;

III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator;

Parágrafo Único – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-á como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 419 – Esgotado o prazo de 30(trinta) dias concedido para a Defesa do contribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 420 - Após 30(trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 421 – É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos e de seu artigo 377.

Art. 422 - Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

SEÇÃO III

TERMO DE APREENSÃO

Art. 423 - Poderão ser apreendidos bens moveis, inclusive mercadorias, livros e docu- mentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município

Parágrafo Único – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 424 - A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante, além dos demais elemento indispensável à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 425 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 426 – Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 427 - Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30(trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributaria. preenchendo os requisitos ou cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º - Findo o prazo estipulado no “caput” deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenha cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável, sem que haja deterioração, depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação a instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.

§ 3º - Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

SEÇÃO IV

DEFESA

Art. 428 - O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20(vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único – Quando se trata de apreensão de bens de fácil deterioração aplica-se-à os mandamentos do § 2º do art. 402.

Art. 429 - O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 430 - A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhados de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 431 - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 432 - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento tributário arquivado**.**

Art. 433 - Aplicam-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

SEÇÃO V

DAS DILIGÊNCIAS

Art. 434 - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único - A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 435 - O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 436 - As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 437 – Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VI

DOS PRAZOS

Art. 438 – Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

Art. 439 – Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VII

DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 440 - As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda o Auto de Infração.

Parágrafo Único - A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante a lavratura de Termo Aditivo.

Art. 441 - Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I - com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II - com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

III - com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;

IV - com a lavratura de auto de infração;

V - com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 442 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

SEÇÃO VIII

SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 443 - Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I - voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II - de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 50% (cinqüenta por cento) da UFM (Unidade Fiscal Municipal) definido no art. 449, neste Código.

§ 1º - O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 444 - A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40(quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 445 - A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 446 - O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 447 –É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

SEÇÃO IX

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 448 – As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III - pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre:

a) – o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância;

IV – pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação, ou de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

LIVRO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 449. Fica instituído a UFM (Unidade Fiscal Municipal) em **R$ 20,50 (sete reais e cinqüenta centavos),**que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais.

Parágrafo Único – A UFM (Unidade Fiscal Municipal) mencionado neste artigo, será atualizada anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12(doze) meses.

Art. 450. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

Parágrafo único. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

Art. 451. São revogadas todas as isenções de tributos, exceto as concedidas mediante condição e prazo determinado, que ficam mantidas até seu termo final, e as constantes

Art. 452. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 453. Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 454. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

Art. 455. Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

§1º. Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento de Imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.

§ 2º. Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão de licença quando for o caso.

Art. 456. Consideram-se integrantes ao Código Tributário as tabelas que a acompanham.

Art. 457 Sempre que o Governo Federal modificar o padrão fiscal-monetário vigente, o Poder Executivo fica autorizado a promover as adequações ao novo padrão instituído.

Art. 458. O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 459. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Parágrafo único. Em consonância com o art. 3º, parágrafos 3º, 4º e 10 e o art. 6º da Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990, poderá o Poder Executivo Municipal instituir mecanismos de controle e apuração do valor agregado relacionado com as operações sujeitas ao ICMS, em que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos neste Município.

Art. 460. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos parceladamente, na forma, prazos e condições que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

Art. 461. Nos casos em que qualquer tributo municipal for pago parceladamente, seu valor será corrigido pela aplicação de coeficiente instituído pelo Governo Federal, para a espécie.

Art. 462. O Poder Executivo regulamentará o Código Tributário Municipal, por Decreto Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda orientará a aplicação do Código Tributário Municipal, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 463. Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a nota fiscal avulsa de prestação de serviços, através de regulamento.

Art. 464. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência, até 31 de janeiro de cada ano.

Art. 465. Esta Lei entra em vigor em 1o de janeiro de 2.018, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 001/2002, suas posterior alterações, respeitando o disposto nas alíneas “b” e “c”, do inciso III do art. 150, da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

Jesus José de Souza Sobrinho

Secretária de Finanças

Valdevino Rodrigues de Souza Filho

Secretário de Administração

T

ANEXOS

ANEXO I. **TABELA DA LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS** **T PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS**		
DESCRIÇÃO	**Alíquota**	**Local Recolhimento**
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas	5%	Estabelecimento Prestador.
1.02. Programação.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.03. Processamento de dados e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.06. Assessoria e consultaria em informática.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	Estabelecimento Prestador.
1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5%	Estabelecimento Prestador.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5%	Estabelecimento Prestador.
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%	Estabelecimento Prestador.
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%	Estabelecimento Prestador.
3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%	Estabelecimento Prestador.
3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	Trecho compreendido no território do Município.
3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%	Local da prestação do serviço.
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.05 – Acupuntura.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.10 – Nutrição.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.11 – Obstetrícia.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.12 – Odontologia.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.13 – Ortóptica.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.15 – Psicanálise.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.16 – Psicologia.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.17–Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.22–Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%	Estabelecimento Prestador.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de Terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	Estabelecimento Prestador.
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.02–Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	Estabelecimento Prestador.
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	Estabelecimento Prestador.
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
6.06. – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	Local da prestação do serviço.
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.04 – Demolição.	5%	Local da prestação do serviço.
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS).	5%	Local da prestação do serviço.
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.08 – Calafetação.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%	Local da prestação do serviço.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%	Local da prestação do serviço.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%	Local da prestação do serviço.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%	Local da prestação do serviço
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5%	Estabelecimento Prestador.
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%	Estabelecimento Prestador.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%	Estabelecimento Prestador.
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suiteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%	Estabelecimento Prestador.
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
9.03 – Guias de turismo.	5%	Estabelecimento Prestador.
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	Estabelecimento Prestador.
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.06 – Agenciamento marítimo.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.07 – Agenciamento de notícias.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	Estabelecimento Prestador.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%	Estabelecimento Prestador.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	5%	Estabelecimento Prestador.
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%	Local da prestação do serviço.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	5%	Local da prestação do serviço.
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	Estabelecimento Prestador.
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	Local da prestação do serviço.
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	5%	Local da prestação do serviço.
12.02 – Exibições cinematográficas.	5%	Local da prestação do serviço.
12.03 – Espetáculos circenses.	5%	Local da prestação do serviço.
12.04 – Programas de auditório.	5%	Local da prestação do serviço.
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	Local da prestação do serviço.
12.10 – Corridas e competições de animais.	5%	Local da prestação do serviço.
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%	Local da prestação do serviço.
12.12 – Execução de música.	5%	Local da prestação do serviço.
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%	Local da prestação do serviço.
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destrezas intelectuais ou congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%	Local da prestação do serviço.
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%	Estabelecimento Prestador.
13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	5%	Estabelecimento Prestador.
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	Estabelecimento Prestador.
14.02 – Assistência Técnica.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	Estabelecimento Prestador.
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.12 – Funilaria e lanternagem.	5%	Estabelecimento Prestador.
14.13 – Carpintaria e serralheria.	5%	Estabelecimento Prestador.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento	5%	Local Prestação de Serviços
15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.06 – Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.09–Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	Estabelecimento Prestador.
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	Estabelecimento Prestador.
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	Estabelecimento Prestador.
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.	2,5%	Local da prestação do serviço.
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%	Local da prestação do serviço.
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.07 – Franquia(franchising).	5%	Estabelecimento Prestador.
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5%	Estabelecimento Prestador.
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.12 – Leilão e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.13 – Advocacia.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.15 - Auditoria.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.16 - Análise de Organização e Métodos.	5%	Estabelecimento Prestador.

17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.20 - Estatística.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.21 - Cobrança em geral.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.22 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%	Estabelecimento Prestador.
17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5%	Estabelecimento Prestador.
18- Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
19- Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
20- Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 - Serviços porto-lacustre-fluviais, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%	Local da prestação do serviço.
21- Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01- Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	Estabelecimento Prestador.
22- Serviços de exploração de rodovia.		
22.01- Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	Trecho de rodovia explorado compreendido no território do Município.
23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
25- Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%	Estabelecimento Prestador.
25.02 – Translado intermunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos		
25.03 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	Estabelecimento Prestador.
25.04 – Planos ou convênio funerários.	5%	Estabelecimento Prestador.
25.05 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%	Estabelecimento Prestador.
25.06 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%	Estabelecimento Prestador.
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	5%	Estabelecimento Prestador.
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	Estabelecimento Prestador.
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	5%	Estabelecimento Prestador.
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	Estabelecimento Prestador.
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.

32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	5%	Estabelecimento Prestador.
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	Estabelecimento Prestador.
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	Estabelecimento Prestador.
36. Serviços de meteorologia.		
36.01. Serviços de meteorologia	5%	Estabelecimento Prestador.
37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%	Estabelecimento Prestador.
38. Serviços de museologia.		
38.01. Serviços de museologia.	5%	Estabelecimento Prestador.
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	Estabelecimento Prestador.
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01. Obras de arte sob encomenda.	5%	Estabelecimento Prestador.
41 – Serviços não compreendidos nos itens e subitens anteriores		
41.01 – Serviços não compreendidos nos itens e subitens anteriores e a exploração de qualquer atividade que represente a prestação de serviços e não configure fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.	5%	Estabelecimento Prestador.

ANEXO II.
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS
FLS. – 01/8

ORD.	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTIDADE EM **UFM – AO ANO**
1		
1.1		
1.1.1		
1.1.2		
1.2.3		
1.2	**- INDUSTRIAS DE:**	
1.2.1	**- EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINERAIS:**	
1.2.2	- Extração de Pedra, Argila, Areia para construção	
1.2.3	- Areia, sem explosivos e sem mineração de sub-solo ou rio	
1.2	- Qualquer outro tipo de extração não especificada nos itens anteriores.....	
1.2.1	**- INDUSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS:**	5
1.2.2	- Britamento de pedras	6
1.2.3	- Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido	6
1.3	- Fabricação de peças, ormatos e estruturas de cimento, gesso e amianto	7
1.3.1	- Fabricação e elaboração de outros produtos de mineração não metálica, não espe- cificadas nos itens anteriores.....	6
1.3.2	.....	7
1.3	**- INDUSTRIA METALÚRGICA:**	6
1.3.1	- Fabricação de estrutura metálica	7
1.3.2	- Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não ferros – inclu- sive móveis	6
1.3.3	.....	5
1.4	- Estamparia, funilaria, ferraria, fechadura e latoaria.....	5
1.4.1	- Fabricação de outros artigos de metal não especificados nos itens anteriores	10
1.4	**- INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO:**	12
1.4.2	- Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	11
1.4.3	- -Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas – inclusive estofados ..	12
1.4.4	.....	8
1.4	- Fabricação de artigos de colchoaria	8
1.5	- Fabricação e acabamento de móveis e artigos de mobiliário não especificados nos itens anteriores	10
1.5.1	.....	
1.5	**- INDÚSTRIA DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES:**	
1.5.2	- Curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive sub-produtos	
1.5.3	- Secagem e salga de couro e peles	
1.5	- Fabricação de malas, valises, e outros artigos para viagem	
1.6		
1.6.1		
1.6.2		
1.6.3		

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 02/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 01/08, DESTE ANEXO II

1.6.4	- Fabricação de outros artefatos de couro e pele, inclusive calçados e artigos de vestuário	12
1.6.5	.....	12
1.6	- Outras Confecções não especificados nos itens anteriores	12

	INDÚSTRIA DE VESTUÁRIOS, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS:	
1.6.1	- Confecções de roupas e agasalhos	
1.6.2	- Fabricação de chapéus	
1.6.3	- Fabricação de calçados	
1.6.4	- Fabricação de acessórios de vestuário guarda-chuva, lenços, gravatas, cinto, bolsas e etc.	10
1.7	.....	12
1.7.1	**- INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES:**	12
1.7.2	- Beneficiamento e empacotamento de cereais.....	6
1.7.3	- Fabricação de produtos do milho	6
1.7.4	- Fabricação de Produtos da mandioca	4
1.7.5	- Fabricação de farinhas diversas	5
1.7.6	- Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios	5
1.7.7	- Fabricação de produtos de pádaria, confeitaria e pastelaria	6,5
1.7.8	- Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	5,5
1.7.9	- Fabricação de sorvetes, picolé, bolos, tortas gelados, inclusive gelo	4
1.7.10	- Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, in- clusive farinha de carne, sangue, osso, peixe e assemelhados	10
1.8	- Fabricação de outros produtos alimentares, não especificados nos itens anterio- res.....	5
1.8.1	.....	18
1.8.2	**- INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO:**	18
1.8.3	- Construção civil	18
1.84	- Pavimentação, terraplanagem, construção de estradas e desmatamentos	18
1.9	- Construção de obras de arte (pontes, viadutos, mirantes, etc.).....	15
1.9.1	- Demais atividade não constante nos itens anterior.....	15
1.9.2	**- AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAL:**	15
1.9.3	- Agricultura (quando explorada por pessoa jurídica)	
1.9.4	- Criação animal – exclusive bovincultura	
	- Bovincultura (quando explorada por pessoa jurídica).....	
	- Demais atividades não constantes nos itens anteriores	
2	**- COMÉRCIO VAREJISTA:**	8
2.1	- Carnes bovinos e suínos (açougue).....	

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 03/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 02/08, DESTE ANEXO II

2.2	- Aves e animais em geral e não especificado no item anterior.....	7
2.3	- Gêneros alimentícios em geral, inclusive verduras	6
2.4	- Bar, café e restaurante	5
2.5	- Bar (rudimentar).....	4
2.6	- Leiterias.....	4
2.7	- Restaurante e lanchonete	7
2.8	- Farmácia, drogaria e perfumaria.....	8
2.9	- Restaurante e pizzaria.....	8
2.10	- Tecidos, roupas, calçados e armarinho	6
2.11	- Móveis e aparelhos eletrodomésticos.....	10
2.12	- Material elétrico para construção.....	10
2.13	- Máquinas agrícolas, veículos de passeio, utilitário e de transporte	20
2.14	- Peças de reposição e acessórios para veículos. referido no item 2.13, desta lista...	10
2.15	- Motos, triciclos, vespa e assemelhados	10
2.16	- Peças de reposição e acessórios referidos no item 2.15, desta lista	10
2.17	- Bicicletas e peças de reposição	5
2.18	- Material para construção.....	10
2.19	- Ferragem em geral	10
2.20	- Artigos e conveniência a preço único	4
2.21	- Livraria e papelaria	6
2.22	- Hot Dog e banca de revista	4
2.23	- Posto de gás de cozinha	8
2.24	- Revenda de gás de cozinha (rudimentar) sistema de gaiola.....	5
2.25	- Supermercados.....	10
2.26	- Revendedor de sorvetes, picolé e assemelhados (fixo).....	4
2.27	- Madeira beneficiada	10
2.28	- Tijolos e/ou telhas	10
2.29	- Ótica, jóias, relógio e fotografia.....	12
2.30	- Casa Lotérica e /ou similares.....	12
2.31	- Artigos Plásticos em geral.....	5
2.32	- Produtos veterinários, agrícolas e assemelhados.....	12
3.33	- Floricultura (naturais e artificial).....	5
3.34	- Artigos de limpeza	5
3.35	- Artigos esportivos	8
3.36	- Tabacaria, caça e pesca, e assemelhados.....	15
3.37	- Pastelaria.....	4
3.38	- Farmácia homeopática e produtos naturais.....	6
3.39	- Brinquedos.....	5
3.40	- Vestuários, calçados, bolsas e demais acessórios.....	7

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 04/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 03/08, DESTE ANEXO II

3.41	- Secos e molhados	10
3.42	- Magazine	8
3.43	- Material escolar e de escritório em geral.....	7
3.44	- Artigo de decoração e arte.....	5
3.45	- Artigos Importados	6
3.46	- Artigos usados	4
3.47	- Extintores.....	4
3.48	- CDs, discos e fitas	4
3.49	- Cosméticos e produtos de beleza	6
3.50	- Depósito de qualquer produto.....	7
3.51	- Doces e biscoitos.....	4
3.52	- Empório.....	8
3.53	- Posto de combustíveis para veículos.....	15
3.54	- Posto de combustíveis e serviços para veículos.....	20
3.55	- Mini supermecado.....	10
3.56	- Demais varejistas não especificados nos itens anteriores	8
4	- PRESTADORES DE SERVIÇOS:	8
4.1	- HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES.....	20
4.2	- **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO E SEGUROS**:	20
4.2.1	- Financiamento e/ou investimento, cooperativa de crédito e/ou serviços.....	20
	- Posto avançados de bancos e assemelhados.....	15
	- Factoring e assemelhados.....	10

4.2.2		
4.2.3	- Seguros e capitalização.....	
4.2.4	- Caixa aqui e/ou assemelhados.....	
4.2.5	**- Demais não especificados nos itens anteriores.....**	15
4.2.6	**- ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, ATELIER DE PINTURA, DESENHO E ASSEME- LHADOS .....**	8
4.3	**....**	4
4.4	**- FOTOGRAFO E ASSEMELHADO (rudimentar).....**	4
4.5	**- ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS, GINÁSTICAS E ASSEMELHADAS.....**	4
4.6	**.....**	2
4.7	**- ACADEMIA DE GINÁSTICAS, KARATÊ, JUDÔ E ASSEMELHADO .....**	10
4.8	**- BARBEARIAS E SALÕES DE BELEZA, POR N.º DE CADEIRA .....**	
	- LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS	

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 05/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 04/08, DESTE ANEXO II

4.9	**- CLINICA EM GERAL:**	
4.9.1	- Veterinária.....	
4.9.2	- Odontológico.....	10
4.9.3	- Fisioterapia e assemelhados	10
4.9.4	- Médica em geral.....	10
4.10	- ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES:	10
4.10.1	- De 01(um) até 25(vinte e cinco)leitos.....	14
4.10.2	- Acima de 25(vinte e cinco) Leitos.....	20
4.10.3	- Por apartamento com ventilador	1
4.10.4	- Por apartamento com arcondicionado.....	1,5
4.10.5	- Por apartamento com arcondicionado e televisão	2
4.10.6	- Por apartamento arcondicionado, televisão e figrobar.....	2,5
4.10.7	- Por suite.....	3,5
4.11	- CONSULTÓRIOS EM GERAL:	10
4.11.1	- Odontológico e assemelhados	8
4.11.2	- Prótese Dentária em geral.....	15
4.11.3	- Médicos em geral.....	10
4.11.4	- Veterinário.....	10
4.11.5	- Demais consultórios não especificados nos itens anteriores.....	10
4.12	- ESCRITÓRIO EM GERAL:	10
4.12.1	- Advocacia em geral.....	15
4.12.2	- Contabilidade em geral	15
4.12.3	- Engenharia de construção residência e comercial em geral	15
4.12.4	- Engenharia Elétrica de alta tensão, rurais e assemelhados.....	11
4.12.5	- Engenharia elétrica urbana.....	12
4.12.6	- Consultoria, planejamento e assessoria em geral.....	11
4.12.7	- Turismo e agenciamento de viagem.....	11
4.12.8	- Despachantes e assemelhados.....	15
4.12.9	- Imobiliária em geral.....	15
4.12.10	- Fornecimento de Energia (distribuição de guias, leitura, corte e assemelhados.....).	10
4.12.11	- Fornecimento de água potável (distribuição de guias, leitura corte e assemelhados)	10
4.12.12	- Representante comercial, corretores, agentes e prepostos em geral.....	20
4.12.13	- Demais escritórios não especificados nos itens anteriores.....	10
4.13	**- CARTÓRIO EM GERAL.....**	
4.14	**- FUNERÁRIA.....**	

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 06/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 05/08, DESTE ANEXO II

4.15	**- EMPREITEIRAS E INCORPORADORAS .....**	1
4.16	**- CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E SEGURANÇA .....**	20
4.17	**- LOCAÇÃO DE FITAS DE VÍDEO, MÚSICA E VIDEO-GAME.....**	10
4.18	- CLUBE RECREATIVO(ESPORTE, PISCINA, SAUNA E ASSEMELHADOS).....	5
4.19	- GUARDA, TRATAMENTO E ADESTRAMENTO.....	20
4.20	- PAISAGISMO E DECORAÇÃO.....	8
4.21	- ZINCOGRAFIA, LITIGRAFIA E ASSEMELHADOS.....	10
4.22	- COMUNICAÇÃO EM GERAL:-	10
4.22.1	- Serviços de telecomunicação.....	14
4.22.2	- Agência de Correio e Telegrafo.....	10
4.22.3	- Publicidade em geral (sonorização).....	15
4.22.4	- Publicidade automotiva.....	10
4.22.5	- Transmissão de música.....	18
4.22.6	- Estação de rádio (transmissão).....	15
4.22.7	- Estação de televisão (transmissão).....	20
4.22.8	- Telemensagem	10
4.22.9	- Jornal e revista.....	15
4.2210	- Distribuição de jornal e revistas.....	5
4.22.11	- Demais meio de comunicação, não especificada nos itens anteriores.....	20
4.23	- OFICINAS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EM GERAL:	4
4.23.1	- Máquinas e aparelhos elétrodomésticos.....	5
4.23.2	- Maquinas e aparelhos de escritório, inclusive de informática em geral.....	8
4.23.3	- Veículos de passeio e utilitário.....	10
4.23.4	- Veículos pesados e de maquinas agrícolas.....	7
4.23.5	- Funilaria, latoeiro e chapeadores.....	7
4.23.6	- Solda acetileno ou elétrica.....	4
4.23.7	- Armeiro.....	5
4.23.8	- Baterias.....	3
4.23.9	- Bicicletas.....	10
4.23.10	- Bombas injetoras para veículos.....	12
4.23.11	- Torno e solda.....	8
4.23.12	- Elétrica para veículos em geral.....	

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 07/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 06/08, DESTE ANEXO II

4.23.13	- Motos e assemelhados.....	6
4.23.14	- Borracharia em geral.....	3
4.23.15	- Sapateiro, bolsa, sandália, bolas e assemelhados.....	3
4.23.16	- Costureiro(a), alfaiataria, tinturaria e assemelhados.....	3

4.23.17	- Lavanderia e assemelhados.....	
4.23.18	- Instalador, eletricista, encanador.....	
4.23.19	- Tapeçaria em geral.....	5
4.23.20	- Recuperadora de pneus.....	8
4.23.21	- Regulagem ou mudança de freio de automóveis.....	4
4.23.22	- Serviço de troca de óleo e lava-jato em geral para veículo.....	10
4.23.23	- Serviço de lava-jato em geral para veículo.....	8
4.23.24	- Demais atividade não incluída nos itens anterior.....	6
4.23.25	**ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU CURSO EM GERAL:**	5
4.24	- Ensino de datilografia.....	7
4.24.1	- Ensino de informática.....	2
4.24.2	- Ensino de corte e costura, e artesanato.....	4
2.24.3	- Particular de ensino de 1º e 2º grau.....	2
2.24.4	- Demais estabelecimentos, não constantes nos itens anteriores.....	10
2.24.5	**- DIVERSÕES PÚBLICAS:**	15
4.25	- Restaurantes dançantes, boates e similares	10
4.25.1	- Bilhares e quaisquer outros jogos, por mesa	2
4.25.2	- Boliches, por pista	5
4.25.3	- Exposições, feiras de amostras e quermesses , por dia.....	2
4.25.4	- Circo, por dia	2
4.25.5	- Parque de diversões, rodeio e assemelhados, por dia.....	2
4.25.6	- Quaisquer outros espetáculos ou diversões, por dia	2
4.25.7	**- TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS:**	12,5
4.26	- Ônibus Intermunicipal.....	10
4.26.1	- Vans, Kombi e/ou similar.....	20
4.26.2	**- TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA:**	15
4.27	– Caminhão (porte igual F-4000 à acima)	10
4.27.1	– Caminhão (porte igual F-2000)	
4.27.2	– Caminhonete (porte F-1000, pampa e assemelhado)	
4.27.3		

CONTINUAÇÃO NA FL. n.º 07/08, DESTE ANEXO II

CONTINUAÇÃO DA FL. n.º 07/08, DESTE ANEXO II

4.28		
4.29		
4.29.1		
4.29.2	**- TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIRO E CARGA .....**	
4.29.3	**- TRANSPORTE URBANOS DE PASSAGEIROS:**	16
4.30	- Ônibus	10
4.30.1	- Vans, Kombi e/ou similar.....	8
4.30.2	**-** Taxi (carro de passeio)	6
4.30.3	**- TRANSPORTES URBANOS DE CARGA:**	12
4.31	– Caminhão (porte igual F-4000 à acima)	10
4.32	– Caminhão (porte igual F-2000)	8
	– Caminhonete (porte F-1000, pampa e assemelhado)	15
	- GARAGENS E PARQUEAMENTOS DE VEÍCULOS	10
	- OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS NOS ITENS ANTERIORES	
5	**- DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS À LICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, NO CASO DE AUTÔNOMO, QUANDO AO SEU ENQUADRAMENTO NA ATIVIDADE ESPECIFICADA NESTE ANEXO II, TERÁ UMA REDUÇÃO DE 40%(QUARENTA POR CENTO) DO VALOR ESTIPULADO .**	

ANEXO III
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ORD.	DESCRIÇÃO DO PERÍODO DA LICENÇA	QUANTIDADE EM UFM POR PERÍODO
1	– PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO:	
1.1	- ATÉ ÀS 22:00 HORAS	0,20/AO DIA 0,80/AO MÊS 2,5/AO ANO
1.2	- ALÉM DAS 22:00 HORAS	0,20/ AO DIA 0,80/ AO MÊS 2,5/ AO ANO
2	– PARA ANTECIPAÇÃO DE HORÁRIO:	0,14/AO DIA 0,54/AO MÊS 1,4/AO ANO

ANEXO IV
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA Á ESPÉCIE DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ORD.	DESCRIÇÃO DA ESPÉCIE DA LICENÇA	QUANTIDADE EM UFM AO		
		DIA	MÊS	ANO
1.- DE COMUNICAÇÃO AUDITIVA:				
1.1	- Volante, sem recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,35	2	
1.2	- Volante, com recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,50	3,5	
1.3	- Fixa, sem recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,20	1	
1.4	- Fixa, com recursos de amplificação de som, por unidade.....	0,30	2	
2.- DE COMUNICAÇÃO VISUAL:				
	- pintada, colada ou afixada em muros, paredes, fachadas ou terreno, por unidade:			
2.1	a) – Grande.....		1	5
	b) – Médio		0,5	4

	c) – Pequeno		0,25	2
2.2	- por meio de colagem, pinturas ou afixação em quadro próprio, por unidade		1	6
2.3	- por meio de faixas, por unidade.....	0,5		
2.4	- por meio de colagem, pintura ou afixação em veículos, por veículos e por anúncio	0,25	1,5	10
2.5	- Out-door, balão ou assemelhado, por publicidade e propaganda veicu- lada	0,5	8	
2.6	- por meio de mostruário fixo ou volante, por unidade	0,25	3	10
3	- DE PROSPECTO E/OU BOLETIM:			
3.1	- pelo primeiro milheiro ou fração	1,5		
3.2	- após o 1º milheiro ou fração, além da importância fixada no item anterior, pelo excedente, por milheiro ou fração	0,5		

.

ANEXO V
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM AO DIA	MÊS	ANO
1	**MEIO / ATIVIDADE:**			
1	**- COMÉRCIO POR UNIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE DE:**			
1.1	- Brinquedos e bijuterias	0,3	2	
1.2	- Tecidos, confecções, roupas feitas	0,35	2,5	
1.3	- Tapetes e redes	0,66	4	
1.4	- Relógios, jóias, pedras preciosas ou semipreciosas	0,5	2,5	
1.5	- Ferramentas, artefatos plásticos e borracha.....	0,5	3	
1.6	- Doces e salgados produzido artesanalmente.....	0,25	1,5	
1.7	- Bebidas	0,5	2	
1.8	- Utensílios domésticos	0,5	3	
1.9	- Calçados e outros artigos de couro	0,5	3	
1.10	- Obras de arte, artefatos, bordados e assemelhados.....	0,3	2,5	
1.11	- Livros, revistas, discos, fitas e assemelhados	0,35	2,8	
1.12	- Acessórios para carros e assemelhados	0,5	3	
1.13	- Artigos de papelaria	0,35	2,4	
1.14	- Bilhetes de loterias, rifas e outros	0,35	2	
1.15	- Animais e aves domésticas permitidas pelo ibama	0,35	2,5	
1.16	- Frutas e verduras na cesta ou carrinho de mão.....	ISENTO	ISENTO	
1.17	- Frutas e verduras com carroças atração animal	0,3	2	
1.18	- hortaliça e pequenos condimentos em geral	ISENTO	ISENTO	
1.19	- Flores, mudas de árvores e outros	0,5	0,5	
1.20	- Sorvetes, picolé, gelinho e assemelhados	0,14	0,5	
1.21	- Produtos derivados do leite e assemelhados.....	0,14	0,5	
1.22	- Bolos, coxinha, pastel e assemelhados	0,14	0,5	
1.23	- Demais alimentos não especificados nos itens anteriores.....	0,14	0,5	
2	- QUALQUER PRODUTO ARMAZENADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR:	1	5	
2.1	a) - Caminhão (porte igual F-4000 à acima)	0,8	4	
2.2	b) - Caminhão (porte igual F-2000)	0,7	3,5	
2.3	c) - Caminhonete(porte F-1000, pampa e assemelhado)	0,6	3	
2.4	d) – Van, kombi e assemelhado	0,5	2,5	
2.5	e) - de passeio			

ANEXO VI FLS.- 01/02
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA RELATIVA À EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM
1.- APROVAÇÃO DE PROJETOS:		
1.1	- RESIDENCIAL:	
1.1.1	- Pequeno porte, com referencial de 01 À 70M2	1
1.1.2	- Médio porte, com referencial de 71 À 150M2	1,5
1.1.3	- Grande porte, com referencial de 151M2 acima	2
1.2	**- COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:**	1,5
1.2.1	- Até 70m2.....	2
1.2.2	- De 71 a 130m2.....	3
1.2.3	- De 131 a 250m2.....	4
1.2.4	- Acima de 250m2.....	2
1.3	**- INDUSTRIAL:**	3
1.3.1	- Até 300m2.....	4
1.3.2	- De 301 a 400m2	5
1.3.3	- De 401 a 500m2.....	
1.3.4	- Acima de 500m2.....	
2. - PARCELAMENTO DO SOLO:		
2.1	- Consulta prévia, por loteamento	1,5
2.2	- Desmembramento, rmenbramento e desdobramento(por lote envolvido).....	3
3	**- MUROS.....**	ISENTO
4	**- REBAIXAMENTO DE MEIO-FIO, PARA ENTRADA DE VEÍCULOS .....**	1
5	**- ABERTURA DE PORTÕES .....**	1,5
6	**- MARQUISES E TOLDOS .....**	2
7	**- TAPUMES E ANDAIMES .....**	2
8	**- DEMOLIÇÕES .....**	ISENTO
CONTINUAÇÃO NA FL. N.º 02/02, DESTE ANEXO VI		

CONTINUAÇÃO DA FL. N.º 01/02, DESTE ANEXO VI

9.	APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO	
9.1	- Até 10 Hectares	14
9.2	- De 11 a 25 Hectares.....	18
9.3	- De 26 a 50 Hectares	20
9.4	- Acima de 50 Hectares.....	25

10.	**- TERRAPLANAGEM.....**	2
11.	**ARRUAMENTOS**	
10.1	- Com área até 20.000m2, excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos	5
10.2	- Com área superior a 20.000m2, excluídas as áreas destinadas a vias e logra- douros públicos	7

ANEXO VII
TABELAPARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE TERRENOS OU EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM POR PERÍODO:		
1	- VEÍCULOS:	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
1.1	- Carros de passeio, por unidade	**0,5**	8	
1.2	- Caminhões ou ônibus, por unidade	**0,6**	6	
1.3	- Utilitários, por unidade	**0,5**	5	
1.4	- Reboques, por unidade	**0,4**	4	10
2	**- BARRAQUINHAS, QUIOSQUES, TRAILLERS OU ASSEMELHADOS POR UNIDADE .....**	**0,30**	4	7
3	**- HOT DOG (CARRINHO) POR UNIDADE .....**	**0,30**	4	7
4	**- BALCÃO, BARRACA, MESA, TABULEIRO, MALA, COSTAS OU SIMILARES, POR UNIDADE .....**	0,30	4	7
5	**- FEIRA LIVRES, POR BOX - PADRÃO, POR UNIDADE .....**	**0,30**		
6	**- FEIRAS ESPECIAIS, POR BARRACA .....**	**0,30**		
7	**- MERCADO MUNICIPAL, POR UNIDADE .....**	**01**		
8	**- ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DE PLACAS, PAINÉIS, CONGÊNE- RES, POR UNIDADE .....**	0,30	4	
9	**- BANCAS DE REVISTAS, JORNAIS OU ASSEMELHADOS .....**			4
10	**- CIRCO .....**	**0,30**		
11	**- PARQUE DE DIVERSÃO E SIMILAR.....**	**0,30**		
12	**- RODEIO E SIMILAR.....**	**0,30**		
13	**- DEMAIS PESSOAS QUE OCUPAREM ÁREA EM TERRENO E/OU EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS .....**	**0,40**	4	

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO ABATE DE ANIMAIS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM
1	**- ANIMAIS:**	
1.1	**- Bovino ou vacum, por unidade inspecionada.....**	**1**
1.2	**- Ovino, por unidade inspecionada .....**	**0,5**
1.3	**- Caprino, por unidade inspecionada .....**	**0,5**
1.4	**- Suíno, por unidade inspecionada .....**	**0,5**
1.5	**- Eqüino, por unidade inspecionada .....**	**1**
1.6	**- Aves, por unidade inspecionada .....**	**0,2**
1.7	**- Outros, por unidade inspecionada .....**	**0,3**

ANEXO IX
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UFM AO ANO
1		
1.1	- TRANSPORTES URBANO:	
1.2	- coletivo convencional de passageiros, por veículo vistoriado	2
1.3	- coletivo de passageiros escolar, por veículo vistoriado	2
1.3.1	**- DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO DE ALUGUEL, DA SEGUINTE ESPÉCIE**:	
1.3.2	- carro de passeio, por veículo vistoriado	1
1.4	**- demais veículos, não especificados nos itens anteriores e por unidade vistoriado - VEÍCULOS DE CARGAS E DAS SEGUINTES ESPÉCIES:**	1
1.4.1	- caminhão com referencial de modelo F4000 acima, por veículo vistoriado ..... - caminhão com referencial de modelo F2000, por veículo vistoriado	2,5 2
1.4.2	**- camioneta com referencial de modelo F1000, C1O, D10 e assemelhado, por veículo vistoriado**	1,5 1
1.4.3	**..... - demais veículos, não especificados nos itens anteriores e por unidade vistoriado**	
1.4.4		

ANEXO X
TABELA DE VALORES EM R$(REAIS) POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO E SEUS FATORES CORRETIVOS

N.º ORD.	TIPO	NOME DO LOGRADOURO	NÚMERO DE QUADRA							R$ M2
001	AV.	ADOLFINO PEREIRA DE OLIVEIRA	61	60	59	58	57	33-B	34	0,40
002	AV.	ADOLFINO PEREIRA DE OLIVEIRA	35	36	37					0,40
003	AV.	TIRADENTES	61	60	59	58	57	33-B	34	0,40
004	AV.	TIRADENTES	35	36	37	50	49	48	47-A	0,40
005	AV.	TIRADENTES	47	46	45	44	43	42		0,40
006	AV.	JOSÉ BONIFÁCIO	50	49	45	44	43	42	51	0,40
007	AV.	JOSÉ BONIFÁCIO	52	38	39	40	41			0,40
008	AV.	ARAGUAIA	39	54						0,40
009	AV.	JOSÉ BONIFÁCIO	48	47-A	34-B	35-A				0,48
010	AV.	JOSÉ BONIFÁCIO	36	37						0,45
011	AV.	DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA	37	38	39	40	41	16	09	0,48

012	AV.	DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA	08	33-A	34-A	39				0,48
013	AV.	GÓIAS	25	21	17	13	12	05	5-A	0,48
014	AV.	GÓIAS	33	34	35	04	03	01		0,48
015	AV.	DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA	51	52	34-B	35-A	32-A	32	28	0,68
016	AV.	DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA	24	20						0,68
017	AV.	ARAGUAIA	32-A	32	28	24	20	16	09	0,68
018	AV.	ARAGUAIA	33-A	34-A	31-A	31	27	23	19	0,68
019	AV.	ARAGUAIA	15	10	07	7-A	7-B	08		0,68
020	AV.	COUTO MAGALHÃES	31-A	31	30-A	30				0,68
021	AV.	FERNANDO CORRÊA DA COSTA	30-A	30	26	22	18	14	11	0,68
022	AV.	FERNANDO CORREA DA COSTA	06	AB	29-A	29	25	21	17	0,68
023	AV.	FERNANDO CORRÊA DA COSTA	13	12	05	5-A				0,68
024	RUA	PROJETADA I	30-A	31-A	32-A	51				0,68
025	RUA	PROJETADA I	50	61						0,40
026	RUA	PONTE BRANCA	29-A	30-A	31-A	32-A	51	29	30	0,68
027	RUA	PONTE BRANCA	31	32	52					0,68
028	RUA	PONTE BRANCA	50	61	49	60				0,40
029	RUA	PRESIDENTE VARGAS	33	49	60	48	59			0,40
030	RUA	PRESIDENTE VARGAS	29	30	31	32	52	25	26	0,68
031	RUA	PRESIDENTE VARGAS	27	28	34-B					0,68
032	RUA	APRIGIO JOSÉ DE LIMA	33	34	48	59	47/A	58		0,40
033	RUA	APRIGIO JOSÉ DE LIMA	25	26	27	28	34/B	21	22	0,68
034	RUA	APRIGIO JOSÉ DE LIMA	23	24	35/A					0,68
035	RUA	BENJAMIM CONSTANT	34	35	47/A	58	47	57		0,40
036	RUA	BENJAMIM CONSTANT	21	22	23	24	35/A	17	18	0,68
037	RUA	BENJAMIM CONSTANT	19	20						0,68
038	RUA	RICARDO FRANCO	35	04	47	57	46	33-B		0,40
039	RUA	RICARDO FRANCO	17	18	19	20	13	14	15	0,68
040	RUA	RICARDO FRANCO	16							0,68
041	RUA	MINAS GERAIS	04	03	46	33/B	45	34		0,40
042	RUA	MINAS GERAIS	13	12						0,68
043	RUA	MINAS GERAIS	14	15	16	37	11	10	09	0,48
044	RUA	MINAS GERAIS	38							0,48
045	RUA	BAHIA	03	01	28	38	39	45	44	0,40
046	RUA	BAHIA	34	35						0,40
047	RUA	BAHIA	12	05						0,68
048	RUA	BAHIA	11	10	09	08	07	06		0,96
049	RUA	15 DE NOVEMBRO	01	28	44	35	36	43		0,40
050	RUA	15 DE NOVEMBRO	06	07	08	39	AB	7/A	33/A	0,48
051	RUA	15 DE NOVEMBRO	40							0,48
052	RUA	15 DE NOVEMBRO	05	5/A						0,68
053	RUA	CASTRO ALVES	43	36	42	37				0,40
054	RUA	CASTRO ALVES	7/A	33/A	40	7/B	34/A	41		0,48
055	RUA	JOSÉ BORGES DOS SANTOS	42	37						0,40
056	RUA	JOSÉ BORGES DOS SANTOS	7-B	34-A	41	54	39			0,48
057	AV.	COUTO MAGALHÃES	27	23	19	15	10	07	26	0,96
058	AV.	COUTO MAGALHÃES	22	18	14	11	06			0,96

TABELA DE COEFICIENTE CORRETIVO DO TERRENO

PEDOLOGIA	SITUAÇÃO	TOPOGRAFIA
ALAGADO 0,80	MEIO DE QUADRA 1,00	PLANO 1,00
INUNDÁVEL 0,90	ESQUINA MAIS DE UMA FRENTE . 1,10	ACLIVE 1,10
FIRME 1,00	VILA 0,90	DECLIVE 0,90
COMBINAÇÃO DOS DEMAIS 0,90	ENCRAVADO 0,80	IRREGULAR 0,85
	GLEBA 0,80	

ANEXO XI
TABELA DE VALORES (R$) POR METRO QUADRADO DE EDIFICAÇÃO E SEUS COMPONENTES BÁSICOS, E SEUS FATORES CORRETIVOS

RELAÇÃO DE VALORES DOS M2E POR FAIXA DE PONTOS

FAIXA DE PONTOS	R$ POR FAIXA	FAIXA DE PONTOS	R$ POR FAIXA
00 À 15	**15,00**	**76 À 85**	**65,00**
16 À 25	**25,00**	**86 À 95**	**75,00**
26 À 35	**30,00**	**96 À 105**	**85,00**
36 À 45	**35,00**	**106 À 115**	**95,00**
46 À 55	**40,00**	**116 À 125**	**115,00**
56 À 65	**45,00**	**126 À 140**	**135,00**
66 À 75	**55,00**	**141 ACIMA**	**150,00**

COMPONENTES BÁSICOS DE EDIFICAÇÃO

PISO	PONTOS	REVESTIMENTO INTERNO	PONTOS
TERRA BATIDA	00	**SEM**	00
CIMENTO	05	REBOCO	06
CERÂMICA /MOSAICA	10	PINTURA SIMPLES	08
MATERIAL PLÁSTICO	13	PINTURA LÁTEX	12
ESPECIAL	15	ESPECIAL	16
REVESTIMENTO EXTERNO	**PONTOS**	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**	**PONTOS**

SEM	00	SEM	00
REBOCO	06	EXTERNA	05
PINTURA SIMPLES	08	EMBUTIDA	08
PINTURA LÁTEX	12		
ESPECIAL	16		
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	**PONTOS**	**ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO**	**PONTOS**
SEM	00	ADOBE / MADEIRA RÚSTICA	02
EXTERNA	02	MADEIRA DE PRIMEIRA	10
INTERNA SIMPLES	05	ALVENARIA	12
MAIS DE UMA INTERNA	14	CONCRETO	16
INTERNA COMPLETA	12	METÁLICA	20
PAREDES	**PONTOS**	**ESTRUTURA DA COBERTURA**	**PONTOS**
SEM	00	MADEIRA SIMPLES	02
ADOBE / MADEIRA RÚSTICA	02	MADEIRA DE PRIMEIRA	08
MADEIRA DE PRIMEIRA	10	**CONCRETO**	12
ALVENARIA	12	METÁLICA	14
CONCRETO	16	ESPECIAL	18
METÁLICA	20		

COBERTURA	**PONTOS**	**FORRO**	**PONTOS**
PALHA/ZINCO	01	SEM	00
CIMENTO AMIANTO	06	MADEIRA	06
TELHA DE BARRO	09	GESSO	10
METÁLICA	14	PVC	12
LAJE	12	ESOPOR	11
ESPECIAL	16	LAJE	14
		ESPECIAL	15

ÁREA DE LAZER	**PONTOS**
PISCINA DE: ATÉ 20.000LITROS	25
ACIMA DE 20.000LITROS	40
SAUNA	30
QUADRA DE ESPORTE	40
OUTROS	60

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO		
ORDEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**ÍNDICE**
01	NOVA/ÓTIMA	1,10
02	BOM	1,00
03	REGULAR	0,90
04	RUIM	0,80

LEI MUNICIPAL Nº 822 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Institui o mês "**Novembro Azul**", dedicado a ações de prevenção ao câncer de próstata e de promoção da saúde do homem.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.**

Art. 1º Fica instituído o Município de Araguainha-MT, o mês "**Novembro Azul**", dedicado à realização de ações de prevenção ao câncer de próstata e de promoção da saúde do homem.

Art. 2º No mês de **Novembro** de cada ano a Secretaria Municipal de saúde, realizará campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando ao esclarecimento e incentivo à realização de exames preventivos para a detecção do câncer de próstata, assim como para outras doenças que acometem primordialmente a população masculina.

Art. 3º O Poder executivodeve desenvolver atividades incluindo, dentre outras;

I- Iluminação de prédios públicos com luzes de cor azul; II- Promoção de palestras, eventos e atividades educativas; III- Veiculação de campanhas de mídia, colocando-se à disposição da população informações "em banners, folders e outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre a prevenção ao câncer, contemplado à generalidade do tema". IV- Outros atos de procedimentos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos desta campanha. **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 821 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

EMENTA: "Dispõe sobre proibição do corte no fornecimento de Água e Energia Elétrica nos dias especifica."

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.**

:

Art. 1º. – Fica proibido o corte do fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento, em todo o perímetro urbano e rural às sextas-feiras, aos sábados, aos domingos e nas vésperas de feriados.

Art. 2º. – Em caso de interrupção de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água, as concessionárias deverão comunica-la aos seus clientes com pelo menos ou no mínimo 24 horas de antecedência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 823 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Institui o mês "**Outubro Rosa**", dedicado a ação de prevenção ao câncer de mama entre outras e de promoção da saúde da Mulher.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.**

Art. 1º Fica instituído no calendário de eventos do Município de Araguainha, o Mês Municipal do "**Outubro Rosa**", que tem como objetivo conscientizar as mulheres sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e entre outras, e desenvolver ações diversas de prevenção da saúde da mulher, a ser comemorado anualmente, no mês de outubro.

Art. 2º No mês de **Outubro** de cada ano a Secretaria Municipal de Saúde, realizará campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando ao esclarecimento e incentivo à realização de exames preventivos para a detecção do câncer de mama entre outras, assim como para outras doenças que acometem primordialmente a população feminina.

Parágrafo único O Poder Executivo devem desenvolver atividades incluindo, dentre outras;

I- Iluminação de prédios públicos com luzes de cor rosa; II- Promoção de palestras, eventos e atividades educativas; III- Veiculação de campanhas de mídia, colocando-se à disposição da população informações "em banners, folders e outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre a prevenção ao câncer, contemplado à generalidade do tema". IV- Outros atos de procedimentos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos desta campanha.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA 240-2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053, 054, 055, 056, 057 e 058/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS, MOTOCICLETAS, AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZ VALOR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 020-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2017 – empresa NORTÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME, CNPJ 15.271.538/0001-08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2017 – empresa PODIUM COMÉRCIO E ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA ME, CNPJ 19.822.233/0001-06.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2017 – empresa SOARES BONFIM & CIA LTDA - ME, CNPJ 12.025.386/0001-75.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 056/2017 – empresa BICICLETARIA E CHAVEIRO MOREIRA LTDA – ME, CNPJ 04.499.089/0001-33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 057/2017 – empresa DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA EPP, CNPJ 03.301.657/0001-87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 058/2017 – empresa NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA – ME, CNPJ 09.619.626/0001-55.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães - Responsável pelos objetos requisitados pela FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. Vinicius Felipe Nogueira - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Srª. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Silas Moraes da Costa - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA 241-2017

PORTARIA N.º 241/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059, 060, 061, 062, e 063/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA AS IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 022-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059/2017 – empresa VALE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA – ME, CNPJ 15.252.973/0001-95.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 060/2017 – empresa MARCOS S BIUDES ME, CNPJ 08.257.279/0001-03.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2017 – empresa ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ 12.544.341/0001-07.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 062/2017 – empresa TECTONER DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ 03.209.573/0001-18.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2017 – empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO – ME, CNPJ 13.234.712/0001-17.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Lindomar Vaz da Silva - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Daiany Sousa Lima - Responsável pelos objetos requisitados pela FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. José Augusto Araujo Mendes - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sr. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Sérgio Luiz Pires Salomé - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027-2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 027/2017, cujo Objeto é Registro de preços para futura e eventual na Aquisição de Combustíveis, para uso nas diversas Secretarias e Departamentos: GABINETE DO PREFEITO, EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, SAÚDE, ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, OBRAS E INFRAESTRUTURA. Dia: 17/10/2017 Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: Até às 08h00min do dia 17/10/2017 Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.araputanga.mt.gov.br Abertura do envelope Nº 01: Dia 17/10/2017, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal nº 029/2010.

Araputanga-MT, 02 de outubro de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028-2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS, para uso nas diversas Secretarias e departamentos: EDUCAÇÃO E CULTURA, OBRAS E INFRAESTRUTURA E SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. Dia: 18/10/2017. Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: Até às 08h00min do dia 18/10/2017. Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.araputanga.mt.gov.br Abertura do envelope Nº 01: Dia 18/10/2017, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal nº 029/2010.

Araputanga-MT, 02 de outubro de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 005/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DO PSF CAMPINA, NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, TUDO CONFORME PROJETO BÁSICO QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará as **10:00 HORAS**, **DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2017**. Em sua sede na Avenida Prefeito Caio, nº 654 – Bairro Centro – Arenápolis - MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (cem reais).**

Arenápolis - MT, em 02 de Outubro de 2017.

NUBIA GONÇALVES CAMPOS

Presidente da CPL

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 004/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DO PSF II VILA RICA, NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, TUDO CONFORME PROJETO BÁSICO QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará as **08:00 HORAS**, **DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2017**. Em sua sede na Avenida Prefeito Caio, nº 654 – Bairro Centro – Arenápolis - MT, LICITAÇÃO TO-

MADA DE PREÇOS, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (cem reais).**

Arenápolis - MT, em 02 de Outubro de 2017.

NUBIA GONÇALVES CAMPOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.662/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, à funcionária Srª. **AURILENE ALVES MOREIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 2064298-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 027.561.011-09, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **Classe A para Classe B**, considerando a conclusão do **CURSO DE ENSINO MÉDIO,** a partir do dia 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº.065/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 065/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **26/09/2017** sagrou-se vencedora a empresa **EVERSON LUIS DE AZEVEDO – ME** - CNPJ Nº: 21.951.794/0001-49 no valor global de **R$ 477. 000,00(Quatrocentos e Setenta e Sete Mi Reais).** Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 02 de Outubro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **EVERSON LUIS DE AZEVEDO - ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **21.951.794/ 0001-49**, Inscrição Estadual Nº. 13.571.108-8, Inscrição Municipal Nº. 4035459178, com sede na Rua C S/N°, Lt.14, Qd.08 – Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, representada por seu procurador Srº. **Cleiton Pereira de Faria,** portador do **RG 1.881. 864-1 SSP/MT e CPF 018.657.781-84,** *nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10. 520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto,* a marca*,* a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL UNIT.
1	690105	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS ANGELIN	M3	300	175,00	52.500,00
2	690110	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS CUMARU	M3	300	195,00	58.500,00
3	690104	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS CUPIUBA	M3	300	145,00	43.500,00
4	690106	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS GARAPEIRA	M3	300	195,00	58.500,00
5	690109	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS GARROTE	M3	300	195,00	58.500,00
6	690111	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS IPE	M3	300	295,00	88.500,00
7	690107	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS MACARANDUBA	M3	300	195,00	58.500,00
8	690108	PRESTACAO DE SERVICOS EM SERRAGEM DE TORAS ROXINHO	M3	300	195,00	58.500,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1.A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 02 de Outubro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

EVERSON LUIS DE AZEVEDO - ME

CNPJ (MF) nº 21.951.794/0001-49

Cleiton Pereira de Faria

CPF nº. 018.657.781-84

Testemunhas:

Lindalva Cruz Cabral Luciene Souza da Silva
CPF Nº 605.888.531-00 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.667/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **JOCEMARA DOS SANTOS BRITO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº.1726457-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 012.924.951-38, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na *Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRES) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.519/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de recursos vinculados no valor de R$ 115.390,00 (cento e quinze mil trezentos e noventa reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

10.001.20.601.0025.2073 – Fornecimento de Sementes e Mudas
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita – R$ 115.390,00 (cento e quinze mil trezentos e noventa reais).
Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação, referente termo de parceria celebrado com a Guaçu Geração de Energia – sob a fonte de recursos 001.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 97/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional suplementar por excesso de arrecadação.

O presente projeto tem por objeto o pactuado por meio do Termo de Parceria 003/2017, com a Empresa Guaçu Geração Energia, com a finalidade de aquisição de estacas e mudas de café clonal pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (conforme cópia anexa).

O recurso ora mencionado com vinculação de destinação, está parcialmente disponível na agência bancária 01471-0, conta 30.299-6, com liberação conforme cronograma de desembolso.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional suplementar pretendida, justifica-se pelo Termo de Parceria Celebrado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 080 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.189/2017

SÚMULA:

"RETIFICA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 12.999,94 (DOZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1478 de 23 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica retificado a abertura do crédito adicional especial no valor de R$ 12.999,94 (doze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
09.002.10.303.0023.2090 – Manutenção das Ações da Farmácia Básica			
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*03.14*	R$	12.999,94
TOTAL		**R$**	***12.999,94***

ARTIGO 2º Para retificação do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldos orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
09.001.10.303.0023.2090 – Manutenção das Ações da Farmácia Básica			
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*03.14*	R$	12.999,94
TOTAL			***12.999,94***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 22 dias de setembro de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.666/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária Srª. **ROSANA DO ROSARIO DE CAMPO OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1549842-5 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°. 009.784.661-95, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRES) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação, manutenção preventiva e corretiva na rede de iluminação pública no perímetro urbano do Município, incluindo praças, Comunidades de Conselvan, Cidade Morena, Lontra, Milagrosa e AR2,** ***serviços de manutenção e/ou instalação elétrica em prédios e dependências pública, e eventos a serem promovidos neste Município*****.** Início da Sessão: **Dia 17/10/2017, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo site **www.prefeituradearipuana.com.br**, e através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 02 de Outubro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.664/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **VALDIR KLAT**,portador da Cédula de Identidade RG nº 4.524.732-5 SSP/PR inscrito no CPF sob o nº 628.192.169-00, Carteira de Habilitação n° 00473255304, Categoria “AC”, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRES) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.663/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TRANSFERIR, o funcionário Sr. **JOSÉ ROBERTO DE MIRANDA E SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 286.898 SSP/MT e inscrito no CIC sob o nº 854.966.501-00, ocupante do cargo de Carreira de **OFFICE-BOY**, *da Secretaria Municipal de Administração, para a Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 207/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: DOUGLAS BATISTA GUIMARAES MEI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA TORRE DE TRANSMISSÃO E SERVIÇO TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES ELETRÔNICAS DOS EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2017; VALOR GLOBAL R$ 60.000,00; VIGENCIA: 1°/10/2017 A 30/09/2018.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.665/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **AGENOR MENDES DE FARIA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 1.332.640 SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 278.271.781-20, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRES) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.669/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido doSr Prefeito, o funcionário sr **DIEGO EMANNUEL DA SILVA AMORIM,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 1387899-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 006.294.291-38, do cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Departamento de Comunicação** - **DECOM,** nível **DAI-01,** lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, a partir de 1°/10/2017, tornando sem efeito a Portaria Nº 9.580/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.668/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **JORDÃO OSOWSKI**,portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R-1.682.512 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 542.501.299/34, ocupante do cargo de Carreira de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS / RETROESCAVADEIRA,** lotado na *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural*, **03 (TRES) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de outubro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de peças de desgastes (faca de lâmina, parafuso e porca) para manutenção nas motoniveladoras pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.** Início da Sessão: **Dia 18/10/2017, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo site *www.prefeituradearipuana.com.br*, e através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 02 de Outubro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE N. 008/2017.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório **Convite n. 008/2017**, para Contratação de empresa especializada da área de engenharia ou arquitetura visando a elaboração de projeto arquitetônico da fachada do – CRAS - Centro de Referência e Assistência Social de Barão de Melgaço, conforme Projeto Básico da Secretaria Demandante, cujo certame teve como vencedora a empresa **MATOS & CALHAO LTDA - ME**, com proposta no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço – MT, 02 de outubro de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Presidente da CPL

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do P**rocesso n. 031/2017**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 008/2017.**

Barão de Melgaço - MT, 02 de outubro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 084/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

DECRETO Nº 084/2017

Que dispõe sobre Exoneração de Funcionário Público.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

D E C R E T A:

Art.1º - Fica exonerado a pedido o Servidor Público Municipal ADRIANO DA SILVA BRUNO do cargo de AGENTE DE VIGILÂNCIA, matricula Nº. 1239, portador do RG: 1322213-9 SSP/MT, CPF.913.248.071-72, NÍVEL 05, CLASSE B, nomeado pelo DECRETO Nº 016/2.008 de 03/03/2.008, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de setembro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

GRACIANO BERNARDINO MEIATO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LEI Nº 3.816 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

LEI Nº 3.816 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

Projeto de Lei nº 001/2017, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal.

“Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a verba indenizatória de exercício de mandato parlamentar, destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas relativas às atividades parlamentares de controle externo realizadas dentro da área territorial do município, no valor R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), de acordo com a permissibilidade constitucional prevista na Emenda Constitucional n° 47, de 05 de julho de 2005.

§ 1° - A verba de que trata o “caput” deste artigo será paga mensalmente aos vereadores, como contribuição em espécie ao desempenho externo da atividade parlamentar de fiscalização dos atos da administração pública municipal e interação direta com a população, dentro da área territorial do município, para auscultar as suas reivindicações.

§ 2° - A verba indenizatória deverá ser exclusivamente para despesas dentro do município.

§ 3° - Para viagens fora do município, a Câmara Municipal custeará, através de diárias, as despesas de transporte, hospedagem e alimentação.

Art. 2° - A verba indenizatória se destina a despesas realizadas fora do gabinete, relativas a:

I – Serviços postais, assinaturas de jornais, revistas e publicações, exceto nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data das eleições de âmbito federal, estadual e municipal e desde que não caracterizem gastos com campanhas eleitorais;

II – Locomoção do parlamentar e viagens dentro da área territorial do município;

III – Combustíveis e lubrificantes;

IV – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmara de ar e válvulas entre outros;

V – Cópias heliográficas de documentos de interesse do parlamentar;

VI – Contratação, para fins de apoio à atividade parlamentar de consultoria, assessoria, pesquisas e trabalhos técnicos;

VII – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Câmara;

VIII – Despesas com telefone móvel em nome do parlamentar;

IX – Divulgação das atividades parlamentares.

Art. 3° - Fica o Vereador dispensado da prestação de contas das despesas realizadas com a verba indenizatória.

Art. 4° - As despesas desta lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n° 3.605 de 05 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 07 de fevereiro de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

Prova o Edital nº. 003 - Retificações do Edital nº 01/2017 de chamada pública às Entidades, Organizações e ou similares, representantes da sociedade civil organizada para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Cáceres, Gestão 2017/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, alterada pela Lei nº 8.028 de 12 de março de 1990 e Lei Municipal nº 1.996 de 28 de março de 2006, diante da DELIBERAÇÃO DO CONSELHO em Reunião Extraordinária do dia 02 de Outubrode 2017, com registro em Ata nº 111 e,

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, torna público o presente Edital nº 003 de Retificação do Edital n º 001/2017 - do Conselho, para chamada pública à Entidades, Organizações e ou similares, representantes da sociedade civil organizada para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Cáceres, Gestão 2017/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. - **Retificar os seguintes itens do Edital nº 001 de chamada pública à Entidades, Organizações e ou similares, representantes da sociedade civil organizada para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Cáceres, Gestão 2017/2019.**

Considerando a alteração do cronograma da seguinte forma:

Onde se lê:

3. DA INSCRIÇÃO DAS CANDIDATURAS.

3.1. A Entidade, Organização ou similar deve apresentar:

(...)

V. Plano de trabalho que pretende desenvolver na gestão 2017-2019 no CMDM, com objetivos e meios de viabilização, inclusive orçamentário.

Leia-se

3. DA INSCRIÇÃO DAS CANDIDATURAS.

3.1. A Entidade, Organização ou similar deve apresentar:

(...)

V. Plano de trabalho que pretende desenvolver na gestão 2017-2019 no CMDM, com objetivos e meios de viabilização, inclusive orçamentário ou carta de intenção.

Onde se lê:

4.1. O período de inscrição das candidaturas será de 14/09/2017 à 29/09/2017, no período das 9h às 11h e das 14h às 16h, na casa dos Conselhos, à Rua das Turquesas, nº 133, - Vila Mariana, em Cáceres-MT., CEP 78. 200-000.

4.1. A Homologação das inscrições à candidatura será divulgada em lista provisória até o 03/10/2017. Do indeferimento provisório de candidatura poderá sobrevir pedido de esclarecimento sobre algum ponto necessário para o atendimento aos requisitos.

4.2. As entidades, organizações e similares que não tiverem imediato deferimento da candidatura poderão apresentar Recurso formal, assinado e fundamentado dirigido à Presidente da Comissão, devendo protocolar na casa dos conselhos até o dia 05/10/2017, no período das 9h às 11h e das 14h às 16h, podendo ainda apresentar documentos novo capaz de comprovar o atendimento aos requisitos necessários à candidatura.

4.3. a homologação definitiva das inscrições será 10/10/2017, terá caráter eliminatório e importará na habilitação das candidatas para o pleito eleitoral;

4.4. As entidades, organizações e similares habilitadas deverão apresentar até o dia 17/10/2017, o número de cinco representantes ligados à instituição para composição do colégio eleitoral que votarão entre si para a escolha das instituições na eleição que ocorrerá no dia 24/10/2017;

§ 1º. O depósito do nome dos 5 delegadas (os) que comporão o colégio eleitoral deverá ser acompanhado da cópia de documento de identificação do indicado e documento de vínculo entre ele e a entidade, organização ou similar

§ 2º. os resultados mencionados serão afixados no mural da Casa dos Conselhos e no mural da Prefeitura do Município, podendo ainda ser utilizado outro meio de divulgação, porém cabe inteiramente a entidade, organização ou similar candidata atentar-se para os prazos estabelecidos neste edital e o acompanhamento de todas as fases do pleito eleitoral pelo principal meio de divulgação que é a afixação nos murais mencionados.

§ 3º. A lista do colégio eleitoral será afixada nos murais da casa dos Conselhos e da Prefeitura do município no dia 20/10/2017

Leia-se

4.1. O período de inscrição das candidaturas será de 14/09/2017 à 13/10/2017, no período das 9h às 11h e das 14h às 16h, na casa dos Conselhos, à Rua das Turquesas, nº 133, - Vila Mariana, em Cáceres-MT., CEP 78. 200-000.

4.1. A Homologação das inscrições à candidatura será divulgada em lista provisória até o 17/10/2017. Do indeferimento provisório de candidatura poderá sobrevir pedido de esclarecimento sobre algum ponto necessário para o atendimento aos requisitos.

4.2. As entidades, organizações e similares que não tiverem imediato deferimento da candidatura poderão apresentar Recurso formal, assinado e fundamentado dirigido à Presidente da Comissão, devendo protocolar na casa dos conselhos até o dia 19/10/2017, no período das 9h às 11h e das 14h às 16h, podendo ainda apresentar documentos novo capaz de comprovar o atendimento aos requisitos necessários à candidatura.

4.3. a homologação definitiva das inscrições será 20/10/2017, terá caráter eliminatório e importará na habilitação das candidatas para o pleito eleitoral;

4.4. As entidades, organizações e similares habilitadas deverão apresentar até o dia 25/10/2017, o número de cinco representantes ligados à instituição para composição do colégio eleitoral que votarão entre si para a escolha das instituições na eleição que ocorrerá no dia 27/10/2017;

§ 1º. O depósito do nome dos 5 delegadas (os) que comporão o colégio eleitoral deverá ser acompanhado da cópia de documento de identificação do indicado e documento de vínculo entre ele e a entidade, organização ou similar

§ 2º. os resultados mencionados serão afixados no mural da Casa dos Conselhos e no mural da Prefeitura do Município, podendo ainda ser utilizado outro meio de divulgação, porém cabe inteiramente a entidade, organização ou similar candidata atentar-se para os prazos estabelecidos neste edital e o acompanhamento de todas as fases do pleito eleitoral pelo principal meio de divulgação que é a afixação nos murais mencionados.

§ 3º. A lista do colégio eleitoral será afixada nos murais da casa dos Conselhos e da Prefeitura do município no dia 26/10/2017.

Ou seja, passa a valer o seguinte cronograma:

O período de inscrição das candidaturas	Período de 14/09/2017 a 13/10/2017, das 9h às 11h e das 14h às 16h.	Casa dos Conselhos, à Rua das Turquesas, nº 133, - Vila Mariana, em Cáceres-MT., CEP 78. 200-000
A Homologação provisória das inscrições à candidatura	Até o 17/10/2017	Afixados no mural da Casa dos Conselhos e no mural da Prefeitura do Município, podendo ainda ser utilizado outro meio de divulgação.
Recurso formal	Até o 19/10/2017, no período das 9h às 11h e das 14h às 16h.	Casa dos conselhos
Homologação definitiva das inscrições	Até o dia 20/10/2017	Afixados no mural da Casa dos Conselhos e no mural da Prefeitura do Município, podendo ainda ser utilizado outro meio de divulgação.
Apresentação de cinco representantes ligados à instituição para composição do colégio eleitoral que votarão entre si para a escolha das instituições na eleição que ocorrerá no dia	Até o dia 25/10/2017	Casa dos Conselhos
lista do colégio eleitoral	Até o 26/10/2017	Será afixada nos murais da casa dos Conselhos e da Prefeitura do município

Eleição	Dia 27/10/2017	Centro Cultural de Cáceres

Cáceres/MT. 02 de Outubro de 2017

Luitt Conceição Ortega

Presidente da Comissão Eleitoral

(original assinado)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO de todos os servidores relacionados abaixo, para comparecerem no dia 04/10/2017 as 15:00hs nesta Prefeitura, sito a Av. Brasil, nº 119 Bairro: Jardim Celeste – Cáceres/MT, para assinarem o termo de POSSE:

ASSISTENTE SOCIAL: 40HORAS CONSUELO PINHEIRO ALVES LAURA CRISTINA NOBRE BARROS LUARA CAIANA SOUSA E SILVA EVANDRO ALVES BARBOSA FILHO EDILAINE PEREIRA DO NASCIMENTO RENATA DA SILVA MACHADO **EDUCADOR/ORIENTADOR SOCIAL: 40HORAS** VINÍCIUS LEAL VIEIRA PAULA JULIANA RAMALHO DE ARRUDA CRISLAINE DA SILVA LEOPOLDO MAYKO DE ARRUDA FREIRE SUZANA APARECIDA GERVAZONI TANIA APARECIDA DOS SANTOS ADJAIR MOREIRA DOS SANTOS JHONY VINICIUS CARDOSO FARIA REINALDO SEBASTIÃO DIA DE CARVALHO **PSICOLOGO: 40HORAS** AMANDA CRISTINA GOMES RIBEIRO ELIZETE VENSON DO NASCIMENTO MARCONI HELLEN DE SOUZA FERNANDES DOS SANTOS **FISCAL DE OBRAS E POSTURA: 40HORAS** LUCAS JOSÉ LENTE EMERSON FLORES DA MOTA MACIEL MENEZES PATRICK MARTINS DOS SANTOS MONTALVÃO WILSON DA SILVA EDUARDO FANAYA LEAL FRANCIELE DE JESUS CARVALHO MARINEIDE WEBER

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 482 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 37302, de 28 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **FRANCISCO CAMPOS LEITE FILHO** em substituição ao senhor **JOÃO BRAULINO DA FONSECA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 12 de setembro de 2017.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
254/16	F.M.C CENTER CAR LTDA	Contratação direta de Empresa com bandeira Volkswagen para prestação dos serviços de manutenção de 10.000km; 20,000km; 30.000km; 40.000; 50.000km e 60.000km, como consta no manual de manutenção e garantia-AMAORK, AMAROK, marca VOLKSWAGEN, conforme os veículos atingirem a quilometragem.	14.12.16	10 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 29.09.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 483 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 37302, de 28 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar o senhor **VANILSON DA SILVA SANTANA**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, como responsável pela fiscalização e controle dos contratos relacionados abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
146/17	M.C. PEREIRA RIBEIRO-ME	Aquisição Contratação de serviços de inserção e remoção de plotagens em veículos para Prefeitura de Cáceres, personalização de veículos nas laterais e traseiras em adesivo, impressão digital e recorte eletrônico, de acordo com as quantidades e especificações constantes no contrato Administrativo.	13.09.17	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 29.09.17

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 7424 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização de Obra".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VIAS E OUTROS SERVIÇOS CONTIDOS NO PROJETO",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 007/2017, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nº 2438373.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 28 de setembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2017

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve, **AUTORIZAR**,

A Empresa **SORTE CONSTRUTORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **07.344.422/0001-23**, com sede na Rua Renã Pereira Burjak , nº 138, Setor Ceará – 20, Aranagraças/GO, CEP 74.240-000, a executar a obra "**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VIAS E OUTROS SERVIÇOS CONTIDOS NO PROJETO, EM SÃO JOSÉ DO COUTO DISTRITO DE CAMPINÁPOLIS**", objeto da Licitação Tomada de Preços nº 007/2017.

Localização Geográfica da Obra:

13°47'45,34"S - 53°04'51,24"W.

Valor Global da Obra: R$ 508.967,82 (quinhentos e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias a contar do Recebimento / Ciência desta.

As despesas decorrentes correrão à conta da dotação Orçamentária:

09.010.15.451.1150.1032.4490510000 – Código Reduzido: 0290.

Convênio nº 732395/2010 – Contrato de Repasse nº 0322626-64/2010, Programa: 5600020100672 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 007/2017 e Contrato Administrativo nº 085/2017.

Campinápolis/MT, 25 de setembro de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 7425 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização de Obra".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra"**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VIAS E OUTROS SERVIÇOS CONTIDOS NO PROJETO, EM SÃO JOSÉ DO COUTO DISTRITO DE CAMPINÁPOLIS**", objeto da Licitação Tomada de Preços nº 007/2017, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nº 2438412.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 28 de setembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2017

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve, **AUTORIZAR**,

A Empresa **MAF CONSTRUTORA EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob o nº **20.938.378/0001-48**, com sede na Rua 20 Qd. 69 Lt. 12 Residencial Triunfo Goianira/GO, a executar a obra "**CONSTRUÇÃO DE FEIRA COBERTA NO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 001/2017.

Localização Geográfica da Obra:

14° 32' 29,27" S - 52° 47' 26,95" W;

Valor Global da Obra: R$ 548.826,06 (quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos e vinte e seis reais e seis centavos).

Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias a contar do Recebimento / Ciência desta.

As despesas decorrentes correrão à conta da dotação Orçamentária:

11.010.20.605.1200.1045.4490510000 – Código Reduzido: 0337.

Convênio nº 819717/2015 – Contrato de Repasse nº 1024586/2015/Ministério das Cidades/Caixa – Programa Planejamento Urbano.

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 002/2017 e Contrato Administrativo nº 059/2017.

Campinápolis/MT, 25 de setembro de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2017

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve, **AUTORIZAR**,

A Empresa **SORTE CONSTRUTORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **07.344.422/0001-23**, com sede na Rua Renã Pereira Burjak , nº 138, Setor Ceará – 20, Aranagraças/GO, CEP 74.240-000, a executar a obra "**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VIAS E OUTROS SERVIÇOS CONTIDOS NO PROJETO",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 007/2017.

Localização Geográfica da Obra:

14°32'30,87"S - 52°47'47,03"W.

Valor Global da Obra: R$ 458.267,53 (quatrocentos e cinquenta e oito mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias a contar do Recebimento / Ciência desta.

As despesas decorrentes correrão à conta da dotação Orçamentária:

09.010.15.451.1150.1032.4490510000 – Código Reduzido: 0290.

Convênio nº 732301/2010 – Contrato de Repasse nº 0322081-80/2010, Programa: 5600020101048 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 007/2017 e Contrato Administrativo nº 084/2017.

Campinápolis/MT, 25 de setembro de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 7423 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização de Obra".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra **CONSTRUÇÃO DE FEIRA COBERTA NO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 001/2017, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nº 2462173.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 28 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 944, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 594/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 29 de setembro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. EXONERAR, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2017, a Senhora **LAURA TIBIRIÇA ALMEIDA DE OLIVEIRA,** portadora do RG nº 2049673-7 SSP/MT e CPF nº 009.158.011-08, Matrícula Funcional nº 3711, do cargo em comissão **Assessora Jurídica,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 951, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** o servidor público,**LUCAS KOLLING,** Diretor de Departamento de Transporte Escolar, portador do RG nº 2802651-9 SESP/MT e CPF nº 039.635.831-42, matrícula funcional nº 3562, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA***
Nº 066/ 2017	Aquisição veículo de transporte zero km tipo family car fabricação nacional/mercusul- com emplacamento para atender a Secretaria Municipal de Educação, adesão ata RP 01/2017 Tribunal justiça Sergipe, conforme Contrato de Repasse nº1034486-54/2016/. .	*TRIASA COMERCIAL EIRELLI-EPP*, inscrita no CNPJ sobre CNPJ nº 20. 538.689/ 0001-10.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 950, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** o servidor público,**UELINTON GONÇALVES MACHADO, Motorista de Veiculo Pesado**, portador do RG nº 53.605.983-4 SSP/SP e CPF nº 831.625.511-49, matrícula funcional nº 2993, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Fornecimento, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA***
Nº 065/ 2017	Aquisição do veículo de transporte zero km tipo family car fabricação nacional/MERCOSUL- com emplacamento para atender a Secretaria Municipal de Saúde, adesão ata RP 01/2017 Tribunal justiça Sergipe, conforme Contrato de Repasse nº1034486-54/ 2016-MAPA/. .	*TRIASA COMERCIAL EIRELLI-EPP*, inscrita no CNPJ sobre CNPJ nº 20. 538.689/ 0001-10.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 955, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 597/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 02 de outubro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. RENOMEAR, a partir desta, o Senhor**HEBERT PAULO RIBEIRO,** portador RG nº 6.158.535-4 SSP/PR e CPF nº 862.244.509-78, para ocupar o cargo em comissão de**Coordenador de Departamento de Tecnologia,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 949, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 588/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 26 de setembro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. NOMEAR, a partir do dia 02 de outubro de 2017, a Senhora **IVANETE NUNES DA SILVA,** portadora de RG sob nº 00065866-4 SSP/MS,CPF nº 563.101.531-53, para ocupar o cargo em comissão de **Assistente de Administração,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 956, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 578/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 15 de setembro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. NOMEAR, a partir desta data, o Senhor **EDILSON SONSIN JUNIOR,** portador de RG sob nº 1384045-2 SSP/MT,CPF nº 011.505.341-76, matrícula funcional nº 3001, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Tecnologia,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 957, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 598/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 02 de outubro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. RENOMEAR, a partir desta, a Senhora **PATRICIA THIEMANN,** portadora do RG nº 1723227-9 SSP/MT e do CPF nº 045.193.791-05, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 111, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1860/2016 de 27/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.000.0000.0.000. Legislativa

01.001.01.031.0000.0.000. Ação Legislativa

01.001.01.031.0001.0.000. AÇÃO LEGISLATIVA

01.001.01.031.0001.2.000. Manutenção e Encargos da Câmara Municipal

3.3.90.00.00.00 10000 APLICAÇÕES DIRETAS 210.000,00

Total Suplementação: 210.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.000.0000.0.000. Legislativa

01.001.01.031.0000.0.000. Ação Legislativa

01.001.01.031.0001.0.000. AÇÃO LEGISLATIVA

01.001.01.031.0001.2.000. Manutenção e Encargos da Câmara Municipal

3.3.90.00.00.00 10000 APLICAÇÕES DIRETAS 210.000,00

Total Redução: 210.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 04 de setembro de 2017

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ÁLVARO JOSÉ BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 948, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerandoo Art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Memorando nº 587/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 26 de setembro de 2017;

Considerandoo interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE

1. EXONERAR*,* com efeitos a partir de 02 de outubro de 2017, a Senhora **DIONÍSIA OLIVEIRA SANTANA DE ALMEIDA,** portadora do RG nº 2987174-3 SSP/MT e CPF nº 262.712.408-01, Matrícula Funcional nº 3374, do cargo em comissão **Assistente de Administração,** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 945, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, o Memorando 589/2017, datado de 26 de setembro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social;

R E S O L V E

1. ALTERA, a portaria nº 609, de 04 de dezembro de 2013, que nomeia **Gestora do Fundo Municipal da Criança e Adolescente- FMDCA,** substituindo a atual gestora senhora Vera Lucia de Freitas Silva, durante seu período de licença premio, pela senhora Alessandra Costa Marques, pas-

sando esta substituição vigorar em **caráter temporário** com a seguinte composição:

I – Alessandra Costa Marques Rosa de Moraes Silva- CPF nº 758.232. 761-68- Período: 26/09/2017 a 30/11/2017.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 26/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 952, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR**aservidora pública efetiva,**JOSEFINA BERLANDA PERIN**, **Diretora do Departamento de Cadastro e Arrecadação**, portadora do RG nº 2777747-2 SESP/MT e CPF nº 569.106.819-91, matrícula funcional nº 221, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
Nº 071/ 2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de geoprocessamento para atualização de cadastro imobiliário do Município de Campo Novo do Parecis- MT, através daSecretaria Municipal de Finanças, conforme quantitativos e especificações constantes no Projeto Básico do Edital referente aos itens aderidos 1, 2, 3, 4, 5, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie, conforme adesão da ata de registro de preços nº 015/ 2017 e pregão presencial nº 07/2017 de Colorado do Oeste-RO .	WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sobre CNPJ nº 05.831.807/ 0001-90

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 943, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** *o*servidor público, **GILMAR ROCHA, Diretor de Departamento de Frotas e Almoxarifado**, portador do RG nº 13872729 SSP/MT e CPF nº 928.487.291-04, matricula funcional nº 1529, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
Nº 073/ 2017	O presente contrato tem por objeto a contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículos Renaut Master L2H2 Furgão, pertencentes à frota do Município.	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sobre CNPJ nº 61.198.164/ 0001-60.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de setembro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 942, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** o servidor **GILMAR ROCHA, Diretor de Departamento de Frotas e Almoxarifado**, portador do RG nº 13872729 SSP/MT e CPF nº 928.487.291-04, matricula funcional nº 1529, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
Nº 072/ 2017	O presente contrato tem por objeto a contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículos caminhão caçamba, Mercedes Bens Sprinter, pertencentes à frota do Município. .	GENTE SEGURADORA - SA, inscrita no CNPJ sob n° 90.180.605/ 0001-02.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de setembro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 176/2017

PORTARIA Nº 176/2017

"Dispõe sobre a designação de comissão para acompanhar e fiscalizar o Contrato Administrativo nº 005/2017.

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Artigo 67 da Lei 8.666/1993, que prevê o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos por representantes da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar comissão, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nº 005/2017, firmado entre FUNSEM –Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis e AGENDAAssessoria, Planejamento e Informática Ltda, até a vigência final do contrato com a seguinte composição:

a) Fiscal do Contrato a servidora **CLAIR DIRLEI SCHEUERMANN,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 1102405-4, SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 883.124.371-34;

b) Primeira Gestora a servidora **DÉBORA DE FRANÇA MACEDO,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 1795822-9, SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 047.249.721-90;

c) Segunda Gestora a servidora **SARA CASTELLI,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 5087533451 SJS/RS e inscrita no CPF sob o nº 019.755.311-75;

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 28 de agosto de 2017.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 02 de outubro de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM

PORTARIA 001/2015

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

***Contrato nº* 073/2017**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais***.***

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículos Renaut Master L2H2 Furgão, pertencentes à frota do Município.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/atividade: 2099 – Serviços Especializados de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 69 00 – Seguros em Geral

Fonte de Recurso: 10000 – Recursos Livres - Sem Destinação de Recursos

Reduzido: 706

Valor Total: R$ 6.800,00

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 25/09/2017

Procedimento Licitatório: Pregão nº 107/2017.

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 953, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público,

RESOLVE

1. ALTERAR, a Portaria nº 935/2017, em que nomeia os membros que compõe o Comitê Municipal das Cidades Sustentáveis, como Coordenador de Indicadores, a senhora **Fabiana Rodrigues de Oliveira Antunes – CPF: 001.968.490-80**, alterando passando esta a ser substituída pela senhora **Marcelina Fátima Quinzani Alves Pereira – CPF: 935.527.691-53.**

I – Coordenador de Indicadores:

Titular passa a ser a Sra. **Marcelina Fátima Quinzani Alves Pereira – CPF: 935.527.691-53;**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 954, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR**oservidor público efetivo,**JOSÉ ISAIR GODOI**, **Diretor do Departamento de Fiscalização**, portadora do RG nº 3.154454-8 SSP/PR e CPF nº 407.687.839-68, matrícula funcional nº 476, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA***
Nº 077/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para a realização de uma adequação nas contas de energia elétrica para apurar irregularidades, desvios e conseqüentemente recuperar valores pagos a maior administrativamente, conforme resoluções da aneel, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, onde serão verificadas o modelo tarifário aplicado em cada unidade consumidora, além de efetuar um ajuste geral no sistema de energia elétrica , conferir todas as faturas de energia elétrica pagas pela municipalidade , objetivando reduzir os custos no consumo nas tarifas aplicadas e nos tributos incidentes sobre as faturas , inclusive nas instalações de iluminação pública b4a, conferindo potencia instalada, potencia faturada na iluminação publica e sua forma de instalação, também será revisado todos os contratos de alta tensão, de forma a determinar a demanda de energia elétrica, otimizando-os em função do padrão de uso	IMPULCETTO E IMPULCETTO ELETRICA, inscrita no CNPJ sobre CNPJ nº 13.601.773/0001-75

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 096, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA ESCOLA RURAL JOÃO PONCE DE ARRUDA, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que a Escola Rural João Ponce de Arruda, situada na Zona Rural (Agrovila) encontra-se inoperante;

CONSIDERANDO, a necessidade de formalizar sua extinção junto Administração Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

DECRETA:

Art. 1º - Fica extinta a Escola Rural João Ponce de Arruda, situada na Zona Rural (Agrovila) do Município de Campo Verde.

Art. 2º - Os documentos e atos pertinentes à unidade escolar a que se refere o artigo 1º ficarão arquivados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 29 de Setembro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MOACIR BIANCHET , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 04, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 014/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 014/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **HIDROCAVE POÇOS ARTESIANOS LTDA - ME, CNPJ 13.778.371/0001-40,** modalidade **DISPENSA nº 014/2017 –CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇO ARTESIANO DE 150 M DE PROFUNDIDADE PARA A COMUNIDADE AGROVILA JOÃO PONCE DE ARRUDA,** Processo nº 801/2017, com o valor de **R$ 73.915,00 (setenta e três mil novecentos e quinze reais)**.Demais informações: E-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 02 de outubro de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, doravante denominado MUNICÍPIO, com sede em Campo Verde, na Praça dos Três Poderes, n° 3, Campo Real II, CEP 78840-000, inscrito no CNPJ n° 24.950.495/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Fabio Schroeter e de outra parte, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, doravante denominado **TRIBUNAL**, com sede em Cuiabá, na Rua C, S/N, Centro Político Administrativo, inscrito no CNPJ n° 03.535.606/0001-10, neste ato representado pela Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora **Maria Aparecida Ribeiro**, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria Conjunta n° 505/2017-PRES, decidem as partes, firmar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, doravante denominado simplesmente **PROTOCOLO**, que se regerá pelas normas da Constituição Federal, da Lei n° 8.666/93 e legislação complementar e, especialmente, pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a integrar o instrumento originário:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE

1.1 O **MUNICÍPIO** e o **TRIBUNAL** celebram este **PROTOCOLO**, com o objetivo de firmar parceria para a realização de ações que visem a redução dos processos relativos as execuções fiscais Municipais, de forma administrativa por meio de conciliação pré-processual, protestos e outros meios extrajudiciais, objetivando a redução da taxa de congestionamento dessas ações na Comarca do Campo Verde, aderindo-se ao Projeto "Efetividade na Execução Fiscal" desenvolvido polo **TRIBUNAL**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 Constituem objetivos deste **PROTOCOLO**:

I - Estabelecer parceria institucional entre o **MUNICÍPIO** e o **TRIBUNAL** para que haja a diminuição do acervo do processor executivos fiscais na Comarca, reduzindo a distribuição o de novos feitos de execução fiscal, o que ocasionará, consequentemente, maior celeridade e eficiência no julgamento dos processos remanescentes, nos seguintes moldes:

a) ampliação dos métodos alternativos de cobrança administrativa, como anotação em cadastro de inadimplentes, convocação administrativa, conciliação, mediação, parcelamento e protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa;

b) edição de atos normativos obstaculizando o ajuizamento do cobranças

Antieconômicas (art.14, §30, inciso II, da LC n°101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal);

c) ampliação dos canais de atendimento aos munícipes, para esclarecimento das suas pendências com o Município, bens como estimulação dos interessados a emitirem documento de arrecadação para quitar ou parcelar as dividas inscritas, via internet;

d) realização de convênios com diferentes entidades, na busca por dados cadastrais dos inadimplentes, para promover a localização do devedor e buscar e efetivar a cobrança;

e) verificação periódica dos inadimplentes, realizando a cobrança administrativa de inadimplência a tempo da haver negociado;

II - Realizar ações e projetos em conjunto visando a celeridade na prestação jurisdicional e redução de acervo nos seguintes moldes:

a) recebimento e triagem de todos processos originários;

b) triagem realizada, simultaneamente, com a Procuradoria Municipal.

III - Priorizar a baixa e extinção dos processos, seja por parcelamento, pagamento ou credito tributário prescrito.

2.2 Os resultados parciais ou definitivos, obtidos através dos esforços conjuntos poderão ser publicados de comum acordo, fazendo-se, nas publicações, o devido registro, da participação de cada uma das partes, nas atividades realizadas.

2.3 0 **MUNICÍPIO** deverá encaminhar mensalmente ao TRIBUNAL as receitas recuperadas provenientes das execuções fiscais.

2.4 Em qualquer circunstância ou fato que tenha relação com o presente **PROTOCOLO**, as partes manterão a individualidade e autonomia de suas respectivas estruturas técnicas e administrativas e assumirão, de modo especial, por conseguinte, as responsabilidades decorrentes.

2.5 0 **MUNICÍPIO** e o **TRIBUNAL**, por meio do Juiz Diretor do Toro e da Vara com competência para apreciação das execuções fiscais da Comarca de Campo Verde, se comprometem a resolver, diretamente, entre si, as diferenças ou falta de entendimento que venham a originar-se na abordagem e execução dos futuros trabalhos conjuntos. Do mesmo modo, adotarão as cautelas necessárias para evitar interferências de qualquer natureza, que alterem o desenvolvimento normal dos compromissos adquiridos polo presente **PROTOCOLO.**

2.6 As partes signatárias observarão, em suas relações, o melhor espírito de Colaboração e se fundarão em princípios de boa fé e cordialidade, visando aos amplos objetivos perseguidos em comum, com celebração deste **PROTOCOLO**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E A RESCISÃO

3.1 O presente **PROTOCOLO** terá uma vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura. Ao término do referido prazo, as partes poderão prorroga-lo por igual período. Não obstante, quando for considerado oportuno, qualquer das partes poderá rescindi-lo de forma unilateral, sem invocar causa, mediante aviso prévio para a outra parte, com uma antecedência de 30(trinta)dias. A rescisão não dará direito algum as partes para reclamar indenização de qualquer natureza.

3.2 As partes reconhecem, expressamente, que o presente **PROTOCOLO** entrara em pleno vigor, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 Para fins de eficácia do presente instrumento, a **PREFEITURA** providenciará sua publicação, no Diário Oficial, na forma de extrato, em consonância com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n° 5.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 0 presente **PROTOCOLO** é celebrado a título gratuito, não gerando quaisquer ônus financeiros entre as partes signatárias.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o Toro da Justiça Estadual de Cuiabá-MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste **PROTOCOLO**, que não puderem ser resolvidas no âmbito administrativo, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as pastes firmam o presente **PROTOCOLO**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme disposição do artigo 60 da Lei n° 8.666/93.

Campo Verde-MT, 27 de setembro de 2017.

Pelo TRIBUNAL:

Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro

Corregedora-Geral da Justiça

Dra. Maria Lúcia Prati

Juíza da 2ª Vara e Diretora do Foro da Comarca de Campo Verde

Pelo MUNICÍPIO:

Fábio Schroeter

Prefeito

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 094/2016, 108/2016, 051/2017 e 060/2017

NOTIFICADO: DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD.

CNPJ: 08.835.955/0001-70

GOIANIA-GO

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) no(s) Pedido(s) e Autorização de Empenho(s) nº(s): 2359, 2508, 2660, 2719, 2782, 3111, 3064 e 3090, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 254/2016, 296/2016, 120/2017 e 146/2017, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 02 de outubro de 2017.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado da Concorrência Nº 001/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, onde sagraram-se vencedores os licitantes:

Lote	Descrição	Licitante	CPF/CNPJ	Valor	Pontuação
Lote 01	Quiosque 01 - Praça João Paulo II	VANESSA SPIERK RAMOS	989.874.960-15	R$ 868,50 (450 UPFCV)	12 pontos
Lote 02	Quiosque 02 – Praça João Paulo II	JOSÉ ADILIANO PALMEIRA DA COSTA	003.310.431-06	R$ 1.351,00 (700 UPFCV)	15 pontos
Lote 03	Quiosque 03 – Praça João Paulo II	MERLYN MARIANA DAL PAI SONOMURA	23.457.235/0001-02	R$ 1.061,50 (550 UPFCV)	14 pontos
Lote 04	Quiosque 04 – Praça João Paulo II	GLEIZIELLY DE ALMEIDA VAZ	042.890.681-89	R$ 1.351,00 (700 UPFCV)	17 pontos
Lote 05	Quiosque 05 – Praça João Paulo II	LOTE FRACASSADO	--------	------	-----
Lote 06	Quiosque 06 – Praça João Paulo II	TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS	890.42.211-53	R$ 868,50 (450 UPFCV)	04 pontos
Lote 07	Quiosque 01 e 02 – Praça Ayrton Senna	M. F. NETO DOS SANTOS – ME	12.658.994/0001-17	R$ 772,00 (400 UPFCV)	13 pontos
Lote 08	Quiosque 01 – Parque das Araras	MANOEL CARLOS DA SILVA	14.998.990/0001-03	R$ 386,00 (200 UPFCV)	03 pontos
Lote 09	Quiosque 01 – Praça São Miguel	EDINA APARECIDA BERTONCELLO	007.839.911-42	R$ 482,50 (250 UPFCV)	12 pontos

Campo Verde, 02 de outubro de 2017.

Ana Carolina S. B. Blume – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 413, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS-CPD.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação de exoneração subscrito pela servidora nominada no artigo primeiro e protocolizada sob nº.4436/2017;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, A PEDIDO, a servidora **DENISE DE CASTRO BARBOSA** do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Centro de Processamento de Dados-CPD.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 046, de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de outubro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 031/2017

EDITAL Nº 031/2017

DE: 31 de Julho de 2017

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 166 Inciso III e art. 182, parágrafo único da Resolução nº 14/2007/TCE-MT."

Torna-se pública o **RGF – Relatório Gestão Fiscal**, referente ao 1º Semestre do exercício financeiro de 2017, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
RGF PRIMEIRO SEMESTRE ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A JUNHO DE 2017 - SEMESTRE JANEIRO/JUNHO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.453.058.184,27	15.275.694,50	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

Emissão: 30/09/2017 19:50:30

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF PRIMEIRO SEMESTRE ANEXO I 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Julho/2016 a Junho/2017 - Consolidado

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.715.618,78	
Pessoal Ativo	8.715.618,78	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	327.179,02	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.388.439,76	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		8.388.439,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.987.002,22
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	55,97
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00 %	8.992.201,33
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 51,30 %	7.688.332,14

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

JOAO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS
PREFEITO

DULCIMAR LACERDA SILVA
CONTARORA CRC

CLEVER ALEX ARAUJO DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE FINANCAS

Emissão: 30/09/2017 16:40:21 **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT** Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF PRIMEIRO SEMESTRE 2017 ANEXO II

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

CNPJ: 37465200000120
AVENIDA AUREA TAVARES DE AMORIM - 0000001 - Centro
Telefone 00665771152

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Semestral - 01/2017 à 06/2017

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		até o 1º Semestre	até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	955.411,42	668.943,79	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	955.411,42	668.943,79	0,00
Interna	955.411,42	668.943,79	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	682.403,35	1.545.202,29	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.210.476,30	2.009.053,41	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	528.072,95	463.851,12	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	273.008,07	-876.258,50	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.453.058.184,27	15.275.694,50	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,02	4,38	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,01	-5,74	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	6.543.669.821,12	18.330.833,40	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL			
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	955.411,42	668.943,79	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	955.411,42	668.943,79	0,00
Previdênciárias	955.411,42	668.943,79	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	486.330,56	602.245,39	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.075,41	13.075,41	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

JOAO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS
PREFEITO

DULCIMAR LACERDA SILVA
CONTARORA CRC

CLEVER ALEX ARAUJO DE MEDEIROS
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 30/09/2017 19:48:27

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº 663/2017

De 29 de setembro de 2017.

Exonera Servidor.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar **Paulo José Gonçalves**, da Gestão do **Fundo Municipal da Saúde**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 019/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,29 de setembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº664/2017

De 02 de outubro de 2017.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. **Fábio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Ruberlan da Silva Rezende**, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002,de 23 de dezembro de 2002 e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 02 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA DE Nº 666/2017

De 02 de outubro de 2017

"Designa Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, e dá outras providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 17 Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, e artigo 106 inciso II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/64, combinado com a Lei Orgânica do Município e Instrução Normativa SCL Nº 02/2013- Versão 01.

RESOLVE:

Art. 1.º Fica designada a Comissão Especial de Bens Móveis constantes no Anexo único desta Portaria:

Parágrafo único. A Comissão designada no "caput" deste artigo será composta dos seguintes membros, e se reunirá sob a presidência do primeiro:

1- Ernani Luiz Muller;

2- Ezequias Magalhães de Lima;

3- Ildo Scapini.

Art. 2.º A presente Comissão terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias para proceder à avaliação dos bens, cujos resultados serão apresentados ao Prefeito para a devida aprovação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana/MT, em 02 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 662/2017

De 29 de setembro de 2017.

Exonera Servidor

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar **Paulo José Gonçalves**, do cargo de **Secretário Municipal de Saúde**, cargo de Provimento em Comissão constante no anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,29 de setembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 665/2017

De 02 de outubro de 2017

Designa Servidor Público Municipal para a gestão do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 175/91;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Secretário Municipal de Saúde, **Ruberlan da Silva Rezende**, portador do RG nº 12897361 SSP/MT e do CPF nº 997.661. 321-00, para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde conforme o disposto na Lei Municipal 175/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial portaria nº 019/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 02 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º235 /2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Ata de Reunião da Secretaria de Saúde do dia 7 de agosto de 2017, que descreve irregularidades no atendimento e execução de funcionários desta secretaria;

CONSIDERANDO que a Administração não pode ficar inerte diante de tal situação,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, nos termos dos artigos 191 e seguintes da Lei Municipal nº 892/2015, com a finalidade de apurar os fatos. Indicando os servidores membros da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria Municipal n.º 101/2017 reeditada pela Portaria nº217/2017, MARIO TOSHIO KAMAZAKI, JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA E CLEVERSON COELHO, sob a presidência do primeiro indicado.

Art. 2º - Dispensar os Servidores ora designados de suas atividades funcionais apenas nos horários de trabalho de coleta de provas e para elaboração de relatório final.

Art. 3º - Caso o servidor se recuse a receber a citação, deverá o (a) funcionário (a) incumbido (a) para tanto, elaborar Certidão Circunstanciada, na qual deverá constar assinatura de duas testemunhas, que presenciaram a recusa no recebimento da contrafé bem como a citação válida.

Art. 4º - A presente Comissão ficará vinculada à Secretaria de Administração.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em, 02 de outubro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
ERRATA AO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 64/2016

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pela Pregoeira do município, Srta. **Karla da Silva Miranda,** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata:

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O valor total do Objeto deste contrato é de R$ R$ 992.840,00 (novecentos e noventa e dois mil oitocentos e quarenta reais), nas seguintes condições.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GASOLINA/LITROS	18900	R$ 3,88	R$ 73.332,00
OLEO DIESEL/LITROS	222400	R$ 4,07	R$ 905.168,00
ETANOL/LITROS	6000	R$ 2,39	R$ 14.340,00

LEIA-SE:

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O valor total do Objeto deste contrato é de R$ R$ 954.175,00 (novecentos e cinqüenta e quatro mil, cento e setenta e cinco reais), nas seguintes condições.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GASOLINA/LITROS	18900	R$ 4,07	R$ 76.923,00
OLEO DIESEL/LITROS	222400	R$ 3,88	R$ 862.912,00
ETANOL/LITROS	6000	R$ 2,39	R$ 14.340,00

Chapada dos Guimarães, 29 de setembro de 2017.

KARLA DA SILVA MIRANDA

Pregoeira Oficial

DECRETO MUNICIPAL N. 52/2017

DECRETO MUNICIPAL N. 52/2017

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL CURADOR DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PREV SERVPARA O QUADRIÊNIO 2017/2021

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 66/2015 que disciplina sobre o Conselho Curador da Previdência dos Servidores Públicos Municipais – Prev Serv para o quadriênio 2017/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os seguintes membros, titular e suplente, para compor o Conselho Curador da Previdência dos Servidores Públicos Municipais – Prev Serv para o quadriênio 2017/2021.

I – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

a) Titular: Sebastião Raldinei de Oliveira Neves; **Suplente:** Leuniza Soares Cardoso;

b) Titular: Hudson Benedito da Silva; **Suplente:** Mariza Barros Batista;

c) Titular: Anildes Machado Xavier; **Suplente:** Silbene Maria da Silva;

II – Representante do Poder Legislativo Municipal:

a)Titular: Haidee Maria Benedita de Freitas; **Suplente**: Maria de Fatima Silva Correia;

II – Representante do Poder Executivo Municipal:

a)Titular: Giovane Maria Freitas Ferreira; **Suplente**: Aluísio Antonio Paixão Pereira;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 02 de outubro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO DE SUSPENSÃO Nº 001/2017

ATO DE SUSPENSÃO Nº 001/2017

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil SIMP nº 000809-028/2017, bem como a Notificação Recomendatória nº 05/2017 oriundo da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Chapada dos Guimarães/MT.

CONSIDERANDO que a notificação nº 05/2017 recomenda a não expedição de licença e/ou autorização para instalação do empreendimento "Florais da Chapada";

CONSIDERANDO que o referido empreendimento já foi analisado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, ocasião em que foi verificado que o mesmo atende os preceitos estabelecidos na legislação local sobre o uso e parcelamento do solo urbano;

CONSIDERANDO que a Notificação Recomendatória nº 005/2017 elenca uma suposta incompatibilidade entre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, a Carta Geoténica do Município e o Plano Diretor Municipal;

CONSIDERANDO ainda os fatos apontados no Relatório Técnico nº 771/2017, elaborado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CAOP/MPMT;

CONSIDERANDO por fim que há a necessidade de proceder um estudo em relação aos pontos questionado pelo Ministério Público Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o ato de aprovação do Projeto Urbanístico do empreendimento denominado de "Florais Chapada" da empresa Ginco Incorporações Ltda, constante do Processo Administrativo nº 024/2017.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Planejamento e a Procuradoria Geral do Município promovam a reanálise dos projetos do empreendimento, levando em consideração os apontamentos mencionados na Notificação Recomendatória nº 005/2017.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação;

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 28 de setembro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 674/2017

PORTARIA N° 674/2017

DATA: 29 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal de Cláudia e Autarquias, **e** dá outras providências,

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas.

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal de Cláudia e Autarquias, os seguintes Servidores Públicos Municipais;

1º - Shirley Yotzchetz – Presidente

2º - Hemilin Fernanda Tiedt – Secretária

3º - Everson Ceser Konzen – Membro

4º - Aline Mass Serafin– Suplente

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria Nº 616/2017, data de 16 de Agosto de 2.017.

Cláudia-MT, 29 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

DECRETO Nº 076/2017

Data: 25 de setembro de 2017

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2, conforme IN/MI 02/2016.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:

I - Um incêndio que já dura mais de 20 dias destruiu várias propriedades na zona rural de Cláudia, município localizado no norte de Mato Grosso, onde os Assentamentos 12 de Outubro, Keno, Terra de Viver, Zumbi dos Palmares e respectivas áreas circunvizinhas foram atingidos pelo fogo, causando danos a agricultura de subsistência, pecuária, imóveis afetando diretamente a economia do município.

II - Que em decorrência dos danos humanos de aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas afetadas diretamente e danos materiais no valor aproximado de R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais);

III - Que o Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 25 de setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 660/2017

PORTARIA N° 660/2017

DATA: 13 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **LÚZIA DONÁRIA DE CARVALHO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sr(a). **LÚZIA DONÁRIA DE CARVALHO,** portador (a) do RG n° 1.131.973-9 SJ/MT e inscrito (a) no CPF n° 821.326.151.87, no cargo de Chefe de departamento, lotado (a) na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 661/2017

PORTARIA N° 661/2017

DATA: 13 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **CLAUDIA CARARA GUZZI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° **- Conceder Retorno de Licença Maternidade** a Sra. **CLAUDIA CARARA GUZZI,** portadora do RG n° 996.039 SSP/MT e CPF n° 522.712.341.15, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 663/2017

PORTARIA N° 663/2017

DATA: 18 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Exonera de Cargo Comissionado a Sr. a **SIMONI APARECIDA JAVORSKI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar a Sra. **Simoni Aparecida Javorski,** portador (a) do RG n° 1.832.275-1 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n° 032.486.371-37, do cargo de Monitora de Programas, lotado (a) no Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 18 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 662/2017

PORTARIA N° 662/2017

DATA: 14 de setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ,** como Fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ**,RE: 2290, portador(a) do RG nº: 699.958 SSP/MT e inscrito(a)CPF nº: 886.467.779.87, como Fiscal de Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Número/Ano	Contratado	Objeto

059/ 2017	**DINEI ARRUDA DOS SANTOS**	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de borracharia, para conserto de pneus nos veículos e máquinas da Frota Municipal.
060/ 2017	**JUNIOR TRANSP. CARGAS COMÉRCIO DE PNEUS ACESSÓRIOS LTDA EPP**	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de borracharia, para conserto de pneus nos veículos e máquinas da Frota Municipal.
061/ 2017	**ARAÚJO COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE PNEUS LTDA ME**	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de borracharia, para conserto de pneus nos veículos e máquinas da Frota Municipal.
062/ 2017	**AUTO ELETRICA CAPITÃO LTDA EPP**	Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças da parte elétrica e de ar condicionado, bem como prestação de serviços de mão de obra preventiva e corretiva de máquinas agrícolas e pesadas, veículos leves e pesados, da Frota Municipal de Cláudia/MT.
063/ 2017	**BIAZUS COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME**	Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças da parte elétrica e de ar condicionado, bem como prestação de serviços de mão de obra preventiva e corretiva de máquinas agrícolas e pesadas, veículos leves e pesados, da Frota Municipal de Cláudia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE SETEMBRO DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 671/2017

PORTARIA N° 671/2017

DATA: 29 de Setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Contrato e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **VALDIR ARAÚJO COSTA**,RE: 0122, portador(a) do RG n° 20.397.665 SSP/SP e inscrito (a) no CPF n° 098.212. 318.37, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
064/ 2017	**WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA EPP**	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de armazenamento temporário, operação e manutenção das atividades de coleta, transportes, tratamento e disposição final de resíduos sólidos da saúde, dos grupos "A", "B" e "E", das fontes geradoras do Município de Cláudia-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 673/2017

PORTARIA N° 673/2017

DATA: 29 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **NUBIA MARIA MARQUES** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - **Conceder Licença Saúde** a Sra. **Nubia Maria Marques,** portadora do RG n° 1236407-0 SJ/MT e inscrito no CPF n° 015.968.431.52, no cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 29 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 657/2017

PORTARIA N° 657/2017

DATA: 12 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **EDILENA COSTA SOUSA,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - **Designa** o (a) servidor (a) **EDILENA COSTA SOUSA**, RE: 2294, portador(a) do RG n°: 1.631.123-0 SSP/MT e inscrito(a) CPF n°: 966.311. 121-68, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Contrato:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
027-2017	**FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA ME**	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, compreendendo os serviços de levantamento físico, atualização de valores, inventário de bens patrimoniais, dentre outros serviços correlatos e necessários á plena organização do patromônio do Município de Cláudia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE SETEMBRO DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 668/2017

PORTARIA N° 668/2017

DATA: 26 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **RODINETE DA SILVA CARNEIRO BATISTA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sr(a). **RODINETE DA SILVA CARNEIRO BATISTA,** portador (a) do RG n° 18.051.683-8 SSP/SP e inscrito (a) no CPF n° 206.486.708-21, no cargo de Professora 30hrs e Especial, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 667/2017

PORTARIA N° 667/2017

DATA: 26 de setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ,** como Fiscal de Ata de registro de Preços e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ**,RE: 2290, portador(a) do RG nº: 699.958 SSP/MT e inscrito(a)CPF nº: 886.467.779. 87, como Fiscal de Ata de registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
065/ 2017	KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA.	Registro de preços para futura e eventual aquisição de ônibus rodoviário, zero km, para serem utilizados no transporte do ensino superior, visando atendera demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Cláudia – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE SETEMBRO DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 666/2017

PORTARIA N° 666/2017

DATA: 25 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **CRISTIANE DE MARCHI,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **CRISTIANE DE MARCHI**, RE: 2533, portador (a) do RG n°: 1.832.932-2 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°:823. 734.001.97, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

FISCAL DE CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
062/ 2017	M.J. DA SILVA SOM ME	Contrato é a contratação de Show da banda APK Brasil para o VII Festival da canção e I Feira de Produtos Artesanais e agricultura Fámília, do Município de Cláudia- MT, que acontecerá nos dias 29 e 30 de Setembro e no dia 01 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 656/2017

PORTARIA N° 656/2017

DATA: 12 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Revoga o (a) servidor (a) **GILSEU FRANCO DOS SANTOS,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - **Revoga** o (a) servidor (a) **GILSEU DOS SANTOS FRANCO**, RE: 1854, portador (a) do RG n°: 303.173.850-7 SSP/RS e inscrito (a) CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Contrato:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
027-2017	FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA ME	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, compreendendo os serviços de levantamento físico, atualização de valores, inventário de bens patrimoniais, dentre outros serviços correlatos e necessários á plena organização do patromônio do Município de Cláudia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE SETEMBRO DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 670/2017

PORTARIA N° 670/2017

DATA: 27 de Setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **GEORDANO MATEI,** como Fiscal de Contrato e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **GEORDANO MATEI**,RE: 0556, portador(a) do RG n° 1063390676 SSP/RS e inscrito (a) no CPF n° 637.028. 510-20, como Fiscal da Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
063/ 2017	**VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP**	Contratação de empresa especializada para a locação de 26 tendas 3M x 3M, para a 1ª (primeira) Exposição de Produtores da Agricultura Familiar, que acontecerá nos dias 29 e 30 de Setembro e 1ª de Outubro no Pavilhão da Igreja Católica do Município de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 665/2017

PORTARIA N° 665/2017

DATA: 21 de setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ,** como Fiscal de Contratos e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **OLDEMAR IVÂNIO ORTIZ**,RE: 2290, portador(a) do RG nº: 699.958 SSP/MT e inscrito(a)CPF nº: 886.467.779. 87, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATOS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
061/ 2017	**TRANSPEDRA MINERAÇÃO EIRELI - EPP**	Contratação de empresa para o fornecimento de material em pedra rachão de 20cm a 50cm para conter um processo de erosão junto ao córrego Leda, as margens da rodovia no Munícipio de Cláudia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE SETEMBRO DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 664/2017

PORTARIA N° 664/2017

DATA: 19 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **AMBRÓSIA DUARTE** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sr (a). **AMBRÓSIA DUARTE,** portador (a) do RG n° 3.038.721-3 SESP/MT e inscrito (a) no CPF n° 383.572.081. 34, no cargo de Técnica em Enfermagem, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 669/2017

PORTARIA N° 669/2017

DATA: 27 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde ao Sr. **VILSON VOLLBRECHT** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde ao Sr. **VILSON VOLLBRECHT,** portador do RG n° 1.575.318 SSP/PR e CPF n° 241.026.019.53, no cargo de Professor 30hrs, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 27 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 658/2017

PORTARIA N° 658/2017

DATA: 13 de Setembro de 2017.

SÚMULA: DESIGNA o (a) servidor (a) **VALDIR ARAÚJO COSTA,** como Fiscal de Contrato e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **VALDIR ARAÚJO COSTA**,RE: 0122, portador(a) do RG n° 20.397.665 SSP/SP e inscrito (a) no CPF n° 098.212. 318.37, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
060/ 2017	TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA ME	Contratação dos serviços de sistema de gestão em setor de saúde ao item sistema de gestão municipal em saúde para municípios de 10.001 a 20.000 habitantes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 675/2017

PORTARIA N° 675/2017

DATA: 29 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Nomeia a Pregoeira para a realização de Licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, para o exercício de 2017, **e** dá outras providências,

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto § 3º, inciso IV, da Lei 10.520/.

RESOLVE:

Art.1° - Fica nomeada a Pregoeira para a realização da licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, deste Município de Cláudia-MT, no decorrer deste exercício de 2.017, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores;

- PREGOEIRA;

NOME; SHIRLEY YOTZCHETZ CPF: 018.905.239-25

Art. 2° - Fica nomeada a Equipe de Apoio para a realização da licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, deste Município de Cláudia-MT, no decorrer deste exercício de 2.017, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores;

1º - Everson Ceser Konzen

2º - Hemillin Fernanda Tied

3º - Aline Mass Serafim

Art. 3° - Caberá a Pregoeira, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10. 520, de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria Nº 617/2017, data 16 de Agosto de 2.017.

Cláudia-MT, 29 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 076/2017

DECRETO Nº 076/2017

Data: 25 de setembro de 2017

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4. 1.3.2, conforme IN/MI 02/2016.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:

I - Um incêndio que já dura mais de 20 dias destruiu várias propriedades na zona rural de Cláudia, município localizado no norte de Mato Grosso, onde os Assentamentos 12 de Outubro, Keno, Terra de Viver, Zumbi dos Palmares e respectivas áreas circunvizinhas foram atingidos pelo fogo, causando danos a agricultura de subsistência, pecuária, imóveis afetando diretamente a economia do município.

II - Que em decorrência dos danos humanos de aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas afetadas diretamente e danos materiais no valor aproximado de R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais);

III - Que o Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais docu-

mentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 25 de setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 659/2017

PORTARIA N° 659/2017

DATA: 13 de Setembro de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao (a) Sr.(a) **ALESSANDRA LOURENÇO LOPES e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Concede Elevação de Nível** ao (a) Sr.(a) **Alessandra Lourenço Lopes,** portador(a) do RG n° 938.664 SSP/MT e inscrito(a) no CPF n° 772.153.891.20, no cargo de Professora, 30hrs, da Classe C Nível 08 para a Classe C nível 09, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 672/2017

PORTARIA N° 672/2017

DATA: 29 de setembro de 2017.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **IDALINA APARECIDA DE OLIVEIRA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sr (a). **Idalina Aparecida de Oliveira,** portador (a) do RG n° 4.530.726-3 SESP/PR e inscrito (a) no CPF n° 641.057.099-68, no cargo de Professora 30hrs, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 29 de Setembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 161/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, a Servidora**CRISTIANE DOS SANTOS PAULA** titular),e oservidor **ARISTEU DE JESUS** (suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 025/2017, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção, instalação, desinstalação e realocação de aparelhos de ar condicionado tipo split/janela e conserto de aparelhos de refrigeração (bebedouro/freezer/refrigerador), incluindo o fornecimento de peças e materiais necessários pa-

ra realização dos serviços no município de Colider/MT.. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:JEANS JUNIOR BATISTA

VALOR: R$= 817.900,00 (oitocentos e dezessete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 27/09/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ELIANE FELIX**

MOTIVO:. Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **02 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: **4.759,01** (quatro mil e setecentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

DATA: 01 de setembro de 2017

SECRETARIA: Municipal de Educação, Esporte e Lazer

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

CONTRATADA: JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA – ME

OBJETO- Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na Clausula Quinta do contrato Administrativo de Execução de Obra nº. 040. 2017. Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo de vigência do contrato em epigrafe, terminando em 30 de outubro de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 28/09/2017.

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 162/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor**MIQUEIAS DE OLIVEIRA (**titular),e oservidor **FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS**(suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 026/2017, para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de transporte dos usuários dos grupos do centro de convivência e fortalecimento de vínculos dos idosos e transporte das equipes de atletas e técnicos de diversas modalidades esportivas do município de Colider/MT. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:TRANSPORTE LEANE LTDA – EPP.

VALOR: R$= 109.700,00 (cento e nove mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 29/09/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 227/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ITAMARA DE OLIVEIRA**

MOTIVO:. Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **02 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: **9.658,95** (nove mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

DATA: 01 de setembro de 2017

SECRETARIA: Municipal de Educação, Esporte e Lazer

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 163/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **JEAN WAGNER BORRO (**titular), e a servidora **VIVIANE HALATENO**(suplente), Fiscal do Contrato Administrativo nº **003/2016,** deContratação de instituição bancária para prestação de serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes de 100% da folha salarial e outras indenizações a servidores ativos e inativos, pensionistas, estagiários ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de remuneração com o município de Colíder-MT. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previsto na Portaria.

CONTRATADO: BANCO BRADESCO S.A

VALOR: R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais)

VIGÊNCIA: 06/01/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 251/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **VALDINEIA TEIXEIRA DIAS RUBENS**

MOTIVO:. Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **02 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: **9.572,71** (nove mil e quinhentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos).

DATA: 01 de setembro de 2017

SECRETARIA: Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 79, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N° 79, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Municipal nº 723/2017 de 22/09/2017, DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município um crédito suplementar no Valor R$ 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais), para atender as seguintes dotações:

10. Secretaria Municipal de Agricultura

10.002. Departamento de Agricultura

10.002.20. Agricultura

10.002.20.601. Promoção da Produção Vegetal

10.002.20.601.0002. Colniza Sustentável

10.002.20.601.0002.1023. Aquisição de Patrulha Mecanizada - Agricultura

4.4.90.52.00.00.00. Equipamentos e Material Permanente

0.1.00.000000. Recursos Ordinários **R$ 192.750,00**

0.1.24.000000. Transf. de Conv. Outros (não relac. educ./saúde/assist. social). **R$ 146.250,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 339.000,00

Art. 2º - Para atender o crédito suplementar no artigo 1º serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme inciso II, do § 1º do art. 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 086/GP/2017, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 086/GP/2017, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre Autorização para efetuar movimentações bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social de Colniza-MT, CNPJ 18.136. 751/0001-03 e Fundo Municipal de Saúde de Colniza/MT, CNPJ 14.089. 404/0001-08, junto ao Banco do Brasil, e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Colniza/MT, Senhor Esvandir Antonio Mendes, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal atribui competência ao Prefeito Municipal em exercício para delegar suas funções administrativas para outras autoridades do Poder Executivo; atribuir competência para praticar atos pertinentes que lhe forem delegados pelo Prefeito; para dar celebridade ao tratar da coisa pública, não cessando a relação de continuidade das questões administrativas pautando sempre na boa execução destas funções.

Artigo 1º - Fica **autorizado** o Senhor **Admilson Ferreira dos Santos**, Secretário Adjunto de Finanças, devidamente nomeado através da Portaria nº. 414/GP/2017, em nome do Prefeito Municipal a proceder a prestação de serviços, retirando extratos bancários e acessos ao auto-atendimento com senha especifica necessária, podendo proceder ainda com a:

I. Promover a movimentação financeira das contas do município junto as instituições financeiras competentes;

II. Coordenar a programação financeira da conta;

III. Proceder à supervisão, através de retirada de extratos e acompanhamento da movimentação financeira; auto-atendimento e outros meios necessários para a movimentação das contas bancarias;

IV. Proceder a prestação do serviço necessário ao funcionamento das contas, através de senhas especificas necessárias;

V. Abrir contas de deposito;

VI. Autorizar cobrança;

VII. Receber, passar recibo e dar quitação;

VIII. Retirar cheques devolvidos;

IX. Endossar cheques;

X. Sustar contra-ordenar cheques;

XI. Cancelar cheques;

XII. Baixar cheques;

XIII. Efetuar resgates / aplicação financeira;

XIV. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XV. Consultar contas / aplic. Programas repasse;

XVI. Solicitar saldo / extratos de investimentos;

XVII. Encerrar contas de depósitos;

XVIII. Cartão transporte – autorizar deb/transf;

XIX. Supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento controle, movimentação e disponibilidade financeira;

XX. Utilizar p credito aberto na forma e condições estipulados no contrato;

XXI. Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

XXII. Solicitar talonário de cheque;

XXIII. Efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio;

XXIV. Efetuar debito em conta relativos as operações;

XXV. Efetuar pagamento por meio eletrônico;

XXVI. Efetuar transferência por meio eletrônico;

XXVII. Efetuar movimentação financeira no RPG;

XXVIII. Liberar arquivos de pagamentos no GERFIN/AASP;

XXIX. Solicitar saldos e extratos de operações de credito;

XXX. Emitir comprovantes;

XXXI. Efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;

XXXII. Efetuar transferência eletrônica para alivio de numerário;

XXXIII. Consultar obrigações do DDA;

XXXIV. Desempenhar outras atividades correlatadas à sua função.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, em 28 de setembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal nº 12/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 28/09/2017 a 28/10/2017.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 80, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N° 80, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Municipal nº 724/2017 de 22/09/2017, DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município um crédito suplementar no Valor R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), para atender as seguintes dotações:

10. Secretaria Municipal de Agricultura

10.002. Departamento de Agricultura

10.002.20. Agricultura

10.002.20.601. Promoção da Produção Vegetal

10.002.20.601.0002. Colniza Sustentável

10.002.20.601.0002.1023. Aquisição de Patrulha Mecanizada - Agricultura

4.4.90.52.00.00.00. Equipamentos e Material Permanente

0.1.00.000000. Recursos Ordinários **R$ 152.000,00**

0.1.24.000000. Transf. de Conv. Outros (não relac. educ./saúde/assist. social). **R$ 300.000,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 452.000,00

Art. 2º - Para atender o crédito suplementar no artigo 1º serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme inciso II, do § 1º do art. 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr.Vereador Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o excepcional interesse público, CONVOCA os vereadores: Oseia Pereira Guedes, Marcos Venicio Rodrigues da Silva, Valter de Lima Jesus, Clinio Tomazi , Silvanio Alberto da Cruz, Jesineison de Aguiar Brandão, Jonhatan Bretas e Siwal Sant'Ana Soares, para uma SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, sem ônus a realizar-se no dia 03/10/2017, com início às 19:30hs, no recinto da Câmara Municipal, com o seguinte tema:

PAUTA:

Analise, apreciação e deliberações legais acerca de denuncia sob protocolo nº 777/2017 de 29/09/2017, às 10h10min em desfavor do Sr. Esvandir Antonio Mendes.

É indispensável a presença de todos os Vereadores.

Colniza/MT, 02 de Outubro de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal.

Colniza-MT, 02 de Outubro de 2017.

_____

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 087/GP/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 087/GP/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal que atribui competência ao Prefeito Municipal para delegar suas funções administrativas para outras autoridades do Poder Executivo; atribui competência aos Secretários Municipais para praticar atos pertinentes que lhe forem delegados pelo Prefeito; para dar celebridade ao tratar da coisa pública, não cessando a relação de continuidade das questões administrativas pautando sempre na boa execução destas funções;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Servidora Efetiva, **Cristiana Polles Tavares,** matricula nº. 2023, para responder como Gestora do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza – PREVI-COLNIZA, com amplos poderes para autorizar e preceder à prestação dos serviços através de retirada de extratos bancários e acesso ao auto-atendimento com senha específica necessária, compreendendo:

009 – Emitir cheques

010 – Abrir contas de depósito

011 – Autorizar cobrança

018 – Utilizar o crédito aberto na forma e condições

020 – Receber, passar recibo e dar quitação

026 – Solicitar saldos, extratos e comprovantes

027 – Requisitar talonários de cheques

031 – Autorizar debito em conta relativo a operações

036 – Retirar cheques devolvidos

038 – Endossar cheque

094 – Sustar / contra ordenar cheques

095 – Cancelar cheques

096 – baixar cheques

098 – Efetuar resgates / aplicações financeiras

099 – cadastrar, alterar e bloquear senhas

104 – efetuar pagamentos por meio eletrônico

105 – Efetuar transferências por meio eletrônico

117 – Efetuar movimentação financeira no RPG

118 – Consultar contas / aplic. Programas repasse recurso

119 – Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro

124 – Solicitar saldos / extratos de investimentos

125 – solicitar saldos / extratos de operações de credito

126 – emitir comprovantes

128 – Efetuar transferências para mesma titularidade – m

129 – Efetuar transferência eletrônica para alivio de numerários

133 – Encerrar contas de deposito

137 – Consultar obrigações do debito direto autorizado

138 – Cartão transporte – autorizar deb./transf meio.

Artigo 2º - Os cheques para movimentação, das contas do Fundo Municipal de Previdência Social do município, conterão duas assinaturas conjuntas sendo a da Servidora Efetiva **Cristiana Polles Tavares,** matricula nº. 2023e daServidora efetiva **Priscila Mund,** matricula nº. 6530. **Artigo 3º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação ficando revogado o Decreto nº. 082/GP/2017, e demais disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de outubro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/10/2017 a 02/11/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 81, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N° 81, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Municipal nº 725/2017 de 22/09/2017, DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município um crédito suplementar no Valor R$ 252.526,00 (duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais), para atender as seguintes dotações:

10. Secretaria Municipal de Agricultura

10.002. Departamento de Agricultura

10.002.20. Agricultura

10.002.20.601. Promoção da Produção Vegetal

10.002.20.601.0002. Colniza Sustentável

10.002.20.601.0002.1023. Aquisição de Patrulha Mecanizada - Agricultura

4.4.90.52.00.00.00. Equipamentos e Material Permanente

0.1.00.000000. Recursos Ordinários **R$ 2.526,00**

0.1.24.000000. Transf. de Conv. Outros (não relac. educ./saúde/assist. social). **R$ 250.000,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 252.526,00

Art. 2º - Para atender o crédito suplementar no artigo 1º serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme inciso II, do § 1º do art. 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 78, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N° 78, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Municipal nº 722/2017 de 22/09/2017, DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município um crédito suplementar no Valor R$ 300.766,66 (trezentos mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), para atender as seguintes dotações:

10. Secretaria Municipal de Agricultura

10.002. Departamento de Agricultura

10.002.20. Agricultura

10.002.20.601. Promoção da Produção Vegetal

10.002.20.601.0002. Colniza Sustentável

10.002.20.601.0002.1023. Aquisição de Patrulha Mecanizada - Agricultura

4.4.90.52.00.00.00. Equipamentos e Material Permanente

0.1.00.000000. Recursos Ordinários **R$ 8.266,66**

0.1.24.000000. Transf. de Conv. Outros (não relac. educ./saúde/assist. social). **R$ 292.500,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 300.766,66

Art. 2º - Para atender o crédito suplementar no artigo 1º serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme inciso II, do § 1º do art. 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 114/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 114/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 17 de outubro de 2017, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE UTILIZANDO VEÍCULO**, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 02 de Outubro de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.004/2017 CISAX

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.004/2017

CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 02.601.738/0001-30, sediada na rua 13 de maio nr 43 centro, Confresa-MT, neste ato representado pelo Presidente Sr. Ronio Condão de Barros Milhomem, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 0875190-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n°. 535.561.191-53, residente e domiciliado na Cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIO e o senhor Paulo Roberto Cunha**,**brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 3748659 SSP/GO, inscrito no CPF sob o n°. 274.137.641-72, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 385, Confresa-MT, chamado simplesmente de LOCADOR, por este instrumento particular, as partes qualificadas celebram de comum acordo o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS**, o qual obedecerá às disposições da legislação federal e estadual sobre a matéria e casos omissos, bem como às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente Contrato, uma casa de alvenaria de 220 m², com três quartos, sendo um quarto com banheiro, sala, cozinha, banheiro social, dispensa, garagem, área de serviço com piso de cerâmica e banheiro, dois ar condicionado, localizada na Rua trêze de maio, 43, centro, Confresa-MT, e suas dependências que será a sede do **CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO

Ocorre que a locação do imóvel é para atender as necessidades do Consórcio, servindo de ambulatório para atendimento dos pacientes dos Municípios Consorciados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente contrato vigorará a partir de **02 DE OUTUBRO DE 2017 A 03 DE OUTUBRO DE 2018** porém o valor devido referente à locação correrá a partir da data da entrega de toda a documentação por parte do**LOCADOR** e o efetivo empenho das despesas, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, se for do interesse das partes, sem prejuízo das disposições contidas no artigo 167, II, da Constituição Federal, nos artigos 34, 35 e 39 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Federal nº 8. 245/91, no artigo 57, II, artigo 60 em seu parágrafo único e no artigo 62

em seu Parágrafo 3º, I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do presente será custeada com recursos próprios previsto no orçamento Anual do Cisax do Exercício de 2017 e 2018 na seguinte rubrica orçamentária.

01. Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

001. Secretária Executiva

10Saúde

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0003 Administração

0001. Manutenção e Encargos do Consorcio - Canabrava

33.90.36.00.00 Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física

Valor_____R$10.000,00

0001. Manutenção e Encargos do Consorcio – São José do Xingu

33.90.36.00.00 Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física

Valor_____R$ 10.000,00

0001. Manutenção e Encargos do Consorcio – Santa Cruz do Xingu

33.90.36.00.00 Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física

Valor_____R$ 10.000,00

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E REAJUSTAMENTO.

O valor global para a execução do presente contrato é de R$ **30.000,00. (trinta mil reais)** divididos em 12dozeparcelasde **R$2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)** e sendo pago até o dia 05 (quinto) dia do mês subseqüente.

Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco do Brasil, creditados na conta do contratado ou cheque nominal ao contratado (Os valores fixados neste contrato não sofrerão reajustes.).

6. CLÁUSULA SEXTA – BENFEITORIAS.

É vedado o Locatário, sob pena de rescisão do contrato, fazer no imóvel e suas dependências quaisquer benfeitorias ou alterações, sem prévio consentimento escrito do locador, bem como depositar materiais inflamáveis, explosivos ou corrosivos, ficando o locatário responsável pelos danos que causar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

OLOCATÁRIO, findo e não prorrogado o prazo contratual, e observada a cláusula anterior, obriga-se a devolver o imóvel nas condições em que o recebeu, sendo recebido o imóvel nas seguintes condições: i) pintura internamente e externamente, ii) instalações elétricas, lâmpadas, pia e iii) (02) dois ar condicionado em bom estado, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal, ficando impedido de sublocá-lo total ou parcialmente, sem prévia autorização do**LOCADOR**.

Serão pagas pelo **LOCATÁRIO** as despesas com consumo de água, luz e limpeza, relacionadas com o objeto da locação. Correrão por conta do **LOCATÁRIO** as despesas relativas às taxas e impostos que, por força de Lei, incidam ou venham a incidir sobre o imóvel. Também correrão por conta do**LOCADOR** as despesas com a manutenção preventiva e corretiva predial das instalações. Durante a vigência deste contrato o **LOCADOR** obriga-se a manter o imóvel com todas as condições de uso e habitabilidade. Enquanto durar a locação, o **LOCATÁRIO** poderá defender a posse do imóvel em nome do proprietário. **O LOCADOR** responsabiliza-se pelo cumprimento de todas as

cláusulas deste contrato, no caso de venda ou transferência do imóvel a terceiros, bem como obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA – INEXECUÇÃO E PENALIDADES.

A inexecução total ou parcial do contrato pelo LOCADOR, poderá importar nas seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, quando constatadas pequenas irregularidades para as quais tenha ocorrido;

b) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, num prazo de dois anos (02) dependendo da gravidade da falta;

c) declaração de idoneidade para licitar ou contratar nos casos de faltas graves;

d) na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos estabelecidos em lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único - A Rescisão do contrato sujeita 0 LOCADOR a multa rescisória, correspondente ao valor de 10% (dez por cento) do valor do saldo do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO.

A rescisão do presente contrato poderá ocorrer de forma:

a) por ato unilateral e escrito do LOCATÁRIO, nas situações prevista nos artigo 9, incisos, I, II, III e IV da Lei Federal n°. 8.245/91, e incisos I a XII e XVII do artigo 78, Lei n°. 8.666/93, e suas alterações.

b) amigável, por acordo das partes, mediante formalização de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, descabendo indenização a qualquer uma partes, resguardando o interesse público;

c) descumprimento por parte do LOCADOR, das obrigações legais e ou contratuais, assegurando ao LOCATÁRIO o direito de rescindir o contrato, a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação e ou extrajudicial;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISOS.

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei n°. 8.666 de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos casos omissos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROCESSO LICITATÓRIO.

O presente contrato está amparado no inciso II, combinado com o parágrafo único do artigo 24 da Lei 8.666/93, por se tratar de consórcio público, conforme processo de dispensa nº. 003/2017 de 27 de setembro de 2017.
.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO.

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa-MT, 02 de outubro de 2017.

Ronio Condão de Barros Milhomem. Paulo Roberto Cunha

Locatario Locador

Presidente do Cisax

Testemunhas:

Etevaldo Vasco Soares Juliana Mara Vieira de Melo

CPF: 340.085.861-72 CPF 296.314.638-85

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 402/2017 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO - ADALVA DA COSTA SOUZA

Portaria 402/2017 de 25 de Setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal ADALVA DA COSTA SOUZA, matricula 000191, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHAES.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
28/02/2010 A 27/02/2015	20/10/2017 A 17/01/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Setembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 403/2017 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO - SUENIA ARRUDA SILVA

Portaria 403/2017 de 25 de Setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal SUENIA ARRUDA SILVA, matricula 012001, ocupante do cargo efetivo de PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
07/04/2012 A 06/04/2017	01/10/2017 A 29/12/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Setembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 413/2017 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO - JENISLEY DA CUNHA BARBOSA FREITAS

Portaria 413/2017 de 29 de Setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO a Sra. JENISLEY DA CUNHA BARBOSA FREITAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes a presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/09/2017.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 29 de Setembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU-MT.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017 OBJETO: Contratação de locação de Imóvel para sede do consorcio e ambulatório para atendimento dos pacientes dos municípios consorciados. Favorecido: PAULO ROBERTO CUNHA. CPF: 274.137.641-72 Endereço: AV. 13 de Maio nr 43 centro em Confresa-MT, sendo uma casa de alvenaria de 220 m², com três quartos, sendo um quarto com banheiro, sala, cozinha, banheiro social, dispensa, garagem, área de serviço com piso de cerâmica e banheiro, dois ar condicionado. Vigência : 27 de setembro de 2017 a 28.09.2018 Valor Global R$ 30. 000,00 (trinta mil reais), dividido em 12 parcelas mensais de R$ 2. 500,00 (Dois mil quinhentos reais) mensal. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso X do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93. Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa n.º 003/2017 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Confresa – MT, 28 de setembro de 2017.

Ronio Condão de Barros Milhomem

Presidente do Cisax

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 115/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 115/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 17 de outubro de 2017, às 14:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA**, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 02 de Outubro de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 183/2017

Apostilamento para alteração de dotação orçamentária para respectivos itens do Termo de Contrato Nº **183/2017.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Rônio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADO: GESSICA MARCIANO DE SOUSA, Pessoa Física de direito privado, devidamente inscrita no CPF nº 042.918.071.39, com sede na à AV. INDUSTRIAL S/N, VILA NOVA– CONFRESA-MT, CEP: 78. 652-000, chamada simplesmente de CONTRATADA **INSTRUMENTO VINCULANTE:** Processo Licitatório nº 1537/2017. Dispensa de Licitação nº 14/2017.

OBJETO: Prestação de serviços médicos especialista em saúde da família, prestação de serviços médicos no ESF Nova Santa Luzia, prestar atendimento ambulatorial em clínica geral, 40 horas semanais para atendimento dos Programas de Estratégia Saúde da Família, em conformidade com as Portarias Ministeriais específicas, sendo no mínimo de 672 consultas /mês. O profissional poderá prestar serviços médicos em outras unidades de saúde conforme orientação da Sec. Municipal de Saúde. Para atender a demanda dos servidores públicos municipais de Confresa MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento ao contrato CPL nº 183/2017 visa alterar a dotação orçamentária para o fornecimento de gêneros alimentícios da merenda escolar.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento, cujo objetivo é alterar a fonte pagadora referente ao contrato nº 183/2017.

Código Reduzido	Órgão Unidade	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
279	06.004	2.111	3.3.90.36. 00.00.00. 00	0142- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde
Passam a correr da seguinte rubrica orçamentária/fonte de recurso:				
242	06.004	2.038	3.3.90.36. 00.00.00. 00	102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 01 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Rônio Condão Barros Milhomem

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.125/2017

"SÚMULA: DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA MUTIRÃO FISCAL E REDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado prazo para o Mutirão Fiscal e Redução de Multas e Juros de Mora Incidentes Sobre Débitos de Qualquer Natureza da Dívi-

da Ativa Municipal do Município de Cotriguaçu-MT, até o dia 20 de outubro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, 02 dias do mês de Outubro de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62.733/2017)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de material de consumo hospitalar, tipo equipos parenterais, enterais e fotossensível (com cessão por comodato de bombas de infusão – sistema peristáltico), seringas e extensores (com cessão por comodato das bombas de seringas), objetivando atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá – HPSMC e Diretoria Técnica de Atenção Secundária nas Unidades de Pronto Atendimento - UPAS, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no edital e seus anexos.

Data/Horário: 18/10/2017 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá, para correção no edital e seus anexos através do I Adendo.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2017

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Flavio Alexandre Taques Silva

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 02 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 032/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.

CNPJ Nº 13.731.784/0001-70

OBJETO: Aquisição de peças/serviços os quais são necessários para ser utilizados na manutenção e revisão preventiva de 250 horas da Pá Carregadeira Komatsu WA-200-6/B20506 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Curvelândia – MT.

VALOR: R$ 3.161,98 (Três Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Noventa e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/10/2017.

DATA DE ASSINATURA: 20/09/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. VALMIR GONÇALVES DE AMORIM – Administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME**.**

CNPJ: 04.858.022/0001-48

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Contábil de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, bem como consultoria financeira e consultoria no preenchimento do SISTN, SIOPS, SIOPE, LRF-CIDADÃO.

Vigência: 27/09/2017 à 27/12/2017.

Pregão Presencial nº 002/2013.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL – ASFALTO AVENIDA BRASIL

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, CNPJ 04.217.647/0001-20, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, SEMA/MT, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), da obra de “Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial com Meio-fios e Sarjetas, da Avenida Brasil, na Zona Urbana de Curvelândia, MT”. Não foi exigido Estudo de Impacto Ambiental.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL – APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, CNPJ 04.217.647/0001-20, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, SEMA/MT, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), da obra de “Recuperação de Pavimento Asfáltico – Aplicação de Lama Asfáltica Grossa em Ruas da Zona Urbana de Curvelândia, MT”. Não foi exigido Estudo de Impacto Ambiental.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

CONTABILIDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2017

Audiência Pública – LOA 2018

A prefeitura Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao Artigo 48 da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

CONVIDA a população, para a realização de Audiência Pública para Elaboração da **Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018**, com o objetivo de garantir a participação da população, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

Local: Câmara Municipal de Denise/MT.

Data: 09/10/2017

Horário: 17:00 Horas

O presente Edital será afixado no local de Costume nesta Prefeitura, publicado em jornal oficial e no site oficial do Município.

Denise/MT. Em 02 de Outubro de 2017.

JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
LRF 2017 - SEGUNDO QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.955.181,53	
Pessoal Ativo	8.925.197,53	
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.984,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.955.181,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		8.955.181,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		17.160.713,10	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		8.955.181,53	52,18 %
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)		9.266.785,07	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)		8.803.445,82	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	90,00 %	8.340.106,56	48,60 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

3º Quadrimestre de 2016			1º Quadrimestre de 2017			2º Quadrimestre de 2017		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (f)
54,00 %	54,73 %	0,73 %	0,24 %	54,49 %	51,45 %	-2,55 %	54,00 %	52,18 %

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.109.015,06	2.684.579,57	3.106.256,07	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.567.898,33	2.840.768,30	3.261.418,70	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.652,99	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	461.536,26	156.188,73	155.162,63	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.109.015,06	-2.684.579,57	-3.106.256,07	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.422.987,71	17.047.608,44	17.160.713,10	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-12,10	-15,75	-18,10	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	102.746,53	126.217,97	105.980,27	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	193.835,88	193.835,88	23.739,88	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:57:30 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.422.987,71	17.047.608,44	17.160.713,10	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:58:14 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.160.713,10	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%%

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

Emissão: 02/10/2017 10:58:49

Page 1 de 2
Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**2.973.418,21**	**124.940,55**	**959.108,35**	**23.739,88**	**51.640,13**	**1.813.989,30**	**3.494.213,89**	**0,00**
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-12.907,01	0,00	247.990,08	0,00	-18.659,89	-242.237,20	14.062,13	0,00
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	89.329,73	74.695,94	233.365,76	0,00	2.288,19	-221.020,16	472.212,01	0,00
0114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	120.126,98	0,00	137.929,52	0,00	14.104,67	-31.907,21	0,00	0,00
0115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	63.609,03	0,00	1.519,17	0,00	307,36	61.782,50	191,40	0,00
0117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.200,63	12.000,00	0,00	23.739,88	184,41	-34.723,66	0,00	0,00
0118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	1.793,23	0,00	247.327,09	0,00	24.660,69	-270.194,55	0,00	0,00
0119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	156.829,69	0,00	38.847,39	0,00	4.678,19	113.304,11	0,00	0,00
0122000000 - Transferências de Convênios - Educação	249.280,58	0,00	25.853,05	0,00	122,94	223.304,59	1.120.931,19	0,00
0123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	205.303,05	0,00	0,00	0,00	0,00	205.303,05	0,00	0,00
0124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.899.334,68	38.244,61	0,00	0,00	19.414,59	1.841.675,48	1.878.622,63	0,00
0129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	35.129,74	0,00	4.453,41	0,00	1.180,34	29.495,99	7.836,13	0,00
0130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	97.357,58	0,00	21.723,88	0,00	307,36	75.326,34	358,40	0,00
0142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	65.353,34	0,00	0,00	0,00	2.317,19	63.036,15	0,00	0,00
0143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.676,96	0,00	99,00	0,00	734,09	843,87	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**288.000,51**	**30.222,08**	**475.530,28**	**0,00**	**58.840,56**	**-276.592,41**	**357.606,13**	**0,00**
0100000000 - Recursos Ordinários	288.000,51	30.222,08	475.530,28	0,00	58.840,56	-276.592,41	357.606,13	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**3.261.418,72**	**155.162,63**	**1.434.638,63**	**23.739,88**	**110.480,69**	**1.537.396,89**	**3.851.820,02**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 11:01:29

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO

LRF, art. 48 – Anexo 06 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Liquida	17.160.713,10	%
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.955.181,53	52,18 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00%	9.266.785,07	54,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	8.803.445,82	51,30 %
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-3.106.256,07	-18,10 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
Valor Total		0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

Emissão: 02/10/2017 11:02:33 — Page 1 de 1

Homologado

CONTABILIDADE
LRF 2017 - QUARTO BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	16.376.646,00	19.881.073,64	2.648.954,54	14.984.726,14	4.896.347,50	2.831.011,29	11.132.906,12	8.748.167,52	9.698.267,49	
DESPESAS CORRENTES	15.859.520,00	15.816.104,60	2.558.098,26	11.350.055,34	4.466.049,26	2.782.851,29	10.621.566,54	5.194.538,06	9.187.547,91	
Pessoal e Encargos Sociais	8.388.426,13	8.418.266,13	1.582.301,13	6.183.153,16	2.235.112,97	1.586.049,13	6.183.153,16	2.235.112,97	5.394.523,06	
Juros e Encargos da Dívida	4.500,00	4.500,00			4.500,00			4.500,00		
Outras Despesas Correntes	7.466.593,87	7.393.338,47	975.797,13	5.166.902,18	2.226.436,29	1.196.802,16	4.438.413,38	2.954.925,09	3.793.024,85	
DESPESAS DE CAPITAL	343.486,00	3.891.329,04	90.856,28	3.634.670,80	256.658,24	48.160,00	511.339,58	3.379.989,46	510.719,58	
Investimentos	341.486,00	3.889.329,04	90.856,28	3.634.670,80	254.658,24	48.160,00	511.339,58	3.377.989,46	510.719,58	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	2.000,00	2.000,00			2.000,00			2.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	173.640,00	173.640,00			173.640,00			173.640,00		
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	16.376.646,00	19.881.073,64	2.648.954,54	14.984.726,14	4.896.347,50	2.831.011,29	11.132.906,12	8.748.167,52	9.698.267,49	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.376.646,00	19.881.073,64	2.648.954,54	14.984.726,14	4.896.347,50	2.831.011,29	11.132.906,12	8.748.167,52	9.698.267,49	
SUPERÁVIT (XIII)							311.836,31		1.746.474,94	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.376.646,00	19.881.073,64	2.648.954,54	14.984.726,14	4.896.347,50	2.831.011,29	11.444.742,43	8.436.331,21	11.444.742,43	
RESERVA DO RPPS										
TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:38:23

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	16.396.958,00	16.396.958,00	2.981.092,12	18,18	11.444.742,43	69,79	4.952.215,57
RECEITAS CORRENTES	16.396.958,00	16.396.958,00	2.831.152,12	17,26	10.451.915,29	63,74	5.945.042,71
RECEITA TRIBUTARIA	913.453,00	913.453,00	230.571,91	25,24	579.784,57	63,47	333.668,43
Impostos	760.333,00	760.333,00	204.495,09	26,89	490.360,25	64,49	269.972,75
Taxas	153.120,00	153.120,00	26.076,82	17,03	89.424,32	58,40	63.695,68
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.309,20	22.309,20			12,12	0,05	22.297,08
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	22.309,20	22.309,20			12,12	0,05	22.297,08
RECEITA PATRIMONIAL	145.262,00	145.262,00	25.431,02	17,50	121.124,98	83,38	24.137,02
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	11.450,00	11.450,00	901,10	7,86	3.585,55	31,31	7.864,45
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	133.812,00	133.812,00	24.529,92	18,33	117.539,43	87,83	16.272,57
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	217.500,00	217.500,00	47.044,16	21,62	156.122,55	71,78	61.377,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.990.231,80	14.990.231,80	2.503.528,33	16,70	9.507.499,53	63,42	5.482.732,27
Transferências Intergovernamentais	14.887.154,80	14.887.154,80	2.489.274,48	16,72	9.437.301,78	63,39	5.449.853,02
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	103.077,00	103.077,00	14.253,85	13,82	70.197,75	68,10	32.879,25
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	108.202,00	108.202,00	24.576,70	22,71	87.371,54	80,74	20.830,46
Multa de Juros de Mora	48.453,00	48.453,00	11.673,84	24,09	33.203,30	68,52	15.249,70
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa	56.169,00	56.169,00	12.537,91	22,32	50.564,01	90,02	5.604,99
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	3.580,00	3.580,00	364,95	10,19	3.604,23	100,67	-24,23
RECEITAS DE CAPITAL			149.940,00		992.827,14	714,00	-992.827,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			149.940,00		992.827,14	714,00	-992.827,14
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios			149.940,00		992.827,14	714,00	-992.827,14
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	16.396.958,00	16.396.958,00	2.981.092,12	18,18	11.444.742,43	69,79	4.952.215,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.396.958,00	16.396.958,00	2.981.092,12	18,18	11.444.742,43	69,79	4.952.215,57
DÉFICIT (VI)							

Emissão: 02/10/2017 10:38:23

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

TOTAL(VII) = (V + VI)	16.396.958,00	16.396.958,00	2.981.092,12	18,18	11.444.742,43	69,79	4.952.215,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.541.779,00	19.046.206,64	2.648.954,54	14.984.726,14	100,00	4.061.480,50	2.831.011,29	11.132.906,12	100,00	7.913.300,52	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	5.623.149,13	5.328.541,75	782.727,45	3.564.083,83	23,78	1.764.457,92	893.211,64	3.333.614,08	29,94	1.994.927,67	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	989.618,33	994.518,33	142.636,98	794.591,35	5,30	199.926,98	173.025,32	649.515,32	5,83	345.003,01	
ADMINISTRACAO GERAL	4.505.322,80	4.214.815,42	621.823,69	2.674.876,63	17,85	1.539.938,79	701.919,54	2.589.482,91	23,25	1.625.332,51	
CONTROLE INTERNO	128.208,00	119.208,00	18.266,78	94.615,85	0,63	24.592,15	18.266,78	94.615,85	0,84	24.592,15	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	783.140,00	801.240,00	113.563,50	476.674,76	3,18	324.565,24	113.671,08	465.358,86	4,18	335.881,14	
ADMINISTRACAO GERAL	697.888,00	715.988,00	109.980,71	467.830,43	3,12	248.157,57	110.088,29	456.514,53	4,10	259.473,47	
ASSISTENCIA AO IDOSO	23.150,00	23.150,00				23.150,00				23.150,00	
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	23.152,00	23.152,00	3.582,79	8.844,33	0,05	14.307,67	3.582,79	8.844,33	0,07	14.307,67	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	38.950,00	38.950,00				38.950,00				38.950,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.994.322,00	4.099.625,75	709.247,16	3.515.505,82	23,46	584.119,93	793.668,86	3.043.293,81	27,33	1.056.331,94	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	662.840,00	654.335,00	130.718,30	545.683,14	3,64	108.651,86	122.956,55	537.921,39	4,83	116.413,61	
ATENCAO BASICA	2.761.762,00	2.877.570,75	481.573,56	2.577.357,02	17,19	300.213,73	573.757,01	2.112.906,76	18,97	764.663,99	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	103.220,00	103.220,00	22.114,16	71.111,68	0,47	32.108,32	22.114,16	71.111,68	0,63	32.108,32	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
VIGILANCIA SANITARIA	464.000,00	462.000,00	74.841,14	321.353,98	2,14	140.646,02	74.841,14	321.353,98	2,88	140.646,02	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO	4.460.917,87	6.104.581,03	931.528,12	5.182.689,79	34,58	921.891,24	959.985,29	4.047.505,07	36,35	2.057.075,96	
ADMINISTRACAO GERAL	163.995,00	100.970,00	21.715,17	67.987,24	0,45	32.982,76	21.715,17	67.987,24	0,61	32.982,76	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	155.000,00	166.600,00	39.679,30	157.102,11	1,04	9.497,89	39.679,30	157.102,11	1,41	9.497,89	
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	9.261,00										
EDUCACAO INFANTIL	48.620,00	28.920,00	2.930,91	18.426,62	0,12	10.493,38	2.930,91	18.426,62	0,16	10.493,38	
ENSINO FUNDAMENTAL	4.075.341,87	5.808.091,03	867.202,74	4.939.173,82	32,96	868.917,21	895.659,91	3.803.989,10	34,16	2.004.101,93	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.700,00										
CULTURA	113.050,00	85.300,00	300,00	3.100,00	0,02	82.200,00	300,00	3.100,00	0,02	82.200,00	
DIFUSAO CULTURAL	113.050,00	85.300,00	300,00	3.100,00	0,02	82.200,00	300,00	3.100,00	0,02	82.200,00	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO		2.084.903,68	89.536,28	2.039.790,03	13,61	45.113,65	46.840,00	97.590,00	0,87	1.987.313,68	
INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.084.903,68	89.536,28	2.039.790,03	13,61	45.113,65	46.840,00	97.590,00	0,87	1.987.313,68	
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO	57.880,00										
SERVICOS URBANOS	57.880,00										
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											

Emissão: 02/10/2017 10:40:04 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
AGRICULTURA	260.430,00	310.600,00	22.052,03	202.681,99	1,35	107.918,01	23.334,42	142.244,38	1,27	168.355,62	
ADMINISTRACAO GERAL	237.330,00	287.500,00	22.052,03	202.681,99	1,35	84.818,01	23.334,42	142.244,38	1,27	145.255,62	
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	23.100,00	23.100,00				23.100,00				23.100,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	57.880,00	47.604,43				47.604,43				47.604,43	
ENERGIA ELETRICA	57.880,00	47.604,43				47.604,43				47.604,43	
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER	17.370,00	10.170,00		199,92		9.970,08		199,92		9.970,08	
DESPORTO COMUNITARIO	17.370,00	10.170,00		199,92		9.970,08		199,92		9.970,08	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	173.640,00	173.640,00				173.640,00				173.640,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	15.541.779,00	19.046.206,64	2.648.954,54	14.984.726,14	100,00	4.061.480,50	2.831.011,29	11.132.906,12	100,00	7.913.300,52	

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:40:04 Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.259.451,25	1.493.155,50	2.074.522,92	2.696.450,40	1.317.253,10	1.523.560,89	1.279.101,95	1.377.290,02	1.681.410,12	1.424.864,13	1.630.817,35	1.495.188,53	19.253.066,16	18.297.543,00
Receita Tributária	90.546,24	127.513,01	135.041,38	206.090,41	15.547,16	58.954,04	45.292,67	21.258,64	118.236,70	85.468,72	130.679,35	98.766,38	1.133.394,70	918.111,00
IPTU	27.541,99	27.412,89	1.718,51	2.294,99	570,37	105,05	105,05	118,14	7.191,93	50.528,97	33.448,81	32.145,03	183.181,73	153.350,00
ISS	15.779,23	23.248,62	41.469,01	55.187,87	8.223,63	22.940,12	15.554,36	11.742,15	22.271,64	14.285,48	21.367,71	18.693,25	270.763,07	231.113,00
ITBI		33.654,00	36.535,23	79.252,67	2.827,00	1.740,00	4.132,00	648,40	6.878,28	2.811,14	759,60		169.238,32	106.842,00
IRRF	37.513,96	34.274,60	54.235,45	63.376,48		29.486,88	3.608,78	2.885,67	73.834,84	2.024,91	63.131,57	34.949,12	399.322,26	270.406,00
Outras Rec. Tributarias	9.711,06	8.922,90	1.083,18	5.978,40	3.926,16	4.681,99	21.892,48	5.864,28	8.060,01	15.818,22	11.971,66	12.978,98	110.889,32	156.400,00
Receita Contribuições	8,19	7,81								12,12			28,12	22.309,20
Receita Patrimonial	23.164,73	20.155,53	19.054,07	20.476,95	20.266,38	17.074,18	18.436,20	13.922,15	13.803,25	12.191,80	12.197,37	13.233,65	203.976,26	145.262,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	19.135,72	19.840,02	16.947,03	18.668,18	14.282,54	15.224,92	18.996,04	21.597,28	18.676,51	20.301,10	21.301,72	25.742,44	230.713,50	217.500,00
Transferências Correntes	1.114.444,87	1.316.901,83	1.894.544,11	2.436.705,15	1.256.294,54	1.429.825,92	1.183.146,06	1.315.186,46	1.521.199,30	1.299.644,82	1.458.708,98	1.347.674,57	17.574.276,61	16.870.504,80
Cota Parte do FPM	359.571,32	436.481,83	796.354,94	1.244.896,13	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	6.988.923,98	6.210.500,00
Cota Parte do ICMS	243.770,54	215.141,10	394.747,61	283.349,68	286.208,44	165.617,39	290.757,70	222.106,07	286.715,92	249.140,65	232.122,50	321.007,20	3.190.684,80	3.229.422,00
Cota Parte do IPVA	20.733,32	18.967,86	16.110,65	13.717,55	32.229,35	41.282,10	30.782,70	41.736,47	59.119,93	22.896,45	44.807,70	32.719,23	375.103,31	454.640,00
Cota Parte do ITR	15.043,25	127.706,59	17.542,16	21.163,19	13.196,46		973,48	183,54	163,59	75,62	37,65	256,29	196.341,82	27.580,00
Transf. LC 87/1966	1.157,43	1.157,43	1.157,43	1.157,43	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	13.921,24	12.153,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	204.553,25	177.574,16	354.930,95	330.388,53	227.150,41	234.429,97	150.108,84	240.269,19	254.118,73	213.294,02	203.371,26	259.563,30	2.849.752,61	2.990.903,00
Outras Transf. Correntes	269.615,76	339.872,86	313.700,37	542.032,64	165.575,36	307.200,96	283.630,42	296.795,70	338.084,54	276.790,03	563.021,04	263.229,17	3.959.548,85	3.945.306,80
Outras Receitas Correntes	12.151,50	8.737,30	8.936,33	14.509,71	10.862,48	2.481,83	13.230,98	5.325,49	9.494,36	7.245,57	7.929,93	9.771,49	110.676,97	123.856,00
DEDUÇÕES (I)	127.805,97	159.565,97	244.742,84	256.057,16	172.416,99	177.500,90	149.245,55	155.248,88	185.312,26	161.601,32	138.310,74	164.544,48	2.092.353,06	1.880.273,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	127.805,97	159.565,97	244.742,84	256.057,16	172.416,99	177.500,90	149.245,55	155.248,88	185.312,26	161.601,32	138.310,74	164.544,48	2.092.353,06	1.880.273,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.131.645,28	1.333.589,53	1.829.780,08	2.440.393,24	1.144.836,11	1.346.059,99	1.129.856,40	1.222.041,14	1.496.097,86	1.263.262,81	1.492.506,61	1.330.644,05	17.160.713,10	16.417.270,00

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:40:52 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 30/JUN/2017 (b)	em 31/AGO/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	2.106.362,07	3.061.829,29	3.106.256,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.567.898,33	3.217.291,66	3.261.418,70
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	461.536,26	155.462,37	155.162,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.106.362,07	-3.061.829,29	-3.106.256,07
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-2.106.362,07	-3.061.829,29	-3.106.256,07

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-44.426,78	-999.894,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 30/JUN/2017 (b)	em 31/AGO/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 às 10:41

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	16.405.820,00	10.474.940,06	10.713.492,88
Receitas Tributárias	913.453,00	579.784,57	533.828,08
IPTU	152.000,00	125.563,72	74.570,20
ISS	231.085,00	135.078,34	148.300,87
ITBI	106.842,00	19.796,42	71.228,57
IRRF	270.406,00	209.921,77	173.604,22
Outras Receitas Tributárias	153.120,00	89.424,32	66.124,22
Receitas de Contribuições	22.309,20	12,12	406,22
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	22.309,20	12,12	406,22
Receita Patrimonial Líquida	133.812,00	117.539,43	198.959,04
Receita Patrimonial	145.262,00	121.124,98	206.586,79
(-) Aplicações Financeiras	11.450,00	3.585,55	7.627,75
Transferências Correntes	15.010.543,80	9.534.109,85	9.766.458,24
FPM	5.068.574,00	3.321.296,03	3.249.912,24
ICMS	2.587.506,00	1.645.768,58	1.725.003,70
Convênios	103.077,00	70.197,75	68.718,27
Outras Transferências Correntes	7.251.386,80	4.496.847,49	4.722.824,03
Demais Receitas Correntes	325.702,00	243.494,09	213.841,30
Dívida Ativa	56.169,00	50.564,01	36.815,43
Diversas Receitas Correntes	269.533,00	192.930,08	177.025,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)		992.827,14	1.462.796,22
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital		992.827,14	1.462.796,22
Convênios		992.827,14	1.462.796,22
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		992.827,14	1.462.796,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**16.405.820,00**	**11.467.767,20**	**12.176.289,10**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.816.104,60	11.350.055,34	11.646.019,50	10.621.566,54	10.485.460,01		
Pessoal e Encargos Sociais	8.418.266,13	6.183.153,16	5.429.534,64	6.183.153,16	5.429.534,64		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.500,00						
Outras Despesas Correntes	7.393.338,47	5.166.902,18	6.216.484,86	4.438.413,38	5.055.925,37		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.811.604,60	11.350.055,34	11.646.019,50	10.621.566,54	10.485.460,01		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.891.329,04	3.634.670,80	5.679.417,66	511.339,58	1.263.353,30		
Investimentos	3.889.329,04	3.634.670,80	5.679.417,66	511.339,58	1.263.353,30		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	2.000,00						
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.889.329,04	3.634.670,80	5.679.417,66	511.339,58	1.263.353,30		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	173.640,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**19.874.573,64**	**14.984.726,14**	**17.325.437,16**	**11.132.906,12**	**11.748.813,31**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-3.468.753,64**	**-3.516.958,94**	**-5.149.148,06**	**334.861,08**	**427.475,79**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 às 10:42 Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	12.000,00	449.536,26	344.618,24		116.918,02	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	178.902,51
Executivo	12.000,00	449.536,26	344.618,24		116.918,02	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	178.902,51
GABINETE DO PREFEITO		7.571,39	7.571,39									
SEC MUNICIP DE ADMINISTRACAO		10.856,31	7.468,06		3.388,25							3.388,25
SEC MUNIC DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO		66.417,28	66.417,28									
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		156.528,60	81.832,66		74.695,94							74.695,94
SEC MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	12.000,00	141.764,96	114.931,13		38.833,83	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	100.818,32
SEC MUNIC DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		3.363,59	3.363,59									
SEC MUNIC DE FINANCAS		17.375,71	17.375,71									
SEC MUNIC DE ACAO SOCIAL		45.658,42	45.658,42									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	12.000,00	449.536,26	344.618,24		116.918,02	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	178.902,51

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE Emissão: 02/10/2017 às 10:43 Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017/BIMESTRE - JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	578.227,00	578.227,00	352.228,17	60,92%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	236.526,00	236.526,00	179.866,19	76,04%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	152.000,00	152.000,00	125.563,72	82,61%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.968,00	4.968,00	642,07	12,92%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	47.950,00	47.950,00	33.810,68	70,51%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	32.958,00	32.958,00	21.200,09	64,32%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.350,00)	(1.350,00)	(1.350,37)	(100,03)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	19.796,42	18,53%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	19.796,42	18,53%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	234.859,00	234.859,00	152.565,56	64,96%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.085,00	231.085,00	135.078,34	58,45%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.385,00	1.385,00	782,09	56,47%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	1.689,00	1.689,00	11.387,96	674,24%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	728,00	728,00	5.317,17	730,38%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(28,00)	(28,00)	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.934.295,00	9.934.295,00	6.535.047,71	65,78%
2.1- Cota-Parte FPM	6.210.500,00	6.210.500,00	4.151.619,76	66,85%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.210.500,00	6.210.500,00	4.151.619,76	66,85%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.229.422,00	3.229.422,00	2.053.675,87	63,59%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.153,00	12.153,00	9.291,52	76,45%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	27.580,00	27.580,00	14.886,63	53,98%
2.6- Cota-Parte IPVA	454.640,00	454.640,00	305.573,93	67,21%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.512.522,00	10.512.522,00	6.887.275,88	65,51%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	343.791,63	343.791,63	190.018,27	55,27%
5.1- Transferências do Salário-Educação	207.573,00	207.573,00	130.258,39	62,75%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				

Emissão: 02/10/2017 10:45:01

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017/BIMESTRE - JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE	113.638,63	113.638,63	50.665,20	44,58%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	22.580,00	22.580,00	9.094,68	40,28%
5.5- Outras Transferências do FNDE				
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	103.077,00	103.077,00	70.197,75	68,10%
6.1- Transferência de Convênios	103.077,00	103.077,00	70.197,75	68,10%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	299.671,00	299.671,00	176.173,81	58,79%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	746.539,63	746.539,63	436.389,83	58,46%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.880.273,00	1.880.273,00	1.304.181,12	69,36%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.141.926,00	1.141.926,00	830.323,73	72,71%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	641.916,00	641.916,00	407.907,29	63,55%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.430,00	2.430,00	1.858,24	76,47%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.074,00	3.074,00	2.977,29	96,85%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	90.927,00	90.927,00	61.114,57	67,21%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.990.903,00	2.990.903,00	1.782.305,72	59,59%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.990.903,00	2.990.903,00	1.782.305,72	59,59%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.110.630,00	1.110.630,00	478.124,60	43,05%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017/BIMESTRE - JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.628.130,50	2.628.130,50	1.721.818,97	65,51%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL				0,00%			
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24- ENSINO FUNDAMENTAL				0,00%			
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

Emissão: 02/10/2017 10:45:01 Page 3 de 5
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017/BIMESTRE - JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS				0,00%			
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00		0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	478.124,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [6]	478.124,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	-478.124,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	-6,94

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	944.429,24	1.633.342,24	1.511.673,72	92,55%	1.497.611,59	91,69%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	944.429,24	1.633.342,24	1.511.673,72	92,55%	1.497.611,59	91,69%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	944.429,24	1.633.342,24	1.511.673,72	92,55%	1.497.611,59	91,69%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.782.305,72
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
49.1- Orçamento do Exercício	0,00
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.782.305,72

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017/BIMESTRE - JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

Emissão: 02/10/2017 10:45:01 Page 5 de 5
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.891.329,04	3.634.670,80	511.339,58		256.658,24
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.891.329,04	3.634.670,80	511.339,58		256.658,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.891.329,04	-3.634.670,80			-256.658,24

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:46:12 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III), R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis			
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (h)	2017 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:46:58

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	864.955,00	864.955,00	574.127,56	66,38%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	152.000,00	152.000,00	125.563,72	82,61%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	19.796,42	18,53%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.085,00	231.085,00	135.078,34	58,45%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.406,00	270.406,00	209.921,77	77,63%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.461,00	11.461,00	3.595,54	31,37%
Dívida Ativa dos Impostos	56.169,00	56.169,00	50.564,01	90,02%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	36.992,00	36.992,00	29.607,76	80,04%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.934.295,00	9.934.295,00	6.535.047,71	65,78%
Cota-Parte FPM	6.210.500,00	6.210.500,00	4.151.619,76	66,85%
Cota-Parte ITR	27.580,00	27.580,00	14.886,63	53,98%
Cota-Parte IPVA	454.640,00	454.640,00	305.573,93	67,21%
Cota-Parte ICMS	3.229.422,00	3.229.422,00	2.053.675,87	63,59%
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.153,00	12.153,00	9.291,52	76,45%
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**10.799.250,00**	**10.799.250,00**	**7.109.175,27**	**65,83%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.128.176,80	2.128.176,80	1.255.622,98	59,00%
Provenientes da União	1.836.873,80	1.836.873,80	1.121.883,67	61,08%
Provenientes dos Estados	291.303,00	291.303,00	133.739,31	45,91%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	252.267,00	252.267,00	306.996,64	121,70%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.380.443,80**	**2.380.443,80**	**1.562.619,62**	**65,64%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	3.974.460,00	4.046.473,75	3.514.946,82	86,86%	3.042.734,81	75,19%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.853.680,00	1.896.940,00	1.601.276,85	84,41%	1.601.276,85	84,41%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.120.780,00	2.149.533,75	1.913.669,97	89,03%	1.441.457,96	67,06%	
DESPESAS DE CAPITAL	23.152,00	53.152,00	559,00	1,05%	559,00	1,05%	
Investimentos	23.152,00	53.152,00	559,00	1,05%	559,00	1,05%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.997.612,00**	**4.099.625,75**	**3.515.505,82**	**85,75%**	**3.043.293,81**	**74,23%**	

Emissão: 02/10/2017 10:48:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.934.422,00	4.099.625,75	3.515.505,82	100,00%	3.043.293,81	100,00%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	307.893,00	194.375,30	122.899,34	3,50%	122.899,34	4,04%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.626.529,00	3.905.250,45	3.392.606,48	96,50%	2.920.394,47	95,96%	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**3.934.422,00**	**4.099.625,75**	**3.515.505,82**	**100,00%**	**3.043.293,81**	**100,00%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**63.190,00**						
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]				**0,00%**			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]				**-1.066.376,29**			

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013	5.226,89		5.226,89
Total(VIII)	**5.226,89**		**5.226,89**

Emissão: 02/10/2017 10:48:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.761.762,00	2.877.570,75	2.577.357,02	73,31%	2.112.906,76	69,43%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	662.840,00	654.335,00	545.683,14	15,52%	537.921,39	17,68%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	464.000,00	462.000,00	321.353,98	9,14%	321.353,98	10,56%	
Vigilância Epidemiológica	2.500,00	2.500,00					
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	106.510,00	103.220,00	71.111,68	2,02%	71.111,68	2,34%	
TOTAL	**3.997.612,00**	**4.099.625,75**	**3.515.505,82**	**100,00%**	**3.043.293,81**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:48:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	17.422.987,71	17.160.713,10				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 02/10/2017 10:49:23 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	16.396.958,00
Previsão Atualizada	16.396.958,00
Receitas Realizadas	11.444.742,43
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	16.376.646,00
Créditos Adicionais	3.504.427,64
Dotação Atualizada	19.881.073,64
Despesas Empenhadas	14.984.726,14
Despesas Liquidadas	11.132.906,12
Despesas Pagas	9.698.267,49
Superávit Orçamentário	311.836,31

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	14.984.726,14
Despesas Liquidadas	11.132.906,12

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	17.160.713,10

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	%em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-999.894,00	-400%
Resultado Primário		-3.516.958,94	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	461.536,26		344.618,24	116.918,02
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	193.835,88		131.851,39	61.984,49
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**655.372,14**		**476.469,63**	**178.902,51**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Mínimo à Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Desenvolvimento do Ensino	-478.124,60	27,00 %	-6,94 %
Fundamental e Médio		0,00 %	0,00 %
Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.634.670,80	256.658,24

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Mínimo à Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos		15,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 02/10/2017 10:54:16 — Page 1 de 1

ASSESSORIA JURIDICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA CAUTELAR

DECISÃO ADMINISTRATIVA CAUTELAR INAUDITA ALTERA PARS

O excelentíssimo senhor **JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Denise, estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais;

Considerando a denúncia formulada pelo cidadão Paulo Evandro Perin Costa na Câmara Municipal de Denise, relatando e apresentando documentos sobre irregularidades em diversos contratos administrativos formalizados na gestão da Prefeita Eliane Lins da Silva;

Considerando que referida denúncia ensejou a instauração de processo de cassação de mandato pela Câmara de Vereadores de Denise, que em sessão plenária determinou o afastamento provisório da Prefeita da gestão do Poder Executivo;

Considerando que as irregularidades apontadas, se existentes, podem causar grave prejuízo ao Erário e que os efeitos das ilegalidades podem ser de difícil ou incerta reparação para os cofres públicos;

Considerando a suspensão da execução e dos efeitos, como empenhos e pagamentos, dos contratos administrativos objeto do Processo de Cassação, até que as irregularidades sejam investigadas, é medida cautelar de interesse público que visa proteger o Erário de possíveis prejuízos;

Considerando que é dever do Gestor Público tomar as todas as providências cabíveis no sentido de salvaguardar o interesse e o Erário público, sobretudo nos casos em que houver indícios de irregularidades que possam causar grave prejuízo;

DECIDE, em caráter cautelar:

I – Suspender, por prazo indeterminado, de ofício, *inaudita altera pars*, os feitos, empenhos e pagamentos dos Contratos Administrativos abaixo elencados:

a) Contrato Administrativo nº 034/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **EXTINPRAG CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA ME,** CNPJ nº 01.788.007/0001-82,que tem por objeto a prestação de serviços de controle de pragas e limpeza e higienização de reservatório d'agua;

b) Contrato Administrativo nº 035/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **EXTINPRAG CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA ME,** CNPJ nº 01.788.007/0001-82,que tem por objeto a prestação de serviços de controle de pragas e limpeza e higienização de reservatório d'agua;

c) Contrato Administrativo nº 036/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **EXTINPRAG CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA ME,** CNPJ nº 01.788.007/0001-82,que tem por objeto a prestação de serviços de controle de pragas;

d) Contrato Administrativo nº 014/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **NILTON CESAR BRANDÃO,** CNPJ nº 12.878.273/0001-12,que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de remoção de entulhos, restos de árvores, materiais de alvenaria, organização do espaço do lixão municipal, aterramento usando máquinas como pá carregadeira, retroescavadeira, caminhão caçamba e tratos esteira;

e) Contrato Administrativo nº 041/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **DAYANA MARIA JARDIM DA SILVA,** CNPJ nº 25.357.804/0001-73,que tem por objeto a prestação de serviços de elaboração de projeto de segurança contra incêndio e pânico, de acordo com as normas do corpo de bombeiros do estado de mato grosso, referente a um ginásio poliesportivo na cidade de Denise/MT;

f) Contrato Administrativo nº 018/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE DENISE e a empresa **AVANTE BRASIL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA ME,** CNPJ nº 09.630.428/0001-92,que tem por objeto a execução de obras de engenharia para prestação de serviços de tapa buraco com massa asfáltica nas vias urbanas da cidade de Denise;

g) Ata de Registro de Preços nº 004/2016, que tem por adjudicatária a empresa **A.R. DE SOUZA SUPERMERCADO ME,** CNPJ nº 01.788.007/0001/82,que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, legumes, verduras, frutas e raízes, pães, materiais para limpeza, materiais de consumo e utensílios domésticos;

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Setembro de 2017.

_____

JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

CONTABILIDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA - LRF 2 QUADRIMESTRE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 009/2017

Audiência Pública – LRF 2º Quadrimestre 2017

A Prefeitura do Município de Denise, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida a população em geral para, através dos seus diversos seguimentos sociais, para participarem da Audiência Pública que será realizada no Auditório José Carlos de Macedo nas Dependências da Câmara Municipal, **no dia 09 de Outubro (segunda-Feira) do ano de 2017, a iniciar-se às 16:00 horas**, oportunidade em que serão apresentadas os **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** referentes ao **2º QUADRIMESTRE DE 2017**.

O presente Edital será afixado no local de Costume nesta Prefeitura, publicado em jornal oficial e no site oficial do Município.

Denise/MT. Em 02 de Outubro de 2017.

JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos itens subscritos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017 do PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2017**, onde sagrou-se vencedora a empresa **SUELMEI CAMPOS BARBOSA - ME, CNPJ nº 08.399.617/0003-03**, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM – GASOLINA COMUM

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	GASOLINA COMUM	IDAZA	LT	3,70	3,97

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 02 de Outubro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos itens subscritos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 do PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2017**, onde sagrou-se vencedora a empresa **SUELMEI CAMPOS BARBOSA - ME, CNPJ nº 08.399.617/0003-03**, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM – ÓLEO DIESEL S-10

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	ÓLEO DIESEL S-10	IDAZA	LT	3,22	3,49

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 02 de Outubro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
COMUNICADO DE ADIAMENTO

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, no uso de suas atribuições legais, comunica **o Adiamento** da Audiência Pública, referente aAvaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre/2016, 1º e 2º Quadrimestre/2017; Prestação de Contas do 6º Bimestre/2016; Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º Bimestre/2017.

Nova data para a realização da Audiência Pública: 04/10/2017 (quarta-feira).

Local: Centro de Convivência da Melhor Idade

Horário: 19h00min

Dom Aquino-MT, 02 de outubro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º423/2017.

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **MARIA APRECIDA COSTA DOS SANTOS sob. Matricula nº 1590,** ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR EFETIVO – 20 HRS**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 28 de Setembro de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2017, tendo como objeto ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.**

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa SIMON E SIMON LTDA - EPP, sagrou-se vencedora do item 0001 com o valor total de R3.027,00 (três mil e vinte e sete reais); Item 0002 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais); Item 0003 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.036,60 (dois mil, trinta e seis reais e sessenta centavos); Item 0004 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 19.796,00 (dezenove mil e setecentos e noventa e seis reais); Item 0005 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais); Item 0006 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.626,00 (três mil e seiscentos e vinte e seis reais); Item 0007 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais); Item 0008 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.745,00 (três mil e setecentos e quarenta e cinco reais); Item 0009 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 17.802,00 (dezessete mil e oitocentos e dois reais); Item 0010 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 11.385,00 (onze mil e trezentos e oitenta e cinco reais); Item 0011 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 1.398,00 (um mil e trezentos e noventa e oito reais); Item 0012 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais); Item 0013 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 17.579,70 (dezessete mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta centavos); Item 0014 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.594,60 (um mil, quinhentos e noventa e quatro reais sessenta centavos); Item 0015 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais); Item 0016 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.494,00 (dois mil e quatrocentos e noventa e quatro reais); Item 0017 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais); Item 0018 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 13.172,10 (treze mil, cento e setenta e dois reais e dez centavos); Item 0019 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com

o valor total de R$ 204,00 (duzentos e quatro reais); Item 0020 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 36.556,00 (trinta e seis mil e quinhentos e cinquenta e seis reais); Item 0021 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais); Item 0022 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais); Item 0023 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 113,40 (cento e treze reais e quarenta centavos); Item 0024 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 94,50 (noventa e quatro reais e cinquenta centavos); Item 0025 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3. 612,00 (três mil e seiscentos e doze reais); Item 0026 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 17.802,00 (dezessete mil e oitocentos e dois reais); Item 0027 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.458,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais); Item 0028 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.458,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais); Item 0029 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 8.636,00 (oito mil e seiscentos e trinta e seis reais); Item 0030 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 9.845,00 (nove mil e oitocentos e quarenta e cinco reais); Item 0031 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 8.720,00 (oito mil e setecentos e vinte reais); Item 0032 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 234,50 (duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); Item 0033 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.517,80 (três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos); Item 0034 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.918,80 (um mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos); Item 0035 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 816,90 (oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos); Item 0036 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 680,75 (seiscentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos); Item 0037 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 719,65 (setecentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos); Item 0038 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 13.737,50 (treze mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); Item 0039 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.996,00 (três mil e novecentos e noventa e seis reais); Item 0040 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 997,50 (novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); Item 0041 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 900,00 (novecentos reais); Item 0042 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais); Item 0043 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.116,00 (um mil e cento e dezesseis reais); Item 0044 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 4.890,00 (quatro mil e oitocentos e noventa reais); Item 0045 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.093,80 (três mil, noventa e três reais e oitenta centavos); Item 0046 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 299,80 (duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos); Item 0047 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 179,40 (cento e setenta e nove reais e quarenta centavos); Item 0048 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais); Item 0049 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 8.394,50 (oito mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos); Item 0050 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 4. 823,00 (quatro mil e oitocentos e vinte e três reais); Item 0051 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.340,00 (dois mil e trezentos e quarenta reais); Item 0052 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 253,50 (duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos); Item 0053 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.530,00 (um mil e quinhentos e trinta reais); Item 0054 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais); Item 0055 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.971,00 (um mil e novecentos e setenta e um reais); Item 0056 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais); Item 0057 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 15.732,50 (quinze mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos); Item 0058 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.557,40 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos); Item 0059 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.003,00 (três mil e três reais); Item 0060 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 23. 328,00 (vinte e três mil e trezentos e vinte e oito reais); Item 0061 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.560,00 (dois mil e quinhentos e sessenta reais); Item 0062 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.617,30 (um mil, seiscentos e dezessete reais e trinta centavos); Item 0063 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.478,00 (um mil e quatrocentos e setenta e oito reais); Item 0064 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 1. 435,50 (um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos); Item 0065 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 5.767,00 (cinco mil e setecentos e sessenta e sete reais); Item 0066 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais); Item 0067 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 12.880,00 (doze mil e oitocentos e oitenta reais); Item 0068 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.052,00 (dois mil e cinquenta e dois reais); Item 0069 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais); Item 0070 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 187,35 (cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos); Item 0071 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 922,90 (novecentos e vinte e dois reais e noventa centavos); Item 0072 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 439,00 (quatrocentos e trinta e nove reais); Item 0073 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.692,00 (um mil e seiscentos e noventa e dois reais); Item 0074 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 7.135,70 (sete mil, cento e trinta e cinco reais e setenta centavos); Item 0075 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 1. 590,00 (um mil e quinhentos e noventa reais); Item 0076 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 1.270,00 (um mil e duzentos e setenta reais); Item 0077 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 25.456,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais); Item 0078 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais); Item 0079 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 6.570,00 (seis mil quinhentos e setenta reais); Item 0080 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 614,50 (seiscentos e quatorze reais e cinquenta centavos); Item 0081 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.519,00 (um mil e quinhentos e dezenove reais); Item 0082 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 4.266,00 (quatro mil e duzentos e sessenta e seis reais); Item 0083 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 3.288,00 (três mil e duzentos e oitenta e oito reais); Item 0084 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 5.605,00 (cinco mil e seiscentos e cinco reais); Item 0085 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 10.019,97 (dez mil, dezenove reais e noventa e sete centavos); Item 0086 a empresa: SIMON

E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 238,80 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos); Item 0087: O lote restou fracassado ; Item 0088 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais); Item 0089 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais); Item 0090 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 4. 335,00 (quatro mil e trezentos e trinta e cinco reais); Item 0091 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.971,00 (um mil e novecentos e setenta e um reais); Item 0092 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.032,70 (um mil, trinta e dois reais e setenta centavos); Item 0093 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 13.261,00 (treze mil e duzentos e sessenta e um reais); Item 0094 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 761,40 (setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos); Item 0095 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 438,00 (quatrocentos e trinta e oito reais); Item 0096 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 7.974,50 (sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos); Item 0097 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais); Item 0098 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 9.343,20 (nove mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos); Item 0099 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais); Item 0100 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 5.418,00 (cinco mil e quatrocentos e dezoito reais); Item 0101 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 334,50 (trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); Item 0102 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 446,16 (quatrocentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos); Item 0103 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.510,00 (três mil e quinhentos e dez reais); Item 0104 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.197,20 (um mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos); Item 0105: O lote restou fracassado ; Item 0106 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Item 0107 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.371,90 (um mil, trezentos e setenta e um reais e noventa centavos); Item 0108 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.861,16 (dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos); Item 0109 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 21.528,00 (vinte e um mil e quinhentos e vinte e oito reais); Item 0110 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 489,00 (quatrocentos e oitenta e nove reais); Item 0111 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 36.853,00 (trinta e seis mil e oitocentos e cinquenta e três reais); Item 0112 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); Item 0113 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.568,70 (um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta centavos); Item 0114 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 471,20 (quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos); Item 0115 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 14.210,00 (quatorze mil e duzentos e dez reais); Item 0116 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.245,00 (três mil e duzentos e quarenta e cinco reais); Item 0117 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 642,20 (seiscentos e quarenta e dois reais e vinte centavos); Item 0118 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais); Item 0119 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais); Item 0120 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 2.490,00 (dois mil e quatrocentos e noventa reais); Item 0121 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 1.319,36 (um mil, trezentos e dezenove reais e trinta e seis centavos); Item 0122 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 12.582,00 (doze mil e quinhentos e oitenta e dois reais); Item 0123 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 548,90 (quinhentos e quarenta e oito reais e noventa centavos); Item 0124 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 397,95 (trezentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos); Item 0125 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 2.977,04 (dois mil, novecentos e setenta e sete reais e quatro centavos); Item 0126 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.517,80 (três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos); Item 0127 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 589,00 (quinhentos e oitenta e nove reais); Item 0128 a empresa: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - E, com o valor total de R$ 1.270,50 (um mil, duzentos e setenta reais e cinquenta centavos); Item 0129 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 3.339,50 (três mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); Item 0130 a empresa: SIMON E SIMON LTDA - EPP, com o valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

FELIZ NATAL-MT, EM 02 DE OUTUBRO DE 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA JURIDICO
ATA 003/2017

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte de setembro de 2017, no gabinete do prefeito junto a prefeitura municipal estado de Mato Grosso, os membros do conselho de fethab para prestação de contas do segundo quadrimestre de 2017. Dando inicio a reunião o prefeito cumprimentou os presentes, A servidora Elaine apresentou aos presentes relação de recebimento e pagamentos efetuados com recursos do fethab. Durante a reunião foi discutido sobre a arrecadação do recurso, sobre A destinação do recurso, presentes pediram para que seja economizado o recurso agora para que no período da chuva, o município possua recursos para dar manutenção nas estradas. O prefeito explanou o recurso, explicando que o valor é pequeno pela demanda que existe, pois o município tem muitas estradas e demanda de muitas maquinas e a manutenção das maquinas tem um custo muito alto, sendo que o município está destinando recurso para a manutenção das maquinas. Foi dada ênfase a manutenção da escavadeira que se encontra muito desgastada e para a manutenção das estradas é de suma importância. Elaine voltou a palavra dando destaque ao valor recebido no período que foi de R$: 400.521,13 (quatrocentos mil quinhentos e vinte e um reais e treze centavos) e as despesas em torno de R$: 357.777,60 (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) os presentes analisaram a pasta aonde consta todos os processos de pagamento, analisando as notas fiscais dos serviços prestados e do combustível adquirido. Após os membros analisarem a pasta a prestação foi aprovada por todos os membros, assim eu Adriano Rosa Eugenio declaro lavrada a seguinte ata, vinte de setembro de 2017.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 29 de Setembro de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017, tendo como objeto, CONTRATAÇAÕ DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE HOSPEDAGEM.

A pregoeira e membros da equipe de apoio **por unanimidade resolvem, DECLARAR o presente processo licitatório DESERTO, pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame**

Feliz Natal – MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º424/2017.

DATA: 02 DE OUTUBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **LAURISBELA MENDES DE SOUSA sob. Matricula nº 2026,** ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM MAN. E INFRA. ESC. ZELADOR - EFETIVO – 40 HRS**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 018/2017

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **PROCEDIMENTO DE DISPENSA** para prestação de serviços de PAGAMENTOS ELETRÔNICOS POR MEIO DE ORDENS BANCÁRIAS - OBN**,** conforme especificações do edital**,** na **modalidade de Dispensa que foi iniciado no dia 27/**09/2017. Este procedimento será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 art. 24, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Gaúcha do Norte, 27 de setembro de 2017.

NEILLA F. DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 134/2017- CERCA DE MOURÕES

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E VANESSA MENDES - ME, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **VANESSA MENDES - ME**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 22.536.268/0001-85, estabelecida na rua Porto Alegre, nº1.164, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Srª, **VANESSA MENDES**, portador da cédula de identidade RG nº 19374623- SSP/MT e do CPF nº 021.966.011-52 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 075/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para construção de **CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO** para a secretaria de obras deste município**,** conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	KM	QNT
01	Cerca em murões de concreto com 05 (cinco) fios de arame ovalado. Mourão em concreto com 220 cm de comprimento seção mínima (10x10 cm) e palanques (esticador) com 300cm de comprimento seção mínima (20x20 cm). Os esticadores espaçamento de 6m em 6m. Os esticadores espaçados a cada 300m e quando necessário for, seja para mudança direção, entradas ou repartições.	KM	10,5

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 041/2017 e da Ata SRP nº062/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2.1 - Os materiais serão solicitados de acordo com as necessidades da municipalidade, de forma fracionada, diariamente e de acordo com as necessidades e serão entregues.

3.2.2 - A partir da entrega e/ou execução, os produtos e/ou serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.2.3 - Na hipótese de rejeição do produto e/ou serviço recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

3.2.4 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.2.5 - O material e/ou serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.3 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.4 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.5 – O fornecimento dos materiais será de **até cinco dias no máximo podendo ser aplicado as leis cabíveis.**

3.6 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$ 82.414,5000(oitenta e dois mil e quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos)***cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2017 e anos seguintes nas dotações orçamentárias: **órgão: 09/ unidade:001/proj ativ:1097/elemento:4.4.90.51/cod red: 367**

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela **Sr.** FABIANO FLACH VIEIRA**,** portaria n° 0201/2017 de 09 de setembro de 2017, responsável pela secretaria municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 041/2017** é a Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 041/2017**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 29 de Setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VANESSA MENDES - ME

CNPJ: 22.536.268/0001-85

CONTRATADO

FABIANO FLACH VIEIRA

Fiscal do Contrato

Portaria nº: 201/2017

TESTEMUNHAS: 1)_____

2)_____

CONTRATO Nº 133/2017 - DEMAE

QUE LEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 01.916.595/0001-92, estabelecida na Avenida Brasil, nº1.114, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr, **IZAIAS LODI ROSSINI**, portador da cédula de identidade RG nº 12540757- SSP/MT e do CPF nº 550.611.921-68 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 078/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para aquisição de materiais para **DEMAE** para a secretaria de obras deste município**, conforme abaixo:**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	26381	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	70,0000	14,5000	1.015,0000
2	26382	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	50,0000	17,5000	875,0000
3	26383	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	20,0000	24,5000	490,0000
4	26384	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	10,0000	29,0000	290,0000
5	26385	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	10,0000	34,0000	340,0000
6	26386	COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	60,0000	15,0000	900,0000
7	26387	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	30,0000	10,8000	324,0000
8	26388	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	40,0000	15,4000	616,0000
9	26389	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	5,0000	24,8000	124,0000
10	26390	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	0,9000	54,0000
11	26391	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,3800	690,0000
12	26392	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	1,9000	76,0000
13	26393	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	4,3000	301,0000
14	26394	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	5,7000	399,0000
15	26395	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	16,0000	1.280,0000
16	26399	TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	0,9000	27,0000
17	26400	TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,3000	650,0000
18	26401	TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	3,8000	76,0000
19	26402	TE SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	6,4000	448,0000
20	26403	TE SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	8,0000	640,0000
21	26404	TE SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	18,0000	1.080,0000
22	26408	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	2,8000	112,0000
23	26409	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	150,0000	3,8000	570,0000
24	26410	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	5,3000	159,0000
25	26411	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	13,0000	780,0000
26	26412	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	13,0000	780,0000
27	26413	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	24,5000	1.225,0000
28	26417	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	150,0000	0,7000	105,0000
29	26418	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	1,0000	50,0000
30	26419	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	1,9000	95,0000
31	26420	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	3,7000	185,0000
32	26421	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	5,5000	330,0000
33	26425	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	1,0000	40,0000
34	26426	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,2000	600,0000
35	26427	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	1,9500	39,0000
36	26428	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	2,8000	56,0000
37	26429	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 50MM X 1. 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	4,8000	48,0000
38	26430	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 60MM X 2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	10,3000	103,0000
39	26434	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	2,3000	92,0000
40	26435	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	3,3000	66,0000
41	26436	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	4,2000	84,0000

42	26437	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	15,0000	4,2000	63,0000
43	26438	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	5,0000	4,8000	24,0000
44	26439	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	8,0000	240,0000
45	26440	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	9,0000	270,0000
46	26441	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	15,0000	11,0000	165,0000
47	26446	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 20MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	2,1000	42,0000
48	26447	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	100,0000	3,7000	370,0000
49	26448	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	3,0000	240,0000
50	26449	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 32MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	4,5000	45,0000
51	26450	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	30,0000	6,0000	180,0000
52	26451	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	100,0000	9,0000	900,0000
53	26452	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	11,5000	115,0000
54	26453	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	14,0000	280,0000
55	26454	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	50,0000	26,0000	1.300,0000
56	26455	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	50,0000	33,0000	1.650,0000
57	26456	CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	30,0000	0,9000	27,0000
58	26457	CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	500,0000	1,4000	700,0000
59	26458	CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,9000	174,0000
60	26459	CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	4,8000	288,0000
61	26460	CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	5,5000	330,0000
62	26463	CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	1,9000	19,0000
63	26465	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	2,5000	50,0000
64	26466	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,3000	161,0000
65	26467	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	0,7000	14,0000
66	26468	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	500,0000	0,9000	450,0000
67	26469	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	1,8000	36,0000
68	26470	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,3000	161,0000
69	26471	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,8000	196,0000
70	26472	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	8,0000	560,0000
71	26476	JOELHO PVC DE 20MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	15,0000	0,9000	13,5000
72	26477	JOELHO PVC DE 25MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,4000	84,0000
73	26478	JOELHO PVC DE 32MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	1,8000	18,0000
74	26479	JOELHO DE PVC DE 40MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	4,3000	43,0000
75	26480	JOELHO PVC DE 50 MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	5,5000	55,0000
76	26481	JOELHO PVC DE 60MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	16,0000	160,0000
77	26485	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	30,0000	4,3000	129,0000
78	26486	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	40,0000	4,3000	172,0000
79	26487	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,8000	38,0000
80	26488	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	8,5000	170,0000
81	26489	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	5,0000	12,0000	60,0000
82	26490	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	30,0000	300,0000
83	26491	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	30,0000	300,0000
84	26492	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	45,0000	450,0000
85	26493	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M	UN	MULTIPLUS	20,0000	11,5000	230,0000
86	26494	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M	UN	MULTIPLUS	350,0000	15,5000	5.425,0000
87	26495	276151-3TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M	UN	MULTIPLUS	10,0000	26,0000	260,0000
88	26496	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M	UN	MULTIPLUS	40,0000	35,0000	1.400,0000
89	26497	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 6M	UN	MULTIPLUS	60,0000	57,0000	3.420,0000
90	26498	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 6M	UN	MULTIPLUS	50,0000	70,0000	3.500,0000
91	26502	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 2OMM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	2,8000	56,0000
92	26503	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	80,0000	3,8000	304,0000
93	26504	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	5,0000	5,0000	25,0000
94	26505	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,5000	250,0000
95	26506	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,5000	250,0000
96	26507	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	24,5000	245,0000
97	26508	JOELHO PVC ROSCÁVEL DE 1/2" X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,8000	38,0000
98	26509	JOELHO PVC ROSCÁVEL DE 3/4" X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	4,5000	90,0000
99	26510	CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	1,4000	14,0000
100	26511	CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	2,3000	46,0000
101	26512	TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,6000	36,0000
102	26513	TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	100,0000	4,6000	460,0000
103	26514	BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	60,0000	1,0000	60,0000
104	26515	NIPLE PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	60,0000	1,0000	60,0000
105	26516	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	1,0000	20,0000
106	26517	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	40,0000	1,0000	40,0000
107	26518	JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	90,0000	4,3000	387,0000
108	26519	CRUZETA PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,0000	240,0000
109	26522	KIT PVC CAVALETE 3/4""	UN	TIGRE	20,0000	80,0000	1.600,0000
110	26523	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2"	UN	KRONA/DURIN	10,0000	12,0000	120,0000
111	26524	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4"	UN	KRONA/DURIN	80,0000	14,0000	1.120,0000
112	26525	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM	UN	KRONA/DURIN	10,0000	6,5000	65,0000
113	26526	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM	UN	KRONA/DURIN	80,0000	8,5000	680,0000
114	26527	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM	UN	KRONA/DURIN	4,0000	18,0000	72,0000
115	26528	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM	UN	KRONA/DURIN	30,0000	21,0000	630,0000
116	26529	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM	UN	KRONA/DURIN	40,0000	25,0000	1.000,0000
117	26530	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM	UN	KRONA/DURIN	20,0000	56,0000	1.120,0000
118	26531	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM	UN	KRONA/DURIN	3,0000	140,0000	420,0000

119	26538	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4"	UN	KRONA/DURIN	20,0000	10,0000	200,0000
120	26539	REGISTRO DE PRESSÃO BRONZE ROSCA MACHO FEMEA 3/4"	UN	IMPERATRIZ/KELLY	100,0000	28,0000	2.800,0000
121	26540	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS	UN	TIGRE	80,0000	67,0000	5.360,0000
122	26541	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS	UN	TIGRE	30,0000	18,0000	540,0000
123	26542	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UN	TIGRE/WORKER/DU	200,0000	6,0000	1.200,0000
124	26543	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UN	TIGRE/WORKER/DU	100,0000	11,0000	1.100,0000
125	26544	TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2"	UN	HERC/DURIN	70,0000	4,0000	280,0000
126	26545	MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4"	UN	ESEL	150,0000	1,9000	285,0000
127	26546	MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2"	UN	ESEL	200,0000	1,4000	280,0000
128	26547	LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES	UN	STARRET	40,0000	6,5000	260,0000
129	26548	CHAVE GRIFO 24"	UN	WORKER	3,0000	135,0000	405,0000
130	26549	CHAVE GRIFO 14"	UN	WORKER	3,0000	60,0000	180,0000
131	26551	ALICATE BOMBA D'ÁGUA 12"	UN	STANLEY/WORKER	5,0000	55,0000	275,0000
132	26552	ALICATE PRESSÃO 10"	UN	THOMPSON/GEDOR	3,0000	46,0000	138,0000
133	26553	ARCO DE SERRA 12"	UN	WORKER/STANLEY	5,0000	40,0000	200,0000
134	26554	MINI ARCO DE SERRA	UN	STARRET/WORKER	5,0000	13,0000	65,0000
135	26555	CAVADEIRA RETA	UN	TRAMONTINA/COLL	3,0000	43,0000	129,0000
136	26556	CAVADEIRA ARTICULADA	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	85,0000	340,0000
137	26557	ENXADA LARGA COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	48,0000	192,0000
138	26558	ENXADÃO LARGO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	45,0000	180,0000
139	26559	ENXADÃO ESTREITO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	42,0000	168,0000
140	26560	PICARETA CHIVABANCA COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	70,0000	280,0000
141	26561	PICARETA ALVIÃO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	67,0000	268,0000
142	26562	ARCO PARA BROCA	UN	IRWIN/WORKERR	2,0000	115,0000	230,0000
143	26563	GROZA	UN	NICHOLSON/WORK	3,0000	70,0000	210,0000
144	26564	PÁ	UN	TRAMONTINA/COLL	3,0000	42,0000	126,0000
145	26565	CARRINHO DE MÃO	UN	MAESTRO/FISCHER	2,0000	148,0000	296,0000
146	26566	FITA ZEBRADA 70MM X 200M	UN	WORKER	4,0000	9,0000	36,0000
147	26567	MARRETA	UN	WORKER/PACETTA/	2,0000	63,0000	126,0000
148	26568	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2"	UN	WORKER	200,0000	1,9000	380,0000
149	26569	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4"	UN	WORKER	50,0000	2,8000	140,0000
150	26570	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,4000	84,0000
151	26571	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,9000	76,0000
152	26572	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,4000	56,0000
153	26573	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,9000	114,0000
154	26574	ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,3000	138,0000
155	26575	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,3000	138,0000
156	26576	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	3,8000	228,0000
157	26577	UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,8000	72,0000
Total global		**68.514,5000(sessenta e oito mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos)**					

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 044/2017 e da Ata SRP nº061/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2.1 - Os materiais serão solicitados de acordo com as necessidades da municipalidade, de forma fracionada, diariamente e de acordo com as necessidades e serão entregues.

3.2.2 - A partir da entrega e/ou execução, os produtos e/ou serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.2.3 - Na hipótese de rejeição do produto e/ou serviço recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

3.2.4 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.2.5 - O material e/ou serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.3 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.4 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.5 – O fornecimento dos materiais será de **até cinco dias no máximo podendo ser aplicado as leis cabíveis.**

3.6 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$ 68.514,5000 (sessenta e oito mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos)***cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2017 e anos seguintes nas dotações orçamentárias: **órgão:09/unidade:001/proj ativ:2065/elemento:3.3.90.30/cod reduzido:315**

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no "item 7.7.4", de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela **Sr.** FABIANO FLACH VIEIRA**,** portaria n° 0201/2017 de 09 de setembro de 2017, responsável pela secretaria municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 044/2017** é a Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 044/2017**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 29 de Setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS

DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

CNPJ: 01.916.595/0001-92

CONTRATADO

FABIANO FLACH VIEIRA

Fiscal do Contrato

Portaria nº: 201/2017

TESTEMUNHAS: 1)_____

2)_____CONTRATO Nº 133/2017

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 01.916.595/0001-92, estabelecida na Avenida Brasil, nº1.114, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr, **IZAIAS LODI ROSSINI**, portador da cédula de identidade RG nº 12540757- SSP/MT e do CPF nº 550.611.921-68 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 078/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para aquisição de materiais para **DEMAE** para a secretaria de obras deste município**, conforme abaixo:**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	26381	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	70,0000	14,5000	1.015,0000
2	26382	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	50,0000	17,5000	875,0000
3	26383	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	20,0000	24,5000	490,0000
4	26384	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	10,0000	29,0000	290,0000

5	26385	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	10,0000	34,0000	340,0000
6	26386	COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4	UN	TIGRE/KRONA/DUR	60,0000	15,0000	900,0000
7	26387	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	30,0000	10,8000	324,0000
8	26388	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	40,0000	15,4000	616,0000
9	26389	CRUZETA PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	TIGRE/KRONA/DUR	5,0000	24,8000	124,0000
10	26390	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	0,9000	54,0000
11	26391	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,3800	690,0000
12	26392	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	1,9000	76,0000
13	26393	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	4,3000	301,0000
14	26394	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	5,7000	399,0000
15	26395	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	16,0000	1.280,0000
16	26399	TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	0,9000	27,0000
17	26400	TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,3000	650,0000
18	26401	TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	3,8000	76,0000
19	26402	TE SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	70,0000	6,4000	448,0000
20	26403	TE SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	8,0000	640,0000
21	26404	TE SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	18,0000	1.080,0000
22	26408	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	2,8000	112,0000
23	26409	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	150,0000	3,8000	570,0000
24	26410	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	5,3000	159,0000
25	26411	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	13,0000	780,0000
26	26412	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	13,0000	780,0000
27	26413	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	24,5000	1.225,0000
28	26417	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	150,0000	0,7000	105,0000
29	26418	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	1,0000	50,0000
30	26419	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	1,9000	95,0000
31	26420	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	50,0000	3,7000	185,0000
32	26421	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	60,0000	5,5000	330,0000
33	26425	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	1,0000	40,0000
34	26426	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	500,0000	1,2000	600,0000
35	26427	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	1,9500	39,0000
36	26428	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	2,8000	56,0000
37	26429	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 50MM X 1. 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	4,8000	48,0000
38	26430	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 60MM X 2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	10,3000	103,0000
39	26434	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	40,0000	2,3000	92,0000
40	26435	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	3,3000	66,0000
41	26436	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	4,2000	84,0000
42	26437	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	15,0000	4,2000	63,0000
43	26438	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	5,0000	4,8000	24,0000
44	26439	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	8,0000	240,0000
45	26440	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	30,0000	9,0000	270,0000
46	26441	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM	UN	KRONA/DURIN/CAR	15,0000	11,0000	165,0000
47	26446	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 20MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	20,0000	2,1000	42,0000
48	26447	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	100,0000	3,7000	370,0000
49	26448	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/CAR	80,0000	3,0000	240,0000
50	26449	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 32MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/CAR	10,0000	4,5000	45,0000
51	26450	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	30,0000	6,0000	180,0000
52	26451	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	100,0000	9,0000	900,0000
53	26452	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	11,5000	115,0000
54	26453	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	14,0000	280,0000
55	26454	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	50,0000	26,0000	1.300,0000
56	26455	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	50,0000	33,0000	1.650,0000
57	26456	CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	30,0000	0,9000	27,0000
58	26457	CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	500,0000	1,4000	700,0000
59	26458	CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,9000	174,0000
60	26459	CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	4,8000	288,0000
61	26460	CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	5,5000	330,0000
62	26463	CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	1,9000	19,0000
63	26465	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	2,5000	50,0000
64	26466	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,3000	161,0000
65	26467	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	0,7000	14,0000
66	26468	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	500,0000	0,9000	450,0000
67	26469	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	20,0000	1,8000	36,0000
68	26470	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,3000	161,0000
69	26471	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	2,8000	196,0000
70	26472	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/DURIN/TIG	70,0000	8,0000	560,0000
71	26476	JOELHO PVC DE 20MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	15,0000	0,9000	13,5000
72	26477	JOELHO PVC DE 25MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,4000	84,0000
73	26478	JOELHO PVC DE 32MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	1,8000	18,0000
74	26479	JOELHO DE PVC DE 40MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	4,3000	43,0000
75	26480	JOELHO PVC DE 50 MM X 45°	UN	KRONA/DURIN/TIG	10,0000	5,5000	55,0000
76	26481	JOELHO PVC DE 60MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	16,0000	160,0000
77	26485	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	30,0000	4,3000	129,0000
78	26486	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	40,0000	4,3000	172,0000
79	26487	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,8000	38,0000
80	26488	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	8,5000	170,0000
81	26489	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	5,0000	12,0000	60,0000

82	26490	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	30,0000	300,0000
83	26491	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	30,0000	300,0000
84	26492	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	45,0000	450,0000
85	26493	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M	UN	MULTIPLUS	20,0000	11,5000	230,0000
86	26494	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M	UN	MULTIPLUS	350,0000	15,5000	5.425,0000
87	26495	276151-3TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M	UN	MULTIPLUS	10,0000	26,0000	260,0000
88	26496	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M	UN	MULTIPLUS	40,0000	35,0000	1.400,0000
89	26497	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 6M	UN	MULTIPLUS	60,0000	57,0000	3.420,0000
90	26498	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 6M	UN	MULTIPLUS	50,0000	70,0000	3.500,0000
91	26502	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 2OMM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	2,8000	56,0000
92	26503	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	80,0000	3,8000	304,0000
93	26504	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	5,0000	5,0000	25,0000
94	26505	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,5000	250,0000
95	26506	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,5000	250,0000
96	26507	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	24,5000	245,0000
97	26508	JOELHO PVC ROSCÁVEL DE 1/2" X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,8000	38,0000
98	26509	JOELHO PVC ROSCÁVEL DE 3/4" X 45°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	4,5000	90,0000
99	26510	CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	1,4000	14,0000
100	26511	CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	2,3000	46,0000
101	26512	TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	10,0000	3,6000	36,0000
102	26513	TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	100,0000	4,6000	460,0000
103	26514	BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	60,0000	1,0000	60,0000
104	26515	NIPLE PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	60,0000	1,0000	60,0000
105	26516	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	1,0000	20,0000
106	26517	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	40,0000	1,0000	40,0000
107	26518	JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90°	UN	KRONA/TIGRE/CAR	90,0000	4,3000	387,0000
108	26519	CRUZETA PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN	KRONA/TIGRE/CAR	20,0000	12,0000	240,0000
109	26522	KIT PVC CAVALETE 3/4""	UN	TIGRE	20,0000	80,0000	1.600,0000
110	26523	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2"	UN	KRONA/DURIN	10,0000	12,0000	120,0000
111	26524	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4"	UN	KRONA/DURIN	80,0000	14,0000	1.120,0000
112	26525	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM	UN	KRONA/DURIN	10,0000	6,5000	65,0000
113	26526	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM	UN	KRONA/DURIN	80,0000	8,5000	680,0000
114	26527	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM	UN	KRONA/DURIN	4,0000	18,0000	72,0000
115	26528	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM	UN	KRONA/DURIN	30,0000	21,0000	630,0000
116	26529	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM	UN	KRONA/DURIN	40,0000	25,0000	1.000,0000
117	26530	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM	UN	KRONA/DURIN	20,0000	56,0000	1.120,0000
118	26531	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM	UN	KRONA/DURIN	3,0000	140,0000	420,0000
119	26538	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4"	UN	KRONA/DURIN	20,0000	10,0000	200,0000
120	26539	REGISTRO DE PRESSÃO BRONZE ROSCA MACHO FEMEA 3/4"	UN	IMPERATRIZ/KELLY	100,0000	28,0000	2.800,0000
121	26540	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS	UN	TIGRE	80,0000	67,0000	5.360,0000
122	26541	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS	UN	TIGRE	30,0000	18,0000	540,0000
123	26542	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UN	TIGRE/WORKER/DU	200,0000	6,0000	1.200,0000
124	26543	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UN	TIGRE/WORKER/DU	100,0000	11,0000	1.100,0000
125	26544	TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2"	UN	HERC/DURIN	70,0000	4,0000	280,0000
126	26545	MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4"	UN	ESEL	150,0000	1,9000	285,0000
127	26546	MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2"	UN	ESEL	200,0000	1,4000	280,0000
128	26547	LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES	UN	STARRET	40,0000	6,5000	260,0000
129	26548	CHAVE GRIFO 24"	UN	WORKER	3,0000	135,0000	405,0000
130	26549	CHAVE GRIFO 14"	UN	WORKER	3,0000	60,0000	180,0000
131	26551	ALICATE BOMBA D'ÁGUA 12"	UN	STANLEY/WORKER	5,0000	55,0000	275,0000
132	26552	ALICATE PRESSÃO 10"	UN	THOMPSON/GEDOR	3,0000	46,0000	138,0000
133	26553	ARCO DE SERRA 12"	UN	WORKER/STANLEY	5,0000	40,0000	200,0000
134	26554	MINI ARCO DE SERRA	UN	STARRET/WORKER	5,0000	13,0000	65,0000
135	26555	CAVADEIRA RETA	UN	TRAMONTINA/COLL	3,0000	43,0000	129,0000
136	26556	CAVADEIRA ARTICULADA	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	85,0000	340,0000
137	26557	ENXADA LARGA COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	48,0000	192,0000
138	26558	ENXADÃO LARGO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	45,0000	180,0000
139	26559	ENXADÃO ESTREITO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	42,0000	168,0000
140	26560	PICARETA CHIVABANCA COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	70,0000	280,0000
141	26561	PICARETA ALVIÃO COM CABO	UN	TRAMONTINA/COLL	4,0000	67,0000	268,0000
142	26562	ARCO PARA BROCA	UN	IRWIN/WORKERR	2,0000	115,0000	230,0000
143	26563	GROZA	UN	NICHOLSON/WORK	3,0000	70,0000	210,0000
144	26564	PÁ	UN	TRAMONTINA/COLL	3,0000	42,0000	126,0000
145	26565	CARRINHO DE MÃO	UN	MAESTRO/FISCHER	2,0000	148,0000	296,0000
146	26566	FITA ZEBRADA 70MM X 200M	UN	WORKER	4,0000	9,0000	36,0000
147	26567	MARRETA	UN	WORKER/PACETTA/	2,0000	63,0000	126,0000
148	26568	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2"	UN	WORKER	200,0000	1,9000	380,0000
149	26569	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4"	UN	WORKER	50,0000	2,8000	140,0000
150	26570	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,4000	84,0000
151	26571	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,9000	76,0000
152	26572	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,4000	56,0000
153	26573	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	1,9000	114,0000
154	26574	ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,3000	138,0000
155	26575	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	2,3000	138,0000
156	26576	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4"	UN	KRONA/DURIN/TIG	60,0000	3,8000	228,0000
157	26577	UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN	KRONA/DURIN/TIG	40,0000	1,8000	72,0000
Total global		**68.514,5000(sessenta e oito mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos)**					

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 044/2017 e da Ata SRP nº061/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2.1 - Os materiais serão solicitados de acordo com as necessidades da municipalidade, de forma fracionada, diariamente e de acordo com as necessidades e serão entregues.

3.2.2 - A partir da entrega e/ou execução, os produtos e/ou serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.2.3 - Na hipótese de rejeição do produto e/ou serviço recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

3.2.4 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.2.5 - O material e/ou serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.3 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.4 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.5 – O fornecimento dos materiais será de **até cinco dias no máximo podendo ser aplicado as leis cabíveis.**

3.6 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$ 68.514,5000 (sessenta e oito mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos)***cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2017 e anos seguintes nas dotações orçamentárias: **órgão:09/unidade:001/proj ativ:2065/elemento:3.3.90.30/cod reduzido:315**

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela **Sr.** FABIANO FLACH VIEIRA**,** portaria n° 0201/2017 de 09 de setembro de 2017, responsável pela secretaria municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 044/2017** é a Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 044/2017**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 29 de Setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GAUMART – GAÚCHA MATERIAIS

DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

CNPJ: 01.916.595/0001-92

CONTRATADO

FABIANO FLACH VIEIRA

Fiscal do Contrato

Portaria nº: 201/2017

TESTEMUNHAS: 1)_____

2)_____

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 018/2017

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **PROCEDIMENTO DE DISPENSA** para prestação de serviços de PAGAMENTOS ELETRÔNICOS POR MEIO DE ORDENS BANCÁRIAS - OBN**,** conforme especificações do edital**,** na **modalidade de Dispensa que foi iniciado no dia 27/**09/2017. Este procedimento será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 art. 24, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Gaúcha do Norte, 27 de setembro de 2017.

NEILLA F. DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 20/2017

PORTARIA Nº. 20/2017 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam nomeados para os respectivos cargos os seguintes membros que formarão a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO** para o exercício de 2017, composto da seguinte forma:

DIVINO APARECIDO SANTOS FREITAS - Presidente - CPF Nº. 009. 715.251-02

SINDERLEI BARBOSA RODRIGUES - Secretário - CPF Nº. 000.199. 451-40

MARIZA TEREZINHA MAUERVERCK - Membro - CPF Nº. 378.446. 521-87

RAQUEL SANTANA TEIXEIRA - Membro - CPF Nº. 030.778.441-09

VALDECY CAMPOS DAVID - Membro - CPF Nº. 181.171.551-68

Artigo 2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº. 012/2017.

.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 02 de Outubro de 2017.

_____

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro

Mato Grosso

LEI N° 892/2017

LEI N.º 892/2017 De, 29 de setembro de 2017.

"Dispõe Sobre a Revogação da Lei Municipal nº 878/2017 de 30 de junho de 2017 e dá outras providências."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada, em sua íntegra, a Lei Municipal n° 878, de 30 de junho de 2017, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal a realizar transporte de cascalho em um raio de até 10 (dez) quilômetros da sede deste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de setembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

LEI N° 893/2017

LEI N.º 893/2017 De, 29 de setembro de 2017.

"Altera a Lei Municipal n° 776/2015, de 20 de agosto de 2015, que dispõe sobre a Cor Oficial a ser utilizada em identificação de Prédios Públicos do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, alterando o artigo 1° da referida lei, e dá outras providências."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A redação do art. 1° da Lei Municipal n.º 776, de 20 de agosto de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*"**Art. 1°.**Ficam estabelecida as cores amarelo, branco, verde e azul como coloração Oficial que deverá predominar nas placas, logotipos, peças publicitárias, uniformes e para a identificação de prédios públicos no Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso".*

Art. 2º. O restante do texto normativo permanece inalterado.

Art. 3º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitando-se o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 29 de setembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 009/2017

RESOLUÇÃO Nº. 009/2017 29 DE SETEMBRO DE 2017.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Faço saber que o Soberano Plenário aprovou e eu, **Heder Caio Pereira da Silva** - Presidente promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º - O *caput* doArt. 2º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° - A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização externa, financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Poder Executivo, e exerce atos de administração interna.

Art. 2º - O §4º do Art. 2º da **Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:**

§ 4° - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Poder Executivo, mediante INDICAÇÔES.

Art. 3º - O *caput* do Art. 3º da **Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 3° - As sessões da Câmara poderão ser realizadas em locais públicos que favoreçam a ampla participação popular, denominadas “Sessões Itinerantes”.

§ 1º As Sessões Itinerantes são Sessões Ordinárias realizadas fora de sua sede, em substituição a estas, nos mesmos dias e horários.

§ 2º As Sessões Itinerantes terão os mesmos procedimentos estabelecidos para as Sessões Ordinárias.

§ 3º As Sessões Itinerantes serão realizadas nos Distritos, Comunidades e demais locais públicos no Município de General Carneiro – MT que possuam as condições necessárias para realização, desde que a discussão na Sessão cause reflexos no local.

§ 4º Caberá ao Presidente da Câmara requisitar, previamente, a segurança policial para o local da Sessão Itinerante e determinar os recursos necessários para sua realização, bem como os procedimentos necessários à manutenção da ordem e do respeito aos trabalhos legislativos.

§ 5º As Sessões Itinerantes serão realizadas mediante convocação da maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que apresentará requerimento de convocação onde deverá conter a data e o local da Sessão Itinerante convocada.

§ 6º A Tribuna Livre, poderá ter seu tempo estendido para as Sessões Itinerantes desde que devidamente solicitado juntamente com o requerimento de convocação devidamente instruído de sua justificativa, o qual será autorizado ou não pelo Presidente.

§ 7° - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas as sessões em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca no auto de verificação da ocorrência.

§ 8° - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

§ 9° - Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas às suas finalidades, sem prévia autorização do Presidente ou, na ausência deste, do 1° Secretário.

Art. 4º - O §1º do Art. 5º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1° - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes não sendo remuneradas de acordo com o estabelecimento na legislação específica, cabendo tão somente ao vereador o valor de seu subsídio.

Art. 5º - O § 6º do Art. 5º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 6° - As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o 1° dia útil subsequente, quando recaírem em Sábado, domingos e feriados, exceto quando o próximo dia útil se encontrar no mês seguinte, sendo as reuniões adiadas para o dia útil imediatamente anterior.

Art. 6º - Fica acrescido o §7º ao Art. 5º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, com a seguinte redação:

§ 7º Durante a realização das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é proibido o acesso a sítios de relacionamento da rede mundial de computadores, exceto se for usado pelo vereador para citação no debate de proposituras ou no uso da tribuna.

Art. 7º - O Art. 7º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7° - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da proposta de diretrizes orçamentárias, que deverá ocorrer até 15 de Julho do exercício corrente, do orçamento anual que deverá ocorrer até 15 de Setembro do exercício corrente e do plano plurianual, que deverá ocorrer até 15 de Setembro do exercício.

Art. 8º - O Art. 8º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8° - As sessões da Câmara Municipal serão sempre públicas.

Art. 9º - O Art. 9º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, fica acrescido do Parágrafo Único, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9° - A Câmara Municipal funcionará, ordinariamente, em sessões públicas, todos os dias 15 e 30 de cada mês, das 09h00min às 11h00min.

Parágrafo Primeiro. Caso a data da sessão coincida com sábado, domingo, feriado ou em dia que não houver expediente, deverá ocorrer a antecipação ou prorrogação da data da sessão, mas preservando a realização das duas sessões ordinárias mensais previstas no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo. – A critério da maioria dos vereadores presentes, as sessões desde que devidamente justificadas poderão iniciar em horário diverso do especificado.

Art. 10º - O Art. 10º da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 – No Plenário da Câmara, durante as sessões, serão admitidos os Vereadores da própria legislatura, os funcionários em serviço exclusivo da sessão, os representantes dos órgãos de imprensa devidamente credenciados e a comunidade em geral.

Art. 11 - O Art. 13 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 - A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário e 2° Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º Na Constituição da Mesa e assegurada tanto quanto possível a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participam da Mesa.

§ 2º As chapas que concorrem à eleição da Mesa Diretora devem ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o 3º (terceiro) dia útil antes da eleição.

§ 3º Só são aceitas e protocoladas as chapas que contiverem os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos respectivos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

§ 4º Cada Vereador só pode participar de uma chapa, e, mesmo em caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.

§ 5º Em caso de desistência justificada e por escrito de concorrente a cargo na chapa protocolada, exceto o que concorra ao cargo de Presidente da Mesa Diretora, aquele concorrente poderá ser substituído em até 30 (trinta) minutos antes da Sessão em que ocorrerá a eleição.

§ 6º Se no dia da eleição, constatar-se até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão, não haver nenhuma chapa inscrita, será aceita inscrição de

chapa, independente do disposto no § 3º deste artigo. Não se iniciará a seção sem que haja o protocolo de chapa para os cargos da Mesa Diretora.

§ 3º deste artigo. Não se iniciará a seção sem que haja o protocolo de chapa para os cargos da Mesa Diretora.

§ 7º Solicitado a votar, pelo Presidente, o vereador diz o número da chapa para a qual dá seu voto. Em caso de chapa única diz que vota "sim" se favorável e "não" se desfavorável à eleição da chapa. É facultado o voto branco e vedada a abstenção ou o voto nulo.

Art. 12 - O Art. 14 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 – O mandato da Mesa Diretora é de 02 (dois) anos, sendo possível a recondução para o mesmo cargo.

Art. 13 - O Art. 19 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 - Na sessão solene de instalação da Câmara, poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de cinco minutos, um representante de cada partido com assento na Casa, o Prefeito, um representante das autoridades presentes e o Presidente que encerrará a sessão.

Art. 14 - O Art. 21 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21 - A Mesa da Câmara compete à direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos e privativamente, em colegiado:

I - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Constituição Federal;

II – apresentar, na forma do artigo 29 da Constituição Federal, projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Presidente do Legislativo, do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários Municipais;

III - apresentar propositura concessiva de licença e afastamento do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo;

IV - elaborar e encaminhar ao Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) dias antes dos prazos estabelecidos na Lei Orgânica, a proposta orçamentária da Câmara Municipal, a ser incluída no orçamento do Município;

V – representar a Câmara Municipal, perante os Poderes da União, do Estado e do Município;

VI – apresentar, em plenário, propositura para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara Municipal, quando excedido o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA;

VII - devolver à Tesouraria da Prefeitura Municipal o saldo de caixa da Câmara Municipal, quando houver, ao final de cada exercício;

VIII - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Poder Legislativo do exercício anterior, para sua incorporação às contas do Município;

IX – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

X - fazer redigir as resoluções e decretos legislativos;

XI - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara Municipal;

XII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XIII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede do Poder Legislativo;

Art. 15 - O Art. 26 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, fica acrescido da alínea m), com a seguinte redação:

m) conceder vista de proposição, por três dias, ao vereador que não seja membro da Comissão analisadora após solicitação, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência, podendo o prazo ser prorrogado a critério do Presidente de até 01 (uma) sessão.

Art. 16 – Fica revogada a alínea h) do inciso II do Art. O Art. 26 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008.

Art. 17 – Fica alterado o Art. 30 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 - A Secretaria da Câmara é composta de 1º e 2º Secretários.

Parágrafo Único - Cabe ao 1º Secretário da Câmara:

a) – colaborar com o Presidente da execução deste Regimento;

b) – constatar a presença dos Vereadores ao abrir-se à sessão confrontando-a com o livro de presença, anotando os seus comparecimentos e as suas faltas e encerrar o livro de presença;

c) – fazer a chamada, se necessária, dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente da Mesa Diretora, anotando os comparecimentos e as ausências;

d) ler a ata, as proposições e os demais documentos aos quais devam ser dada publicidade;

e) fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

f) supervisionar a redação da ata de resumo dos trabalhos da sessão e assiná-la, juntamente com o Presidente da Mesa Diretora;

g) certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

h) registrar em livro próprio, os casos excepcionais ocorridos e a solução encontrada no Regimento Interno, para a aplicação em ocorrências futuras;

i) manter à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente, devidamente atualizados;

j) cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores.

Art. 18 – Fica alterado o Art. 31 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31 - Na falta dos secretários, o Presidente convidará para secretariar os trabalhos qualquer Vereador. Nos casos de vaga a substituição se fará em caráter provisório e tão somente enquanto não for eleito o novo titular.

§ 1º - O 2º Secretário é o substituto do 1º Secretário e este do Vice-Presidente, nos casos de vaga, impedimento ou ausência.

Art. 19 – Fica alterado o Art. 32 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32 - As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos por 03 (três) vereadores, com a finalidade de examinar proposição em trâmite na Câmara Municipal e sobre ela realizar estudos e emitir parecer ou relatório e, ainda, se for o caso, em assuntos de natureza peculiar, investigar os fatos de interesse da administração municipal. As Comissões têm as seguintes denominações:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Especiais;

III - Comissões Processantes;

IV - Comissões Parlamentares de Inquérito.

Parágrafo Único – As Comissões são compostas de três membros: um Presidente, um Relator e um Membro, escolhidos entre os membros da própria Comissão mediante acordo ou eleição.

Art. 20 – Fica acrescido dos §§ 1º, 2º e 3º o Art. 36 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, com a seguinte redação:

Art. 36 – As Comissões Permanentes são compostas cada uma por três Vereadores, com a seguinte denominação: CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO; OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO, portanto, em número de três.

§1º – Iniciados os trabalhos de cada sessão legislativa, a Mesa providenciará a organização das Comissões Permanentes dentro do prazo improrrogável de três dias.

§2º - O estudo de qualquer proposição, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião integrada de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ou, declinando este, será presidida pelo Presidente mais idoso, das comissões.

§3º É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 21 – Fica alterado o caput e as alíneas do Art. 37 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, incumbe manifestar-se sobre todos os projetos oferecidos à deliberação da Casa, verificando-os quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico, bem assim sobre o mérito das proposições no caso de:

a) organização administrativa da Prefeitura e Câmara Municipal.

b) pedido de intervenção no Município;

c) licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções ao ausentar-se do Município;

c) concessão de licença a Prefeito e Vice-Prefeito

d) perda de mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e membros do Poder Legislativo Municipal;

e) concessão de Título Honorífico;

f) remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

g) declarativa de utilidade pública;

h) criação de Entidade, Administração Indireta ou Fundação.

i) Alienação de Bens Móveis e Imóveis do Município e Aquisição de Bens Imóveis ao Município;

j) Denominação ou alteração de denominação de prédios municipais, vias e logradouros públicos.

k) Emenda à Lei Orgânica do Município ou ao Regimento Interno da Câmara.

l) Todas as demais matérias não consignadas nas outras Comissões.

Art. 22 – Fica alterado o caput e as alíneas Art. 38 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38 – A Comissão de Economia Finanças e Orçamento incumbe manifestar-se quanto ao aspecto financeiro, sobre todas as proposições, inclusive aquelas de competência exclusivas de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir à despesa ou a receita pública de modo particular:

a) opinar sobre as diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e plano plurianual;

b) opinar sobre as Contas do Poder Executivo, bem como sobre os atos do Tribunal de Contas em assuntos atinentes à fiscalização de execução orçamentária;

c) verificar os balancetes da Prefeitura e da Câmara, acompanhando por intermédio destes o andamento das despesas públicas;

d) elaborar parecer sobre os projetos que fixem o aumento de vencimentos dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

e) elaborar o Projeto de Orçamento do Município se o Prefeito não o tiver remetido à Câmara até o dia 15 de setembro de cada ano.

f) Matéria tributária e Previdenciária;

g) Abertura de créditos, empréstimos públicos;

h) Proposições que direta ou indiretamente que alterem a despesa ou receita do Município.

Art. 23 – Fica alterado o Art. 39 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 - A Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações cabe opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, autarquias, entidades estatais e execução do Plano Diretor do Município, cabendo, ainda:

a) opinar sobre Código de Obras e Código de Posturas;

b) sistema viário urbano e rural;

c) Plano Diretor e desenvolvimento integrado;

d) Alienação de Bens Móveis e Imóveis do Município e Aquisição de Bens Imóveis ao Município;

e) Quaisquer Obras, Empreendimentos e Execução de Serviços Públicos locais.

Parágrafo Único – Concluindo a Comissão pela Ilegalidade de qualquer projeto, deve-se proceder conforme o disposto no parágrafo único do art. 37 deste Regimento.

Art. 24 – Fica alterado o Art. 40 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40 - Os membros das Comissões serão escolhidos mediante votação nominal pelo plenário, caso não haja acordo entre os líderes e a Presidência da Mesa, e serão eleitos por um biênio de cada legislatura e cada vereador não poderá pertencer a mais de duas Comissões.

§1º O Presidente da Câmara não poderá pertencer a nenhuma Comissão, da mesma maneira os vereadores suplentes.

§ 2º O Suplente só integra as Comissões Permanentes para ocupar o cargo de Membro ou, se assumir definitivamente o cargo de vereador e fizer jus, então, a todas as prerrogativas legais do cargo.

§ 3º Em caso de licença de vereador integrante de Comissão Permanente que nela ocupe cargo de presidente ou relator, automaticamente o vereador titular toma o lugar do vereador licenciado, cabendo ao vereador suplente, exclusivamente, o cargo de membro da Comissão.

Art. 25 – Fica alterado o Art. 44 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um vereador ou eleitor, criará Comissão Parlamentar de Inquérito, por resolução baixada pelo Presidente, em 48 (quarenta e

oito) horas a contar da leitura do requerimento em Plenário, por prazo certo, não superior a 90 (noventa) dias, prorrogável por igual

período ediante requerimento fundamentado encaminhado ao Presidente da Câmara e aprovado pelo Plenário. A resolução que instituir Comissão Parlamentar de Inquérito determinará os fatos a serem apurados, por serem eles da competência municipal bem como ter a Comissão poderes investigatórios e todos os demais poderes conferidos pela Constituição e pela Legislação infraconstitucional vigente. Caso seja constatado qualquer irregularidade serão encaminhados os autos ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal aos infratores. O requerimento será aprovado por maioria absoluta de votos dos membros da Câmara Municipal. O vereador autor do pedido não terá direito ao voto.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a área pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social

do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.

§ 2º O Presidente da Câmara, feitas as indicações dos nomes dos vereadores, em número mínimo de 3 (três), e, se mais, necessariamente número ímpar de integrantes, pelos representantes partidários ou pelos blocos formados, dos integrantes que compõem a comissão especial, observada a proporcionalidade partidária, sempre que possível, e, após o trâmite legal no Plenário, baixará resolução contendo os nomes da composição final dos integrantes da Comissão Especial.

§ 3º É vedado integrar ou participar da Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§ 4º Na reunião de instalação, que se dá no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da constituição da Comissão de Inquérito, esta deve eleger seu presidente e relator geral e, se necessários, relatores parciais.

§ 5º Todos os atos e diligências da Comissão devem ser transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente e conter a assinatura dos depoentes.

§ 6º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação pode:

I - proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§ 7º No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I - Requisitar funcionários do serviço administrativo da Câmara ou, em caráter transitório, de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, indireta e Fundacional do Município, necessários aos seus trabalhos, bem como a designação de diligências, de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho de suas atribuições;

II - convocar secretários municipais;

III - tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – verificar livros contábeis, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta.

§ 8º As testemunhas são intimadas e depõem sob as penas do falso testemunho, previstas na legislação penal, e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada

ao juiz criminal da comarca onde residam ou se encontram as providências permitidas pelo Código de Processo Penal e pela Constituição Federal.

§ 9º A não conclusão dos trabalhos no prazo estipulado, após a prorrogação prevista no art. 44, extinguirá a comissão e todo o trabalho produzido fica confiscado pela Presidência da Câmara para proveito de outra Comissão a ser imediatamente instituída por resolução do Presidente da Câmara, para concluir os trabalhos determinados para a Comissão anterior.

§ 10. É vedado instituir nova Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver funcionando, pelo menos duas comissões de inquérito, salvo mediante Projeto de Resolução aprovado por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, em votação pública nominal.

§ 11. Qualquer Vereador pode comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I - não tenha participação nos debates;

II - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV - atenda às determinações do Presidente.

§ 12. Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos seus integrantes com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deve ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais integrantes da Comissão.

§ 13. Na votação do relatório os integrantes da Comissão podem apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 14. O relatório final deve ser protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado de todas as peças do processo, independe de apreciação do Plenário, mas nele deve ser lido durante o Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte à data do protocolo.

§ 15. Ao termino dos trabalhos a Comissão deve apresentar relatório circunstanciado e conclusivo, a ser publicado no Órgão Oficial do Município e no sítio eletrônico da Câmara Municipal e encaminhado:

I - à Mesa Diretora, para as providências de alçada desta ou do Plenário;

II - ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo Municipal, para adotar as providências saneadoras, de ordem constitucional ou legal;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências de sua alçada.

§ 16. A secretaria da Câmara deve fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que o solicitar.

Art. 26 – Fica alterado o Art. 57 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deve ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme sua gravidade:

I - advertência pessoal;

II – advertência em plenário;

III – Cassação da palavra;

IV – determinar sua retirada do plenário;

V – suspensão a Sessão, para entendimentos na sala da presidência;

VI – propor a cassação do mandato, com observância das disposições Constitucionais e Lei Orgânica do Município.

VII – propor à Câmara todas as medidas que julgar conveniente aos interesses do Município e à segurança e bem-estar dos municípios, bem como impugnar as que lhe pareça contrárias ao interesse público.

Parágrafo Único – Havendo tumulto em plenário, o Presidente poderá suspender a sessão, e inclusive usar de força policial para o cumprimento de suas ordens, desde que legais.

Art. 27 – Fica alterado o Art. 64 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64 - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou diretor equivalente.

Art. 28 – Fica alterado o Art. 66 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66 - Na hipótese do Art. 64 o vereador poderá optar pela remuneração do mandato, se maior, cabendo ao Município o ônus pelo seu pagamento.

Art. 29 – Fica alterado o Art. 67 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67 - As licenças dependerão de requerimento escritos e devidamente instruído com provas, dirigido à Mesa que o transformará em projeto de Resolução que entrará para a ordem do dia da seção seguinte.

§ 1º – A proposição assim apresentada, terá preferência sobre as demais e será aprovada por maioria simples de votos, somente será rejeitada no caso do inciso IV do art. 63 – por 2/3 da Câmara.

§2º - A licença para investidura em cargo de Secretário Municipal independe da aprovação da Câmara Municipal, cabendo tão somente ao vereador apresentar requerimento ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 30 – Fica alterado o Art. 87 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87 - O Presidente advertirá o orador quando faltar dois minutos para o término do tempo de que dispõe para o seu pronunciamento, e fiscalizará a fim de que nessa fase conclusiva.

Art. 31 – Fica alterado o Art. 97 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 97 - Esgotada a "Ordem do Dia", será aberto a "Tribuna Livre" que será cedida a quaisquer cidadãos que quiserem fazer uso da mesma, pelo prazo de 05 (cinco) minutos cada, desde que previamente cadastrados anteriormente ao início da Sessão através da Secretária da Câmara Municipal, até o limite de cinco, para que o cidadão possa expor suas ideias tais como: reivindicar, denunciar, criticar, elogiar.

§1º -: Havendo tempo disponível e justificada necessidade o Presidente poderá autorizar a prorrogação do prazo de utilização da "Tribunal Livre" por mais 05 (cinco) minutos ou o credenciamento de mais de cinco cidadãos.

§2º - Esgotado o prazo da "Tribuna Livre", seguir-se-á "Palavra Livre", que deverá fazer uso os Vereadores pelo tempo restante da

sessão, salvo se a duração da "Ordem do Dia" foi cumprida integralmente, então a "Palavra Livre" terá a duração de 30 (trinta) minutos.

§3º - Na "Palavra Livre", poderá o Vereador abordar qualquer assunto, desde que seja de competência do Legislativo Municipal ou para esclarecer o que o cidadão ou os cidadãos explanou na "Tribuna Livre", pelo prazo de 5 (cinco) minutos, salvo se falar pela Liderança, quando o prazo será acrescido de 50% (cinquenta por cento).

§ 4º - Após a palavra de cidadãos na "Tribuna Livre", caso algum vereador, autoridade ou cidadão deseje expor sua opinião acerca do tema debatido ou deseje arguir seu direito de contraditório ou ampla defesa, deverá requerer imediatamente ao Presidente da Câmara Municipal que autorizará o prazo de 05 (cinco) minutos para uso da tribuna.

Art. 32 – Fica revogado o Art. 98 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008.

Art. 33 – Fica alterado o Art. 100 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100 - Não se admitirão proposições:

a) – sobre assunto alheio a competência da Câmara;

b) – que deleguem a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;

c) – anti-regimentais;

d) – que, aludindo a legislação estadual e municipal não se façam acompanhar de sua prova literal;

e) – quando redigidas de modo que não se saiba qual a providência objetivada;

f) – que fazendo menção a contrato ou concessão, não o transcreva por extenso;

g) – que contenham expressões ofensivas a quem quer que seja;

h) – manifestamente inconstitucionais;

i) – relativas à Lei periódica, fora dos anos próprios à sua apreciação;

j) – declarativas de Utilidade Pública, não se façam acompanhar dos Estatutos publicados no Diário Oficial do Estado e Certidão de Registro no Cartório competente, bem como a prova de que se encontra a entidade beneficiada à época da propositura, em plena atividade, fornecida pelo Juiz de Direito da Comarca ou pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único – Se o autor não se conformar com a decisão, poderá, dentro de quarenta e oito horas, requererem o pronunciamento da Constituição, Justiça e Redação, de cujo parecer dependerá o prosseguimento ou não da mesma.

Art. 34 – Fica alterado o Art. 121 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 121 - Será despachado imediatamente pelo Presidente o Requerimento oral que solicite:

a) a palavra ou desistência dela;

b) permissão para falar sentado;

c) posse de vereador;

d) leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do plenário;

e) inscrição em ata de declaração de voto;

f) retificação da ata;

g) observância de disposição regimental;

h) retirada pelo autor, de proposição com parecer contrário ou sem parecer;

i) verificação de votação ou de presença;

j) informação sobre os trabalhos, a pauta, ou Ordem do Dia;

k) inclusão na Ordem do Dia, de proposição em condições regimentais de nela figurar.

l) a vista do Projeto de Lei em discussão, exceto nos casos de tramitação em regime de urgência;

Art. 35 – Fica alterado o Art. 122 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 122 - Dependerá de deliberação do plenário, será escrito e sofrerá discussão, o requerimento que solicite:

a) representação da Câmara mediante comissão externa;

b) constituição de comissão especial;

c) registro nos anais de voto de confiança, homenagem, louvor, regozijo, solidariedade, congratulação, repúdio protesto, desagravo ou pesar;

d) adiantamento de discussão ou votação;

e) suspensão ou levantamento de sessão;

f) licença para vereador, exceto para assumir o cargo de Secretário Municipal.

g) audiência de secretário, servidor ou prefeito para, em plenário, prestar esclarecimento aos vereadores.

Art. 36 – Fica alterado o Art. 129 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 129 - A Moção consistirá de:

a) voto de aplauso, reconhecimento e congratulação por ato público ou acontecimento de alta significação;

b) manifestação de repúdio, de protesto ou desagregado por ato público considerado infenso ao interesse coletivo, ao espírito democrático ou aos princípios da Justiça da Moral ou da Razão;

c) manifestação de pesar, direcionado à família de pessoa falecida que tenha prestado serviços à comunidade Generalcarneirense;

Art. 37 – Fica alterado o Art. 133 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 133 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 1 – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra, substituindo em parte ou todo de um projeto, ou seu título, capítulo, seção ou subseção, no seu todo.

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que manda fazer acréscimos em outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que altera a redação de outra.

Art. 38 – Fica alterado o Art. 140 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 140 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase de elaboração legislativa, a retirada de qualquer proposição, cabendo ao Presidente definir o pedido quando ainda houver parecer ou este lhe for contrário.

§ 1º – Se a proposição tiver parecer favorável de qualquer Comissão, caberá ao Presidente decidir o pedido de retirada.

§ 2º – O vereador não sendo autor do Projeto em votação poderá requerer vista do Projeto de Lei, que será autorizado pelo Presidente e será retirado da votação.

§ 3º – O pedido de vista será oral, e havendo mais de um requerimento, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 01 (uma) sessão para cada um deles,

sendo a proposição inclusa na Ordem do Dia da sessão subsequente.

Art. 39 – Fica alterado o Art. 147 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 147 - Os projetos de lei serão submetidos as seguintes discussões além da redação final:

§1º - Na primeira examina-se a sua legalidade em função do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§2º - Na segunda, os pareceres das demais Comissões, emendas, subemendas e substitutivos, se houver.

§3º - Na terceira, a votação global, sendo a confirmação da vontade dos legisladores, face às modificações das emendas.

Art. 40 – Fica revogado o §1º do Art. 158 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008.

Art. 41 – Fica alterado o Art. 163 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 163 – Não haverá nenhuma votação secreta no âmbito da Câmara Municipal de General Carneiro – MT.

Art. 42 – Fica revogado o Art. 164 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008.

Art. 43 – Fica alterado o Art. 165 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 165 - Antes de iniciada a votação, o líder da bancada, o autor do projeto ou seu representante designado, o relator da comissão ou ainda o Assessor Jurídico da Câmara Municipal, poderão usar da palavra para encaminhamento de votação, isto é, fixar antes o

plenário a orientação a ser seguida e pelo prazo máximo de cinco minutos, podendo ser prorrogado por mais cinco minutos.

Art. 44 – Fica alterado o Art. 175 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 175 - Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

§ 1º Se o Prefeito Municipal vetar no todo ou em parte a proposição aprovada pela Câmara Municipal, comunicar-lhe-á o veto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentando razões. O veto deve ser incontinente encaminhado pelo Presidente da Câmara à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que pode solicitar parecer de outra Comissão, com a qual pode reunir-se em conjunto.

§ 2º - O veto deverá sempre ser justificado e quando parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de 15 dias úteis do prefeito importará sanção.

§ 4º - A apreciação do veto pelo plenário da Câmara será dentro de trinta dias a contar do seu recebimento em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao prefeito para promulgação.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo prefeito, nos casos do § 3º e 5º o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo.

§ 8º - A Lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 9º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu presidente, com o mesmo número de lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 7º.

§ 10º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11º - Na apreciação poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 45 – Fica alterado o Art. 183 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 183 - A Câmara Municipal somente poderá julgar as contas do prefeito, após parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 1º - A Câmara Municipal em até 60 (sessenta) dias contados desde o recebimento para delinear sobre as contas do Prefeito com o parecer do Tribunal de Contas, devendo ocorrer à discussão e votação em uma única sessão, com votação de maioria absoluta dos vereadores.

§ 2º - A análise das Contas Anuais do Prefeito serão de responsabilidade da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, para parecer de mérito.

§ 3º - Rejeitada as contas, a mesa da Câmara Municipal remeterá em 72 horas, todo processo ao Ministério Público, que adotará os procedimentos legais.

Art. 46 – Fica alterado o Art. 185 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 185 - Ficam instituídas no Município de General Carneiro, por concessão da Câmara Municipal as seguintes honrarias:

I – Título de cidadão Generalcarneirense;

II – Título de Prefeito Emérito;

III – Título de cidadão benemérito.

§ 1º - Título de cidadão Generalcarneirense, será concedido a pessoas que reconhecidamente tenham prestados serviços ao Município que ajudem no desenvolvimento econômico social local, passando a pessoa ho-

menageada a ser conterrânea da terra natal, não sendo natural do Município, residindo ou não no local, mediante aprovação pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara.

§ 2º - Título de Prefeito Emérito constitui um reconhecimento da Câmara Municipal a ex-administradores com destaque e exemplar atuação na vida pública, mediante aprovação pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara.

§ 3º - Título de cidadão benemérito será concedido à pessoa digna de honras, que merece recompensas e aplausos por serviços importantes ou por procedimentos notáveis prestados à sociedade, mediante aprovação pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara.

Art. 47 – Fica alterado o Art. 195 da Resolução n° 007/2008 de 15 de Julho de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 195 - Quando o parecer contrário de qualquer Comissão Permanente prevalecer em Plenário, o Projeto será arquivado.

Art. 47 – Todos os demais conteúdos da Resolução nº. 07, de 15 de Julho de 2008 permanecem inalterados.

Art. 48 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (29.09.2017).

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

LEI N° 891/2017

LEI N.º 891/2017 De, 29 de setembro de 2017.

"Altera a Lei Municipal n° 774/2015, de 20 de agosto de 2015, que dispõe sobre a criação do cargo de Procurador Jurídico na Procuradoria Geral do Município de General Carneiro, alterando os §§ 1°, 2° e 3° do art. 11 da referida lei, e dá outras providências."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A redação do art. 11 da Lei Municipal n.º 774, de 20 de agosto de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. *O cargo de Procurador Jurídico do Município terá carga horária normal de 20 horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 8.906/94 – Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil.*

§1° - *A critério de conveniência e oportunidade poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizar o procurador a optar por jornada de trabalho de seis (06) horas diárias, ou trinta (30) semanais, e, terá sua remuneração acrescida de 30% sobre os vencimentos totais.*

§2° - *A qualquer tempo poderá o Chefe do Poder Executivo, a seu critério, cancelar a opção por jornada de seis horas do procurador.*

§3° - *Não haverá limite diário de horas na realização de serviços externos, tais como a participação em audiências e julgamentos judiciais, pesquisas, verificações e diligências em cartórios Judiciais e Extrajudiciais, unidades e órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, desde que previamente autorizado pelo seu chefe imediato.*

Art. 2º. O restante do texto normativo permanece inalterado.

Art. 3º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitando-se o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 29 de setembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 006/2017

O Senhor Paulo Remédio, Prefeito Municipal de Glória D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao artigo 31, § 3° da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, comunica a todos que os Relatórios **RGF – Relatório de Gestão Fiscal do Segundo Quadrimestre de 2017**, e os Relatórios **RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Quarto Bimestre de 2017,** da Prefeitura Municipal de Gloria D' Oeste - MT, encontra-se a disposição no site **www.gloriadoeste.mt.gov.br,** no link **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA,** para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Gloria D' Oeste - MT, 30 de Setembro de 2017.

PAULO REMEDIO

Prefeito Municipal

ATA DE AUDIENCIA PÚBLICA Nº 03/2017, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GLÓRIA D'OESTE-MT, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE FORAM EXPOSTAS E DEBATIDAS AS INFORMAÇÕES SOBRE: AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2017, às 08 horas, no Salão Múltiplo Uso, localizado à Rua Eloy Custódio da Silva, nº 1.888, reuniram-se o Prefeito, o Contador da Prefeitura, Assessoria, Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4°, do Artigo 9° da LRF e ao parágrafo 5°, do Artigo 36° da Lei 141/2012 com o objetivo da realização de audiência pública com vistas a prestação de contas relativas ao 2° Quadrimestre do exercício financeiro de 2017. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara Municipal, nas Secretarias do município, Cooperativa de Crédito Sicredi, Banco Bradesco, Correios e entregues convites a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador acompanhado da Assessoria Contábil deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida explanações sobre noções básicas da Lei nº 101/2000- LRF, pilares básicos, princípios da gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e de improbidades correspondentes. A representante da Secretária Municipal de Saúde Senhorita Daiane Teodoro, apresentou as ações e serviços de saúde referente ao cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestres de 2017. Durante a audiência pública foi exposta a situação em que se encontra a Secretaria Municipal de Saúde, as transferências de recursos que foram recebidas dos governos, Federal até o período de 31/08/2017 Saúde SUS foi no montante total R$ 319.484,13 (Trezentos e Dezenove Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Treze Centavos). Estadual até o período de 31/08/2017 o valor total R$ 71.301,07 (Setenta e Um Mil e Trezentos e Um Reais e Sete Centavos), recursos próprios (15%) o valor R$ 1.259.150,65 (Um Milhão, Duzentos e Cinquenta e Nove Mil e Cento e Cinquenta Reais e Sessenta e Cinco Centavos). As despesas totais que foram liquidadas até o período de 31/08/2017 R$ 1.729.375,76 (Um Milhão, Setecentos e Vinte e Nove Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos) e em quais ações. Índice apurado aplicado 18,21%. Explanações sobre quantidade de atendimentos e exames. A representante da secretária de saúde agradeceu a presença de todos e deu por encerrada esta Audiência Pública, na qual foi lavrada esta Ata que juntamente a ela consta a lista de assinaturas dos participantes presentes à audiência pública.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE

CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2017.

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2017, às 08 horas, no Salão Múltiplo Uso, localizado à Rua Eloy Custódio da Silva, nº 1.888, reuniram-se o Prefeito, o Contador da Prefeitura, Assessoria, Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4°, do Artigo 9° da LRF, com o objetivo da realização de audiência pública com vistas a prestação de contas relativas ao 2° Quadrimestre do exercício financeiro de 2017. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara Municipal, nas Secretarias do município, Cooperativa de Crédito Sicredi, Banco Bradesco, Correios e entregues convites a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador acompanhado da Assessoria Contábil da Prefeitura deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida deu início as explanações sobre noções básicas da Lei nº 101/2000- LRF, pilares básicos, princípios da gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e de improbidades correspondentes. A receita arrecada até o período de 31/08/2017 foi no montante total de R$ 8.828.233,04 (Oito Milhões, Oitocentos e Vinte e Oito Mill, Duzentos e Trinta e Três Reais e Quatro Centavos). A despesa empenhada até o período de 31/08/2017 foi no valor total de R$ 8.791. 140,04 (Oito Milhões, Setecentos e Noventa e Um Mil, Cento e Quarenta Reais e Quatro Centavos). As despesas a pagar processadas e não processadas até o período de 31/08/2017 foi no montante total de R$ 339. 943,55 (Trezentos e Trinta e Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta e Cinco Centavos). Disponibilidade Financeira Total R$ 1.630.535,92 (Um Milhão, Seiscentos e Trinta Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Noventa e Dois Centavos), sendo disponibilidade correntes R$ 971.936,70 (Novecentos e Setenta e Um Mil, Novecentos e Trinta e Seis Reais e Setenta Centavos) e Convênios R$ 658.599,22 (Seiscentos e Cinquenta e Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos). Com relação aos índices constitucionais de aplicação em Educação, Saúde, Fundeb e Pessoal, tais índices estão dentro da legalidade até o quadrimestre em análise. Apresentadas as informações, o contador da prefeitura de Glória D'Oeste deu como encerrada suas explanações, agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrada a Audiência Pública. Eu, Joabe Francis Garcia Silva, lavrei a presente ata, que juntamente com a lista de assinaturas dos participantes da presente audiência será encaminhada para a devida publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EDITAL DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, torna público que a vencedora do Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preço 001/2017, cujo objetivo é **Contratação De Empresa Para Reforma E Ampliação Da Escola Municipal Arthur Mezanini**, empresa CONSTRUTORA CARDOSO**,** CNPJ: 27.862.223/0001-14, estabelecida na rua Barão do Rio Branco, CEP: 78.295-000, centro, Indiavaí-MT, que foi vencedora do lote 1, com a proposta total de R$: 517. 156,48(quinhentos e dezessete mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), fica aberto o prazo recursal conforme art. 109 da lei Federal nº. 8666/93. Cleber Pereira dos Santos – Presidente da CPL, INDIAVAÍ-MT, 02 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIAS

PORTARIA N° 270/2017

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Marlene Tonassou Siqueira,** matricula 252, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 13/01/2016 a 12/01/2017, gozando-as a partir de 01/09/2017 retornando suas atividades em 01/10/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 271/2017

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Cindy Gabrieli Lara da Silva,** matricula 1203, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 08/08/2016 a 07/08/2017, gozando-as a partir de 01/09/2017 retornando suas atividades em 01/10/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 272/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo artigo 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Jeane Carla Kraemer Knorst, matricula n° 863, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença – prêmio,* pelo período de 04/09/2017 a 02/12/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 273/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e aparado pelo artigo 17 da Lei Complementar Municipal 024/2009, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr° José Malvino de Lima, matricula n° 330, servidor efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, *Licença - prêmio* pelo período de 08 de setembro de 2017 a 22 de setembro de 2017

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 274/2017

SÚMULA: "Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a *licença para tratamento de saúde*, concedida a Sr°. **Inez Erilde Belle Arndt**, matricula n° 350, servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração de Planejamento, até a data de 01 de outubro de 2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado continua a correr à conta do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 275/2017

SÚMULA: "Exonera Servidor que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 41 da Lei Complementar 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr° **Alex Adrian Araujo Barbosa,** matricula **1253, d**o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais 40h**,** lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a pedido do servidor.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a data de 05 de setembro de 2017.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 276/2017

SÚMULA: "Concede Licença Maternidade a servidora que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo artigo 110 da Lei Complementar Municipal 002/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora**Amanda Andrade Galvão**, matricula 1264, servidora no cargo de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 120 dias com início em 06 de setembro de 2017 até 04 de janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de setembro de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 277/2017

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **Edinei Caminski,** matricula 1193, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 01/08/2016 a 31/07/2017, gozando-as a partir de 11/09/2017 retornando suas atividades em 11/10/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 278/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo artigo 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Rosane de Fatima Battu do Carmo Gonçalves, matricula n° 861, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença – prêmio,* pelo período de 14/09/2017 a 13/10/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 14 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 279/2017

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Ana Paula Oliveira Nunes,** matricula 1230, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 18/08/2016 a 17/08/2017, gozando-as a partir de 19/09/2017 retornando suas atividades em 19/10/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 18 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 280/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Srª. Jocilene Oliveira da Silva, matricula n° 216, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença para Tratamento de Saúde,* no período de 26/09/2017 a 26/10/2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado, durante seu período de licença, será de responsabilidade do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 26 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 281/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Srª. Edna Selinger Martin, matricula n° 228, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença para Tratamento de Saúde,* no período de 28/09/2017 a 13/10/2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado, durante seu período de licença, será de responsabilidade do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 28 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 282/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Srª. Luciana Nava, matricula n° 907, servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde e saneamento, *Licença para Tratamento de Saúde,* no período de 29/09/2017 a 04/10/2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado, durante seu período de licença, será de responsabilidade do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETOS

DECRETO N° 142/2017

SÚMULA: "Altera a composição do Conselho Municipal Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** atendendo o que dispõe a Lei nº 372/2015,

CONSIDEANDO a indicação de novos membros titulares e suplentes pelas entidades representativas do Poder Público e da Sociedade Civil relacionadas nos incisos I a XIII do artigo 2º caput da Lei nº 372/2015, para compor o CONREDES no próximo biênio;

CONSIDERANDO que o artigo 2º caput da Lei nº 372/2015 garante a paridade na representação entre os órgãos públicos e a sociedade Civil

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição dos Membros que compõem o Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá -CONREDES – ficando nomeados os seguintes representantes:

Representante / Local	Representante Titular	Representante Suplente
Secretaria Municipal de Finanças	Emerson Sabatine	Emerson Ferron Carneiro
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Daniel Orzechovsk	Airton Zampiere
Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho	Camila Rodrigues	Rosenilda de Santana
Departamento Jurídico do Município	Aldo Loureiro da Silva	João dos Santos Ferreira
Poder Legislativo (02) Câmara Municipal de Itanhangá	Bruno Henrique Ascari Félix e Leandro Martins Pinto	Luiza Francisca da Rocha E Zilmar Albuquerque Rodrigues
21ª Subseção da OAB/MT	Carmem Cristina Garbossa	Astor Beskow
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhangá - STR	Ari de Oliveira	Carla Fátima Teo Brun
Associação de Moradores da Comunidade Rural São Marcos	Olíbio Mariotti	Valdeir Cordeiro Paz
Cooperativa Agropecuária de Produtores rurais de Itanhangá - COOPERITA	Anders José Wohl	Emerson Selinger
Associação de Produtores Rurais e Chacareiros da Agrovila Monte Alto	Antonio Cordeiro dos Santos	José Arnaldo Prado
Associação de Aquicultura de Itanhangá - ASSAI	Antonio Rodrigues da Fonseca	Paulo Cesar Dapper

Art. 2º - Poderão participar do Conselho Municipal Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá, como entidades parceiras sem direito a voto, as seguintes autoridades e/ou Órgãos Públicos:

a) Prefeito Municipal de Itanhangá;

b) Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá;

c) Juízo da Comarca de Tapurah;

d) Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA

e) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–INCRA

f) Governo do Estado de Mato Grosso;

g) Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

h) Ministério Público Estadual da Comarca de Tapurah;

i) Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tapurah

j) Cartório de Registro Civil de Itanhangá

k) Defensoria Pública da Comarca de Tapurah

Art.3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 143/2017

SÚMULA: "Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores e,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Gratificação salarial de 20%, a Servidora Ana Claudia Germano Alves, matricula 1242, efetiva no cargo de Agente Administrativo 40h, em decorrência da responsabilidade pelo pleno funcionamento do Relógio Ponto dos servidores municipais, pela manutenção e controle de seu sistema de software, pela manutenção do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, com base na Lei 298/2013, bem como pelas atividades inerentes ao cargo de Ouvidor Municipal.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 154/2017

SÚMULA: "Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores e,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Gratificação salarial de 100% a Srª. Tainá Conceição Rodrigues, matricula 1202, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, em decorrência da responsabilidade pelas atividades de *conciliação bancaria das contas municipais; levantamento de receitas; liquidação, digitalização de notas fiscais; arquivo de processos de pagamento; bem como recebimento de pedidos de diárias e adiantamentos bem como da conferencia da prestação de contas dos mesmos*.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
LEIS

LEI MUNICIPAL Nº 426/2017

SÚMULA: *"*Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017, e dá outras providências.*"*

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a Abrir Credito Adicional Suplementar na Lei nº 406/2016 - Orçamento Programa para o Exercício Financeiro de 2017, no valor de até R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais) nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, para reforço das Dotações Consignadas no Orçamento Corrente, sob os seguintes códigos:

Orgão: 01 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Função: 01 – Legislativa		
Sub-Função: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Ação do Legislativo		
Atividade: 2.001 – Manutenção e Encargos da Câmara Municipal		
Natureza da Despesa:		
33.90.14.00.00 – Diárias - Civil	R$	5.000,00
33.90.33.00.00 – Passagens Despesas com Locomoção	R$	2.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	2.000,00
TOTAL	R$	9.000,00

Artigo 2º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Orgão: 01 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Função: 01 – Legislativa		
Sub-Função: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Ação do Legislativo		
Atividade: 2.001 – Manutenção e Encargos da Câmara Municipal		
Natureza da Despesa:		
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	R$	3.000,00
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	R$	2.050,00
33.70.41.00.00 – Contribuições	R$	300,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$	1.300,00
33.90.41.00.00 – Contribuições	R$	500,00
TOTAL	R$	7.150,00

Orgão: 01 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Itanhangá		
Função: 01 – Legislativa		
Sub-Função: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0002 – Infraestrutura do Legislativo		
Atividade: 1063 – Constr./Ampl./Reforma – Sede da Câmara		
Natureza da Despesa:		
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$	450,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	450,00
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	950,00
TOTAL	R$	1.850,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 427/2017

SÚMULA: *" Altera a Lei nº 376/2017 que* dispõe sobre a Implementação do Programa de Regularização Fundiária na área considerada de interesse público e social localizada no núcleo urbano do município de Itanhangá e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica Alterado o artigo 5º da Lei Municipal nº 376/2015, que passa a ter a seguinte redação:

Art.5º - A regularização e transferência dos imóveis urbanos, que compõem a Primeira Etapa da Regularização Urbana, composta pelo Loteamento de parte do Núcleo Comunitário 2 (dois), oriundo do Lote nº 424, de que trata a Cláusula segunda do TERMO DE DOAÇÃO/INCRA/SR-13/G/ Nº 003/2006, de 13 de agosto de 2006, deverá ser requerida pelos ocupantes, junto ao Departamento de Tributos do município, mediante a entrega da documentação necessária, até o dia 20 de dezembro de 2018;

§ 1º - Recebida a documentação será analisada e homologada pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária, criado pela Lei Municipal n° 372/2015, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

I. O conselho deverá conferir a documentação e, em estando correta homologará. Caso haja alguma duplicidade de beneficiários ou litígio será suspensa a análise até resolução do conflito;

II. Os beneficiários que não resolverem seus conflitos administrativamente deverão fazê-lo judicialmente, no prazo de até 90 (noventa) dias após a notificação do Conselho.

§ 2º – Findo o prazo previsto no "caput", sem a solicitação de regularização e/ou entrega de documentos, os ocupantes não serão incluídos no Programa de Regularização Fundiária abrangido por esta Lei e seus imóveis retornarão a posse do município que já detém o domínio, após as notificações devidas, e a alienação poderá será feita mediante processo licitatório, na modalidade de concorrência.

§ 3º - O prazo para regularização e transferência dos imóveis urbanos que comporão as novas etapas, através de Loteamentos dos demais Núcleos Urbanos, será de 02 (dois) anos, contados da publicação de Edital de Regularização Fundiária, após o registro do Loteamento;

Art. 2º - Fica Alterado o artigo 7º da Lei Municipal nº 376/2015, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber, através de Decreto do Executivo Municipal;

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

*L*EI COMPLEMENTAR Nº 084/2017

SÚMULA: "Altera disposto na Lei Complementar nº 005/2005, bem como, regulamenta a instituição do Domicílio Eletrônico de Contribuintes e dá Outras Providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1° - Acrescenta incisos e parágrafos no art. 89 da Lei Complementar nº 005/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 89** - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:*

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art.87 desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO NA LC 116/03)

XI – (VETADO NA LC 116/03)

XII -do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5. 09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§1° - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2° - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§3° - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§4° - Na hipótese de descumprimento do disposto no caputou no §1°, ambos do art. 8o-A da Lei Complementar Nacional n. 116/03, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2° - O art. 93 da Lei Complementar 005/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.93 – A responsabilidade pelo pagamento e/ou retenção do imposto é devido tanto pelo contribuinte, como por terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.

§1° -Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§2° -Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1o deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no §4o do art. 89 desta Lei Complementar.

§3° -No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pes-

soa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§4° -No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3° - Fica revogado o §1º do art. 95 da Lei Complementar 005/2015.

Art. 4° - Altera o caput do art. 96, bem como, inclui o §7º no referido artigo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.96 – O valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota correspondente a 4% (quatro per cento) para os serviços da Tabela III, com exceção para os serviços constantes nos itens 07.01 a 7.22 e 15.01 a 15.18 que será 5% (cinco per cento).

(...)

§7º - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista constante na Tabela III desta Lei Complementar.

Art. 5° - A Lista de Serviços constante da Tabela III da Lei Complementar 005/2005, passa a vigorar conforme as alterações do Anexo I da presente lei.

Art. 6° - Acrescenta os *Artigos de nº 109A a 109E*, no título III, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei Complementar n º 05/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109 A - Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças e o sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, sendo obrigatório o credenciamento para as pessoas jurídicas e físicas, observadas a forma, condições e prazos previstos em regulamento.

Art. 109 B - A Secretaria Municipal de Finanças poderá utilizar a comunicação eletrônica para:

I – cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II – encaminhar notificações, intimações e autos de infração, formalizando lançamento de tributos e multas;

III – expedir avisos em geral.

Parágrafo único - A expedição de avisos por meio do DEC, a que se refere o inciso III do "*caput*" deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional.

Art. 109 C - Recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após seu credenciamento na Secretaria Municipal de Finanças, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo único - Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Finanças, através de senha e login ou por certificação digital, de forma a preservar o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 109 D - O credenciamento será obrigatório aos contribuintes e responsáveis, conforme dispuser regulamento, e as comunicações da Secretaria Municipal de Finanças ao sujeito passivo serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, em portal próprio denominado "DEC", dispensando-se neste caso, a sua publicação no Diário Oficial, a notificação ou intimação pessoal, ou o envio por via postal.

§1º -A comunicação feita na forma prevista no "caput" deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§2º - Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§4º - A consulta referida nos §2º e §3º deste artigo, deverá ser feita em até 10 (dez) dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§5º - No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

Art. 109 E - A recusa ou ausência de credenciamento ao DEC, nos termos e prazos estipulados em regulamento, ensejará multa no valor de R$ 1. 000,00 (mil reais), sem prejuízo de outras de medidas administrativas cabíveis.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação quando ao DEC ora instituído, e a partir de 1° de janeiro de 2018 quando aos demais artigos, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA III – Lista de Serviços tributáveis pelo ISSQN

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviçosde medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite-service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 **– Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.**

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de má-

quinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de **imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.**

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, **movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.**

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier**e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de setembro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2017

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 056/2017**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sementes de grama, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Itanhangá-MT.",** teve como vencedora a empresa **ROSANGELA T. SCHER-ME – CNPJ: 18.204.125/0001-07** com o valor total de **R$ 36. 900,00** (trinta e seis mil e novecentos reais).

Itanhangá-MT, 02 de outubro de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS FISCAIS DE CONTRATOS - MÊS: SETEMBRO/2017.

PORTARIA DLC N° 052/2017

DATA: 01 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Altera a Portaria n° 024/2017 e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **RENATE LANGHORST,** portador do CPF n° **023.497.911-90**, para acompanhar e fiscalizar, a execução do contrato n° 024/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **TIM – TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS MATOGROSSENSES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº. **14.421.118/0001-06,** que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema Aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario, em especial da PORTARIA DLC nº. 024/2017.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GREZCHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 053/2017

DATA: 01 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Altera a Portaria n° 034/2017 e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **RENATE LANGHORST,** portador do CPF n° **023.497.911-90**, para acompanhar e fiscalizar, a execução do contrato n° 034/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI-ME,** inscrita noCNPJ sob o nº. **22.446. 279/0001-74,** que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM (DIÁRIAS), SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO, COM A FINALIDADE DE ATENDER OS PACIENTES ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO EM CUIABÁ-MT.** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema Aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da PORTARIA DLC nº. 024/2017.

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GREZCHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 054/2017

DATA: 01 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Designar a servidora Srª.* **Leidiane Godinho da Silva***, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **LEIDIANE GODINHO DA SILVA** inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 006/2015**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa**AGRODATA INFORMATICA LTDA - ME - CNPJ: Nº. 06.853.262/0001-85,** cujo objeto é a **Contratação de empresa para fornecimento de soluções integradas de tecnologia da informação específicas para gestão pública a serem utilizadas pelo Município de Itanhangá/MT.**Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 020/2016;

Itanhangá-MT, 01 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

PORTARIA DLC N° 055/2017

DATA: 04 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Designar o servidor Sr.* **Airton Zampieri***, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **AIRTON ZAMPIERI,** inscrito no CPF n° 737.460.539-00, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 046/2017**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa**APUÍ CONSTRUTORA DE OBRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **09.258.862/0001-93**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS E OUTROS SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLANAGEM NA ZONA RURAL E URBANA.** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 04 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 056/2017

DATA: 12 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Designar a servidora Srª.* **Silvana Matter***, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Silvana Matter**,inscrita no **CPF n° 990.540.191-15,** , para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 047/2017**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa**GILBERTO DAMIAO RAMOS – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. **22.674.497/0001-66**, que tem por objeto **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, limpeza e conservação urbana e coleta de lixo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá-MT.** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 12 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 057/2017

DATA: 15 de setembro de 2017.

SÚMULA: "*Designar a servidora Srª.* **Márcia Regina Gerente Becker***, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências. "*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Márcia Regina Gerente Becker**, inscrita no **CPF n° 537.419.271-04,** para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 048/2017**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa**UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.237.379/0001-41, que tem por objeto **Contratação de empresa especializada na área de construção civil para conclusão da construção de uma Quadra Escolar Coberta com vestiário, no Pátio da Escola Municipal Paulo Freire, Município de Itanhangá-MT.** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 15 de setembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – MÊS: SETEMBRO/2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 048/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: ALEXANDRE A. BUENO – ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.

VALOR GLOBAL: R$ 110.957,00 (cento e dez mil novecentos e cinquenta e sete reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/09/2017

VIGÊNCIA: 01/09/2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 049/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: RAINHA & RAINHA LTDA-ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 8.865,00 (oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/09/2017

VIGÊNCIA: 01/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 050/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: THOMAZ E THOMAZ LTDA-EPP

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 169.075,00 (cento e sessenta e nove mil e setenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/09/2017

VIGÊNCIA: 01/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 051/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: GILBERTO DAMIÃO RAMOS – ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, limpeza e conservação urbana e coleta de lixo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá-MT.

VALOR GLOBAL: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/09/2017.

VIGÊNCIA: 12/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 052/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: FURACÃO LUBRIFICANTES E PEÇAS LTDA-ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, graxas e fluídos para atender as necessidades do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 57.245,00 (cinquenta e sete mil duzentos e quarenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2017.

VIGÊNCIA: 14/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 053/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: J. I. BUSATTA-ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, graxas e fluídos para atender as necessidades do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 39.375,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2017.

VIGÊNCIA: 14/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 054/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: RONIVAN ROSSONI – EPP

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, graxas e fluídos para atender as necessidades do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 45.745,00 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2017.

VIGÊNCIA: 14/09/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 055/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, camaras de ar e protetores, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.

VALOR TOTAL: R$ 63.724,00 (sessenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/09/2017

VIGÊNCIA: 26/09/2018

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 002/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: KIRST TRR – LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o acréscimo dos itens 01 e 02 tendo em vista o equilíbrio financeiro.

DATA DE ASSINATURA: 25/09/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATOS, RESCISÃO E TERMO ADITIVOS – MÊS: SETEMBRO/2017

EXTRATO DE CONTRATO N°. 046/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: APUÍ CONSTRUTORA DE OBRA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS E OUTROS SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLANAGEM NA ZONA RURAL E URBANA

VALOR GLOBAL: R$ 61.450,00 (sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 04/09/2017

VIGÊNCIA: 04/12/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°. 047/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: GILBERTO DAMIAO RAMOS – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA E COLETA DE LIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT

VALOR GLOBAL: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/09/2017

VIGÊNCIA: 12/09/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°. 048/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO, NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE, MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇO, CONFORME PLANILHAS E COMPLEMENTARES.

VALOR GLOBAL: R$ 65.460,09 (sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta reais e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15/09/2017

VIGÊNCIA: 15/01/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 006/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: AGRODATA INFORMATICA LTDA - ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor e prorrogar a vigência do contrato.

VALOR ACRESCIDO: R$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/09/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 013/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA LMG EIRELI-ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 29/09/2017

VIGÊNCIA: 31/10/2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 026/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITANHANGÁ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por aditar as quantidades dos itens 07 e 08.

VALOR ACRESCIDO: R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/09/2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato n° 038/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA LMG EIRELI – ME

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 038/2017 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASPERSÃO DE ÁGUA EM RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS NO DISTRITO DE SIMIONE, DO MUNICÍPIO ITANHANGÁ-MT

DATA DE ASSINATURA: 28/09/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 013/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: JESSICA BARRETO ROSE-ME – CNPJ: 27.009.318/0001-00

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 013/2017 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM EXECUTADOS POR 01 (UM) PROFISSIONAL, COM ESPECIALIDADE MÍNIMA EM CLÍNICA GERAL, PARA ATENDIMENTO Á POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ.

DATA DE ASSINATURA: 02/10/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual Prestação de Serviços de Retifica de Motores, para Manutenção da frota Municipal",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **18 DE OUTUBRO DE 2017 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 02 de outubro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
LISTA DE ISENÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

LISTA DE ISENÇÕES DEFERIDAS

CARGO: ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA II – CONTADOR

Nº INSC	DATA NASC	CANDIDATO	ISENÇÃO SOLICITADA	ISENTO
684084	05/08/1990	Alcione Da Mata Borges	Possui CadÚnico(NIS)	sim
686434	14/11/1987	Alvaro Christoff Lopes Costa	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
686717	12/02/1995	Amanda Alves De Souza	Possui CadÚnico(NIS)	sim
686375	25/11/1992	Ane Caroline Moreno	Possui CadÚnico(NIS)	sim
685527	06/01/1980	Fabiana Aparecida Lima Da Cruz	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
684142	12/06/1995	Fabiula Antonia De Araujo	Possui CadÚnico(NIS)	sim
686435	25/12/1987	Fellippe Camara Taborelli Da Silva	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
686038	03/12/1982	Flavia Patricia De Oliveira Aguiar	Possui CadÚnico(NIS)	sim
686082	23/09/1991	Gislene Gomes Guimaraes	Possui CadÚnico(NIS)	sim
688174	21/04/1969	Liara Cristina Bohm	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
683771	13/03/1993	Maria Dayana Silva Lins	Possui CadÚnico(NIS)	sim
687215	15/05/1990	Moises Borges De Oliveira	Possui CadÚnico(NIS)	sim
687761	27/10/1977	Nevaldir Da Silva Teixeira	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
691415	19/06/1979	Orivaldo Luiz Pinheiro	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
683821	20/01/1980	Osegil Carlos Aguiar Goncalves	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
684801	20/10/1988	Osna Rodrigo Oliveira Souza	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	sim
684944	01/04/1964	Ruy Marcelo Baracat De Oliveira	Possui CadÚnico(NIS)	sim
687703	09/01/1991	Teylor Da Silva Rego	Possui CadÚnico(NIS)	sim
684507	23/05/1986	Vivelaine Da Silva Rodrigues Santos	Possui CadÚnico(NIS)	sim

LISTA DE ISENÇÕES INDEFERIDAS

CARGO: ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA II – CONTADOR

Nº INSC	DATA NASC	OBSERVAÇÕES DA INSCRIÇÃO	ISENÇÃO	ISENTO
685547	20/09/1996	Não foi entregue a documentação comprobatória referente a Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	não
688186	04/02/1980	Inscrição anulada.	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	não
689784	04/02/1980	Não foi entregue a documentação comprobatória referente a Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	não
684879	27/06/1974	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.	Possui CadÚnico(NIS)	não
684493	16/11/1993	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.	Possui CadÚnico(NIS)	não
683823	12/10/1990	Não foi entregue a documentação comprobatória referente a Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	não
686459	16/08/1984	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.	Possui CadÚnico(NIS)	não
686419	04/08/1989	Não foi entregue a documentação comprobatória referente a Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	Me enquadro na Lei N° 1339/2011 de 25 de Abril de 2011 do Município de Jaciara/MT.	não

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

P O R T A R I A N º 100/2017

Dispõe sobre a Designação da Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA** para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, **Srº EDERZIO DE JESUS MENDES**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA**, Secretaria de Administração, como fiscal dos Contratos conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE INTERNA E DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIDORES, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SFTWARE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO NÓS (COMPUTADORES E IMPRESSORAS) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT.

CONTRATADO:**ARIEL BRENO MARTINS BORGES**

CPF: 022.819.831-37

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 19 de Setembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 99/2017

Dispõe sobre a Designação da Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA** para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, **Srº EDERZIO DE JESUS MENDES**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA**, Secretaria de Administração, como fiscal dos Contratos conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDIONADO NAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

CONTRATADO:**MARCELO LEOCADIO DA COSTA**

CNPJ: 28.200.873/001-67

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 19 de Setembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

DECRETO DE CONVOCAÇÃO Nº. 031/2017

A Prefeitura Municipal de Jangada (MT), **Convoca**, a candidata abaixo relacionado, CLASSIFICADO no Concurso Publico nº. 001/2011 homologado em 20 de Outubro de 2011, para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data desta publicação na Sede da Prefeitura Municipal de Jangada (MT), no Departamento de Recursos Humanos para apresentar documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e tomar posse de seu respectivo cargo.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

ORIGINAIS

02 Foto 3X4

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (domicilio nos últimos 2 anos)

EXAME MÉDICO, aptidão física;

EXAME DE SANIDADE MENTAL;

Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura e cartório; Declaração de não acumulo de cargos.

01 FOTOCÓPIA LEGÍVEL: Cédula de Identidade (RG);

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Certidão de Nascimento dos Filhos Dependentes;

Comprovante de Endereço;

Carteira de PIS ou PASEP;

Título de Eleitor e último comprovante de votação (2010);

Documento Militar (para o sexo masculino);

Documento Escolar (escolaridade conforme o cargo para o qual foi feito o concurso); Comprovante do Conselho da Categoria (quando for o caso).

CONCURSO PUBLICO 001/2011

Class.	Nome	Cargo
02	Creunice da Silva Mendes	Auxiliar de Serviços Gerais

Jangada - MT, 28 de setembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 014/2017

O SENHOR PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNCIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE OS RELATORIOS **RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária** do **QUARTO BIMESTRE** DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NO SITE **www.jauru.mt.gov.br** no link PORTAL DA TRANSPARENCIA PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

JAURU — MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 015/2017

O SENHOR PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNCIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE OS RELATORIOS **RGF – Relatório de Gestão Fiscal** do **SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NO SITE **www.jauru.mt.gov.br** no link PORTAL DA TRANSPARENCIA PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

JAURU — MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº. 2430/2017 Dispensa de Licitação nº. 039/2017, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 01/09/2017, para da aquisição peças, equipamentos e ferramentas para atender a demanda da oficina mecânica Municipal.

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 28 de Setembro de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2017

Lei Complementar nº 158, de 29 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 086/2011 que dispõe sobre o ISS – Imposto sobre Serviços no Município de Juara e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºA Lei Complementar nº 086 de 25 de abril de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

.....

§2º .....

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese desta Lei Complementar.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.”

Art. 6º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

.....

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

.....

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

.....

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

.....

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

.....

§ 3º Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* ou no § 1º do art. 22-B, desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. ”

Art. 2ºA Lei Complementar nº 086, de 25 de abril de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, art. 22-A e art. 22-B:

Art. 22-A A alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 5% (cinco por cento) sobre o serviço ou mão de obra prestado ou contratado.

Art. 22-B A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1° O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 do anexo I desta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo, no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2° deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar nº 086, de 25 de abril de 2011, passa a ter a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 29 de setembro de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita do Município

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTADOS PELO ISSQN

ItItem	Sub item	Descrição do Serviço	Alíquota	UPFM Fixas anuais
1		**Serviços de informática e congêneres.**		
	1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%	
	1.02	Programação.	5%	
	1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5%	
	1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres	5%	
	1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	
	1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5%	30
	1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	30
	1.08	Planejamento, confecção, manutenção, e atualização de páginas eletrônicas.	5%	30
	1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12. 485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5%	
2		**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza**		
	2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	5%	30
3		**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres**		
	3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	5%	
	3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos de qualquer natureza	5%	
	3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	5%	
	3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	5%	
4		**Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**		
	4.01	Medicina e biomedicina.	5%	60
	4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	
	4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	
	4.04	Instrumentação cirúrgica.	5%	
	4.05	Acupuntura.	5%	25
	4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	40
	4.07	Serviços farmacêuticos.	5%	30
	4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	30
	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%	30
	4.10	Nutrição.	5%	30
	4.11	Obstetrícia.	5%	50
	4.12	Odontologia.	5%	50
	4.13	Ortóptica.	5%	50
	4.14	Próteses sob encomenda.	5%	50
	4.15	Psicanálise.	5%	50
	4.16	Psicologia.	5%	50
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5%	
	4.18	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5%	
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%	
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%	
	4.24	Serviços administrados pelas operadoras de planos de saúde médico hospitalar, num percentual de 13%, dos valores recebidos pelas administradoras no âmbito do Município.	5%	
5		**Serviços de medicina, assistência veterinária e congêneres.**		
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5%	60
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	5%	
	5.04	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5%	
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	5%	
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	
	5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	
6		**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**		
	6.01	Barbearia.	5%	05
	6.02	Cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	10
	6.03	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	12
	6.04	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	15
	6.05	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	
	6.06	Centros de emagrecimento, *spa* e congêneres.	5%	
	6.07	Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres.	5%	
7		**Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres**		
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	60
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos **(exceto o fornecimento de mercadorias produzido pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS)**	5%	
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%	
	7.04	Demolição	5%	

	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres **(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**	5%	
	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhados, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%	
	7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%	
	7.08	Calafetação.	5%	
	7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros quaisquer.	5%	
	7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%	
	7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%	
	7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%	
	7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%	
	7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios	5%	
	7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%	
	7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%	
	7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%	
	7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%	
	7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.	5%	
	7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	5%	
	7.21	Técnicos e tecnólogos	5%	30
8		**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**		
	8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5%	
	8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimento de qualquer natureza.	5%	
9		**Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagem e congêneres.**		
	9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, *flat*, *apart-hotéis*, hotéis residência, *residence-service*, *suite service*, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço **(o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)**.	5%	
	9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagem e congêneres.	5%	
	9.03	Guias de turismo	5%	
10		**Serviços de intermediação e congêneres.**		
	10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	
	10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	
	10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	5%	
	10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing)*, de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).	5%	
	10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	
	10.06	Agenciamento marítimo.	5%	
	10.07	Agenciamento de notícias.	5%	
	10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	
	10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%	
	10.10	Distribuição de bens de terceiros	5%	
11		**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**		
	11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%	
	11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes	5%	
	11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	
	11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	
12		**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**		
	12.01	Espetáculos teatrais.	5%	
	12.02	Exibições cinematográficas.	5%	
	12.03	Espetáculos circenses.	5%	
	12.04	Programas de auditório.	5%	
	12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%	
	12.06	Boates, *taxi-dancing*, e congêneres.	5%	
	12.07	*Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
	12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
	12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	
	12.10	Corridas e competições de animais.	5%	
	12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%	
	12.12	Execução de música.	5%	
	12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
	12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%	
	12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%	
	12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%	
	12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%	
13		**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**		
	13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%	
	13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%	
	13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%	
	13.04	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5%	
14		**Serviços relativos a bens de terceiros**		

	14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)**.	5%	
	14.02	Assistência técnica	5%	
	14.03	Recondicionamento de motores **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).**	5%	
	14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5%	
	14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5%	
	14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	
	14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5%	
	14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5%	
	14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	
	14.10	Tinturaria e lavanderia.	5%	
	14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5%	
	14.12	Funilaria e lanternagem.	5%	
	14.13	Carpintaria e serralheria.	5%	
	14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5%	
15		**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**		
	15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
	15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
	15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
	15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
	15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
	15.06	Emissão, reemisão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas, coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
	15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
	15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; emissão, concessão. Alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
	15.09	Arrendamento mercantil (*leasing)* de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil *(leasing)*.	5%	
	15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	
	15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a ele relacionados.	5%	
	15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
	15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio, emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
	15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
	15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
	15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo, serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
	15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
	15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	
16		**Serviços de transporte de natureza municipal**		
	16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5%	
	16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%	
17		**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**		
	17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%	
	17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%	
	17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	
	17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%	
	17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador do serviço.	5%	
	17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	
	17.07	Franquia *(franchising)*	5%	
	17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%	
	17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
	17.10	Organização de festas e recepções; bufê **(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).**	5%	
	17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	
	17.12	Leilão e congêneres	5%	
	17.13	Advocacia	5%	60

	17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%	
	17.15	Auditoria.	5%	60
	17.16	Análise de Organização e Métodos.	5%	
	17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	
	17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%	60
	17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	60
	17.20	Estatística.	5%	
	17.21	Cobrança em geral.	5%	
	17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados à operação de faturização *(factoring)*.	5%	
	17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%	
	17.24	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5%	
18		**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres**		
	18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%	
19		**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**		
	19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	
20		**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**		
	20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%	
	20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%	
	20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%	
21		**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**		
	21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	
22		**Serviços de exploração de rodovia.**		
	22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	
23		**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**		
	23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	
24		**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.**		
	24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.	5%	
25		**Serviços funerários.**		
	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico, fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	5%	
	25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	
	25.03	Planos ou convênio funerários	5%	
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%	
	25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%	
26		**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congêneres.**		
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congêneres.	5%	
27		**Serviços de assistência social.**		
	27.01	Serviços de assistência social.	3%	
28		**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**		
	28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	
29		**Serviços de biblioteconomia.**		
	29.01	Serviços de biblioteconomia.	5%	
30		**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**		
	30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	
31		**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**		
	31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%	
32		**Serviços de desenhos técnicos.**		
	32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5%	
33		**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**		
	33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	
34		**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**		
	34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	
35		**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**		
	35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	
36		**Serviços de meteorologia.**		
	36.01	Serviços de meteorologia.	5%	
37		**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**		
	37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%	
38		**Serviços de museologia.**		
	38.01	Serviços de museologia.	5%	
39		**Serviços de ourivesaria e lapidação.**		
	39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomados do serviço).	5%	
40		**Serviços relativos à obra de arte sob encomenda.**		
	40.01	Obras de arte sob encomenda.	5%	

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 081/2017/SECAD TIPO: PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 081/2017/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Valor por Item.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Tipo Pick-Up, Bicombustível, Capacidade Mínina de 04 Passageiros, Ano/Modelo mínimo (2014), em Atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social e Diversidade Cultural/CRAS, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 03/10/2017, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.combr e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 17 de Outubro de 2017 às 08h00 – Horário Local.

Juara-MT, em 02 de outubro de 2017.

José Roberto Pereira Alves Luciane Borba Azoia Bezerra Pregoeiro Oficial Prefeita Municipal

---

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2017

Lei Complementar nº 158, de 29 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 086/2011 que dispõe sobre o ISS – Imposto sobre Serviços no Município de Juara e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºA Lei Complementar nº 086 de 25 de abril de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

§2º .....

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese desta Lei Complementar.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço."

Art. 6º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

.....

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

.....

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

.....

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

.....

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

.....

§ 3º Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* ou no § 1º do art. 22-B, desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. "

Art. 2ºA Lei Complementar nº 086, de 25 de abril de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, art. 22-A e art. 22-B:

Art. 22-A A alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 5% (cinco por cento) sobre o serviço ou mão de obra prestado ou contratado.

Art. 22-B A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1° O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 do anexo I desta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo, no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2° deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar nº 086, de 25 de abril de 2011, passa a ter a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 29 de setembro de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita do Município

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTADOS PELO ISSQN

ItItem	Sub item	Descrição do Serviço	Alíquota	UPFM

				Fixas anuais
1		**Serviços de informática e congêneres.**		
	1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%	
	1.02	Programação.	5%	
	1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5%	
	1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres	5%	
	1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	
	1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5%	30
	1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	30
	1.08	Planejamento, confecção, manutenção, e atualização de páginas eletrônicas.	5%	30
	1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12. 485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5%	
2		**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza**		
	2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	5%	30
3		**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres**		
	3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	5%	
	3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos de qualquer natureza	5%	
	3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	5%	
	3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	5%	
4		**Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**		
	4.01	Medicina e biomedicina.	5%	60
	4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	
	4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	
	4.04	Instrumentação cirúrgica.	5%	
	4.05	Acupuntura.	5%	25
	4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	40
	4.07	Serviços farmacêuticos.	5%	30
	4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	30
	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%	30
	4.10	Nutrição.	5%	30
	4.11	Obstetrícia.	5%	50
	4.12	Odontologia.	5%	50
	4.13	Ortóptica.	5%	50
	4.14	Próteses sob encomenda.	5%	50
	4.15	Psicanálise.	5%	50
	4.16	Psicologia.	5%	50
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5%	
	4.18	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5%	
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%	
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%	
	4.24	Serviços administrados pelas operadoras de planos de saúde médico hospitalar, num percentual de 13%, dos valores recebidos pelas administradoras no âmbito do Município.	5%	
5		**Serviços de medicina, assistência veterinária e congêneres.**		
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5%	60
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	5%	
	5.04	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5%	
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	5%	
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	
	5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	
6		**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**		
	6.01	Barbearia.	5%	05
	6.02	Cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	10
	6.03	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	12
	6.04	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	15
	6.05	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	
	6.06	Centros de emagrecimento, *spa* e congêneres.	5%	
	6.07	Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres.	5%	
7		**Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres**		
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	60
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos **(exceto o fornecimento de mercadorias produzido pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS)**	5%	
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%	
	7.04	Demolição	5%	
	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres **(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**	5%	
	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhados, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%	
	7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%	
	7.08	Calafetação.	5%	
	7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros quaisquer.	5%	
	7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%	
	7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%	
	7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%	
	7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%	
	7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem,	5%	

		colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios		
	7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%	
	7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%	
	7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%	
	7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%	
	7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.	5%	
	7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	5%	
	7.21	Técnicos e tecnólogos	5%	30
8		**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**		
	8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5%	
	8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimento de qualquer natureza.	5%	
9		**Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagem e congêneres.**		
	9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, *flat*, *apart-hotéis*, hotéis residência, *residence-service*, *suite service*, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço **(o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)**.	5%	
	9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagem e congêneres.	5%	
	9.03	Guias de turismo	5%	
10		**Serviços de intermediação e congêneres.**		
	10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	
	10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	
	10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	5%	
	10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing)*, de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).	5%	
	10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	
	10.06	Agenciamento marítimo.	5%	
	10.07	Agenciamento de notícias.	5%	
	10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	
	10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%	
	10.10	Distribuição de bens de terceiros	5%	
11		**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**		
	11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%	
	11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes	5%	
	11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	
	11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	
12		**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**		
	12.01	Espetáculos teatrais.	5%	
	12.02	Exibições cinematográficas.	5%	
	12.03	Espetáculos circenses.	5%	
	12.04	Programas de auditório.	5%	
	12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%	
	12.06	Boates, *taxi-dancing*, e congêneres.	5%	
	12.07	*Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
	12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
	12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	
	12.10	Corridas e competições de animais.	5%	
	12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%	
	12.12	Execução de música.	5%	
	12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
	12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%	
	12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%	
	12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%	
	12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%	
13		**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**		
	13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%	
	13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%	
	13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%	
	13.04	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5%	
14		**Serviços relativos a bens de terceiros**		
	14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)**.	5%	
	14.02	Assistência técnica	5%	
	14.03	Recondicionamento de motores **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).**	5%	
	14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5%	
	14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5%	
	14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	
	14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5%	
	14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5%	
	14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	

	14.10	Tinturaria e lavanderia.	5%	
	14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5%	
	14.12	Funilaria e lanternagem.	5%	
	14.13	Carpintaria e serralheria.	5%	
	14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5%	
15		**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**		
	15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
	15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
	15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
	15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
	15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
	15.06	Emissão, reemisão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas, coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
	15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
	15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; emissão, concessão. Alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
	15.09	Arrendamento mercantil (*leasing)* de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil *(leasing)*.	5%	
	15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	
	15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a ele relacionados.	5%	
	15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
	15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio, emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
	15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
	15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
	15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo, serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
	15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
	15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	
16		**Serviços de transporte de natureza municipal**		
	16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5%	
	16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%	
17		**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**		
	17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%	
	17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%	
	17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	
	17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%	
	17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador do serviço.	5%	
	17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	
	17.07	Franquia *(franchising)*	5%	
	17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%	
	17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
	17.10	Organização de festas e recepções; bufê **(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).**	5%	
	17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	
	17.12	Leilão e congêneres	5%	
	17.13	Advocacia	5%	60
	17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%	
	17.15	Auditoria.	5%	60
	17.16	Análise de Organização e Métodos.	5%	
	17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	
	17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%	60
	17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	60
	17.20	Estatística.	5%	
	17.21	Cobrança em geral.	5%	
	17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados à operação de faturização *(factoring)*.	5%	
	17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%	
	17.24	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5%	

18		**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres**		
	18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%	
19		**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**		
	19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	
20		**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**		
	20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%	
	20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%	
	20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%	
21		**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**		
	21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	
22		**Serviços de exploração de rodovia.**		
	22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	
23		**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**		
	23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	
24		**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.**		
	24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.	5%	
25		**Serviços funerários.**		
	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico, fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	5%	
	25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	
	25.03	Planos ou convênio funerários	5%	
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%	
	25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%	
26		**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congêneres.**		
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congêneres.	5%	
27		**Serviços de assistência social.**		
	27.01	Serviços de assistência social.	3%	
28		**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**		
	28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	
29		**Serviços de biblioteconomia.**		
	29.01	Serviços de biblioteconomia.	5%	
30		**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**		
	30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	
31		**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**		
	31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%	
32		**Serviços de desenhos técnicos.**		
	32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5%	
33		**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**		
	33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	
34		**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**		
	34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	
35		**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**		
	35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	
36		**Serviços de meteorologia.**		
	36.01	Serviços de meteorologia.	5%	
37		**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**		
	37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%	
38		**Serviços de museologia.**		
	38.01	Serviços de museologia.	5%	
39		**Serviços de ourivesaria e lapidação.**		
	39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomados do serviço).	5%	
40		**Serviços relativos à obra de arte sob encomenda.**		
	40.01	Obras de arte sob encomenda.	5%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

QUINTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - JURUENA/MT

A Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo simplificado nº. 001/2017 TORNA **PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** (quarta chamada) dos Candidatos Habilitados, relacionados no anexo II deste Edital.

Os convocados deverão comparecer, conforme data de apresentação estipuladas no ANEXO II do presente Edital, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de Julho, nº. 360 – Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT 02 de Outubro de 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017**, OS CANDIDATOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCOPIA, JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL:

Cópia simples da carteira de identidade.

Cópia simples do CPF.

Cópia simples do PIS/PASEP.

Cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Cópia simples do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral.

Cópia simples da certidão de casamento ou nascimento.

Cópia simples da certidão de nascimento do(s) filho(s).

Cópia simples do cartão de vacina para filho(s) menor de 07 anos ou cópia simples da declaração escolar do(s) filho(s) maior de 07 anos.

Cópia do comprovante de escolaridade atualizado.

Cópia simples do certificado de reservista para candidatos do sexo masculino.

Cópia simples do comprovante de residência atualizado.

Cópia simples da certidão negativa cível e criminal expedida pela Comarca onde reside.

Cópia simples do comprovante de inscrição de Registro no Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo e cópia simples do comprovante de regularidade com o Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo.

Exame Admissional.

ANEXO II

CANDIDATO HABILITADO E CONVOCADO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017.

CARGO: ENFERMEIRA		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**DATA DE APRESENTAÇÃO**
2º	PATRICIA DE OLIVEIRA MOREIRA	03/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N. 022/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 022/2017

A Prefeitura Municipal de Juscimeira - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 022/2017** foram vencedoras às empresas, **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME,** ao valor global de R$ 108.247,70 (Cento e oito mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA,** ao valor global R$ 255.722,50 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA,** ao valor global de R$ 100.788,00 (Cem mil, setecentos e oitenta e oito reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Juscimeira-MT, 02 de outubro de 2075.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIN

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2017,

De 02 de outubro de 2017.

Autor: Poder Executivo.

“Dispõe sobre ALTERAÇÃO DO CÓDIGO Tributário Municipal, e dá outras providências.”

EDVALDO ALVES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI DO OESTE, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 024/2005, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Lambari do Oeste - MT – CTM, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

Art. 236. (...)

1. Serviços de informática e congêneres.

1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02. Programação.

1.03. Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tabletes, smartphones e congêneres.

1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06. Assessoria e consultoria em informática.

1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09. Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.02. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01. Medicina e biomedicina.

4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04. Instrumentação cirúrgica.

4.05. Acupuntura.

4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07. Serviços farmacêuticos.

4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10. Nutrição.

4.11. Obstetrícia.

4.12. Odontologia.

4.13. Ortóptica.

4.14. Próteses sob encomenda.

4.15. Psicanálise.

4.16. Psicologia.

4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitroe congêneres.

4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01. Medicina veterinária e zootecnia.

5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03. Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05. Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06. Aplicação de tatuagens, piercingse congêneres.

7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04. Demolição.

7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08. Calafetação.

7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.15. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.19. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por tem-

porada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03. Guias de turismo.

10. Serviços de intermediação e congêneres.

10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06. Agenciamento marítimo.

10.07. Agenciamento de notícias.

10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10. Distribuição de bens de terceiros.

11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01. Espetáculos teatrais.

12.02. Exibições cinematográficas.

12.03. Espetáculos circenses.

12.04. Programas de auditório.

12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10. Corridas e competições de animais.

12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12. Execução de música.

12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03. Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04. Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14. Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02. Assistência técnica.

14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07. Colocação de molduras e congêneres.

14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10. Tinturaria e lavanderia.

14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12. Funilaria e lanternagem.

14.13. Carpintaria e serralheria.

14.14. Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16. Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01. Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02. Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07. Franquia (franchising).

17.08. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12. Leilão e congêneres.

17.13. Advocacia.

17.14. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15. Auditoria.

17.16. Análise de Organização e Métodos.

17.17. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19. Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20. Estatística.

17.21. Cobrança em geral.

17.22. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.23. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.24. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas

modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01. Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22. Serviços de exploração de rodovia.

22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25. Serviços funerários.

25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02. Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03. Planos ou convênio funerários.

25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05. Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27. Serviços de assistência social.

27.01. Serviços de assistência social.

28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29. Serviços de biblioteconomia.

29.01. Serviços de biblioteconomia.

30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32. Serviços de desenhos técnicos.

32.01. Serviços de desenhos técnicos.

33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36. Serviços de meteorologia.

36.01. Serviços de meteorologia.

37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38. Serviços de museologia.

38.01. Serviços de museologia.

39. Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01. Obras de arte sob encomenda.

Art. 238. (...)

(...)

X. do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (NR)

(...)

XVII. do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços anexa a Lei;

XXI. do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços anexa a Lei; (NR)

XXII. do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a Lei; (NR)

XXIII. do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços anexa a Lei. (NR)

(...)

§6o. Na hipótese de descumprimento dos dispostos neste artigo e seus incisos o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (NR)

§7º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (NR)

§8o. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços anexa a Lei, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (NR)

§9o. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a Lei, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (NR)

Art. 242.

(...)

§3o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexa a Lei. (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitando o disposto nas alíneas “b” e “c”, do inciso III do art. 150, da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇAO 011/2017 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 011/2017

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa C.G. DE MATOS –ME CNPJ 11.069.769/0001-82 objeto: AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA UTILIZAÇAO DO SISTEMA DE INFORMAÇAO EM VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT, CONFORME INCENTIVO FINANCEIRO DO SISTEMA ESTADUAL DE VIGILANCIA SANITARIA DO MATO GROSSO” em um valor total de R$ 5.763,00 (cinco mil setecentos e sessenta e tres reais) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 011/2017, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da empresa C. G DE MATOS -ME para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 29 de setembro de 2017

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇAO 013/2017 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 013/2017

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa W P CONSTRUTORA LTDA -ME CNPJ 12. 648.863/0001-59 objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇAO DE LUMINARIAS E RELE FOTOELETRICOS PARA A AVENIDA BOA VISTA DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT” em um valor total de R$26.954,78 (vinte seis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 013/2017, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da empresa W P CONSTRUTORA LTDA -ME para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 29 de setembro de 2017

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇAO 014/2017 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 014/2017

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa W P CONSTRUTORA LTDA -ME CNPJ 12. 648.863/0001-59 objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO VERMELHO NO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT ” em um valor total de R$ 52.034,00 (cinquenta e dois mil trinta e quatro reais) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 014/2017, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da empresa W P CONSTRUTORA LTDA -ME para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 29 de setembro de 2017

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

LICITAÇÃO PORTARIA 008/2017
RGF 2º QUADRIMESTRE 2016 P.M. LUCIARA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA - Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A AGOSTO/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.434.064,32	595.013,94
Pessoal Ativo	3.434.064,32	595.013,94
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (art. 18, Inc. 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, Inc. 1º da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	3.434.064,32	595.013,94

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.929.584,77	100,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100)	4.029.078,26	36,86
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54.00%	5.901.975,78	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51.30% DA RCL	5.606.876,99	51,30
LIMITE DE ALERTA -inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48.60% DA RCL	5.311.778,20	48,60

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2016

RGF ANEXO II (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	276.957,64	115.862,10	750.496,67
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	276.957,64	115.862,10	750.496,67
Interna	276.957,64	115.862,10	750.496,67
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	1.784.683,61	2.231.815,26	3.071.629,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.333.783,13	2.585.628,90	3.263.298,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	254,16	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	549.099,52	354.067,80	191.668,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.507.725,97	-2.115.953,16	-2.321.132,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.868.401,68	10.559.652,80	12.132.991,16
% DA DCL SOBRE A RCL (I/RCL)	2,81	1,10	6,19
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-15,28	-20,04	-19,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.842.082,02	12.671.583,36	14.559.589,39
LIMITE DE ALERTA - 108%	10.657.873,81	11.404.425,02	13.103.630,45

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII +VIII)	276.957,64	115.862,10	750.496,67
DÍVIDA DE PPP(V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	276.957,64	115.862,10	750.496,67
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	276.957,64	115.862,10	750.496,67
Previdenciarias	276.957,64	115.862,10	750.496,67
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.240.706,65	2.075.919,89	2.025.864,93
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2016

(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO/2016

RGF Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, parágrafo 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.475.448,47	10.559.652,80	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.084.598,66	2.323.123,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso IIF do § 1° do art. 59 da LRF) - 19,8% da RCL	1.876.138,80	2.090.811,25	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

Fonte:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO IV (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OPERAÇÕES REALIZADAS	
	No Semestre	Até o Semestre (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Tipo de Operação	**0,00**	**0,00**
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	**0,00**	**0,00**
Outas Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**10.929.584,77**	**100,00**
OPERAÇÕES VEDADAS	**0,00**	**0,00**
Do Período de Referência (III)	**0,00**	**0,00**
De Períodos Anteriores ao de Referência	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - %	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEI	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (ARO) - 6,3% DA RCL	688.563,84	6,30
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

Fonte:

LICITAÇÃO PORTARIA 008/2017
RREO 4º BIMESTRE 2016 P.M. LUCIARA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.000.000,00	9.000.000,00	1.894.385,79	21,04	7.432.432,66	82,58	1.567.567,34
RECEITAS CORRENTES	8.615.951,32	8.615.951,32	1.894.385,79	21,98	7.407.097,54	85,96	1.208.853,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	289.126,65	289.126,65	51.313,82	17,74	245.919,56	85,05	43.207,09
Impostos	263.270,67	263.270,67	51.313,82	19,49	245.733,20	93,33	17.537,47
IPTU	33.451,08	33.451,08	1.080,31	3,22	31.041,75	92,79	2.409,33
ITBI	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	7.000,00	17,50	33.000,00
ISS	109.819,59	109.819,59	26.199,29	23,85	117.504,65	106,99	-7.685,06
Outros Impostos	80.000,00	80.000,00	24.034,22	30,04	90.186,80	112,73	-10.186,80
Taxas	10.855,98	10.855,98	0,00	0,00	186,36	1,71	10.669,62
Contribuição de Melhoria	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	58.865,07	58.865,07	30.222,14	51,34	106.053,11	180,16	-47.188,04
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	58.865,07	58.865,07	30.222,14	51,34	106.053,11	180,16	-47.188,04
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.500,00	7.500,00	2.368,50	31,58	16.666,60	222,22	-9.166,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.203.817,23	8.203.817,23	1.787.067,87	21,78	7.003.666,49	85,37	1.200.150,74
Transferências Intergovernamentais	8.178.317,23	8.178.317,23	1.787.067,87	21,85	7.003.666,49	85,63	1.174.650,74
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	25.500,00	25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.500,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.642,37	56.642,37	23.413,46	41,33	34.791,78	61,42	21.850,59
Multas e Juros de Mora	617,14	617,14	0,00	0,00	0,00	0,00	617,14
Indenizações e Restituições	6.633,06	6.633,06	0,00	0,00	0,00	0,00	6.633,06
Receita da Dívida Ativa	11.736,32	11.736,32	19.510,69	166,24	19.510,69	166,24	-7.774,37
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	37.655,85	37.655,85	3.902,77	10,36	15.281,09	40,58	22.374,76
RECEITAS DE CAPITAL	384.048,68	384.048,68	0,00	0,00	25.335,12	6,59	358.713,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	383.048,68	383.048,68	0,00	0,00	25.335,12	6,61	357.713,56
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	383.048,68	383.048,68	0,00	0,00	25.335,12	6,61	357.713,56
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**9.000.000,00**	**9.000.000,00**	**1.894.385,79**	**21,04**	**7.432.432,66**	**82,58**	**1.567.567,34**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**9.000.000,00**	**9.000.000,00**	**1.894.385,79**	**21,04**	**7.432.432,66**	**82,58**	**1.567.567,34**
DÉFICIT (VI)	**0,00**	**0,00**	**252.022,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (VII) = (V + VI)	**9.000.000,00**	**9.000.000,00**	**2.146.408,62**	**23,84**	**7.432.432,66**	**82,58**	**1.567.567,34**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.432.000,00	10.880.800,00	2.146.408,62	8.611.328,71	2.269.471,29	1.981.846,44	7.286.873,43	3.593.926,57	6.674.041,93
DESPESAS CORRENTES	7.476.208,39	10.276.489,89	2.052.913,02	8.092.100,53	2.184.389,36	1.909.075,97	6.933.244,10	3.343.245,79	6.324.199,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.886.250,96	4.296.661,96	843.648,68	3.414.251,28	882.410,68	708.848,87	2.585.621,90	1.711.040,06	2.448.267,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.589.957,43	5.979.827,93	1.209.264,34	4.677.849,25	1.301.978,68	1.200.227,10	4.347.622,20	1.632.205,73	3.875.932,01
DESPESAS DE CAPITAL	767.791,61	604.309,11	93.495,60	519.228,18	85.080,93	72.770,47	353.629,33	250.679,78	349.842,86
INVESTIMENTOS	587.591,61	302.108,11	12.795,00	248.048,47	54.059,64	27.180,00	180.433,47	121.674,64	176.647,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	302.001,00	80.700,60	271.179,71	30.821,29	45.590,47	173.195,86	128.805,14	173.195,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	188.000,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**8.432.000,00**	**10.880.800,00**	**2.146.408,62**	**8.611.328,71**	**2.269.471,29**	**1.981.846,44**	**7.286.873,43**	**3.593.926,57**	**6.674.041,93**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**8.432.000,00**	**10.880.800,00**	**2.146.408,62**	**8.611.328,71**	**2.269.471,29**	**1.981.846,44**	**7.286.873,43**	**3.593.926,57**	**6.674.041,93**
SUPERÁVIT (XIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**145.559,23**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**8.432.000,00**	**10.880.800,00**	**2.146.408,62**	**8.611.328,71**	**2.269.471,29**	**1.981.846,44**	**7.432.432,66**	**3.448.367,34**	**6.674.041,93**

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.432.000,00	10.880.800,00	2.146.408,62	8.611.328,71	100,00	2.269.471,29	1.981.846,44	7.286.873,43	100,00	3.593.926,57
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.068.168,17	3.442.217,17	554.424,39	2.703.479,97	31,39	738.737,20	497.908,06	2.308.311,25	31,68	1.133.905,92
Planejamento e Orçamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Administração Geral	3.028.968,17	3.439.015,17	554.424,39	2.703.479,97	31,39	735.535,20	497.908,06	2.308.311,25	31,68	1.130.703,92
Administração Financeira	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Controle Interno	35.400,00	2.401,00	0,00	0,00	0,00	2.401,00	0,00	0,00	0,00	2.401,00
Tecnologia da Informatização	3.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Ordenamento Territorial	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Administração de Receitas	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	510.905,21	725.254,21	78.339,29	529.115,74	6,14	196.138,47	91.176,09	410.456,89	5,63	314.797,32
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	120.000,00	18.516,60	89.874,65	1,04	30.125,35	14.363,00	69.695,49	0,96	50.304,51
Assistência Comunitária	450.905,21	605.254,21	59.822,69	439.241,09	5,10	166.013,12	76.813,09	340.761,40	4,68	264.492,81
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	1.802.303,66	2.365.409,66	457.065,66	1.889.400,95	21,94	476.008,71	435.637,86	1.591.187,25	21,84	774.222,41
Atenção Básica	1.358.803,66	2.077.404,66	414.225,18	1.636.344,17	19,00	441.060,49	387.776,28	1.354.366,63	18,59	723.038,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	191.000,00	213.354,00	21.777,98	203.539,39	2,36	9.814,61	26.596,28	191.383,57	2,63	21.970,43
Suporte Profilático e Terapêutico	190.000,00	10.003,00	0,00	174,80	0,00	9.828,20	0,00	174,80	0,00	9.828,20
Vigilância Sanitária	28.500,00	43.007,00	13.662,50	33.355,75	0,39	9.651,25	13.865,30	29.275,41	0,40	13.731,59
Vigilância Epidemiológica	33.000,00	20.641,00	7.400,00	15.986,84	0,19	4.654,16	7.400,00	15.986,84	0,22	4.654,16
Alimentação e Nutrição	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Trabalho	90.000,00	110.998,00	0,00	90.000,00	1,05	20.998,00	11.699,06	47.033,65	0,65	63.964,35
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	90.000,00	110.998,00	0,00	90.000,00	1,05	20.998,00	11.699,06	47.033,65	0,65	63.964,35
Educação	1.599.455,35	2.388.297,35	426.679,79	1.805.056,77	20,96	583.240,58	376.968,12	1.542.195,07	21,16	846.102,28

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Ensino Fundamental	526.119,77	476.162,77	101.131,27	345.993,14	4,02	130.169,63	86.087,74	321.224,94	4,41	154.937,83
Ensino Superior	51.100,00	27.285,50	0,00	20.000,00	0,23	7.285,50	0,00	20.000,00	0,27	7.285,50
Educação Infantil	288.900,00	375.032,00	55.494,92	211.917,46	2,46	163.114,54	74.084,43	208.088,09	2,86	166.943,91
Educação Especial	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00
Educação Basica	732.635,58	1.509.117,08	270.053,60	1.227.146,17	14,25	281.970,91	216.795,95	992.882,04	13,63	516.235,04
Cultura	4.700,00	4.700,00	0,00	0,00	0,00	4.700,00	0,00	0,00	0,00	4.700,00
Difusão Cultural	4.700,00	4.700,00	0,00	0,00	0,00	4.700,00	0,00	0,00	0,00	4.700,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	53.000,00	119.504,00	15.120,00	75.903,87	0,88	43.600,13	15.120,00	75.903,87	1,04	43.600,13
Infra-Estrutura Urbana	3.900,00	903,00	0,00	0,00	0,00	903,00	0,00	0,00	0,00	903,00
Serviços Urbanos	49.100,00	118.601,00	15.120,00	75.903,87	0,88	42.697,13	15.120,00	75.903,87	1,04	42.697,13
Habitação	2.000,00	82.500,00	0,00	82.000,00	0,95	500,00	14.600,00	14.600,00	0,20	67.900,00
Habitação Urbana	2.000,00	82.500,00	0,00	82.000,00	0,95	500,00	14.600,00	14.600,00	0,20	67.900,00
Saneamento	291.800,00	61.860,00	14.840,00	40.497,50	0,47	21.362,50	14.840,00	40.497,50	0,56	21.362,50
Saneamento Básico Urbano	291.800,00	61.860,00	14.840,00	40.497,50	0,47	21.362,50	14.840,00	40.497,50	0,56	21.362,50
Gestão Ambiental	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Preservação e Conservação Ambiental	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Normatização e Fiscalização	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Promoção da Produção Vegetal	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Promoção da Produção Animal	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Abastecimento	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Extensão Rural	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Promoção Industrial	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Comércio e Serviços	282.709,94	447.379,94	361.085,11	361.085,11	4,19	86.294,83	320.153,00	320.153,00	4,39	127.226,94
Turismo	282.709,94	447.379,94	361.085,11	361.085,11	4,19	86.294,83	320.153,00	320.153,00	4,39	127.226,94
Comunicações	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Telecomunicações	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Energia	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Energia Elétrica	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Transporte	196.757,67	647.179,67	134.409,70	611.645,29	7,10	35.534,38	134.409,70	611.645,29	8,39	35.534,38
Serviços Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte Rodoviário	195.757,67	646.179,67	134.409,70	611.645,29	7,10	34.534,38	134.409,70	611.645,29	8,39	34.534,38
Desporto e Lazer	116.900,00	178.196,00	23.744,08	151.963,80	1,76	26.232,20	23.744,08	151.693,80	2,08	26.502,20
Desporto Comunitário	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Lazer	111.400,00	172.696,00	23.744,08	151.963,80	1,76	20.732,20	23.744,08	151.693,80	2,08	21.002,20
Encargos Especiais	220.000,00	302.003,00	80.700,60	271.179,71	3,15	30.823,29	45.590,47	173.195,86	2,38	128.807,14
Refinanciamento da Dívida Interna	180.000,00	302.001,00	80.700,60	271.179,71	3,15	30.821,29	45.590,47	173.195,86	2,38	128.805,14
Serviço da Dívida Interna	40.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	188.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Reserva de Contingência	188.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					0,00				0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.432.000,00	10.880.800,00	2.146.408,62	8.611.328,71	100,00	2.269.471,29	1.981.846,44	7.286.873,43	100,00	3.593.926,57

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2015 A Agosto/2016

RREO – ANEXO III (LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Set/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	845.993,57	984.628,69	935.522,47	1.285.437,03	1.138.584,87	1.060.051,80	819.873,72	954.398,06	1.218.501,79	1.201.461,18	1.208.579,63	923.650,55	12.576.683,36	10.242.228,31
Receita Tributária	23.877,17	21.750,32	12.784,17	29.003,23	31.836,87	43.570,73	33.072,39	26.540,37	38.333,60	21.251,78	25.665,70	25.648,12	333.334,45	289.126,65
IPTU	4.689,63	3.155,81	1.764,85	4.366,43	3.181,00	4.031,08	5.619,90	1.244,16	15.051,73	833,57	407,96	672,35	45.018,47	33.451,08
ISS	10.321,54	7.666,30	9.590,89	15.373,39	16.305,20	27.476,19	10.082,10	13.625,07	12.397,56	11.419,24	14.044,48	12.154,81	160.456,77	109.819,59
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	40.000,00
IRRF	8.866,00	10.928,21	1.428,43	9.256,66	12.350,67	12.063,46	10.370,39	11.671,14	10.697,95	8.998,97	11.213,26	12.820,96	120.666,10	80.000,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00	186,36	0,00	0,00	0,00	193,11	25.855,98
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	12.217,34	12.535,51	12.118,78	12.953,70	11.359,62	11.225,33	12.820,49	11.667,60	12.613,12	16.144,81	14.476,40	15.745,74	155.878,44	58.865,07
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.417,80	3.839,80	1.697,70	2.140,60	1.545,00	3.057,60	1.297,50	725,90	4.237,10	3.435,00	1.334,50	1.034,00	27.762,50	7.500,00
Transferências Correntes	804.840,76	946.197,32	873.962,98	1.241.339,50	1.091.807,53	1.000.872,34	771.412,86	913.413,80	1.161.206,25	1.158.045,51	1.145.924,41	878.987,85	11.988.011,11	9.830.094,22
Cota-Parte do FPM	354.223,40	403.164,93	455.104,85	769.715,39	495.913,76	620.547,89	376.557,30	447.645,78	595.261,13	491.781,88	545.320,79	441.168,49	5.996.405,59	6.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	213.214,76	148.788,30	172.355,20	242.312,73	326.248,27	159.618,68	190.839,12	205.967,36	199.367,81	235.019,73	215.241,88	167.936,86	2.476.910,70	2.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	613,25	48.045,69	1.956,06	1.607,46	1.775,29	6.916,93	6.799,92	4.347,69	6.115,39	4.402,70	2.619,39	2.237,47	87.437,24	28.000,00
Cota-Parte do ITR	2.761,61	49.438,21	13.841,69	10.785,30	9.458,54	1.396,73	1.395,37	3.459,61	3.138,08	1.194,02	5.015,47	1.043,59	102.928,22	90.000,00
Transferências da LC 87/1996	940,67	940,67	940,67	940,67	942,77	942,77	942,77	942,77	942,77	942,77	942,77	942,77	11.304,84	13.385,08
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	51.433,24	58.407,53	49.672,36	64.421,43	88.122,32	62.660,63	61.568,66	67.822,02	77.979,88	56.599,45	69.974,99	65.838,90	774.501,41	650.000,00
Outras Transferências Correntes	181.653,83	237.411,99	180.092,15	151.556,52	169.346,58	148.788,71	133.309,72	183.228,57	278.401,19	368.104,96	306.809,12	199.819,77	2.538.523,11	1.048.709,14
Outras Receitas Correntes	1.640,50	305,74	34.958,84	0,00	2.035,85	1.325,80	1.270,48	2.050,39	2.111,72	2.584,08	21.178,62	2.234,84	71.696,86	56.642,37
DEDUÇÕES (II)	114.350,63	130.075,46	128.859,62	155.808,82	166.867,63	157.884,52	115.306,80	132.467,75	160.964,86	146.668,11	115.078,62	122.765,77	1.647.098,59	1.626.276,99
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	114.350,63	130.075,46	128.859,62	155.808,82	166.867,63	157.884,52	115.306,80	132.467,75	160.964,86	146.668,11	115.078,62	122.765,77	1.647.098,59	1.626.276,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	731.642,94	854.553,23	806.662,85	1.129.628,21	971.717,24	902.167,28	704.566,92	821.930,31	1.057.536,93	1.054.793,07	1.093.501,01	800.884,78	10.929.584,77	8.615.951,32

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RRPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Contas Movimentos	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Bimestre/2015
ADMINISTRACAO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:
Texto abaixo válido somente para 6º Bimestre:
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 4.º Bimestre/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	276.957,64	115.862,10	71.757,02
DEDUÇÕES(II)	1.784.683,61	1.789.348,73	2.230.382,05
Disponibilidade de Caixa bruta	2.333.783,13	2.585.628,90	2.575.347,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	254,16	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	549.099,52	796.534,33	344.965,25
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.507.725,97	-1.673.486,63	-2.158.625,03
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-1.507.725,97**	**-1.673.486,63**	**-2.158.625,03**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	-485.138,40	-650.899,06

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	149.309,18

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 4.º Bimestre/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.557.086,25	7.301.044,43	6.244.374,67
Receitas Tributárias	289.126,65	245.919,56	255.852,53
IPTU	33.451,08	31.041,75	61.635,46
ISS	109.819,59	117.504,65	104.394,52
ITBI	40.000,00	7.000,00	22.993,42
IRRF	80.000,00	90.186,80	66.309,05
Taxas	10.855,98	186,36	520,08
Contribuição de Melhoria	15.000,00	0,00	0,00
Outas Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	58.865,07	106.053,11	101.539,78
(-) Aplicações Financeiras	58.865,07	106.053,11	101.539,78
Transferências Correntes	8.203.817,23	7.003.666,49	5.936.507,15
LC 61/89	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	10.708,09	6.033,76	6.020,31
Convênios	25.500,00	0,00	0,00
FPM	4.800.000,00	3.249.012,54	3.230.063,61
ICMS	1.600.000,00	1.360.191,91	1.076.309,76
IPVA	22.400,00	28.176,89	17.180,04
ITR	72.000,00	21.875,92	27.837,83
Outras Transferências Correntes	1.673.209,14	2.338.375,47	1.579.095,60
Demais Receitas Correntes	64.142,37	51.458,38	52.014,99
Dívida Ativa	11.736,32	19.510,69	0,00
Diversas Receitas Correntes	52.406,05	31.947,69	52.014,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	384.048,68	25.335,12	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	1.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	383.048,68	25.335,12	0,00
Convênios	383.048,68	25.335,12	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	383.048,68	25.335,12	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**8.940.134,93**	**7.326.379,55**	**6.244.374,67**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o bimestre/2016	Até o bimestre/2015	Até o bimestre/2016	Até o bimestre/2015
DESPESAS CORRENTES (VII)	10.276.489,89	8.092.100,53	7.422.807,98	6.933.244,10	6.141.809,56
Pessoal e Encargos Sociais	4.296.661,96	3.414.251,28	3.230.106,80	2.585.621,90	2.514.343,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.979.827,93	4.677.849,25	4.192.701,18	4.347.622,20	3.627.466,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.276.489,89	8.092.100,53	7.422.807,98	6.933.244,10	6.141.809,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	604.309,11	519.228,18	501.883,03	353.629,33	328.553,53
Investimentos	302.108,11	248.048,47	185.995,00	180.433,47	183.895,00
Inversões Financeiras	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	302.001,00	271.179,71	315.888,03	173.195,86	144.658,53
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	302.308,11	248.048,47	185.995,00	180.433,47	183.895,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**10.578.799,00**	**8.340.149,00**	**7.608.802,98**	**7.113.677,57**	**6.325.704,56**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**1.638.664,07**	**1.013.769,45**	**1.364.428,31**	**212.701,98**	**81.329,89**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	688.134,93

Fonte:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						SALDO TOTAL (C)=(A+B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	302.035,47	247.064,05	281.233,27	0,00	267.866,25	1.341.504,07	899.202,58	171.429,73	164.786,76	0,00	2.075.919,89	2.343.786,14
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	302.035,47	247.064,05	281.233,27	0,00	267.866,25	1.341.504,07	899.202,58	171.429,73	164.786,76	0,00	2.075.919,89	2.343.786,14
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	302.035,47	247.064,05	281.233,27	0,00	267.866,25	1.341.504,07	899.202,58	171.429,73	164.786,76	0,00	2.075.919,89	2.343.786,14
Pessoal e Encargos Sociais	69.872,00	40.949,58	51.404,35	0,00	59.417,23	23.381,99	661.987,68	90.355,73	87.130,35	0,00	598.239,32	657.656,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	192.641,66	197.939,47	221.723,07	0,00	168.858,06	33.285,16	103.566,60	73.654,00	70.236,41	0,00	66.615,35	235.473,41
Investimentos	39.521,81	8.175,00	8.105,85	0,00	39.590,96	1.284.836,92	0,00	7.420,00	7.420,00	0,00	1.277.416,92	1.317.007,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.648,30	0,00	0,00	0,00	133.648,30	133.648,30
Administração Indireta (Exceto Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	**302.035,47**	**247.064,05**	**281.233,27**	**0,00**	**267.866,25**	**1.341.504,07**	**899.202,58**	**171.429,73**	**164.786,76**	**0,00**	**2.075.919,89**	**2.343.786,14**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
AVENIDA ARAGUAIA, 7, CENTRO, LUCIARA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO – ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
		Até o Bimestre (b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2016 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE LUCIARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2016 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA TOMADA 005/2017

MUNICIPIO DE MARCELÂNDIA/MT; pessoa jurídica de Direito Público, de CNPJ n.º 03.238.987/0001-75, com sede na Rua Guairá n.º 777, CEP n.º 78535-000, bairro Centro, Marcelândia/MT; devidamente representada por seu representante legal, Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, brasileiro, casado, pecuarista, de RG n.º M.930.500 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Ema de Carli Fogo n.º 241, bairro Centro, Marcelândia/MT, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE, e **RODOSERVICE CONSTRUÇOES LTDA -ME**, com CNPJ/MF nº 13.924.839/0001-68 com sede na Av. Dom Orlando chaves ,2052 – Bairro Cristo Rei cep. 78.118-000 Várzea Grande -MT, neste ato representada por seu representante legal Sr. Hesdras Rafael da Silva Santos, portador do RG 12623822 SSP_MT, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 021/2017, oriundo TP 005/2017 cujo objeto é Pavimentação Asfáltica em ruas diversas no Município de Marcelândia/MT, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO O presente Termo tem por objeto a Rescisão Amigável do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 021/2017, oriundo da TP 005/2017, cujo objeto é Pavimentação Asfáltica em ruas diversas no Município de Marcelândia/MT, a contar da presente data, com base no art. 79, inciso II, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, eis que conveniente e oportuno para a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA II - DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL - A partir da data de 27/09/2017, fica rescindido de pleno direito o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 021/2017, entre o Município de Marcelândia-MT e a pessoa jurídica **RODOSERVICE CONSTRUÇOES LTDA -ME**, ficando isentos de qualquer vínculo com relação a direitos e obrigações, por não haver mais interesse na manutenção contratual de ambas as partes.

§ 1 - Declaram as Partes que não possuem nenhuma pendência uma para com a outra de nenhuma espécie, outorgando-se mutua. Reciproca e irrevogável quitação. Nada mais havendo a reclamarem em relação ao rescindido contrato.

CLÁUSULA III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, por estarem assim justo, concertado e de livre e espontânea vontade, foi elaborado o presente Termo de Rescisão amigável, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 784, III, do Código de Processo Civil, bem como da legislação civil vigente.

Marcelândia/MT, 27 de Setembro de 2017.

_____

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA – MT

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

_____

RODOSERVICE CONSTRUÇOES LTDA -ME

Hesdras Rafael da Silva Santos

REPRESENTANTE LEGAL

1 – Testemunha _____. 2 – Testemunha _____

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO SORTEIO DOS MEMBROS PARA INTEGRAR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA COM A FINALIDADE DE AVALIAR AS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS 006/2017.

Considerando que a Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, promoverá licitação na modalidade "TOMADA DE PREÇO" Nº 006/2017, do tipo "TÉCNICA E PREÇO", objetivando a **Contratação de empresa para prestar serviços de publicidade e propaganda, com o objetivo de promover as ações e programas da Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT**, faz saber através da sua CPL que, realizou o sorteio em data de 02/10/2017, as 14:00h na sala de licitações com a finalidade de constituir a Subcomissão Técnica para avaliação das propostas técnicas provenientes da Tomada de Preços acima mencionada, ficando portanto assim constituída: **GREYCIELLI ANGÉLICA DA SILVA (com vínculo funcional), NÍDIA FERRAZ LOPES E PATRÍCIA SOUZA ALVES (sem vínculo funcional).** A Ata da Sessão na íntegra poderá ser visualizada no site: www.marceladia.mt.gov.br (ícone: licitação).

Marcelândia/MT, 02 de Outubro de 2017

Adriana Pereira Gonçalves

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO DE DISPENSA Nº. 018/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizará no dia 17 de outubro de 2017 as 10h00min na sede da Prefeitura Municipal PROCESSO DE DISPENSA para LOCAÇÃO DE UMA CASA PARA FUNCIONAMENTO DA CASA LAR CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Maiores informações através do Edital nº. 0116/2017, que deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de outubro de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 008/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO técnica n.º 008/2017

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CONFIRMA A LEI Nº. 988/2017 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO VALE DO PEIXOTO - AAVP DE MATUPÁ - MT.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo de Cooperação Técnica, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominada **CONCEDENTE;** e de outro lado a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP, inscrita no CNPJ sob nº 17.874.465/0001-74, com sede na Rua 19, nº 26, bairro União, na cidade de Matupá,

Mato Grosso, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Denilson de Souza, portador do RG nº. 1484523-7, e inscrito no CPF sob nº. 979.364.131-20, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Cooperação Técnica de acordo com as normas de direito aplicáveis ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

01 – CLÁUSULA PRIMEIRA– DA FUNDAMENTAÇÃO - O presente termo de aditivo é celebrado de acordocom**o contido na Cláusula 02 do** Termo de Cooperação Técnica n.º 008/2017***;***

02 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO – Este Termo tem por finalidade, alterar a Cláusula Segunda, considerando o aumento nacional do combustível que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - O auxílio da Prefeitura Municipal de Matupá - MT será de **R$ 15.132,96** (Quinze mil e cento e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente ao auxílio financeiro no período do mês de Fevereiro à Dezembro, para a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP do Município de Matupá, para custeio do transporte escolar para alunos do ensino superior que estudam em na FACO – Faculdade Ortodoxa em Guarantã do Norte MT. **O auxílio financeiro será repassado conforme plano de trabalho em anexo.**

03 –CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente SEGUNDO TERMO ADITIVO será publicado por extrato, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

04 – CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Termo de Cooperação Técnica Original, não conflitantes com o presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Termo de Cooperação.

Matupá/MT, 27 de Setembro de 2017.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

CONCEDENTE

JOSÉ DENILSON DE SOUZA

CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

IVAINE MOLINA BRUNA MARTINS DE AGUIAR

CPF: 895.005.719-00 CPF: 033.006.031-70

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 006/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO técnica n. º 006/2017

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CONFIRMA A LEI Nº. 986/2017 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO VALE DO PEIXOTO - AAVP DE MATUPÁ - MT.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo de Cooperação Técnica, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominada **CONCEDENTE;** e de outro lado a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP, inscrita no CNPJ sob nº 17.874.465/0001-74, com sede na Rua 19, nº 26, bairro União, na cidade de Matupá, Mato Grosso, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Denilson de Souza, portador do RG nº. 1484523-7, e inscrito no CPF sob nº. 979.364.131-20, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Cooperação Técnica de acordo com as normas de direito aplicáveis ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

01 – CLÁUSULA PRIMEIRA– DA FUNDAMENTAÇÃO - O presente termo de aditivo é celebrado de acordocom**o contido na Cláusula 02 do** Termo de Cooperação Técnica n.º 006/2017***;***

02 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO – Este Termo tem por finalidade, alterar a Cláusula Segunda, considerando o aumento nacional do combustível que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - O auxílio da Prefeitura Municipal de Matupá - MT será de **R$ 15.031,17** (Quinze mil e trinta e um reais e dezessete centavos), correspondente ao auxílio financeiro no período do mês de Fevereiro à Dezembro, para a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP do Município de Matupá, para custeio do transporte escolar para alunos do ensino superior que estudam em instituições de ensino localizado em Guarantã do Norte MT. **O auxílio financeiro será repassado conforme plano de trabalho em anexo.**

03 –CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente SEGUNDO TERMO ADITIVO será publicado por extrato, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

04 – CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Termo de Cooperação Técnica Original, não conflitantes com o presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Termo de Cooperação.

Matupá/MT, 27 de Setembro de 2017.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

CONCEDENTE

JOSÉ DENILSON DE SOUZA

CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

IVAINE MOLINA BRUNA MARTINS DE AGUIAR

CPF: 895.005.719-00 CPF: 033.006.031-70

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 005/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO técnica n. º 005/2017

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CONFIRMA A LEI Nº. 832/2013 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO VALE DO PEIXOTO - AAVP DE MATUPÁ - MT.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo de Cooperação Técnica, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominada **CONCEDENTE;** e de outro lado a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP, inscrita no CNPJ sob nº 17.874.465/0001-74, com sede na Rua 19, nº 26, bairro União, na cidade de Matupá, Mato Grosso, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Denilson de Souza, portador do RG nº. 1484523-7, e inscrito no CPF sob nº. 979.364.131-20, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Cooperação Técnica de acordo com as normas de direito aplicáveis ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

01 – CLÁUSULA PRIMEIRA– DA FUNDAMENTAÇÃO - O presente termo de aditivo é celebrado de acordocom**o contido na Cláusula 02 do** Termo de Cooperação Técnica n.º 005/2017***;***

02 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO – Este Termo tem por finalidade, alterar a Cláusula Segunda, considerando o aumento nacional do combustível que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - O auxílio da Prefeitura Municipal de Matupá - MT será de **R$ 63.960,42** (Sessenta e três mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), correspondente ao auxílio financeiro no período do mês de Fevereiro à Dezembro, para a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP do Município de Matupá, para custeio do transporte escolar para alunos do ensino superior que estudam em instituições de ensino localizado em Colíder. **O auxílio financeiro será repassado conforme plano de trabalho em anexo.**

03 –CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente SEGUNDO TERMO ADITIVO será publicado por extrato, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

04 – CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Termo de Cooperação Técnica Original, não conflitantes com o presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Termo de Cooperação.

Matupá/MT, 27 de Setembro de 2017.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

CONCEDENTE

JOSÉ DENILSON DE SOUZA

CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

IVAINE MOLINA BRUNA MARTINS DE AGUIAR

CPF: 895.005.719-00 CPF: 033.006.031-70

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 05/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 19 de OUTUBRO de 2017 às 15h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO TURDIMETRO DIGITAL PORTATIL, MEDIDOR DE CLORO LIVRE E SEMIREBOQUE PARA MOTOCICLETA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 horas do dia 04/10/2017 as 08:00 horas do dia 19/10/2017 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0115/2017, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de outubro de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.209 DE 27 DE SETEMBO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 13 da Lei Complementar nº 157/2016 e na Lei Orgânica do Município de Mirassol D' Oeste-MT,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica estabelecido novo horário de expediente nas Unidades de Saúde do Município **à partir do dia 09 de outubro de 2017, conforme abaixo:**

I - Das 7h às 13h:

a) Unidades Básicas de Saúde-UBS;

b) Centro de Saúde;

c) Centro de Atenção Psicosocial-CAPS;

II - Das 8h às 14h:

a) Farmácia Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3121/2017.

Gabinete da Prefeita Interina, Sede Provisória do Paço Municipal, em 27 de setembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 058 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 058 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 004/2016– 1º TERMO ADITIVO** da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**, Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 004/2016– 1º TERMO ADITIVO** com objetivo de**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, PROCESSOS LICITATÓRIOS E ROTINAS ADMINISTRATIVAS, EM CONFORMIDADE AO ESTIPULADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO CONVITE Nº 005/2016,** contratando a empresa **LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – LTDA.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 02 de Outubro de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 02 de outubro de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH

EDITAL

EDITAL Nº 067/2017

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02/2017 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3158/2017

A **PREFEITA INTERINA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 02/2017.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 02 de outubro de 2017.

MARINEZ CAMPOS

Prefeita Interina

ANEXO ÚNICO

MONITOR DE CRECHE

NOME	RESULTADO
PYETRA CRISTINA LOMPIAS DOS SANTOS	38º LUGAR
REGIANE APARECIDA BOSSOLANI FERREIRA	39º LUGAR
JOSCIELI CORDEIRO SIQUEIRA	40º LUGAR
CAMILLA MOURA DE OLIVEIRA	41º LUGAR
BEATRIZ APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	42º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 02 de outubro de 2017

MARINEZ CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial/Adesão Nº 62/2017

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, através do Pregoeiro Sr. Claudenil Marcos de Almeida, nomeado pela portaria 346/2017, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade Pregão Presencial n° 062/2017/ADESAO ao PREGÃO ELETRONICO Nº **008/2016**, Ata de Registro de Preço n° 005/2016, do Consorcio Publico Intermunicipal do Estado de Rondônia RO/MT, cujo Objeto é a Futura **e Eventual Contratação dos Serviços de Sistema de Gestão em Setor de Saúde,** com abertura no dia 29/09/2017 as 09:00hs, sagrou-se vencedora as empresas **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA - ME,** inscrita no CNPJ n° 11.601.924/0001-60, com valor total de R$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais)**.**

Nobres, 29 de Setembro de 2017.

Claudenil Marcos de Almeida

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o Senhor **Rubilan Nunes Oliveira,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 12061514 SJ/MT** e do **CPF nº 935.007.691-87** do **Cargo em Comissão Nível DAS-1 "Secretário Municipal de Saúde"** da Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 2º dia do mês de Outubro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 02/10/2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 176/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 176/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Designa os Membros do Comitê de Investimentos do PREVINORTE - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nortelândia – MT.

Jossimar José Fernandes, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nos termos do Decreto Municipal n° 141/2012, designar os membros para compor o **Comitê de Investimentos do PREVINORTE - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nortelândia– MT**, que fica assim constituído:

I – Presidente do Conselho Curador;

SONIA SILVA SILVA OLIVEIRA DUARTE PEREIRA

II – Presidente do Conselho Fiscal;

EWERTON SOARES FIGUEIREDO

III – Gestor de Recursos

JULIO CEZAR GOMES

Art. 2º - As atribuições e competências dos membros deste Comitê encontram-se descritas no Decreto Municipal n° 141/2012, de 21 de Novembro de 2012.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 02° dia do mês de Outubro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 02.10.2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito municipal

MARLENE JULIA O. SCARPAT

Secretária Mun. de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173/2017, DATADA DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede progressão por tempo de serviço (nível) os servidores municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (Nível) aos servidores abaixo relacionados, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 703/2016, de 17 de outubro de 2016.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Nivete Rodrigues Godois	Agente de Serviços Administrativos	D	6	D	7
02	Rubilan Nunes de Oliveira	Enfermeiro	C	3	C	4

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco), e art.121 da Lei n° 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 2º dia do mês de Outubro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 02.10.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPA

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2017

CONTRATO DE A**QUISIÇÃO** DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **G MANOEL DA SILVA - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 931/2016 **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5022/2017**

DO OBJETO

É objeto do presente do presente contrato a aquisição de Produtos do Gênero Alimentícios, copa e cozinha e produtos descartáveis com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR nº. 067/2016 e o processo **Administrativo Nº5022/2017.**

VIGÊNCIA DO CONTRATO

A presente Ata terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Mun. Educação	Próprio	2045 – Man. e Encargos da Educação	050016	33.90.30.00	100	R$ 3.316,46
Sec. Mun. Educação	Próprio	2101 – Capacitação de Prof. de Educação Gestão	050024	33.90.30.00	100	R$ 2.737,05
Sec. Mun. Educação	Próprio	2063 - Capacitação de Prof. de Educação – FUNDEB/ 40%	050093	33.90.30.00	119	R$ 2.526,63
Sec. Mun. Saúde	Próprio	2067 – Man. Atividade Hospitalar/Amb/Mac	070046	33.90.30.00	100	R$ 14. 813,57
Sec. Mun. Saúde	Federal	1305 – Manut da Atenção Basica	070019	33.90.30.00	114	R$ 11. 703,04
Sec. Mun. Desenv. Rural	Próprio	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	100005	33.90.30.00	100	R$ 1.910,32
Sec. Mun. Social	Federal	2024 – Manutenção do PAIF	060018	33.90.30.00	129	R$ 1.991,99
Sec. Mun. Social	Federal	2027 – Manutenção do API	060021	33.90.30.00	129	R$ 1.849,75
Sec. Mun. Social	Federal	2082 - Manutenção do IGDBF	060033	33.90.30.00	129	R$ 1.870,95
VALOR TOTAL: R$ 42.719,76 (Quarenta e Dois Mil e Setecentos e Dezenove Reais e Setenta e Seis Centavos)						

Nossa Senhora do Livramento – MT, 31 de Agosto de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **G MANOEL DA SILVA – ME**

CNPJ: 12.514.236/0001-25

Representado pelo proprietário Genival Manoel da Silva

RG: 832.578 SSP/MT e CPF: 594.446.571-91

EXTRATO CONTRATO Nº 115/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 115/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA UGOLINI E CIA LTDA-ME,PROCESSO ADMINISTRATIVO: 931/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº5025/2017

DO OBJETO

É objeto do presente do presente contrato a aquisição de Produtos do Gênero Alimentícios, copa e cozinha e produtos descartáveis com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR nº. 067/2016 e o processo **Administrativo Nº5025/2017.**

VIGÊNCIA DO CONTRATO

A presente Ata terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Mun. Educação	Próprio	2045 – Man. e Encargos da Educação	050016	33.90.30.00	100	R$ 1.060,13
Sec. Mun. Educação	Próprio	2101 – Capacitação de Prof. de Educação Gestão	050024	33.90.30.00	100	R$ 625,32
Sec. Mun. Educação	Próprio	2063 - Capacitação de Prof. de Educação – FUNDEB/40%	050093	33.90.30.00	119	R$ 495,15
Sec. Mun. Saúde	Próprio	2067 – Man. Atividade Hospitalar/Amb/Mac	070046	33.90.30.00	100	R$ 7.245,18
Sec. Mun. Saúde	Federal	1305 – Manut da Atenção Basica	070019	33.90.30.00	114	R$ 6.258,09
Sec. Mun. Social	Federal	2024 – Manutenção do PAIF	060018	33.90.30.00	129	R$ 1.283,86
Valor Total: RS 16.967,73 (Dezesseis Mil Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Setenta e Três Centavos)						

Nossa Senhora do Livramento – MT, 31 de Agosto de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **UGOLINI E CIA LTDA-ME**,

CNPJ/MF: 01.354.498/0001-53

representada pela Srª. Samantha Rodrigues Campos

RG: 11439551-7 e CPF: 993.417.439-15

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 931/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº5023/2017

DO OBJETO

É objeto do presente do presente contrato a aquisição de Produtos do Gênero Alimentícios, copa e cozinha e produtos descartáveis com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR nº. 067/2016 e o processo **Administrativo Nº5023/2017.**

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A presente Ata terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Mun. Educação	Próprio	2045 – Man. e Encargos da Educação	050016	33.90.30.00	100	R$ 9. 308,52
Sec. Mun. Educação	Próprio	2101 – Capacitação de Prof. de Educação Gestão	050024	33.90.30.00	100	R$ 5. 556,70
Sec. Mun. Educação	Próprio	2063 - Capacitação de Prof. de Educação – FUNDEB/40%	050093	33.90.30.00	119	R$ 5. 378,70
Sec. Mun. Educação	Próprio	2217 – Manutenção do Programa da Merenda Escolar	050024	33.90.30.00	100	R$ 4.176. 00
Sec. Mun. Saúde	Próprio	2067 – Man. Atividade Hospitalar/Amb/Mac	070046	33.90.30.00	100	R$ 2. 070,80
Sec. Mun. Saúde	Federal	1305 – Manut da Atenção Basica	070016	33.90.30.00	114	R$ 2042,40
Sec. Mun. Desenv. Rural	Próprio	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	100005	33.90.30.00	100	R$ 3. 070,56
Sec. Mun. Adm e Planejamento	Próprio	2089 – Manutenção das at. de Adm e Planj	040020	33.90.30.00	100	R$ 2. 467,48
Sec. Mun. Social	Federal	2024 – Manutenção do PAIF	060018	33.90.30.00	129	R$ 1. 203,64
Sec. Mun. Social	Federal	2027 – Manutenção do API	060021	33.90.30.00	129	R$ 1. 393,20
Sec. Mun. Social	Federal	2082 - Manutenção do IGDBF	060033	33.90.30.00	129	R$ 1. 393,20
Sec. Mun. Obras e Infra Estrutura	Próprio	2074 – Manutenção Encargos e Salários	080006	33.90.30.00	100	R$ 1. 891,00
Valor Total: RS 39.952,50 Trinta e Nove Mil Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)						

Nossa Senhora do Livramento – MT, 31 de Agosto de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

CONTRATADO:

EMPRESA D.M SILVA – ME,

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva

RG: nº 21513708 SSP/MT

CPF nº 038.776.641-30

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 040/2016

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 040/2016 DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO COMO: LÂMINAS, UNHAS, CANTOS, DENTES, PARAFUSOS E PORCAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MÁQUINAS PESADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº228/2015, MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 648/2016. AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 981/2017, apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à aquisição de bens de consumo como: Lâ-

minas, Unhas, Cantos, Dentes, Parafusos e Porcas para serem utilizadas nas Máquinas Pesadas da Administração Pública Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, com a Empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CNPJ: nº 70.430.558/0001-92.**

1.2. Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 04 (quatro) meses a partir do termino da vigência do contrato original 18 de Abril de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 109/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 079/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 17 de Abril de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP

CNPJ: nº 70.430.558/0001-92

Inscrição Estadual 13.147.105-8

representada pelo sócio proprietário Senhor Abílio Siqueira Mendonça

RG: nº 0098206-7 SSP/MT , inscrito no CPF nº 201.824.901-06

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRONICO N. 33.2017

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRONICO N. 33. 2017

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento através da Pregoeira, devidamente autorizada pela Portaria nº 011/2017 de 02 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº. 33/2017, Processo Licitatório nº 4406/2017, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, Salgados tipo coquetel e lanche),** para manutenção necessária da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento e das Secretarias municipais de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, foi declarado FRACASSADO em razão da inabilitação do licitante. Os autos do processo encontra-se com vista franqueada aos interessados, na sala de Licitações e Contratos situada na Avenida Coronel Botelho n. 458 – Nossa Senhora do Livramento - MT.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 27 de setembro de 2017.

Leonildes Fatima da S. Benevides

Pregoeira 011/2017

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0081 2017

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0081 2017 DE *EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA TRÍADE PARA ATENDER A DEMANDA DE* FEIRA DE ARTES, MÚSICAS, DANÇAS E PRODUTOS REGIONAIS NA CIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO *COMO PARTE DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 287 ANOS DESTA CIDADE,* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRIADE PRODUÇÃO MUSICAL ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3057/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 0087/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5091/2017 de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à contratação de *empresa especializada em prestação de serviços de apresentações de Show artístico da Banda Tríade para atender a demanda de* Feira de Artes, Músicas, Danças e Produtos Regionais na cidade de Nossa Senhora do Livramento *como parte das festividades em comemoração aos 287 anos desta Cidade*, conforme o **Processo Administrativo Nº3057/2017, Inexigibilidade Nº 008/2017** no Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93 com a empresa **TRIADE PRODUÇÃO MUSICAL ME** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **09.092.692/0001-10.**

A VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do contrato original 18 de setembro de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº339/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 081/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **TRIADE PRODUÇÃO MUSICAL ME**

CNPJ sob o nº 09.092.692/0001-10,

Representada Cleber Jorge da Silva Moraes

RG: nº 492632 SSP/MT

CPF nº 393.817.571-00

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 079/2017

**2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 079/2017*EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES CULTURAIS DO GRUPO CHALANA PARA ATENDER A DEMANDA DE* FEIRA DE ARTES, MÚSICAS, DANÇAS E PRODUTOS REGIONAIS NA CIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO *COMO PARTE DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 287 ANOS DESTA CIDADE,* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRA-

MENTO E A EMPRESA GRUPO ARTISTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3009/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 006/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5092/2017 de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à Contratação de *empresa especializada em prestação de serviços de apresentações culturais do Grupo Chalana para atender a demanda de* Feira de Artes, Músicas, Danças e Produtos Regionais na cidade de Nossa Senhora do Livramento *como parte das festividades em comemoração aos 287 anos desta Cidade* conformidade com as especificações e quantitativos constantes no processo administrativo nº 3009/2017 Inexigibilidade 006/2017com a empresa Empresa GRUPO ARTISTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.03.402.957/0001-52

1.2. Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

2.1 O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do contrato original 15 de setembro de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 337/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 079/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa GRUPO ARTISTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA

CNPJ sob o nº.03.402.957/0001-52

Representado pelo Senhor Luiz Antônio Machado Tolotti

RG: 9042890468 SSP/RS e CPF: 540.412.500-15

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 078/2017

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 078/2017*EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES CULTURAIS COM SHOW DE NICO E LAU PARA ATENDER A DEMANDA DE* FEIRA DE ARTES, MUSICA, DANÇAS E PRODUTOS REGIONAIS NA CIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO *COMO PARTE DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 287 ANOS DESTA CIDADE* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SANTO ANTONIO DE LEVEGER PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3010/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5093/2017 de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à Contratação de *empresa especializada em prestação de serviços de apresentações culturais com Show de Nico e Lau para atender a demanda de* Feira de Artes, Musica, Danças e Produtos Regionais na cidade de Nossa Senhora do Livramento *como parte das festividades em comemoração aos 287 anos desta Cidade* conformidade com Processo Administrativo nº 3010/2017 e Inexigibilidade nº. 007/2017 no Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93 com a empresa **INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.07.093.645/0001-65

1.2. Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do contrato original 15 de setembro de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 336/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 078/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER,**

CNPJ sob o nº.07.093.645/0001-65

Representado pelo sócio Lioniê Vitorio

RG: 707359-3 e CPF: 474.190.911-53

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 082 2017

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 082 2017DE *EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA TRÍADE PARA ATENDER A DEMANDA DE* FEIRA DE ARTES, MÚSICAS, DANÇAS E PRODUTOS REGIONAIS NA CIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO *COMO PARTE DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 287 ANOS DESTA CIDADE,* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1088/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5058/2017 de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à *a Contratação de empresa espe-*

cialização em prestação de serviços de locação e montagem de palco, treliças, sonorização, iluminação, tendas, e grades inibidoras para atender a demanda de Feira de Artes, Musica, Danças e Produtos Regionais na cidade de Nossa Senhora do Livramento *como parte das festividades em comemoração aos 287 anos, no* modalidade Pregão Presencial nº 018/2017 *desta* com a Empresa : **BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **33.672.940/0001-86.**

– DA VIGÊNCIA

2.1 O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do contrato original 19 de setembro de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 338/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 082/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 15 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO

Empresa: **BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO LTDA ME**,

CNPJ sob o nº 33.672.940/0001-86,

Representada pelo senhor Nicola Barajak

RG: nº 02611953 SSP/MT, inscrito no CPF nº 242.026.221 -20,

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 063/2016

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 063/2016DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS/GENUINAS CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NOS TERMOS DE REFERENCIA DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015 DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 886/2016,. AS CLAUSULAS A SEGUIR

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 4665/2017, apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente ao Contrato de **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS/GENUINAS CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NOS TERMOS DE REFERENCIA ADESÃO ATA de Registro de Preços nº 020/2015 DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT** para atender a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, com a Empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP** CNPJ: nº 70.430.558/0001-92.

1.2. Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do contrato original 06 de Julho de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 262/2017

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 079/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Julho de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP

CNPJ: nº 70.430.558/0001-92

Inscrição Estadual 13.147.105-8

representada pelo sócio proprietário Senhor Abílio Siqueira Mendonça

RG: nº 0098206-7 SSP/MT , inscrito no CPF nº 201.824.901-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2017

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO VEREADOR DR. MARCIO LAURINDO"

O Senhor **Adelino Schmoller**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei, torna público que

CONSIDERANDO a Licença requisitada pelo Vereador Dr. Marcio Laurindo na forma do artigo 87 IX e 91 parágrafo 3º do Regimento Interno desta Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que os Vereadores poderão licenciar-se por prazo determinado no caso de moléstia devidamente comprovada conforme artigo 91, I do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que a Licença será concedida pelo Presidente da Câmara no caso de moléstia, conforme artigo 91 parágrafo segundo

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida Licença por moléstia devidamente comprovada ao Vereador Dr. Marcio Laurindo da Silva pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 02/10/2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 27 de setembro de 2.017

Adelino Schmoller

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023 /2017

PORTARIA Nº 023 /2017 de 02 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE O ADIAMENTO DE SESSÃO ORDINÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato G rosso, senhor **Adelino Schmoller**, no uso de suas atribuições legais e considerando o Regimento Interno desta Casa de Leis, RESOLVE:

Artigo 1º. Cancelar a sessão ordinária da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, que seria realizada hoje, dia 02 de outubro de 2017.

Artigo 2º. Fica designada a sessão para o dia 05 de outubro de 2017 às 09:00 no recinto desta Casa Legislativa e fica os Vereadores desde já convocados.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 02 de outubro de 2017.

Adelino Schmoller

Presidente – Biênio 2017/2018

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 199/2017

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica NOMEADA a Sra. **CINTIA LAUREANO LEME**, no cargo de ASSESSOR JURIDICO, a partir do dia 29.09.2017, lotado no Depto Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 29 de setembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
PORTARIA 005/2017

??°

PREVBRAS

PREVIDENCIA DOS SERV. PÚBLICO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

CNPJ. 02.834.062/0001-80

PORTARIA N.º 005/ 2017

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 005/2014 de concessão do Benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor do****Sr. Jair Ribeiro de Almeida,****em decorrência do falecimento da servidora Inativa* ***Sra. Marinalva Ferreira de Almeida.****"*

A Diretora Executiva do PREVBRAS - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 005/2014, publicada em 29/07/2014 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2024, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento da servidora **Sra. Marinalva Ferreira de Almeida**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0735982-9 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 495.452.131-91, residente e domiciliada neste município, aposentada por invalidez no cargo de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "05", através da Portaria n.º 008/2005 registrada pelo Acórdão n.º 417/2006, em favor do **Sr. Jair Ribeiro de Almeida**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade RG n.º 952.332 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 906.600.481-91, residente e domiciliado neste município, cônjuge da "*de cujus*", o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do PREVBRAS, n.º 2014.07.00416P.

ONDE SE LÊ: "Considerando o Art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 28, inciso I, da Lei Municipal n.º 512 de 30 de julho de 2013, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia/MT;"

LEIA-SE: "Considerando o Art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 7º inciso I, Art. 28, inciso I e art. 30 inciso I da Lei Municipal n.º 512 de 30 de julho de 2013, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia/MT;"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **30 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Brasilândia/MT, 02 de outubro de 2017.

VERA LÚCIA ALVES PINTO Diretora Executiva do PREVBRAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR O DECRETO Nº 045, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

"ALTERA VALOR DE FAIXA BÁSICA DE CONSUMO ÁGUA TRATADA, NO QUADRO DE CATEGORIA RESIDENCIAL E INCLUI DISPOSITIVOS DE SERVIÇOS AO DECRETO Nº 025/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao artigo 61, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 9º, inciso VI da Lei nº 059/98,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica alterado o artigo 1º, inciso I, do Decreto nº 025/2017, o valor da faixa básica de consumo de água tratada, no quadro de categoria residencial, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, com a quantificação de consumo e a tarifa por metros cúbicos (m3) de fornecimento, com a seguinte disposição:

CATEGORIA RESIDENCIAL

PREÇO POR M³ - R$

CONSUMO (M³)	VALOR MÍNIMO	VALOR M³	FATURA DEDUÇÃO*
0 a 10	**10 m3**	**2,51**	**-$-**
11 a 20		**2,58**	**-$-**
21 a 30		**3,32**	**-$-**
31 a 40		**3,91**	**36,96**
Acima de 41		**6,45**	**109,74**

Artigo 2º. Inclui-se no quadro constante do artigo 1º, § 5º, Inciso IV, do Decreto nº 025/2017, os serviços de "Substituição de hidrômetro ¾ - Troca, com cobrança de tarifa no valor de R$ 92,50 (noventa e dois reais e cinquenta centavos)" e "Religação de corte a pedido" com cobrança de tarifa no valor de R$ 34,75 (trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos). "

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo os seus efeitos aplicáveis a conta de fornecimento de água tratada e tarifação a partir de 1º de outubro de 2017.

Paço Municipal, em Nova Brasilândia-MT, 05 setembro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 258/2017

PORTARIA Nº 258/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, em 02/10/2017,** a Senhora **PAMELA RODRIGUES RINALDI,** brasileira, solteira, psicologia, portadora RG. n.º 2127142-94 SSP/MT e do CPF. n.º 046.465.781-40, do cargo em comissão de**COORDENADORA DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 038/2017 de 02/01/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Outubro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 228/2017

PORTARIA Nº 228/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Revogar, a partir de 11/09/2017,** a Portaria 035/2017 de 02/01/2017, **que designou** o Servidor **LUIZ ROBERTO MAGIONI,** brasileiro, casado, portador do R.G. 10.859603 SSP/SP e CPF n.º 967.009.718-53, servidor público efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo, sob portaria 072/2006 e termo de posse 005/2006 de 01/03/2006, residente e domiciliado na Rua 04, Bairro Centro, neste município, neste município, do cargo em comissão de ***SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO.***

Art. 2º -Designar a partir de (18/09/2017), o Senhor **LUIZ ROBERTO MAGIONI,** brasileiro, casado, portador do R.G. 10.859603 SSP/SP e CPF n.º 967.009.718-53, servidor público efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo, sob portaria 072/2006 e termo de posse 005/2006 de 01/03/2006, residente e domiciliado na Rua 04, Bairro Centro, neste município, para responder pelo cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 035/2017 de 02/01/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 11 dia do mês de Setembro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 251/2017

PORTARIA Nº 251/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -Designar a partir de (15/09/2017), o Senhor **SEBASTIÃO BENTO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, portador da C.I. n. º M-3815333 SSP/MG e CPF n.º 288.694.946-91, servidor comissionado no cargo de **Secretário Municipal de Administração** sob portaria 205/2017 de 03/10/2016residente e domiciliado na Av. Uirapuru, Bairro Centro, neste município, para responder **interinamente** pelos cargos em comissão de **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 14 dia do mês de Setembro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 257/2017

PORTARIA Nº 257/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
479	Aparecido Rodrigues Porto	12/04/2015 a 11/04/2016	02/10/17 a 31/10/17

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 29 dias do mês de Setembro de 2017.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ATA DA REUNIÃO CONSELHO MUNICIPAL DO NOVO FETHAB DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA - MT.

COMFENM

CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB DE NOVA Maringá.

ATA DA REUNIÃO CONSELHO MUNICIPAL DO NOVO FETHAB DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA - MT.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezesseis (16) horas, na sede da Prefeitura de Nova Maringá - MT, foi realizada a reunião do Conselho Municipal do FETHAB, O Presidente Osvaldo Correia, deu início a reunião agradecendo a presença de todos, em seguida esclareceu que a reunião tratava-se para aprovação das contas referente ao segundo (2º) quadrimestre do ano de dois mil e dezessete (2017), conforme demonstrativo enviado pelo gestor municipal, foram executados serviços de reforma e manutenção de maquinários e veículos, patrolamento de estradas, construção de pontes, passando então os extratos para análise, que no dia 28/04/2017 havia um saldo de R$639.139,78 (seiscentos trinta e nove mil, cento trinta e nove reais, setenta e oito centavos) na conta do Fethab, entradas de repasse no mês de maio, junho, julho e agosto/2017 R$ 651.184,73 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento oitenta e quatro reais, setenta e três centavos) rendimentos na aplicação R$12.921,60 (doze mil, novecentos vinte um reais e sessenta centavos) pagamentos no mesmo período R$649.100,82 (seiscentos quarenta e nove mil, cem reais, oitenta e dois centavos), ficando um saldo no dia 30/08/2017 de R$654.145,29 (seiscentos cinquenta e quatro mil, cento quarenta e cinco reais, vinte e nove centavos) logo após então foi aprovada por unanimidade a prestação de contas referente ao 2º quadrimestre do ano de 2017, Presidente explanou os serviços a serem executados , patrolamento das estradas vicinais primeiro as de acesso para recolhimento dos alunos, patrolamento e cascalhamento nos pontos críticos da MT 249, MT 160 e MT 488, estradas estaduais que dão acesso aos municípios vizinhos, e ao Distrito de Brianorte, em seguida deixou a palavra livre, e como ninguém mais fez uso da palavra, Presidente deu por encerrada a reunião, e pediu que lavrasse a presente ata, que vai assinada por mim, Denize Paixão Borges, que secretariei, pelo Presidente e por todos presentes.

Oswaldo Correia

Irineu Allievi

Wagner Roberto Lordano

Rosimeire Ralla dos Santos

Eva Aparecida Machado de Oliveira

Joao Batista Rodrigues

Aldair Paulo Griebeler

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 144/2017

SÚMULA: “Estabelece excepcionalmente e por prazo determinado, medidas administrativas de racionalização, controle orçamentário, contingenciamento e contenção de despesas no âmbito da Prefeitura de Nova Monte Verde e dá outras providências.”.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO as dificuldades financeiras decorrentes da crise nacional que afetam os setores produtivos e o consumo, com consequente queda da arrecadação de receitas nas esferas governamentais, notadamente o FPM e o ICMS, inclusive no Município de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO que o próprio Governo Federal e outros governos de Estado e de municípios têm, igualmente, adotado medidas de contenção, contingenciamento e corte de despesas em seus respectivos âmbitos de competências;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro do Município e de ajuste do fluxo de gastos;

CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo da máquina pública municipal, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO ser imperioso preservar, dentro das possibilidades, os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos aos servidores públicos municipais e aos fornecedores;

CONSIDERANDO que as medidas serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar medidas administrativas alem daquelas tomadas por meio do Decreto 126/2017 de 22 de setembro de 2017;

DECRETA :

Art.1º Este Decreto estabelece medidas administrativas de racionalização, controle orçamentário, contingenciamento e contenção de despesas no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e dá outras providências.

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas básicas para racionalização, controle orçamentário, contingenciamento e contenção de despesas, que vigorarão até 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo de outras medidas que vierem a ser adotadas:

redução no horário de expediente administrativo nos órgãos da administração direta municipal a ser regulamentado por meio de Decreto para esse fim especifico;

execução de serviços das secretarias de Obras e Agricultura de forma reduzida e racionalizada;

redução de aquisição/compras com recursos próprios, ressalvadas as aquisições com recursos vinculados e outras aquisições com recursos próprios autorizadas previamente por escrito pela Prefeita desde comprovada a excepcionalidade absoluta;

redução das despesas com serviços postais, evitando-se postagens como Sedex e AR;

suspensão, em caráter excepcional e extraordinário, da concessão de novos pedidos de licença-prêmio, licença para trato de interesses particulares (que gerem a necessidade de contratação de servidor temporário;

suspensão, em caráter excepcional e extraordinário, da concessão de adicional por serviço extraordinário (horas-extras), ficando vedada a convocação de servidores para prestação de serviços que possam gerar horas-extras, podendo ser adotado o sistema de banco de horas, entendido que o expediente reduzido não elide o cumprimento da carga horária respectiva que representa a base para o cálculo das horas extraordinárias e outras situações;

controle rigoroso e centralizado da frota oficial de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrita e real necessidade;

controle rigoroso do uso de linhas telefônicas, sendo terminantemente proibido o uso para fins particulares;

redução do uso de material de limpeza mediante adoção de medidas e atitudes de otimização e racionalização;

redução do fornecimento de passagens pelas Secretarias Municipais;

controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática;

controle e racionalização da utilização de cópias reprográficas;

redução de celebração de parcerias com pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços públicos;

redução, em caráter excepcional e extraordinário, da complementação/aporte do Município nos processos relativos à concessão do Tratamento Fora do Domicílio - TFD, ficando o valor quanto ao TFD limitado ao valor de repasse estadual;

Encerramento das atividades da Fanfarra Municipal a partir do dia 16 de outubro de 2017;

Art. 3º Ficam ratificadas as medidas administrativas que dispõe o Decreto 126/2017, de 22 de setembro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, terá vigência até 31 de dezembro de 2017 e não elide a tomada de outras medidas necessárias para o equilíbrio das contas públicas, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 02 de outubro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º197/2017

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE MOTORISTA OCUPADO PELO SENHOR nILTON DILALLO, POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 196/2017, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT que exonerou a pedido o senhor nILTON DILALLO.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago nos termos do art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 01 de outubro de 2017, o cargo de motorista, do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 627/2013, ocupado pelo servidor nILTON DILALLO, matricula nº 1400, por motivo de exoneração.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde, 02 de Outubro de 2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

De 02 de Outubro de 2017

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE MOTORISTA OCUPADO PELO SENHOR nILTON DILALLO, POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 196/2017, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT que exonerou a pedido o senhor nILTON DILALLO.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago nos termos do art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 01 de outubro de 2017, o cargo de motorista, do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 627/2013, ocupado pelo servidor nILTON DILALLO, matricula nº 1400, por motivo de exoneração.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde, 02 de Outubro de 2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2017

SÚMULA: FICA EXONERADO, A PEDIDO O SR. nILTON DILALLO, DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, LOTADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerado, a pedido o Sr. nILTON DILALLO, do cargo efetivo de MOTORISTA lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de outubro 2017.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Novo Monte Verde/MT, 02 de Outubro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 4º BIMESTRE DE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.855.000,00	22.855.000,00	4.307.284,15	18,85	16.126.816,08	70,56	6.728.183,92
RECEITAS CORRENTES	21.499.000,00	21.499.000,00	4.307.284,15	20,03	15.008.721,10	69,81	6.490.278,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.180.500,00	1.180.500,00	864.132,39	73,20	1.545.360,03	130,91	-364.860,03
Impostos	943.000,00	943.000,00	693.777,77	73,57	1.201.572,80	127,42	-258.572,80
Taxas	229.500,00	229.500,00	170.354,62	74,23	343.787,23	149,80	-114.287,23
Contribuição de Melhoria	8.000,00	8.000,00		0,00		0,00	8.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	573.000,00	573.000,00	184.095,08	32,13	676.011,95	117,98	-103.011,95
Contribuições Sociais	428.000,00	428.000,00	126.332,27	29,52	450.596,31	105,28	-22.596,31
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	145.000,00	145.000,00	57.762,81	39,84	225.415,64	155,46	-80.415,64
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	465.000,00	465.000,00	265.017,40	56,99	946.892,76	203,63	-481.892,76
Receitas Imobiliárias	4.000,00	4.000,00	1.612,50	40,31	5.297,50	132,44	-1.297,50
Receitas de Valores Mobiliários	458.000,00	458.000,00	263.353,50	57,50	941.543,86	205,58	-483.543,86
Receita de Concessões e Permissões	2.000,00	2.000,00	51,40	2,57	51,40	2,57	1.948,60
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	34.000,00	34.000,00				0,00	34.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.002.000,00	19.002.000,00	2.965.561,46	15,61	11.668.869,21	61,41	7.333.130,79
Transferências Intergovernamentais	18.161.000,00	18.161.000,00	2.913.507,43	16,04	11.344.112,53	62,46	6.816.887,47
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	836.000,00	836.000,00	52.054,03	6,23	324.756,68	38,85	511.243,32
Transferências para o Combate à Fome	5.000,00	5.000,00				0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	244.500,00	244.500,00	28.477,82	11,65	171.587,15	70,18	72.912,85
Multas e Juros de Mora	61.000,00	61.000,00	11.346,73	18,60	72.585,88	118,99	-11.585,88
Indenizações e Restituições	21.500,00	21.500,00	7.897,63	36,73	26.762,97	124,48	-5.262,97
Receita da Dívida Ativa	157.000,00	157.000,00	9.233,46	5,88	72.238,30	46,01	84.761,70
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.356.000,00	1.356.000,00	0,00	0,00	1.118.094,98	82,46	237.905,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Operações de Crédito Internas	50.000,00	50.000,00		0,00		0,00	50.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Alienação de Bens Móveis	35.000,00	35.000,00		0,00		0,00	35.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00		0,00		0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.118.094,98	89,45	131.905,02
Transferências Intergovernamentais	155.000,00	155.000,00		0,00		0,00	155.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.095.000,00	1.095.000,00		0,00	1.118.094,98	102,11	-23.094,98
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	585.000,00	585.000,00	217.825,98	37,24	777.356,12	132,88	-192.356,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.440.000,00	23.440.000,00	4.525.110,13	19,31	16.904.172,20	72,12	6.535.827,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.440.000,00	23.440.000,00	4.525.110,13	19,31	16.904.172,20	72,12	6.535.827,80
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.440.000,00	23.440.000,00	4.525.110,13	19,31	16.904.172,20	72,12	6.535.827,80
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.655.400,00	23.509.000,00	4.880.225,28	17.462.763,08	6.046.236,92	5.010.953,13	16.211.837,09	7.297.162,91	14.002.835,01	0,00
DESPESAS CORRENTES	19.740.892,15	20.483.416,23	4.079.340,41	15.481.726,15	5.001.690,08	4.095.100,75	14.543.549,61	5.939.866,62	12.621.492,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.310.512,79	11.420.221,37	2.213.576,15	8.299.576,81	3.120.644,56	2.215.678,33	8.274.663,07	3.145.558,30	7.571.842,05	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	155.000,00	134.000,00	35.193,42	121.593,42	12.406,58	14.187,74	62.711,04	71.288,96	62.711,04	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.275.379,36	8.929.194,86	1.830.570,84	7.060.555,92	1.868.638,94	1.865.234,68	6.206.175,50	2.723.019,36	4.986.938,91	
DESPESAS DE CAPITAL	2.095.507,85	2.206.583,77	800.884,87	1.961.036,93	225.546,84	915.852,38	1.668.287,48	538.296,29	1.381.343,01	0,00
INVESTIMENTOS	1.720.507,85	1.821.083,85	696.846,78	1.596.350,07	224.733,78	853.672,20	1.419.566,76	401.517,09	1.381.343,01	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	375.000,00	385.499,92	104.038,09	384.686,86	813,06	62.180,18	248.720,72	136.779,20		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	819.000,00	819.000,00			819.000,00			819.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	128.929,74	210.400,72	806.070,26	128.929,74		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.440.000,00	24.444.000,00	5.090.626,00	18.268.833,34	6.175.166,66	5.221.353,85	17.017.907,35	7.426.092,65	14.002.835,01	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.440.000,00	24.444.000,00	5.090.626,00	18.268.833,34	6.175.166,66	5.221.353,85	17.017.907,35	7.426.092,65	14.002.835,01	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.440.000,00	24.444.000,00	5.090.626,00	18.268.833,34		5.221.353,85	17.017.907,35		14.002.835,01	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	585.000,00	585.000,00	217.825,98	37,24	777.356,12	132,88	-192.356,12
RECEITAS CORRENTES	585.000,00	585.000,00	217.825,98	37,24	777.356,12	132,88	-192.356,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	584.000,00	584.000,00	217.825,98	37,30	777.141,77	133,07	-193.141,77
Contribuições Sociais	584.000,00	584.000,00	217.825,98	37,30	777.141,77	133,07	-193.141,77
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	214,35	21,44	785,65
Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00		0,00	214,35	21,44	785,65
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	128.929,74	210.400,72	806.070,26	128.929,74	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	128.929,74	210.400,72	806.070,26	128.929,74	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	128.929,74	210.400,72	806.070,26	128.929,74		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.655.400,00	23.509.000,00	4.880.325,28	17.462.763,08	95,59	6.046.236,92	5.010.953,13	16.211.837,09	95,26	7.297.162,91	0,00
Legislativa	970.900,00	1.106.900,00	159.173,05	673.831,45	3,69	433.068,55	163.609,19	622.878,89	3,66	484.021,11	0,00
Ação Legislativa	970.900,00	1.106.900,00	159.173,05	673.831,45	3,69	433.068,55	163.609,19	622.878,89	3,66	484.021,11	
Controle Externo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	117.000,00	117.000,00	22.859,62	102.238,34	0,56	14.761,66	22.859,62	102.238,34	0,60	14.761,66	0,00
Ação Judiciária					0,00						
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	117.000,00	117.000,00	22.859,62	102.238,34	0,56	14.761,66	22.859,62	102.238,34	0,60	14.761,66	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	2.320.700,00	2.411.000,00	488.812,25	2.058.133,90	11,27	352.866,10	496.622,87	1.826.462,38	10,73	584.537,62	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
Administração Geral	2.320.700,00	2.411.000,00	488.812,25	2.058.133,90	11,27	352.866,10	496.622,87	1.826.462,38	10,73	584.537,62	
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	141.500,00	155.616,00	40.406,28	139.206,78	0,76	16.409,22	30.853,28	110.065,78	0,65	45.550,22	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Administração Financeira	65.000,00	98.000,00	29.949,00	97.949,00	0,54	51,00	20.396,00	68.808,00	0,40	29.192,00	
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização	64.000,00	52.616,00	10.457,28	37.157,78	0,20	15.458,22	10.457,28	37.157,78	0,22	15.458,22	
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	12.500,00	5.000,00		4.100,00	0,02	900,00		4.100,00	0,02	900,00	
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	1.283.000,00	1.345.438,90	277.603,31	1.060.057,33	5,80	285.381,57	273.163,47	990.365,71	5,82	355.073,19	0,00
Assistência ao Idoso	37.000,00				0,00				0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	104.500,00	61.450,00	4.327,50	17.843,00	0,10	43.607,00	4.327,50	17.843,00	0,10	43.607,00	
Assistência Comunitária	913.500,00	393.395,00	43.154,91	206.897,73	1,13	186.497,27	54.079,03	202.499,00	1,19	190.896,00	
Administração Geral	151.000,00	881.900,00	230.120,90	835.122,70	4,57	46.777,30	214.756,94	769.829,81	4,52	112.070,19	
Demais Subfunções	77.000,00	8.693,90		193,90	0,00	8.500,00		193,90	0,00	8.500,00	
Previdência Social	1.425.000,00	1.425.000,00	131.500,07	530.910,70	2,91	894.089,30	138.388,07	517.134,70	3,04	907.865,30	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	1.425.000,00	1.425.000,00	131.500,07	530.910,70	2,91	894.089,30	138.388,07	517.134,70	3,04	907.865,30	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	4.672.700,00	5.197.825,85	1.395.792,24	4.261.678,08	23,33	936.147,77	1.227.347,60	3.906.172,88	22,95	1.291.652,97	0,00
Atenção Básica	2.459.500,00	2.797.425,85	865.471,54	2.235.036,51	12,23	562.389,34	692.979,93	1.983.117,40	11,65	814.308,45	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.919.100,00	2.116.900,00	500.428,70	1.902.030,80	10,41	214.869,20	507.183,59	1.801.152,63	10,58	315.747,37	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica	282.100,00	283.500,00	29.892,00	124.610,77	0,68	158.889,23	27.184,08	121.902,85	0,72	161.597,15	
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
Administração Geral	12.000,00				0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade	26.000,00				0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	5.417.500,00	5.365.200,00	899.333,89	3.568.348,54	19,53	1.796.851,46	899.613,63	3.446.124,87	20,25	1.919.075,13	0,00
Ensino Fundamental	4.067.000,00	3.896.700,00	636.318,93	2.475.491,53	13,55	1.421.208,47	630.826,30	2.382.129,71	14,00	1.514.570,29	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	64.000,00				0,00				0,00		
Educação Infantil	1.155.000,00	1.359.500,00	263.014,96	1.023.588,57	5,60	335.911,43	263.014,96	1.023.588,57	6,01	335.911,43	
Educação de Jovens e Adultos	49.000,00	39.000,00			0,00	39.000,00			0,00	39.000,00	
Educação Especial	70.000,00	70.000,00		69.268,44	0,38	731,56	5.772,37	40.406,59	0,24	29.593,41	
Educação Básica					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	12.500,00				0,00				0,00		
Cultura	343.000,00	216.600,00	76.732,12	128.839,09	0,71	87.760,91	81.258,55	125.869,27	0,74	90.730,73	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	296.000,00	216.600,00	76.732,12	128.839,09	0,71	87.760,91	81.258,55	125.869,27	0,74	90.730,73	
Administração Geral	25.000,00				0,00				0,00		
Demais Subfunções	22.000,00				0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	320.000,00	1.990,00	0,00	1.428,00	0,01	562,00	0,00	1.428,00	0,01	562,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	266.000,00	1.990,00		1.428,00	0,01	562,00		1.428,00	0,01	562,00	
Serviços Urbanos	54.000,00				0,00				0,00		
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	15.000,00				0,00				0,00		
Habitação Urbana	12.000,00				0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	116.000,00	1.218.000,00	347.661,65	1.120.885,91	6,14	97.114,09	579.411,83	1.120.885,91	6,59	97.114,09	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	116.000,00	1.218.000,00	347.661,65	1.120.885,91	6,14	97.114,09	579.411,83	1.120.885,91	6,59	97.114,09	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	263.500,00	135.600,00	368,23	38.996,82	0,21	96.603,18	368,23	38.996,82	0,23	96.603,18	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	246.500,00	133.600,00	368,23	38.996,82	0,21	94.603,18	368,23	38.996,82	0,23	94.603,18	
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	17.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	589.100,00	470.496,00	111.051,93	398.709,21	2,18	71.786,79	114.343,45	359.706,98	2,11	110.789,02	0,00
Abastecimento	10.000,00				0,00				0,00		
Extensão Rural	440.600,00	470.496,00	111.051,93	398.709,21	2,18	71.786,79	114.343,45	359.706,98	2,11	110.789,02	
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária	58.000,00				0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	80.500,00				0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	15.000,00	10.000,00	1.471,50	4.471,50	0,02	5.528,50	1.471,50	4.471,50	0,03	5.528,50	0,00
Comunicações Postais	15.000,00	10.000,00	1.471,50	4.471,50	0,02	5.528,50	1.471,50	4.471,50	0,03	5.528,50	
Telecomunicações					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	100.000,00	118.000,00	34.733,68	39.274,58	0,21	78.725,42	37.646,98	39.274,58	0,23	78.725,42	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica	100.000,00	118.000,00	34.733,68	39.274,58	0,21	78.725,42	37.646,98	39.274,58	0,23	78.725,42	
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	3.136.500,00	2.791.833,33	699.746,74	2.380.353,53	13,03	411.479,80	742.978,49	2.303.425,05	13,54	488.408,28	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	3.101.500,00	2.776.000,00	699.746,74	2.365.953,53	12,95	410.046,47	742.978,49	2.303.425,05	13,54	472.574,95	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	35.000,00	15.833,33		14.400,00	0,08	1.433,33			0,00	15.833,33	
Desporto e Lazer	361.000,00	423.000,00	53.242,21	297.614,04	1,63	125.385,96	90.789,03	258.181,65	1,52	164.818,35	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	46.000,00	68.000,00		67.582,51	0,37	417,49	35.257,12	35.257,12	0,21	32.742,88	
Lazer	315.000,00	355.000,00	53.242,21	230.031,53	1,26	124.968,47	55.531,91	222.924,53	1,31	132.075,47	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	760.000,00	749.499,92	139.736,51	657.785,28	3,60	91.714,64	110.227,34	438.153,78	2,57	311.346,14	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna	530.000,00	519.499,92	139.231,51	506.280,28	2,77	13.219,64	76.367,92	311.431,76	1,83	208.068,16	
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais	230.000,00	230.000,00	505,00	151.505,00	0,83	78.495,00	33.859,42	126.722,02	0,74	103.277,98	
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	250.000,00	250.000,00			0,00	250.000,00			0,00	250.000,00	
Reserva do RPPS					0,00				0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	4,41	128.929,74	210.400,72	806.070,26	4,74	128.929,74	
TOTAL (III) = (I + II)	23.440.000,00	24.444.000,00	5.090.826,00	18.268.833,34	100,00	6.175.166,66	5.221.353,85	17.017.907,35	100,00	7.426.092,65	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	784.600,00	935.000,00	210.400,72	806.070,26	4,41	128.929,74	210.400,72	806.070,26	4,74	128.929,74	0,00
Legislativa	19.100,00	57.100,00	7.265,81	26.368,34	0,14	30.731,66	7.265,81	26.368,34	0,15	30.731,66	0,00
Ação Legislativa	19.100,00	57.100,00	7.265,81	26.368,34	0,14	30.731,66	7.265,81	26.368,34	0,15	30.731,66	
Controle Externo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00						
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	76.400,00	78.600,00	20.489,75	78.398,44	0,43	201,56	20.489,75	78.398,44	0,46	201,56	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
Administração Geral	76.400,00	78.600,00	20.489,75	78.398,44	0,43	201,56	20.489,75	78.398,44	0,46	201,56	
Administração Financeira					0,00				0,00		
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/a)		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	55.500,00	61.800,00	14.373,97	55.516,65	0,90	6.283,35	14.373,97	55.516,65	0,90	6.283,35	0,00
Assistência ao Idoso					0,00				0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.500,00				0,00				0,00		
Assistência Comunitária	47.000,00	9.000,00	2.299,91	3.835,35	0,42	5.164,65	2.299,91	3.835,35	0,42	5.164,65	
Administração Geral	6.000,00	52.800,00	12.074,06	51.681,30	0,98	1.118,70	12.074,06	51.681,30	0,98	1.118,70	
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	15.000,00	15.000,00	490,19	1.953,98	0,13	13.046,02	490,19	1.953,98	0,13	13.046,02	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	15.000,00	15.000,00	490,19	1.953,98	0,13	13.046,02	490,19	1.953,98	0,13	13.046,02	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	172.000,00	228.100,00	53.707,61	202.813,91	1,11	25.286,09	53.707,61	202.813,91	1,19	25.286,09	0,00
Atenção Básica	102.000,00	150.300,00	36.019,71	139.300,15	0,76	10.999,85	36.019,71	139.300,15	0,82	10.999,85	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	56.000,00	56.000,00	14.774,27	51.575,88	0,28	4.424,12	14.774,27	51.575,88	0,30	4.424,12	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	21.800,00	2.913,63	11.937,88	0,07	9.862,12	2.913,63	11.937,88	0,07	9.862,12	
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	342.500,00	375.300,00	91.010,12	343.757,24	1,88	31.542,76	91.010,12	343.757,24	2,02	31.542,76	0,00
Ensino Fundamental	210.000,00	228.000,00	41.727,65	202.535,86	1,11	26.464,14	41.727,65	202.535,86	1,19	26.464,14	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	4.000,00				0,00				0,00		
Educação Infantil	125.000,00	142.800,00	49.282,47	141.221,38	0,77	1.578,62	49.282,47	141.221,38	0,83	1.578,62	
Educação de Jovens e Adultos	3.500,00	3.500,00			0,00	3.500,00			0,00	3.500,00	
Educação Especial					0,00				0,00		
Educação Básica					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Cultura	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	5.000,00				0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00				0,00		
Serviços Urbanos					0,00				0,00		
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Habitação Urbana					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	500,00				0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	15.000,00	27.500,00	6.713,92	25.568,66	0,14	1.931,34	6.713,92	25.568,66	0,15	1.931,34	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural	15.000,00	27.500,00	6.713,92	25.568,66	0,14	1.931,34	6.713,92	25.568,66	0,15	1.931,34	
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária					0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica					0,00				0,00		
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Transporte	75.000,00	75.000,00	12.110,81	55.471,26	0,30	19.528,74	12.110,81	55.471,26	0,33	19.528,74	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	75.000,00	75.000,00	12.110,81	55.471,26	0,30	19.528,74	12.110,81	55.471,26	0,33	19.528,74	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	8.600,00	16.600,00	4.238,54	16.221,78	0,09	378,22	4.238,54	16.221,78	0,10	378,22	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário					0,00				0,00		
Lazer	8.600,00	16.600,00	4.238,54	16.221,78	0,09	378,22	4.238,54	16.221,78	0,10	378,22	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 145/2017

SÚMULA: "ALTERA EXCEPCIONALMENTE E POR PRAZO DETERMINADO, O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO as medidas adotadas por meio dos Decretos 126/2017 e 144/2017, buscando o equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Fica decretado novo horário de expediente a partir de 03 de outubro de 2017, nos Órgãos da Administração Direta Municipal, conforme segue:

ARTIGO 2º - Os órgãos administrativos (Secretarias) terão expediente das 07h às 11h, de segunda a sexta-feira.

ARTIGO 3º - A Secretaria Municipal de Obras, devido às peculiaridades de seus serviços terá expediente de segunda à sexta-feira, das 07h às 11h e das 13 às 17h.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Secretário Municipal de Obras, bem como os demais Secretários, deverão observar rigorosamente o disposto no item VI do artigo 2º do Decreto 144/2017.

ARTIGO 4º - O Departamento de Tributos, localizado no Paço Municipal, SEFAZ - Unidade de Serviço Conveniada, CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família e a UDR - Unidade Descentralizada em Reabilitação terão expediente de segunda a sexta-feira das 07h às 13h.

ARTIGO 5º - Os serviços públicos de urgência e emergência nas áreas de Saúde (Unidade Mista de Saúde) e PSF's, bem como a Creche, Escolas da Rede Municipal e Agência Municipal de Trânsito, terão atendimento normal, durante a vigência deste decreto.

ARTIGO 6º - Este decreto entra em vigor em na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 02 de outubro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESUMO DE CONTRATOS MÊS SETEMBRO/2017

SETEMBRO/2017

CONTRATO Nº. 63/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na REVISÃO DE 40.000 (quarenta mil) KM DO VEÍCULO CAMINHÃO COMPACTADOR VW 15.190 WORKER 2014/2015 PLACA (QBB 5774) COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS QUE DEVERÁ ACONTECER NA CONCESSIONÁRIA MAIS PRÓXIMA

3. DATA ASSINATURA: 11 de Setembro de 2017

4.VIGÊNCIA: 11 de Setembro de 2017 até 30 de Setembro de 2017.

5.VALOR GLOBAL : R$ 8.123,73 (oito mil cento e vinte e três reais e setenta e três centavos).

6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 35/2017

CONTRATO Nº. 64/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e MYAZIMA SERVIÇOS MÉDICOS

2.OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE **SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER OS PLANTÕES NOTURNOS E DIURNOS NO REGIME DE SOBREAVISO, E REALIZAÇÃO DE EXAMES GINECOLÓGICOS E DE ULTRASONOGRAFIA NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE (IGNÁCIO KONOPKA**), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

3. DATA ASSINATURA: 19 de Setembro de 2017.

4.VIGÊNCIA: 19 de setembro de 2017 ate 19 de setembro de 2018.

5.VALOR GLOBAL : *R$ 869.700,00 (oitocentos e sessenta e nove mil e setecentos reais)*

6.LICITAÇÃO: Pregão Presencial **nº. 28/2017.**

CONTRATO Nº. 65/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e M R BARRETO & CIA LTDA - ME

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE **SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER OS PLANTÕES NOTURNOS E DIURNOS NO REGIME DE SOBREAVISO, E REALIZAÇÃO DE EXAMES GINECOLÓGICOS E DE ULTRASONOGRAFIA NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE (IGNÁCIO KONOPKA**), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3. DATA ASSINATURA: 19 de Setembro de 2017.

4.VIGÊNCIA: 19 de setembro de 2017 ate 19 de setembro de 2018.

5.VALOR : R$ 442.500,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais)

6.LICITAÇÃO: Pregão Presencial **nº. 28/2017.**

CONTRATO Nº. 66/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e MÁRCIA REGINA RIBEIRO

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS AULAS PARA CAPACITAR NOVOS PROFISSIONAIS PARA AS SALAS DE VACINAS E ATUALIZAR INFORMAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO DURANTE OS ÚLTIMOS ANOS, CONFORME O PROJETO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE REALIZADO PELO CIES/AT.

3. DATA ASSINATURA: 24 de Setembro de 2017.

4.VIGÊNCIA: 25 de setembro de 2017 ate 25 de outubro de 2017.

5.VALOR :R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 67/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e BANCO DO BRASIL / S/A

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE TARIFAS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A., AGÊNCIA DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES

3. DATA ASSINATURA: 27 de Setembro de 2017.

4.VIGÊNCIA: 27 de setembro de 2017 ate 27 de setembro de 2018.

5.VALOR : Valor em porcentagem referente aos serviços prestados

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 34/2017

CONTRATO Nº. 68/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e CARVALHO & W. ROCHA - ADVOGADOS ASSOCIADOS

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO AJUIZAMENTO E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL ATÉ A ÚLTIMA INSTÂNCIA DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA A UNIÃO FEDERAL PARA RECUPERAR VALORES DO FUNDEF DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.

3. DATA ASSINATURA: 27 de Setembro de 2017.

4.VIGÊNCIA: 27 de setembro de 2017 ate 27 de setembro de 2018.

5.VALOR : Valor referente ao montante arrecadado

6.LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2017

CONTRATO Nº. 46/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e E.M. DOS SANTOS COMUNICAÇÕES - ME

2.OBJETO:EFETUAR RESCISÃO CONTRATUAL referente ao CONTRATO nº. 46/2017/DEPTO/ADM/COMPRAS, o qual tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, PRODUÇÃO DE MATÉRIAS, CONTEÚDOS PARA WEB ATUALIZAÇÃO DE FANPAGES/SITES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, PARA UM PERÍODO DE 08 (oito) MESES**

3. DATA ASSINATURA: 30 de Agosto de 2017.

CONTRATO Nº. 47/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e R.R. ASSESSORIA E SERVIÇOS EM GESTÃO EIRELI - EPP

2.OBJETO:EFETUAR RESCISÃO CONTRATUAL referente ao CONTRATO nº. 47/2017/DEPTO/ADM/COMPRAS, o qual tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DE ADMINISTRATIVO, TÉCNICO ESPECIALIZADO E ATIVIDADES AUXILIARES PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E ACOMPANHAMENTO DA PREFEITA EM ORGÃOS DO GOVERNO NA CAPITAL CUIABÁ**

3. DATA ASSINATURA: 11 de Setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 38/2017

PORTARIA Nº 38/2017

"Dispõe sobre a homologação do Inventário Patrimonial 2016 e da outras providencias."

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, Senhor **Reginaldo Martins Del Colle**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando, o Oficio nº 39/GP/2016; que requer adequação no relatório de inventario patrimonial 2016, de responsabilidade do gestor anterior;

Considerando, o inventario patrimonial de 2016, sob a lavra da Empresa STS Consultoria Informática LTDA ME ,CNPJ 19.335.762/0001-77.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Homologado o Inventário Patrimonial exercício 2016, da gestão do Senhor Ademar Matias dos Reis.

Art. 2º - Fica desde já a comissão Patrimonial autorizada a fazer as adequações Patrimoniais necessárias para as devidas baixas conforme relatório patrimonial da Comissão Patrimonial nº 001/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

Reginaldo Martins Del Colle

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2017/PMNO.

Aos 25 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 208/2017, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (CARNES E PANIFICAÇAO) DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.**Empresas vencedoras: A.V. FLORES SANTOS foi vencedora do(s) item(ns): 014, 015, 016, 018, 020, Parte Item (021), 023, 024, 025, por apresentar menor preço no valor de R$ 369.938,02 (trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e dois centavos); a empresa: OLIVEIRA PANIFICADORA LTDA-ME foi vencedora do(s) item(ns): 007, 008, 010, 011, 028, por apresentar menor preço no valor de R$ 302.472,10 (trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e dez centavos); a empresa: M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI foi vencedora do(s) item(ns): 001, 002, 004, 005, 006, 009, 012, 013, 017, 019, 027, 029, 030, 031, por apresentar menor preço no valor de R$ 868.764,43 (oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos); a empresa: JOAO FRANCISCO CAVALINI MOZAR BERNARDO 06128415105 foi vencedora do(s) item(ns): 003, 026, por apresentar menor preço no valor de R$ 197.325,00 (cento e noventa e sete mil e trezentos e vinte e cinco reais) e atender os requisitos do processo licitatório.

Nova Olímpia/MT 29 de setembro de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port.208/2017

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/COMDICA/2017

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Olímpia/MT – COMDICA, através da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Suplementar para Seleção dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Olímpia/MT no uso de suas atribuições legais torna público a Divulgação do Gabarito da Prova de Aferição de conhecimentos.

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO, presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA de Nova Olímpia/MT**, no uso de sua competência, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº. 955 de 11 de Maio de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.034/2015.

FAZ SABER que o Pleno da Comissão Organizadora, através de sua Presidente **FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO,** divulga o gabarito da Prova 001/2017, referente ao ***Processo de Escolha Suplementar para Seleção dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Olímpia/MT***.

Considerando as ocorrências descritas neste Edital nº 004/2017/COMDICA, a Comissão Especial Eleitoral do Processo Seletivo Suplementar;

DECIDEM:

A Comissão Especial Eleitoral do Processo Seletivo Suplementar mediante a ocorrência de candidatos que questionaram o cartão de resposta quanto à alternativa da questão número (1), analisou e decidiu em consenso na anulação da referente questão (1) concedendo a pontuação (0,5) conforme descrito no quadro de detalhamento do item 9 da prova de conhecimentos no item 9.1 a todos os candidatos.

A Comissão Especial Eleitoral do Processo Seletivo Suplementar analisou o Edital nº 001/2017/COMDICA e decidiu pela anulação, e desconsideração para as questões (QUESTÃO DISCURSIVA) da Prova de Conhecimento item 9. Tendo em vista que o quadro contido no Edital nº 001/2017/COMDICA no item 9 – DA PROVA DE CONHECIMENTO consta com o total de questões sendo 20 e não havendo como corrigir a QUESTÃO DISCRUSIVA, pois a pontuação seria extra contradizendo o Edital nº 001/2017/COMDICA que tem apenas 20 questões totalizando 10,0 pontos. A QUESTÃO DISCURSIVA que não será avaliada é a constante no ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

1 – GABARITO OFICIAL DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT 001/2017

Lei n.º 8.069/90 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	A	B	D	A	D	B	B	D	A	D	D

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

13	14
B	E

LÍNGUA PORTUGUESA

15	16	17	18
D	D	B	D

LEI MUNICIPAL Nº 955/2012

19	20
A	D

Nova Olímpia-MT, 02 de outubro de 2017.

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA OLÍMPIA-MT

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

SIMPREV
PORTARIA Nº. 061/2017.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sra. Aparecida Neusa Feitosa**, servidora efetiva deste município."*

O Secretário Municipal de Administração de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. Aparecida Neusa Feitosa**, Portadora do RG n.º 13. 239.841 SSP/SP, inscrita no CPF nº 481.845.861-91, matriculada sob n.º 11, equivalente a 130 (cento e trinta) dias líquidos, equivalentes a 4 meses e 10 dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001090.1.00009/16-9 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, mais 2.620 dias líquidos, equivalentes a 7 anos, 2 meses e 5 dias, conforme CTC emitida pelo Governo do Estado de Mato Grosso n.º 017436/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Olímpia/MT, 02 de outubro de 2017.

JOÃO SARTORI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 11/2017 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 11/2017

Súmula: "Aprova o Demonstrativo Gestão do Programa Bolsa Família 2016 - no Sistema Único da Assistência Social – SUAS do Município de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - "Aprova o Demonstrativo Gestão do Programa Bolsa Família 2016 - no Sistema Único da Assistência Social - SUAS do Município de Nova Santa Helena – MT".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 15 de setembro de 2017.

Maria Izabel Miranda

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

SÚMULA:ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARNOVALORQUEMENCIONAEDAOUTRASPROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$

288.800,00 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil e Oitocentos Reais) nas Seguintes Dotações Orçamentárias:

06.001-GABINETEDASECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigações Patronais - INSS R$ 40.000,00

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 75.000,00

07.001-GABINETEDASECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 Diárias - Civil R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

07.003-FUNDEB40

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 90.000,00

Sub-Total:R$ 90.000,00

07.004-CULTURA,DESPORTOELAZER

07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

08.001-FUNDOMUNICIPALDESAUDE

08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo R$ 6.000,00

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 26.000,00

11.001-GABINETEDASECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 15.000,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 800,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.7.1.70.00.00.00|100000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS

R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 25.800,00

12.001-DEPARTAMENTODEPLANEJAMENTOEGESTAO

12.001.04.121.0010.2041.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

13.001-DEPARTAMENTODEINDUSTRIAECOMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diárias - Civil R$ 4.000,00

13.001.22.661.0033.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 20.000,00

Sub-Total:R$24.000,00

TotalParcialSuplementado:R$288.800,00

Artigo 2 - Para dar Cobertura ao Credito aberto no Artigo Anterior, serão utilizados os recursos provenientes de anulações parciais ou totais das seguintes dotações orçamentárias:

03.001-GABINETEDOPREFEITO

03.001.15.451.0011.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 7.000,00

03.001.04.122.0010.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.500,00

03.001.04.126.0005.1003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 4.500,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

03.002-SECRETARIADECONTROLEINTERNO

03.002.04.124.0013.2007.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

03.002.04.124.0013.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

03.002.04.124.0013.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

05.001-GABINETEDASECRETARIA

05.001.04.126.0005.1004.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 8.000,00

Sub-Total:R$ 8.000,00

07.001-GABINETEDASECRETARIA

07.001.12.361.0025.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

07.001.12.365.0023.1046.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalações R$ 10.000,00

07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalações R$ 30.000,00

07.001.12.361.0023.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalações R$ 16.000,00

07.001.12.361.0023.1031.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalações R$ 5.000,00

07.001.12.361.0023.1044.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalações R$ 5.000,00

07.001.12.306.0022.2059.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo R$ 40.000,00

07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 126.000,00

09.001-GABINETEDASECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00

Sub-Total:R$20.000,00

10.001-FUNDOMUNICIPALDEASSISTENCIASOCIAL

10.001.16.482.0012.1020.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 20.000,00

10.001.08.241.0014.2058.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES R$ 5.000,00

10.001.08.244.0011.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 45.000,00

11.001-GABINETEDASECRETARIA

11.001.04.125.0010.2039.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 20.000,00

11.001.15.452.0019.2048.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 9.000,00

11.001.26.782.0005.1033.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

11.001.25.752.0018.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 5.000,00

11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

11.001.15.451.0016.1018.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 49.000,00

11.002-DEPARTAMENTODEAGUAEESGOTO

11.002.15.451.0016.1019.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalações R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

12.001-DEPARTAMENTODEPLANEJAMENTOEGESTAO

12.001.04.126.0005.1056.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.800,00

Sub-Total:R$5.800,00

TotalParcialReduzido:R$288.800,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Agosto de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 39/2017

SÚMULA:ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARNOVALORQUEMENCIONAEDAOUTRASPROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$

392.244,01 (Trezentos e Noventa e Dois Mil e Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Um Centavos) nas Seguintes

Dotações Orçamentárias:

06.001-GABINETEDASECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 7.500,00

Sub-Total:R$ 7.500,00

08.001-FUNDOMUNICIPALDESAUDE

08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|314000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 25.456,99

Sub-Total:R$ 25.456,99

11.001-GABINETEDASECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 30.000,00

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalações R$ 319.287,02

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 10.000,00

Sub-Total:R$359.287,02

TotalParcialSuplementado:R$392.244,01

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Agosto de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 814/2017

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017

SÚMULA: "DISPÕE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, NO INTUITO DE ADOTAR MEDIDAS PARA INCREMENTO DA COBRANÇA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficainstituído o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE NOVA SANTA HELENA – REFIS,** destinado a promover a regularização dos créditos do Município, mediante pagamento, à vista ou em parcelas, de débitos de natureza tributária relativos a impostos, taxas e contribuição de melhoria, com vencimento ocorrido até 31 de dezembro de 2016, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizadas ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, conforme disciplinado na Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§1º - Com a instituição do Programa Refis**,** poderão ser quitados de acordo com os limites e ás condições estabelecidos nesta lei e em regulamentação do Poder Executivo, quando couber.

§2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por créditos tributários e não tributários, toda Dívida Ativa registrada em nome do contribuinte, decorrente da inadimplência de qualquer dos impostos, contribuições e taxas, cuja responsabilidade pelo lançamento e cobrança seja do município.

§3º - A quitação referida no *caput* poderá ser feita por pagamento do total dos créditos, à vista, com desconto de 100% (cem por cento) dos juros e multas, ou mediante parcelamento, da seguinte forma:

I – Desconto de 80% (oitenta por cento) na multa e juros para pagamento em 02 (duas) parcelas do valor do débito;

II – Desconto de 70% (setenta por cento) na multa e juros para pagamento em 3 (três) parcelas do valor do débito.

III – Desconto de 60% (sessenta por cento) na multa e juros para pagamento em 5 (cinco) parcelas do valor do débito.

§4º - As parcelas previstas nos incisos I, II e III do parágrafo anterior serão pagas mensalmente, conforme segue:

I - A primeira parcela será paga à vista no ato do parcelamento.

II - A segunda parcela terá seu vencimento fixado para 30 (trinta) dias a contar do pagamento da primeira e as demais a cada 30 (trinta) dias a contar do vencimento da anterior.

III - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a **R$ 50,00** (cinquenta reais).

§5º - O parcelamento será concedido mediante requerimento do devedor, mediante protocolo, autuação e deferimento do Departamento de Tributação da Prefeitura, no período **contado do 3º (terceiro) dia útil da publicação desta Lei, até 90 (noventa) dias após**, podendo ser prorrogado através de Decreto do Executivo Municipal.

§6º - Para os efeitos de parcelamento, será considerado o valor total do crédito, individualizando-se as verbas de principal, multas e juros, observada a legislação específica.

§7º - O contribuinte que quitar a dívida por meio de parcelamento, estará imune a qualquer ação de cobrança, judicial, extrajudicial ou administrativa, enquanto mantiver o adimplemento das parcelas e, administrativamente não será considerado como inscrito em Dívida Ativa.

§8º - O pedido de parcelamento implica a confissão irretratável do débito e a expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso, administrativo ou judicial, ou de ação judicial.

§9º - No caso de cancelamento de parcelamento o valor dos créditos será recomposto à data do parcelamento deduzido das parcelas pagas, recalculado o principal, juros e multas, nos termos desta lei e da legislação específica, sendo iniciado ou retomado, todos os meios e ações de cobrança, judicial, extrajudicial ou administrativo.

§10 - O parcelamento será cancelado, de pleno direito, no caso de falta de pagamento de 02 (duas) prestações seguidas ou de 03 (três) intercaladas.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – efetuar, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, o protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa;

II – fornecer às instituições de proteção informações a respeito dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa;

a) Os procedimentos a serem adotados por força das disposições deste artigo não alcançam os créditos tributários e não tributários dos contribuintes enquadrados no §7º do artigo 1º desta lei.

III – contratar serviço de apoio à cobrança amigável, efetivada pela Assessoria Jurídica do Município, de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, a ser prestado por instituição financeira, mediante remuneração em percentual do valor que esta arrecadar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/ MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 29/09/2017 à 29/10/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 815/2017

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017

SÚMULA: "ALTERA DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL 571 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Parágrafo Único do Art. 14, passa ser §1º, bem como, acrescenta §2º e §3º no mesmo artigo, que passa a vigorar conforme abaixo:

Art. 14 - (...)

§1º - Sendo obrigatório a identificação do responsável técnico pela execução da obra.

§2º - A execução de edificação RESIDENCIAL, reforma ou ampliação, em todo o território do Município, com metragem até 150 m² será precedida de projeto arquitetônico, devidamente assinado, sendo isento a apresentação dos projetos estrutural, elétrico, hidráulico e telefônico.

§3º - A execução de qualquer edificação COMERCIAL, reforma ou ampliação, em todo o território do Município, será precedida de projeto arquitetônico, elétrico, hidráulico e sanitário, bem como, quando exigido, deverá apresentar os projetos de cálculo estrutural e de instalações prediais e de projeto de prevenção e combate a incêndio.

Art. 2º - O caput do art. 15, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 – Os projetos a serem apresentados em 03 (três) vias, deverão ser acompanhados do original para conferência e constituir-se-á dos seguintes elementos:

Art. 3º - O disposto no art. 33, vigorará da seguinte forma:

Art. 33 – As edificações situadas nos cruzamentos de logradouros públicos serão projetadas de modo que, no pavimento térreo deixem livre um canto chanfrado ou arredondado de 2.00 m (dois metros), em cada testada, a partir do encontro das testadas, conforme figura I e II que segue:

FIGURA I

FIGURA II

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/ MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 29/09/2017 à 29/10/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 816/2017

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de: **a)** abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; **b)** esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte,

tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; **c)** limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; **d)** drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; **II** - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico; **V -** prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares; **VI** - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda; **VII** - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **II -** de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **III -** de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana. **Seção II**

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização; **II -** integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; **III -** abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; **IV -** disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; **V -** adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais; **VI -** articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; **VII** - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; **VIII -** adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água. **IX** - eficiência e sustentabilidade econômica; **X -** utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; **XI -** transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; **XII** controle social; **XIII -** segurança, qualidade e regularidade; **XIV –** subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Seção III Dos Objetivos**

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais; **II -** proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados; **III -** assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social; **IV -** incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico; **V -** promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas; **VI -** minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de: **a)** preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental; **b)** execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção; **c)** execução de campanhas de educação sanitária e ambiental. **VII -** promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais; **VIII -** fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico; **IX -** contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social; **Seção IV**

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais; **II -** adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais; **III -** coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo; **IV -** atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico; **V -** consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população; **VI -** prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade; **VII -** ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal; **VIII –** adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam; **IX -** incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local; **X -** adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico; **XI -** promoção de programas de educação sanitária; **XII -** estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços; **XIII -** garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes; **II -** acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde; **III -** os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário; **IV -** utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável; **V -** manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico; **II -** Conselho Municipal de Saneamento Básico; **III -** Fundo Municipal de Saneamento Básico; **IV -** Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **V -** Conferência Municipal de Saneamento Básico. **Seção II**

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas; **II -** objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; **III -** programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento; **IV -** ações para emergências e contingências; **V -** mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas; **VI -** Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno; **II -** dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico; **III -** opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber; **IV -** deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos; **V-** acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico; **VI -** deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara; **VII -** acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei; **VIII -** apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata; **IX -** Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços; **II -** de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; **III -** dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; **IV -** dos usuários de serviços de saneamento básico; **V -** de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho; **II -** solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho; **III -** firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões. **Seção IV**

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado ao DAE.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município; **II -** Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana; **III -** valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros; **IV -** valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras; **V -** doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade do DAE.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do DAE.

Art. 28. O Presidente do DAE, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; **II -** disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; **III -** permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta; **II -** por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório; **III -** por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95; **IV -** por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços; **III -** a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; **IV -** a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida; **II -** inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados; **III -** as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas; **IV -** as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo: **a)** o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; **b)** a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; **c)** a política de subsídios; **V -** mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços; **VI -** as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos; **II -** as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços; **III -** a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços; **IV -** os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso; **V -** o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município; **VI -** a compensação socioambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados; **II -** as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos; **III -** o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação; **IV -** os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades; **V -** as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato; **VI -** as condições e garantias de pagamento; **VII** os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação; **VIII -** as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; **IX** as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento; **X -** a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados. **Seção II**

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização; **II -** o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **III -** a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado; **IV** - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador; **V** - ao ambiente salubre; **VI -** o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **VII -** a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei; **VIII -** o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços; **II -** o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação; **III -** a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis; **IV -** o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal; **V -** primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso; **VI -** colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade. **VII -** participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não; **II -** uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração; **III -** compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal; **b)** por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização; **II -** empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente; **II -** de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; **III -** de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública; **II -** ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços; **III -** geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço; **IV -** inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos; **V -** recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência; **VI -** remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços; **VII -** estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; **VIII -** incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo; **II -** padrões de uso ou de qualidade requeridos; **III -** quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente; **IV -** custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas; **V -** ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos; **VI -** capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados; **II -** indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços; **III -** tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária; **IV -** fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções; **V -** internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização; **III -** o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio; **IV -** tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado; **II -** extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens; **II -** necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema; **III -** negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; **IV -** manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; **V -** inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública; **II -** por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal; **III -** por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; **II -** garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; **III -** prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor; **IV -** definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; **V -** definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; **II** - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas; **III -** as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos; **IV -**

regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão; **V -** medição, faturamento e cobrança de serviços; **VI -** monitoramento dos custos; **VII -** avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados; **VIII -** plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação; **IX -** subsídios tarifários e não tarifários; **X -** padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; **XI -** medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados; **II -** prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **III -** acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora; **IV -** acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços. **Capítulo V**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/ MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 29/09/2017 à 29/10/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 817/2017

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017

SÚMULA: "ALTERA TABELA I E II DO ANEXO I DA LEI 639 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as tabelas I e II do Anexo I da Lei 639/2014 com o objetivo de alterar a estrutura tarifária e os valores de serviços executados pelo DAE, que passa a vigorar as tabelas I e II do Anexo I da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o disposto no art. 3º da Lei 757/2016.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/ MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 29/09/2017 à 29/10/2017.

ANEXO I

ESTRUTURA TARIFÁRIA

TABELA I

TABELA DE TARIFA DE ÁGUA PARA O PERÍMETRO URBANO

CATEGORIA 1- (RESIDENCIAL)

Consumo para taxa mínima, até 10 M³- R$ 25,00

Consumo entre 11 e 15 M³ - R$ 1,79/ M³

Consumo entre 16 e 20 M³- R$ 2,05/ M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,35/ M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 2,70/ M³

Consumo acima de 36 M³ - R$ 3,00/ M³

CATEGORIA 2 E 3 – (COMERCIAL E INDUSTRIAL)

Consumo para taxa mínima, até 10 M³- R$ 30,00

Consumo entre 11 e 15 M³ - R$ 2,05/ M³

Consumo entre 16 e 20 M³ - R$ 2,35/ M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,70/ M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 3,10/ M³

Consumo acima de 36 M³ - R$ 3,45/ M³

CATEGORIA 4 - (PODER PÚBLICO)

Consumo para taxa mínima, até 10 M³- R$ 30,00

Consumo entre 11 e 15 M³ - R$ 2,05/ M³

Consumo entre 16 e 20 M³- R$ 2,35/ M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,65/ M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 2,98/ M³

Consumo acima de 36 M³- R$ 3,28/ M³

TABELA II

TAXA DE SERVIÇOS EFETUADOS

SERVIÇOS	VALOR
LIGAÇÃO	R$ 20,00
RELIGAÇÃO - A PEDIDO DO USUÁRIO	R$ 13,00
RELIGAÇÃO - APÓS CORTE POR NÃO PAGAMENTO	R$ 15,00
RELIGAÇÃO – NA REDE	R$ 100,00
EXPEDIENTE DIVERSO, EMISSÃO DE 2ª VIA, AVISO PAGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE NOME OU PARCELAMENTO.	R$ 3,00
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – A PEDIDO DO USUÁRIO	R$ 20,00
VIOLAÇÃO DE LACRE	R$ 100,00
VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO - RECUPERÁVEL	R$ 100,00
VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO- IRRECUPERÁVEL	R$ 120,00
VIOLAÇÃO DE REDE	R$ 120,00
MULTA POR USO DE FORMA INDEVIDA	R$ 70,00
MULTA POR RETENÇÃO DE MEDIDOR	R$ 100,00

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 231/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando a necessidade de substituir um membro representante do Poder Executivo;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o Conselho Municipal do Fethab, os seguintes Membros;

I - 5 (cinco) Representantes do Poder Executivo:

Presidente: Eduardo Sabino Batista

Secretária: Nildes Possani

3º Membro: Marco Antonio Zaneti

4º Membro: Elder Aparecido Vieira de Miranda

5º Membro: José Anselmo Cacefo

II – 5 (cinco) Representantes da Sociedade Civil:

1º Membro: Silvio José de Souza

2º Membro: Jorge da Cunha

3º Membro: Lorena Maria Matheus

4º Membro: José Geraldo do Nascimento

5º Membro: Jorge Toth

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/10/2017 à 02/11/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 10/2017 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 10/2017

Súmula: "Aprova o Demonstrativo Serviço/Programa, Demonstrativo de Execução Físico - Financeiro – Resumo Executivo – Sistema Único de Assistência Social - SUAS 2016 do Município de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017

RESOLVE:

Art. 1º - "Aprova o Demonstrativo Serviço/Programa, Demonstrativo de Execução Físico - Financeiro – Resumo Executivo – Sistema Único de Assistência Social - SUAS 2016 do Município de Nova Santa Helena – MT".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena _ MT 15 de setembro de 2017.

Maria Isabel Miranda

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 12/2017 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 12/2017

Súmula: "Aprova o Demonstrativo Gestão do SUAS **2016** - no **Sistema Único da Assistência Social do M**unicípio de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - "Aprova o Demonstrativo Gestão do SUAS 2016 - no **Sistema Único da Assistência Social do M**unicípio de Nova Santa Helena – MT".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 15 de setembro de 2017.

Maria Izabel Miranda

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 13/2017 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 13/2017

Súmula: "Aprova a proposta de atividades de passeios com idosos e crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV no **M**unicípio de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião extraordinária realizada no dia 20 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta de atividade de passeios com o objetivo de possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com os grupos de crianças e adolescentes e grupos de idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do Município de Nova Santa Helena – MT.

Art. 2º - Passeio em balneário com locação de ônibus para o transporte e locação do espaço físico para atividade com as crianças e adolescente e com os idosos em dias diferentes.

Art. 3º - Passeio no cinema com locação do ônibus e cinema para o grupo de idosos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 20 de setembro de 2017.

Maria Izabel Miranda

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 13/2017

Súmula: "Aprova a proposta de atividades de passeios com idosos e crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV no **M**unicípio de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião extraordinária realizada no dia 20 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta de atividade de passeios com o objetivo de possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com os grupos de crianças e adolescentes e grupos de idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do Município de Nova Santa Helena – MT.

Art. 2º - Passeio em balneário com locação de ônibus para o transporte e locação do espaço físico para atividade com as crianças e adolescente e com os idosos em dias diferentes.

Art. 3º - Passeio no cinema com locação do ônibus e cinema para o grupo de idosos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 20 de setembro de 2017.

Maria Izabel Miranda

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.012, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO N.º 3.012, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 921/2001 que dispõe sobre o sistema tributário do Município de Nova Xavantina - MT e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e ainda com fulcro no art. 4º da Lei Municipal nº 921 de 10 de dezembro de 2.001, que *Dispõe sobre o sistema tributário do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 11), quanto à obrigatoriedade de implementar mecanismos para impulsionar a arrecadação de cada ente da federação, conforme preconiza o art. 30, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 116/2003, alterada pela Lei Complementar nº 157/2016, onde traz ainda mais responsabilidades para o gestor público quanto à sua obrigação de efetivamente implementar ações visando a arrecadação, podendo haver penalidade por ação ou omissão, conforme consta da Lei de Improbidade Administrativa (art. 10, 10-A e 12, Lei nº 8.429/92).

Decreta:

Art. 1º Fica recepcionada na Lei Municipal nº 921/2001, a lista de serviços do Decreto-Lei nº 406/68 e ainda os constantes da Lei Complementar nº 116/2003, tornando-se parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito, Nova Xavantina – MT, 29 de agosto de 2017

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Decreto n.º 3.012/2017

LISTA DE SERVIÇOS

LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2003

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.1 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.2 – Programação.

1.3 – Processamento de dados e congêneres.

1.4 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.5 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.6 – Assessoria e consultoria em informática.

1.7 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.8 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.1 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.1 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.2 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.3 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.4 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.1 – Medicina e biomedicina.

4.2 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.3 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos- socorros, ambulatórios e congêneres.

4.4 – Instrumentação cirúrgica.

4.5 – Acupuntura.

4.6 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.7 – Serviços farmacêuticos.

4.8 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.9 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.1 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.2 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.3 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.4 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.

5.5– Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.6 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.7 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.8 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.9 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.1 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.2 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.3 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.4 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.5 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.1 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.2 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.3 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.4 – Demolição.

7.5 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.6 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.7 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.8 – Calafetação.

7.9 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.1 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baias, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testamunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.1 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.2 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.1 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart- hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.2 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.3 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.1 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.2 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.3 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.4 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.5 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.6 – Agenciamento marítimo.

10.7 – Agenciamento de notícias.

10.8 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.9 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.1 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.2 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.3 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.4 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.1 – Espetáculos teatrais.

12.2 – Exibições cinematográficas.

12.3 – Espetáculos circenses.

12.4 – Programas de auditório.

12.5 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.6 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.7 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.8 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.9 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.1 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.2 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.3 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.4 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.1 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.2 – Assistência técnica.

14.3 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.4 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.5 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.6 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.7 – Colocação de molduras e congêneres.

14.8 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.9 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.1 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.2 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.3 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.4 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.5 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.6 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.7 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.8 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; missão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.9 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.1 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.1 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.2 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.3 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.4 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.5 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.6 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.7 – Franquia (franchising).

17.8 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.9 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 – Leilão e congêneres.

17.13 – Advocacia.

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 – Auditoria.

17.16 – Análise de Organização e Métodos.

17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20 – Estatística.

17.21 – Cobrança em geral.

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.1 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.1 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.1 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atração, desatração, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.2 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.3 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartórios e notariais.

21.1 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.1 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.1 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.1 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários.

25.1 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.2 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.3 – Planos ou convênio funerários.

25.4 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.1 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.1 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.1 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.1 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.1 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.1 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica,mecânica, telecomunicações e congêneres.

32– Serviços de desenhos técnicos.

32.1 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.1 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.1 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.1 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.1 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.1 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.1 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.1 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40– Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.1 – Obras de arte sob encomenda.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 29 de agosto de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.° 3.013, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO N.° 3.013, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Regula o Processo Administrativo Tributário Fiscal do Município de Nova Xavantina e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e ainda o Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO o poder regulamentar conferido pelo Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os atos do processo administrativo tributário para melhor efetividade das ações fiscalizatórias no Município;

Decreta:

CAPÍTULO I

Normas Gerais

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Decreto rege o Processo Administrativo Tributário Fiscal, no âmbito do Município de Nova Xavantina - MT, definindo princípios e estabelecendo normas aplicáveis aos processos e procedimentos.

Art. 2º O Processo Administrativo Tributário Fiscal, regulado por este Decreto, compreende:

I - Procedimento Contencioso Fiscal, para controle da legalidade do lançamento de tributo ou aplicação de penalidade por meio de auto de infração;

II - Procedimento de Constituição de Crédito Tributário Não Contencioso, para preservar o direito da Fazenda Pública Municipal ao lançamento do crédito de natureza não contenciosa, evitando a decadência;

III - Procedimento de Consulta, para solução de dúvidas quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.

Art. 3º Sem prejuízo de outros direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal, o Processo Administrativo Tributário Fiscal, de que trata este Decreto, será informado pelos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da audiência do interessado e de sua acessibilidade aos autos, da ampla instrução probatória, da motivação, da livre persuasão racional do julgador, da celeridade e da economia processual.

Art. 4º Aplica-se, subsidiariamente, ao Processo Administrativo Tributário Fiscal, no que couber, as normas da legislação processual civil.

Art. 5º O Processo Administrativo Tributário Fiscal terá suas folhas numeradas em ordem cronológica e rubricadas por servidor competente.

Parágrafo único. A organização e a tramitação dos processos serão definidas em regulamento.

Art. 6º É pertinente acatar, em julgamento, a jurisprudência definitiva do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores em suas composições unificadas, observados os critérios de convencimento da autoridade julgadora.

Parágrafo único. Quando a matéria for objeto de súmula vinculante, o julgamento administrativo não poderá destoar da orientação jurisprudencial sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 7º No âmbito do Processo Administrativo Tributário Fiscal, de que trata esta Decreto, é vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação de leis ou decretos municipais, sob fundamento de inconstitucionalidade, ou proferir decisões que impliquem em declaração de inconstitucionalidade de ato normativo, expedido pela Administração Tributária do Município, salvo quando amparados em decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal ou em outras hipóteses previstas na legislação específica do Município de Nova Xavantina - MT.

Art. 8º Os servidores e agentes públicos envolvidos no Processo Administrativo Tributário Fiscal têm o dever de zelar pela correta aplicação da legislação, pugnando pela defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica.

Art. 9º A existência de ação judicial, ainda que haja ocorrência de depósito ou garantia, não prejudica o lançamento ou seu aperfeiçoamento.

SEÇÃO II

Das Partes e da Capacidade Processual

Art. 10. Todo sujeito passivo tem capacidade para estar no processo, em qualquer fase, postulando em causa própria ou representado por procurador, legalmente constituído.

Art. 11. O Município de Nova Xavantina - MT será representado no processo, em segunda instância, pelo Corpo de Representantes da Fazenda Pública Municipal, constituído por procuradores efetivos do Município ou contratados, que emitirão parecer fundamentado para decisão do Prefeito Municipal, que poderá ou não acolher o referido parecer, desde que o faça com fundamentação.

Parágrafo único. A representação, de que trata o *caput* deste artigo será feita por meio de emissão de parecer, devidamente fundamentado, nos autos do processo, e, se for o caso, por sustentação oral, durante a sessão de julgamento, na forma estabelecida no Código Tributário Municipal.

SEÇÃO III

Dos Atos e Termos Processuais

Art. 12. Os atos e termos processuais, quando este Decreto não prescrever forma, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas, não ressalvadas.

§ 1º Os atos e termos processuais a que se refere o caput poderão ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em meio magnético ou equivalente, conforme disciplinado em ato da Administração Tributária.

§ 2º É dispensado o reconhecimento de firma em petições dirigidas à Administração Pública, salvo em casos excepcionais ou naqueles em que a lei imponha explicitamente essa condição, podendo, no caso de dúvida sobre a autenticidade da assinatura ou quando a providência servir ao resguardo do sigilo, antes da decisão final, ser exigida a apresentação de prova de identidade do requerente.

SEÇÃO IV

Das Intimações

Art. 13. A intimação far-se-á:

I - por carta registrada, com aviso de recepção;

II - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

III - por ciência direta ao sujeito passivo:

a) provada com sua assinatura;

b) no caso de recusa em assinar, certificada pelo servidor responsável, na presença de duas testemunhas;

IV - por tomada de conhecimento, no processo, de exigência de crédito tributário ou de decisão em primeira ou segunda instâncias;

V - por edital, no caso do sujeito passivo:

a) não ser localizado no endereço declarado ou encontrar-se no exterior, sem mandatário ou preposto conhecido no país;

b) residir em zona rural e não oferecer, para fins de intimação, endereço em zona urbana.

§ 1º Considera-se feita a Intimação:

I - se por carta, na data de recebimento, comprovada pelo aviso de recepção, ou, se este for omisso, 7 (sete) dias após a data da entrega da carta à agência postal;

II - se por via eletrônica, no dia seguinte ao da expedição;

III - se por ciência direta, na data do respectivo ciente ou termo de recusa;

IV - se por tomada de conhecimento, na data em que a parte tiver vista do processo ou nele se manifestar;

V - se por edital, 3 (três) dias após a data de sua publicação ou afixação.

§ 2º Encontrando-se o sujeito passivo, pessoa jurídica, em inatividade, este deverá ser intimado por meio de um de seus sócios, no endereço de sua residência ou domicílio eventual.

§ 3º As formas de intimação previstas nos incisos I a IV, do *caput* são alternativas.

§ 4º A intimação por edital realizar-se-á por publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 5º A intimação será feita ao sujeito passivo ou ao seu procurador, sendo válida a ciência aos prepostos destes.

§ 6º Para efeito do disposto no § 5º, considera-se preposto qualquer dirigente, empregado ou prestador de serviços que exerça suas atividades no estabelecimento ou residência do sujeito passivo ou de seu procurador.

§ 7º Havendo o comparecimento espontâneo, no processo, de devedor solidário, ficam dispensadas a sua intimação e a lavratura do termo de sua inclusão no feito.

§ 8º Não se intimará o sujeito passivo da decisão que lhe for inteiramente favorável.

§ 9º A intimação das pessoas jurídicas de direito público será feita na pessoa de seus respectivos procuradores.

SEÇÃO V

Dos Prazos

Art. 14. Sem prejuízo de outros prazos, especialmente previstos neste Decreto, os atos processuais realizar-se-ão nos seguintes prazos:

I - 15 (quinze) dias úteis:

a) para o sujeito passivo pagar a quantia exigida ou apresentar impugnação, contados da intimação do Auto de Infração;

b) para o sujeito passivo pagar a quantia exigida ou interpor recurso voluntário, contados da intimação da decisão de Primeira Instância;

c) para o recorrido apresentar contra razões ao recurso, voluntário ou de ofício, contados da intimação do recurso;

d) para o consulente pedir revisão da resposta dada à consulta, se esta lhe for contrária;

II - 08 (oito) dias úteis:

a) para opor ou contraditar embargos de declaração, das decisões de Primeira e Segunda Instâncias Administrativas;

b) para efetuar o pagamento do crédito tributário de natureza não contenciosa ou apresentar pedido de descaracterização da não contenciosidade, contados da ciência da Notificação de Lançamento ou do Auto de Infração;

c) para o sujeito passivo pagar o crédito tributário, quando não couber defesa na esfera administrativa, contados da intimação da exigência ou da decisão;

III - até um ano, após a definitividade das decisões de mérito da Primeira ou da Segunda Instância, para pedir rescisão do julgado, desde que não tenha sido instaurada a fase judicial de execução.

§ 1º Os prazos processuais são contínuos e peremptórios, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º A contagem dos prazos somente se inicia e se encerra em dia de expediente normal na repartição em que se deva praticar o ato.

§ 3º Quando relativo a ato de servidor público, o vencimento do prazo não o desobriga de sua execução, sem prejuízo da aplicação da penalidade cominada.

§ 4º Vencido o prazo, extingue-se, independentemente de qualquer formalidade, o direito do sujeito passivo à prática do ato respectivo.

§ 5º A parte pode renunciar, de forma expressa, à totalidade do prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

§ 6º A prática do ato, antes do término do prazo respectivo, implicará a desistência do prazo remanescente.

Art. 15. Atendendo a circunstâncias especiais, a autoridade julgadora competente poderá, em despacho fundamentado:

I - acrescer, até o dobro, o prazo para impugnação da exigência ou apresentação de recurso;

II - prorrogar, pelo tempo necessário, o prazo para realização de diligência;

III - assinar prazo à parte para regularizar sua representação processual.

§ 1º Não havendo prazo expressamente previsto, o ato do sujeito passivo será praticado naquele fixado pelo órgão julgador, observando-se o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 2º A tramitação interna de Processo Administrativo Tributário Fiscal far-se-á nos prazos estabelecidos no Código Tributário Municipal.

SEÇÃO VI

Das Nulidades

Art. 16. São nulos os atos praticados:

I - por autoridade incompetente ou impedida;

II - com erro de identificação do sujeito passivo;

III - com cerceamento do direito de defesa.

§ 1º A nulidade do ato será declarada pela autoridade competente para julgar a sua legitimidade.

§ 2º A autoridade referida no § 1º, promoverá ou determinará a correção das irregularidades ou omissões diferentes das referidas neste artigo, quando estas influírem na solução do litígio, renovando-se a intimação do sujeito passivo, se fato novo advier.

§ 3º As incorreções ou omissões do Auto de Infração, inclusive aquelas decorrentes de cálculo ou de capitulação de infração ou de multa, não acarretarão a sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

Art. 17. Quando a norma prescrever determinada forma, a autoridade julgadora considerará válido o ato se, realizado de outra maneira, alcançar a sua finalidade.

SEÇÃO VII

Das Provas

Art. 18. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Decreto, para provar a verdade dos fatos em que se funda o direito em litígio e influir eficazmente na convicção do julgador.

§ 1º Caberá à autoridade julgadora competente, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

§ 2º A autoridade julgadora competente indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

§ 3º A autoridade julgadora competente apreciará a prova constante dos autos, independentemente de quem a tiver produzido e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

§ 4º O ônus da prova incumbe:

I - ao autor do auto de infração, quanto ao fato constitutivo do direito da Fazenda Pública Municipal;

II - ao autuado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Fazenda Pública Municipal.

§ 5º Diante de peculiaridades do processo administrativo, relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o ônus da prova, nos termos dos incisos I e II, do § 4°, deste artigo, a autoridade julgadora competente poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 6º A autoridade julgadora competente poderá ordenar que a parte exiba documentos, livros, ou coisas que estejam ou devam estar em seu poder, presumindo-se verdadeiros, no caso de recusa injustificada, os fatos dos quais dependa a exibição.

CAPÍTULO II

Do Procedimento Contencioso Fiscal

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 19. No Procedimento Contencioso Fiscal são assegurados aos litigantes os seguintes meios de defesa e recursos:

I - impugnação;

II - recurso voluntário;

III - recurso de ofício;

IV - embargos de declaração;

V - pedido de descaracterização da não contenciosidade do Auto de Infração ou da Notificação de Lançamento;

VI - pedido de rescisão do julgado.

Art. 20. O julgamento dos processos de exigência de tributos e de multas, bem como de outros processos que lhe são afetos, observará o seguinte:

I - a impugnação tempestiva da exigência instaura o procedimento contencioso fiscal;

II - o julgamento, em Primeira Instância, será realizado monocraticamente, pelo titular da Secretaria de Fazenda;

III - o julgamento, em Segunda Instância, será realizado por órgão colegiado composto por fiscais do Município e contribuintes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com apoio da procuradoria jurídica.

IV – da decisão em Segunda Instância caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias para o Chefe do Poder Executivo que decidirá fundamentadamente, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º O recurso de ofício será interposto pela Autoridade Julgadora de Primeira Instância, mediante declaração na própria decisão.

§ 2º Cabem embargos de declaração, que interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, quando o acórdão ou a decisão monocrática de Primeira Instância contiver obscuridade ou contradição, ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o colegiado ou o julgador monocrático.

SEÇÃO II

Do Procedimento

Art. 21. O procedimento fiscal tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo ou seu preposto de qualquer exigência;

II - a apreensão de mercadorias, bens, documentos ou livros.

§ 1º O início do procedimento exclui a espontaneidade, em relação aos atos do sujeito passivo, e, independentemente de intimação, dos demais envolvidos nas infrações praticadas.

§ 2º O pagamento do imposto, após iniciado o procedimento, não exime o sujeito passivo da penalidade aplicável.

Art. 22. O crédito tributário decorrente de procedimento fiscal será lançado em Auto de Infração que conterá, no mínimo:

I - identificação do sujeito passivo;

II - indicação de local, data e hora de sua lavratura;

III - descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência;

IV - indicação da base de cálculo, da alíquota e do valor originário da obrigação;

V - indicação da disposição legal infringida e da penalidade proposta;

VI - nome e assinatura da autoridade lançadora.

§ 1º Quando do procedimento fiscal, em um mesmo estabelecimento, resultar a apuração de mais de uma infração, em um ou mais exercícios, poderá ser utilizado, nos termos previstos em ato do Secretário Municipal de Fazenda, somente um Auto de Infração, com a descrição dos elementos constantes dos incisos III a V do *caput*, em anexos próprios.

§ 2º Ao Auto de Infração serão anexados demonstrativos dos levantamentos informativos e/ou quaisquer outros meios probantes que fundamentem o procedimento.

Art. 23. O Auto de Infração poderá ser substituído por Notificação de Lançamento, quando o crédito tributário for relativo a:

I - omissão de pagamento de:

a) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) declarado ao Fisco pelo sujeito passivo, inclusive por meio eletrônico ou transmissão eletrônica de dados, em documento instituído para essa finalidade;

b) tributo municipal recolhido por meio de cheque, sem suficiente provisão de fundos ou cujo pagamento tenha sido frustrado por circunstância diversa;

c) Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU);

II - descumprimento de obrigação acessória, em virtude da falta de apresentação do documento, a que se refere a alínea "a", do inciso I, deste artigo.

Art. 24. A Notificação de Lançamento, de que trata o art. 23, poderá ser emitida por processo eletrônico e conterá, no mínimo:

I - identificação do sujeito passivo;

II - indicação do local, data e hora de expedição;

III - descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência;

IV - indicação da base de cálculo, da alíquota e do valor originário da obrigação;

V - indicação, se for o caso, da disposição legal infringida e da penalidade aplicável;

VI - indicação do prazo para pagamento ou apresentação de defesa;

VII - nome do titular do órgão expedidor ou do Auditor de Tributos autorizado a fazer o lançamento, indicação do cargo ou função e número da matrícula funcional.

Parágrafo único. Aplicam-se à Notificação de Lançamento, no que couber, as disposições da legislação processual relativas ao Auto de Infração.

Art. 25. O Auto de Infração, devidamente instruído com os documentos em que se fundar, será protocolizado e encaminhado à Secretaria de Fazenda, que realizará o preparo e o saneamento do processo, na forma regulamentar, competindo-lhe, ainda, a prática dos seguintes atos:

I - intimação do sujeito passivo para pagamento da quantia exigida no Auto de Infração ou impugnação da exigência, já instruída com os documentos em que se fundar;

II - vista do processo ao sujeito passivo, ou ao seu representante, legalmente constituído, na própria unidade, quando requerida no prazo para impugnação;

III - recebimento da impugnação e juntada desta ao processo;

IV - realização de exames e diligências ordenadas pelas autoridades julgadoras;

V - lavratura do Termo de Revelia, quando não apresentada a impugnação, ou do Termo de Perempção, quando não apresentado o recurso, na forma e nos prazos previstos neste Decreto;

VI - remessa do processo à autoridade competente para julgamento em Primeira e/ou Segunda Instância, conforme o caso;

VII - intimação do sujeito passivo para tomar conhecimento da decisão de Primeira Instância, pagar o valor da condenação ou interpor recurso voluntário à Segunda Instância;

SEÇÃO III

Do Início da Fase Contenciosa

Art. 26. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de impugnação, em Primeira Instância.

Art. 27. A impugnação, já instruída com os documentos que a fundamentarem, será apresentada à Secretaria de Fazenda, no prazo previsto na alínea "a", do inciso I, do art. 14, deste Decreto, sob pena de revelia.

§ 1º Será considerado revel o sujeito passivo que não apresentar a impugnação no prazo e no local previstos neste Decreto.

§ 2º Ao sujeito passivo é facultada vista do processo, na Secretaria de Fazenda, vedada a retirada dos autos da unidade.

Art. 28. A impugnação mencionará:

I - o órgão julgador a que é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar, separando-se as questões sob os títulos de preliminares e de mérito;

IV - pedido de anexação de processos, quando arguida a superposição de lançamentos.

SEÇÃO IV

Do Julgamento

Art. 29. O julgamento do Processo Contencioso Fiscal compete:

I - em Primeira Instância, ao Secretário de Fazenda;

II - em Segunda Instância, pela Comissão Julgadora nomeada pelo Prefeito Municipal, quanto aos recursos de decisões singulares, quando cabíveis;

III - ao Prefeito Municipal, quanto às decisões de Segunda Instância e aos pedidos rescisórios de que trata o art. 39, deste Decreto.

Art. 30. O processo será julgado em instância única, quando se referir:

I - a Auto de Infração, cujo valor originário atualizado do tributo ou da penalidade pecuniária não exceda a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de sua lavratura;

II - a omissão de pagamento de imposto declarado em documento fiscal e não registrado em livro próprio;

III - a omissão de pagamento por sujeito passivo enquadrado em regime de estimativa;

IV - a omissão de pagamento de ISSQN estimado ou relativo a diferença apurada pelo Fisco, na forma desse regime;

V - a omissão de pagamento de ISSQN de profissional autônomo e/ou de sociedade simples;

VI - pedido de descaracterização da não contenciosidade do crédito tributário, de que trata o art. 43, deste Decreto.

Art. 31. São considerados peremptos os recursos voluntários do sujeito passivo e os embargos, quando apresentados fora do prazo legal ou, ainda que no prazo, sejam entregues em órgão diverso do indicado no art. 25, deste Decreto.

Parágrafo único. Compete ao Julgador de Primeira Instância, à Comissão Julgadora de Segunda Instância a declaração de perempção, quando o Secretário de Fazenda não lavrar o termo próprio.

SEÇÃO V

Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 32. A decisão de Primeira Instância, redigida com simplicidade e clareza, conterá:

I - referência ao número do processo e ao nome do sujeito passivo;

II - relatório;

III - fundamentos de fato e de direito;

IV - parte dispositiva, na qual se insere o julgamento e a conclusão.

§ 1º O julgador deverá mencionar na decisão, expressamente, as correções de omissões e irregularidades por ele procedidas no Auto de Infração.

§ 2º As inexatidões materiais existentes na decisão, devidas a lapso manifesto, ou a erros de escrita ou de cálculos, poderão ser corrigidas, por despacho, de ofício.

Art. 33. As decisões de Primeira Instância, total ou parcialmente contrárias à Fazenda Pública Municipal, sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição e só produzem efeitos depois de confirmadas pela Segunda Instância, mediante recurso de ofício, interposto pela autoridade julgadora, na própria decisão, com efeito suspensivo da parte recorrida, ressalvadas as hipóteses de julgamento em instância única, previstas no art. 30, deste Decreto.

§ 1º Não caberá o recurso de que trata o *caput* deste artigo quando o valor originário atualizado da parte absolutória não exceder a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), na data da decisão.

§ 2º Cumpre ao autor do procedimento propor o recurso, de ofício, verificada a omissão do julgador.

Art. 34. Das decisões contrárias ao sujeito passivo caberá recurso voluntário à Comissão Julgadora de Nova Xavantina, que mencionará:

I - o órgão julgador a que é dirigido;

II - a qualificação do recorrente;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar, separando-se as questões sob os títulos de preliminares e de mérito;

IV - pedido de cassação ou reforma da decisão recorrida.

SEÇÃO VI

Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 35. O julgamento em Segunda Instância realizar-se-á em sessão da Comissão de Segunda Instância, de acordo com as prescrições deste Decreto e do Código Tributário Municipal de Nova Xavantina.

§ 1º As pautas de julgamento deverão ser divulgadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2º As propostas de ementa, relatório e voto dos processos incluídos em pauta deverão ser apresentadas, por escrito ou em meio eletrônico, até o início da sessão de julgamento.

§ 3º As sessões de julgamento serão públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação pertinente, sendo assegurado aos litigantes o direito à apresentação de memoriais e à sustentação oral.

§ 4º As decisões devem conter a indicação dos pressupostos de fato e de direito que as determinarem, serão tornadas públicas e disponibilizadas em banco de dados eletrônico, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação pertinente.

SEÇÃO VII

Da Definitividade das Decisões

Art. 36. São definitivas, na esfera administrativa, as decisões que não possam ser objeto de defesa, sendo exequíveis:

I - as decisões de Primeira Instância:

a) condenatórias, nos casos de instância única;

b) condenatórias recorríveis, quando não apresentado recurso voluntário, no prazo e local previstos neste Decreto;

II - as decisões condenatórias, em Segunda Instância.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de Primeira Instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

SEÇÃO VIII

Do cumprimento das Decisões

Art. 37. A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo para cobrança amigável.

Parágrafo único. Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido pago o crédito tributário, o órgão preparador encaminhará o processo à autoridade competente para promover a cobrança executiva.

Art. 38. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade preparadora exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Parágrafo único. A decisão definitiva favorável ao sujeito passivo somente poderá ser revista judicialmente quando houver, comprovadamente, dolo ou fraude.

SEÇÃO IX

Da Rescindibilidade das Decisões

Art. 39. As decisões de mérito, de Primeira ou de Segunda Instância, quando não mais sujeitas a recurso, poderão ser rescindidas, no prazo de um ano, após a sua definitividade e antes de instaurada a fase judicial de execução.

§ 1º A rescisão poderá ser pedida pelo sujeito passivo, pela autoridade julgadora de Primeira Instância, pela autoridade gestora do tributo ou pelo Secretário Municipal de Fazenda, quando a decisão rescindenda:

I - resultar de prevaricação, concussão, corrupção ou excesso de exação, do julgador;

II - houver sido proferida por autoridade impedida ou absolutamente incompetente;

III - resultar de dolo da parte vencedora, em detrimento da parte vencida;

IV - violar literal disposição de lei tributária ou fiscal;

V - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou no próprio processo administrativo, objeto do pedido rescisório;

VI - se fundar em erro de fato, resultante de atos ou de documentos do processo;

VII - for manifestamente divergente de súmula da Comissão Julgadora de Segunda Instância.

§ 2º O pedido rescisório não será admitido quando:

I - não estiver fundado em qualquer dos incisos do § 1º, deste artigo;

II - a decisão for proferida pela Comissão Julgadora de Segunda Instância, em votação unânime, salvo motivação relevante, arguida pela parte e acatada pelo Chefe do Poder Executivo, que torne plausível o reexame do decisório de Primeira ou Segunda Instância, conforme o caso.

§ 3º Na sessão em que se discutir o mérito será facultada a manifestação oral das partes, que serão notificadas do julgamento, com antecedência mínima de cinco dias.

SEÇÃO X

Da Súmula de Observância Obrigatória

Art. 40. A Comissão Julgadora de Segunda Instância, em sua composição plena, poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria de seus membros, após reiteradas decisões sobre determinada matéria, aprovar súmula de observância obrigatória pela Primeira e Segunda Instância.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual, entre órgãos julgadores do contencioso administrativo fiscal ou entre estes e os demais órgãos da Administração Tributária, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º A súmula terá efeito vinculante para a Administração Tributária a partir da sua aprovação pelo Secretário Municipal de Finanças e publicação no Diário Oficial do Município ou placard, conforme o caso.

Art. 41. A Súmula da Comissão Julgadora de Segunda Instância, após sua publicação, só poderá ser editada ou revista, mediante proposição da maioria absoluta, em sessão da Comissão.

§ 1º A Súmula poderá ser editada para dirimir conflitos de entendimento entre Julgadores de Primeira Instância ou Segunda Instância e para condensar a jurisprudência dominante no âmbito da Secretaria da Fazenda.

§ 2º Os procedimentos de edição e de revisão de Súmula serão definidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Do Procedimento de Constituição do Crédito Tributário Não Contencioso

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 42. Constitui crédito tributário não contencioso aquele lançado por meio de:

I - Notificação de Lançamento relativa à omissão de pagamento de:

a) ISSQN declarado ao fisco pelo sujeito passivo, inclusive por meio eletrônico ou transmissão eletrônica de dados, em documento instituído para essa finalidade;

b) tributo municipal, em razão de recolhimento por meio de cheque, sem suficiente provisão de fundos ou cujo pagamento tenha sido frustrado por circunstância diversa;

II - Auto de Infração, resultante de:

a) omissão de pagamento de ISSQN declarado pelo sujeito passivo em DMS e/ou Regime Especial;

b) descumprimento de obrigação acessória em virtude da falta de apresentação do documento a que se refere a alínea "a", do inciso I, deste artigo.

Parágrafo único. O sujeito passivo terá o prazo de 08 (oito) dias, contados da ciência da Notificação de Lançamento ou do Auto de Infração para efetuar o pagamento do crédito tributário ou apresentar pedido de descaracterização da não contenciosidade, o que, não ocorrendo, implicará inscrição do crédito em Dívida Ativa.

SEÇÃO II

Da Descaracterização de Não Contenciosidade do Crédito Tributário

Art. 43. A não contenciosidade do crédito tributário será descaracterizada, caso o sujeito passivo, no prazo previsto no parágrafo único do art. 42 comprove, de forma inequívoca a ocorrência de:

I - simples erro de cálculo;

II - duplicidade de lançamento;

III - pagamento do crédito tributário reclamado ou cumprimento da obrigação acessória, antes do início do procedimento fiscal ou da ciência da Notificação de Lançamento.

§ 1º O pedido de descaracterização da não contenciosidade deverá ser apresentado à Secretaria de Fazenda, acompanhado de cópia da respectiva Notificação de Lançamento, quando for o caso, e remetido para o órgão julgador competente.

§ 2º Não sendo apresentada a cópia a que se refere o § 1º, poderá a mesma ser substituída por documento que contenha as informações da respectiva Notificação de Lançamento, desde que essa notificação esteja identificada no pedido.

§ 3º Não sendo comprovado, pelo menos uma, das situações mencionadas no *caput*, deste artigo, o Julgador de Primeira Instância rejeitará, liminarmente, o pedido, devendo o sujeito passivo ser intimado para pagamento do crédito tributário no prazo de 8 (oito) dias, nos termos da alínea "b", do inciso II, do art. 14, deste Decreto.

§ 4º A descaracterização de que trata o *caput* deste artigo, far-se-á mediante julgamento, em instância única, por Julgador de Primeira Instância, na forma prevista neste Decreto.

CAPÍTULO IV

Procedimento de Consulta

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 44. É assegurado, ao contribuinte, o direito de consulta para esclarecimentos de dúvidas quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, relativamente a situações ainda não ocorridas.

§ 1º Os órgãos da Administração Pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais também poderão formular consulta, desde que mantenham qualquer relação ou interesse com a matéria consultada.

§ 2º A consulta formaliza, no período de duração do referido processo, a espontaneidade do contribuinte em relação à espécie consultada.

Art. 45. Poderá ser negada solução à consulta, quando esta:

I - não descrever com fidelidade o fato que lhe deu origem, em toda a sua extensão;

II - seja meramente protelatória, assim entendida a que versar sobre disposições claramente expressas na legislação tributária ou sobre questão de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva e passada em julgado, publicada há mais de 15 (quinze) dias antes da apresentação da consulta;

III - tratar de indagação versando sobre espécie que já tenha sido objeto de decisão dada a consulta anterior, formulada pelo mesmo contribuinte.

Parágrafo único. Negada a solução à consulta, fica excluída a espontaneidade do contribuinte, desde a data da respectiva formulação.

SEÇÃO II

Do Processamento

Art. 46. A consulta será dirigida à autoridade gestora do tributo, a quem compete o preparo do processo e a formulação da resposta.

Art. 47. A petição de consulta indicará:

I - a autoridade a quem é dirigida;

II - os fatos, de modo concreto e sem reservas em relação aos quais o consulente deseja obter esclarecimento, quanto à aplicação da legislação tributária.

§ 1º A resposta dada à consulta que exonerar o contribuinte de obrigação tributária será comunicada a autoridade julgadora de Primeira Instância, para apreciação e julgamento.

§ 2º Quando a resposta resultar em exigibilidade de obrigação tributária, cujo fato gerador já houver ocorrido, a autoridade competente, ao notificar o interessado da conclusão, determinará o cumprimento da obrigação, no prazo de quinze dias, contados da ciência.

§ 3º Se o consulente discordar da exigência constante do § 2°, deste artigo, poderá pedir revisão à Primeira Instância, desde que apresente razões fundamentadas no prazo de quinze dias, a contar da notificação.

§ 4º Da decisão contrária ao contribuinte cabe recurso voluntário à Segunda Instância Administrativa, exceto quando negada solução à consulta.

§ 5º Solucionada a consulta e cientificado o contribuinte, este passará, de imediato, a proceder em estrita conformidade com a solução dada.

SEÇÃO III

Do Julgamento

Art. 48. O julgamento do processo de consulta compete:

I - em Primeira Instância, Secretário da Fazenda;

II - em Segunda Instância, à Comissão Julgadora.

Art. 49. A autoridade de Primeira Instância recorrerá de ofício, de decisão favorável ao consulente, sempre que:

I - a hipótese sobre a qual versar a consulta, envolver questões doutrinárias;

II - a solução dada à consulta contrariar, no todo ou em parte, a interpretação que vem sendo dada pelo órgão encarregado do tributo ou normas de arrecadação já adotadas.

Art. 50. Cabe recurso voluntário do processo de consulta, com ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão de Primeira Instância que resultar em exigibilidade de cumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, por parte do consulente.

SEÇÃO IV

Efeitos da Consulta

Art. 51. Salvo o disposto no art. 52, nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte, relativamente à matéria consultada, a partir da apresentação da consulta, até o trigésimo dia subsequente à data da ciência.

Art. 52. No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos referidos no art. 51 só alcançaram seus associados ou filiados, depois de cientificada a consulente da decisão.

Art. 53. A consulta não suspende o prazo para pagamento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

Art. 54. A decisão de Segunda Instância não obriga o pagamento do tributo que deixou de ser recolhido após a decisão reformada e de acordo com a orientação desta, no período compreendido entre as datas de ciência das duas decisões.

Art. 55. Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - sem observância das formalidades previstas neste Decreto;

II - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

III - por quem estiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

IV - quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio, em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou resolução, publicados antes da apresentação;

VI - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da lei tributária;

VII - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão forescusável pela autoridade julgadora;

VIII - quando o fato for definido como crime contra a ordem tributária.

Art. 56. Compete à autoridade julgadora declarar a ineficácia da consulta.

Art. 57. Não cabe pedido de reconsideração de decisão proferida em processo de consulta, inclusive da que declarar sua ineficácia.

Art. 58. A solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em ato expedido pelo Secretário Municipal de Fazenda.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 59. As disposições deste Decreto aplicam-se aos processos administrativos tributários fiscais pendentes, relativamente aos atos processuais anteriores e subsequentes à sua vigência.

Art. 60. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 29 de agosto de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RETIFICAÇÃO DE EDITAL TP 010/2017

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2.017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT. torna público a Retificação de Edital do Pregão Presencial 010/2.017, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO SANTANA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL,** onde se lê: R$ 811.819,17 (oitocentos e onze mil, oitocentos e dezenove reais e dezessete centavos), leia-se R$ 792.997,38 (setecentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos) e onde se lê; data de abertura 05/10/2017 leia-se 20/10/2017 e a integra da retificação encontra-se disponível através do e-mail: compraspmnx@gmail.com. Maiores informações no endereço supracitado no Edital, através do telefone (66) 3438-3362 no horário das 12h00min as 18h00min.

Nova Xavantina – MT, 02 de outubro de 2.017.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Pregoeiro Substituto

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.014, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO N.º 3.014, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Ficam instituídas obrigações acessórias para as instituições bancárias e financeiras que prestam serviços compreendidos na lista anexa a Lei Complementar n.º 116/2003, item 93 e 94 da Tabela III da Lei Municipal nº 921/2001e também os itens 15 a 15.18 do Decreto Municipal nº 3.012/2017, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com as normas contidas na Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 921/2001 que *dispõe sobre o sistema tributário do Município de Nova Xavantina – MT;*

CONSIDERANDO que a Administração Pública é norteada pelos Princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o que consta do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000, que "Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;"

CONSIDERANDO a revogação da Lei Complementar nº 56/87 pela Lei Complementar nº 116/2003, regulamentou a competência da cobrança de ISSQN das instituições financeiras, ressaltando ainda a vigência do Decreto-Lei nº 406/68, que foi recepcionado pela Lei Municipal nº 921/2001, por força do Decreto Municipal nº 3.012/2017;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 921/2001, no art. 4º estabelece a competência do Prefeito Municipal para regulamentar esta Lei e diante da necessidade de implementar medidas administrativas para cobrança de ISSQN;

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso IV do § 2º do art. 8º e ainda os itens 93 e 94 da Tabela III da Lei Municipal nº 921/2001, com suporte no Decreto Municipal nº 3.012/2017, com seu anexo 15 a 15.18, dispõe sobre a cobrança de ISSQN das instituições financeiras;

CONSIDERANDO as normas e procedimentos expedidas pelo Banco Central do Brasil, que regulamentou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

Decreto:

Art. 1º Ficam as instituições bancárias e financeiras com sede no Município de Nova Xavantina - MT, obrigadas em até 30 (trinta) dias após a edição deste Decreto, escriturar eletronicamente como prestador, em sistema informatizado disponibilizado pela Prefeitura Municipal, contendo o resultado total das operações realizadas no mês anterior, com base no balancete analítico mensal do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), editado pelo Banco Central do Brasil, lançando os valores em relação às seguintes contas e respectivos desdobramentos: “7.1.1.00.00-1”; “7.1.2.00.00-4”; “7.1.3.00.00-7”; “7.1.7.00.00-9” e “7.1.9.00.00-5”, conforme tabela anexa, para registro e apuração das contas tributáveis, cálculo e emissão do respectivo documento, para o pagamento do ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.

Parágrafo único. Fica igualmente obrigado a até o dia 10º do mês subsequente, escriturar eletronicamente como tomador de serviços, em sistema informatizado disponibilizado pela Prefeitura Municipal, de acordo com o art. 5º deste Decreto.

Art. 2º Ficam as instituições bancárias e financeiras com sede no Município de Nova Xavantina - MT, anexar, o balancete analítico mensal do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), editado pelo Banco Central do Brasil, relacionando as receitas brutas e despesas, objetivando confrontar as informações e possibilitar ao Fisco Municipal apurar a validade dos valores apresentados, conforme autoriza o artigo 113, § 2º do Código Tributário Nacional, cuja planilha na coluna receita deverá conter os lançamentos nas contas especificadas no artigo anterior e respectivos desdobramentos, em observância a tabela anexa, e ainda, sendo as declarações prestadas nas rubricas 7.1.100.00.1 – Rendas de Operações de Crédito; 7.1.3.00.00-7 – Rendas de Câmbio; 7.1.9.00.00-5 – Outras Receitas Operacionais, referentes as tarifas bancárias cobradas pelas operações realizadas.

§ 1º Quando não houver especificação do tipo da atividade de prestação de serviço na tabela anexa de que trata o caput deste artigo, fica a instituição bancária ou financeira obrigada a fazer a descrição do tipo do serviço e o respectivo lançamento do valor do serviço nas seguintes contas contábeis: 7.1.3.10.90-1; 7.1.7.99.00-3 e 7.1.9.99.00-9.

§ 2ºNos casos de agências com sede no Município de Nova Xavantina - MT, havendo lançamento de rendas/receitas de serviços prestados no balanço da matriz na conta RATEIO DE RESULTADOS INTERNOS, deverá a agência local destacar tais receitas/rendas, registrando-as na conta específica do serviço prestado no sistema de informação eletrônico de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Nos casos de terminais eletrônicos localizados no Município de Nova Xavantina - MT que possuam vinculação contábil com agência bancária com sede em outro Município, fica esta última obrigada a enviar o relatório e documento de que tratam os artigos anteriores especificamente daquele terminal.

Parágrafo único. Se a agência bancária de que trata o “caput” deste artigo realizar lançamento de rendas/receitas dos serviços prestados no balanço da matriz na conta RATEIO DE RESULTADOS INTERNOS, fica esta obrigada a destacar as receitas referentes ao terminal eletrônico que trata o “caput” deste artigo, registrando-as na conta específica do serviço prestado no documento de que trata o § 2º do artigo 2º deste Decreto.

Art. 4º As instituições bancárias e financeiras deverão, também, enviar até o último dia dos meses de julho e janeiro de cada ano, através de sistema eletrônico de informação, o balanço contendo o resultado semestral das operações, dos períodos de janeiro/junho e julho/dezembro, respectivamente, de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), editado pelo Banco Central do Brasil.

Art. 5º Ficam ainda as instituições bancárias e financeiras com sede no Município de Nova Xavantina - MT, obrigadas até o dia 10º do mês subsequente, escriturar eletronicamente como tomador de serviços, em sistema informatizado disponibilizado pela Prefeitura Municipal, contendo todas informações dos prestadores de serviços às instituições bancárias e financeiras, para registro e emissão do respectivo documento, para o pagamento do ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, como Substituto Tributário.

Art. 6º A tabela anexa indica os códigos e títulos contábeis de acordo com o COSIF, vinculando-os ao item equivalente da lista anexa a Lei Complementar n.º 116/2003, o que a partir da publicação deste Decreto deve ser utilizada pelas instituições bancárias e financeiras estabelecidas no Município de Nova Xavantina - MT, para o devido recolhimento do ISS, sob pena de pagamento de multa no valor de 100 (cem) UPF-NX (Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina), em casos de descumprimento conforme disposto no Art.1º.

Art. 7º As instituições bancárias e financeiras que deixarem de cumprir as obrigações estabelecidas neste Decreto ficarão sujeitas ao pagamento de multa no valor 100 (cem) UPF-NX (Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina), por cada mês que deixar de apresentar o relatório na data previamente fixada.

Art. 8º Toda empresa ou estabelecimento que desenvolva atividade de ato de comércio e realize venda a sociedade mercantil com operação de leasing, fica obrigado a enviar através de sistema disponibilizado pela Prefeitura municipal a Nota Fiscal, para fins de cobrança do ISS.

§ 1ºO descumprimento do quanto disposto no caput deste artigo ensejará multa no valor de 100 (cem) UPF-NX (Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina).

§ 2ºPara fins deste artigo, considera-se estabelecimento da sociedade mercantil/instituição financeira/bancária, se sede ou filial não houverem no Município de Nova Xavantina - MT, o local da empresa de que trata o caput deste artigo, conforme disposição do artigo 4º da LC 116/2003.

Art. 9º Será pessoalmente responsabilizado pelas obrigações tributárias resultantes dos atos praticados com infração à presente legislação o gerente, diretor e/ou representante de cada agencia das instituições bancárias e financeiras.

Art. 10. Em caso descumprimento das obrigações, serão aplicadas as penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 29 de agosto de 2017

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito de Nova Xavantina - MT

Roberto Marcos Celestino Nascimento - Beto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO

Decreto n.º 3.014/2017

SUBCONTA	DESCRIÇÃO	SUBITEM
7.1.1.00.00-1 Rendas de Operações de Crédito		
7.1.1.03.00-8	RENDAS DE ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES	15.08

7.1.1.05.00-6	RENDAS DE EMPRÉSTIMOS	15.08
7.1.1.10.00-8	RENDAS DE TÍTULOS DESCONTADOS	15.08
7.1.1.15.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS	15.08
7.1.1.18.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS A AGENTES FINANCEIROS	15.08
7.1.1.20.00-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO	15.08
7.1.1.23.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE MOEDAS ESTRAGEIRAS	15.08
7.1.1.25.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS COM INTERVENIÊNCIA	15.08
7.1.1.35.00-7	RENDAS DE REFINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS	15.08
7.1.1.40.00-9	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES LIVRES	15.08
7.1.1.45.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS	15.08
7.1.1.50.00-6	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS	15.08
7.1.1.52.00-4	RENDAS DE FINANCIEMENTOS DE OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL	15.08
7.1.1.55.00-1	RENDAS DE FINANCIMENTOS AGROINDUSTRIAIS	15.08
7.1.1.60.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	15.08
7.1.1.65.00-8	RENDAS DE FINANCIMENTOS HABITACIONAIS	15.08
7.1.1.70.00-0	RENDAS DE FINANCIMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	15.08
7.1.1.80.00-7	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES	15.08
7.1.1.85.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE CONTA MARGEM	15.08
7.1.1.90.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DO PROCAP	15.08
7.1.1.92.00-2	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE OURO	15.08
7.1.2.00.00-4 Rendas de Arrendamento Mercantil		
7.1.2.10.00-1	RENDAS DE ARRENDAMENTO FINANCEIROS - RECURSOS INTERNOS	15.09
7.1.2.15.00-6	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS INTERNOS	15.09
7.1.2.20.00-8	RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS - RECURSOS EXTERNOS	15.09
7.1.2.25.00-3	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS EXTERNOS	15.09
7.1.2.30.00-5	RENDAS DE SUBARRENDAMENTOS	15.09
7.1.3.00.00-7 Rendas de Câmbio		
7.1.3.10.00-4	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO	15.13
7.1.3.10.10-7	EXPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.20-0	IMPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.30-3	FINANCEIRO	15.13
7.1.3.10.90-1	BONIFICAÇÕES EM OPERAÇÕES INTERBANCÁRIAS	15.13
7.1.3.10.90-1	BONIFICAÇÕES SOBRE VENDAS DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	COMISSÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS	15.13
7.1.3.10.90-1	DE ACC	15.13
7.1.3.10.90-1	DE ACE	15.13
7.1.3.10.90-1	DE COBRANÇAS DO EXTERIOR	15.13
7.1.3.10.90-1	DE COBRANÇAS SOBRE O EXTERIOR	15.13
7.1.3.10.90-1	DE CRÉDITOS DE EXPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	DE CRÉDITOS DE IMPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	DE FINANCIAMENTOS A IMPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	DE PRORROGAÇÃO SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO	15.13
7.1.3.10.90-1	EDIÇÃO, ALTERAÇÃO, PRORROGAÇÃO, CANCELAMENTO, BAIXA DE CONTRATO DE CÂMBIO	15.13
7.1.3.10.90-1	EMISSÃO DE REGISTRO DE CRÉDITO	15.13
7.1.3.10.90-1	EMISSÃO DE REGISTRO DE EXPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	EMISSÃO, FORNECIMENTO E CANCELAMENTO DE CHEQUES VIAGENS	15.13
7.1.3.10.90-1	FORNECIMENTO, TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE CARTA CRÉDITO DE EXPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.10.90-1	FORNECIMENTO, TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE CARTA CRÉDITO DE IMPORTAÇÃO	15.13
7.1.3.20.00-1	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO - TAXAS FLUTUANTES	15.13
7.1.7.00.00-9 Rendas de Prestação de Serviços		
7.1.7.10.00-6	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	15.01
7.1.7.15.00-1	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS	15.01
7.1.7.20.00-3	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE LOTERIAS	15.01
7.1.7.25.00-8	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.01
7.1.7.30.00-0	RENDAS DE ASSESSORIA TÉCNICA	17.01
7.1.7.35.00-5	RENDAS DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS	15.01
7.1.7.40.00-7	RENDAS DE COBRANÇAS	15.10
7.1.7.45.00-2	RENDAS DE COMISSÕES DE COLOCAÇÃO DE TÍTULOS	15.11
7.1.7.50.00-4	RENDAS DE CORRETAGENS DE CÂMBIO	10.01
7.1.7.55.00-9	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS REDESCONTADOS	15.01
7.1.7.60.00-1	RENDAS DE CORRETAGENS DE OPERAÇÕES EM BOLSA	10.02
7.1.7.70.00-8	RENDAS DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	15.12
7.1.7.80.00-5	RENDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS A LIGADAS	15.06
7.1.7.90.00-2	RENDAS DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS	15.16
7.1.7.94.00-8	RENDAS DE PACOTES DE SERVIÇOS – PF	15.07
7.1.7.95.01-4	CONFECÇÃO DE CADASTRO	15.05
7.1.7.95.02-4	RENOVAÇÃO DE CADASTRO	15.05
7.1.7.95.03-8	FORNECIMENTO DE 2ª VIA DE CARTÃO MAGNÉTICO COM FUNÇÃO DE DÉBITO	15.14
7.1.7.95.04-5	FORNECIMENTO DE 2ª VIA DE CARTÃO MAGNÉTICO DE CONTA DE POUPANÇA	15.14
7.1.7.95.05-2	EXCLUSÃO DO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS	15.05
7.1.7.95.06-9	CONTRA-ORDEM, OPOSIÇÃO E SUSTAÇÃO DE CHEQUES	15.17
7.1.7.95.07-6	FORNECIMENTO DE FOLHAS DE CHEQUES	15.17
7.1.7.95.08-3	CHEQUE ADMINISTRATIVO	15.17
7.1.7.95.09-0	CHEQUE DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA	15.17
7.1.7.95.10-0	CHEQUE VISADO	15.17
7.1.7.95.11-7	SAQUE DE CONTA DE DEPÓSITOS À VISTA E DE POUPANÇA	15.15
7.1.7.95.12-4	DEPÓSITO IDENTIFICADO	15.15
7.1.7.95.13-1	FORNECIMENTO DE EXTRATO MENSAL OU DE PERÍODO	15.07
7.1.7.95.14-8	FORNECIMENTO DE MICROFILME, MICROFICHA OU ASSEMELHADOS	15.07
7.1.7.95.15-5	TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DOC/TED	15.16
7.1.7.95.16-2	TRANSFERÊNCIA AGENDADA POR MEIO DE DOC/TED	15.16
7.1.7.95.17-9	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO	15.16
7.1.7.95.18-6	ORDEM DE PAGAMENTO	15.16
7.1.7.95.20-3	CARTÃO DE CRÉDITO BÁSICO – ANUIDADE	15.14
7.1.7.95.21-0	FORNECIMENTO DE 2ª VIA DE CARTÃO COM FUNÇÃO DE CRÉDITO	15.14
7.1.7.95.22-7	UTILIZAÇÃO DE CANAIS DE ATENDIMENTO PARA RETIRADA EM ESPÉCIE - CARTÃO DE CRÉDITO	15.14
7.1.7.95.23-4	PAGAMENTO DE CONTAS UTILIZANDO A FUNÇÃO CRÉDITO	15.14

7.1.7.95.24-1	AVALIAÇÃO EMERGENCIAL DE CRÉDITO - CARTÃO DE CRÉDITO	15.08
7.1.7.95.25-8	CÂMBIO MANUAL RELACIONADO A VIAGENS INTERNACIONAIS	15.13
7.1.7.96.01-3	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	15.01
7.1.7.96.02-0	AVAL E FIANÇA	15.08
7.1.7.96.03-7	AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE BENS RECEBIDOS EM GARANTIA	15.08
7.1.7.96.04-4	CÂMBIO	15.13
7.1.7.96.05-1	CARTÃO DE CRÉDITO DIFERENCIADO - ANUIDADE DIFERENCIADA	15.14
7.1.7.96.06-8	CARTÃO PRÉ-PAGO	15.14
7.1.7.96.07-5	CORRETAGEM ENVOLVENDO TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS, DERIVATIVOS E CUSTÓDIA	15.12
7.1.7.98.01-1	CADASTRO	15.05
7.1.7.98.02-8	CONTAS DE DEPÓSITOS	15.02
7.1.7.98.03-5	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	15.07
7.1.7.98.04-2	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.08
7.1.7.99.00-3 Rendas de Outros Serviços		
7.1.7.99.00-3	RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS	15.02
7.1.7.99.00-3	ABONO DE FIRMAS	15.06
7.1.7.99.00-3	ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES, CARTÕES DE CRÉDITOS, CHEQUES E CONGÊNERES	15.01
7.1.7.99.00-3	AGENCIAMENTO FIDUCIÁRIO OU DEPOSITÁRIO	15.06
7.1.7.99.00-3	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIAÇÃO (CÂMBIO, SEGUROS, CARTÕES DE CRÉDITO, PLANOS DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA)	10.01
7.1.7.99.00-3	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIAÇÃO (TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS, CONTRATOS)	10.02
7.1.7.99.00-3	AGENCIMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIAÇÃO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING)	10.04
7.1.7.99.00-3	AGENCIMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIAÇÃO(BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, BOLSAS DE MERCADORIA)	10.05
7.1.7.99.00-3	ANÁLISE, EXAME, FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA	17.01
7.1.7.99.00-3	ASSESSORIA E CONSULTORIA DE QUALQUER NATUREZA	17.01
7.1.7.99.00-3	AVALIAÇÃO E ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.08
7.1.7.99.00-3	AVALIAÇÃO E VISTORIA DE BENS IMÓVEIS	15.18
7.1.7.99.00-3	COLETA E ENTREGA DE BENS E VALORES	15.06
7.1.7.99.00-3	COMPENSAÇÃO DE CHEQUES E TÍTULOS QUAISQUER	15.15
7.1.7.99.00-3	COMUNICAÇÃO COM OUTRA AGÊNCIA	15.06
7.1.7.99.00-3	CONSULTAS, MOVIMENTO, ATENDIMENTO A CONTAS(QUALQUER MEIO)	15.07
7.1.7.99.00-3	CONSULTORIA/ASSESSORIA ECONÔMICA OIU FINANCEIRA	17.19
7.1.7.99.00-3	CONTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E CONGÊNERES	15.08
7.1.7.99.00-3	DEVOLUÇÃO DE BENS EM CUSTÓDIA	15.06
7.1.7.99.00-3	DEVOLUÇÃO, PROTESTO, SUSTAÇÃO DE PROTESTO, REPRESENTAÇÃO DE TÍTULOS	15.11
7.1.7.99.00-3	ELABORAÇÃO/RENOVAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE FICHA CADASTRAL	15.05
7.1.7.99.00-3	EMISSÃO DE CARNÊS, FICHA DE COMPENSAÇÃO, IMPRESSOS	15.10
7.1.7.99.00-3	EMISSÃO E REEMISSÃO DO TERMO DE QUITAÇÃO CRÉDITO IMOBILIÁRIO	15.18
7.1.7.99.00-3	EMISSÃO, DEVOLUÇÃO, CANCELAMENTO DE CHEQUES	15.17
7.1.7.99.00-3	EMISSÃO, REEMISSÃO, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E RENOGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CRÉDITO	15.08
7.1.7.99.00-3	FORNECIMENTO DE EXTRATOS	15.07
7.1.7.99.00-3	FORNECIMENTO OU EMISSÃO DE ATESTADOS (IDONEIDADE, CAPACIDADE FINANCEIRA, ETC)	15.04
7.1.7.99.00-3	FORNECIMENTO, EMISSÃO E REMISSÃO DE CARTÕES(CRÉDITO, DÉBITO, SALÁRIO, CONGÊNERES)	15.14
7.1.7.99.00-3	FORNECIMENTO/EMISSÃO DE SEGUNDAS VIAS DE DOCUMENTOS E AVISOS DE LANÇAMENTOS	15.06
7.1.7.99.00-3	INCLUSÃO OU EXCLUSÃO EM QUAISQUER BANCOS CADASTRAIS	15.05
7.1.7.99.00-3	LICENCIAMENTO DE VEÍCULO PELO TERMINAL	15.06
7.1.7.99.00-3	LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COFRES	15.03
7.1.7.99.00-3	LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM GERAL	15.03
7.1.7.99.00-3	LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TERMINAIS ELETRÔNICOS DE ATENDIMENTO	15.03
7.1.7.99.00-3	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS – INSS	15.10
7.1.7.99.00-3	PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS E ESTADUAIS	15.10
7.1.7.99.00-3	PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	15.10
7.1.7.99.00-3	PAGAMENTOS DE CONTAS DE ÁGUA, LUZ, GÁS E TELEFONE	15.10
7.1.7.99.00-3	PAGAMENTOS DE TÍTULOS EM GERAL POR QUALQUER MEIO	15.10
7.1.7.99.00-3	PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, PROGRAMAÇÃO OU ORGANIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA OU FINANCEIRA	17.03
7.1.7.99.00-3	RENOVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO	15.14
7.1.9.00.00-5 Outras Receitas Operacionais		
7.1.9.10.10-5	DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.08
7.1.9.10.20-8	DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09
7.1.9.10.30-1	DE OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	15.08
7.1.9.25.00-4	RENDAS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO ADQUIRIDOS	15.08
7.1.9.30.00-6	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	15.07
7.1.9.40.00-3	RENDAS DE APLICAÇÕES NO EXTERIOR	15.02
7.1.9.47.00-6	RENDAS DE APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAÍS	15.02
7.1.9.50.00-0	RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	15.08
7.1.9.55.00-5	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO CRÉDITO RURAL	15.08
7.1.9.65.00-2	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO SFH	15.18
7.1.9.70.00-4	RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS	15.08
7.1.9.85.00-6	RENDAS DE CRÉDITOS ESPECÍFICOS	15.08

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Roberto Marcos Celestino Nascimento - Beto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.025, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.025, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional*

de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 20/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Affonso Doneda***, Motorista, Matrícula Funcional 615, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 20/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Iria Pereira dos Santos***, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 983, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.027, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.027, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 20/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Roberzan Marques Pereira Tusset***, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3417, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.028, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.028, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Progressão Funcional de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.*, e de acordo com a Lei Municipal n. º 1.835, de 21 de outubro de 2014, *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*; Decreta:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional - *Adicional por Tempo de Serviço* ao(a) servidor(a) público(a) municipal **Joelma Aires de Almeida,** Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura, Matrícula Funcional 3913, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Classe/Nível A/01 para a Classe/Nível B/02, referente ao período aquisitivo de 23/9/ 2014 a 22/9/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.030, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.030, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Decreta Luto Oficial por três dias, e dá outras providências.

O ***Prefeito do Município de Nova Xavantina***, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- Considerando o falecimento de ***Gabriel Caetano Rosa Abreu***, filho do Ex-Prefeito *Gercino Caetano Rosa* e da sua esposa *Mirian Abreu da Silva Caetano;*

- Considerando que o seu falecimento constitui irreparável perda para a família e para Nova Xavantina;

Decreta:

Art. 1º Fica decretado ***Luto Oficial*** por 03 (três) dias no âmbito do Município de Nova Xavantina – MT, em homenagem póstuma a ***Gabriel Caetano Rosa Abreu.***

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de outubro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.519, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.519, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Noeli Reinheimer**, Atendente, Matrícula Funcional 52, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 18/9 a 27/9/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.520, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.520, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Cerisvaldo Caetano de Brito***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 776, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 4/4/2012 a 3/4/2017.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 25/9/2017 a 23/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.521, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.521, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) ***Ana Cleusa dos Santos,*** Gari, Matrícula Funcional 3937, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1 de setembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.522, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.522, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) ***Rosineide Conceição Luiz Brandão,*** Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3953, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Esportes para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1 de setembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.525, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.525, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 025/2.017**, empresa vencedora *Viação Araés Ltda*, que tem por objeto: *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos – envelopes e prestação de serviços fretes/despachos – caixas e fretamento de ônibus*, referente ao **Pregão Presencial n.º 030/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Bruna Graciella de Oliveira Nunes***, Atendente, Matrícula Funcional 3412, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 025/2.017**, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 8.331/2017.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.526, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.526, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o deferimento de pedido de renúncia de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- Considerando *Declaração de Renúncia* da servidora pública Municipal ***Vanderlene Maria de Oliveira***, Professora; **resolve:**

Art. 1º Deferir o pedido da servidora pública municipal **Vanderlene Maria de Oliveira**, Professora, Matrícula Funcional 1178, que *in verbis:* "***renuncia, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRREVERSÍVEL, ao direito de usufruir de 90 (noventa) dias de gozo de licença prêmio por assiduidade,*** referente ao período aquisitivo de 01/02/2006 a 31/01/2011".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.527, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.527, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

- Considerando a ***Ata de Registro de Preços nº 035/2017***, firmada entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Tatiana Siqueira Santiago Eirelli***que tem por objeto o *registro de preços para a eventual aquisição de peças e acessórios originais e genuínas, para manutenção de veículos oficiais pertencentes à frota do Município de Nova Xavantina – MT, máquinas, tratores, motocicletas e barcos, assim como aqueles que vierem a ser incorporados ao patrimônio do período de vigência desta contratação* - **Pregão Presencial 007/2017**, resolve:

Art. 1º Nomear **Moisés Correia Oliveira**, Apoio Administrativo Educacional - Motorista, Matrícula Funcional 3668 e **Liliana Nobre Ximenes**, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 4021, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para atuar na fiscalização da ***Ata de Registro de Preços nº 035/2017*** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da ***Ata de Registro de Preços nº 035/2017***e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.528, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.528, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Rosani Arruda Costa, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 30, § 1º e § 2º da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências**, de acordo com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que** dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT**, em conformidade com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.835, de 21 de outubro de 2014, que** institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências**, resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição a servidora **Rosani Arruda Costa**, brasileira, portadora do CI/RG n.º 522 594 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 364.367.201-20, portadora do Título de Eleitor n.º 48921118 99, efetiva no cargo de Professora, classe "C/08", Matrícula Funcional 121, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu para os Regimes Previdenciários de 02 de agosto de 1989 a 30 de março de 1991; totalizando 606 dias, para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e no período de 01 de abril de 1991 a 24 de fevereiro de 1994; 25 de fevereiro de 1994 a 04 de setembro de 2017, totalizando 9.647, 26 anos, 05 meses e 07 dias para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando 10.

253 dias, 28 anos, 01 mês e 06 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2017.09.00000007, a partir de 05 de setembro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 26 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.529, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.529, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***José Altamiro da Silva***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 309, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 4/4/2012 a 4/4/2017.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 30/9/17 a 29/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 27 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.530, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.530, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

- Considerando a ***Contrato 38/2017***, firmada entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***K. P. da Silva e Cia Ltda***que tem por objeto a *locação de caminhão basculante (com respectivo motorista) de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de material junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Vias Públicas do Município de Nova Xavantina – MT em caráter de exclusividade* – **Tomada de Preços nº 008/2. 017**, resolve:

Art. 1º Nomear **Edson Francisco Farias**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177 e **Aluisio Bairros**, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 716, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, para atuar na fiscalização do ***Contrato 38/2017*** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do ***Contrato 38/ 2017*** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 27 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.531, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.531, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 8.381/2017, que dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Contrato Administrativo nº 030/2017**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina – MT*** e a empresa a ***Inovatus Sistema de Informática Ltda***, que tem por objeto: *registro de preços oriundo do Pregão 003/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT, para contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso de sistema informatizado de gestão de saúde*, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria n.º 8.381, de 6 de julho de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2017".

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 27 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.532, 27 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.532, 27 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando que a servidora pública municipal *Shirley Vitorino dos Santos* – Atendente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em tese infringiu o disposto no inciso V do art. 184 redação dada pela Lei Municipal 1860/2015;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pela servidora pública municipal **Shirley Vitorino dos Santos**– Atendente, Matrícula Funcional 1391, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8.474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 27 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.524, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.524, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 013/2.017**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *KM Indústria e Comércio de Móveis Eirelli – ME (Kelma Diniz Beserra Alcântara)* que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário para escritório e outro* - **Pregão Presencial nº 022/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo discriminados, lotado(a)s junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 013/2.017**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I - Genivaldo Gomes de Araújo, Enfermeiro, Matrícula Funcional 1943;

II - Ludimila Martins de Oliveira, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3900;

III - Zênia Gonçalves Barros, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3661;

IV – Diliege Vieira de Rezende, Odontóloga, Matrícula Funcional 3364;

V – Mariane Gonçalves Ayres Pinto, Enfermeira, Matrícula Funcional 3185;

VI – Luciana Bavaresco, Enfermeira, Matrícula Funcional 3430;

VII – Genecy Queiroz Schossler, Atendente, Matrícula Funcional 34;

VIII – Afannazio Jazadji Ferreira Berto, Enfermeiro, Matrícula Funcional 4124;

IX – Amarilda Aparecida de Souza, Enfermeira, Matrícula Funcional 1724;

X – Lilian da Rocha, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889.

***Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 013/2.017** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.515, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.515, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos do município, abaixo relacionados:

I – **Adriana de Oliveira**, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3659, 10 (dez) dias – de 28/8 a 7/9/2017, período aquisitivo 1/7/2015 a 30/6/2016;

II – **Roseny Campos da Luz**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3390, 15 (quinze) dias – de 2/9 a 17/9/2017, período aquisitivo 3/11/2014 a 2/11/2015;

III - **Roseny Campos da Luz**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4113, 15 (quinze) dias – de 2/9 a 17/9/2017, período aquisitivo 1/6/2016 a 31/5/2017;

IV – **Beatriz de Moura Guimarães**, Médica, Matrícula Funcional 3396, 10 (dez) dias – de 6/9 a 15/9/2017, período aquisitivo 3/11/2015 a 2/11/2016;

V – **Nilva de Jesus Nunes**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 742, 15 (quinze) dias – de 11/9 a 25/9/2017, período aquisitivo 11/4/2015 a 10/4/2016;

VI – **Kelly Lane Alves Marques**, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3660, 15 (quinze) dias – de 11/9 a 25/9/2017, período aquisitivo 1/7/2015 a 30/6/2016;

VII – **Adriana de Oliveira**, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3659, 10 (dez) dias – de 11/9 a 20/9/2017, período aquisitivo 1/7/2015 a 30/6/2016;

VIII – **Maria Joaquinha de Araújo**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1669, 30 (trinta) dias – de 18/9 a 17/10/2017, período aquisitivo 3/1/2016 a 2/1//2017;

IX – **Valdivino Antonio da Costa**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 22, 10 (dez) dias – de 21/9 a 30/9/2017, período aquisitivo 17/9/2016 a 17/9/2017;

X – **Valdeni Valverde Vilas Boas**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 57, 30 (trinta) dias – de 1/10 a 30/10/2017, período aquisitivo 5/3/2016 a 4/3/2017;

XI – **Ana Célia Moreira da Silva Sales**, Professora, Matrícula Funcional 804, 30 (trinta) dias – de 2/10 a 1/11/2017, período aquisitivo 16/4/2016 a 15/4/2017;

XII – **Airton Lopes Campos**, Chefe da Divisão de Cultura, Matrícula Funcional 4040, 10 (dez) dias – de 2/10 a 11/10/2017, período aquisitivo 14/1/2016 a 13/1/2017;

XIII – **Valteri Araújo da Silva**, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 153, 15 (quinze) dias – de 3/10 a 17/10/2017, período aquisitivo 13/12/2015 a 12/12/2016;

XIV – **Edirene Alves de Lima**, Atendente, Matrícula Funcional 757, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 17/4/2016 a 16/4/2017;

XV – **Danielle Alves Silva Melo**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 760, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 9/4/2014 a 9/4/2015;

XVI – **Airson Caetano de Moura**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 25/4/2015 a 24/4/2016;

XVII – **Wânia Maria Gonçalves**, Auxiliar de Escritório, Matrícula Funcional 788, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 16/4/2015 a 15/4/2016;

XVIII - **Edina Aparecida Volf Vaz**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 77, 15 (quinze) dias – de 9/10 a 23/10/2017, período aquisitivo 1/8/2014 a 31/7/2015;

XIX – **Daniella Sehnem**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 3579, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 1/3/2015 a 28/2/2016;

XX – **Márcio Garcia da Silva**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 767, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 5/5/2014 a 4/5/2015;

XXI – **Roberto Marcos Celestino Nascimento**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 768, 10 (dez) dias – de 9/10 a 18/10/2017, período aquisitivo 9/4/2015 a 8/4/2016;

XXII – **Márcia da Silva**, Professora, Matrícula Funcional 115, 30 (trinta) dias – de 16/10 a 14/11/2017, período aquisitivo 3/1/2016 a 2/1/2017;

XXIII – **Laurene Nunes de Oliveira**, Biomédica, Matrícula Funcional 3939, 15 (quinze) dias – de 16/10 a 30/10/2017, período aquisitivo 5/1/2015 a 4/1/2016;

XXIV – **Ingrid Sandy Martins Gomes**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4102, 10 (dez) dias – de 16/10 a 25/10/2017, período aquisitivo 1/6/2016 a 31/5/2017;

XXV – **Nerusa Maria da Costa**, Professora, Matrícula Funcional 1831, 15 (quinze) dias – 17/10 a 31/10/2017, período aquisitivo 7/2/2016 a 6/2/2017;

XXVI – **Alvando Barbosa da Silva**, Professora, Matrícula Funcional 62, 15 (quinze) dias – 18/10 a 1/11/2017, período aquisitivo 21/2/2016 a 20/2/2017;

XXVII – **Vilmar Borges da Silva**, Motorista, Matrícula Funcional 603, 30 (trinta) dias – de 29/10 a 27/11/2017, período aquisitivo 20/12/2015 a 19/12/2016;

XXVIII – **Marcos Vinícius Farias Nunes**, Médico Ortopedista e Traumatologista, Matrícula Funcional 3408, 15 (quinze) dias – de 16/9 a 30/9/2017, período aquisitivo 03/11/2015 a 02/11/2016;

XXIX – **Fátima Barbosa de Jesus**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3932, 15 (quinze) dias – de 25/9 a 9/10/2017, período aquisitivo 19/12/2015 a 18/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de setembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.523, 25 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.523, 25 DE SETEMBRO DE 2017

*Dispõe sobre a nomeação do **Comitê Gestor do Programa Pro-Família da Secretaria Municipal de Assistência Social**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Estadual n.º**10.523, de 17 de março de 2017**, que *Cria o Programa Pró-Família, e dá outras providências*; resolve**:**

Art. 1º Nomear os membros do ***Comitê Gestor do Programa Pro-família da Secretaria Municipal de Assistência Social***, conforme discriminados abaixo:

I - GOVERNO

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Edina Aparecida Volf Vaz

Suplente: Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca

b) Conselho Municipal de Assistência Social

Titular: Aderivalcio Silva Benevides

Suplente: Adriano Dias de Souza

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Maria Messias Ribeiro dos Santos

Suplente: Ana Célia Moreira da Silva Sales

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças

Titular: Valdivino Antônio da Costa

Suplente: Denis Elias Alcântara

e) Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Titular: Murilo Passareli

Suplente: Arinos Oliveira Serpa

f) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Perillo Jose Sabino Nunes

Suplente: Belchior Cristino de Souza

g) EMPAER

Titular: Aristone José dos Santos

Suplente: Rafael Renan dos Santos

II - PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ÁREA

a) Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Titular: Valdir Nunes Leal

Suplente: Luciana Felizardo Galvão

b) APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular: Guilhermina Pereira de Abreu

Suplente: Gilvany Caetano de Brito

c) Lions Clube

Titular: Glaucia Nery da Costa

Suplente: Eliane Izabel Tubim

d) Maçonaria Serra do Roncador

Titular: Francisco de Paula Ataídes Filho

Suplente: Jose Vilar da Costa

III - DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA

a) Representantes dos Assistentes Sociais

Titular: Cádia Ângela Berti

Suplente: Ivani Auxiliadora Vieira Carvalho

b) Representante dos Psicólogos

Titular: Maria de Lourdes da Silva

Suplente: Fabrícia Pinto Galindo

IV - DOS USUÁRIOS

a) Representantes das Entidades ou Associações Comunitárias

Titular: Zênia Gonçalves Barros

Suplente: Célia Martins Ferreira

b) Representantes dos Sindicatos e Entidades de Trabalhadores

Titular: Marcelino Ferreira da Paixão

Suplente: Angélica Cristina Cozer Leal

c) Representantes de Associações de Idosos

Titular: Florisvaldo Guilhermino do Nascimento

Suplente: Salomão Gomes de Souza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 25 de setembro de 2017

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I

DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2017, DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	SITUAÇÃO
69	Alaíde Martins Vaz	1638085-1	Indeferida
64	Angelica Guimarães Pimenta	2814750-2	Indeferida
45	Erica Samara Leal	2115718-9	Indeferida
70	Cleide Alves da Costa	2130128-0	Indeferida
73	Gean Carlos dos Santos Domingues	2909141-1	Indeferida
08	Jocelia Pereira Santana	2162773-8	Indeferida
47	Karielle Pontes da Silva	2452173-6	Indeferida
24	Lucilene Ferreira Lopes de Carvalho	1653448-4	Indeferida
97	Lucileide Silva Santos	2830686-4	Indeferida
60	Poliana Cristina dos Santos	1483551-7	Indeferida
96	Romerito Luiz da Silva	2289302-4	Indeferida
23	Silvia Ferreira Lopes	2439962-0	Indeferida
63	Valdir Marques Pimenta	1217946-9	Indeferida
92	Vanilso Apolinário	2439948-5	Indeferida

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

KARINE ALENCAR PADUAM

Membro da Comissão

POLIANNA ALVES DOS SANTOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2017

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT, CONFORME ESTABELECE O EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017, E INFORMA O LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Comissão do Processo Seletivo Público nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Homologar as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Público nº 001/2017, efetuadas de 31/8/2017 a 29/09/2017 das 7:00h às 10:00h e das 13:00h às 16:00h de segunda a sexta-feira, de acordo com o Edital nº 001/2017, publicado no dia 31 de agosto de 2017.

Art. 2º- Para o presente certame foram indeferidas o total de 14 (catorze) inscrições dos (as) candidatos (as) por estarem fora da micro área de atuação, conforme relacionados no anexo I deste Edital Complementar.

Art. 3º- Ficam habilitados a realizarem o Processo Seletivo Público nº 001/2017 para o cargo de ACS – Agente Comunitário de Saúde - Cadastro Reserva, os candidatos deferidos conforme o Anexo II e III deste Edital Complementar.

Art. 4º- O local para realização das provas será na Escola Municipal Ulisses Guimarães, situada na Rua Augusto de Souza nesta cidade de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 5º- Havendo, portanto 98 (noventa e oito) candidatos inscritos, sendo que 14 (catorze) inscrições foram indeferidas e 84 (oitenta e quatro) deferidas, relacionadas no anexo I deste Edital Complementar de Homologação das inscrições.

Art. 6º- O presente Edital Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, em 02 de outubro de 2017.

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

KARINE ALENCAR PADUAM

Membro da Comissão

POLIANNA ALVES DOS SANTOS

Membro da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III

CARGO**: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF URBANO – ÁREA/CÓD. 2392712**

INSC.	NOME	D.N.	RG	CPF	PNE	LOCAL DE PROVAS	SALA	DEFER.	MICRO ÁREA
15	ALEXANDRA DA SILVA	16/10/1983	1659995-0	021.693.181-94	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
76	ALINE APARECIDA DE SÁ	14/05/1990	2128303-6	032.928.971-30	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	03
09	ALUANA PRISCILA SANTOS MENEZES	08/08/1987	3414233-9	015.064.224-54	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	03

56	ANIE KARINE PONTES DA SILVA	23/03/1995	2289280-0	048.374.411-57	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	04
52	ANIELLI EPIFANIO DA COSTA	14/02/1998	2452169-8	063.714.371-00	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	01
68	BRUNA DOS SANTOS TENORIO	19/09/1999	2896840-9	061.220.371-92	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	04
07	CAROLINA SANTOS SOUZA	06/07/1999	2779554-3	061.984.181-89	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	02
05	CLAUDIA ELIZETE FRANCISCO	27/06/1970	2439681-8	061.188.031-88	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
84	CLAUDINEIA ALVES DA GAMA	06/07/1995	2439953-1	057.496.711-78	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
11	CÍCERA MARIA MIGUEL	27/06/1970	1094119-3	810.910.871-72	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	02
65	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	09/03/1986	1893153-7	018.293.541-83	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	02
80	CRISTIANO FERREIRA SEVERINO	14/09/1997	2856789-7	064.270.701-42	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	04
95	DANIELA DE FÁTIMA MACHADO	03/12/1996	2633133-0	055.995.731-92	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
55	DANIELLE EPIFANIO DA COSTA	06/07/1991	1995659-2	040.781.211-36	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	01
93	EDEMILSON APOLINARIO	23/09/1999	2989406-9	062.080.201-40	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	02
90	ELLEN PRISCILA RAMOS	30/09/1992	1796760-0	039.899.671-77	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	02
72	ELIZABETE APARECIDA D. RODRIGUES	05/11/1992	2109915-4	040.493.031-08	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	01
86	ELIANE VERA CEARÁ	14/09/1990	2324664-2	037.749.861-00	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	03
44	EMILY VITÓRIA L. R. GONÇALVES	30/10/1997	2289317-2	059.371.571-33	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	01
98	FABRICIA ALVES DA SILVA	19/05/1999	2008098066486	603.223.783-46	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
82	FRANCIELI STEFFANY DE SOUZA	18/04/1998	2989413-1	061.893.761-77	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	15
27	FREYDA DO CARMO DA SILVA	10/10/1986	24737142003-5	025.847.323.19	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	03
42	KEILA APARECIDA ALVES SANTANA	08/06/1990	2298424-0	042.226.861-58	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	03
17	LEILA CAMPOS MACEDO	20/01/1978	000810580	019.092.191-93	NÃO	ESCOLA ULISSES	03	DEFERIDO	14
10	LUCIMAR ANDRADE BATISTA	14/03/1986	1670139-9	010.789.001-16	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	14
66	LUCIMAR DE JESUS SANTANA	06/12/1981	1646438-9	913.532.461-91	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	03
31	LUDMILA KATRINE DA SILVA LEMOS	13/02/1999	2452189-2	048.420.461-04	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	03
41	LUZIA DE JESUS OLIVEIRA	16/08/1973	1536082-2	805.866.781-15	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
91	LOANA DE PAULA IBANEZ	02/05/1999	2452192-2	061.914.811-01	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
28	MADALENA RIBEIRO DA SILVA RAZINE	07/07/1969	1025065-4	826.487.781-87	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
83	MARCIA BALASSONI	12/10/1973	1176814-2	925.937.121-04	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	15
33	MAYRA ALCINA CARDOSO DE LIMA	10/06/1993	2324658-8	048.357.671-95	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
40	NELSON JOSÉ GONÇALVES	15/03/1972	25689235-0	248.397.558-50	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	04
81	REGIANE DOS SANTOS ARCANJO	31/05/1989	2162931-5	034.501.161-93	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
20	RENATA ARAÚJO DOS SANTOS	31/10/1998	3881020-4	123.540.564-86	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
87	ROSINEIDE XAVIER DE FARIAS	10/01/1985	2061434-9	014.058.361-05	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
39	SILVIA APARECIDA MARINOTTI	16/12/1975	18408583	006.569.831-24	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
89	SUELLEN KAMILA RAMOS	30/05/1998	1796787-2	039.899.691-10	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
67	STEFANNY FERNANDES OLIVEIRA	25/08/1999	2452414-0	062.013.911-00	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
58	STEFANI DAVID SIMÃO	08/11/1988	1645323-9	031.328.011-86	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
71	THAIS ANA DOS REIS SCARIOT	31/01/1992	2164722-4	039.927.311-54	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01
12	TATIANE SOARES DA SILVA MEES	30/04/1991	2175704-6	034.047.201-48	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	04
16	VANESSA CRISTINA PARAPINA	11/04/1992	2463435-2	037.975.431-23	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	03
30	VANESSA FERNANDES RIBEIRO	25/04/1997	2452242-2	048.358.651-03	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	15
02	VANDA RODRIGUES BEZERRA	15/01/1971	986.392	775.583.911-72	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	15
13	VANILDO DE OLIVEIRA GOMES	01/02/1990	1908731-4	041.609.431-79	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	03
74	VANILMAR CORREIA LOPES	18/03/1995	2439944-2	048.372.331-20	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	02
32	VALDIRENE DO NASCIMENTO	30/01/1988	1883417-5	018.250.011-03	NÃO	ESCOLA ULISSES	04	DEFERIDO	01

Maria Alves dos Santos

Presidente da Comissão

Karine Alencar Paduam

Membro da Comissão

Polianna Alves dos Santos

Membro da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II

CARGO**: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - USF RURAL – ÁREA/CÓD. 6681751**

INSC.	NOME	D.N.	RG	CPF	PNE	LOCAL DE PROVAS	SALA	DEFER.	MICRO ÁREAS
88	ANA DE FATIMA PEREIRA DE SOUZA	17/10/1965	49699-0	352.831.221-15	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	06
85	ADRIANA SILVA ALVES	09/09/1996	2646612-0	057.074.611-67	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	15
21	ADRIELLE APARECIDA DE SÁ	22/10/1993	2402926-2	046.211.771-50	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	04
01	ANDREA DA COSTA	13/01/1991	2175696-1	043.991.241-56	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
22	ANDREA GUILHERME DA ROCHA	20/02/1982	1488939-0	013.406.521-29	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
49	ANDREIA PAULA LADEIA	06/05/1993	2452288-0	048.374.461-16	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	02
51	ANDRESSA PAULA LADEIA	06/05/1991	2700066-4	048.374.781-58	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	06
14	ANA PAULA DA SILVA DE JESUS	01/12/1985	9237856-0	051.041.189-40	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
94	ANA PAULA BERIELA TABORDA	29/06/1987	3135082-8	036.478.811-98	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
59	CLÉIA DA SILVA	16/01/1991	2386389-7	040.931.721-70	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	02
77	DAIANE DA SILVA	06/11/1994	2452382-8	048.358.611-08	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	04
04	DYALISON PEREIRA DOS SANTOS	12/06/1997	2736422-4	039.308.721-29	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	04
34	GISLAYNE VIEIRA DO CARMO	16/01/1997	2661497-9	061.273.011-57	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	02

62	JAIME JOSE DE OLIVEIRA	10/01/1984	1598745-0	007.229.681-08	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
38	JOSIANE JULIÃO DA SILVA ESPERIDIÃO	20/03/1988	2325411-4	034.904.581-09	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	06
54	JOCIELEN SOARES SANTOS	24/02/1995	2780442-9	051.129.511-17	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
53	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	13/02/1989	2067228-4	029.701.021-29	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	04
46	JUCELI MARTINS	24/04/1976	1506067-5	918.918.761-04	NÃO	ESCOLA ULISSES	01	DEFERIDO	05
48	JULIANA ALVES DE OLIVEIRA	24/11/1985	1598789-2	015.428.881-07	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05
25	KELLY CRISTINA VIEGAS VIEIRA	19/03/1994	2444340-9	062.940.021-09	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
29	LUCELIA C. PEREIRA DO CARMO	12/03/1982	1336373-5	904.172.831-72	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
03	LUCELIA PEREIRA DOS SANTOS	31/03/1975	1582916-2	015.975.031-85	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	04
26	MARIA MARLI DE BRITO	13/05/1973	1073375-2	786.011.001-63	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05
79	MARIO PERCILIO DOS S. COSTA	16/07/1992	2324681-2	041.895.031-85	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	06
57	MARTA ALVES DIAS	25/12/1983	2178699-2	035.867.841-20	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
43	MARLEI FERREIRA OLIVEIRA	10/04/1985	8840811-0	052.565.491-25	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	08
36	MIRIAN DO NASCIMENTO	24/05/1993	24400653	757.168.101-44	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05
78	PATRICIA FERREIRA DE MELO	21/04/1989	2076812-5	029.300.751-98	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	08
18	RAFAELA GUIMARÃES ALVAREZ	09/06/1996	23331428-1	061.131.581-52	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
61	RENATA BARBIERO PIMENTA	13/02/1992	2280917-1	040.759.141-94	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05
50	RENAN RODRIGUES FRANCO	31/10/1993	2297031-2	042.825.801-86	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
35	ROSANGELA DO NASCIMENTO	12/11/1996	26730782	058.661.361-71	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05
16	SAMOEL PEDRO DA SILVA	20/12/1990	2025889-5	042.834.401-16	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEEFRIDO	02
06	SOLIANA MARCHETTI VIEIRA	18/05/1992	2440062-9	047.238.421-01	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	02
75	VALDEIR DOS SANTOS	14/09/1993	2439945-0	025.975.481-12	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	06
37	VERANICI CARDOSO DE OLIVEIRA	09/07/1978	6485839	001.803.121-89	NÃO	ESCOLA ULISSES	02	DEFERIDO	05

Maria Alves dos Santos

Presidente da Comissão

Karine Alencar Paduam

Membro da Comissão

Polianna Alves dos Santos

Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 033/2017, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Pneus para Manutenção dos Veículos da Frota do Município de Novo Mundo MT.**

Novo Mundo – MT, em 02 de Outubro de 2017.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

RETIFICA PORTARIA N.º 329/2017. DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

TERMO DE ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, CNPJ Nº 01.614.517/0001-37, representada pelo Sr. **ANTONIO MAFINI,** Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando que houve erro de digitação,

A Portaria nº 329/2017 – que dispõe sobre ***"Dispõe Sobre Concessão De Afastamento Em Razão Da Licença Premio, E Dá Outras Providências".***

Para que onde se lê;

Artigo 1° - **CONCEDER,** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 58 da LC 22/2011 de 29/12/2011, no período de 01/09/2017 à 30/11/2017 aos servidores:

NAIR MARIA NONNEMACHER POSSEBON, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2018522141 SSP/RS e do CPF sob o nº 979. 892.661.72, no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculado sob o nº 128, referente o período aquisitivo de 01/03/2007 á 28/02/2012**.**

VALDENICE ANTONIO DE ALMEIDA, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 13360825 SSP/PR e do CPF sob o nº 550.789.901.00, no cargo de ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculado sob o nº 100, referente o período aquisitivo de 04/03/2007 á 03/02/2012**.**

LUZIA SOBOLESKI, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 14592304 SSP/MT e do CPF sob o nº 001.612.371.93, no cargo de ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculado sob o nº 886, referente aos períodos aquisitivo de 12/09/2007 á 11/09/2012.

Deve ser considerado;

Artigo 1° - **CONCEDER,** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 58 da LC 22/2011 de 29/12/2011, no período de 01/09/2017 à 30/11/2017 aos servidores:

NAIR MARIA NONNEMACHER POSSEBON, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2018522141 SSP/RS e do CPF sob o nº 979. 892.661.72, no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculado sob o nº 128, referente o período aquisitivo de 01/03/2007 á 28/02/2012**.**

LUZIA SOBOLESKI, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 14592304 SSP/MT e do CPF sob o nº 001.612.371.93, no cargo de ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculado sob o nº 886, referente aos períodos aquisitivo de 12/09/2007 á 11/09/2012.

Este - Termo de Errata entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2017.

Novo Mundo/MT, 28 de Setembro de 2017.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336/2017 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença

ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER**, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados e perícia médica de 17/09/2017 à 17/10/2017, à servidora Sra. **MARISTELA FEYH MAGALHAES,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 14746611 SSP/MT e do CPF sob o nº 977.554.431.91, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, devidamente matriculada sob o nº 941.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.com efeitos a partir de 17/09/2017

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 25 de Setembro de 2017

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 337/2017. DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER**, a Prorrogação de Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados médicos e perícias de 08/09/2017 à 26/10/2017, ao servidor Sr. **ALCIDES DA SILVA RUELA,** brasileiro, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 318135 SSP/MT e do CPF sob o nº 253.958.741-00, no cargo de **APOIO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO MOTORISTA,** devidamente matriculada sob o nº.2319

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 09/09/2017

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 25 de setembro de 2017

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
RESULTADO DO PREGÃO 34/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2017

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 34/2017, com o objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA COM REMENDOS, VULCANIZAÇÃO E TROCAS DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Obteve o seguinte resultadoas empresas**: PEDRO AIER DA SILVA 02523649101** sagrou-se vencedora dos seguintes itens:14, 16, 42, 46, 52, 53, 54, 62, 75, 77, 78, 79 e 86; Com o valor total de **R$ 75.905,00; (setenta e cinco mil novecentos e cinco reais);** a empresa**: CLEITON RODRIGUES DE SOUZA** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: 01, 02, 03, 07, 09, 19, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 38, 39, 41, 44, 45, 49, 61, 68 e 76, Com o valor total de **R$ 46.022,90; (quarenta e seis mil e vinte dois reais e noventa centavos);** a empresa: **CÉLIO JUNIOR SIQUEIRA MOREIRA 04057636110** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: 04, 08, 40, 43, 47, 67, 70, 71, 72, 73, 82, e 85; Com o valor total de **R$ 25.271,00; (vinte cinco mil duzentos e setenta e um reais)** e a empresa**: AILTON FREITAS TERRA 77134745104** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: 05, 06, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 48, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 69, 74, 80, 81, 83 e 84 Com o valor total de **R$ 45.925,90; (quarenta e cinco mil novecentos e vinte cinco reais e noventa centavos).** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedoras onde foi julgada e considerada devidamente HABILITADA as empresas **PEDRO AIER DA SILVA 02523649101, CLEITON RODRIGUES DE SOUZA, CÉLIO JUNIOR SIQUEIRA MOREIRA 04057636110 e AILTON FREITAS TERRA 77134745104.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 29 de setembro de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
RESULTADO DO PREGÃO 33/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2017

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº. 33/2017, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Obteve o seguinte resultadoa empresa**: R.P. DE ARAUJO E CIA LTDA** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01 com valor total **R$ 200.400,00; (Duzentos Mil e Quatrocentos Reais)** recebidos os documentos de Habilitação da empresa vencedora onde foi julgada e considerada devidamente HABILITADA a empresa **R.P. DE ARAUJO E CIA LTDA.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de

Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 29 de Setembro de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 34/2017

Termo de Homologação

Pregão N° 034/2017

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROC ESSO DE LIC ITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA COM REMENDOS, VULCANIZAÇÃO E TROCAS DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Vencedor(es)

AILTON FREITAS TERRA 77134745104 - 28707663000160 R$ 45. 925,90(quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco e noventa);

CELIO JUNIOR SIQUEIRA MOREIRA 04057636110 - 24895661000190 R$ 25.271,00(vinte e cinco mil e duzentos e setenta e um);

CLEITON RODRIGUES DE SOUZA - 26786403000100 R$ 46. 022,90(quarenta e seis mil, vinte e dois e noventa);

PEDRO AIER - 18754733000187 R$ 75.905,00(setenta e cinco mil e novecentos e cinco)

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

NOVO SAO JOAQUIM - MT segunda-feira, 02 de outubro de 2017

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 33/2017

Termo de Homologação

Pregão N° 033/2017

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Vencedor(es)

R.P. DE ARAUJO & CIA LTDA - 09059014000155 R$ 200. 400,00(duzentos mil e quatrocentos)

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

NOVO SAO JOAQUIM - MT segunda-feira, 02 de outubro de 2017

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE FOMENTO AO TRABALHO, A RENDA E CIDADANIA
RESOLUÇÃO Nº 09/2017

Súmula: Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira: Serviço / Programas do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social - referente ao exercício de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo São Joaquim/MT no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Lei Municipal nº 589/2010 de 02 de Agosto de 2010 considerando a deliberação em reunião ordinária deste conselho no dia 26 de Setembro 2017 sobre a ata nº 10/2017

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeiro: Serviço/ Programas do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social referente ao exercício 2016, conforme o resumo de informações financeiras.

§ 1º. O Demonstrativo refere-se a prestação de contas no exercício de 2016 do co-financiamento federal destinado à execução dos serviços socioassistenciais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS realizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogada disposição em contrario.

Novo São Joaquim/MT. 29 de Setembro de 2017.

Norval Augusto Coelho

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 427 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA N° 427 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **Sr. VALTER CARLOS VIDORI**, Matrícula 129, portador do RG sob o nº 30395689 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.769.601-00, ocupante do Cargo Efetivo de "**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2007/2016	28/09/2017 À 26/12/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1500/2017.

LEI Nº 1500/2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR COM A IMPORTÂNCIA DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a realização da Prova de Laço da Família Dionizio, nos dias 06 a 08 de outubro de 2017, que será realizada no Parque de Exposições.

Art. 2º - As despesas serão efetuadas por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Função: 13 – CULTURA

Sub Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 0013 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Projeto/Atividade: 1127 - APOIO ATIVIDADE CIVIS, CULT. POPULAR TRADICIONAIS.

Caracterização do projeto: APOIO DAS ATIVIDADES CIVIS, CULTURAIS POPULAR E TRADICIONAIS

Elemento de Despesa: 3390.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, em 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1499/2017.

LEI Nº 1499/2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, § 1º, II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I – Suplementação de:

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2013 - Manutenção e Encargos com Gestão das Ações de Saúde. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.122.0008.2013.3190.13.00.00. (191/02)..... 05.001.10.122.0008.2013.3390.14.00.00. (193/02).....	R$ 2.500,00 R$ 30.000,00
02	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2016 – Manutenção do Programa Saúde Bucal. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.301.0004.2016.3191.13.00.00. (256/02).....	R$ 30.000,00
03	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2017 – Manutenção Programa Agente Comunitário Saúde - ACS. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.301.0004.2017.3191.13.00.00. (265/02).....	R$ 36.000,00
04	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2021 - Manutenção do Centro de Reabilitação. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.302.0005.2021.3190.11.00.00. (311/02)..... 05.001.10.302.0005.2021.3191.13.00.00. (313/02).....	R$ 220.000,00 R$ 22.500,00
05	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2022 - Manutenção e Encargos com o Hospital Municipal. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.302.0005.2020.3390.39.00.00. (309/02).....	R$ 350.000,00
06	Órgão 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Unidade 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Projeto/Atividade 2022 - Manutenção do Pronto Atendimento. Fonte.: 0.1.02.00000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde. 05.001.10.302.0005.2022.3190.11.00.00. (320/02)..... 05.001.10.302.0005.2022.3190.13.00.00. (327/02)..... 05.001.10.302.0005.2022.3191.13.00.00. (328/02)..... 05.001.10.302.0005.2022.3390.14.00.00. (322/02).....	R$ 1.550.000,00 R$ 5.000,00 R$ 125.000,00 R$ 30.000,00
	Total da Fonte.: 0.1.02.000000 Rec. de Imp. e Transf. de Imp. Saúde.	R$ 2.401.000,00
07	Órgão 06 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Unidade 002 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Projeto/Atividade 2029 - Manutenção do Transporte Escolar. Fonte.: 0.1.01.00000 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação. 06.002.12.361.0009.2029.3390.30.00.00. (417/01)..... 06.002.12.361.0009.2029.3390.39.00.00. (420/01).....	R$ 177.000,00 R$ 385.000,00
08	Órgão 06 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Unidade 002 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Projeto/Atividade 2035 - Manutenção e Encargos com o Ensino Fundamental. Fonte.: 0.1.01.00000 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação. 06.002.12.361.0009.2035.3190.04.00.00. (443/01)..... 06.002.12.361.0009.2035.3190.11.00.00. (444/01)..... 06.002.12.361.0009.2035.3190.13.00.00. (445/01)..... 06.002.12.361.0009.2035.3191.13.00.00. (446/01).....	R$ 15.000,00 R$ 648.000,00 R$ 15.000,00 R$ 20.000,00
	Total da Fonte 0.1.01.00000 – Rec. Imp. e Transf. de Imp. – Educação.	**R$ 1.260.000,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 3. 661.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação no presente exercício financeiro, Conforme Artigo 43, § 1º, II e § 3º, da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários – Livre Aplicação.....R$ 3.661.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 3.661.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 423/2017 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA N° 423/2017 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE ENFERMEIRO PADRÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Enfermeiro Padrão, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. FERNANDA ONÓRIO DA SILVA**, portador(a) do RG Nº 1775672-3 SSP/MT, CPF Nº 031.162.091-46, para desempenhar o Cargo de **ENFEREIRO PADRÃO**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O

D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. FERNANDA ONÓRIO DA SILVA, portador(a) do RG n° 1775672-3 SSP/MT e do CPF nº 031.162.091-46, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **ENFERMEIRO PADRÃO**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 423/2017 de 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

FERNANDA ONÓRIO DA SILVA

Enfermeiro Padrão

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do(a) servidor(a).

Paranatinga-MT, 02 de outubro de 2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 424 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 424 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. RAQUEL GONÇALVES DOS REIS**, inscrita no CPF sob o número 550.654.811-72 e portadora do RG de número 882768, SSP/MT, do Cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 426 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA N° 426 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. NEIDE CAVALCANTE FABIAN**, Matrícula 110, portadora do RG sob o nº 10105794 SJ/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 299.581.051-87, ocupante do Cargo Efetivo de "**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I (AGENTE DE SERVIÇO GERAIS)"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2007/2016	28/09/2017 À 26/12/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 96/2017 – CREDENCIAMENTO 02

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA** representado pela **PREFEITURA MUNICIPAL,** através do Fundo Municipal de Saúde, Gestora do Sistema Único de Saúde e através da Comissão Permanente de Licitação designado pela Portaria nº 382/2017 de 14 de Agosto de 2017, CONVOCA todas as empresas/instituições Prestadores de Serviços da Área da Saúde vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), que compõem a rede filantrópica, com ou sem fins lucrativos e privada, que tenham interesse em prestar atendimento aos usuários do SUS conforme demandas eletivas das unidades de Saúde, bem como emergenciais dos serviços de Urgência e Emergência no Pronto Atendimento Municipal e Internação Hospitalar com funcionalidade de 24 horas diária, todos os dias da Semana, a apresentarem seu "**CREDENCIAMENTO"** nos termos do Edital, que se subordinam às normas gerais das Leis Federais n° 8.080/90, Lei Federal n° 8.666/93 e Portaria n° 1.034/10 do Ministério da Saúde. Objeto: Constitui objeto do Presente Edital o Registro de Preços para a Contrataçãode empresa habilitada na **Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais conforme tabela do Sistema Único de Saúde (SUS)**, para atender as necessidades do Sistema Único de Saúde, Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Termo de referência do Edital. Data de abertura **17/10/2017**, Terça - feira **às 08:00 h (Hora Local).** O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 02 de Outubro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 425 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA N° 425 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. NELY FRANCISCA FERREIRA DE HOLLEBEN**, Matrícula 114, portadora do RG sob o nº 284975 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob o nº 003.171.501-03, ocupante do Cargo Efetivo de "**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2016	28/09/2017 À 26/12/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de outubro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 477/2017. DE 15 DE SETEMBRO DE 2.017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Pública Municipal, Senhora LUCILENE DE SOUZA CAMPOS e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **19/01/2015 à 19/01/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Senhora **LUCILENE DE SOUZA CAMPOS**,ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **18/09/2017 à 07/10/2017**, sendo 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075/98 de 23 de março de 1998.

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1515, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1515, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, a Senhora **SANDRA CECILIA SANTOS DE MEDEIROS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1137682-1 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 654.633.821-15, para exercer o cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 33, do Anexo II, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1536, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1536, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Enquadramento da Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Dispõe sobre o Enquadramento, da Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder o enquadramento, ao entrar em exercício o servidor será enquadrado na carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde Municipal na Classe e Nível do respectivo cargo. E os profissionais do Sistema Único de Saúde de Peixoto de Azevedo já pertencente ao quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde anterior à aprovação desta Lei Complementar, serão enquadrados no PCCV nos cargos em que tomaram posse, na classe correspondente à sua atual titulação e no nível relativo ao seu tempo de serviço contado a partir da posse em concurso público, nos termos do artigo 19, da Lei Complementar nº 19/2012.

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE							
Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
7198	AILSON MENEZ	01	**08**	A	04	B	04

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Setembro de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1474, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1474, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **MARCOS JUNIOR CERVANTES,** matrícula funcional nº 2864, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, admitido em 02 de Junho de 2004, nomeado através da Portaria nº 092/2004 e do Termo de Posse nº 010/2004,lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **Licença Para Trato de Interesses Particulares,** por um período de 03 (três) anos, nós termos do disposto do artigo 87, da Lei Complementar nº 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1449, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1449, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Enquadramento da Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Dispõe sobre o Enquadramento, da Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder o enquadramento, ao entrar em exercício o servidor será enquadrado na carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde Municipal na Classe e Nível do respectivo cargo. E os profissionais do Sistema Único de Saúde de Peixoto de Azevedo já pertencente ao quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde anterior à aprovação desta Lei Complementar, serão enquadrados no PCCV nos cargos em que tomaram posse, na classe correspondente à sua atual titulação e no nível relativo ao seu tempo de serviço contado a partir da posse em concurso público, nos termos do artigo 19, da Lei Complementar nº 19/2012.

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
7192	ELIANA MARIA RODRIGUES	01	08	A	04	B	04

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1445, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1445, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **VALDELICE RESPLANDES DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 959, ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,**de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de estar em tratamento médico com remédios controlados, episódio depressivo não especificado, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Agosto de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1417, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1417, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1012, de 23 de Junho de 2017, que autorizaa Servidora **MAYARA JOICE DA SILVA PAIXÃO DO NASCIMENTO**, matrícula funcional nº 6987, ocupante do cargo efetivo de Professor de Língua Estrangeira, para o exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1443, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1443, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, à Pedido da Servidora **MARIANE RAUBER,** matricula funcional nº 7645, ocupante do cargo efetivo de Orientador Social**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 981/2016 e do Termo de Posse nº 092/2016, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2017, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 981/2016, de 29 de Junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1505, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1505, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GRACILENE E SOUSA DA COSTA,** matrícula funcional nº 1755, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, **Readaptação Funcional Temporária,**de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de estar em quadro de poliartrose, fibromatose da fáscia plantar e outros transtornos articulares, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1444, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1444, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, à Pedido da Servidora **ERIKA NOBRE CARNEIRO DA LUZ,** matricula funcional nº 7638, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social 40 Horas**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 921/2016 e do Termo de Posse nº 090/2016, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2017, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 921/2016, de 29 de Junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1502, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1502, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CATIA MICHELI BERNS,** matrícula funcional nº 4657, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, **Readaptação Funcional Temporária,**de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de estar em quadro de fratura de antebraço esquerdo, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1501, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1501, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GERCINA DOS SANTOS SILVA,** matrícula funcional nº 5533, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,**no período de 21.08.2017 à 11.11.2017, de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de estar em quadro de espondilolistese, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Agosto de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1538, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1538, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, o Senhor **ANTONIO OLIVEIRA E SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 0329652-0 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 314.517.801-68, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Análise Ambiental,** do Departamento de Análise Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 8º, XI, "B", da Lei Complementar 001, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1416, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1416, de 01 de SETEMBRO de 2017

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE AGOSTO DE 2017**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
4238	ADRIANA BATISTA	01	**08**	C	04	C	05
4237	ELIZABETE MARIA SCHONS	01	**08**	B	04	B	05
7172	CLAUDINEIA APARECIDA BOLONKEZI	14	**08**	C	01	C	02
7175	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS WESCHENFELDER	14	**08**	C	01	C	02
7173	ELENICE DE ABREU VANSOVSKI	14	**08**	C	01	C	02
7174	MARGARIDA ALVES LIMA	14	**08**	C	01	C	02

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1545, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1545, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, à Pedido do Servidor **ALEXANDRE DE ALMEIDA,** matricula funcional nº 7429, ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 1282/2015 e do Termo de Posse nº 015/2015, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de Setembro de 2017, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 1282/2015, de 19 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 22 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1480, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1480, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe,** a Servidora **ANTONIA EVA RODRIGUES DA SILVA,** matrícula funcional nº 5421, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico Multimeio Didático, exercendo a função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara" lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude da obtenção de nova habilitação do Curso de Bacharel em Administração Pública, alienada pela servidora e devidamente comprovada, da **Classe "A/4"** para **Classe "B/4"**, nos termos do disposto no artigo 72, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1415, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1415, de 01 de SETEMBRO de 2017

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do artigo 10 do Plano de Cargos e Carreira do Município - Lei Complementar 002/2005.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Art. 10 da Lei Complementar 002/2005 de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado 12 (doze) meses ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no**MÊS DE AGOSTO DE 2017**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Mat.	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
5053	APARECIDO FIRMINO DOS SANTOS	01	08	C	09	C	10
375	EDJANE RIBEIRO CHAGAS	01	08	E	22	E	23
408	JANDIR CARLOS LIMA SOARES	01	08	D	22	D	23
374	JOSE BERNARDINO DA COSTA	01	08	D	22	D	23
5058	JOSE RIBAMAR SENA	13	08	C	09	C	10
409	VILSON MOREIRA DA SILVA	01	08	D	22	D	23
7646	ALAN PATRICK NOGUEIRA	01	08	A	01	A	02
7647	ALEANDER DA SILVA CONCEIÇÃO	01	08	A	01	A	02
7648	EDESIO CAMPOS EVERTON	01	08	A	01	A	02

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1479, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1479, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe,** a Servidora **ANA PAULA TELES DOS REIS,** matrícula funcional nº 2850, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico Multimeio Didático, exercendo sua função na Creche Escola Municipal "Criança Feliz" lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude da obtenção de nova habilitação do Curso de Bacharel em Administração Pública, alienada pela servidora e devidamente comprovada, da **Classe "A/5"** para **Classe "B/5"**, nos termos do disposto no artigo 72, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 346/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR os membros da "**Comissão Especial de reavaliação de bens móveis e imóveis para fins de aquisição, alienação, locação e uso pela Prefeitura Municipal de Poconé-Mt",** sob responsabilidade da Administração Pública Municipal ,conforme abaixo relacionados .

Membros:

Wéberton Fernandes e Silva, CPF 039.224.261-31

Benedito Carlos Fernandes, CPF 172.607.441-20.

Nelson Gonçalo Maciel dos Santos, CPF *571.964.001-00*

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 31 de agosto de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 347/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR os membros da "**Comissão Especial de depreciação de bens móveis e imóveis para fins de aquisição, alienação, locação e uso pela Prefeitura Municipal de Poconé-Mt",** sob responsabilidade da Administração Pública Municipal ,conforme abaixo relacionados .

Membros:

Wéberton Fernandes e Silva, CPF 039.224.261-31

Benedito Carlos Fernandes, CPF 172.607.441-20.

Nelson Gonçalo Maciel dos Santos, CPF *571.964.001-00*

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 31 de agosto de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
LEI Nº 1.865 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL DE N. 1.553 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1o O artigo 47 da Lei Complementar nº 1.553/2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 47º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 4o Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput**ou no § 1o, ambos do art. 8o-A, da Lei Complementar 116/2003, acrescido pela Lei Complementar 157/2016, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2o O artigo 103 da Lei Complementar nº 1.553/2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 103o O Município, mediante ato do Executivo, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 2o .....

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art. 103 desta Lei Complementar.

§ 3o No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4o No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3o O artigo 50 da Lei Complementar nº 1.553/2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 1º A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 2o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003.

Art. 4o A lista de Serviços instituída pelo artigo 43 da Lei Complementar nº 1.553/2009, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei Complementar.

"1 - .....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

Alíquota – 5%

6 - .....

6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres.

Alíquota – 5%

7 - .....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 - .....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 - .....

13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - .....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

Alíquota – 5%

16 - .....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

Alíquota - 5%

17 - .....

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

Alíquota – 5%

25 - .....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Alíquota – 5%

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor, com efeito, a partir de 01 de Janeiro de 2.018.

Art. 6º Revoga-se as disposições em sentido contrario.

Prefeitura Municipal de Poconé., 29 de Setembro de 2.017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017

Contratante: **Município de Ponte Branca - MT**

Promitente Fornecedor: **E. B. MOURA & CIA LTDA ME**

Objeto: **Acréscimo no preço por litro de Gasolina Comum**

Valor Registrado Gasolina Comum: **R$ 4,26 por litro.**

Valor Registrado após reajuste: **R$ 4,44 por litro.**

Justificativa e Fundamento Legal: O aumento promovido por este Termo Aditivo se deve em virtude do aumento de preços pela PETROBRÁS, que os previstos na Ata de Registros de Preços inicial. O presente aditivo encontra embasamento legal no Art. 65, §8º da Lei 8.666/93 e ainda de Acordo com a Ata de Registro de Preços originária, à Cláusula Oitava - Do reajustamento de preços.

Vigência da Ata: 11/08/2017

Data de assinatura do 1º Termo Aditivo: 28 de Setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02 2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 03 2017 DA PREFEITURA DE CANARANA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 DA PREFEITURA DE CANARANA-MT

O Pregoeiro da prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, designado pela portaria 116/2017; torna publico para os interessados que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte Aderiu a Ata de Registro de preços 02/2017 do pregão presencial 03/2017 da Prefeitura Municipal de Canarana -MT objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de **PEÇAS GENUÍNAS ou ORIGINAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPÍO DE PORTO ALEGRE DO NORTE**.

Porto Alegre do Norte/MT, 29 de Setembro de 2017.

Valdisson dos Santos Barbosa

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 42 E 43 2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 35 2017 DA PREFEITURA DE GAUCHA DO NORTE-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 42 e 43/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 35/2017 DA PREFEITURA DE GAUCHA DO NORTE-MT

O Pregoeiro da prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, designado pela portaria 116/2017; torna publico para os interessados que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte Aderiu a Ata de Registro de preços 42 e 43/2017 do pregão presencial 35/2017 da Prefeitura Municipal de Gaucha do Norte -MT objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de **MEDICAMENTOS, INSUMOS, MATERIAIS ODONTOLOGICO E LABORATORIAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE**.

Porto Alegre do Norte/MT, 29 de Setembro de 2017.

Valdisson dos Santos Barbosa

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23 2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 011 2017 DA PREFEITURA DE TAPURAH-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2017 DA PREFEITURA DE TAPURAH-MT

O Pregoeiro da prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, designado pela portaria 116/2017; torna publico para os interessados que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte Aderiu a Ata de Registro de preços 23/2017 do pregão presencial 11/2017 da Prefeitura Municipal de Tapurah -MT objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de **PNEUS, CAMARAS DE AR, E SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS USADOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPÍO DE PORTO ALEGRE DO NORTE**.

Porto Alegre do Norte/MT, 29 de Setembro de 2017.

Valdisson dos Santos Barbosa

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
DECRETO N.º 038/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar n.º 022/05:

Considerando que a mudança do Sistema de Software pela Prefeitura.

Considerando que a impossibilidade de captura e repasse das informações armazenadas no sistema usado anteriormente para o novo sistema implantado.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam interrompidas a atual série e número de sequência das Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Prefeitura de Porto Esperidião/MT.

Parágrafo único: o setor competente deverá lavrar termo de interrupção, constando o número em que foi interrompido.

Art. 2.º - Fica instituída nova sequência de Série, denominada Série B, e nova numeração das Notas Fiscais Eletrônicas, que inicia a partir do número 1 (um).

Parágrafo único: o setor competente deverá lavrar termo de abertura da nova série e o número inicial.

Art. 3.º -Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 82/2017

PREGÃO ELETRONICO Nº. 60/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 064/2017 de 16/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para o **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo Menor Preço **POR ITEM,** objetivando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE NOBREAKS 3.2 KVA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT**.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 E LC 147/2014.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 09:00 HORAS DO DIA 03 DE OUTUBRO Á 16 DE OUTUBRO DE 2017 ATÉ AS 18:00 HS. HORÁRIO DE BRASÍLIA

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

DAS 08:00 ÁS 17:00 HORAS DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2017. HORÁRIO DE BRASÍLIA

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:00 HORAS DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2017. HORÁRIO DE BRASÍLIA.

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site www.cidadecompras.com.br, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 13h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de Outubro de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 064/2017

ATO JUSTIFICADOR DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS

Considerando o artigo 175 da Constituição Federal que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação a prestação de serviços públicos; Considerando a Lei Federal Nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para os serviços de saneamento básico, estando inseridos neste conceito os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reafirmando a competência do Poder Público para a oferta desses serviços de modo eficiente, adequado e satisfatório em atendimento ao interesse público e às necessidades dos usuários; Considerando o que dispõe o Plano Municipal de Saneamento do Município, que estabeleceu diretrizes específicas para ordenamento, estruturação e disponibilização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com os objetivos e metas a serem cumpridas pela Administração para alcançar a universalidade de acesso a todos os usuários do sistema de água e esgoto do Município; Considerando o que dispõe a lei nº 648/2017, que autoriza o Município, através de seu órgão administrativo competente, a conceder os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na zona urbana do Município de PORTO DOS GAÚCHOS. Considerando que a Prefeitura Municipal, por meio do DAE, que é o órgão que tem por finalidade manter e expandir, no âmbito do município de PORTO DOS GAÚCHOS, os serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água potável ou de reuso; coleta, tratamento e destinação de esgotos em geral, não vem cumprindo as metas estabelecidas no plano de metas, e não consegue captar recursos nos órgão de financiamento; Considerando que município de PORTO DOS GAÚCHOS possui uma fragil situação dos serviços de abastecimento de água e sem nenhum investimento em esgotamento sanitário. Considerando que os estudos de viabilidade técnica e econômica desenvolvidos pela Consultoria contratada concluíram que há necessidade de investimentos da ordem de **R$ 5.056.370,42** (Cinco Milhões, Cinquenta e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Dois Reais e Quarenta e dois centavos) para que sejam cumpridos os princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal Nº11.445/2007, para a prestação universal dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma adequada; Considerando que o Município é o responsável pelo planejamento e regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e estabeleceu normas para a prestação adequada dos serviços e regulação para satisfação dos usuários, garantindo o cumprimento das condições e metas estabelecidas no Plano de Metas de Saneamento, prevenindo e reprimindo o abuso do poder econômico e definindo tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do futuro contrato e modicidade tarifária; Considerando a responsabilidade do Município, por força dos instrumentos legais, quanto a qualidade, eficiência e a regularidade na prestação dos serviços concedidos, além da necessidade do Gestor Municipal em cumprir a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, com fundamento nos artigos 5º e 16º Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, vem apresentar a JUSTIFICATIVA da conveniência de outorga da concessão do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário da zona urbana do Município de PORTO DOS GAÚCHOS, que compreende: a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades; infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

Analisando as vantagens e desvantagens dos vários modelos de gestão para a prestação dos serviços de saneamento básico, autoridades municipais concluíram como mais adequado à população de PORTO DOS GAÚCHOS a realização de licitação pública na modalidade Concorrência pública, do tipo técnica e MENOR PREÇO DA TARIFA, para contratar empresa concessionária, em face das expressivas vantagens que essa modalidade institucional propicia, especialmente em contraste com o grande volume de incertezas associadas às outras alternativas, especialmente às relacionadas a manutenção da prestação de serviços por órgãos do Município. Tais incertezas decorrem de fatores tais como capacidade de endividamento da Prefeitura, manutenção de uma organização com capacidade de responder às demandas da população, acesso a financiamentos, e capacidade de acompanhar a evolução tecnológica e demais dificuldades típicas das organizações públicas.

Por outro lado, na alternativa representada pela concessão, nos moldes da Lei Federal Nº 8.987/1995, a concessionária ficará sempre subordinada ao controle municipal, a ser exercido por órgão regulador especificamente destinado para exercer as funções de planejamento e regulação destinado a fiscalizar o cumprimento do contrato, sendo assegurando, dessa forma, o equilíbrio que deve subsistir entre os direitos e deveres do poder público, dos usuários e da concessionária, conforme dispõe a mencionada lei federal.

A opção pela concessão se justifica, sobretudo, pela sua intrínseca capacidade de permitir, em regime de eficiência contratual, a realização dos vultosos investimentos necessários para a universalização e adequada prestação do serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto, nos termos da legislação pertinente e conforme será exigido no Contrato de Concessão.

As tarifas que serão praticadas pela concessionária serão sempre definidas e controladas pelo Município, que indicará que seus valores serão equivalentes aos que são praticados em municípios adjacentes, com a diferença de que a população poderá efetivamente contar com a realização dos investimentos para a prestação de serviço adequado segundo a lei, garantindo assim condições corretas de preservação da saúde pública e do meio ambiente e ensejando perspectivas extraordinárias para o desenvolvimento social e econômico e o bem estar da população de PORTO DOS GAÚCHOS, além de que, na condição de Poder Concedente irá manter o controle da Política de Saneamento, a Fiscalização dos serviços, e posicionamento decisório nas Tarifas, com a criação de **TARIFA SOCIAL** com valor 50% inferior a tarifa normal.

PORTO DOS GAÚCHOS, 02 de Outubro de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal de PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 59/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 349/2017 de 06/06/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por item,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, CONFORME PROPOSTA PACTUADA COM O FUNDO NACIONAL DE SAÚDE Nº 12477.872000/1160-01, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 09:00 HORAS DO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2017.

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

AS 18:00 HORAS DO DIA 11 DE OUTUBROO DE 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:00 HORAS DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site* ***www.bll.org.br****, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 13h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 02 de Outubro de 2017.

ALESSANDRO ISERNHAGEN HYDALGO

Pregoeiro Nomeado Portaria Nº 349/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições legais, comunica que não houve pedido de condições especiais, conforme item "X", subitem 5, constante no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017.

Porto dos Gaúchos/MT, em 03 de Outubro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SILVA RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente da Comissão

DECRETO Nº 059/2017

De: 02 de Outubro de 2017.

"Fica estabelecido novo horário de funcionamento e atendimento ao público, nas repartições públicas do município de Porto dos Gaúchos MT e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido novo horário de funcionamento e atendimento ao público, nas repartições públicas do município de Porto dos Gaúchos MT, conforme segue:

§ 1º Nas Secretarias e repartições instaladas no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Secretarias de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Secretaria Municipal de Esporte, o horário de expediente ao público será das 7h00min às 13h00min.

§ 2º Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, o horário de expediente ao público será das 12h00min as 18h00min.

§ 3º No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e em todas as unidades de Saúde, exceto no Hospital Municipal, o expediente ao público será das 7h00min as 15h00min.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 02 de Outubro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

JURIDICO
LEI COMPLEMENTAR N.º 1.880/2017 POXORÉU-MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

Altera os dispositivos da Lei Complementar n° 1.738/2014 – Código Tributário Municipal, com as alterações posteriores, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU**, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1o. A lista de Serviços instituída pelo artigo 70 da Lei Complementar nº 1.738/2014, passa a vigorar com as alterações constantes da Tabela I anexa a esta Lei Complementar:

"1 - .....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). – Alíquota de 5%.

6 - .....

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercingse congêneres. – Alíquota de 5%.

7 - .....

7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 - .....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 - .....

13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - .....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. – Alíquota de 5%.

16 - .....

16.01- Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. – Alíquota de 5%.

17 - .....

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). – Alíquota de 5%.

25 - .....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. – Alíquota de 5%"

Art. 2o. O artigo 75 da Lei Complementar nº 1.738/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75. O Município, mediante ato do Executivo, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

I - .....
.....

II - .....
.....

a)
.....

b)
.....

c) Na hipótese prevista no § 4o do art. 80 desta Lei Complementar.

§1° - .....
.....

§2° - .....
.....

§3° - .....
.....

§4° - .....
.....

§5° No caso dos serviços descritos nos subitens 10.4 e 15.9, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§6° No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.1, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço."

Art. 3º. O artigo 80 da Lei Complementar nº 1.738/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 80. .....
.....

§1º - .....
.....

§2° - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos abaixo elencados, quando o imposto será devido no local:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Lista de Serviços;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.9;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.4 e 15.9.

§4° - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1o, ambos do art. 8o-A, da Lei Complementar 116/2003, acrescido pela Lei Complementar 157/2016, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado."

Art. 4º. A Lei Complementar nº 1.738/2014, passa a vigorar acrescida do art. 83-A:

"Art. 83-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT, em 29 de setembro de 2017.

_____

NELSON aNTÔNIO pAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 29/09/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MECANICOS COM EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA ME, EPP e MEI**, para empresas localizada neste Município, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/10/2017, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 02 de outubro 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL – PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 057/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO, REPAROS E NOVAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE POXORÉU,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 16/10/2017, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 02 de outubro 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL – PORTARIA Nº 010 /2017

JURIDICO
LEI N.º 1.877/2017 POXORÉU/MT, 20 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre inclusão na LDO 2016, PPA 2014/2017, LOA 2016 o Projeto mencionado nesta Lei e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica incluída na LDO 2017, PPA 2014/2017 E LOA 2017, a seguinte atividade:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub função: 452 – Serviços Urbanos.

Programa: 0073 – Apoio ao desenvolvimento do Turismo.

Projeto: 1102 – Ampliação e Reestruturação do Balneário Lagoa.

Elemento da despesa: 4.4.90.51.00.00 – obras e instalações.

Fonte: 1240 – Transferências de Convênios – Outros

Valor: R$ 1.485.166,55

Fonte: 1000 – Recursos Ordinários.

Valor: R$ 284.962,91

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 20/09/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 552/2017 Poxoréu/MT, 25 de Setembro de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Dorival Soares da silva"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do **Sr. DORIVAL SOARES SILVA,** portador do RG. n.º 029597 SSP/MS, inscrito no CPF/MF n.º 07369735168 e Título Eleitoral de n.º 01733771805, Zona "0040", Seção "0118", efetivo no cargo de Técnico Educacional II**, Nível "XXVI", Classe "B",** contando com um total de **12. 783 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos 09 (nove) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com **proventos integrais,** conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.07.043.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 25 de setembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 553/2017 Poxoréu/MT, 25 de Setembro de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Osmar do Nascimento"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do **Sr. OSMAR DO NASCIMENTO ,** portador do RG. n.º 408.579 SSP/MG, inscrito no CPF/MF n.º 237.244.806-44 e Título Eleitoral de n.º 005039741864, Zona "0040", Seção "0142", efetivo no cargo de Engenheiro Agrônomo**, Nível "XXVI", Classe "A",** contando com um total de **13.866 dias, ou seja, 37 (trinta e sete) anos 11 (onze) meses e 4 (quatro) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, com **proventos integrais,** conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.07.044.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 25 de setembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Lei Ordinária nº 630 de 04 de agosto de 2017.

Dispõe sobre autorização para efetuar serviços com máquinas e equipamentos rodoviários do Município em propriedades particulares, mediante pagamento de preço público e dá outras providências.

ONDE SE LÊ:

Art. 8º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder desconto a população de baixa renda sobre os preços públicos normais fixados pela presente lei conforme estabelecido no Anexo Único.

§ 1º As realizações de terraplanagem e aterro para construção de residências unifamiliares e para uso próprio, desde que o proprietário não possua outro imóvel residencial, são consideradas de interesse público com subsidio de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º O limite de horas/máquina, por usuário, será definido de conformidade com o cronograma e capacidade da respectiva Secretaria competente, mediante aprovação do Executivo.

PASSA A SE LÊ:

Art. 8º As realizações de terraplanagem e aterro para construção de residências unifamiliares e para uso próprio, desde que o proprietário não possua outro imóvel residencial, são considerado de interesse público com subsidio de 50% (cinquenta por centro).

§ 1º Os serviços de terraplanagem e aterro para construção de residências unifamiliares e para uso próprio, para proprietários em condição de extrema vulnerabilidade financeira, serão isentos de cobrança, após a condição ser atestada por profissionais da Secretaria Municipal de Ação Social.

§ 2º Os serviços com maquinas e equipamentos rodoviários do Municipio autorizados pela presente Lei, não poderão ser efetuados em propriedades para fins especulativos.

§ 3º O limite de horas/máquina, por usuário, será definido de conformidade com o cronograma e capacidade da respectiva Secretaria competente, mediante aprovação do Executivo.

§ 4º Os serviços de interesse público terão prioridade sobre os particulares, descritos na presente lei.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 630 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre autorização para efetuar serviços com máquinas e equipamentos rodoviários do Município em propriedades particulares, mediante pagamento de preço público e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar serviços com máquinas e equipamentos do Município, em propriedades particulares urbanas, mediante o pagamento do preço público hora/máquina, observada a tabela de preços constante do Anexo Único, e as normas contidas nesta Lei.

§ 1ºpara efeito deste artigo, considera-se hora/máquina o tempo da máquina em funcionamento na realização dos serviços, registrado sessenta minutos hora/relógio de efetivo serviço.

Art. 2º Os serviços de que trata o art. 1º serão realizados, exclusivamente, por servidores municipais, a teor do vinculo efetivo e obedecerão às seguintes normas:

I – os serviços serão prestados somente quando os equipamentos e máquinas estiverem sem ocupação nos serviços próprios do Município ou, a critério do Executivo, fora do horário de funcionamento das repartições municipais;

II – atendimento aos interessados de acordo com a ordem cronológica geral de inscrição e requerimento, ou de acordo com a ordem de interessados de determinada região em face da comprovada economia (distância/deslocamento);

III – despacho autorizativo em Ordem ou Requisição de Serviço do Secretário de Obras competente;

IV – depósito antecipado, pelo interessado, na Tesouraria do Município, do valor correspondente ao serviço a ser realizado, observado o mínimo de 01 (uma) hora de serviço;

V – não ter, o interessado, débitos perante a Fazenda Municipal.

Art. 3º A realização de serviços relativos a projetos que exijam licenciamento ambiental, somente será iniciada após a apresentação, pelo interessado, do licenciamento ambiental expedido pelo competente órgão ou entidade ambiental.

Art. 4º Os preços públicos, constantes da tabela, Anexo Único da presente Lei, baseiam-se nos custos operacionais da máquina ou equipamento, por hora de efetivo serviço prestado.

Parágrafo único. Os valores dos preços públicos de que trata o “caput” deste artigo, poderão ser revistos por Decreto do Chefe do Executivo municipal, na hipótese de sobrevirem fatores que alterem a composição dos custos da hora/máquina.

Art. 5º Nenhum pagamento será devido pelos tomadores dos serviços aos operadores dos equipamentos e máquinas do Município.

§ 1º Caso algum servidor receba qualquer espécie de retribuição pecuniária ou não, diretamente do contribuinte como forma de pagamento pelos serviços prestados, caracterizará infração administrativa e estatutária de natureza grave a ser apurada através de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da legislação municipal vigente, sem prejuízo de eventual ação de natureza penal.

§ 2º O Poder Executivo instituirá os necessários controles para cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º O pagamento dos serviços deverão ser efetuados de forma antecipada e de acordo com as regras de cobrança dos tributos e taxas municipais.

Parágrafo único. Não serão efetuados serviços particulares a quem tiver débito de qualquer natureza com o Município, salvo se estiver com a exigibilidade suspensa.

Art. 7º Os serviços solicitados ao Município serão executados na ordem das requisições, respeitando-se o cronograma de atendimento, elaborado pela Secretaria competente.

Parágrafo único. Os serviços de interesse público terão prioridade sobre os particulares, descritos na presente lei.

Art. 8º As realizações de terraplanagem e aterro para construção de residências unifamiliares e para uso próprio, desde que o proprietário não possua outro imóvel residencial, são considerado de interesse público com subsidio de 50% (cinquenta por centro).

§ 1º Os serviços de terraplanagem e aterro para construção de residências unifamiliares e para uso próprio, para proprietários em condição de extrema vulnerabilidade financeira, serão isentos de cobrança, após a condição ser atestada por profissionais da Secretaria Municipal de Ação Social.

§ 2º Os serviços com maquinas e equipamentos rodoviários do Municipio autorizados pela presente Lei, não poderão ser efetuados em propriedades para fins especulativos.

§ 3º O limite de horas/máquina, por usuário, será definido de conformidade com o cronograma e capacidade da respectiva Secretaria competente, mediante aprovação do Executivo.

§ 4º Os serviços de interesse público terão prioridade sobre os particulares, descritos na presente lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor para cada exercício financeiro.

Art. 10º. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentar a presente lei, através de Decreto.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, em 04 de agosto de 2017.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02/2017

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando o aceite de adesão da Prefeitura Municipal de Canarana – MT, órgão gerenciador da ata, a apoio e do parecer jurídico favorável à adesão do referido pregão presencial, n.º 03/2017, cujo objeto interessado é a futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de peças originais/ou genuínas, para manutenção preventiva e corretiva da frota do município de CANARANA/MT, sendo vencedora a Empresa **ALCIR R. D. COSTA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.106.516/0001-64. **Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.**

Atenciosamente,

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02/2017

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando o aceite de adesão da Prefeitura Municipal de Canarana – MT, órgão gerenciador da ata, a apoio e do parecer jurídico favorável à adesão do referido pregão presencial, n.º 03/2017, cujo objeto interessado é a futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de peças originais/ou genuínas, para manutenção preventiva e corretiva da frota do município de CANARANA/MT, sendo vencedora a Empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI – EPP, CNPJ: 07.838.209/0001-78. Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.**

Atenciosamente,

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02/2017

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando o aceite de adesão da Prefeitura Municipal de Canarana – MT, órgão gerenciador da ata, a apoio e do parecer jurídico favorável à adesão do referido pregão presencial, n.º 03/2017, cujo o objeto interessado é a futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de peças originais/ou genuínas, para manutenção preventiva e corretiva da frota do município de CANARANA/MT, sendo vencedora a Empresa **TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 70.430.558/0001-92. **Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.**

Atenciosamente,

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI COMPLEMENTAR N° 83/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR N° **83/2017, de 25 de Setembro de 2017.**

EMENTA:

"Revoga a Lei Complementar 11/2003 e Altera dispositivo da Lei Complementar nº 08/2002 que dispõe sob Código Tributário Municipal, com as alterações posteriores *e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, Sr. RONIVON PARREIRA DAS NEVES no uso das atribuições constitucionais e legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º - Os artigos 87, 88 e § único do artigo 90 passam a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 87 – O imposto sobre serviço de qualquer natureza, de competência do Município de Ribeirãozinho/MT, tem como fato gerador a prestação de serviços da relação do anexo I, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadoria.

§3º - O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifas, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 88 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art. 1o desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5. 09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09

§1o Na hipótese de descumprimento do disposto no caputou no § 1o, ambos do art. 8o-A, da Lei Complementar 116/2003, acrescido pela Lei Complementar 157/2016, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§3º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido do fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§4º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestado nos serviços executados em águas marítimas excetuadas os serviços descritos no subitem 20.01.

§5º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestador de serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art.90…….

Parágrafo Único. O Imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País.

II- a prestação de serviço em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membro de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

III – o valor intermediado no Mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único: Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 2º Acrescenta os parágrafos 10 e 11 ao art. 93 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.93……..

§10º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestado no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, á extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes existentes em cada Município.

§11º não se incluem na base de cálculo do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar

Art. 3o O Município, mediante ato do Executivo, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2o Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

II - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art.3º desta Lei Complementar.

§ 3o No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4o No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4o A alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza são as seguinte:

I - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

II – Demais serviços a que menciona o Anexo I, 5% (cinco por cento).

§ 1o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003.

Art. 5o A lista de Serviços instituída no Anexo I pelo artigo 87 da Lei Complementar nº 8/2002, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei Complementar.

"1 - .....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tabletes**, **smartphones** e congêneres.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

Alíquota – 5%

6 - .....

6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres.

Alíquota – 5%

7 - .....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 - .....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 - .....

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - .....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

Alíquota – 5%

16 - .....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

Alíquota - 5%

17 - .....

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

Alíquota – 5%

25 - .....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Alíquota – 5%

Art. 6º Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a Lei Complementar nº11/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

Lista de serviços

ANEXO I

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras

de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro**e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings**e congêneres

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, cai-

xas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI Nº631, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT

PRODUTO G: MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PMSB RIBEIRÃOZINHO - MT

AGOSTO/2016

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

a) Representantes do Poder Público Municipal: 1. – Keila Larissa Favaro - Representante da Secretaria Municipal de Saúde; 2. – Cleidiany Silva dos Santos - Representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Fomento e Meio Ambiente. b) Representantes do Poder Público Estadual e Federal: 1. – Representante do Núcleo Intersetorial de Coordenação Técnica – NCIT da Funasa; 2. – Representante dos Consórcios Públicos Intermunicipais; 3. – Representante do Estado da Secretaria de Cidades. **COMITÊ EXECUTIVO**

1 – Flávia Aparecida dos Santos - Técnica do Departamento de Água e Esgoto do Município. 2 – Vilmar de Jesus Santos – Biólogo Vigilância Ambiental. **EQUIPE DE EXECUÇÃO**

Coordenadora Geral	Coordenador Técnico	Analista de Comunicação Social
Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima	**Paulo Modesto Filho**	**Josita Correto da Rocha Priante**
Coordenador Operacional	Engenheiro Sênior	Engenheiro Junior
Rubem Mauro Palma de Moura	**Benedito Gomes Carneiro**	**Ariele Patrícia de Lima R. de Amorim**
Marizete Caovilla- Governo do Estado	**Cleide Martins de Carvalho Santana**	**Bruno Leonel Rossi**
	Gilson da Costa Passos	**Cassiano Ricardo Reinehr Corrêa**
Escritório de Projeto	**José Álvaro da Silva**	**Daisy Cristina Santana**
Nilton Hideki Takagi	**Luciana Nascimento Silva**	**Karen Rebeschini de Lima Rossi**
Thiago Meirelles Ventura	**Rodrigo Botelho da Fonseca Accioly**	**Larissa Rodrigues Turini**
		Rafael Nicodemos Bruzzon
Banco de Dados	Planejamento Estratégico e Socioeconômico:	**Thaisa Camila Vacari**
Josiel Maimone de Figueiredo	**João Orlando Flores Maciel**	
Raphael de Souza Rosa Gomes	**José Antônio da Silva**	Equipe Social e Comunicação
		Maria de Sousa Rodrigues
Auxiliar Administrativo	Apoio Técnico Administrativo	**Maria Jacobina da Cruz Bezerra**
Cássia Regina Carnevale	**Leiliane Silva do Nascimento**	**Ailton Segura**
Administrador do Portal	Revisor de Texto	Bolsista de Pós-Graduação – Administração
Elmo Batista de Faria	**Marinaldo Luiz Custódio**	**Fernanda Corrêa Freitas Okawada**
Bolsista de Graduação – Engenharia Sanitária e Ambiental	Bolsista de Graduação – Instituto de Computação	Auxiliar Técnico
Amanda Mateus Ribeiro	**Alan P. Heleno**	**Antônio Pereira de Figueiredo Netto**
Carlos César Barros Pereira	**Allan Ferreira Geraldo de Alencar**	**Mauri Queiroz de Menezes Junior**
Elson Yudi Yamamoto	**Rodrigo Fonseca de Moraes**	**Thayná Albuquerque Silva**
Erik Schmitt Quedi	**Rodrigo Venâncio Veríssimo**	**Márcio de Jesus Mecca**
Gabriel Figueiredo de Moraes	**Rondinely da Silva Oliveira**	
Henrique Ribeiro Mendonça		Bolsista de Graduação – Social
Luiz Eduardo Carvalho Medeiros	Professor – Consultor Técnico	**Carine Muller Paes de Barros**
Mayse Teixeira Onohara	**Elder de Lucena Madruga**	**Cassyo André Sonda**
Oátomo Augusto Martinho Modesto	**João Batista Lima**	**Jéssica Caroline Amaral da Silva**
Thamires Silva Martins	**Doriane Azevedo**	**Karine dos Santos Oleriano**
Thays Dias Xavier	**Sérgio Henrique Allemand Motta**	
Vinícius dos Santos Guim	**Auberto J. B. de Siqueira – Arc Gis**	Bolsista de Graduação – Engenharia Civil
		Guilherme Antônio Rosa e Silva Nogueira Barbosa
Bolsista de Graduação – Economia	Bolsista de Graduação – Arquitetura	
Camilla Nathália da Silva Almeida	**Cristina Marafon**	Colaboradores
Kahê França Leal		**Alan Vitor Pinheiro Alves**
Silvio Santos Cardoso	Bolsista de Pós-graduação – Social	**Nathan Campos Teixeira**
	Iara Mendes de Almeida	**Pedro Cassiano Assumpção de Farias**
Equipe Técnica: *Cleide Martins de Carvalho Santana Cassiano Ricardo Reinehr Corrêa Cristina Marafon*		**Equipe Social:** *Maria Jacobina da Cruz Bezerra Karine dos Santos Oleriano*

Fundação Nacional de Saúde – Funasa

Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso – Suest-MT Av. Getúlio Vargas, 867 e 885 – Centro – Cuiabá-MT – CEP: 78005-370

Telefones: (65) 3322-5035/3624-3836 – Fax: (65) 3624-8302

http://www.funasa.gov.br/site/

LEI Nº631, de 14 de Setembro de 2017.

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO, MATO GROSSO, SR. RONIVON PARREIRA DAS NEVES no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de: **a)** abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; **b)** esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; **c)** limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; **d)** drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; **II** - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico; **V -** prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares; **VI** - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda; **VII** - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo

de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **II -** de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei; **III -** de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.
Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização; **II -** integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; **III -** abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; **IV -** disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; **V -** adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais; **VI -** articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; **VII** - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; **VIII -** adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água. **IX** - eficiência e sustentabilidade econômica; **X -** utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; **XI -** transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; **XII -** controle social; **XIII -** segurança, qualidade e regularidade; **XIV –** subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Seção III Dos Objetivos**

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais; **II -** proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados; **III -** assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social; **IV -** incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico; **V -** promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas; **VI -** minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executa-

das de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de: **a)** preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental; **b)** execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção; **c)** execução de campanhas de educação sanitária e ambiental. **VII -** promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais; **VIII -** fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico; **IX -** contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social; **Seção IV**

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais; **II -** adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais; **III -** coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo; **IV -** atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico; **V -** consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população; **VI -** prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade; **VII -** ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal; **VIII –** adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam; **IX -** incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local; **X -** adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico; **XI -** promoção de programas de educação sanitária; **XII -** estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços; **XIII -** garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes; **II -** acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde; **III -** os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário; **IV -** utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável; **V -** manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico; **II -** Conselho Municipal de Saneamento Básico; **III -** Fundo Municipal de Saneamento Básico; **IV -** Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **V -** Conferência Municipal de Saneamento Básico. **Seção II**

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas; **II -** objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; **III -** programas, projetos

e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento; **IV -** ações para emergências e contingências; **V -** mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas; **VI -** Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar- se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se- á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno; **II -** dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico; **III -** opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber; **IV -** deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara; **VII -** acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei; **VIII -** apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata; **IX -** Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços; **II -** de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; **III -** dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; **IV -** dos usuários de serviços de saneamento básico; **V -** de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho; **II -** solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho; **III -** firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões. **Seção IV**

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado ao DAE.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município; **II -** Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana; **III -** valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros; **IV -** valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras; **V -** doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade do DAE.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do DAE.

Art. 28. O Presidente do DAE, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; **II -** disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; **III -** permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta; **II -** por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório; **III -** por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95; **IV -** por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços; **III -** a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; **IV -** a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida; **II -** inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados; **III -** as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas; **IV -** as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo: **a)** o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; **b)** a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; **c)** a política de subsídios; **V -** mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços; **VI -** as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos; **II -** as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços; **III -** a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços; **IV -** os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso; **V -** o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município; **VI -** a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados; **II -** as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos; **III -** o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação; **IV -** os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades; **V -** as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato; **VI -** as condições e garantias de pagamento; **VII -** os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação; **VIII -** as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; **IX -** as penalidades a que estão sujei-

tas as partes em caso de inadimplemento; **X -** a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados. **Seção II**

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização; **II -** o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de

Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado; **IV -** o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador; **V -** ao ambiente salubre; **VI -** o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **VII -** a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei; **VIII -** o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços; **II -** o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação; **III -** a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis; **IV -** o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal; **V -** primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso; **VI -** colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade. **VII -** participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não; **II -** uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração; **III -** compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal; **b)** por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização; **II -** empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente; **II -** de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; **III -** de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública; **II -** ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços; **III -** geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço; **IV -** inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos; **V -** recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência; **VI -** remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços; **VII -** estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; **VIII -** incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo; **II -** padrões de uso ou de qualidade requeridos; **III -** quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente; **IV -** custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas; **V -** ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos; **VI -** capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados; **II -** indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços; **III -** tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária; **IV -** fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções; **V -** internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização; **III -** o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio; **IV -** tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida; **II -** as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado; **II -** extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens; **II -** necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema; **III -** negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; **IV -** manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; **V -** inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de

6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública; **II -** por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal; **III -** por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; **II -** garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; **III -** prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor; **IV -** definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; **V -** definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; **II -** requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas; **III -** as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos; **IV -** regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão; **V -** medição, faturamento e cobrança de serviços; **VI -** monitoramento dos custos; **VII -** avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados; **VIII -** plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação; **IX -** subsídios tarifários e não tarifários; **X -** padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; **XI -** medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados; **II -** prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; **III -** acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora; **IV -** acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços. **Capítulo V**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE TERMO DE CANCELAMENTO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2017 –

A prefeitura municipal de Rio Branco, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista o que consta do Processo nº**. 024/2017**, ***retifica*** **o Termo de Cancelamento do Processo licitatório – Concorrência Pública nº002/2017**,conforme segue:

Onde se lê:

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATORIO

PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2017

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades da secretaria municipal de Educação de Paranaíta/MT.

O prefeito de Rio Branco, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste cancelar processo licitatório anunciado no preambulo pelo seguinte motivo.

Motivo: DESERTO

Leia-se:

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2017

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA N.º 002/2017

OBJETO: Concessão remunerada de uso e exploração de espaço público: "esquinão" espaço comercial próximo à praça Carlos Breno do Município de Rio Branco – MT.

O Prefeito de Rio Branco, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste cancelar processo licitatório anunciado no preâmbulo pelo seguinte motivo.

Motivo: **DESERTO**.

Rio Branco – MT, 02 de Outubro de 2017.

EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO – Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente processo licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 003/2017 a empresa: **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA ME – CNPJ nº 10.717.170/0001-45**, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. PAULO ROBERTO ANDERSON, portador do RG 1110525-9 SJ/MT e CPF nº 100.543.208-28 que sagrou-se vencedora com o valor de R$ 414.548,77 (quatrocentos e quatorze mil quinhentos e quarenta e oito e setenta e sete centavos)**.** Cujo objeto é a **Aquisição de materiais permanentes e consumo para manutenção do DAE – Departamento de Água e Esgoto de Rio Branco – MT.**

RIO BRANCO - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

- Prefeito Municipal -

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 003/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, em 30 de janeiro de 20147, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua Equipe de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13 de Fevereiro de 2017 as 09h00min, a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**, cujo objeto é a **Aquisição de materiais permanentes e consumo para manutenção do DAE – Departamento de Água e Esgoto de Rio Branco - MT,** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 30 de janeiro de 2017.

Vanderléia Rodrigues Alves

- Pregoeira -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 397, DE 2 DE OUTUBRO DE 201 7.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento em vigor de que trata a Lei nº 382, de 19 de Dezembro de 2016 – LOA 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART.1º: FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.937.500,00 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E TRINTA SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), PARA ATENDER AS SEGUINTES DESPESAS:

GABINETE DO PREFEITO

Unidade.....: 001 GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.104-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO GABINETE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***400.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***105.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade.....: 001 GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAL

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.107-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMFAZ**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***67.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***40.000,00

SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade.....: 001 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.127-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMEC**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0001 ***141.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0001 ***23.500,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.132-MANUTENÇAO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 60**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0018 **140.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 ***32.000,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.133-MANUTENÇAO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 40**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0019 **192.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0019 ***41.000,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.096-MANUTENÇAO DO PROGRAMA EJA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0018 ***41.500,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 ****7.500,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.099-MANUTENÇAO DO PROGRAMA EJA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0018 ***90.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0018 ***15.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.173-MANUTENCAO E ENCARGOS COM PROGRAMA-SAÚDE BUCAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0002 ***25.000,00

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0014 ***12.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0002 ****7.500,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.141-MANUT.ENCARGOS-C/A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica 0002 ***10.000,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.143-MANUT.ENCARGOS-PROGR.ATENÇÃO BASICA(P-FIXO E P-VARIÁVEL)**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0014 ****30.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiros- Pessoa Jurídica 0002 ***300.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

Unidade.....: 001 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.120-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMOSP**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***85.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***17.000,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.119-MANUTENCAO E ENCARGOS SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.14.00 Diárias 0000 ***10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.113-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEMAD**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***31.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO

Unidade.....: 001 GESTÃO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTOS

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.122-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SEGAT**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***40.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ****8.500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Unidade.....: 001 GESTÃOO DE GOVERNO

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **2.118-DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***16.000,00

ART.2º: PARA DAR COBERTURA AO CRÉDITO ABERTO NO ARTIGO ANTERIOR, FICAM ANULADAS EM IGUAL IMPORTÂNCIA AS SEGUINTES DOTAÇÕES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade.....: 001 GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAL

Função.....: 004 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função....: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Programa.....: 101 GESTÃO DE GOVERNO

Proj/Atividade: **2.106-MANUT.C/SEC. MUNICIPAL FAZENDA DESENVOLVIMENTO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.92.00 Despesa de Exercícios Anteriores 0000 ***1.000,00

3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições 0000 ***1.000,00

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente 0000 ***1.000,00

SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.132-MANUTENÇAO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS-FUNDEB 60**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas-Pessoal Civil 0000 **46.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 **22.000,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.122-IMPLANT.CENTRO QUAL.DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0001 *****900,00

Unidade.....: 001 GESTAO DA EDUCAÇÃO

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.113-CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0022 ***50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 0022 ***50.000,00

Unidade.....: 001 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: 1**.114-REFORMA AMPLIAÇÃO CONSTRUÇÃO ESCOLAS MUNICIPAIS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0015 **153.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0022 ***40.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0022 ***10.000,00

Unidade.....: 003 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Função.....: 027 DESPORTO E LAZER

Sub-Função....: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa.....: 115 ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 1**.120-IMPLANT.CONST. CENTROS ESPORTIVO/GINÁSIO/QUADRA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***2.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0015 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0022 ***4.000,00

Unidade.....: 004 FUNDEB

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.098-MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FUNDEB INFANTIL 40**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ****5.000,00

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0019 **300.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***66.000,00

Unidade.....: 005 SALÁRIO EDUCAÇÃO

Função.....: 012 EDUCAÇÃO

Sub-Função....: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa.....: 110 GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENV.E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.131-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0000 ***60.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0000 ***13.200,00

3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 ***21.800,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.142-DESPESA COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAL DA SEMUSA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0002 ***250.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0002 ****80.000,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAÚDE

Sub-Função....: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.143-MANUT.ENC. PROGR. ATENÇÃO BÁSICA (P-FIXO E P- VARIÁVEL)**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantag.Fixas- Pessoal Civil 0014 ***100.000,00

3.3.90.13.00 Obrigações Patronais 0014 ****50.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****40.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0042 ****50.000,00

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 010 SAUDE

Sub-Função....: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa.....: 116 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Proj/Atividade: **2.146-MANUT.ENCARGOS-PROGR.MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****34.000,00

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0042 ****77.457,16

Unidade.....: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função.....: 017 SANEAMENTO

Sub-Função....: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO

Programa.....: 117 SANEAMENTO

Proj/Atividade: **1.125-CONSTRUÇAO IMPLANT. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ****98.381,76

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 015 URBANISMO

Sub-Função....: 451 INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **1.109-IMPLANT. CONSTRUÇAO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES E JARDINS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 ***2.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 ***1.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 015 URBANISMO

Sub-Função....: 451 INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa.....: 108 URBANISMO

Proj/Atividade: **1.147-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS E AVENIDAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 ***1.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 015 URBANISMO

Sub-Função....: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **1.110-IMPLANTAÇÃO DESENVOLVIMENTO SINALIZAÇÃO TRANSITO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 ***3.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 025 ENERGIA

Sub-Função....: 752 ENERGIA ELÉTRICA

Programa.....: 109 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Proj/Atividade: **1.144-AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA DIST.DE ENERGIA ELETRICA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0017 **21.761,08

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0017 **35.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 026 TRANSPORTE

Sub-Função....: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: **1.044-CONSTRUÇÃO REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 **10.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0017 ***5.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 ***2.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 026 TRANSPORTE

Sub-Função....: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa.....: 106 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade: 2**.123-CONS. RUAS URBANAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 **23.500,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 026 TRANSPORTE

Sub-Função....: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa.....: 109 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

Proj/Atividade: 2**.126-CONSERVAÇÃO RUAS URBANAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ***2.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***2.000,00

Unidade.....: 001 GESTAO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função.....: 027 DESPORTO E LAZER

Sub-Função....: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa.....: 115 ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Proj/Atividade: 1**.118-AMPLICAÇÃO REFORMA E MANUT.DO ESTÁDIO MUNICIPAL REI PELÉ**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ***5.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 *****500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 020 AGRICULTURA

Sub-Função....: 481 HABITAÇÃO RURAL

Programa.....: 107 DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

Proj/Atividade: **1.108-CONSTRUÇAO DE UNIDADES HABITACIONAIS ÁREA RURAL**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0000 ***1.000,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações 0024 **89.000,00

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 020 AGRICULTURA

Sub-Função....: 608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Programa.....: 119 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR

Proj/Atividade: **1.133-APOIO A PSICULTURA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.30.00 Material de Consumo 0000 ***1.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0000 **10.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.de Terceiros- Pessoa Jurídica 0024 **79.000,00

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 020 AGRICULTURA

Sub-Função....: 608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Programa.....: 119 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR

Proj/Atividade: **1.135-DISTRIBUIÇÃO SEMENTES C/RETORNO DE PRODUÇÃO**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.32.00 Material Bem/Serviço p/Distrib.Gratuita 0000 ***1.000,00

Unidade.....: 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Função.....: 020 AGRICULTURA

Sub-Função....: 608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Programa.....: 119 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR

Proj/Atividade: **1.136-APOIO A AGRICULTURA E PECUÁRIA**

NAT/DESPESA FONTE VALOR

3.3.90.32.00 Material Bem/Serviço p/Distrib.Gratuita 0000 ***2.000,00

3.3.90.39.00 Outros Serv.Terceiro-Pessoa Jurídica 0000 ***8.000,00

ART.3º: FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR NO CURSO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO CORRENTE, COM BASE NOS RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS, COMO FACULTADO PELO ART.43, § 1º E INCISOS, DA LEI Nº 4.320/64, CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTADOS, ATÉ O LIMITE DE 5% (CINCO POR CENTO), DO TOTAL DA DESPESA FIXADA NO ARTIGO 4º DA LEI Nº 382 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016, CONSIDERANDO-SE A SOMA DOS VALORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO.

ART.4º: ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DA SUA PUBLICAÇÃO.

ART.5º: REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Gabinete do Prefeito, 2 de Outubro de 2017.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. IV, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, da LOM)

- Processo Administrativo nº 079/2017-SEMUSA.

- Modalidade de Licitação: pregão Presencial nº 035/17-PMR (convertido em dispensa de licitação na forma do inc. V, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93)

OBJETO; *Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeição preparada para pacientes em tratamento fora do Município em sua maior*

parte no município de Cacoal/RO ofertando almoço aos servidores que estiverem a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

***ORGÃO:** Secretária Municipal de Saúde*

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações **ADJUDICO** a dispensa de licitação realizada com fulcro no inc. V do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações em favor de JOSÉ RAIMUNDO SILVA GOMES -ME – CNPJ Nº 09.562.142/0001-17, endereço comercial na Rua. São Luiz, nº 1203, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76.963-884, **com o fim de**

HOMOLOGAR o valor global da dispensa de licitação em favor da empresa no montante de

R$: 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais).

.....

.....

Para: Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento.

Empenhe a despesa.

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

O empenho servirá de contrato.

Rondolândia – MT, 02/10/2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 037/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 067/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Lorrani da Silva Lino – M.E.I, inscrita no CNPJ sob o n° 25.165.570/0001-62, instalada e localizada na Rua Nossa Senhora, nº 1010, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato por sua proprietária Srª Lorrani da Silva Lino,portadora do CPF nº 009.190.822-11 e do RG nº 1087145 - Sesdc/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 028/2017 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para futura e eventual **Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Prestação de Serviços de monitorador na especialidade de Capoeira, Judô e Aulas de violão para atender necessidades de oficinas socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos realizados na Secretaria Municipal de Assistência Social/Crás**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 028/ 2017.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 028/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Lorrani da Silva Lino – M.E.I	
CNPJ Nº: 25.165.570/0001-62	
Endereço: Rua Nossa Senhora, nº 1010, Bairro: Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 98400-7308	E-mail: lorranilino_judoca@hotmail.com
Representante Legal: Lorrani da Silva Lino	
CPF Nº: 009.190.822-11	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	218905-4	HORAS	450	MONITORADOR DE SERVIÇOS DE OFICINAS NA ESPECIALIDA DE CAPOEIRA	R$ 52,00	R$ 23.400,00
02	155435-2	HORAS	250	MONITORADOR DE SERVIÇOS DE OFICINAS NA ESPECIALIDADE DE VIOLÃO	R$ 60,00	R$ 15.000,00
03	352525-2	HORAS	450	MONITORADOR DE SERVIÇOS DE OFICINAS NA ESPECIALIDADE DE JUDÔ	R$ 43,00	R$ 19.350,00
Valor Total						**R$ 57.750,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:

Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de **R$ 57.750,00 (Cinqüenta e sete mil e setecentos e cinqüenta reais).**

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 028/2017.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 028/2017.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 028/2017, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos e ou prestação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2017, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Assistência Social*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 028/2017 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2017, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 02 de Outubro de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Lorrani da Silva Lino – M.E.I

CNPJ: 25.165.570/0001-62

Lorrani da Silva Lino - Representante Legal

CPF: 009.190.822-11

Participantes desta ARP:

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 398, DE 2 OUTUBRO DE 2017.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Insere Programa na Lei nº 301, de 18 de Outubro de 2013 - (PPA-2013-2017); Acrescenta Meta/Ação na Lei nº 376, de 10 de Outubro de 2016 – (LDO-2017); Aloca recursos na Lei nº 382, de 19 de Dezembro de 2016 – (LOA-2017), dando outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Insere noAnexo I, da Lei nº 301, de 18 de Outubro de 2013 (Plano Plurianual de Investimentos de 2013 - 2017), o Programa/Ação, conforme descrito do Anexo I desta lei.

Art. 2º. Acrescenta no Anexo de Prioridades da Lei 376, de 10 de outubro de 2016 (Lei de Diretrizes orçamentárias para 2017), a priorização de ação de governo, conforme descrito no Anexo I desta lei.

Art. 3º. Aloca recursos orçamentários na Lei nº 382, de 19 de Dezembro de 2016 (lei Orçamentária Anual de 2017), conforme descrito no Anexo I desta lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 2 de Outubro de 2017.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

ANEXO – I

(LEI Nº 398, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017)

"ANEXO LEI Nº Lei nº 301, de 18 de Outubro de 2013-Plano Plurianual Investimentos de 2013 – 2017- (art. 1º).

PROGRAMA: 118 – GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL					
OBJETIVO: PROMOVER E FOMENTAR A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO VULNERABILIDADE SOCIAL EM CASO DE ABANDONO, DESTITUIÇÃO DO PÁTRIO PODER, NEGLIGÊNCIA FAMILIAR, ANEAÇA E/OU VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (LEI Nº 8.069/90 E ART. 227 E SEGUINTES DA CF/88).					
PUBLICO ALVO: CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
PROJETO: PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO – PREFEITURA COMODORO – MANUTENÇAO DO ABRIGO LAR DA CRIANÇA					
AÇÃO	TÍTULO	PRODUTO (UNIDADE DE MÉDIDA)			
TOTAL PERÍODO ESTIMADO (Ano)		2017	INÍCIO / TERMINO	REGIONALIZAÇÃO	TOTAL (R$)
2.175	MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ABRIGO LAR DA CRIANÇA (COMODORO)	CONVÊNIO	08/2017 A 12/2017	URBANO/RURAL	12.000,00

(...)

"ANEXO PRIORIDADES DA *Lei nº 376, DE 10 DE Outubro de 2016-LDO PARA 2017 – (aRT. 2º)*

PRIORI.	AÇÃO/PRODUTO (UND)	TIPO	LOCAL	FUNC. PROGR.	CONTA DESPESA	RECURSO	APLICAÇÃO	LDO 2016	PROJETO 2017

ENTIDADE : 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ORGÃO : 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE : 07.01 – GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

73 – 2.175 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ABRIGO LAR DA CRIANÇA (COMODORO)

TIPO	LOCAL	FUNC. PROGR.	CONTA DESPESA	RECURSO	APLICAÇÃO	LDO 2016	PROJEÇÃO 2017
A	7	7.08.243.0118	3.3.90.00.00	1000	0000	-	12.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência.

(...)

ANEXO – I

LEI Nº 398, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017)

"Lei nº 382, de 19 DE DEZEMBRO DE 2016-LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017 – (ART. 3º)

ORGÃO : 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
FUNÇÃO : 08 – ASSITÊNCIA SOCIAL		
SUB-FUNÇÃO : 246 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
PROGRAMA : 0118 – GESTÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL		
PROJ/ATIV. : 2.175 – MANUTENÇÃO ENCARGOS COM O ABRIGO LAR DA CRIANÇA (COMODORO)		
Elemento de despesa	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Fonte	0000	
Valor	12.000,00	

(...)

Rondolândia, 2 DE Outubro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93)

- Processo Administrativo nº 079/2017-SEMUSA.

- Modalidade de Licitação: pregão Presencial nº 035/17-PMR (convertido em dispensa de licitação na forma do inc. V, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93)

OBJETO:*Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeição preparada para pacientes em tratamento fora do Município em sua maior parte no município de Cacoal/RO ofertando almoço aos servidores que estiverem a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.*

***ORGÃO:** Secretária Municipal de Saúde*

CONTRATADO: JOSÉ RAIMUNDO SILVA GOMES -ME – CNPJ Nº 09. 562.142/0001-17

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando, que a licitação foi deflagrada na modalidade pregão Presencial nº 035/2011-PMR, tendo o chamado para sessão pública para a apresentação das propostas por duas vezes publicado (J.O.M, de 20/08/17 e J.O.M de 17/08/17) e em conformidade com o disposto no §1º-A, do Art. 89 da Lei Orgânica do Município nos Murais de aviso da prefeitura e Câmara Municipal não acudiram licitantes interessados aos dois chamados;

Considerando o Despacho da PGM e Gabinete do Prefeito de fls., cuja recomenda foi pela contratação direta com fundamento no disposto no inc. V, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, haja vista não terem acudido licitantes as duas chamadas anteriores e nova repetição acabará por ocasionar prejuízos para a Administração Municipal;

Considerando que, por ato nosso, foi realizada a dispensa da licitação pelo Pregoeiro com a empresa

JOSÉ RAIMUNDO SILVA GOMES -ME – CNPJ Nº 09.562.142/0001-17, endereço comercial na Rua. São Luiz, nº 1203, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76.963-884, mantidas as mesmas condições do Edital de PP nº 035/2017-PMR, sendo que apresentou proposta de preços do item, totalizando de R$ 4.290,00 (fls. 222) e Mapa de Resultado de fls. 234.

Considerando o Parecer Jurídico da PGM de fls.;

RATIFICO a dispensa de licitação com fundamento no Art. 26 da Lei nº 8. 6663/93, realizada com fundamento no inc. V, do Art. 24, da mesma lei, tendo como objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeição preparada para pacientes em tratamento fora do Município em sua maior parte no município de Cacoal/RO ofertando almoço aos servidores que estiverem a serviço da Secretaria Municipal de Saúde

Com a empresa JOSÉ RAIMUNDO SILVA GOMES -ME – CNPJ Nº 09. 562.142/0001-17, em conformidade com o Edital de PP nº 035/2017-PMR e no valor global de R$ 4.290,00.

Promova-se a publicação desta ratificação, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Rondolândia – MT, 02 de Outubro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1465 - 2016

LEI 1.492/2017

de 02 de Outubro de 2017

"Altera a Lei Municipal 1.465/2016, e dá outras providências".

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele promulgou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 1º do artigo 55 da Lei nº 1.465/2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"§ 1º - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, conforme segue transcrito nos incisos I a XXV,

quando o imposto será devido no local:

(...)

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

(...)

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

(...)

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

(...)

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15. 09.

Art. 2º - O artigo 57 da Lei nº 1.465/2017, passa a vigorar com a edição dos §(s) 1º à 3º da forma que abaixo segue:

§ 1º - O Município, mediante ato do Executivo, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 2º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 3º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 02 de Outubro de 2.017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: SUPERMERCADO AMANDA LTDA – ME, CNPJ nº 03.889.414/0001-01. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E UTENSILIOS DOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. Valor global: R$ 93.211,71. Vigência: de 29 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: POSTO BEGE II LTDA - EPP, CNPJ nº 07.248.318/0001-35. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível, gás de cozinha, vasilhame/casco/cilindro vazio, óleos lubrificantes/hidráulicos, aditivos, para atender as necessidades deste Município. Valor global: R$ 275.281,82. Vigência: de 18 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: SARATH DE ALMEIDA E CHAVES MARTINS LTDA – ME, CNPJ nº 27. 331.614/0001-02. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível, gás de cozinha, vasilhame/casco/cilindro vazio, óleos lubrificantes/hidráulicos, aditivos, para atender as necessidades deste Município. Valor global: R$ 31.887,70. Vigência: de 22 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 021/2017

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de consumo na merenda escolar do município de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão presencial n° 021/2017, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 18 de Outubro de 2017. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de Outubro de 2017. **Astor Albrecht -** Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA SME Nº. 007/2017

PORTARIA SME Nº. 007/2017 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

"DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA ELIMARA REGIANE DE VALE ALBRECHETE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT, Estado de Mato Grosso Marcos de Sá Fernandes da Silva, no uso de suas atribuições legais e Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 15/09/2017/ em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais; Considerando ainda que o artigo 27 da Lei Municipal 013/2016 possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

Art. 1º- Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva Elimara Regina de Valle Albrecht nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 15/09/2017, por prazo de 180 (Cento e Oitenta dias) a partir da data do Laudo Médico Pericial.

Art. 2º- Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de auxiliar de serviço gerais Classe D nível 4, devendo exercer sua função de Técnico Administrativo Escolar ,na Escola Municipal Ricieri Berté,afim de cobrir a licença maternidade da Servidora Ivone Lima de Almeida .

Art. 3º- Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM 27 DE SETEMBRO DE 2017.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MAICOL ANGELO SOARES

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2017

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 005/2017 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2017

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 002/2017**, realizado no dia 06/08/2017 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

NOME	CLAS
CLEBER GILMAR ANDRADE	*1º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 02 de Outubro de 2017.

_____

_____

MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

DECRETO Nº. 071/2017 DATA: 28 DE SETEMBRO DE 2.017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS E PENSIONISTA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, JUNTO AO PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 23 AO ART. 28, DA LEI MUNICIPAL Nº 048/2013, DE 16 DE MAIO DE 2.013; e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os dados cadastrais dos servidores efetivos Ativos do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, junto ao SANTA RITA-PREVI- **Previdência Social dos Servidores Públicos de Santa Rita do Trivelato-MT**.

DECRETA:

Art. 1°. O servidor efetivo do município de Santa Rita do Trivelato - MT , deverá efetuar seu cadastramento junto ao **SANTA RITA-PREVI**, apresentando os seguintes documentos:

ü Cópia do RG;

ü Cópia do CPF;

ü Cópia do título eleitoral;

ü Cópia da carteira de trabalho (página onde conste o número da carteira, dados pessoais e ainda onde haja contratos de trabalho assinados);

ü Cópia de certidões de tempo de contribuições caso exista (INSS, estados ou ainda outras Prefeituras regidas pelo regime próprio de previdência);

ü Cópia do PIS/PASEP;

ü Cópia da certidão de nascimento (caso solteiro(a));

ü Cópia da certidão de casamento (caso casada(o));

ü Cópia do RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);

ü Declaração de união estável (caso não seja casado legalmente);

ü Cópia da averbação de separação (caso seja separado judicialmente);

ü Cópia da certidão de nascimento dos dependentes menores de 18 anos;

ü Caso os dependentes sejam: pais, irmãos (a) ou enteado (a), somente serão considerados dependentes, mediante comprovação,como dependente em declaração de imposto de renda, comprovação do mesmo endereço, ou comprovação judicial. (neste caso trazer cópia do RG, CPF e comprovação judicial);

ü 01 foto 3x4;

ü Atestado de vida (Aposentados e Pensionistas)

§ 1º O **SANTA RITA-PREVI,** encaminhará a ficha de atualização aos setores onde os servidores estão lotados, de forma individualizada.

§ 2º Cada Secretário ficará responsável pela entrega das fichas de atualização e as cópias dos documentos dos servidores vinculados a sua pasta ao SANTA RITA-PREVI, conforme calendário a ser estipulado.

Art. 2º. Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover e atualizar a sua inscrição no SANTA RITA-PREVI.

Parágrafo Único - Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito a sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será licito promove-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE SETEMBRO DE 2.017.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

FICHA DE RECADASTRAMENTO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA RITA PREVI- MT

ÓRGÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO				
SECRETARIA			LOTAÇÃO		
NOME DO SERVIDOR				MAT. ORG. ORIGEM	
NOME DA MÃE					
NOME DO PAI					
SEXO			COR/RAÇA		
CARGO					
REFERÊNCIA	NÍVEL			CLASSE	
ESCOLARIDADE			DEFICIÊNCIA FÍSICA	( ) SIM ( ) NÃO	QUAL?_____
DATA DE ADMISSÃO			VENCIMENTO BASE		
DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE/UF			NACIONALIDADE	
ENDEREÇO			Nº_____	BAIRRO	
CIDADE			CEP		
CPF			PIS/PASEP		
RG	ÓRGÃO EMISSOR/UF			DATA EMISSÃO	
TITULO ELEITORAL	ZONA			SEÇÃO	
CTPS	SÉRIE			DATA EMISSÃO/UF	
TELFONE RESIDENCIAL	CELULAR			E-MAIL	
ESTADO CIVIL			NOME DO CÔNJUGE		
CPF DO CÔNJUGE			RG DO CÔNJUGE		

DEPENDENTES			
NOME	TIPO (FILHO(A), CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A)) **JUDICIALMENTE**: **(ENTEADO(A), PAIS, IRMÃOS(A))**	DATA NASCIMENTO	INVALIDO (SIM/NÃO)

TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR A POSSE				
TEMPO SERVIÇO PÚBLICO/PRIVADO	NOME DA EMPRESA OU ÓRGÃO PÚBLICO	CARGO PROFESSOR/OUTROS	PERÍODO	REGIME GERAL OU REGIME PRÓPRIO
			/__/_ A _/ / /////__/___/___	
			/__/_ A _/ / ___/___/___	
			/__/_ A _/ / ___/___/___	
			/__/_ A _/ / ___/___/___	
			/__/_ A _/ / ___/___/___	
			/__/_ A _/ / ___/___/___	
			/__/_ A _/ /	
			/__/_ A _/ /	
			/__/_ A _/ /	
			/__/_ A _/ /	

Santa Rita do Trivelato/MT, _____ DE _____DE 2017.

ASSINATURA DO SERVIDOR

PORTARIA Nº 0289/2017 DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ROGÉRIO APARECIDO DE ARAÚJO PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 055/2017/PREGÃO Nº 050/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Rogério Aparecido de Araújo**,** CPF sob nº 034. 167.211-44, como Fiscal do Contrato nº 055/2017/Pregão nº 050/2017, cujo objeto é: aquisição de um caminhão usado, tipo tanque, preparado para aspergir água, visando suprir a demanda da secretaria municipal d obras, transporte e serviços urbanos da prefeitura municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 2 DE OUTUBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PORTARIA Nº 0290/2017 DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA IRONIR APARECIDA DOS SANTOS PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 056 E 057/2017/PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Ironir Aparecida dos Santos**,** CPF sob nº 924. 387.411-04, como Fiscal dos Contratos nº 056 e 057/2017/Pregão Presencial nº 049/2017, cujo objeto: prestação de serviços de fornecimento de Seguro Total de veículos das secretarias municipais do município de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 2 DE OUTUBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA 101/GP/2017

PORTARIA N°101/GP/2017

DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O prefeito do **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO**, **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear o **Sr. João Paulo Batista Fonseca, CPF 041.419.181-13**, para ser Fiscal do seguinte contrato, **06/2017** (João Batista Lopes-ME Porto Bello Produções e Eventos).

Art. 2°. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 29 de Setembro de 2017

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO-TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 068/2017

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2017

AVISO DE RESULTADO

O ***Município de Santo Antônio do Leverger***, Estado de Mato Grosso,através de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº194/GP/2017, torna público, o resultado da licitação TOMADA DE PREÇO **N.º 004/2017**, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", regida pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1. 993, com suas alterações posteriores, e demais legislação aplicável, tendo por objeto a **contratação de empresa especializada para conclusão da construção da UBS- UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE VARGINHA**, conforme Projeto Básico e demais Anexo deste Edital, que dele fazem parte integrante, independente de sua transcrição. A empresa **DHOMAS HENRIQUE DE LIMA FARIAS-ME** inscrito sobre o CNPJ: 18.111.897/0001-96 **desclassificada** na proposta de preço apresentada.

Nesta, sagrou-se classificada e vencedora a empresa FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA -ME, valor global de R$ 293.199,40 (duzentos e novecentos e três mil e cento noventa e nove mil e quarenta centavos).

Santo Antônio do Leverger - MT, 02 de outubro de 2017.

Lidiane Batista de Rezende
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA N.º 009/2017 CONTRATO Nº 032/2017

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 073/2017 DISPENSA N.º 009/2017 CONTRATO Nº 032/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA –SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 032/2015 PARA O SEGUINTE OBJETO*:* CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE -UBS NA COMUNIDADE DE VARGINHA.

CONTRATANTE: PREFEITURAMUNIICPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.

CONTRATADA: DINIZ MACARIO DA SILVA FILHO, pessoa física, inscrita no CPF sob o Nº **442.228.901-20**.

Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: 10.301.0020.2045 Natureza de Despesa: 33.90.36.00.00

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2017.

DATA DO VENCIMENTO: 22/08/2018.

Santo Antônio de Leverger –MT , 22 de Agosto de 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA N.º 008/2017 CONTRATO Nº 023/2017

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 043/2017 DISPENSA N.º 008/2017 CONTRATO Nº023/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA –SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 023/2015 PARA O SEGUINTE OBJETO*:* CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA COMUNIDADE DE MATO VERDE.

CONTRATANTE: PREFEITURAMUNIICPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.

CONTRATADA: HILDA GONÇALVES DE ARRUDA MOURA, pessoa física, inscrita no CPF sob o **Nº 631.091.901-68**.

Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.

Dotação: 12.365.0040.2025 Natureza de Despesa: 33.90.36.00.00 Fonte: 0101.

DATA DA ASSINATURA: 11/05/2017.

DATA DO VENCIMENTO: 11/05/2018.

Santo Antônio de Leverger –MT , 11 de Maio de 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 044/2016

PREGAO PRESENCIAL N.º 013/2016

1.A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 033/2017** PARA O SEGUINTE **reequilíbrio financeiro do saldo remanescente dos combustíveis, advindo do Pregão Presencial 013/2016,**

COMBUSTIVEL	VALOR REGISTRADO- ATA DE REGISTRO DE PRECO 015/2016	% DE ACRESCIMO	VALOR REAJUSTADO
DIESEL COMUM	R$ 3,45	4,06 %	R$ 3,5900
DIESEL S-10	R$ 3,49	5,74 %	R$ 3,6900
GASOLINA COMUM	R$ 3,77	5,84 %	R$ 3,9900

SALDO REMANESCENTE

DESCRIÇÃO	LITROS/ ADQUIRIDO NO PERIODO DE 16/12/2016 á 12/09/2017	PP 013/2017/ QUANTITATIVO REGISTRADO	SALDO REMANESCENTE
DIESEL COMUM	217.572	360.000	142.428
DIESEL S10	49.724	130.000	80.276
GASOLINA	38.061	98.000	59.939
ETANOL	661	10.000	9.339

OBS: Não houve reajuste do valor unitário do ETANOL : O VALOR DE R$ 2,69 (dois e reais e sessenta e nove centavos)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER -MT.

CONTRATADA: **COMERCIAL VILLA LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 02.055.520/0002-01.

Gabinete do Prefeito

Dotação: 04.122.0002.2108 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Recursos Humanos

Dotação: 04.122.0042.2152 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00.01000000

Secretaria de Educação Esporte e Lazer

Dotação: 12.122.0009.2116 – MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01010000

Dotação: 12.361.0040.2027 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01010000

Dotação: 12.367.0040.2024 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01010000

Dotação: 12.365.0040.2025 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EDUC 25%

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01010000

Dotação: 12.361.0040.2035 – MANUTENÇÃO E APOIO DO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01150000

Dotação: 12.361.0040.2094 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01010000

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01220000

Secretaria de Saúde

Dotação: 10.122.0005.2117 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01020000

Dotação: 10.122.0005.2119 – MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01020000

Dotação: 10.301.0020.2045 – MANUTENÇÃO SAÚDE DA FAMILIA - PSF

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01020000

Dotação: 10.302.0021.2051 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01020000

Dotação: 10.305.0022.2055 – MANUTENÇÃO BÁSICA DE EPIDEM. E CONTROLE DE DOENÇAS

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01140000

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Dotação: 04.122.0011.2120 – MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE OBRAS

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Dotação: 15.451.0028.2059 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RUAS E AVENIDAS

Natureza de despesa: 4.4.90.30.00.00 01000000

Natureza de despesa: 4.4.90.30.00.00 01300000

Dotação: 26.782.0028.1032 – ABERTURA CASCALHAMENTO E PATROLAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS

Natureza de despesa: 4.4.90.30.00.00 01000000

Natureza de despesa: 4.4.90.30.00.00 01300000

Secretaria de Turismo e Cultura

Dotação: 13.122.0010.2124 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Assistência e Promoção Social

Dotação: 08.122.0008.2068 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSIS SOCIAL

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Dotação: 08.244.0025.2073 – SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01290000

Dotação: 08.244.0025.2075 – SERVIÇO DA EQUIPE VOLANTE

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01290000

Secretaria de Fazenda

Dotação: 04.123.006.2137 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FAZENDA

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Dotação: 04.122.0030.2134 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária.

Dotação: 20.122.0043.2160 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA.

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Dotação: 20.601.0018.2163 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA.

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Gestão

Dotação: 04.122.0031.2143 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Secretaria de Saneamento e Abastecimento de Água

Dotação: 17.122.0014.2091 – MANUTENÇÃO SECRETARIA ABASTECI AGUA

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

Dotação: 17.512.0029.2092 – MANUTENÇÃO ENC C DPTO SANEAMENTO E ABAST AGUA

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00 01000000

VIGÊNCIA: 16/12/2017.

Santo Antônio de Leverger, 27 de Outubro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº. 098/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ALECIO TAFAREL JUNIOR,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1895614-9 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **058.566.601-61** e residente a Rua Salgado Filho, N°104, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 638/2017 de 23 de março de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **1.049,66 (Hum mil e quarenta nove reais e sessenta seis centavos),** com início em **02/10/2017** e término em **31/12/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 638/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de outubro de 2017.

ALECIO TAFAREL JUNIOR

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

RG:

Assinatura:_____

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 423/2017.

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º -Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. José Souza Carvalho – Motorista de Veiculos Grandes, adiantamento no valor de R$100,00 (cem reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Publicos.

02.09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo R$ 100,00

Artigo 4º -A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM:02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 422/2017.

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º -Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sra. Millena Emiliana Santana – Gestora do Programa Bolsa Familia,adiantamento no valor de R$500,00 (quinhentos reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3390.30 – Material de Consumo R$ 100,00

02.07.02.08.244.5009.2057.3390.39 – Outros Serv.de Terc.– Pessoa Jur. R$ 400,00

Artigo 4º -A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 415/2017.

DE: 27 DE SETEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora publica efetiva **ELENITA VIDAL DE ALMEIDA** de01 diasendo ele dia 21/09/2017 conforme atestado médico.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 27 DE SETEMBRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 424/2017

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) ADELICO DOS SANTOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **ADELICO DOS SANTOS,**em 02/10/2017 a 31/10/2017, com período aquisitivo de **12/02/2015 a 11/02/2016**, com retorno as suas atividades em 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 421/2017

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) SONIA MARIA ALVES FERREIRA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **SONIA MARIA ALVES FERREIRA,**em 02/10/2017 a 31/10/2017, com período aquisitivo de **02/06/2016 a 01/06/2017**, com retorno as suas atividades em 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 420/2017

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) EVANETE VIEIRA TOMICHA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **EVANETE VIEIRA TOMICHA,**em 02/10/2017 a 31/10/2017, com período aquisitivo de **13/02/2015 a 12/02/2016**, com retorno as suas atividades em 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 419/2017

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) ANGELICA ESTER FONSECA GEAROLA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **ANGELICA ESTER FONSECA GEAROLA,**em 02/10/2017 a 31/10/2017, com período aquisitivo de **01/10/2016 a 30/09/2017**, com retorno as suas atividades em 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 418/2017

DE: 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) ELCIO RODRIGUES DOS SANTOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **ELCIO RODRIGUES DOS SANTOS,**em 02/10/2017 a 31/10/2017, com período aquisitivo de **19/02/2016 a 18/02/2017**, com retorno as suas atividades em 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 020/2017 P.A.I

RESOLUÇÃO Nº 002/2017, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O Conselho Curador Previdenciário do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n. 316, de 16 de junho de 2005, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 29 de setembro de 2017;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Povo/MT, 29 de setembro de 2017.

Erica Dias de Souza

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

Dilma Flores Farias Unilson João da Costa

Anaelso Pedro Santana José Elson Valeriano Júnior

Sinvaldo Costa da Silva Aristóteles Alves

Arlene de Souza Oliveira Jany Maria Barbosa Lopes

Mirian Vieira Freire Eurípedes Garcia de Moura

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 007/2017 - P.A.I

Ata nº 007/2017 CONSELHO CURADOR/FUNPREV

Reunião extraordinária realizada aos vinte e nove (29) do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (2017), às 154 horas, na sala do FUNPREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT, nesta cidade. Com participação dos membros do Conselho Curador: Sra. Érica Dias de Souza, Dilma Flores Farias, sendo esses representantes do poder executivo. Sr. Unilson João da Costa, Sr. Anaelso Pedro Santana, representantes do poder legislativo, Sra. Arlene de Souza Oliveira, Sr. José Élson Valeriano Júnior; Sr. Sinvaldo Costa da Silva, Sr. Aristóteles Alves representantes do funcionalismo público. Com a presença do Gestor do FUNPREV Sr. Eurípedes Garcia de Moura. A ordem do dia: Definição e Aprovação da P.A.I – Politica Anual de Investimento dos recursos do RPPS, para o exercício de 2018. Usando a palavra a Presidente do Conselho Curador a Sra. Érica Dia de Souza, fez a leitura do modelo da Politica Anual de Investimento enviada pelo economista Paulina Costa- Agenda assessoria. Com explanação da Sr.ª Érica Dias de Souza Santos, tirando algumas dúvidas dos conselheiros. Após comentários e entendimentos a mesma foi aprovada por unanimidade. Sem mais para o momento, eu Érica Dias de Souza Santos, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e os demais presentes.

Érica Dias de Souza Eurípedes Garcia de Moura

Unilson João da Costa Anaelso Pedro Santana

José Élson Valeriano Júnior Sinvaldo Costa da Silva

Jany Maria Barbosa Lopes Dilma Flores Farias

Arlene de Souza Oliveira Mirian Vieira Freire

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS Nº 018/ 2017

A Comissão Fiscalizadora no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICA a divulgação da lista dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo nº 004/2017.

CARGO ENGENHEIRO CIVIL		
NOME	MÉDIA FINAL	APROVADO
NÁDIA DE SOUZA BELÉM	4,0	1º

São José do Povo – MT; 02/10/2017.

_____

RENATA LEÃO GOMES PRESIDENTE DA COMISSÃO

_____ MARCIA CRISTINA MEDEIROS

MEMBRO DA COMISSÃO

_____

MIRIAM VIEIRA FREIRE

MEMBRO DA COMISSÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **100/2017**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: GIBEBOR PIBLICIDADE E PUBLIVCAÇOES DE EDITAIS LTDA - EPP, CNPJ nº 18.876.112/0001-76, no valor POR ITEM de R$ 34.800,00 (Trinta e Quatro Mil, e Oitocentos Reais.), Pessoa Jurídica 2ª vencedora: K3 COM. VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E PUBLICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.676.614/0001-41, no valor POR ITEM de R$ 4.400,00 (Quatro Mil, e Quatrocentos Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 02 DE OUTUBRO 2017

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITO
MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇO - CRECHE

À Empresa Trindade Engenharia e Construção LTDA – EPP

Rua Aparecida Leal Monteiro, n. 452, Bairro Parque Sagrada Família, Rondonópolis-MT.

Comunicamos Vossa Empresa contratada para edificação da Creche Municipal Carinho de Mãe, objeto do contrato n. 077/2016, decorrente do processo licitatório n. 002/2016, que por ausência de repasses financeiros do ente político conveniado, decidiu-se por suspender a execução da referida obra.

Solicitamos que a Empresa aguarde nova ordem para o reinicio das obras.

Cordialmente,

São José do Povo-MT, 29 de setembro de 2017.

_____

ARIVALDO MEDEIRAS DE SANTANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇO - CRAS

À Empresa Trindade Engenharia e Construção LTDA – EPP

Rua Aparecida Leal Monteiro, n. 452, Bairro Parque Sagrada Família, Rondonópolis-MT.

Em 26 de junho de 2017 o ilustre representante do Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública, sob n. 1004036-86.2017.8.11.0003, em tramite na 3ª Vara Cível de Rondonópolis-MT, cujo objeto consiste na **obrigação de não fazer** a edificação da obra CRAS – Centro de Referência de Assistência Social no local inicialmente aprovado para realização da obra, sob argumento de ofensa ao meio ambiente.

Em continuidade, em 29 de junho de 2017 foi deferida medida liminar determinando que o município se abstenha de prosseguir na obra até decisão final no processo.

Destarte, por determinação judicial resta impedida a continuidade da edificação da obra na área prevista no projeto inicial.

Desse modo, por determinação judicial, documentamos a suspensão, já informada verbalmente em tempo oportuno, da execução da obra de construção do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, objeto do contrato n. 108/2016, processo licitatório n. 108/2016.

Solicitamos que a Empresa aguarde nova ordem para reiniciar as obras na localidade ou em outra a ser apontada, haja vista o poder público já ter requerido a transferência de localidade da obra ao ente público conveniado.

Cordialmente,

São José do Povo-MT, 29 de setembro de 2017.

_____

ARIVALDO MEDEIRAS DE SANTANA

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
P.A.I (POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTO)

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4°. da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social de São José do Povo/2018, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 15.808.565/001-77, sediado à José Salmen Hanse, n924 nesta cidade comarca de São José do Povo/MT, CEP.78773-000, para 2018.

A Política Anual de Investimentos do FUNPREV tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na resolução CMN 3.922/2010 com redação dada pela 4. 392/2014 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2. OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de 6% (seis por cento) ao ano de taxa de juros, acrescida da varia-

ção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a riscos, preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3.DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um órgão auxiliar no processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado de capitais, de sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos.

Somente os fundos de investimentos e instituições credenciadas poderão obter aplicações dos recursos deste RPPS, conforme redação dada pela Portaria nº 519/2011, Art. 3º.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas dentro do limite permitido pela Resolução 3.922/10.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPSs.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Nos investimentos em Fundos de Investimento Renda Fixa/Referenciada Fundo de Índice Renda Fixa, Funda de Investimento de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Índices seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

4. LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

As aplicações em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não podem exceder a 25% do patrimônio da emissora.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável deverão respeitar o limite máximo de 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

De acordo com o Art. 13º da resolução 3922/2010 com redação dada pela 4.392/2014, os recursos pertinentes ao art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, por fundo de investimento.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3922/2010.

É vedado também aplicação em fundos multimercados com investimento no exterior, conforme trata nota técnica 07/2014/CGACI/DRPSP/SPPS/MPS.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2017 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, diante do cenário mundial e doméstico o mercado é praticamente unânime na previsão de fechar o ano de 2017 em 7,25 por cento, e uma inflação que diferente do ano de 2016 até o atual momento permanece abaixo do teto da meta de 4,5% ao ano.

A taxa SELIC segundo projeção para 2018 fechará com uma redução na taxa básica de juros em 7,50 por cento, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central divulgado em 25/08/2017.

Há dúvidas sobre as decisões do governo brasileiro a respeito da condução da política fiscal, o déficit primário previsto para 2017 e 2018 foi elevado para 159 (bilhões) seu ajuste ou do ritmo de reajustes dos preços administrados depende do equilíbrio das receitas e despesas previstas. Para o Banco Central indicar para o mercado o comportamento esperado da inflação que depende de cenários externa benigno e da retomada da atividade econômica. Assim, qualquer decisão envolvendo alterações nos juros nesse momento teria um forte componente especulativo. Por essa razão, os prognósticos apontam para continuidade de queda da taxa básica de juros a SELIC em 2017 e 2018, que vem sendo ancorada pela expectativa de queda no índice de preço da economia (inflação).

5.2 SELIC META

A taxa básica da economia no Brasil, pois serve como parâmetro para todas as outras praticadas no mercado.

SELIC Meta 2017-2018:

SELIC Mensal 2017-2018:

5.2. INFLAÇÃO

Inflação acumulada em 12 meses atingiu menor patamar em 18 anos segundo dados do IBGE divulgado no dia 08/07/2017.

O processo de desaceleração da economia continua, em julho o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - indicador oficial de inflação - registrou alta de 0,24% segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora o resultado tenha ficado acima da mediana das expectativas do mercado, de 0,16% o resultado colocou o custo de vida no patamar de 2,71% no acumulado em 12 meses. Nessa base de comparação, é o menor índice de desempenho desde fevereiro de 1999.

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

O PIB que é a soma de bens e serviços do país vem sofrendo nos últimos anos quedas consecutivas, em 2014 fechou muito próximo de zero o que significa que o crescimento do Brasil estagnou. Porém, em meio a um cenário econômico de muitas incertezas e instabilidades o PIB em 2015 ficou negativo em todos os trimestres representando forte recessão da economia do país. Ainda, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano consecutivo em 2016 e confirmou a pior recessão da história do país segundo dados divulgados no dia 07/03/2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2016 a retração foi de 3,6% em relação ao ano de 2015. Dessa forma, o mercado revisou para 0,39% a projeção do avanço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2017 depois de manter por seis semanas a estimativa em 0,34%. Para 2018, a projeção dos analistas para o PIB foi mantida em 2% pela oitava semana seguida de acordo com o boletim Focus divulgado no dia 25/08/2017.

5.4. TAXA DE CÂMBIO

A projeção para a cotação da moeda americana no fim de 2017 cedeu de R$ 3,35 para R$ 3,30. O câmbio médio de 2017, até o momento, foi de R$ 3,26 para R$ 3,24. Enquanto isso, para 2018, a projeção para o câmbio no final do exercício é de R$ 3,45.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2017 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2018 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel deverá permanecer conforme os limites da Resolução 3922/2010 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. Segue abaixo os limites autorizados pela Resolução CMN 3.922/2010 com redação dada pela 4.392/2014, e para esse RPPS:

6.1 Segmento de Renda Fixa:

ATIVOS EM RENDA FIXA	Limite Legal	Limite RPPS
Títulos Tesouro Nacional – SELIC *Art. 7º, I, "a" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
FI 100% Títulos Públicos TN *Art. 7º, I, "b" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
Operações Compromissadas *Art. 7º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	15%
Fundo de Investimento Renda Fixa/ Referenciados *Art. 7º, III, "a" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Índice Renda Fixa *Art. 7º, III, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Investimento de Renda Fixa *Art. 7º, IV, "a" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
Cotas de Fundos de Índices *Art. 7º, IV, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
FI em Direitos Creditórios – Condomínio Aberto *Art.7º, VI - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 15%	5%
FI em Direitos Creditórios - Condomínio Fechado *Art. 7º, VII, "a"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" *Art. 7º, VII, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
Poupança *Art. 7º, V, "a"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%
Letras Imobiliárias Garantidas *Art. 7º, V, "b"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma ocompromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea "b" do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea "a' do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito (rating), este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agencias classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.2 Segmento em Renda Variável

Ativos em Renda Variável	Limite Legal	Limite RPPS
FI Ações Referenciados(Ibovespa, IBrX ou IBrX-50) *Art. 8º, I - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 30%	10%
FI de Índices Referenciados em Ações *Art. 8º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 20%	10%
Fundos de Investimentos em Ações *Art. 8º, III - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	5%
Fundos de Investimento Multimercado - Aberto *Art. 8º, IV - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	5%
Fundos de Investimentos Imobiliários – cota negociadas em bolsa *Art. 8º, VI- Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Fundos Investimentos em Participações - Fechado *Art. 8º, V - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois trata-se de uma característica do segmento de renda variável.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.3 Segmento Imóveis

Conforme determina no art. 9º da Resolução 3.922/2010 as aplicações nesse segmento serão efetuados exclusivamente com imóveis vinculados por lei ao RPPS. Os imóveis poderão ser utilizados para aquisição de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII), cujas cotas sejam negociadas na bolsa de valores.

Diante do cenário possível para alocação no segmento imóveis tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços serão observados os aspectos determinados pela Portaria MPS 519 alterada pela Portaria 440/13.

São José do Povo-MT, 29 de setembro de 2017.

Eurípedes Garcia de Moura

CPF: 304.028.321

Secretário de Administração/Gestor do RPPS

[1] Profissional aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.133, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CEDER TEMPORARIAMENTE BENS PÚBLICOS À EMPRESA PRIVADA PARA A REALIZAÇÃO DE CURSO PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, autorizado a ceder por tempo determinado, espaço físico com cadeiras, mesas, ventiladores e banheiros, à empresa Galvan Escola de Cabeleireiros, para a realização de cursos profissionalizantes de cabeleireiro unissex, bamboo terapia, designer de sobrancelhas e epilação egípcia .

Art. 2º A cessão de que trata o artigo anterior será formalizada por Termo de Cessão, no qual constarão o prazo e as obrigações da cessionária.

Art. 3º Em contrapartida a cessão do espaço físico por parte do município, a escola promovente dos cursos profissionalizantes dará um desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) no valor das mensalidades.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, em 2 de outubro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 037/2017 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, CNPJ: N° 00.331.788/0059-53,** com o valor total de **R$ 17.800,00 (Dezessete Mil e Oitocentos Reais**) e a Empresa **White Martins Gases Inds. Norte Ltda**. **CNPJ: Nº 34.597.955/0001-90**, com o valor total de R$ 19.140,00 (Dezenove Mil e Cento e Quarenta Reais). São José do Rio Claro – MT., 02 de Outubro de 2017. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.132, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N. 599/2005 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° - O art. 165 da Lei n. 599/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 165. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços, constantes da lista abaixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO) **mensagem veto presidencial nº 362, de 31 de julho de 2003.**

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro**e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercingse congêneres

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO) **mensagem veto presidencial nº 362, de 31 de julho de 2003.**

7.15 – (VETADO)**mensagem veto presidencial nº 362, de 31 de julho de 2003.**

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suiteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)**mensagem veto presidencial nº 362, de 31 de julho de 2003.**

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, ex-

trato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)**mensagem veto presidencial nº 362, de 31 de julho de 2003.**

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Art.2° - O artigo 168, incisos e parágrafos da lei 599/2005 passarão terem a seguinte redação:

Art.168 O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art. 165 desta Lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 do art. 165 desta Lei;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 do art. 165 desta lei;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 do art. 165 desta lei;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 do art. 165 desta lei;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 do art. 165 desta lei;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 do art. 165 desta lei;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 do art. 165 desta lei;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 do art. 165 desta lei;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 do art. 165 desta lei;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 do art. 165 desta lei;

XIII– onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 do art. 165 desta lei;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do art. 165 desta lei;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 do art. 165 desta lei;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, do art. 165 desta lei;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do art. 165 desta lei;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 do art. 165 desta lei;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 do art. 165 desta lei;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 do art. 165 desta Lei;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 do art. 165 desta Lei;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 do art. 165 desta Lei;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 do art. 165 desta Lei.

§ 1o No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 do art. 165 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2o No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 do art. 165 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3o Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 do art. 165 desta Lei.

§ 4o Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput**ou no § 1o, ambos do art. 8o-ALei Complementar 116 de 2003(Lei do ISS), o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 3° - Acrescenta o inciso X e os parágrafos 4° e 5° ao art. 172 da lei 599/2005:

Art.172

(...)

X - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art. 168o da Lei 599/2005

§ 4o No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 do art. 165 desta lei, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 5o No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 do art. 165 desta lei, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4° -Acrescenta os parágrafos 5°, 6°, 7°, 8°, 9° e 10° ao art. 176 da Lei 599/2005.

Art.176

(...)

§ 5o O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 do art. 165 desta Lei.

§ 6oA base de calculo para o item 21 e subitem 21.01 do art. 165 deste dispositivo legal, será considerado os valores recebidos de encargo ou similares dos serviços prestados pelos registradores escrivães, tabeliães ou similares, aos usuários do serviço, deduzindo-se os valores destinados ao Estado ou outras entidades publicas por força de Lei.

§ 7o incluem-se a base de cálculo para o item 21 e subitem 21.01 do art. 165 os valores devidos pelos usuários por serviços adicionais, tais como reprografia, encadernação, digitalização, entre outros, prestados separadamente ou em conjunto com serviços prestados no paragrafo anterior.

§ 8o incorporam-se à base de calculo do imposto para o item 21 e subitem 21.01 do art. 165, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.

§ 9o *Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados, previsto* no item 21 e subitem 21.01 do art. 165

§ 10o *O valor do imposto destacado na forma do*§ anterior *não integra o preço do serviço*

§ 11o nos serviços descritos no item 7.02 do art. 165 desta Lei, quanto à construção civil, poderá ser deduzido da base de cálculo os valores referentes aos materiais **efetivamente aplicados e que se integrem de forma permanente à edificação, mediante exibição de documento fiscal que comprove o emprego de mercadoria** produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, sujeita a tributação do ICMS.

§ 12o **- A empresa de construção civil (construtora, empreiteira e subempreiteira) deve ser fiscalizada com base nos elementos contábeis e na documentação relativa às obras e serviços de sua responsabilidade. O direito de opção não poderá ser exercido se não houver escrituração contábil, mesmo que por dispensa legal, ou quando a fiscalização desconsiderar a contabilidade em face de não espelhar a realidade econômico-financeira da empresa, por omissão de qualquer lançamento contábil, por não registrar o movimento real do faturamento ou do preço dos serviços prestados, ficando o contribuinte**

sujeito ao pagamento do ISS tomando-se como base de cálculo para o seu pagamento, ao valor total da obra construída, para os serviços previstos no item 7.02 do art. 165 desta Lei.

Art.5° - O Parágrafo único do art. 199 da Lei 599/2005, tornar-se-á o §1°, a este artigo será acrescido o §2° que terá a seguinte redação:

Art. 199

(...)

§1°Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria de Finanças, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

§2°As obrigações acessórias e demais casos de registro e inscrição necessários para cumprimento desta Lei Complementar e para o devido acompanhamento e controle fiscal serão instituídas e regulamentadas por decreto.”**.**

Art.6° – O artigo 183, da lei 599/2005 passará ter a seguinte redação e serão acrescentados os §§ 3º, 4º e 5º:

Art. 183. O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será fixo até o limite estabelecido na Tabela III em anexo, ultrapassando este valor passará a ser calculado na forma do art. 186 da Lei 599/2005 e recolhido mensalmente na forma da mesma Lei.

(...)

§3°O imposto cobrado de forma fixa, previsto no caput deste artigo será, anualmente, no mês de janeiro, corrigido monetariamente, em ato Administrativo do Executivo Municipal, com base no índice previsto no Art.307 inserido na Lei 599/2005 por esta Lei.

§4° Compete ao fisco tributário Municipal, verificar e calcular mensalmente os valores dos faturamentos dos contribuintes enquadrados no caput deste artigo, efetuado o lançamento de ofício, das diferenças eventualmente identificadas, em relação ao valor recolhido e o resultado do cálculo, na aplicação da alíquota percentual prevista na Tabela III do anexo da Lei 599/2005 sobre o valor do faturamento acumulado até o período da análise.

§ 5º Compete ao contribuinte a informação e o cálculo no formato “advalorem” do imposto sobre os serviços prestados quando o resultado da aplicação do percentual previsto na Tabela III do anexo da Lei 599/2005, ultrapassar o valor fixo anual, recolhendo a diferença no período de competência e na forma do art. 186 da Lei 599/2005 posteriormente e mensalmente.

Art.7º - A Lei 599/2005 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 185-A:

“Art. 185-A A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato municipal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. “

Art.9° - O artigo 80, incisos e parágrafos da lei 599/2005 passarão terem a seguinte redação:

Art. 80. Mediante intimação na forma da lei, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

Art.10 - Acrescenta o parágrafo único ao art. 230 da Lei 599/2005.

Art. 230

(...)

Parágrafo Único: Fica suspensa a emissão da taxa que trata o caput e a consequente autorização de funcionamento prevista no artigo 255 desta lei, para as empresas inscritas no cadastro de contribuintes da SEFAZ/MT, que sem justificativa plausível e por escrito ao fisco tributário municipal, deixaram de enviar ou enviaram sem movimento as informações econômico-financeiras previstas na legislação Estadual (SPED/GIA/EFD) ou descumprirem as obrigações assessorias pertinentes e previstas em legislação atinente, causando eventual possível dano direto ao erário público estadual e indireto ao erário público municipal em qualquer mês do ano anterior.

Art.11 - Cria o TITULO X, que dispõe sobre a comunicação eletrônica do contribuinte, Domicilio Eletrônico do Contribuinte – DEC, que altera os artigos, 302, 303 e 304, e seus respectivos parágrafos e acrescenta o art. 305 e paragrafo e o art. 306, todos da Lei 599/2005, que terão a seguinte redação:

TITULO X

COMUNICAÇÃO ELETRONICA DO CONTRIBUINTE

Art. 302 Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças e o sujeito passivo dos Tributos de Competência Municipal, originaria ou derivada de outros entes federativos, por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, sendo obrigatório o credenciamento para as pessoas jurídicas e físicas, observadas a forma, condições e prazos previstos em regulamento.

Art. 303 A Secretaria Municipal de Finanças poderá utilizar a comunicação eletrônica para:

I – cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II – encaminhar notificações, intimações e autos de infração, formalizando lançamento de tributos e multas;

III – expedir avisos em geral.

Parágrafo único. A expedição de avisos por meio do DEC, a que se refere o inciso III do “caput” deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional.

Art. 304 O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após seu credenciamento na Secretaria Municipal de Finanças, na forma prevista em regulamento estabelecido por decreto.

Parágrafo único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Finanças, através de senha e login ou por certificação digital, de forma a preservar o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 305 O credenciamento será obrigatório aos contribuintes e responsáveis, conforme dispuser regulamento, e as comunicações da Secretaria Municipal de Finanças ao sujeito passivo serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, em portal próprio denominado “DEC”, dispensando-se neste caso, a sua publicação no Diário Oficial, a notificação ou intimação pessoal, ou o envio por via postal.

§ 1° A comunicação feita na forma prevista no “caput” deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2° Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§ 3° Na hipótese do §2° deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4° A consulta referida nos §2° e §3° deste artigo, deverá ser feita em até 10 (dez) dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5° No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

Art. 306 A recusa ou ausência de credenciamento ao DEC, nos termos e prazos estipulados em regulamento, ensejará multa no valor de R$ 1. 000,00 (mil reais), sem prejuízo de outras de medidas administrativas cabíveis.

Art. 12 - As disposições finais serão previstas nos artigos 307, 308, 309 e 310, e seus respectivos parágrafos, com a seguinte redação.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 307 Os valores constantes desta Lei serão atualizados monetariamente, de acordo com a inflação verificada no período e na forma estabelecidos em regulamento por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Fica o Executivo autorizado a utilizar o indexador que melhor aferir a inflação.

Art. 308 Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

Parágrafo Único. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

Art. 309 Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

§ 1º Consideram-se documentos validados na forma do caput os documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma da legislação.

§ 2º A utilização de documento eletrônico para fins tributários atenderá, ainda, ao disposto no art. 100 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§ 3º Considera-se autêntico o documento quando, além das previsões da legislação em vigor, a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei.

§ 4º Todos os atos fisco-administrativos praticados por meio eletrônico até a presente data, ficam convalidados, ainda que não tenham observado os requisitos mínimos estabelecidos por este Código, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo à defesa de qualquer das partes.

Art. 310 Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 385/97, a Lei nº 416/98, a Lei nº 442/99, a Lei nº 453/00 e a Lei nº 540/03.

Art.13 - **Fica alterada a Tabela III – ISSdo Código Tributário Municipal de São José do Rio Claro-MT (Lei Municipal nº 599 de 30 de setembro de 2005), que passa a vigorar com os seguintes valores:**

Código	Item	Alíquotas	Anual
1. Serviços de informática e congêneres.			
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%	-X-
1.02	Programação.	5%	-X-
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5%	-X-
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	5%	-X-
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	-X-
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5%	R$ 400,00
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	R$ 400,00
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5%	R$ 400,00
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5%	R$ 400,00
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.			
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%	-X-
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.			
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%	-X-
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%	R$ 600,00
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	-X-
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%	-X-
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.			
4.01	Medicina e biomedicina.	5%	R$3. 000,00
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	-X-
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	-X-
4.04	Instrumentação cirúrgica.	5%	-X-
4.05	Acupuntura.	5%	R$1000,00
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	R$ 600,00
4.07	Serviços farmacêuticos.	5%	R$ 800,00
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	R$ 800,00
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%	R$ 800,00
4.10	Nutrição.	5%	R$ 800,00
4.11	Obstetrícia.	5%	R$ 800,00
4.12	Odontologia.	5%	R$ 800,00
4.13	Ortóptica.	5%	R$1. 200,00
4.14	Próteses sob encomenda.	5%	R$ 800,00
4.15	Psicanálise.	5%	R$ 800,00
4.16	Psicologia.	5%	R$ 800,00
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5%	-X-
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	-X-
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5%	-X-
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	-X-
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	-X-
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%	-X-
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas	5%	-X-

	pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.		
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.			
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5%	R$1.200,00
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	-X-
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	5%	-X-
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	R$ 600,00
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%	-X-
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	-X-
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	-X-
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	R$ 600,00
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	-X-
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.			
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	R$ 400,00
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	R$ 400,00
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	R$ 400,00
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	R$ 800,00
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5%	R$ 800,00
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5%	R$ 300,00
7. Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	R$ 800,00
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplenagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	-X-
7.03	Elaboração de Planos Diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos;	5%	-X-
7.04	Demolição.	5%	-X-
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos, parques, jardins, vias, logradouros e imóveis públicos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	-X-
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%	R$600,00
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%	R$600,00
7.08	Calafetação.	5%	R$400,00
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%	R$600,00
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, parques, jardins, vias, logradouros e imóveis públicos	5%	R$ 400,00
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores quando se referirem a estradas, pontes, portos, parques, jardins, vias, logradouros e imóveis públicos	5%	R$ 800,00
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%	-X-
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%	-X-
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5%	-X-
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%	-X-
7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%	-X-
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%	-X-
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%	-X-
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5%	-X-
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%	-X-
8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.			
8.01-I	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza, quando se relacionarem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental ou se tratarem de treinamento em informática.	5%	R$1.000,00
8.01-II	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza, nos casos não previstos na alínea e do inciso anterior, quando não relacionados a esportes, ginástica e demais atividades físicas regulares e permanentes.	5%	R$1.000,00
8.02-I	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza, quando se relacionarem à **Educação Infantil** e ao **Ensino Fundamental** ou se tratarem de **treinamento em informática**.	5%	R$1.000,00
8.02-II	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza, nos casos não previstos na alínea e do inciso anterior, quando **não relacionados a esportes, ginástica e demais atividades físicas regulares e permanentes**.	5%	R$1.000,00
9. Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.			
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em motéis (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%	-X-
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5%	-X-
9.03	Guias de turismo.	5%	-X-
10. Serviços de intermediação e congêneres.			
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	-X-
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	-X-
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	-X-
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	-X-
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	-X-
10.06	Agenciamento marítimo.	5%	-X-
10.07	Agenciamento de notícias.		-X-

10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	R$600,00
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%	R$300,00
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5%	-X-
11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.			
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%	-X-
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%	-X-
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	-X-
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	-X-
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.			
12.01	Espetáculos teatrais.	5%	-X-
12.02	Exibições cinematográficas quando relacionadas a “cinema de rua”.	5%	-X-
12.03	Espetáculos circenses.	5%	-X-
12.04	Programas de auditório.	5%	-X-
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%	-X-
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%	R$ 600,00
12.07	Shows, balés, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	-X-
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	-X-
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	-X-
12.10	Corridas e competições de animais.	5%	-X-
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%	-X-
12.12	Execução de música.	5%	-X-
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balés, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	-X-
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%	-X-
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%	-X-
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%	-X-
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%	-X-
13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.			
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%	-X-
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%	R$600,00
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%	R$600,00
13.04	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5%	-X-
14. Serviços relativos a bens de terceiros.			
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	R$600,00
14.02	Assistência técnica.	5%	R$600,00
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	-X-
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5%	-X-
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	R$600,00
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido, quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	-X-
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5%	R$600,00
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5%	-X-
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	R$600,00
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5%	-X-
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5%	-X-
14.12	Funilaria e lanternagem.	5%	-X-
14.13	Carpintaria e serralheria.	5%	-X-
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5%	-X-
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.			
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	-X-
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	-X-
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	-X-
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	-X-
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	-X-
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	-X-
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e à rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	-X-
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de Operações de Crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	-X-
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	-X-
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês,	5%	-X-

	fichas de compensação, impressos e documentos em geral.		
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	-X-
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	-X-
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	-X-
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	-X-
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	-X-
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	-X-
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	-X-
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	-X-
16. Serviços de transporte de natureza municipal.			
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, quando executados por concessionária ou permissionária de serviços públicos	5%	R$400,00
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal	5%	R$400,00
17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.			
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares, quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	-X-
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares, quando relacionados à gestão hospitalar e de saúde.	5%	-X-
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	5%	R$300,00
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	-X-
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.	5%	-X-
17.05	Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço, quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	-X-
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	R$600,00
17.07	Franquia (franchising).	5%	-X-
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas quando o tomador dos serviços exercer atividades de reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	-X-
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	R$4.000,00
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5%	-X-
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	-X-
17.12	Leilão e congêneres.	5%	R$2.000,00
17.13	Advocacia.	5%	R$ 800,00
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%	-X-
17.15	Auditoria.	5%	-X-
17.16	Análise de Organização e Métodos.	5%	-X-
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	-X-
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%	R$ 600,00
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	R$ 600,00
17.20	Estatística.	5%	-X-
17.21	Cobrança em geral.	5%	R$ 400,00
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%	-X-
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%	-X-
17.24	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5%	-X-
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.			
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%	-X-
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	-X-
20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%	-X-
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%	-X-
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logísticas e congêneres.	5%	-X-
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	-X-
22. Serviços de exploração de rodovia.			
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos pa-	5%	-X-

	ra adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		
23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.			
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	-X-
24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.			
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5%	R$600,00
25. Serviços funerários.			
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%	-X-
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	-X-
25.03	Planos ou convênios funerários.	5%	-X-
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%	-X-
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%	-X-
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos Correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.			
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e seus franqueados;	5%	-X-
27. Serviços de assistência social.			
27.01	Serviços de assistência social.	5%	R$1. 200,00
28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.			
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	-X-
29. Serviços de biblioteconomia.			
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5%	-X-
30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.			
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	R$ 800,00
31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.			
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%	-X-
32. Serviços de desenhos técnicos.			
32.01	Serviços de desenhos técnicos, quando relacionados a reparo e construção de embarcações de qualquer natureza, inclusive plataformas de prospecção e extração de petróleo e gás natural e seus equipamentos.	5%	-X-
33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.			
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	-X-
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.			
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	-X-
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.			
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	R$600,00
36. Serviços de meteorologia.			
36.01	Serviços de meteorologia.	5%	-X-
37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.			
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%	-X-
38. Serviços de museologia.			
38.01	Serviços de museologia.	5%	-X-
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.			
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	-X-
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.			
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5%	-X-

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor no dia 1° de janeiro de 2018, observadoo princípio da noventena tributária,desde a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei 788 de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 2 de outubro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.134, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA O MUNICÍPIO FIRMAR CONVÊNIO COM A ACERC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com a ACERC – Associação Comercial e Empresarial de São José do Rio Claro, tendo como objeto a transferência de recursos financeiros no montante de R$ 12. 000,00 (doze mil reais), para auxiliar na realização curso de combate e repressão aos crimes rurais parte operacional.

Art. 2º A ACERC deverá prestar contas aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do recebimento dos recursos, devendo a referida prestação de contas conter os seguintes documentos:

I - Extrato bancário de conta específica mantida pela entidade beneficiada, no qual esteja evidenciado o ingresso e a saída dos recursos recebidos;

II - cópia do comprovante de despesa, a fim de comprovar a aplicação dos recursos;

III - relatório firmado por responsável pela entidade beneficiária quanto ao cumprimento dos objetivos previstos no convênio.

Art. 3º A ACERC assume o compromisso de restituir ao Município o valor concedido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a fazenda Municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando não for apresentada, no prazo exigido a prestação de contas;

III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente um crédito especial no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), para atender à finalidade abaixo especificada.

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

UNIDADE: 001 – GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA;

SUBFUNÇÃO: 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL;

PROGRAMA: 0011- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

PROJETO/ATIVIDADE: 1132 – AUXILIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE COMBATE E REPRESSÃO AOS CRIMES RURAIS;

FONTE DE RECURSO: 0100;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00.00

VALOR DE R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 5º A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial, no valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais), da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

UNIDADE: 001 – GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA;

SUBFUNÇÃO: 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL;

PROGRAMA: 0011- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

PROJETO/ATIVIDADE: 2026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

FONTE DE RECURSO: 0100;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00

VALOR DE R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 6º As despesas decorrentes do auxílio financeiro de que trata o artigo 1º, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 09.001.20.122. 0011.1132.3.3.50.41.00.00 - AUXILIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE COMBATE E REPRESSÃO AOS CRIMES RURAIS.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, em 2 de outubro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

LEI MUNICIPAL N º 717/2017

LEI MUNICIPAL N º 717/2017 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE O INSERÇÃO DOS INCISOS I, II AO § 1º DO ARTIGO 10 DA LEI MUNICIPAL Nº 670/2016 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".

O Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, Prefeito Municipal de São José do Xingu – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica inserido o inciso I, II ao §1º do artigo 10 da Lei Municipal Nº 670/2016 de 10 de Novembro 2016, que terá a ter a seguinte redação:

Art.2º:

I. Fica igualmente instituída, reconhecida e delimitada como ZEIS II (Zona Especial de Interesse Social II), a área especial ocupada no Distrito de Santo Antônio do Fontoura, no Setor Brasil, delimitada com início na esquina da Rua 12 com a Avenida 08, seguindo até a Rua 16, desta continua até a Avenida 16 até o encontro com a Rua 12. **II.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar programas habitacional destinado ás famílias de baixa renda na área do Setor Brasil, mencionada no inciso anterior, respeitando em todo caso a posse das dezenas de famílias que ali residem, as quais serão no momento oportuno comtempladas com o título de domínio de suas áreas através de Projetos de Regularização Fundiária de áreas urbanas do Município.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 28 DE SETEMRO DE 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2017

PORTARIA Nº 192/2017

DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, LEDIANE CUNHA DIAS MOURA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo efetiva de Psicóloga, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/10/2017 a 31/12/2017, totalizando 90 dias, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 193/2017

PORTARIA Nº 193/2017

DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, LUSILENE COELHO SOARES, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo efetiva de Professora, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/10/2017 a 31/12/2017, totalizando 90 dias, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 191/2017

PORTARIA Nº 191/2017

DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio o Servidor, LUIZ GONZAGA ALVES SILVA lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo efetivo de Guarda, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/10/2017 a 31/12/2017, totalizando 90 dias, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 125/2017.

DECRETO Nº 125/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **ROSENO CABRAL DE MELO,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura/Obras, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil e novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2017 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2005 CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor **Luiz Carlos Nunes Castelo**, Prefeito do Município de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, aprovou e ele promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar.

Art. 1o O **§** 2º do art. 55 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 2º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art. 54 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005 Municipal nº 008/2005;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 do artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 do artigo 56 da lei complementar Municipal nº 008/2005.

Art. 2o O artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 56 – Se sujeita ao Imposto, os serviços de:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado);

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres;

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres;

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas,

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS;

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer;

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de opera-

ções de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de

embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de

qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e

congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Publique-se, Cumpra-se e registre-se

DECRETO Nº 124/2017.

DECRETO Nº 124/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor **ROSENO CABRAL DE MELO,** do cargo em Comissão de Diretor de Departamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de outubro de 2017

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 196/2017

PORTARIA Nº 196/2017 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR O PROCESSO SELETIVO PUBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT."

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a substituição da servidora Srª Mônica da Silva Rodrigues pela servidora Kallinne de Freire Soares, Bióloga, conforme Portaria n.186/2017, de 22 de setembro de 2017, que designa a Comissão para promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Público para contratação de Agente Comunitário de Saúde da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

Art. 2º - A composição da Comissão ora instituída se dá através dos seguintes servidores:

1. – Kallinne de Freire Soares - Matricula n. 9969 Cargo: Bióloga - Presidente 2. – Aquiria Aparecida Vinhal - Matricula n. 361 Cargo: Fiscal Sanitária – Secretária 3. - Joílson Silva Araújo – Matricula n. 9707 Cargo: Agente de Combate a Endemias - Membro 4. - Mara Denisia Luz Aguiar – Matricula n. 426 Cargo: Auxiliar de Administração – Suplente

Art. 3º - A Comissão instituída por esta Portaria tem a prerrogativa de baixar edital e adotar todas as providencias necessárias à realização do Processo Seletivo Público, bem como fiscalizar, supervisionar e dar apoio aos atos da empresa contratada e a análise pela empresa contratada e a decisão quanto a eventuais recursos interpostos, mediante parecer emitido pela empresa contratada.

Art. 4º - O Processo Seletivo Público reger-se- pelas disposições especificar do Edital cabendo a Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos em conjunto com a empresa contratada para realizar o certame.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário e será extinta após a homologação do Processo Seletivo Público Municipal.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

LEI MUNICIPAL Nº 718/2017

LEI MUNICIPAL Nº 718/2017

São Jose do Xingu-MT, 28 de Setembro de 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei de Constituição do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e dá outras providências.

O Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, Prefeito Municipal de São José do Xingu – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Artigo 1º - **Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal, cria o Serviço de Inspeção Municipal - SIM e dá outras providências**.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº 9.712/1998, ao Decreto Federal nº 5.741/2006 e ao Decreto nº 7.216/2010, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e com a Instrução Normativa nº 16 do MAPA de 23 de junho de 2016.

Art. 2º - Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

I - **Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;**

II - Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Artigo 3º - **No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte as ações de inspeção e fiscalização deverão ter natureza prioritariamente orientadoras, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006**, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos **e as orientações sanitárias com linguagem acessível ao empreendedor.**

§1o - Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal, o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída de até 250 m² (duzentos e cinquenta), dispondo de instalações para:

I- Abate ou industrialização de animais produtores de carnes;

II- Processamento de pescado ou seus derivados;

III- Processamento de leite ou seus derivados;

IV- Processamento de ovos ou seus derivados; e

V- Processamento de produtos das abelhas ou seus derivados;

§2º - **Para estabelecimentos que não se enquadrem como agroindustrial de pequeno porte, de origem animal, as ações de inspeção e fiscalização também deverão ter natureza prioritariamente orientadoras, nas áreas que dispuser para instalações citadas acima no parágrafo 1º do presente artigo.**

Artigo 4º - As ações dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária respeitarão os seguintes princípios:

I – a inclusão social e produtiva da agroindústria de pequeno porte;

II – harmonização de procedimento para promover a formalização e a segurança sanitária da agroindústria de pequeno porte;

III – atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e no Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010;

IV –transparência dos procedimentos de regularização;

V – racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rotulagem;

VI – integração e articulação dos processos e procedimentos junto aos demais órgãos e entidades referentes ao registro sanitário dos estabelecimentos, a fim de evitar a duplicidade de exigências, na perspectiva do usuário;

VII – razoabilidade quanto às exigências aplicadas;

VIII – disponibilização presencial e/ou eletrônica de orientações e instrumentos para o processo de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rótulos.

IX–fomento de políticas públicas e programas de capacitação para profissionais dos serviços de inspeção sanitária para atendimento à agroindústria familiar.

Artigo 5º - A Inspeção e a fiscalização sanitária Municipal, de agroindústria de pequeno porte ou não, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º - A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I - entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 2º - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

I - os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria Municipal da Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§3º – A inspeção sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebem, animais, matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§4º – Caberá ao **Serviço de Inspeção Municipal de São José do Xingu** a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

Artigo 6º - O estabelecimento agroindustrial de pequeno porte deve ser registrado no Serviço de Inspeção, observando o risco sanitário, independentemente das condições jurídicas do imóvel em que está instalado, podendo ser inclusive anexo à residência.

Artigo 7º – Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

I – requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

II – laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela Secretaria de Agricultura;

III – Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA no 385/2006; Parágrafo único – Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA no 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV – Documento da autoridade municipal e órgão de saúde públicas competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V – apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI – planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII – memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII – boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

§1o – Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

§2o Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Artigo 8º – A Secretaria da Agricultura do Município de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, **bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA**.

Parágrafo único**– Após a adesão do SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.**

Artigo 9º – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da VISA (Vigilância Sanitária) vinculada à Secretariada Saúde do Município de São José do Xingu/MT, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei nº 8.080/1990.

Parágrafo único – A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Artigo 10º – Será constituído um **Conselho de Inspeção Sanitária** com a participação de representante da SecretariaMunicipal da Agricultura e Secretaria Municipal da Saúde, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Artigo 11º – Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único – Será de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Saúde a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo município.

Artigo 12º. Fica obrigado a prévia inspeção industrial e sanitária e ao Alvará de Registro no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de São José do Xingu, respectivamente, todos os produtos de origem animal, assim como os estabelecimentos instalados no Município de São José do Xingu, que produzam matéria-prima, abatam, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, fracionem, preparem, transportem, acondicionem ou embalem produtos de origem animal, suscetíveis de comercialização.

§ 1º. Satisfeitas as exigências fixadas na presente Lei, S.I.M. - autorizará a expedição do "Termo de Liberação", do qual constará o número de registro, nome da firma, classificação do estabelecimento e outros detalhes necessários.

§ 2º. Estão sujeitos à rotulagem no S.I.M., todos os produtos e sub produtos de origem animal, e afins, que tenham sido de alguma forma beneficiados e/ou transformados, nos termos do presente artigo.

§ 3º. O Alvará de Registro dos estabelecimentos será válido enquanto satisfizer as exigências legais, e o Certificado de Registro dos produtos de origem animal terá validade de 05 (cinco) anos, ambos devendo ser renovados nos termos de regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º. Excetuam-se da aplicação da presente lei as lanchonetes, bares, restaurantes e similares bem como os estabelecimentos varejistas que não trabalhem no sistema de auto-serviço de produtos de origem animal fracionados.

I - Entende-se por auto-serviço o sistema de comercialização de produtos de origem animal fracionados, manipulados e embalados na ausência do consumidor e que fiquem expostos à disposição dos clientes.

Artigo 13º - Compete à Secretaria Municipal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, bem como à Vigilância Sanitária, a execuçãode ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, orientação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos.

§ 1º - Nos casos de emergência em que ocorra risco à saúde ou ao abastecimento público, o Município poderá contratar especialistas, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, para atender aos serviços de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis meses.

§ 2º - A competência do Serviço de Inspeção Municipal, de que trata o caput deste artigo, não afasta a competência da Vigilância Sanitária, podendo o Chefe do Poder Executivo, por questão de conveniência administrativa, atribuir por Decreto, à fiscalização a apenas um deles.

Artigo 14º - Será criado um departamento específico de apoio técnico para auxiliar e dar suporte aos pequenos e médios produtores do Município, sendo que estes profissionais serão admitidos através de concurso público, ou outro técnico habilitado.

Artigo 15º - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às sanções previstas no ato da regulamentação desta.

§ 1º - Constatadas irregularidades que tornem os produtos impróprios para o consumo, independentemente das sanções a serem estabelecidas por ato de regulamentação, o estabelecimento ficará sujeito a sanções, que vão desde a simples suspensão temporária da licença de fabricação e destruição dos produtos condenados até a cassação definitiva do registro de fabricação do produto e do estabelecimento. As medidas cautelares só serão revogadas pelas autoridades sanitárias, quando atendida as exigências que determinam a suspensão do processo de fabricação de tais produtos.

§ 2º - Todos os produtos impróprios para o consumo, deverão ser desnaturados pelo SIM e destinados como sub-produto, à alimentação animal ou incinerado conforme o grau de comprometimento determinado pelos exames realizados.

§ 3º - No caso de comprometimentos de natureza grave com produtos destinados à alimentação humana, o estabelecimento poderá ser interditado temporariamente ou em definitivo.

Artigo 16º – O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento,deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único - O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

Artigo 17º - Constitui incumbência primordial da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Saúde, através do seu órgão competente impedir a elaboração clandestina de produtos de origem animal, e sub-produtos, bem como, através de legislação e orientação tecnológica fomentar o aprimoramento das industrias que elaboram esses produtos.

Artigo 18º - A embalagem dos produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Artigo 19º - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Artigo 20º – A matéria-prima, os animais, os produtos, os sub-produtos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Artigo 21º – Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.541/2006.

Artigo 22º - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal da Agricultura, constantes no Orçamento do Município de São José do Xingu, estado de Mato Grosso.

Artigo 23º - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Secretaria da Agricultura, após debatido no Conselho de Inspeção Sanitária.

Artigo 24º – Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

Artigo 25º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa**)**dias a contar da data de sua publicação.

Parágrafo Único – Fica estipulado o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses para os estabelecimentos existentes se adequarem a esta Lei e seus respectivos decretos.

Artigo 26º - Fica revogada a LEI MUNICIPAL Nº 683/2017,de 08 de março de 2017.

Artigo 27º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Publique-se, Cumpra-se e registre-se

PORTARIA Nº 194/2017

PORTARIA Nº 194/2017

DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, ROSIMEIRE GONÇALVES PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais, no Distrito de Santo Antonio do Fontoura, junto ao município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/10/2017 a 31/12/2017, totalizando 90 dias, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 110/2017, firmado em 19/09/2017. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **IDM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CIVIS LTDA-ME**; **Objeto:** REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA BANDEIRANTES; **Modalidade:** Tomada de Preço nº **02/2017**; **Vigência:** 12 meses; **Valor Estimado:** R$ 740.284,03; **Fiscal de Contrato:** AMILCAR GENUINO BAGGIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

REPUBLICADO

PORTARIA Nº. 554/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/09/2017 com término em 30/09/2017,* *do período* ***aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **VENILDA FLORES DE OLIVEIRA,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1044, admitida em 10/10/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** lotada na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 01 de Setembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2017 - CONVOCA INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

EDITAL Nº 002, DE **25** DE **SETEMBRO** DE **2017.**

CONVOCA INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as entidades não Governamentais interessadas em participar do **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,** em conformidade com as Leis: 3769 de 28 de março de 2012 e 4365 de 23 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. As Entidades interessadas deverão indicar seus candidatos representantes titular e suplente, através de Ofício em papel timbrado e assinado pelo seu representante legal, encaminhando para a Sala dos Conselhos Municipais piso térreo no Paço Municipal, localizado na Av. Brasil, Nº 2350-N, Jardim Europa.

Art. 2º A escolha dos representantes dentre os inscritos se dará em Assembléia a realizar se no dia 27 de outubro do corrente ano as 09:00 horas, na Sala da Mulher, junto ao Paço Municipal, sito a Avenida Brasil nº 2351 – N, Jardim Europa,

Art. 3º Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e cinco** dias do mês de **setembro** do ano de dois mil e **dezessete**, 41º aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Prof. **Fábio Martins Junqueira**

Prefeito Municipal

SERRAPREV
PORTARIA Nº. 30/2017 - SERRAPREV

PORTARIA Nº. 30/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. RITA DE CASSIA LIMA COSTA."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o art. 40 § 5º, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, c/c o Art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência municipal, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, Anexo I – Tabela de Progressão da Lei Complementar n.º 163 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra, Estado de Mato, com posterior reajuste concedido pela Lei n.º 4.215 de 28 de maio de 2014, Lei nº 4.418 de 01/07/2015 e pela Lei nº. 4.601 de 12/05/2016 que dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Tangará da Serra/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**,**a Sra. RITA DE CASSIA LIMA COSTA**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 8679247/SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 926.635.088-53, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo Professora Séries Finais - Língua Portuguesa e Estrangeira – 30 h, Nível "III", Classe "E", matriculada sob n. 1199, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com **Proventos Integrais**, conforme processo administrativo do SERRA-PREV, n.º 2016.04.00179P até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a data de 30/09/2017** revogadas as disposições em contrário.

.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 02 de outubro de 2017.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 98/ ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CASA TRANSITÓRIA DA CRIANÇA – ME / O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade ALTERAR a Cláusula Quinta – Da Liberação dos Recursos, Item 5.1 e a Cláusula Oitava – Da Vigência, Item 8.1 do Termo de Fomento nº07/ADM/ 2017, passando a vigorar da seguinte maneira:

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, ITEM 8.1:

8.1 – A vigência deste Termo de Fomento terá início na data da liberação do recurso em conta, encerrando-se em 22.12.2017, conforme Plano de Trabalho/Data da Assinatura 22/09/2017.

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 37/2017/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 37/2017/SAMAE

TIPO	TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N. 49/2016/SAMAE – INEXIGIBILIDADE N. 03/2016
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/ 0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, estabelecida na SBS Quadra 4, Bloco A, Lote 3/4, Asa Sul, cidade de Brasília/DF, CEP: 70. 092-900, neste ato representado por Sr. **RAFAEL VIANA LUZ.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, QUE DEVERÃO PRESTAR OS SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA E OUTROS SERVIÇOS, DE QUALQUER CONSUMIDOR, EMITIDAS E DISTRIBUÍDAS PELO SAMAE, QUE DEVERÃO SER AUTENTICADAS MECANICAMENTE OU ATRAVÉS DE PAGAMENTO PELA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO, CORRESPONDENTE BANCÁRIO, AUTOATENDIMENTO E RECEBIMENTO NO CAIXA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Com supedâneo nos artigos 55 e 57, da Lei 8.666/ 93 para prorrogação contratual. Valor estimado de R$ 259.200,00 (Duzentos e cinquenta e nove mil e duzentos reais.)
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 27 de setembro de 2017, com prazo até 27 de setembro de 2018.**

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº000100000007/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CASA TRANSITÓRIA DA CRIANÇA – ME / Este Termo Aditivo tem por objeto promover o acréscimo de R$ 37.955,76 (Trinta e sete mil novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos), no quantitativo do Termo de Fomento nº007/ ADM/2017 para atender as atividades desenvolvidas no Plano de Ação da Casa Transitória da Criança/Data da Assinatura 22/09/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017- PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ARLA 32) PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante do Edital. Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE REEQUILIBRAR os preços da Empresa **AUTO POSTO FAVETTI LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.666. 280/0001-95. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017, no sub item Seção 5.2, conforme a seguir:

Item	Descrição	Quant. Máx.	Unid.	Valor Unit. Registrado (R$)	Valor Unit. Realinhado (R$)
004	Óleo combustível – Diesel, S-10/S-50	1.400.000	LTS	3,61	**3,83**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 02 de Outubro de 2017. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 104/2017 - P S 004/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 104/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I – Dia 03/10/2017 às 14h00min para atribuição de aulas e local de trabalho para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.: 651 -PROFESSOR CIENCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Prova Objetiva	Prova Títulos	TOTAL	Resultado
21	4384	ANDREA PAULA DE SOUZA	18/07/1975	44	8,00	52,00	CLASSIFICADO

Cargo.: 790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC							
Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Prova Objetiva	Prova Títulos	TOTAL	Resultado
87	319	ALINE LIMA ARAGAO	08/09/1989	56	0,00	56,00	CLASSIFICADO
88	4413	LUCIENILDA FABIANO DA SILVA	23/07/1990	56	0,00	56,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **04/10/2017 e 05/10/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

2. O prazo de apresentação para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 02 de Outubro de 2017

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº0002000000108/2015/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURIMOS LTDA**, - Este Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, por **mais 04 (quatro) meses**, a Cláusula Terceira - Da Vigência do Registro de Preços e do Contrato nº 108/ADM/2015 (*objeto: prestação de serviços de locação e assessoria técnica dos sistemas de gestão da saúde e consultoria na saúde*), passando a vigência inicial de 07/08/2015 a 06/08/2016 para **07/08/2015 a 06/12/2017. R$ 167.666,64 (Cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).** Data da Assinatura **04/08/2017**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05/2017.

Convênio que entre si celebram o Srª KARINA DE CARVALHO PINTO e o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, para a cedência de um imóvel, situado na 6ª Agrovila, Comunidade Miraguai, Estrada Rural, s/nº setor das chácaras, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, com área de 9,00m², para a instalação da Agência de Correios Comunitária AGC.

DE UM LADO, **KARINA DE CARVALHO PINTO**, pessoa física, lides domésticas, portadora do RG nº 2085822-1, inscrito no CPF sob nº 054.007. 131-57, residente e domiciliada na 6ª Agrovila, Comunidade Miraguai, Estrada Rural, s/nº setor das chácaras, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, doravante denominada de **CEDENTE** e DE OUTRO LADO, o **MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, doravante denominado de **CESSIONÁRIO**, resolvem firmar o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

1.1. Pelo presente instrumento de Convênio e na melhor forma de direito, o CEDENTE e o CESSIONÁRIO acordam em conjugar esforços, no intuito de proporcionar atendimento de Serviços Postais à população das localidades de Comunidade 6ª Agrovila, Zona Rural de Terra Nova do Norte, através de instalação da Agência de Correios Comunitária, da qual o Município de Terra Nova do Norte/MT é conveniado, mediante a cedência gratuita de um imóvel, de propriedade do CEDENTE, para a instalação da referida Agência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

I – A parte CEDENTE cede o uso à parte CESSIONÁRIA, do seguinte imóvel: Imóvel Rural, com área construída de 9,00m², situado na 6ª Agrovila, Comunidade Miraguai, Estrada Rural, s/nº setor das chácaras, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, para a instalação da Agência de Correios Comunitária AGC.

a) O imóvel objeto deste Convênio abrange apenas os 9,00m², utilizados para a instalação da AGC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - É de responsabilidade do CEDENTE:

a) Efetuar o inventário dos bens existentes nas dependências do prédio para posterior conferência no recebimento.

b) A cedência do prédio de forma gratuita.

c) O Cedente deverá administrar a Agência de Correios Comunitária.

II - É de responsabilidade da CESSIONÁRIA:

a) Fiscalizar a utilização do prédio exclusivamente para os fins autorizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor a partir da assinatura, e terá vigência pelo período de vigência até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ainda ser revogado pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas previstas neste instrumento.

E por estarem assim, justos e conveniados, firmam o presente em quatro vias de igual teor e forma por um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

KARINA DE CARVALHO PINTO

Cedente

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

Cessionário

Testemunhas:

1._____

CPF:_____

2._____

CPF:_____

DECLARAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediada na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN,** para todos os fins que se fizerem necessários, que o imóvel de propriedade da Srª. **KARINA DE CARVALHO PINTO**, pessoa física, lides domésticas, portadora do RG nº 2085822-1, inscrita no CPF sob nº 054.007.131-57, situado na 6ª Agrovila, Comunidade Miraguai, Estrada Rural, s/nº setor das chácaras, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, com área construída de 9,00m², foi cedido gratuitamente para o Município (conforme Termo de Cessão de Uso anexo), com a finalidade de instalação da Agência de Correios Comunitária AGC, na comunidade rural da 6ª Agrovila, em Terra Nova do Norte/MT. Sendo o que tínhamos à declarar, firmamos o presente como a mais pura expressão da verdade.

Terra Nova do Norte/MT, 02 de outubro de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 214/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 68/2017 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 58/2017, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: TECON MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EPP, REMATEC

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-EPP e MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST. FERRAM. E EPIS LTDA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 214/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 53/2017 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 47/2017, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO-SAAE NO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST. FERRAM. E EPIS LTDA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 04/2017

Convênio que entre si celebram o Srª. ROSA MARIA GONÇALO DA SILVA e o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, para a cedência de um imóvel, situado na 9ª Agrovila, Avenida Principal, S/Nº, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, com área de 9,00m², para a instalação da Agência de Correios Comunitária AGC.

DE UM LADO, **ROSA MARIA GONÇALO DA SILVA**, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 021.088.891-16, sediado na 9ª Agrovila, Avenida Principal, S/N, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, doravante denominado de **CEDENTE** e DE OUTRO LADO, o **MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, doravante denominado de **CESSIONÁRIO**, resolvem firmar o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

1.1. Pelo presente instrumento de Convênio e na melhor forma de direito, o CEDENTE e o CESSIONÁRIO acordam em conjugar esforços, no intuito de proporcionar atendimento de Serviços Postais à população das localidades de Comunidade 9ª Agrovila, Zona Rural de Terra Nova do Norte, através de instalação da Agência de Correios Comunitária, da qual o Município de Terra Nova do Norte/MT é conveniado, mediante a cedência gratuita de um imóvel, de propriedade do CEDENTE, para a instalação da referida Agência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

I – A parte CEDENTE cede o uso à parte CESSIONÁRIA, do seguinte imóvel: Imóvel Rural, com área construída de 9,00m², situado na 9ª Agrovila, Avenida Principal, S/N, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT.

a) O imóvel objeto deste Convênio abrange apenas os 9,00m², utilizados para a instalação da AGC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - É de responsabilidade do CEDENTE:

a) Efetuar o inventário dos bens existentes nas dependências do prédio para posterior conferência no recebimento.

b) A cedência do prédio de forma gratuita.

c) O Cedente deverá administrar a Agência de Correios Comunitária.

II - É de responsabilidade da CESSIONÁRIA:

a) Fiscalizar a utilização do prédio exclusivamente para os fins autorizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor a partir da assinatura, e terá vigência pelo período de vigência até o dia 31 de Dezembro de 2018, podendo ainda ser revogado pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas previstas neste instrumento.

E por estarem assim, justos e conveniados, firmam o presente em quatro vias de igual teor e forma por um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

ROSA MARIA GONÇALO DA SILVA

Cedente

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

Cessionário

Testemunhas:

1._____

CPF:_____

2._____

CPF:_____

DECLARAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediada na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN**, **DECLARA,** para todos os fins que se fizerem necessários, que o imóvel de propriedade da **Srª ROSA MARIA GONÇALO DA SILVA** , pessoa física, agricultora, portadora do RG nº 1733423-3, inscrita no CPF sob nº 021.088.891-16, situado 9ª Agrovila, Avenida Principal, S/N, Zona Rural, em Terra Nova do Norte/MT, com área construída de 9,00m², foi cedido gratuitamente para o Município (conforme Termo de Cessão de Uso anexo), com a finalidade de instalação da Agência de Correios Comunitária AGC, na comunidade rural da 9ª Agrovila, em Terra Nova do Norte/MT. Sendo o que tínhamos à declarar, firmamos o presente como a mais pura expressão da verdade.

Terra Nova do Norte/MT, 29 de setembro de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 021/2017

O Município de Torixoréu/MT, por meio de seu Pregoeiro Oficial, torna público o interesse na **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (ENGENHEIRO CIVIL) PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MEDIÇÕES, PROJETOS E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PARA O MUNICIPIO DE TORIXORÉU-MT,**conforme especificações do edital,na modalidade **Pregão Presencial /SRP** no dia **16/10/2017 às 09h00min** (**Horário de horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada no site www.prefeituratorixoreu.com.br e para mais informações no e-mail: licitacaotxu@gmail.com.

Torixoréu-MT, 02 de outubro de 2017.

PAULO CÉSAR RÉGIS DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 134, DE 27 DE SETEMBRO DE 2.017.

Designar Responsabilidade Técnica pela Supervisão de Serviços de Enfermagem na Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande**.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Responsabilidade Técnica pela Supervisão de Serviços de Enfermagem na Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande, a servidora Débora Martinez, a partir de 01 de setembro de 2.017.

Várzea Grande, 27 de setembro de 2.017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 875/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Outubro/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
110570	AROLDO ARAUJO DA CRUZ	Comissionado	2016/2017	02.10.17 a 11.10.17 (10 dias)
86888	LETICIA BALDINI DA COSTA	Efetivo/Comissionado	2014/2015	09.10.17 a 20.10.17 (12 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de outubro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 39/2017

Aos dois dias do mês de outubro de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ n°. 10.505.889/0001-12**, representado por seu procurador Raphael dos Santos Rondon **a iniciar** os serviços de execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROINFÂNCIA- TIPO B- Padrão FNDE, localizada na rua Santo Abelardo, s/n, Bairro Jardim dos Estados na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, conforme descrito no Edital e seus anexos – Concorrência Pública n°. 07/2017 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 099/2017**.

Várzea Grande, 02 de outubro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Representante da Empresa

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Conselho da Cidade de Várzea Grande

CONCIDADE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EM 03 DE OUTUBRO DE 2.017

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos das Leis Municipais nºs 3.112/2007 (dispõe sobre o Plano Diretor do Município) e 4.151/2016 (que dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande), **CONVOCA os integrantes do Conselho da Cidade CONCIDADE, a se fazerem presentes na 10ª Reunião Ordinária, a se realizar no dia 03 de outubro de 2.017, às 08:00horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento SEPLAN**, Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Análise e emissão de Parecer Opinativo pelo Conselho da Cidade, referente ao EIV/RIV do Empreendimento Residencial Oxigênio Cuiabá; 2. Entre outros assuntos atinentes ao Colegiado.

Várzea Grande/MT, 29 de setembro de 2017

Edson Roberto Silva

Presidente do Conselho da Cidade e

Secretário Municipal de Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2015

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.505.889/0001-12 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei nº. 8.666/93 no artigo 65, § 8º e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como no Termo de Contrato nº. 01/2015, nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 466897/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, referente à contratação de pessoa jurídica especializada em serviços e engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da porta de entrada e reforma com adequação de ambiência do setor obstétrico do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, conforme descrito no Termo de Referência nº 045/2014 e demais anexos do Edital. VALOR GLOBAL: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de preço do Contrato, conforme aplicação do índice de obras de Construção Civil – INCC, no percentual de 14, 3424%, sendo o valor do reajuste do Lote 1 no montante de R$ 70.263,57 (setenta mil seiscentos e vinte e três reais e cinqüenta e sete centavos, o reajuste do Lote 2, no valor de R$ 21. 846,30 (vinte e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), sendo o valor global de R$ 92.109,87 (noventa e dois mil cento e nove reais e oitenta e sete centavos), conforme cálculo de fls. 124/125 do procedimento administrativo nº 466897/2017. UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.269 ND: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - FONTE: 0204/0002 DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277 ND: 4.4.90.51.00.00.00 OUTROS OBRAS E INSTALAÇÕES - FONTE: 0204/0002.

DATA DE ASSINATURA: 29.09.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA

Contratada

PORTARIA Nº 876/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2015/2016, a vigorar a partir de **02.10.2017 a 11.10.2017,** ao servidor **ARACELI FEREIRA MACHADO**, matrícula n° 4740, exercendo o de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Administração/Folha Pagamento.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de outubro de 2017..

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintende de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 874/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Outubro/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
86790	ADRIANA SCHLITTER	Efetivo	2016/2017	16.10.17 a 14.11.17 (30 dias)
86899	ODETE MOREIRA DUARTE E SILVA	Efetivo/Comissionado	2016/2017	16.10.17 a 27.10.17 (12 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de outubro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 472/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Jacira Pompeo de Oliveira, do cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 132, DE 27 DE SETEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a destituição da Responsabilidade Técnica pela Supervisão de Serviços de Enfermagem na Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande**.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° - Destituir da Responsabilidade Técnica pela Supervisão de Serviços de Enfermagem na Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande, o servidor Adriano Alves dos Santos, a partir de 01 de setembro de 2.017.

Várzea Grande, 27 de setembro de 2.017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 873/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Outubro/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
86796	ALBERTO RIBEIRO PRATES	Efetivo	2014/2015	16.10.17 a 14.11.17 (30 dias)
19398	HUMBERTO MACEDO ZORZETTI	Efetivo	2016/2017	16.10.17 a 14.11.17 (30 dias)
110023	JEFFERSON STEVER RUFINO SILVA	Comissionado	2016/2017	16.10.17 a 30.10.17 (15 dias)
22304	JOAO DOMINGOS DA COSTA	Efetivo	2010/2011	02.10.17 a 31.10.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de outubro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 872/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Outubro/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
100591	ALESSON JEAN MAGALHAES	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
2194	ALISSON BARACAT SALGADO	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
13407	ELIAS DA SILVA	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
100573	GETULIO DA SILVA PEREIRA	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
100602	IDNASCIR DOS SANTOS MOREIRA	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
100589	JOELITON LEMES FERREIRA	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
22691	JOCICLEIDE SARAIVA DANTAS	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
24014	JOSE MESSIAS DE SOUZA SANTOS	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
100572	LEONARD NICOLLAS DE OLIVEIRA	Efetivo	2016/2017	01.10.17 a 30.10.17 (30 dias)
35980	MONICA DO ESPIRITO SANTO FERRAZ	Efetivo	2015/2016	16.10.17 a 14.11.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de outubro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da digitação da data, na nomeação do servidor Ricardo Dias de Lima em comissão Coordenador de TI DNS 4 conforme Ato nº 478/17 na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 26/09/2017, edição nº 2.822, pagina 277;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação da data**:

Onde se lê: a partir de 25/09/2017

LEIA-SE: a partir de 26/09/2017

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 26 de Setembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos ***Prefeita Municipal***

ATO Nº. 474/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Helena Silva de França Paula, do cargo em Comissão de Gerente de Compras – DNS 6, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº. 480/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Adonis Conceição Dantas, do cargo em Comissão de Gerente de Termo de Referência – DNS 6, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da digitação da data, na nomeação da servidora Elizangela Batista de Oliveira em comissão Gerente de Movimentação / Aplic DNS 6 conforme Ato nº 479/17 na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 26/09/2017, edição nº 2.822, pagina 277;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação da data**:

Onde se lê: a partir de 25/09/2017

LEIA-SE: a partir de 26/09/2017

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 26 de Setembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº 481/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Jacira Pompeo de Oliveira, no cargo em comissão de Gerente de Termo de Referência - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 133, DE 27 DE SETEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a destituição da Responsabilidade Técnica pela Diretoria Técnica da Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande**.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° - Destituir, a pedido, da Responsabilidade Técnica, pela Diretoria Técnica da Rede de Urgência e Emergência do Município de Várzea Grande, o Dr. Moacir Lourenço Carlos Junior, a partir de 30 de setembro de 2. 017.

Várzea Grande, 27 de setembro de 2.017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 075/2017

PORTARIA N° 075/2017

Ricardo Azevedo Araujo Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer do Procurador **Jurídico n°103/2017/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do Servidor **ORIVALDO FRANCISCO DO ESPIRÍTO SANTO**, mat.**n°583** lotado na Diretoria de Produção, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a licença prêmio, referente ao quinquênio **1998/2003**, sendo que o mesmo irá gozar **180** (cento e oitenta) dias do quinquênio, no período de **01.11.2017 a 29.04.2017.**

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 02 de Outubro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente

ATO Nº 482/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Helena Silva de França Paula, no cargo em comissão de Coordenador de Compras - DNS 4, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº 483/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Adonis Conceição Dantas, no cargo em comissão de Gerente de Compras - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº 484/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Ruth Matsuoka Mendes de Melo, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº 487/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Maria Louzenil Gonçalves do Nascimento, no cargo em Comissão de Coordenador - DNS 4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20 de setembro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

ATO Nº 488/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Rita de Cássia Oliveira, no cargo em Comissão de Gerente - DNS 6, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de outubro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de Setembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 288/2017

"DEVOLVE SERVIDORA PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de **Agente Administrativo** a servidora Efetiva **ELINEIDE FERNANDES DA SILVA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada a Rua Municipal s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 13317881 SSP/MT e CPF nº 941.414.601-68, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 096/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o N. 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon N. 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a empresa: **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Cuiabá – MT, na Rua polônia, N. 12, quadra 11, Jardim Europa, inscrita no CNPJ sob o N. 33.702.309/0001-82**,** neste ato representada peloSrº José Romualdo Morceli, geólogo, CREA 120089691-2, portador da Cédula de Identidade N. 1205356 SSP/PR e CPF N. 211.391.809-91, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS n. 003/2017**, **Edital de Licitação N. 003/2017**, **homologada em 19 de setembro de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a para prestação de serviços na perfuração de poços tubulares profundos nas comunidades São Simão, Bocaina e no imóvel do frigorífico de pescado localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MTI**,** conforme descrições e especificações apresentadas no edital e proposta do **TOMADA DE PREÇOS 003/2017**, que ora são adjudicados à **CONTRATADA** com fulcro no julgamento do procedimento licitatório realizado pela **TOMADA DE PREÇOS N. 003/2017**e respectivo **EDITAL DE LICITAÇÃO N. 003/2017**, proferido pela Comissão Permanente de Licitação e devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição.

1.2 É vedado a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem assim transferir a terceiros suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO 2.1 - O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço por item, nos termos do artigo n. 6., inciso VIII, alínea "b" da Lei n. 8.666/93.

2.2 - O fornecimento do objeto/execução dos serviços será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento/execução de serviço. O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que venham apresentar defeitos, observadas as disposições do Edital. A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual. Assinatura do presente contrato é de expectativa de fornecimento/execução de serviços, não obrigando a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor global deste Contrato é de **R$ 73.734,00** (setenta e três mil setecentos e trinta e quatro reais)**,** que será pago **CONTRATADA de conformidade com as medições** dos serviços, fiscalizados pelo engenheiro responsável pelo setor de engenharia, sr. **GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA**, Secretario Municipal de Obras, Infra-estrutura e Serviços Públicos ou pelo gerente de obras.

3.2 Sobre o valor estabelecido nesta Cláusula incidirão descontos relativos ao **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**, na forma da legislação pertinente em vigor.

3.3 A prestação dos serviços do presente Contrato, não gera para as partes vínculo empregatício de qualquer natureza, nem permite à **CONTRATADA** usufruir os benefícios, direitos e vantagens asseguradas aos servidores municipais, correndo às suas exclusivas expensas e responsabilidade**,** na qualidade de autônomo**,** todo e qualquer encargo social, trabalhista, fiscal e previdenciário, na forma da legislação em vigor, ficando o **CONTRATANTE** eximido de qualquer solidariedade.

3.4 - Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.5 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu pagamento somente será efetuado após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

4.1 O prazo de início da prestação de serviços será a data da assinatura do presente contrato, perdurando até o dia **24 de janeiro de 2018,** podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, por razões de interesse público e de conveniência administrativa e as disposições do § 1º, do artigo n. 57, da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrão por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

1.109 – PERFURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POÇOS NO MUNICÍPIO

4.4.90.51 .00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHA: 371

R$ 73.734,00

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 **DA CONTRATANTE**

6.1.1 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e demais legislação vigente;

6.1.2 Acompanhar o andamento dos serviços por meio dos seus prepostos e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser refeitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da Contratada;

6.1.3 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

6.1.4 Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

6.1.5 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

6.2 **DA CONTRATADA**

6.2.1 Executar todos os serviços objetos deste contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2.2 Exigir da Contratante o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração Pública na aplicação dos serviços recebidos;

6.2.3 Utilizar, na execução dos serviços, apenas técnicos devidamente especializados e treinados para fiel execução do objeto do presente contrato;

6.2.4 Prestar todos os esclarecimentos técnicos que forem solicitados, relacionados com a prestação dos serviços deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n. 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

c) 10% (dez por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por até dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 De qualquer sanção imposta a Contratada poderá oferecer recurso a Contratante, devidamente fundamentada, no prazo assinalado na notificação, contados da intimação do ato;

7.5 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

7.6 A multa definida na alínea “a” e “b” do item 7.3, poderão serem descontadas de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas;

7.7 A Contratada não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. n. 78 da Lei n. 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.2 A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo n. 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. n. 65 da Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

9.3 Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

9.4 Outros casos previstos na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 Aplica-se a Lei n. 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 A Contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCAL DE CONTRATO

13.1 A fiscalização serviços ficará a cargo do Secretário da pasta e ao Fiscal de contrato nomeado pela portaria n. **285/2017**, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 25 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 33.702.309/0001-82 Srº José Romualdo Morceli CREA 120089691-2 RG: N. 1205356 SSP/PR

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PORTARIA N.289/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a sevidora efetiva no cargo de Agente Administrativo **ELINEIDE FERNANDES DA SILVA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada a Rua Municipal s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 13317881 SSP/MT e CPF nº 941.414. 601-68, para exercer o cargo em comissão de **ADMINISTRADORA DE CONTABILIDADE**, a contar desta data.

Parágrafo único – A designação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus ao referido servidor.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEM Nº 097/2017

Que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a empresa **Volpato Agronegócios e Representações LTDA - EPP,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pontes e Lacerda – MT na Av. Municpal, nº 1545 - Bairro: Centro, CEP: 78.250-000, com**CNPJ.: 19.882.013/0001-60**, neste ato representada pelo Sr. **Cezar Augusto Volpato**, empresário, portador da cédula de identidade n.º 1033855-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 594.221,221-04 aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL n° 058/2017**, **Porocesso nº 073/2017**, **homologada em 11 de julho de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a aquisição de patrulha agrícola mecanizada, conforme contrato de repasse de recursos orçamentários da união, Convênio N. 830859/2016, Proposta N. 013230/2016, Decreto N. 6170/07**,** nos termos e condições estabelecidos no Edital de Licitação do **Pregão Presencial nº. 058/2017** e respectiva Ata de Registro de Preços, realizado pelo município de **Vila bela da Ss. Trindade/MT**, que passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

§ 1º - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, bem assim transferir a terceiros suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto na cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer a entrega do referido bem na sede da Prefeitura Municipal, que desde já fica designada para o seu recebimento e conferência.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o bem adquirido, conforme solicitação do setor de compras, através do coordenador de compra municipal, por meio de requisição, dentro dos respectivos prazos, garantias e observadas as especificações previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 058/2017**,ou imediatamente após solicitação da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA- A fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos bens ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, por intermédio do Setor de Compras e do Fiscal de contrato nomeado pela portaria nº. **281/2017**, o que não exime ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste Contrato é de **R$ 51.893,24 (cinquenta e um mil oitocentos e noventa e tres reais e vinte e quatro centavos),** conforme preço registrado na Ata de Registro de Preços, que será pago à **CONTRATADA** mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos bens na forma prevista na Cláusula Segunda deste Contrato, na forma a seguir especificada:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Marca	VALOR UNIT
1	GRADE NIVELADORA SP 32 X 22X 4,5 ESP 200 (02-22-00017)	1	BALDAN	12. 291,38
2	PLANTADEIRA PLB DE 04 LINHAS, MECANICA COM MARCADOR DE LINHA (02-22-00018)	1	BALDAN	20. 000,00
3	CARRETA AGRICOLA 04 TONELADAS S/ PNEUS (02-22-00019)	1	VOLPATO	6. 400,00
4	ROÇADEIRA SP 1800 TF (02-22-00020)	1	INRODA	13. 201,86

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** incorrerá em multas sobre o valor global atualizado do Contrato, em caso de atraso injustificado a entrega do veiculo, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrá por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

Órgão 07 – Secretaria Mun. De Fomento a Agropecuária

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Fomento a Agropecuária

1068 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 116

R$ 51.893,24

CLÁUSULA OITAVA - Rescindir-se-á este Contrato, total ou parcialmente, mediante acordo das partes, por ato unilateral do Prefeito Municipal, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, e nos casos previstos na Seção V do Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss.

Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 26 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

Volpato Agronegócios e Representações LTDA – EPP

CNPJ.: 19.882.013/0001-60

Cezar Augusto Volpato

1033855-1 SSP/MT

CPF sob n.º 594.221,221-04

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEM Nº 098/2017

Que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a empresa **Maquiparts Comercio Importação e Exportação LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Varzea Grande – MT na Av. Julio Campos, nº 3981-B - Bairro: JD Paula II, CEP: 78.140-400, com**CNPJ.: 12.753.2013/0003-35**, neste ato representada pelo Sr. **Marcio André Porta Rosa**, socio proprietário, portador da cédula de identidade n.º 1050045572 SSP/MT e inscrito no CPF sob n. º 696.977.870-34 aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL n° 058/2017**, **Porocesso nº 073/2017**, **homologada em 11 de julho de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a aquisição de patrulha agrícola mecanizada, conforme contrato de repasse de recursos orçamentários da união, Convênio N. 830859/2016, Proposta N. 013230/2016, Decreto N. 6170/07**,** nos termos e condições estabelecidos no Edital de Licitação do **Pregão Presencial nº. 058/2017** e respectiva Ata de Registro de Preços, realizado pelo município de **Vila bela da Ss. Trindade/MT**, que passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

§ 1º - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, bem assim transferir a terceiros suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto na cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer a entrega do referido bem na sede da Prefeitura Municipal, que desde já fica designada para o seu recebimento e conferência.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o bem adquirido, conforme solicitação do setor de compras, através do coordenador de compra municipal, por meio de requisição, dentro dos respectivos prazos, garantias e observadas as especificações previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 058/2017**,ou imediatamente após solicitação da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA- A fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos bens ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, por intermédio do Setor de Compras e do Fiscal de contrato nomeado pela portaria nº. **282/2017**, o que não exime ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste Contrato é de **R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais),** conforme preço registrado na Ata de Registro de Preços**,** que será pago à **CONTRATADA** mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos bens na forma prevista na Cláusula Segunda deste Contrato, na forma a seguir especificada:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Marca	VALOR UNIT
5	TRATOR AGRICOLA DE RODAS, MOTOR A DIESEL MINIMO DE 04 CILINDROS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 CV, 4x4 COM REDUTOR DE VELOCIDADE, CONTROLE REMOTO, COM CAPOTA ABERTA DE PROTEÇÃO (02-22-00015)	1	LS MODELO PLUS 80	104.000,00

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** incorrerá em multas sobre o valor global atualizado do Contrato, em caso de atraso injustificado a entrega do veiculo, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrá por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

Órgão 07 – Secretaria Mun. De Fomento a Agropecuária

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Fomento a Agropecuária

1068 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 116

R$ 104.000,00

CLÁUSULA OITAVA - Rescindir-se-á este Contrato, total ou parcialmente, mediante acordo das partes, por ato unilateral do Prefeito Municipal, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, e nos casos previstos na Seção V do Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 26 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

MAQUIPARTS COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ.: 12.753.2013/0003-35

Marcio André Porta Rosa

RG n.º 1050045572 SSP/MT

CPF sob n.º 696.977.870-3

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 099/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e, de outro lado, a empresa **JOÃO ANTONIO TOSTI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pontes e Lacerda – MT, na Av. São Paulo, nº 1556, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 11.030.581/0001-20**,** neste ato representada pelo seu proprietárioSrº João Antonio Tosti, portador da Cédula de Identidade nº 4203442 SSP/SP e CPF nº 364.033.858-87, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de **Convite n. 003/2017**, **Processonº 115/2017**, **homologada em 25 de setembro de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - o presente contrato tem por objeto Prestação de serviços de assessoria e consultoria na elaboração do PPA 2018/2021 e LDO 2018 atendendo a Constituição Federal Lei N. 4320/64 e normativas do TCE/MT, constantes no **ANEXO I,** do referido processo licitatório, que ora são adjudicados à **CONTRATADA** com fulcro no julgamento do procedimento licitatório realizado pelo **Pregão Presencial N. 003/2017** e respectivo **EDITAL DE LICITAÇÃO N. 003/2017**, proferido pelo pregoeiro e equipe de apoio e devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição.

Parágrafo único – A prestação dos serviços a que se refere esta cláusula, não gera para as partes vínculo empregatício de qualquer natureza, nem permite à **CONTRATADA** usufruir os benefícios, direitos e vantagens assegurados aos servidores municipais, correndo às suas exclusivas expensas e responsabilidade**,** na qualidade de autônomo**,** todo e qualquer encargo social, trabalhista, fiscal e previdenciário, na forma da legislação em vigor, ficando o **CONTRATANTE** eximido de qualquer solidariedade.

CLÁUSULA SEGUNDA – A vigência do presente contrato terá inicio na assinatura do mesmo e término em **31 de dezembro de 2017**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, por razões de interesse público e de conveniência administrativa, observados os termos deste Edital e as disposições do § 1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor global deste Contrato é de **R$ 30.595,00** *(trinta mil quinhentos e noventa e cinco reais)***,** que será pago ao **CONTRATADO** de acordo com a execução dos serviços, devidamente atestado o recebimento dos mesmos na forma prevista neste Contrato.

Parágrafo único – Sobre o valor estabelecido nesta Cláusula, incidirão descontos relativos ao **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**, na forma da legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Contrato é regido pelas disposições do Código Civil Brasileiro, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais legislação aplicável, e as despesas de sua execução correrão por conta da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral do Município para o corrente exercício:

Órgão 03 – Secretaria Mun. Administração

Unidade 01 – Secretaria Mun. Administração

2.008 - Manutenção da Secretaria Mun. Administração

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiro – pessoa Jurídica

Ficha: 30

R$ 30.595,00

CLÁUSULA QUARTA - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e do Fiscal de contrato nomeado pela portaria n. **286/2017** fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste Contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

Parágrafo único - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos.

CLÁUSULA QUINTA - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigações constantes deste Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, para a parte que infringir qualquer de suas cláusulas.

Parágrafo único – A **CONTRATADA** responderá perante a Administração Municipal e terceiros, pelos eventuais prejuízos a que der causa por imprudência, imperícia ou negligência na prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

JOÃO ANTONIO TOSTI – ME

CNPJ: 11.030.581/0001-20

Srº João Antonio Tosti

RG nº 4203442 SSP/SP

CPF nº 364.033.858-87

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 100/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e, de outro lado a empresa: **BEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ÁLCOOL EIRELI,** com sede na cidade de Cuiabá/MT, sito Rua Joaquim Marinho, s/ n Sucuri, CEP: 78.042-202 inscrita no CNPJ sob nº. **17.467.151/0001-57**, neste ato representado pela Srª Marcia Adelaide Vargas, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo de **Dispensa de Licitação n. 009/2017**, **ratificada em 25 de setembro de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto deste contrato a prevenção, recuperação e reinserção familiar e social das pacientes: **EVA GONÇALVES**, com transtornos decorrentes de dependência química, junto à comunidade terapêutica **CONTRATADA**, a fim de ajudar a construir um estilo de vida saudável e o exercício da cidadania, ora adjudicado a **CONTRATADA** com fulcro na **Dispensa de Licitação n° 009/2017**, proferido pela Comissão Permanente de Licitação e devidamente ratificada pelo Sr. Prefeito Municipal, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor global do presente contrato é de **R$ R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)** que serão pagos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, em 04 (quatro) parcelas mensais fixas e sucessivas de **R$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais) cada uma, após a efetiva prestação dos serviços. Os valores deverão ser pagos mediante nota fiscal emitida pela empresa ora contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – Conforme mencionado na cláusula anterior, o primeiro pagamento se dará de forma antecipada e os demais, serão efetuados mensalmente, até o 11º. (décimo primeiro) dia útil do mês subseqüente a prestação de serviço.

Parágrafo Único – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA– As despesas para a devida contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 145

R$ 7.200,00

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUINTA – ACONTRATADA se obriga a:

a) Manter o CONTRATANTE a salvo de qualquer responsabilidade contra quaisquer processos, ações administrativas cobranças surgidas em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como durante a sua vigência, decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência e/ ou imperícia da **CONTRATADA** e/ou seus representantes;

b) Responsabilidade por todo e qualquer dano decorrente da negligência, imprudência, ação ou omissão causados por seus empregados contratados ou preposto, respondendo por todo custo decorrente de tais atos comissivos ou omissivos;

c) Possuir equipe técnica para a consecução dos serviços pactuados neste instrumento, o que não resultará em qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE.**

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA - A vigência deste termo contratual será de 04(quatro) meses, ficando, portanto, compreendida entre **27 de setembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017**.

Parágrafo Único: A critério exclusivo da Administração, o contrato poderá ser renovado para os próximos anos, ou frações, conforme art. 57,II da Lei nº. 8.666/93.

DOS DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA SÉTIMA – É direito do **CONTRATANTE** receber o objeto deste contrato, ou seja, a prestação dos serviços constantes da cláusula primeira do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – São direitos da **CONTRATADA:**

a) Receber o pagamento na forma e prazo estipulado neste termo.

b) Obter informações necessárias ao desenvolvimento da sua prestação de serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA – Fica obrigado o **CONTRTANTE,** por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades sócio-assistênciais desenvolvidas e a execução do presente contrato, assegurando o alcance do objeto definido na Cláusula Primária.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: A **CONTRATADA** se obriga a:

a) Designar e informar ao **CONTRATANTE** o nome do funcionário que ficará responsável pelo atendimento às solicitações feitas pela Administração Municipal e demais obrigações deste termo contratual:

b) Responsabilizar-se por qualquer dano da natureza doloso ou culposo que esta venha causar ao **CONTRATANTE** ou terceiros;

c) Aplicar corretamente os recursos recebidos em decorrência do presente processo, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não

estejam estabelecidos na cláusula primeira deste contrato, sob pena de imediata rescisão deste instrumento e responsabilização de seus dirigentes;

d) Utilizar os recursos recebidos em decorrência deste contrato no prazo de vigência deste;

e) A **CONTRATADA** se responsabiliza por todos os impostos, licenças, taxas emolumentos, seguros, consultorias de seu interesse, lucros e benefícios diretos e indiretos e demais despesas inerentes aos serviços e tudo o mais para que os mesmo sejam considerados integralmente prontos;

f) A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo pontual pagamento da remuneração de seus empregados, bem como, dos encargos decorrentes das leis trabalhistas, previdências respondendo como única e exclusiva empregadora;

g) Se obriga, ainda, a manter, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para o bom cumprimento dos serviços ora contratados.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA ONZE: A **CONTRATADA** estará sujeita as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93, seus parágrafos e incisos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global deste termo contratual, pela inexecução parcial ou total do objeto acordado, tendo seus valores atualizados monetariamente;

b) Advertência por escrito;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município com a conseqüente declaração de inidonidade pelo prazo que for determinado pelo Secretário de Administração, após o devido processo legal, conforme o que preceitua a Lei nº. 8.666/93;

PARAGRAFO ÚNICO: A multa mencionada no item "A" poderá ser descontada dos pagamentos que a **CONTRATANTE** tiver a receber por serviços efetivamente prestados, sem prejuízo do ingresso no judiciário, quando for o caso.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DOZE: O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Municipal nº. 901/2010, e suas alterações posteriores; e Lei Federal nº. 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DO FORO

CLÁUSULA TREZE: Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, para dirimir eventuais dúvidas referentes a este contrato.

E por estarem justa e contratada, as partes assim este instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunha para que se operem os efeitos jurídicos desejados.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 27 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO

EM DEPENDENCIA QUIMICA E ALCOOL EIRELI

CNPJ sob nº. **17.467.151/0001-57**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO N. 101/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES - SERVIÇOS DE PRONTO ATENDIMENTO

Que entre si fazem, de um lado, o **Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125. 443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a Empresa **MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA / HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO - HEMT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 03.004.504/0003-30, sediado nesta cidade, na Rua Marechal Rondon s/nº, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, **representada por sua procuradora, a Srª.** MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA**, brasileira, Diretora Administrativa, portadora da Cédula de Identidade sob o RG n. 0545759-9, SSP/MT e do CPF nº 395.479.491-87**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei Municipal nº 1.317/ 2017, e suas alterações posteriores; de acordo com o **Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 010/2017,** bem assim, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A **CONTRATADA** executará para a **CONTRATANTE**, em sua sede, cito na Rua Marechal Rondon, s/nº, a prestação de todos os serviços médico-hospitalares de Plantões Cirúrgicos Emergenciais em Regime de Sobreaviso aos munícipes de Vila Bela da Santíssima Trindade–MT, os quais encontram-se discriminados Termo de Referência, documentos integrantes do **Processo de Inexigibilidade n. 010/2017**.

§ 1º. Para o desempenho dos serviços descritos no caput desta cláusula, a **CONTRATADA** utilizará de todos os seus próprios equipamentos necessários, os quais, já encontram-se em sua sede (HEMT). Além dos equipamentos de propriedade da **CONTRATADA,** esta ainda fará uso, na condição de comodatária, dos equipamentos de propriedade da **CONTRATANTE**, os quais estão discriminados no **Termo de Referencia** do Processo de Inexigibilidade que originou a presente contratação; bens estes que já se encontram na posse da **CONTRATADA**.

§ 2º - A CONTRATADA se obriga, ainda, pela manutenção de plantões médicos presenciais em sua sede física, estritamente dentro do centro urbano do município **CONTRATANTE**.

§ 3º - Os plantões médicos compreenderão os períodos diurnos, noturnos, sábados, domingos e feriados, e englobarão a presença física de médicos, enfermeiros e técnicos, conforme escala prévia a ser definida pela **CONTRATADA**.

§ 4º - A **CONTRATADA** cederá todas as suas instalações e fornecerá todos os materiais necessários ao desempenho dos trabalhos, como: medicamentos, materiais hospitalares, de higiene, limpeza, etc., e se responsabilizará, ainda, pela esterilização, limpeza, serviços de lavanderia, cozinha, etc., tudo para a plena e perfeita execução dos serviços ora contratados.

§ 5º - A **CONTRATADA** se responsabilizará pela administração geral dos Serviços de Pronto Atendimento do município, bem como, se responsabiliza pela coleta dos resíduos hospitalares, consumo de energia elétrica, telefone, medicamentos, materiais hospitalares, oxigênio etc.

§ 6º – A **CONTRATANTE** disponibilizará à **CONTRATADA** os Programas de CCIH, porém, a **CONTRATADA** se responsabiliza pela alimentação do aludido programa, devendo todos os benefícios ser revertidos à **CONTRATANTE**.

§ 7º - Responsabiliza-se, a **CONTRATADA,** pela realização dos procedimentos de RAIOS –X durante os plantões médicos.

§ 8º - Na contratação dos profissionais mencionados nos parágrafos acima a **CONTRATADA** priorizará a contratação de mão-de-obra local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base na **Lei Municipal nº 1.317/ 2017**, e suas alterações posteriores, subordinando-se, ainda, aos termos da Lei Federal nº 8.666/93; e especialmente, aos termos do Procedimento de **Inexigibilidade de Licitação n. 010/2017.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Os serviços contratados deverão ser executados pela **CONTRATADA** em instalações adequadas, contendo estrutura própria para a prestação dos serviços, em atendimento às normas legais existentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – É exclusivo da **CONTRATADA** o vínculo trabalhista existente entre ela e seus empregados contratados para o cumprimento do objeto deste contrato. Assim, é exclusivo seu a obrigação de contratação de todos os servidores para o perfeito desempenho dos trabalhos, inclusive, de vigias; recaindo para si todos os encargos trabalhistas, fiscais, sociais etc., bem assim, é de sua inteira e exclusiva responsabilidade os eventuais danos causados à terceiros no desempenho dos trabalhos objetos deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1 Para a efetiva prestação dos serviços discriminados na cláusula primeira, pagará a **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** o valor de **R$ 25. 700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais)** mensais pelos serviços de pronto atendimento e de **R$ 102.800,00** (cento e dois mil e oitocentos reais) no período de 04 (quatro) meses, que serão pagos com recursos já especialmente previstos na Lei Orçamentária. A quitação se dará mediante a emissão da correspondente Nota Fiscal de prestação dos serviços realizados.

§ 1º - Mensalmente a **CONTRATADA** se obriga fazer a devida prestação de contas, que se dará através de emissão de Relatório Discriminado dos serviços realizados no período anterior e a secretaria fará comparativo com o relatório emitido através do Gem Saúde.

§ 2º - Comprovada a não prestação parcial dos serviços descritos no objeto deste contrato (o que se dará com a oportunização de manifestação da **CONTRATADA)**, poderá a **CONTRATANTE** abater proporcionalmente do valor mensal constante do caput desta cláusula, os valores dos serviços efetivamente não prestados, o que se dará pela análise detida e minuciosa da Administração Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde. Ao contrário, não havendo deficiência na prestação dos serviços objetos deste contrato, prevalecerá o pagamento do valor mensal constante do caput desta cláusula.

§ 3º - As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade 02 – Fundo Mun. De Saúde

2.032 – Manutenção do Pronto Atendimento 24 Horas

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fichas: 149/150

CLAÚSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do **CONTRATANTE**, mediante expedição de documentos correspondentes a regular quitação da **CONTRATADA** até 10º dia do mês subseqüente à prestação dos serviços.

5.2 Os depósitos serão realizados em conta especifica para o convênio na agencia 0805 conta corrente 28.058-5 Banco Sicredi, em nome da empresa *Missão Cristã Brasileira.*

CLAÚSULA SEXTA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – SERVIÇOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS

7.1 Os serviços extra-orçamentários que se fizerem necessários serão executados pela **CONTRATADA**, desde que seus preços tenham sido analisados e devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor do presente contrato e sempre obedecendo as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Para a perfeita execução dos serviços ora contratados, o **CONTRATANTE** se responsabilizará pelo deslocamento da qualquer paciente que esteja internado dentro de sua unidade que precise submeter-se a serviços especializados como: exames laboratoriais, imagem, cardiológicos etc., que será responsabilidade do município transportar com carro/ambulância o paciente regulado desta unidade hospitalar e de Pronto Atendimento para outra unidade de referencia.

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços ora contratados durante o período de **01 de setembro de 2017** até **31 de dezembro de 2017**.

9.2 A CONTRATANTE se responsabiliza a comunicar oficialmente a **CONTRATADA** com até 60 (sessenta) dias de antecedência a não continuidade dos serviços.

Parágrafo Único - A prorrogação do presente contrato se dará através de autorização legislativa, nos termos constantes do **art. 4º, da Lei 1.317/ 2017**, sendo que a cada aditamento serão exigidas as certidões negativas para as contratações.

CLAÚSULA DÉCIMA – DA MULTA

10.1 A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusulas ou obrigações constantes deste Contrato, ou do dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulada, ainda, uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, para a parte que infringir qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público; por comum acordo das partes; ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido à **CONTRATADA** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

12.1 A fiscalização da execução do presente contrato será exercida por servidor/servidora (profissional de saúde) a ser nomeada especificamente para tal fim, bem assim, pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT para dirimir as questões estabelecidas nas cláusulas do presente contrato.

E por estarem acordados, declaram ambas as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 26 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MISSÃO CRISTA BRASILEIRA HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA 0545759-9, SSP/MT CPF: 395.479.491-87

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO N. 102/2017 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH´S)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/MT sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante simplesmente denominando CONTRATANTE; e de outro lado, o hospital denominado MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA – HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ.: 03.004.504/0003-30, sediado nesta cidade, na Rua Marechal Rondon s/nº, representada por sua procuradora, a Srª. MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA, brasileira, Diretora Administrativa, portadora da Cédula de Identidade sob o RG n. 0545759-9, SSP/MT e do CPF nº 395.479.491-87, aqui denominada simplesmente CONTRATADA; nos termos do Processo de Inexigibilidade n. 011/2017**,** ratificado pelo Senhor Prefeito em 26 de setembro de 2017, resolvem entabular o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **prestação de serviços de procedimento médico do tipo internação hospitalar, conforme AIH's – Autorização de Internação Hospitalar, para atender as necessidades do município dentro da média complexidade, conforme termo de referência e Lei Municipal n. 1.317/2017, de 24 de abril de 2017**.

§ 1º - Os valores a serem repassados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA,** já foram ou serão creditados, mensalmente, na conta bancária de Alta Complexidade e Hospitalar-MAC, vinculada ao recebimento de recursos do Ministério da Saúde (SUS), em razão de o município **CONTRATANTE** ser considerado de Gestão Plena.

§ 2º - Os valores creditados mensalmente na conta do município têm por base as informações prestadas pela própria **CONTRATADA** ao Sistema Único de Saúde (SUS), e estão relacionados no Relatório de Prévia – Informações Preliminares. Dessa feita, e conforme estabelecido no Procedimento de Inexigibilidade que originou o presente contrato, todos os pagamentos a serem realizados deverão ser **precedidos** de **atesto** e **aprovação** do Conselho Municipal de Saúde e respectiva autorização da Secretária Municipal de Saúde, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente contrato é celebrado com base na Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à **CONTRATADA** manter atualizadas suas certidões fiscais; fornecer informações ou documentos à **CONTRATANTE** quando houver divergência de informações, de serviços prestados ou de valores dos recursos constantes do Relatório de Prévia – Informações Preliminares; estabelecer contatos com a Secretaria Municipal de Saúde e com o Conselho Municipal de Saúde para fins de facilitar o cruzamento dos dados e das informações dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Proceder aos pagamentos à **CONTRATADA**, na medida em que os recursos forem entrando em sua conta bancária, desde que atestada e comprovada, pelo Conselho Municipal de Saúde, a efetiva prestação dos serviços faturados. Analisar, através da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, as informações constantes nos faturamentos mensais creditados, cruzando as informações e atestando – se for o caso - a efetiva prestação dos serviços faturados. Solicitar da **CONTRATADA**, informações e documentos para esclarecimentos, quando constatada divergência de informações.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

O valor global estimativo do contrato é de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**. Todavia, tal valor é apenas estimativo, sendo certo que o repasse mensal deverá estar limitado ao valor creditado pelo SUS e constante do Relatório de Prévia – Informações Preliminares. Acaso haja o atesto e aprovação irrestritos dos valores constantes do Relatório de Prévia – Informações Preliminares, o valor mensal a ser pago à **CONTRATADA** deverá coincidir com o valor constante do aludido relatório. Acaso haja alguma restrição ou glosa de valores/serviços, o valor a ser pago deverá ser aquele sinalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, reservado à **CONTRATADA** o direito de impugná-lo fundamentadamente.

§ 1º - Excepcionalmente, considerando o fato de que nesta data já se encontra depositado na conta deste município os valores referentes a competência de agosto/2017, no montante de **R$ 50.753,07(cinquenta mil, setecentos e cinquenta e três reais e sete centavos),** conforme informado na CI n. 858/2017, da Secretaria Municipal de Saúde, tal pagamento deverá se dar de imediato, ressalvado o disposto no § 2º, da cláusula primeira, ou seja, após o atesto e aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º - As despesas decorrentes com a execução dos serviços descrita na cláusula primeira e no valor acima, correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade 02 – Fundo Mun. De Saúde

2.031 – Manutenção do Fundo Mun. De Saúde

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 149

R$ 150.000,00

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do município **CONTRATANTE**, mediante autorização formal da Secretaria Municipal de Saúde, informação a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e o respectivo valor a ser pago.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O presente contrato vigorará até o dia **31/12/2017**, podendo ser prorrogado em até 60 (sessenta) meses se conveniente a Administração nos termos no que determina a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA

A inadimplência por qualquer das partes, acarretará em multa no valor 2% sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, sempre fazendo um equilíbrio entre o físico e financeiro ou desde que haja conveniência para a Administração, mediante comunicação escrita com prazo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente contrato.

E por estarem acordados, declaram ambas as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 26 de setembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **DAIANA FERNANDA M. MACEDO**

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE CONTRATANTE

MISSÃO CRISTA BRASILEIRA *HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO* MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA 0545759-9, SSP/MT CPF: 395.479.491-87 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

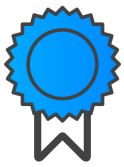
1 . _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Oct 02 22:32:24 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)